

**Natureza, Sociedade e Economia Polífrica
na Amazônia Contemporânea**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho
Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento
Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe
Lairson Costa - Diretor Executivo
Comissão Editorial
Edna Castro, NAEA/UFPA
Flavio Gaitán, UNILA
Gisela Leitão, EUC (Colômbia)
Lucimara Costa, UFAM
Marion Glaser, LCTME (Alemanha)
Monica Aparecida da Rocha Silva, UFT
Nirvia Ravena, NAEA/UFPA
Peter May, UFRJ
Renato Boschi, IESP/UFRJ

**Coordenação de Comunicação e
Difusão Científica**

Durbens Martins Nascimento (interino)

**Simaia do Socorro Sales das Mercês
Marcela Vecchione Gonçalves
*Organizadoras***

**Natureza, Sociedade e Economia Política
na Amazônia Contemporânea**

**Belém
NAEA
2017**

Arte da Capa e Diagramação: Rafael Lima
Revisão: Lairson Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Biblioteca do
NAEA/UFGPA-Belém-PA

N285 Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea /
Simaia do Socorro Sales das Mercês, Marcela Vecchione Gonçalves, organizadoras. —
Belém : NAEA, 2017.
276 p. : il. ; 21 cm

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-168-3

1.Sustentabilidade - Amazônia. 2. Natureza - Amazônia. 3.Desenvol-
vimento econômico - Aspectos sociais - Amazônia. I. Mercês, Simaia do Socorro Sales
das Mercês, org. II. Gonçalves, Marcela Vecchione, org.
CDD 22. ed. – 304.209811

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

APRESENTAÇÃO

Mais uma vez, a série Desenvolvimento e Sustentabilidade tem o desafio de reunir um pouco daquilo que é produzido no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido (PPGDSTU), na forma dos trabalhos colaborativos entre discentes e docentes do curso. Um desafio que a série encara há alguns anos, mas que o programa, desde sua criação, e com muito empenho, enfrenta todos os dias em sala de aula, em discussões de orientação, em seminários, bem como em artigos e livros publicados, sempre baseados em atividades de pesquisa intensivas e extensivas, interdisciplinares, envolvendo com atenção as muitas partes viventes e atuantes na Amazônia. Podemos falar, assim, de Amazônias diversas. Diversa de pessoas, povos, regiões, vegetações, rios, modos de vida, diversidade que é, em si, um desafio, sendo base e razão de nossas pesquisas e, portanto, motivo para continuarmos produzindo conhecimento integrado e voltado para as muitas questões diversas que aparecem neste livro que apresentamos.

Na primeira publicação lançada pelo NAEA com as produções do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Tropicó Úmido, após o caminho de longa data que nos levou a ser um programa de excelência em 2017 – vitória conjunta de discentes, docentes e técnicos –, trazemos artigos que são reflexo dessa conjunção que retrata não só imagens distintas de uma Amazônia diversa, mas, igualmente, lentes distintas para efetuar a leitura dessas imagens. Sob enfoques variados, os muitos problemas de pesquisa e, sobretudo, do cotidiano amazônico, evidenciam a potência da interdisciplinaridade para explicar a complexidade da região, desenhando a ideia dessa mesma região a partir de diferentes interpretações sobre vários tópicos e agendas. Muitas dessas agendas tão importantes, e ainda pouco debatidas em âmbito nacional, embora já bastante desenvolvidas localmente, como é a discussão das cidades amazônicas e do processo de urbanização *sui generis* que aqui ocorre, acompanhando a mesma diversidade de modos de vida apontada anteriormente. Na construção desta diversidade, o rio, os povos e, infelizmente, o impacto de projetos e planos de desenvolvimento – infraestruturais, minerais, agrícolas e florestais – influenciam diretamente na constituição do que é o urbano e o rural na contemporaneidade amazônica, bem como na construção dos sujeitos amazônicos que habitam, constroem e transitam por estes universos com seus saberes, interesses, identidades e desejos de cidadania e desenvolvimento. Será possível ver isso tanto nas reflexões sobre os saberes tradicionais quilombolas como na referente à produção de histórias de trânsito e migrações, seja nas fronteiras

nacionais, no caso dos indígenas no que hoje é a região do Oiapoque, seja ao chegar na Amazônia vindos do Oriente e construindo lugar e família na floresta tropical, como é o caso dos Koutassekis. Naquela linha de reflexão sobre cidades e a produção social do espaço, outro debate crescente em nosso programa e na região é o que se coloca sobre o turismo e seu papel na produção de espaços sociais e da própria cidadania, com a referida importância para as comunidades, povos e populações amazônicas, sendo ponto de debate para o entendimento dos muitos universos que constituem a complexa realidade amazônica que, apenas na porção brasileira, já abriga mais de 22 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

Um aspecto relevante do desafio de reunir artigos de temas tão diferentes em uma mesma obra é que foi possível trazer um pouco do que são as linhas de pesquisa do PPGDSTU: Desenvolvimento Econômico, Regional e Agrário; Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas; Gestão de Recursos Naturais; e Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais. Ao trazer debates que, embora emergjam de cada uma dessas linhas de pesquisa, na verdade, transitam por elas, percebemos que esses pontos de partida se conectam, se entrelaçam em muitos caminhos, evidenciando os aspectos de colaboração e de inter-relação entre os tantos temas e linhas que tecem as Amazônias. Evidencia-se assim, também, a necessidade de que os caminhos e pontos de partida continuem a ser interdisciplinares a fim de que possamos minimamente dar conta da complexidade das demandas que aqui nos cercam. Não seria possível lidar com esta complexidade, se não fosse pela tentativa de colaborar não apenas entre disciplinas, mas também entre saberes e entre pessoas, com especial menção ao produto que temos aqui, advindo da colaboração em andamento entre docentes e discentes, que é o motor mesmo de todo programa de estudos e pesquisa – e por que não, processo – de pós-graduação.

Além da diversidade e complexidade dos estudos sobre a realidade amazônica, tomadas como fio condutor da coletânea, os artigos neste livro refletem também distintos estágios de pesquisas em execução no PPGDSTU. Tal arranjo, no entanto, não compromete o rigor científico e o ineditismo de seu conteúdo, resultando, assim, em contribuição substantiva à melhor compreensão dos muitos problemas de pesquisa construídos no âmbito do Programa, em seus cursos de Mestrado e Doutorado.

A fim de contribuir para a reflexão sobre o processo de aprendizado no programa, o livro, que trata de natureza, sociedade e economia política na Amazônia, está organizado pela afinidade temática dos artigos. Entretanto, mais além da afinidade temática, a sequência foi pensada, justamente, para ajudar a tecer a teia entre as linhas de pesquisa e os vários pontos de partida apresentados nos artigos para que o leitor caminhe pelos possíveis entendimentos e ângulos

para enxergar a Amazônia ou, ainda, para que se identifique nos caminhos que já trilharam para refletir e pensar a região.

PARTE 1 - NATUREZA E SOCIEDADES: POSSIBILIDADES, TRÂNSITOS, TROCAS E (INTER) RELAÇÕES NO ESPAÇO-TEMPO AMAZÔNICO

As relações natureza e sociedade são ponto essencial de observação e reflexão para quem pensa e se interessa pela Amazônia, seja por enfoques mais microsociais, olhando de perto para grupos específicos, seja por enfoques mais amplos, sobre fluxos e refluxos que se inscrevem sobre, perpassam e constituem a região. Resgatando o passado, trabalhando o presente ou mirando o futuro, as relações com a floresta e o que delas se faz em formas políticas, sociais, econômicas, biológicas, geográficas e antropológicas contornam o que constitui a maior região geográfica do país, a maior biodiversidade do mundo e um dos espaços por onde atualmente mais avançam os movimentos de urbanização no Brasil. Com o surgimento desses novos fluxos econômicos e políticos que conectam – e desconectam – povos e populações, interesses públicos, privados e comuns, de origem nacional ou transnacional, a Amazônia brasileira e a Pan-Amazônia vêm, mas também foi se transformando rapidamente desde o fim do século XIX.

Em “‘Nacionalizar e Proteger’: A Atuação do Brasil entre os Indígenas da Fronteira Franco-Brasileira”, os autores Tadeu Lopes Machado, Ana Cristina Rocha Silva e Ligia T. Lopes Simonian mostram que, até o início do século XX, Brasil e França disputavam o domínio de parte do território do atual estado do Amapá. Nesta disputa, destacava-se o número elevado de povos indígenas, que historicamente construíram aproximações diversas com os dois lados da fronteira, em especial com o lado francês. A partir de uma abordagem etnográfica, o artigo contribui no entendimento da construção da fronteira Brasil-Guiana Francesa como um espaço de disputa e de resistência indígena ao longo da implementação de características nacionais por parte do Brasil. Ademais, busca refletir as relações atuais desses indígenas com as instituições governamentais instaladas na região. As autoras argumentam que as mesmas instituições vigiam e aceleram o processo de nacionalização dos povos indígenas, especialmente o povo Palikur, que transita contínua e intensamente na citada fronteira.

Igualmente atentos aos fluxos de pessoas e culturas na construção do espaço amazônico, Reiko Muto e Luis Aragón Vaca discutem a imigração japonesa nos Estados do Pará e do Amazonas, olhando para a formação das colônias agrícolas desse povo. Em “Os Koutakusseis e os Percalços da Imigração Japo-

nesa na Amazônia na Década de Trinta”, os autores levantam algumas questões políticas acerca de princípios como eugenia, não assimilação e do “perigo amarelo”, que dificultaram a entrada de um importante contingente de imigrantes japoneses no Brasil, sobretudo na Amazônia. Esta dificuldade se deu em razão de preconceito étnico e de resistências políticas e intelectuais à concessão de terras a estrangeiros na Amazônia. Segundo os autores, havia a crença de que os imigrantes japoneses em regiões isoladas os levaria a formar enclaves culturais contra a ideia de nação brasileira e que os imigrantes brasileiros estariam a serviço de projetos expansionistas de seu governo.

No esforço de refletir e compreender a Amazônia enquanto região, Gabriel Carvalho da Silva Leite, Helbert Michel Pampolha de Oliveira e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, no artigo “Um pensamento, uma região: o legado teórico miltoniano e a compreensão do espaço amazônico”, se propõem a analisar as contribuições teórico-conceituais de Milton Santos para uma leitura geográfica do espaço amazônico. Mediante a análise de conteúdo de uma seleção qualitativamente representativa de teses de doutorado e de dissertações de mestrado, elaboradas em programas brasileiros de pós-graduação em Geografia de influência miltoniana, foram identificados três eixos analíticos correspondentes às principais contribuições teóricas do referido geógrafo para a interpretação da região amazônica: a) o espaço como instância social e como condição de cidadania; b) cidades, circuitos da economia e os nexos verticais e horizontais da urbanização; e c) globalização, meio técnico-científico informacional e usos corporativos do território. A sistematização dessas contribuições indica a importância da obra do referido autor para o entendimento das novas configurações socioespaciais do espaço regional amazônico no período da globalização atual, marcado pela difusão pontual e seletiva do meio técnico-científico informacional no território brasileiro.

Com base na concepção de espaço socialmente produzido, as reflexões do artigo “Marabá: cidade, orla fluvial e vida urbana em transformação na Amazônia” se voltam para a relação cidade-rio na Amazônia. Para isso, os autores Michel de Melo Lima e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior tomam como referência de análise a orla fluvial da cidade de Marabá, cidade de forte centralidade econômica e política no sudeste do Estado do Pará. O objetivo é analisar a produção social do espaço e os confrontos de territorialidade existentes em face da dinâmica recente da Amazônia, levando em conta as especificidades locais da relação econômica, funcional e simbólica dos diferentes agentes produtores do urbano com o rio. A conclusão é que, mesmo diante de processos modernizantes pelos quais passa a cidade, há permanência residual de um modo de vida ribeirinho. Por outro lado, tal permanência se dá através de uma relação

conflituosa com os agentes/grupos que definem para a orla interesses predominantemente econômicos.

Buscando ressaltar as relações de poder presentes nas relações de trabalho em uma metrópole amazônica, no artigo “Tecnologias do poder: soberania clássica, biopoder e racismo no controle das classes populares em Belém”, Alexandre Sócrates Araújo de Almeida Lins e Fábio Fonseca de Castro observam por meio de processos intersubjetivos de compreensões do mundo do trabalho havidas na cidade de Belém a duração na experiência social, particularmente do comércio informal dos camelôs. Os autores procuram perceber a duração e a sobreposição dos dois paradigmas que, segundo Foucault (1995), regeram historicamente o mundo do trabalho: o modelo tradicional de regulamentação e gestão, centrado no uso de tecnologias disciplinares, e o modelo moderno, centrado no controle massivo e na compreensão do corpo como agente produtor, a biopolítica. Procuram compreender como esses dois modelos se fizeram presentes na história amazônica e como se fazem culturalmente presentes nas mentalidades contemporâneas. Mais especificamente, procuram compreender como, intersubjetivamente, esses modelos produzem sedimentos, formas e práticas culturais, na contemporaneidade, dos camelôs do centro de Belém.

Também na esteira de compreender o poder e sua relação com as estruturas dominantes e dominadoras na Amazônia, as autoras Ruthane Saraiva da Silva e Rosa Elizabeth de Acevedo Marin destrincham a trajetória do *Jornal Pessoal*. No artigo “Comunicação alternativa na Amazônia: o *Jornal Pessoal*”, as autoras ilustram a construção do caminho do periódico como uma fonte de comunicação alternativa para as discussões sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais e antropológicas na região amazônica. Para tanto, realizaram uma pesquisa documental e bibliográfica, utilizando as próprias edições do periódico, combinadas a entrevistas com o seu editor, o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio de Farias Pinto. Segundo as autoras, a chamada imprensa alternativa tem como fio condutor a produção de notícias diferentes da imprensa hegemônica. Ao fazer isso, produz outros discursos de verdade, que produzem efeitos no campo jornalístico, particularmente em suas relações com o campo político e social, mostrando, muitas vezes, o que a grande imprensa deixa de noticiar.

Voltando-se a um outro tipo de poder, que se relaciona aos saberes das comunidades quilombolas, Ana Célia Guedes e Hisakhana Corbin, em “Saberes tradicionais e uso de plantas medicinais entre os moradores da comunidade de Santa Rita de Barreira”, miram as práticas de cura ligadas ao uso de plantas medicinais na comunidade de Santa Rita da Barreira, no município de São Miguel do Guamá/PA. Com base em pesquisa bibliográfica e de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com alguns moradores da referida

comunidade, o artigo busca explorar experiências passadas e presentes dos moradores de Santa Rita de Barreira sobre o uso de plantas medicinais para a prevenção e/ou tratamento de algumas doenças que atingem as pessoas da referida comunidade. Pelas evidências que se dispõe, são muitos os motivos para a resistência desse grupo social aos remédios farmacêuticos. Os autores observam que o uso de plantas medicinais por esses povos quilombolas tem contribuído para a conservação desses recursos naturais no território em questão justamente para garantir sua sobrevivência enquanto grupo na terra de uso comum.

Também olhando para as dinâmicas de provisão e acesso à saúde, mas, dessa vez, em diálogo com o Estado, a proposta do artigo “Pacto pela saúde e violação do ótimo social” é detectar a violação do Ótimo Social, na área da saúde, estabelecido a partir da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 de 1990. O método usado é a análise documental das atas das reuniões das Comissões Regionais Intergestores e Comissão IntergestoresBipartite, local de pactuação de políticas públicas setoriais, para as regiões de saúde e para a relação dessas com o Estado. Os autores Silvia Ferreira Nunes, Tamara Lima Martins Faria e Durbens Martins Nascimento observam, por meio da análise documental, a violação desse ótimo, bem como a fragilidade dos instrumentos de planejamento e gestão que contribuem para esse processo. O território de análise escolhido corresponde às regiões de saúde denominadas metropolitanas I, II e III do estado do Pará, que abrangem um total de 36 municípios, congregando 41% dos habitantes do estado e, aproximadamente, 13% da população da região Amazônica.

PARTE 2 - ECONOMIA POLÍTICA AMAZÔNICA: GOVERNANDO RECURSOS PARA UM DESENVOLVIMENTO OUTRO

A segunda parte do livro traz reflexões sobre a construção da paisagem amazônica e sua modificação dadas as atividades econômicas que se desenvolvem contemporaneamente na região, guardando íntima relação com a utilização, aproveitamento e, por vezes, apropriação dos recursos naturais. As disputas sobre estes usos configurando uma ecologia política da Amazônia envolve as diferentes percepções, visões de mundo e modos de vida dos povos e populações que aqui vivem, bem como as interações com os outros grupos, interesses políticos e econômicos, locais, nacionais e globais, que geram demandas e fluxos que requerem formas específicas de governar e organizar o espaço. O exercício na prática de como fazer isso, bastante desafiador na Amazônia e nas regiões que compoortam o que chamamos de tropico úmido, será debatido neste momento com o objetivo de pensar formas de desenvolvimento regional, local e territorial.

Nesse sentido, quando olhamos para a entrada do dendê no cenário brasileiro, sobretudo no nordeste paraense, vemos que este cultivo teve o propósito de gerar segurança energética, desenvolvimento, inclusão social de agricultores familiares e sustentabilidade ambiental, recebendo fortes incentivos governamentais. Tais incentivos atraíram muitas empresas do agronegócio para a região com consequentes impactos econômicos, sociais e ambientais. Em “The expansion of the oil palm chain and its effects on the production of family farmers in the micro region of Tomé-Açu, Pará, Brazil”, Susane Gomes e Claudia Azevedo-Ramos revisam a literatura dos últimos 10 anos sobre os desdobramentos sociais e ambientais desse cultivo no nordeste paraense. Para as autoras, os resultados revelam que pode ter havido uma melhoria nos meios de subsistência nas áreas rurais com a integração empresa-agricultor familiar, embora ainda estejam presentes a assimetria nas relações contratuais com empresas, o risco de insegurança alimentar, a valorização do preço da terra e impactos ambientais negativos. O antagonismo em relação às diretrizes originais de sustentabilidade e inclusão social dos programas governamentais de incentivo ao biocombustível sugere falta de monitoramento e fiscalização pelo Estado.

Também olhando para a expansão de cultivos específicos na moldagem da socioeconomia local e regional, Erick Silva dos Santos e Claudia Azevedo-Ramos debatem no artigo “A Socioeconomia do Açaí e as Políticas Públicas Associadas no Estado do Pará, Brasil” como o mercado do açaí é um dos que mais crescem no setor da fruticultura do Brasil. Além de ser um dos principais produtos extrativistas da Amazônia, o fruto possui relevância socioeconômica e ambiental para as famílias ribeirinhas. Para mostrar essa relação, o artigo detalha o cenário socioeconômico da produção de açaí no Pará e discute as iniciativas do poder público estadual para o fortalecimento de sua cadeia produtiva, frente à competição com outros estados brasileiros. Os autores entendem que as ações públicas estaduais conferiram avanços relevantes para o aumento da produção e qualidade do fruto açaí, especialmente para aquelas voltadas ao melhoramento genético e manejo florestal da espécie. Em contrapartida, a atração de agroindústrias, agregação de valor ao produto e inovação também foram fatores decisivos para o aumento da produção, que consolidou o estado do Pará como maior produtor e exportador do fruto no mundo.

As relações entre os camponeses e os ribeirinhos na Amazônia, ou talvez a construção do camponês que também é ribeirinho na região, é um fator importante para entender as dimensões produtivas locais nas ilhas de Abaetetuba/PA. O artigo “Dinâmicas da Atividade Econômica Pesqueira Campesina Ribeirinha em Abaetetuba (PA)”, de Mayany Soares Salgado e Antônio Cordeiro de Santana, mostra como este município apresenta uma dinâmica socioespacial

fortemente ligada a várias atividades extrativistas tais como o extrativismo do miriti, da castanha-do-pará, do açaí, presença de olarias, açaí, entre outras. No entanto, o estudo se propõe a mostrar a maneira como a pesca artesanal se enraíza no município, chamando atenção para as relações estabelecidas em torno da atividade e para a forma como os sujeitos organizam a cadeia camponesa ribeirinha do pescado abaetetubense. Para mostrar como esse processo ocorre, a metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico acerca do tema proposto, combinado com a realização de registros fotográficos e escritos, assim como de entrevistas semiestruturadas com os pescadores, que comercializam diretamente no mercado local, e com aqueles que negociam o produto com o “atravessador”. Os autores concluem que ainda que a cadeia da pesca em Abaetetuba se encontre pouco coesa, com baixa agregação de valor, o modo de vida camponês ribeirinho consegue se destacar por meio da autonomia ao buscar estratégias relacionadas aos saberes sobre o uso dos recursos naturais no bioma amazônico.

A percepção da população sobre a influência da exploração dos recursos naturais, envolvendo desmatamento e queimadas, urbanização, alteração no clima e preservação, na Floresta Nacional de Carajás, sobre sua economia e bem-estar, foi avaliada no artigo “A Percepção da Sociedade sobre aspectos ambientais e ecológicos da Floresta Nacional de Carajás”. Para tanto, os autores Gilmará Marelina Teles da Silva de Oliveira, Javan Lobato Quaresma e Antônio Cordeiro de Santana aplicaram análise multivariada para associar um conjunto amplo de variáveis na definição de indicadores representativos das dimensões ambiental e ecológica. Os resultados indicaram que mais de 80% das pessoas entrevistadas têm conhecimento sobre a importância da Flona de Carajás para o desempenho das atividades econômicas e do bem-estar da população do seu entorno. Os indicadores das dimensões ambiental e ecológica foram considerados pela maior parte dos entrevistados como de alta importância para compor o valor econômico total da Flona, contribuindo para sua preservação e/ou gestão sustentável.

Jime Ribeiro Rodrigues, Iranilda Silva Moraes e Claudia Azevedo-Ramos, em “Contribution of State Forest Concessions to the Governance of Conflict Areas in Pará, Brazil”, refletem sobre as concessões florestais como alternativa para o desenvolvimento de uma economia de base florestal. Segundo as autoras, a concessão florestal é uma política de governança de florestas públicas predominante nos países dos trópicos úmidos, tendo sido implantada na Amazônia brasileira desde 2008. No Estado do Pará, as concessões vêm sendo implementadas, desde 2011, como dispositivo de governança para ordenamento de territórios em conflito. De forma específica, as autoras buscam entender como as concessões florestais das Glebas Mamuru-Arapiuns têm contribuído para a governança dessas áreas no Pará. Para isso, realizaram consulta minu-

ciosa aos Planos Anuais de Outorga Florestal do Estado do Pará dos anos 2008-2017, além de consultarem leis e decretos que concentraram as discussões das primeiras concessões sob gestão estadual.

Da mesma forma, preocupados com a governança ambiental em áreas de uso sustentável, Elyzangela Sousa Pinheiro, Shaji Thomas e Oriana Trindade de Almeida, no artigo “A governança de manguezais em áreas protegidas do Brasil e da Índia: uma síntese de percepções”, olham para territórios de uso comum nos trópicos úmidos nos dois países. Atentos à Convenção Ramsar e à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que reconhecem a importância das zonas úmidas e das comunidades locais costeiras para a conservação dos manguezais, os autores analisam comparativamente a influência dessas convenções na implementação de políticas públicas propostas no Brasil e na Índia voltadas a esse ecossistema. Para tanto, foram identificadas as instituições governamentais ambientais desses países, que têm por função institucional implementar políticas de gestão em duas áreas protegidas: a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Brasil, e a Reserva da Comunidade Kadalundi-Vallikkunnu, na Índia. O artigo conclui que a participação das comunidades locais ainda não obedece às determinações das convenções estudadas.

Olhando igualmente para a zona de manguezal de Curuçá/PA sob uma perspectiva socioeconômica de desenvolvimento local, o objetivo principal de Pablo Vitor Viana Pereira e Mirleide Chaar Bahia no artigo “Possibilidades e desafios do turismo de base comunitária: arranjo socioproductivo como perspectiva de desenvolvimento local em Curuçá/PA” é pontuar algumas possibilidades e desafios acerca do turismo comunitário. O artigo traz para o debate o arranjo socioproductivo de base comunitária para um maior fortalecimento das comunidades curuçauenses. O município de Curuçá, que possui uma das mais importantes Unidades de Conservação localizadas na costa amazônica, tem dezenas de associações catalogadas, onde se destacam atividades voltadas ao manejo de recursos naturais. Os autores apontam, entretanto, a possibilidade de inovar, criando projetos que viabilizem empreendimentos comunitários, promovendo cursos de acesso ao mercado, capacitação tecnológica e gestão empresarial, alertando, porém, que se deve privilegiar o saber tradicional, a valorização da cultura e da natureza com possibilidade de geração de renda para a comunidade e a manutenção das práticas primárias.

A ocupação desordenada em zonas costeiras vem acarretando sérios problemas socioambientais. Dessa forma, estudar os problemas que podem estar associados a esse processo, e uma forma de tentar minimizá-los, é o principal objetivo do artigo “Atividade turística versus conservação ambiental: o caso da Praia do Atalaia”, de Ketellyn Suellen Teixeira Pinto e Silvio José de Lima

Figueiredo. A praia do Atalaia, localizada no município de Salinópolis, é um dos principais pontos turísticos do estado do Pará, e vem sofrendo com o crescimento imobiliário sem infraestrutura e saneamento básico. Tal expansão acarreta em contaminação do solo e dos recursos hídricos locais. Embora reconheça os inúmeros impactos de causa antrópica, a comunidade local não reconhece sua participação, atribuindo aos turistas e aos órgãos públicos a responsabilidade por eles. Para os autores, as proposições de Leff, a partir da educação para a racionalidade ambiental, auxiliarão na melhora da qualidade ambiental, transformando o contexto socioambiental em busca da sustentabilidade.

As constantes transformações no mundo capitalista e a reestruturação econômica impõem novas formas de planejamento e gestão à sociedade civil e, aos poderes locais, novas formas de pensar a cidade, como o planejamento estratégico. Nesse paradigma, os autores do artigo “Planejamento estratégico: reflexão sobre a cidade como produto turístico” Neila Cabral, Maria Lúcia Soares e Armin Mathis propõem uma revisão teórica da relação entre globalização e planejamento estratégico das cidades, entendendo estas como as novas protagonistas econômicas do capitalismo global e apresentando o turismo como estratégia de promoção e de diferenciação nesse novo cenário de competitividade e eficiência econômica, devendo suas atividades ser planejadas e geridas pela iniciativa privada. A metodologia usada baseia-se em pesquisa bibliográfica a partir dos olhares de autores como Borja e Form (1996), Harvey (1996), Borja (1997), Fernandes (2001), Sánchez (2003), Irazábal (2005), Moura (2007), Vainer (2009), Coriolano e Sampaio (2012) e Fazito (2015).

Os modelos de desenvolvimento implementados na atualidade estão sendo colocados em xeque sob argumentos de que não conseguem dar conta de todas as dimensões dos problemas surgidos nas últimas décadas, possibilitando a experimentação de novas formas de gestão. Um exemplo pronunciado dessas diferentes concepções é o município de Paragominas/PA, que passou a adotar, a partir do final dos anos 1990, uma forma de gestão municipal com características empresariais, entre as quais se destaca a competição e o foco no mercado, e que compreende formas também diferenciadas de pensar e estabelecer estratégias de desenvolvimento. Nesse sentido, as mudanças verificadas na realidade local são o foco de análise do artigo “Gestão empresarial e sustentabilidade enquanto mercadoria: o caso de Paragominas (PA)”. Os autores Adriana Nunes, Cesar Maurício de Abreu Mello e Rosa Elizabeth de Acevedo Marin procuram evidenciar estratégias para mercadejar o município, em busca da manutenção do mercado externo para o escoamento das atividades econômicas já praticadas e da atração de novos investimentos, o que se deu, por sua vez, a partir da utilização do paradigma da sustentabilidade, bastante reproduzido no discurso

local, sobretudo por grupos com maior poder econômico e político. Os autores concluem que este novo modelo de gestão municipal permitiu alguns avanços verificados no município na última década, os quais impactam diretamente a qualidade de vida de, pelo menos, alguns segmentos sociais. Contudo, alertam que não há como assegurar a respeito da equidade desse desenvolvimento nem quanto ao consenso de sua significação e escolha.

Simaia do Socorro Sales das Mercês

Marcela Vecchione Gonçalves

SUMÁRIO

Apresentação 5

Simaia do Socorro Sales das Mercês

Marcela Vecchione Gonçalves

PARTE 1- NATUREZA E SOCIEDADES: POSSIBILIDADES, TRÂNSITOS, TROCAS E (INTER)RELAÇÕES NO ESPAÇO-TEMPO AMAZÔNICO23

“Nacionalizar e proteger”: a atuação do Brasil entre os indígenas da fronteira franco-brasileira.....25

Tadeu Lopes Machado

Ana Cristina Rocha Silva

Ligia T. Lopes Simonian

Os koutakusseise os percalços da imigração japonesa na Amazônia na década de trinta.....46

Reiko Muto

Luis E. Aragón

Um pensamento, uma região: o legado teórico miltoniano e a compreensão do espaço amazônico..... 70

Gabriel Carvalho da Silva Leite

Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Marabá: cidade, orla fluvial e vida urbana em transformação na Amazônia..... 92

Michel de Melo Lima

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Tecnologias do poder: soberania clássica, biopoder e racismo no controle das classes populares em Belém.....119

Alexandre Sócrates Araújo de Almeida Lins

Fábio Fonseca de Castro

Comunicação alternativa na amazônia: o Jornal Pessoal (JP).....	144
<i>Ruthane Saraiva da Silva</i>	
<i>Rosa Elizabeth de Acevedo Marin</i>	
Saberes tradicionais e uso de plantas medicinais entre os quilombolas de Santa Rita de Barreira, estado do Pará.....	161
<i>Ana Célia Barbosa Guedes</i>	
<i>Hisakhana Corbin</i>	
Pacto pela saúde e violação do ótimo social	175
<i>Silvia Ferreira Nunes</i>	
<i>Tamara Lima Martins Faria</i>	
<i>Durbens Martins Nascimento</i>	
PARTE 2 - ECONOMIA POLÍTICA AMAZÔNICA: GOVERNANDO RECURSOS PARA UM DESENVOLVIMENTO OUTRO	195
The expansion of the oil palm chain and its effects on the production of family farmers in the micro region of Tomé-Açu, Pará, Brazil	197
<i>Susane Ferreira</i>	
<i>Claudia Azevedo-Ramos</i>	
A socioeconomia do açaí e as políticas públicas associadas no estado do Pará, Brasil	216
<i>Erick Silva dos Santos</i>	
<i>Claudia Azevedo-Ramos</i>	
Dinâmicas da atividade econômica pesqueira campesina ribeirinha em Abaetetuba (PA)	237
<i>Mayany Soares Salgado</i>	
<i>Antônio Cordeiro de Santana</i>	
A percepção da sociedade sobre Aspectos ambientais e ecológicos da floresta nacional de Carajás	255

Antônio Cordeiro de Santana
Gilmara Maureline Teles da Silva de Oliveira
Javan Lobato Quaresma

**Contribution of state forest concessions to the governance
of conflict areas in Pará, Brazil259**

Jime Rodrigues Ribeiro
Iranilda Silva Moraes
Claudia Azevedo-Ramos

**A governança de manguezais em áreas Protegidas do Brasil
e da Índia: Uma síntese de percepções275**

Elysângela Sousa Pinheiro
Shaji Thomas
Oriana Trindade de Almeida

**Possibilidades e desafios do turismo de base comunitária:
arranjo socioprodutivo como perspectiva de desenvolvimento
local em Curuçá/PA289**

Pablo Vitor Viana Pereira
Mirleide Chaar Bahia

**Atividade turística versus conservação ambiental: o
caso da praia do Atalaia303**

Ketellyn Suellen Teixeira Pinto
Silvio Lima Figueiredo

**Planejamento estratégico: Reflexão sobre a cidade como
produto turístico315**

Neila Cabral
Maria Lúcia Soares
Armin Mathis

**Gestão empresarial e sustentabilidade enquanto mercadoria:
O caso de Paragominas (PA)325**

Adriana Nunes
Cesar Maurício de Abreu Mello
Rosa Elizabeth de Acevedo Marin

PARTE 1

NATUREZA E SOCIEDADES: POSSIBILIDADES,
TRÂNSITOS, TROCAS E (INTER) RELAÇÕES NO
ESPAÇO-TEMPO AMAZÔNICO



“NACIONALIZAR E PROTEGER”: ATUAÇÃO DO BRASIL ENTRE OS INDÍGENAS DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

Tadeu Lopes Machado¹
Ana Cristina Rocha Silva²
Ligia T. Lopes Simonian³

Introdução

A atuação dos Estados brasileiro e português para nacionalizar as populações indígenas foi intensa desde sempre. Contudo, em se tratando dos povos situados nos limites das fronteiras nacionais, esse exercício parece ter sido redobrado (ARNAUD, 1969; LOPEZ GARCÉS, 2011; 2012; VALLOT, 2012). Simonian e Saraiva (2010) recuperam uma série de ações públicas coloniais e do império na área que engloba os estados atuais do Amapá e do Pará, notadamente a construção de fortins, fortes, de uma fortaleza e de uma colônia militar; neste sentido, as missões foram também essenciais. Nas primeiras décadas do século XX, sob o argumento de proteger essas populações, o Estado nacional criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Com o objetivo de “abrasileirar” os povos em tela (em especial os que habitavam as faixas de fronteira), o SPI executou políticas de assimilação para resguardar a língua oficial, as relações econômicas e tolher qualquer

1 Doutorando em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPa). Professor Assistente I do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá (Campus Binacional).

2 Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPa). Professora Assistente II do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá (Campus Binacional).

3 Doutora em Antropologia pela City University of New York (1993) e pós-doutorado nessa mesma universidade (2000). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981). Especialista em Antropologia pelo Museu de Antropologia da Universidade de Santa Catarina (1973). Graduada em História pela Universidade Federal de Santana Maria (1972). Graduada em Direito Pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo (1975). É professora Titular da Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento

manifestação que apresentasse “ameaça” para o progresso e a atuação do Estado nacional. Na região do atual município de Oiapoque, extremo norte do país, a lógica foi a mesma. De acordo com alguns autores como Capiberibe (2009), Lopez Garcés (2012) e Musolino (2006), a tendência provocou uma pressão forte sobre os indígenas da etnia Palikur.

Nestes termos, um questionamento é importante: será que esse povo estabeleceu algum tipo de resistência frente às estratégias de controle e nacionalização do Estado brasileiro? Com base nessa indagação, este artigo se propõe a somar para o entendimento da tessitura histórica do esforço por parte do Brasil para nacionalizar a região de Oiapoque. O texto evidencia a trajetória e o papel que os indígenas Palikur assumiram nesse evento.

Para tanto, o trabalho foi construído com base na análise de documentos históricos, da historiografia da região, além de algumas etnografias conjugadas com pesquisa de campo entre os Palikur nos anos 2015 e 2016. Adiante, o texto apresenta cinco seções. A primeira delas destaca o caráter transfronteiriço dos povos indígenas de Oiapoque, bem como evidencia o encadeamento do intercâmbio interétnico dessas populações com outras não indígenas, em especial, com os franceses.

Em seguida, tem-se a descrição da configuração sócio-histórica da área em questão, com ênfase nos conflitos territoriais entre Brasil e França pela posse desta. Ao partir da resolução do litígio territorial, a terceira seção revela as estratégias de vigilância e nacionalização das populações indígenas empreendidas não apenas pelo Brasil, como também pela França. Nesse contexto, é dada evidência aos modos como o povo Palikur reagiu às investidas de ambos os países.

Na sequência, o texto descreve a implantação, por parte do SPI, dos Postos Indígenas na Terra Indígena (TI) Uaçá, onde estão localizadas as aldeias Palikur. A quarta seção explora o papel desses postos nos planos de nacionalização, pacificação, vigilância e intervenção do Brasil entre os povos indígenas do Oiapoque. Nas considerações finais, a quinta e última seção analisa o processo de resistência dos Palikur e a contribuição desse povo no incremento da diversidade cultural da fronteira franco-brasileira.

O caráter transfronteiriço dos povos indígenas do Oiapoque

Localizado no extremo norte do Brasil e do estado do Amapá, o município de Oiapoque faz fronteira com o Departamento Ultramarino Francês da Guiana (a Guiana Francesa). No município, há três TIs demarcadas e homologadas

legalmente, são elas: Juminã, Uaçá e Galibi. Quatro povos indígenas dividem entre si a ocupação dessas terras: os Palikur (falantes da língua *parikwaki*, do tronco linguístico *Arawak*), os Karipuna (falantes do *patois*), os Galibi-Marworno (falantes do *kheuol*⁴) e os Galibi Kalinã (Galibi do Oiapoque⁵).

Assim como outros povos indígenas que vivem em áreas de fronteira e conforme López Garcés (2012), os indígenas que habitam a região de Oiapoque encontram-se em situação de contato interétnico intenso. Ainda, essa autora aponta que essa aproximação remonta ao período pré-colombiano e favoreceu a construção de uma diversidade étnica, cultural e linguística riquíssima. Portanto, o contato dos povos indígenas do Oiapoque com os não indígenas se estabeleceu há bastante tempo. Para Marin e Gomes (2003), tal relacionamento ocorre desde os primeiros anos da colonização europeia, no século XVI, fato que possibilitou a construção das redes de intercâmbio interétnico e favoreceu a circulação e troca de bens, serviços e pessoas.

A partir das primeiras invasões europeias, a região das Guianas se transformou em palco de relações estabelecidas entre os povos indígenas que ali já se encontravam e segmentos de populações não indígenas. Faziam parte desse último grupo: europeus de países diversos, principalmente portugueses, ingleses, franceses, holandeses e, posteriormente, também população africana de locais diversos da África, que foi levada pelos colonizadores para a região com o objetivo de serem submetidos ao regime de escravidão.

Em fins do século XVII, a chamada região do Cabo Norte⁶ passou a ser disputada por franceses e lusitanos. De acordo com alguns autores como Granger (2013), Lopez Garcés, (2012) e Souza Júnior (2013), esse conflito instaurou a origem do processo de configuração da fronteira colonial franco-lusitana e, em seguida, da fronteira franco-brasileira. Nessa configuração, as populações estabelecidas na região passaram a ser afetadas diretamente pela intervenção colonial, seja da França, seja de Portugal. Aspecto que denota o desenvolvimento de relação intensa de ordens variadas entre indígenas e não indígenas.

Ao considerar-se essa ligação, compreende-se que os indígenas do local nunca estiveram alheios à movimentação intensa desse território fronteiriço.

4 O *kheuol* falado pelos Galibi-Marworno e o *patois* falado pelos Karipuna são a mesma língua, com diferenças fonéticas pequenas entre si, e são variações do crioulo “negro” falado na Guiana Francesa.

5 Aliás, como eles costumam se identificar; eles utilizam pouco sua língua materna – do tronco *karib* – e falam principalmente o português.

6 Criada em 1637, a Capitania do Cabo Norte possuía cerca de quarenta léguas pela costa oceânica e se estendia até o rio Vicente Pinzón, que outro não é senão o rio Oiapoque, assim denominado pelos indígenas. A partir de então, tal área passou a ser conhecida também como região do Cabo Norte.

Nessa direção e conforme Capiberibe (2007), o povo Palikur compõe a ampla rede de relações, de comunicações e de trocas entre indígenas e não indígenas da área em questão. A partir de um contexto aberto, dentro e fora da TI Uaçá (onde se encontram as aldeias Palikur⁷), esse encadeamento de contatos reforça a interculturalidade como fator importante no estilo de vida desses indígenas.

Contudo, nem sempre os Palikur estiveram acessíveis aos não indígenas, principalmente aos lusitanos e posteriormente aos brasileiros. Não obstante, a historiografia revela que eles sempre foram considerados ‘amigos dos franceses’ (CARDOSO, 2008; LÓPEZ GARCÉS, 2012; MARIN ACEVEDO; GOMES, 2003; SIMONIAN; SARAIVA, 2010). Tal dado reforça o caráter transfronteiriço que esses indígenas carregaram consigo desde sempre nessa região.

Nesse ponto, há de ainda considerar-se que parte do povo Waiãpi vive do lado francês e na aldeia Camopi, na parte sudoeste desta fronteira. Como posto por Gallois (1986), esses indígenas migraram para o norte a partir do rio Tocantins e se estabeleceram no Amapá e no lado francês do rio Oiapoque. Precisamente,

Ao longo dos três últimos séculos, esta etnia de língua Tupi empreendeu sucessivas migrações rumo ao norte, escapando das frentes de colonização e dos empreendimentos missionários no baixo-Amazonas. No século XVIII, combatendo e/ou incorporando segmentos de outras etnias, conquistaram uma extensa área nas serras situadas entre as bacias dos rios Jari e do Oiapoque (GALLOIS, 2013, p. 1).

Nos últimos anos, esses indígenas têm experimentado muitas tensões, conflitos, violências de toda ordem – desde o comércio e uso de drogas até assassinatos impunes, como documentado por Ligia Simonian e por Sílvia Cruz em trabalho de campo na área no ano de 2009.

A região de Oiapoque e sua configuração sócio-histórica

Do século XVII até o início do XX, a faixa que se estende do rio Araguari, localizado na região central do estado do Amapá, até o rio Oiapoque, atual fronteira com a Guiana Francesa, foi disputada pelas colônias dos reinos de Portugal e França. Em virtude da disputa, essa região ficou conhecida como

⁷ Além das aldeias Palikur, a Terra Indígena Uaçá abriga outras aldeias, tais como as dos povos Karipuna e Galibi-Marworno.

“Território Contestado”. Conforme indica a literatura, a exemplo de Granger (2012) e Musolino (2006) e a respeito dessa problemática, o litígio derivou da interpretação dupla a respeito do rio que demarcava a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa.

O tratado de Utrecht estabelecido em 1713 demarcava o rio “Japoc ou Vicente Pizón” como limite da fronteira entre as duas colônias. De acordo com Musolino (2006) e Granger (2012), os portugueses entendiam que o referido rio era o Oiapoque. Já os franceses interpretavam que tal rio era o Araguari, localizado mais próximo da foz do cobiçado rio Amazonas. Como se depreende de Simonian e Saraiva (2010), muitos foram as escaramuças, os conflitos, as ‘guerras justas’ contra os indígenas e os ataques mútuos entre brasileiros e franceses no Cabo do Norte.

Nessa direção, conforme uma variedade de autores, o interesse francês em avançar território adentro estava relacionado à possibilidade de explorar a biodiversidade da região (ANDRADE, 2007; FERREIRA; SIMONIAN, 2013; LÓPEZ GARCÉS, 2012; NUNES FILHO, 2010). As descobertas de Condamine (1992) no século XVIII são indicativas desse propósito. Também a descoberta de uma jazida enorme de ouro na localidade de Lourenço no município atual de Calçoene motivou essa disputa.

Nos termos de Silva (2005), no início da colonização, quando as terras brasileiras foram divididas em capitânicas hereditárias, essa área passou a ser denominada “Capitania do Cabo Norte”, tendo sido entregue ao português Bento Parente. No dizer do autor, até o século XVIII, a parte maior desse espaço era ocupada exclusivamente por indígenas⁸. Somente no século XIX, o lugar em que hoje está localizada a cidade de Oiapoque foi habitado por um não indígena. Tratava-se do mestiço chamado Emile Martinic, o qual mais tarde nomeou o local de “Martinica do Oiapoque”.

Para *experts* como Andrade (2007), Cardoso (2008), López Garcés (2012), Simonian e Saraiva (2010) e Souza Júnior (2013), durante os séculos XVII e XVIII, a fronteira Brasil-Guiana Francesa se configurou como um espaço em que povos indígenas diferentes e de origem africana se concentraram. Ali, eles construíram uma resistência consistente ao regime colonial, criando mecanismos que levavam suas sociedades a obterem uma autonomia maior. Na área do Contestado, essas populações efetivaram um processo de contato interétnico e social acentuados.

No entendimento de López Garcés (2012), tal encadeamento resultou na formação de sociedades pluriétnicas, inclusive entre os indígenas. Para a autora,

⁸ Existe uma cartografia importante sobre a área conhecida como Cabo do Norte e em sua maioria arquivada na Biblioteca da Comissão de Demarcação de Limites de Belém e do Ministério das Relações Exteriores, que em parte foi publicada por Simonian e Saraiva (2010).

“[...] a atual diversidade étnica da região de Oiapoque e o grau de mestiçagem de alguns povos indígenas como os Galibi-Marworno e os Karipuna, constituem fatores derivados deste processo” (LÓPEZ GARCÉS, 212, p. 76). Entre 1841 e 1900, segundo Granger (2012), quando os conflitos se acirraram na área do Contestado, a governança sob o espaço em litígio ficou em suspenso.

Mesmo no período em que esteve demarcada como um lote da capitania hereditária, a defesa e o controle desse território por parte dos portugueses eram frágeis. A partir de Marin e Gomes (2003), sabe-se que, ao longo das margens do rio Araguari, se estendiam mocambos diversos onde negros, índios e soldados desertores buscavam refúgio das capturas coloniais. Ainda segundo esses autores, esses mocambos recebiam ajuda importante do governo francês para se manterem na região.

Desse modo, o Estado que se fazia mais presente era o que controlava melhor as pessoas e a própria área. Por facilidades de variadas ordens, a França conseguiu manter uma autoridade relativa no período em questão e construiu relação forte com a região do Contestado. Prova disso é a investida dos franceses na criação da “República do Cunani”, em 1896, e mais tarde, em 1900, quando tentaram criar o “Estado Livre de Calçoene” (GRANGER, 2012; SARNEY; COSTA, 1999). Esses foram fatores importantes que levaram o Brasil a acelerar o processo de defesa de seu território.

Vários são os documentos que constataam a influência da França sobre a região no final do século XIX.

Entre eles, tem-se um relato de Emílio Goeldi, datado de 1895, período em que o pesquisador fez expedições na área ora em discussão, com o propósito de construir um estudo para organizar a defesa brasileira perante a reivindicação francesa em avançar a fronteira:

[...] A língua usada é o português; o modo de vida os costumes, a educação – tudo é tal qual no Pará, porque quase todos são paraenses. [...] O único ponto do Território Contestado, onde de facto ha uma completa inversão é o Rio Calçoene, formando os crioulos de Cayenne, de Martinique e Guadeloupe, enfim, súbditos franceses, decidida preponderância numérica. Com este rio a França entretem constantes relações, diretas e via Cayenne e Martinique (GOELDI, 1895, apud GOMES, COELHO, 2012, p. 80).

Fontes como essa sinalizam, portanto, um aumento acelerado na disputa pelo território em fins do século XIX.

A pensar-se na historiografia dessa área da Amazônia oriental, a descoberta

de ouro está entre as razões desse acirramento e acarretou, inclusive, um confronto armado entre brasileiros e franceses na vila do Espírito Santo do Amapá (atual município de Amapá) (CARDOSO, 2008; GRANGER, 2012; SARNEY; COSTA, 1999). Como posto por Silva e Silva (2012), o enfrentamento resultou na morte do Capitão Lunier, representante de Caiena, e na popularização questionável do soldado Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho), liderança do lado brasileiro, como um herói nacional.

Na pretensão de um desfecho para o conflito, em 1900, o caso foi levado para o Tribunal Internacional instalado em Berna, na Suíça. Liderada por José Maria da Silva Paranhos (o Barão do Rio Branco) e com o apoio do zoólogo suíço Emílio Goeldi, a defesa dos brasileiros pela demarcação da fronteira no rio Oiapoque acabou vitoriosa (GRANGER, 2012; LOPEZ GARCÉS, 2012). Assim, em 1º de dezembro de 1900, o limite entre o Brasil e a Guiana Francesa foi definido como sendo o rio Oiapoque.

A partir de então, Brasil e França passaram a se fazer mais presentes na região, o que resultou em uma série de mudanças na paisagem social de Oiapoque. Desse modo, o desfecho do litígio fronteiriço significou o começo de dinâmicas novas no processo de formação das sociedades que habitavam essa região. Por sua vez, isso implicou perspectivas novas de natureza jurídica, política e econômica.

O Brasil ocupado por brasileiros: estratégias de vigilância e nacionalização

A partir da vitória brasileira sobre o domínio do Território Contestado, toda a área que compreende o atual estado do Amapá passou a ser administrada pelo governo do estado do Pará. Na tentativa de obter um controle maior sobre essa área, o governo paraense criou postos de fiscalização em locais estratégicos. E, como posto por López Garcés (2012), além de fortalecer a presença nacional na área, tal estratégia vislumbrou interromper a exploração ilegal de ouro e o comércio clandestino de mercadorias com a Guiana Francesa.

Por sua vez, o Estado francês também reforçou seu aparato de segurança na fronteira. Nessa direção e segundo López Garcés (2012), uma base militar foi estabelecida na cidade de Saint George para impedir a influência do governo brasileiro na Guiana Francesa. Similarmente ao Brasil, o governo francês articulou uma política de nacionalização das populações que habitavam a região. Desse modo, foram criados serviços e mecanismos de atração populacional. Entre estes, destacam-se aqueles utilizados para atrair a população indígena.

Por conseguinte, a autora referenciada acima revela que Brasil e França estabeleceram uma espécie de disputa pela nacionalização dos povos indígenas

dessa área, impondo-lhes uma diversidade de conflitos. Historicamente mais próximos do governo da Guiana Francesa, os Palikur estiveram mais imersos nesse processo. A saber, uma vez resolvido o conflito do território Contestado, parte de sua população optou por transferir-se para áreas da Guiana Francesa e lá viver.

A partir de então, a mobilidade dos Palikur entre o Brasil e a Guiana Francesa tornou-se uma característica evidente desse povo indígena, o que revela sua familiaridade com o lado francês da fronteira. Essa aproximação tornou-se ainda mais forte quando a França passou a oferecer aos indígenas residentes em seu território os mesmos serviços oferecidos aos cidadãos franceses, a saber: educação, saúde, habitação e renda regular mensal (LÓPEZ GARCÉS, 2012). Apesar da oferta dos subsídios, López Garcés (2012) registra um retorno desses indígenas para o Brasil datado de 1914.

Informações de López Garcés (2012) dão conta de que o regresso foi motivado por epidemias fortes de gripe e malária. A mobilidade transfronteiriça dos Palikur chama atenção para a importância da percepção sob a dinâmica histórica e cultural dos povos indígenas que habitam áreas de fronteira em relação à estrutura de disputa territorial das nações envolvidas e a consolidação da unificação nacional. Como posto até aqui, Brasil e França objetivavam assimilar as populações indígenas a fim de firmar o controle sobre o território e utilizá-las para garantir a soberania nacional na fronteira, local que demandava investimentos altíssimos para as duas nações.

Conforme Silva (2005), em 1919, foi criada a Comissão Colonizadora do Oiapoque, fruto de uma política colonizadora brasileira para a área setentrional do Amapá. Em 1922, instalou-se o Centro Agrícola Cleveland, que depois passou a se chamar Clevelândia do Norte. Para o autor, este foi o primeiro passo do governo brasileiro para implementar um núcleo populacional na fronteira, considerada pelo Brasil como um espaço de defesa militar.

Clevelândia do Norte surgiu como uma colônia agrícola penal para receber os presos políticos dos conflitos que marcaram a década de 1920 no Brasil. A funcionalidade do espaço como um presídio durou de 1924 a 1926 (BRITO, 2011). Foram vários os motivos para o período curto de funcionamento, no entanto os mais divulgados foram a falta de estrutura e o excesso de epidemias. Após o encerramento das atividades de presídio, segundo Capiberibe (2009), o local foi transformado em uma colônia militar com a função de desenvolver a região, reforçar o povoamento e, em especial, nacionalizar a população que já habitava a área.

Um dos primeiros movimentos do governo brasileiro para nacionalizar a região foi a expulsão de habitantes originários da Guiana Francesa da cidade de Oiapoque, algo comum no local. Entre os habitantes expulsos estavam muitos

comerciantes. A intenção brasileira era eliminar as relações comerciais com a Guiana Francesa, principalmente as dos Palikur, que costumavam comercializar a farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Mart.) com os franceses e consumiam com frequência produtos franceses.

Ao lado disso, de acordo com Capiberibe (2009), no começo dos anos de 1930, a região recebeu uma leva de migrantes nordestinos que fugia da seca e se estabeleceu em Oiapoque, dedicando-se à extração e à produção da essência do “pau-rosa” (*Aniba rosaeodora*). Romani (2003 apud CAPIBERIBE, 2009) pontua que, em decorrência disso, a partir dos anos de 1900, três grupos destacavam-se entre a população local: indígenas nativos da região e caboclos, nascidos ali ou oriundos de outras áreas do Amapá; nordestinos do Brasil fugidos da seca, que lá chegaram por articulação e incentivo do governo; e outros colonos, que também eram provenientes do Nordeste brasileiro, mas que foram para Oiapoque espontaneamente.

Contudo, como visto ao longo do texto, o interesse por esse território remonta ao período colonial e estava diretamente atrelado à exploração do ouro. A esse respeito, a pesquisa de Expedito Arnaud (1964, p. 22-23) aponta que, ainda nas quatro últimas décadas do século XIX, “[...] coolies, negros, chineses, martiniquenses e europeus [...]” já se deslocavam para a área em questão. Tais migrações ocorreram por conta de descobertas auríferas, algo que perdurou por décadas no século passado.

Portanto, além da investida do governo brasileiro em povoar o território Contestado com pessoas de nacionalidade brasileira, havia também uma mobilidade forte para aquela região com a pretensão de explorar seus garimpos. Nos termos de Arnaud (1964), depois da baixa da exploração mineral, essas pessoas continuaram habitando as localidades em torno da cidade de Oiapoque. Houve um processo de diversificação ética e social grande nessa cidade e município, especialmente devido a relações sexuais e/ou à formação de famílias entre brasileiros, indígenas e franceses.

Em relação aos povos indígenas da região do Uaçá, segundo López Garcés (2012), o início mais contundente da investida do governo brasileiro para nacionalizá-los ocorreu a partir de 1927, momento em que a expedição de General Rondon passou por essa região. Na ocasião, ele atuava como diretor de Inspeção de Fronteiras, cargo vinculado à Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL) do governo brasileiro. A expedição de Rondon objetivou, segundo López Garcés (2012, p. 72), incentivar “[...] estratégias políticas, jurídicas e organizativas para promover sentidos de identidade nacional, especificamente entre os povos indígenas”.

Entre as recomendações de Rondon (apud LÓPEZ GARCÉS, 2012, p. 86) para o desenvolvimento da fronteira com a Guiana Francesa, destacam-se: i) a

abertura de estradas para facilitar a chegada à região, além de investimentos na navegação a vapor; ii) a criação de postos de saúde e de escolas nos povoados com mais de vinte habitantes; iii) a criação de uma colônia militar em Santo Antônio de Oiapoque, com o propósito de aproveitar as instalações da Colônia Agrícola de Clevelândia.

Em se tratando da atuação do Estado brasileiro entre os povos indígenas, Rondon fez outras recomendações que se resumem no seguinte:

A língua falada pelos índios nas suas relações com os civilizados é o patuá do creoulo francês que se infiltrou naquele meio. A moeda que recebiam por pagamento do seu trabalho ou venda dos seus produtos era francesa.

Sendo de urgência a modificação da sua mentalidade, seria adequada a criação no rio Uaçá de um Posto Indígena, que se propusesse a levantar ali uma Escola profissional como primeiro órgão da incorporação à nossa sociedade.

Nesse sentido, e para preparar a solução desejada, solicitei ao Snr. Governador do Pará fosse reservada para os índios daquele rio a área das terras em que vivem e elaboram, a seu modo, a grandeza da nacionalidade (LÓPES GARCÉS, 2012, p. 86-87).

Anos depois, de acordo com Arnaud (1969, p. 96), com o propósito de colocar em execução as demandas apontadas por Rondon, a “Inspetoria Especial de Fronteiras enviou, em 1936, outro emissário ao Uaçá (major Luis Thomas Reis) para verificar a possibilidade de reunir os índios em um único povoado e aproveitá-los como guardas de fronteira”.

Contudo, o emissário conclui que os nativos não estariam preparados, ou “[...] em condições de serem utilizados como guardas de nossas fronteiras, exceto nas suas próprias terras [...]” (ARNAUD, 1969, p. 97), já que, segundo sua percepção, os Karipuna são inexperientes com a civilização, os Galibi são ordeiros e pacíficos e os Palikur são atrasados, ainda com hábitos primitivos. O relatório final dessa expedição conclui que:

[...] constituindo elles uma população brasileira da fronteira, falando, ainda o francez, é de sugerir que o S.P.I. os assista com meios capazes de nacionalisa-los, aproveitando-os, desde logo como elementos econômicos e, dentro de um futuro próximo, como guardas territoriaes daquella região fronteira (ARNAUD, 1969 apud LÓPEZ GARCÉS, 2012, p. 88).

Faz-se necessário observar que os povos indígenas da região resistiram de modos diversos às determinações da política do governo brasileiro.

Com base em Arnaud (1969), sabe-se que, em se tratando do trabalho nos garimpos, os índios recusavam-se a realizá-los. Conforme o autor, eles preferiam abastecer o comércio do garimpo com pirarucu e com o peixe-boi (*Trichechus inunguis*) salgados e farinha de mandioca. Portanto, os indígenas da bacia hidrográfica do Uaçá, principalmente os Palikur, não aceitavam facilmente as determinações do governo brasileiro.

Entende-se que esse posicionamento resistente dos Palikur para com o governo brasileiro é uma herança das relações construídas com o colonizador português. Segundo Arnaud (1969), historicamente os portugueses mantiveram um tratamento ríspido para com os Palikur. Em vista disso, esse mesmo autor explica que tais indígenas não se esforçavam para aprender o português, muito menos o *patois*, língua derivada do crioulo francês que os Karipuna e Galibi-Marworno adotaram para si como língua usual.

Por conta dessa resistência, os colonizadores portugueses acusavam os Palikur da prática de contrabando, pois eles continuavam a manter um comércio intenso com a Guiana Francesa, não pagavam os tributos coloniais, apresentavam ameaça à segurança no território contestado e se dedicavam a aprender o idioma francês (ARNAUD, 1969). Para Capiberibe (2007), a resistência dos Palikur frente às estratégias de nacionalização fez com que eles se tornassem o único grupo indígena da área do Uaçá a manter sua língua materna⁹. Mesmo depois de contato interétnico intenso, em que se adotou somente o francês para fins de intercâmbio de bens com seus “amigos” franceses, a língua materna desses indígenas se manteve.

O histórico de perseguições que remete ao período colonial, assim como o contato frequente com outros povos indígenas e não indígenas da fronteira em destaque fez com os Palikur apresentassem um déficit populacional intenso no século XX. Ao utilizar-se de dados produzidos por Curt Nimuendajú, Capiberibe (2007) revela que, ainda em 1925, os Palikur já apresentavam abalos de um processo histórico de contatos diversos. Apenas após a instalação dos PIs nas terras desses indígenas pelo SPI e pela FUNAI é que esses indígenas começaram a recuperar-se do ponto de vista demográfico.

Postos Indígenas: nacionalizar, pacificar, vigiar e intervir

A fim de dar subsídios para uma política intensiva de vigilância entre os

9 Deve-se apontar que antigamente os Palikur falavam vários dialetos entre si, pois a divisão clânica era bastante forte, e cada clã falava uma língua própria (CAPIBERIBE, 2007; 2009). Atualmente ainda há divisão de clãs entre os Palikur, porém as línguas se fundiram em uma só, denominada por eles parikwaki.

indígenas, um Posto Indígena (PI) foi construído num local estratégico chamado “Encruzo”, onde há a bifurcação dos rios Uaçá e Curipi (CAPIBERIBE, 2007). Inaugurado em 1940, este posto oferecia assistência médica e atendimento escolar às populações indígenas da bacia do Uaçá. No dizer de Capiberibe (2007), por conta das estratégias de vigilância, a partir de 1940, as fronteiras do rio Urukauá e de toda a região da bacia do Uaçá foram fechadas para a habitação e transações com estrangeiros.

O posto do Encruzo era passagem obrigatória para quem vinha de Oiapoque e das cidades da Guiana Francesa para as aldeias Karipuna, Palikur e Galibi-Marworno. Estas encontravam-se localizadas respectivamente nos rios Curipi, Urukauá e Uaçá. A Figura 1 demonstra a localização do posto citado.

A pesquisa de campo realizada entre os Palikur nos anos de 2015 e 2016 revelou que, na memória coletiva dos mais idosos, há lembranças desse passado de intervenção ostensiva do governo brasileiro. No primeiro ano de estudo de campo, coletou-se o relato de Nenélio Batista¹⁰ (80 anos à época) a respeito. Precisamente, ele lembrou que, logo depois da chegada do SPI, todos os estrangeiros foram expulsos dessas áreas.

Conforme os relatos dos entrevistados, os estrangeiros que viviam nesse território indígena eram comerciantes franceses, chineses e italianos, os quais exerciam o papel parecido com o do ‘regatão’ amazônico¹¹. Eles compravam dos indígenas: couro de jacaré amazônico – o açu (*Melanosuchus niger*), o tinga (*Caiman crocodilus*) e o coroa (*Paleosuchus trigonatus*); de jacuraru (Gêneros *Tupinambis* e *Salvator*); de jiboia (*Boa constrictor constrictor* (Forcart, 1960), e outros mais, além do peixe-boi, do pirarucu (*Arapaima gigas*), da farinha de mandioca... Estes e outras matérias-primas que eram revendidas na Guiana Francesa, principalmente no comércio de Saint George e de Caiena.

Após a restrição aos estrangeiros, apenas o comerciante Côcco permaneceu na região indígena. Pelo que se soube por meio dos Palikur, o senhor Côcco era um homem de origem italiana,¹² que viveu algum tempo na montanha Tipoca, no rio Urukauá, e depois resolveu se mudar para o rio Curipi, próximo à aldeia

10 Realizou-se a pesquisa de campo em 2015 e nos meses de fevereiro e julho de 2016, na aldeia Kumenê, rio Urukauá.

11 O regatão é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades ribeirinhas mais afastadas do meio urbano, comercializando produtos da cidade para habitantes da beira do rio e recebendo em troca os produtos regionais, produzidos ou extraídos diretamente da floresta.

12 Entretanto, entre os Karipuna não há consenso de que o senhor Côcco era de origem italiana. A informação obtida é de que sua mãe era indígena e seu pai europeu. Contudo, os informantes Karipuna não conseguiram lembrar com precisão seu país de origem.

mília entre os Karipuna. Seu Nenélío Batista informou ter sido ajudante de seu Côcco por muitos anos, trabalhando como piloto de sua embarcação.

Eurico Fernandes – agente público do Estado brasileiro – foi o primeiro chefe do posto do SPI no rio Uaçá e ocupou o cargo durante dez anos. Foi ele quem chefiou a instalação do posto do Encruzo e, conforme Capiberibe (2009), sua atuação foi controladora e punitiva. Capiberibe (2007) destaca que, a partir da assistência do SPI, depois da segunda década do século XX, com as expedições regulares à região e implantação do PI, e posteriormente a assistência prestada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ocorreu um aumento gradativo da população Palikur no território brasileiro.

O PI do Encruzo significou o primeiro contato regular e intensivo dos brasileiros na vida dos Palikur, depois da consumação do processo de litúgio fronteiro entre Brasil e França. Antes de sua inauguração, o SPI fazia expedições esporádicas e até chegou a inaugurar uma escola na localidade onde hoje é a aldeia Kumenê. Tal realidade levou a concentrar nesse local algumas poucas famílias que viviam espalhadas ao longo do rio Urukauá.

Contudo, posteriormente, os Palikur entenderam que a instalação da escola por parte dos brasileiros significava uma tentativa nova de pacificá-los para a escravização. Isso porque na escola instalada não se admitia a comunicação em língua Palikur, somente em português. Dados de Arnaud (1969) informam que, pouco tempo depois da introdução da escola, ela foi fechada pelos próprios indígenas que se recusaram a frequentá-la.

De acordo com a avaliação de Arnaud (1969), o projeto de extensão do SPI entre os povos indígenas do Uaçá foi idealizado mais para atender às necessidades administrativas do governo brasileiro do que para beneficiar os povos indígenas. O autor justifica o raciocínio esclarecendo que a ideia central era romper com as relações estabelecidas entre os indígenas do Oiapoque (principalmente os Palikur) e a Guiana Francesa. Desse modo, pretendia-se consolidar o núcleo ocupacional brasileiro na região.

Nessa lógica, faz-se necessário mencionar que o SPI estava em busca de vigilância e pacificação dessas populações que historicamente se mostravam arredios às políticas coloniais portuguesas. Além de conquistar os indígenas para a nação brasileira, o SPI objetivava demarcar características empreendedoras nestes. Nesta perspectiva, buscava-se tornar os Palikur independentes do governo francês.

Conforme Arnaud (1969), a tentativa de introdução de produtos novos na plantação da roça, bem como a criação de gado estão entre as tentativas de introdução de características novas na vida social dos indígenas por parte do SPI. Tal projeto foi fracassado; isto porque o único excedente econômico

desses indígenas continuou sendo a farinha de mandioca. Destaca-se que os implementos utilizados na fabricação desse produto continuaram sendo os mesmos que existiam antes da intervenção do aparato governamental brasileiro.

A lógica de que o PI do Encruzo foi fundado com a intenção de priorizar tão somente as demandas administrativas do governo brasileiro é reforçada pelo fechamento do posto, em 1958, quando as mercadorias e os recursos humanos tornaram-se escassos. Após o fechamento, de acordo com Arnaud (1969, p. 108), os índios voltaram a comercializar e fazer transações nas duas margens do rio Oiapoque,¹³ sem nenhum impedimento de fiscalização do SPI. Para Capiberibe (2007), outra investida dos não indígenas na área do Uaçá deu-se via implantação do PI, e foi quando os líderes políticos Palikur, a partir da administração dos PIs pela FUNAI, passaram a ser escolhidos pelos chefes dos postos.

Para Capiberibe (2007), esse evento permitiu aos Palikur o aprimoramento da assimilação de hierarquia e, a partir de então, passou a fazer parte do seu sistema de organização política. Essa autora chama atenção para o fato de a figura do chefe ter sido criada e não assimilada de modo ingênuo e servil. Ela foi implementada pelos Palikur com o propósito central de estabelecer uma comunicação inteligível com os não indígenas.

Ainda, Capiberibe (2007) pontua que, até os tempos atuais, se observa o sistema de chefia estabelecido pelo SPI na região. Dessa maneira, o sistema hierárquico se consolidou na estrutura de chefia dos Palikur. Inclusive, eles reconhecem que desse modo a mediação entre os indígenas e não indígenas se torna mais segura.

A percepção de Capiberibe (2007) faz lembrar que a ação do SPI era uniforme em todo o país. Não era, portanto, uma ação isolada das áreas de fronteira, visto que o mesmo episódio também é observado por Oliveira (1998, p. 59) entre os “[...] índios do Nordeste [...]” brasileiro. Neste caso, a figura do chefe do PI está no topo da estrutura de poder estabelecida na área indígena de influência e atua fortemente na organização e gestão política da região que lidera.

Outra intervenção do SPI na vida dos PIs do Oiapoque é descrita por Expedito Arnaud (1969, p. 104), o qual indica que a faxina dos espaços comuns da aldeia foi introduzida pelo SPI como estratégia para substituir o castigo imposto por transgressões dos indígenas. O antigo castigo era o tronco que, segundo o autor, continuou sendo utilizado, porém em menor frequência. Algumas punições como a própria faxina passaram a ser autorizadas pelos administradores do PI.

De acordo com Capiberibe (2009), o chefe do posto exercia papel seme-

13 Segundo os Palikur, quem continua fazendo comércio com a Guiana-Francesa são os Galibi-Marworno. Portanto, os Palikur preferem não assumir o intercâmbio de bens com o lado francês, acusando somente os Galibi-Marworno como agentes desse comércio.

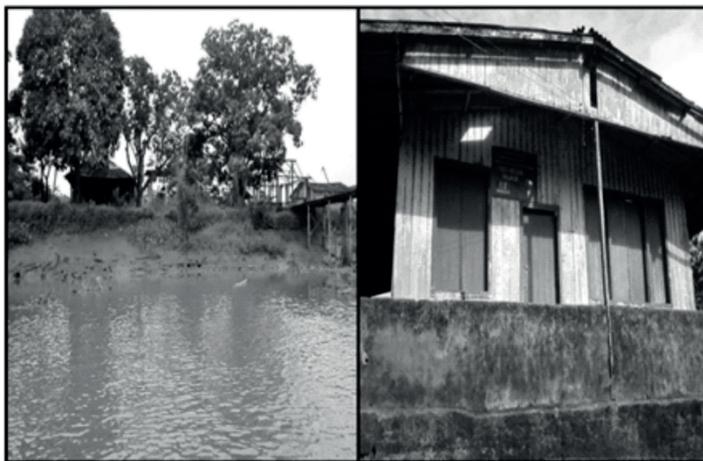
lhante ao de polícia, uma vez que ele era o responsável por vigiar e punir as atitudes reprováveis dos indivíduos, as quais eram avaliadas pela comunidade por meio de reuniões coletivas. Até hoje, as punições impostas aos transgressores permanecem fundamentadas nas penas de roçagem, que consiste na faxina das áreas comuns da aldeia. Ademais, a figura do chefe do posto era fundamental na constituição política dos representantes da aldeia, estando ao lado do cacique e do seu conselho. Neste ponto, é-se forçado a lembrar o poder analítico da obra de Foucault (1987) quando trata dos conceitos vigiar e punir.

O poder atrelado à figura do chefe do posto traduz o modo como a administração brasileira passou a se relacionar com os povos indígenas da região do Uaçá, implementando políticas que buscavam reorganizar o espaço social e a vida dessas populações, de acordo com o estabelecimento do estado nacional brasileiro. No entanto, viu-se que nem todos os indígenas estavam dispostos a se submeter a todas as exigências do Estado nacional brasileiro, já que, na primeira oportunidade que tinham, desobedeciam às determinações dos não indígenas. Sinal dessa resistência foi a retomada das relações comerciais com o lado francês da fronteira após a desativação do PI do Encruzo, em 1958.

Em 1973, os Palikur passaram a ter um posto exclusivo na própria aldeia Kumenê, já sob a administração da FUNAI. Conforme Capiberibe (2009), nos sete primeiros anos de funcionamento, o posto foi chefiado exclusivamente por representantes administrativos da FUNAI. Depois de 1980, passou a ser administrado pelos próprios indígenas da aldeia.

Há aproximadamente 10 anos, todos os PIs da FUNAI instalados nas aldeias dessa fronteira norte foram desativados e abandonados. Segundo informações dos Palikur, o posto do Kumenê foi desativado por falta de estrutura administrativa e financeira para a manutenção dos serviços. Desse modo, a figura do chefe do posto deixou de existir entre os Palikur. Nas Figuras 2 e 3, tem-se a imagem do posto do Encruzo e do PI da aldeia Kumenê.

Proibidos de acessar suas áreas pesqueiras tradicionais, os pescadores artesanais de Oiapoque, bem como pescadores de outras regiões passaram a adentrar a TI para ter acesso ao pescado. Pelo que os indígenas têm manifestado quando ouvidos em campo, depois que os postos indígenas foram abandonados e a fiscalização desativada, tornou-se frequente o flagrante de pescadores originários de Belém, de outras cidades do Pará, de Macapá e de Oiapoque pescando e capturando jacarés no rio Uaçá, dentro da TI.



Figuras 2 e 3 - Na imagem à esquerda, tem-se o PI da FUNAI no Encruzo, abandonado desde 2005. Na imagem à direita, está o PI da aldeia Kumenê/Palikur, abandonado desde 2006.
Fonte: acervo pessoal de Tadeu Lopes Machado, janeiro de 2016.

Considerações finais

Palco de uma heterogeneidade étnica acentuada, a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa possui um histórico de intercâmbio interétnico que antecede a colonização europeia na área. Ao iniciar-se essa colonização, a área foi vítima de disputas territoriais entre Brasil e França, as quais foram estimuladas especialmente por riquezas naturais como o ouro. Em meio aos desentendimentos a respeito do limite natural da fronteira, estava uma população formada por muitos indígenas que historicamente construíram relações diversas com as duas nações em litígio por séculos e décadas.

A partir de 1900, quando rio Oiapoque é definitivamente estabelecido como o limite fronteiro. O conflito é resolvido e Brasil e França passam a construir estratégias para nacionalizar a população de seus respectivos territórios. Imersos em uma rede complexa de relações, de comunicações e de trocas que estavam para além de fronteiras físicas, os Palikur foram alvo de estratégias contundentes que visavam impor-lhes características nacionais, seja da França, seja do Brasil. Em se tratando das investidas desse último, destacam-se

as instalações de PIs geridos pelo SPI e pela FUNAI na TI Uaçá, onde estão localizadas as aldeias Palikur.

Criados para subsidiar o controle dos indígenas e impedir o contato com os estrangeiros, esses postos acabaram estimulando entre os Palikur modos complexos de resistência frente aos objetivos de controle e nacionalização do Estado brasileiro. Entre várias instâncias, essa resistência revela que esses indígenas nunca foram indiferentes aos conflitos desse território fronteiriço. Apesar das restrições que lhe foram impostas e das tentativas de controle empreendidas ora pela França, ora pelo Brasil, eles permaneceram protagonistas da intensa rede de contatos interétnicos desse território fronteiriço, somando para o incremento da diversidade cultural da região.

Ao somar-se a resistência incontestável dos Palikur e o sucateamento progressivo da FUNAI, note-se que o abandono dos PIs por parte da FUNAI na TI Uaçá seja analisado como o alcance, ao menos em parte, dos objetivos para os quais esses postos foram criados. Precisamente, efetivar a relação dos Palikur com os brasileiros, minimizar as relações de intercâmbio de bens com os franceses e instalar a sensação de segurança nacional para o norte do Amapá. Uma vez alcançadas tais metas, a vigilância constante na TI Uaçá não teria mais razão prática e objetiva para se manter.

Reforça-se, contudo, que o alcance possível desses objetivos não anula ou minimiza a resistência dos indígenas da região. Tal aspecto apenas reforça a complexidade da trajetória histórica da fronteira franco-brasileira. Neste ponto, importa ressaltar a necessidade de se dar continuidade à pesquisa, agora sobre a compreensão dos Palikur e de outros povos indígenas que viveram e/ou vivem nesta fronteira até hoje permeada por conflitos, tanto do ponto de vista da documentação quanto das memórias a serem levantados entre os que ainda ali vivem.

Referências

ACEVEDO MARIN, R. E.; GOMES, F. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII). **Revista de História da USP**, n. 149, p. 69-107, dez. 2003.

ANDRADE, R. F. de. **Malária e migrações no Amapá**: projeção espacial num contexto de crescimento. Belém: NAEA, 2007. 305 p. (Prêmio NAEA, 2007 – Tese; Prefácio de L. Simonian).

ARNAUD, E. **Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial**

brasileira. In: _____. O índio e a expansão nacional. Belém: CEJUP, 1989. p. 87-128. Publicado originalmente no Boletim do MPEG, Antropologia, Belém, n.s., n. 40, jul. 1969.

BRITO, E. M. de. O presídio de Clevelândia do Norte: a imprensa e as disputas políticas. In: AMARAL, A. et al. (Org.). **Do lado de cá:** fragmentos de história do Amapá. Belém: Editora Açai, 2011. p. 201-218.

CAÑETE, U. M.; RAVENA-CAÑETE, V.; MAGALHÃES, S. M. S. B. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, p. 179- 198, 2015.

CAPIBERIBE, A. **Batismo de fogo:** os Palikur e o cristianismo. São Paulo: Annablume; FAPESP; NUTI, 2007.

_____. **Nas duas margens do rio:** alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana Francesa. Museu Nacional, Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2009.

CARDOSO, F. do S. S. **Entre conflitos, negociações e representações:** o Contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: UNAMA; NAEA, 2008.

CONDAMINE, C.-M. de la. **Viagem pelo Amazonas 1735-1745.** Editora Nova Fronteira, 1992. 156 p.

FERREIRA, R. da S.; SIMONIAN, L. T. L. Biodiversidade do Escudo Guianês nos séculos XVIII a XIX e ecologia histórica. In: SIMONIAN, L. T. L.; COSTA, A. J. S.; BAPTISTA, E. R. **Escudo Guianês, biodiversidade, conservação dos recursos naturais e cultura.** Belém: NAEA; GSF, 2013. p. 175-206.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

GOMES, E. L. dos S. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá.** Belém, 2007. 132 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, 2007.

GALLOIS, D. T. **Apropriação e gestão de uma “terra”.** A experiência Waiãpi

(Amapá, Brasil). Brasília: Portal de periódicos da UnB. 2013. 13 p. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/download/10011/732. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Migração, guerra e comércio: os Waïapi na Guiana**. São Paulo: USP, 1986. 348 p.

GRANGER, S. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia, **Revista Cantareira**, ed. 17, p. 21-39, jul.-dez., 2012.

_____. Uma fronteira com o norte da América do Sul: migrações e reterritorialização na Guiana Francesa. In: BRITO, A. J. I.; ROMANI, C.; BASTOS, C. A. (Org.). **Limites fluentes: fronteiras e identidades na América Latina (Séculos XVIII-XXI)**. Curitiba: CRV, 2013. p. 19-31.

LÓPEZ GARCÉS, C. L. Pueblos indígenas, fronteras y estados nacionales: reflexiones histórico-antropológicas desde las fronteras Brasil-Colombia-Perú y Brasil-Francia. **Revista Mundo Amazónico**, Leticia Co., Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI), v. 2, p. 155-178, mar. 2011.

_____. Los indígenas en la frontera Brasil-Guyana Francesa. Una visión histórica: 1900-1950. In: ZÁRATE BOTÍA, C. G. (Org.). **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Leticia, Co.: UNAL; IMANI, 2012. p. 68-97.

MEIRA, S. **Fronteiras setentrionais**. Três séculos de lutas no Amapá. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

MUSOLINO, Á. A. N. **Migração, identidade e cidadania Palikur na fronteira do Oiapoque e litoral sudeste da Guiana Francesa**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2006.

NUNES FILHO, E. P. **Condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari no período pré-colonial**. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SARNEY, J.; COSTA, P. La République du Counani. In SARNEY, J.; COSTA, P.; **Amapá: a terra onde começa o Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal; Conselho Editorial, 1999 (Coleção Brasil 500 anos).

SILVA, J. M. da. A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá – Guiana Francesa. **História Revista**, v. 10, n. 2, p. 273-298, jul./dez. 2005.

SILVA, J. V. da; SILVA, D. F. da. **Cabralzinho**: a construção do mito de um herói inventado na sociedade amapaense. Salto: Schoba, 2012.

SIMONIAN, L. T. L.; SARAIVA, M. P. Fronteiras em construção: índios, mocambeiros e disputas colonialistas no rio Araguari, estado do Amapá. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA; MPEAP, 2010. p. 51-90.

SOUZA JÚNIOR, J. A. Grão Pará e Caiena: a fronteira da rebelião. . In: BRITO, A. J. I.; ROMANI, C.; BASTOS, C. A. **Limites fluentes**: fronteiras e identidades na América Latina (Séculos XVIII-XXI). Curitiba: CRV, 2013. p. 173-182. VALLOT, H. A construção da fronteira Brasil/Guiana Francesa e os Palikur. In: PIMENTA, J; SMILJANIC, M. I. (Org.). **Etnologia indígena e indigenismo**. Brasília: Positiva, 2012. p. 53-73.



OS KOUTAKUSSEIS E OS PERCALÇOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE TRINTA

Reiko Muto¹⁴

Luis E. Aragón¹⁵

Introdução

A vinda de um grupo de imigrantes de cerca de 500 japoneses na década de trinta para o município de Parintins, Estado do Amazonas, entre os quais 243 a 248 estudantes na faixa de 18 a 25 anos, conhecidos como *koutakusseis*¹⁶, representa uma imigração não convencional, visto que, diferentemente de colonos destinados ao Sudeste para servir de mão de obra temporária nas fazendas de café, os jovens *koutakusseis* não vieram para serem colonos assalariados, visto que todos eram escolarizados (pelo menos com o segundo grau) e alguns eram oriundos de famílias da classe média abastada do Japão.

Incentivados pelo político Tsukasa Uyetsuka (1890-1978) e pelo professor Kotaro Tuji (1903-1970) no curso de formação da Escola Superior de Colonização, em Tokyo, eles chegaram com o firme propósito de “desbravar” a Amazônia para serem empreendedores de seus negócios e participar de um grande projeto de colonização na Amazônia que visava ao assentamento de dez mil famílias, em uma área de um milhão de hectares concedida pelo Governo do Amazonas, que buscava alternativas para superar a crise econômica da borracha.

Nesse propósito, o político Uyetsuka, fundador da Escola Superior de Colonização *Kokushikan*, preocupou-se com a formação dos *koutakusseis*

14 Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, doutoranda em desenvolvimento socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos /Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: reikomuto@gmail.com.

15 Doutor em geografia, professor titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: aragon_naea@ufpa.br

16 A palavra “*koutakusseis*” é uma alcunha derivada do nome de escola (*Kokushikan*, *Koutou Takushoku Gakkou*) traduzida como Escola Superior de Colonização *Kokushikan*. Seria a junção de três ideogramas *kou-taku-sei*: “*kou*” de *koutou*, que significa superior; “*taku*”, de *takushoku*, que significa colonização; e “*sei*”, que significa estudante. Pela Lei nº 97/2011 do Estado do Amazonas, *Koutakusseis* refere-se ao grupo de estudantes japoneses que se instalaram em Parintins no Baixo Amazonas na década de 1930, reconhecidos pelo Estado do Amazonas como precursores do ciclo econômico da juta no Amazonas.

para além de conhecimentos técnicos em agronomia industrial, ensinando a língua portuguesa, a cultura social e familiar dos brasileiros e condicionamento físico para suportar as adversidades naturais da Amazônia. Os jovens empreendedores estavam motivados para experimentar novas culturas que oferecessem resultados econômicos, a começar com a juta indiana para garantir a subsistência e o assentamento de futuros colonos para os grandes empreendimentos agrícolas, como de guaraná, cacau, seringa, castanha-do-pará e outras culturas permanentes que pudesse compensar, de certa forma, a concessão territorial. Entretanto, tal desiderato acabou não se concretizando em razão de fortes preconceitos étnicos e resistência de políticos e intelectuais à concessão de terras a estrangeiros na Amazônia. Eles argumentavam que nas regiões isoladas ocupadas por estrangeiros formar-se-iam verdadeiros quistos contra a nacionalidade e que os nipões estariam a serviço dos projetos expansionistas de seu governo.

Assim, por conta de contingências políticas do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e da Constituição de 1934 que afetaram o rumo da imigração no País, este artigo tem por objetivo analisar algumas discussões teóricas e empíricas que provocaram a anulação de concessões de terras já autorizadas pelo Governo amazonense e os principais percalços que malograram o projeto dos *koutakusseis* (Projeto Koutaku), especificamente questões políticas e sociológicas em torno da eugenia, inassimilação e do “perigo amarelo” que levaram ao estabelecimento do regime de quotas restritivas à imigração de asiáticos e restrição à concessão de terras acima de dez mil hectares, cujas limitações dificultaram a entrada de maior contingente de imigrantes dessa etnia no País, sobretudo na Amazônia, quando iniciava a formação de colônias agrícolas nos estados do Pará e Amazonas.

O foco da investigação está mais alinhado à história demográfica, de acordo com os argumentos de Bacellar, Scott e Bassanezi (2005) e de Iraci Costa (2011). A teoria de base é de Sayad (1998), que afirma que todo o itinerário do imigrante é um itinerário epistemológico e o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, mas também um espaço qualificado em muitos sentidos: social, econômica, política e culturalmente; razão por que o objeto de estudo direciona-se para uma abordagem interdisciplinar do gênero instrumental (CRESWELL, 2007).

A fundamentação teórica das discussões sobre os preconceitos raciais estão ancoradas nas contribuições de Schwarcz (1993); Daniels (1977); Seyferth

(1996, 2001); Stepan (2005); Santos (2008); Geraldo (2009). Quanto à literatura sobre a imigração japonesa no Brasil, foram privilegiadas as contribuições de autores tradicionais, como Saito e Maeyama (1973); Handa (1987); Sakurai e Coelho (2008); Bassanezi e Tsuzzi (2008); Kodama e Sakurai (2008). Enquanto as discussões sobre o processo imigratório na Amazônia foram apoiadas nas obras de Aragón (2011, 2013); Homma (2007, 2011); Emmi (2013) entre outros.

As discussões historiográficas dos principais percalços que malograram o projeto dos *koutakusseis* (Projeto *Koutaku*) estão baseadas na obra do diplomata Leão Neto (1989), que discute a crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934), acompanhada de leituras de jornais da época, anais do Congresso Nacional, legislação e relatos de Reis e Farias (1924); Vieira (1942), Uyetsuka ([1954] 2011); Araújo (1995); Associação dos *Koutakusseis* da Amazônia (2011); e de vários imigrantes desta região (APANB, 2001).

Nesta discussão procurou-se levantar os fatos relevantes que impactaram a imigração japonesa na Amazônia, destacadamente as discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 em torno do regime de quotas e limitação à concessão de terras, que deram margem à ampla discussão na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas quanto à legalidade da cessão de terras concedidas, em março de 1927, a Genzaburo Yamanishi e Kinroku Awazu, e por estes transferidas a Tsukasa Uyetsuka, cujo desfecho (em 1936) levou à anulação das concessões já autorizadas pelo Governo amazonense, o que impactou o projeto dos *koutakusseis* no Estado do Amazonas.

A questão da eugenia e inassimilação dos japoneses

Os preconceitos étnicos e xenofobia de políticos e intelectuais que prejudicaram a formação de colônias agrícolas de japoneses na década de trinta no estado do Amazonas vem de longa data. Estão calcadas na imagem pejorativa dos negros, amarelos e dos miscigenados, no final de século XIX, quando houve vários movimentos contrários à imigração de africanos e asiáticos pela elite dominante, que buscava a “pureza” da raça ariana, sob uma perspectiva racista de existência de uma hierarquia entre as raças. Nesse contexto de mudanças que assolava o País pela entrada maciça de imigrantes europeus em São Paulo, após a abolição da escravatura (1888), as discussões

“científicas” de médicos e de políticos prosperavam sobre a eugenia¹⁷. Para a formação da população desejável, o ideário seria o estabelecimento de políticas públicas para “civilizar” e “branquear” a população brasileira (SCHWARCZ, 1993; SEYFERTH, 2001).

A vitória dos eugenistas veio explícita no Decreto nº 528, de 1890, que proibiu a imigração de africanos e asiáticos para o Brasil. Não obstante, havia crescente carência de mão de obra e uma enorme dificuldade para fixar o imigrante europeu na agricultura cafeeira. Com a proclamação da República, a Constituição de 1891 deu autonomia aos estados para legislar sobre imigração e colonização. Logo, a demanda por imigrantes asiáticos para a lavoura passou ser a tônica das discussões políticas. A pressão dos fazendeiros aumentou com a edição da Lei nº 97, de 1892, que permitiu a entrada de imigrantes chineses e japoneses, e autorizou o Governo a celebrar tratado de comércio, paz e amizade com o Japão. Entretanto, o Estado de São Paulo permitiu apenas a entrada de imigrantes europeus, americanos e africanos, excluindo os asiáticos (São Paulo, Lei nº 356, de 1895).

Para os japoneses que estavam experimentando a modernidade com a abertura de seus portos, a América Latina era o novo mundo de oportunidade e alternativa para uma possível obstrução dos canais de acesso ao território norte-americano. Nessa perspectiva, o processo migratório ultramar para América Latina iniciou em fins do séc. XIX, quando o Japão assinou o Tratado de Comércio e Navegação com o Peru (1873), e depois com o México (1888). Enquanto iniciavam as negociações com o Brasil, a primeira leva de imigrantes, constituída de 790 pessoas, desembarcava no Peru em 1899 (IRIE e HIMEL, 1951). Alguns desses imigrantes chegaram à Amazônia brasileira no início do século XX (SILVA NETO, 2014).

Durante as primeiras tratativas com o corpo diplomático brasileiro, houve manifestação de que o Governo japonês estaria pronto a negociar um tratado

17 A palavra eugenia, de origem grega, foi cunhada pelo cientista britânico Francis Galton (1822-1911), em 1883, com o significado de “bem-nascido”, com o propósito de aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano na nova “ciência da hereditariedade humana”. Primo de Charles Darwin (1809-1882), Galton pretendia contribuir positivamente para a melhora das características do conjunto populacional por meio da elaboração de teorias e de ações práticas, tendo por base a transmissão de caracteres através da reprodução seletiva. Seus estudos sobre as questões relativas à evolução humana e a seleção natural e social, que defendia intervenções sistemáticas no meio social (darwinismo social), influenciaram muitos cientistas e políticos do final do século XIX a adotar “medidas saneadoras” em busca de uma pretensa raça superior, a ponto de surgirem práticas de esterilização coletiva daqueles considerados inferiores do ponto de vista biológico, como aconteceu na Alemanha e nos Estados Unidos (STEPAN, 2005; SANTOS, 2008; DEL CONT, 2008).

de amizade e comércio nos termos em que o fizera com o México, o qual aceitara o princípio da jurisdição territorial, mas o Governo brasileiro retraiu-se e as negociações foram retomadas somente em janeiro de 1895, no Governo de Prudente de Moraes (1894-1898). O Chanceler brasileiro, ao justificar ao Presidente da República sua decisão de aceitar a pré-condição de reciprocidade, argumentou que, no ano anterior, a Grã-Bretanha havia assinado o Tratado de Comércio e Navegação com aquele país, pelo qual estipulava que os súditos britânicos estariam sujeitos à jurisdição local japonesa (LEÃO NETO, 1989, p. 19-21).

Entretanto, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Japão e Brasil, assinado em 1895 (Lei nº 419, de 1896), nada estipulou a respeito da migração entre os dois países, pois entendiam que essa questão deveria ser tratada pelas empresas privadas, sob a tutela do Ministério de Negócios Estrangeiros. Neste sentido, o Governo de São Paulo estava apoiando as negociações entre a companhia de emigração *Toyo Imin Kaisha* e a firma Prado Jordão para a introdução de 1.500 a 2.000 imigrantes, em 1897, que não se concretizou naquela oportunidade (KODAMA; SAKURAI, 2008).

O Ministro Oliveira Lima afirmava que o Governo japonês também era contrário à emigração para o Brasil, conforme assinalava a correspondência de março de 1902. O desinteresse do Governo brasileiro pela imigração asiática, de acordo com a linha de argumentação sustentada pelos representantes da diplomacia brasileira, seria de várias ordens: havia a questão racial (no seu aspecto eugênico); a questão cultural (no que poderia implicar em termos de aculturação - por serem considerados inassimiláveis); e o aspecto diplomático (no potencial de atrito decorrente de um eventual desajuste do imigrante no meio brasileiro), com maior realce o agravamento deste último, na apreciação de Leão Neto (1989, p. 26).

Contrariando as previsões do Chanceler Lima, entre os anos de 1903 e 1907 certos acontecimentos vieram a demandar mudanças na atitude do Governo japonês frente a um renovado interesse por parte do Governo de São Paulo em incentivar a imigração. A nova demanda por mão de obra devia-se à alarmante saída de imigrantes europeus, superior ao número de entradas nos anos de 1903, 1904 e 1907 e à valorização do preço de café decorrente do Convênio de Taubaté de 1906. Pelo lado japonês, havia a debilitação econômica após as guerras sino-japonesa (1894-1895) e russo-japonesa (1904-1905) e o agravamento do quadro conflitivo dos imigrantes japoneses na Califórnia (EUA), a partir de 1906, que rendeu o *slogan* de “perigo amarelo”, que acabou gerando as limitações impostas pelo *Gentlemen’s Agreement*, assinado em dezembro de 1907, em que o Governo japonês se comprometeu a não mais

permitir a saída livre de trabalhadores com destino aos Estados Unidos, a não ser em casos especialmente permitidos (DANIELS, 1977).

O entrelaçamento de interesse imigratório operou-se a partir de 1906, quando esteve no Brasil o político japonês Ryu Mizuno (1859-1951), fundador da Companhia Imperial de Emigração (*Kokoku Shokumin Kaisha*) para estabelecer contato com o Governo de São Paulo, que resultou na assinatura de um contrato entre Ryu Mizuno e Carlos Botelho, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, em 06 de novembro de 1907, com a promessa de assentar 3.000 agricultores, em famílias de pelo menos “três enxadas”, com mínimo de 12 anos e máximo de 45 anos de idade. O desembarque desses colonos ocorreu em sucessivas levas, de 1908 a 1910 (LEÃO NETO, 1989, p. 24; BASSANEZI, TRUZZI, 2008, p.74).

Após a chegada das primeiras levas de imigrantes nas fazendas, verificou-se um descompasso entre as expectativas de enriquecimento rápido dos imigrantes e a realidade das fazendas, com trabalho quase escravo, que desanimaram os imigrantes da lavoura cafeeira. A precária condição de vida, agravada pela enorme diferença cultural (língua, costumes, alimentação, etc.) daquela época, resultou num elevado índice de abandono das fazendas antes de concluído o prazo contratual, e reclamações de ambas as partes (HANDA, 1987). A essa altura os movimentos eugênicos ganhavam forças e as expectativas levavam a promover a vinda de mais imigrantes europeus. A meta apresentada por João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no I Congresso Internacional das Raças, realizada em 1911, era clara e direta: “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (SCHWARCZ, 1993, p.15).

Diante do quadro conflitivo, a Chancelaria japonesa freou por um tempo a emigração para Brasil, mesmo porque a partir de 1911, por dois anos consecutivos, voltou a avolumar-se a disponibilidade de mão de obra com a retomada de imigrantes europeus e o Governo paulista suspendeu a subvenção em 1913. Em 1914, ao justificar a suspensão das subvenções ao imigrante nipônico, o Governo paulista declarava que “recebera o colono japonês em caráter experimental, a fim de verificar a sua capacidade adaptativa nas fazendas, e os resultados não foram dos mais promissores” (LEÃO NETO, 1989, p. 29, 34).

Naquela época, em razão do movimento expansionista do Japão na Ásia, a desconfiança era grande. O Itamaraty continuava a passar aos órgãos internos as questões que envolviam a imigração dos japoneses, como os textos dos jornais *El Tiempo*, de Montevideu e *La Mañana*, de Buenos Aires que, publicaram, respectivamente nos dias 9 e 11 de janeiro de 1914, matérias sob o

título *El Peligro Amarillo en Sud-America*, em que destacava que os japoneses haviam estabelecido várias colônias na costa americana do Pacífico, com intuito de assegurar territórios para os quais pudessem encaminhar o excedente populacional. Em agosto de 1915, numa época que estava interrompido o fluxo migratório por falta de subvenções, o Ministro Barros Pimentel, de Tóquio, alertava para os riscos da imigração nipônica, dizendo que não era tão somente um movimento econômico, mas um movimento que poderia servir de base a estratégias futuras e ocorrências embaraçosas ao Brasil na defesa de sua política de fraternidade no Continente Americano (LEÃO NETO, 1989, p.43).

À medida que crescia a nova estatura mundial do Japão, como uma potência industrial emergente, o corpo diplomático brasileiro ora deixava implícito suas reservas, ora reiterava ao seu Governo a necessidade de limitar no mais alto grau as relações políticas com os nipônicos, reduzindo-as a simples cortesias internacionais. Argumentavam também que os japoneses não necessitavam de subvenções para emigrar, pois o Japão estava numa fase de grande prosperidade industrial (LEÃO NETO, 1989, p.43). Nesse ínterim voltou a reduzir a corrente imigratória europeia em função da Primeira Guerra Mundial e o Governo paulistano reiniciou a subvenção em 1917 que perdurou até 1922. A autorização voltou a ser concedida às companhias de emigração nipônicas com recomendações mais estreitas quanto aos critérios de seleção de agricultores e formação de “famílias compostas”, já que nem todos eram agricultores de fato. Pela nova concessão, entraram no País, aproximadamente, 16 mil japoneses entre 1917 e 1923 (IBGE, 1951, p.55).

Antes que encerrasse o período subvencionado no Brasil, começaram a surgir medidas de cunho disciplinador e estatizante da atividade emigratória no Japão. Em setembro de 1917 o Governo japonês anunciava o desejo de promover a fusão de várias companhias particulares de emigração. Em fins de 1917, a nova empresa *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (KKKK) passou a comandar praticamente toda a política emigratória, em consonância com os ideais expansionistas que ganhavam impulso naquele país. Em 1921, o Parlamento japonês aprovou a concessão de subvenções àquela Companhia (KODAMA e SAKURAI, 2008).

A crescente aquisição de terras pelos japoneses do Sudeste era o que mais incomodava os políticos antinipônicos, que alimentavam frequentemente a imprensa chamando atenção sobre os problemas do direito de propriedade que estava ocorrendo na Califórnia¹⁸ e as precauções que os Estados Unidos vinham tomando contra os possíveis riscos da “proteção” que porventura desse o Governo

18 Sobre os problemas migratórios que ocorreram da Califórnia/EUA existem várias reportagens nos jornais da época, entre as quais: “Estados Unidos e Japão” (O Jornal (RJ), Ed. 00532, p. 1, de 1 dez. 1920); e “Suspeitam do Japão” (O Jornal (RJ) Ed. 01660, p.7. de 30 maio 1924).

Imperial a seus súditos. Essa “proteção” do Governo Imperial aos súditos no exterior referia-se ao plano de colonização tutelada, que visava à aquisição de terras no Brasil, de forma a propiciar a ascensão social dos imigrantes japoneses que não precisariam mais trabalhar como assalariados nas lavouras de café, permitindo também diversificar outras culturas e negócios de seu conhecimento.

Para completar o quadro das forças de expulsão, o terremoto catastrófico ocorrido em setembro de 1923 na região de Kanto (Tokyo e arredores) deixou cerca de 300 mil mortos e de dois a três milhões de desabrigados, segundo o historiador Hobsbawn ([1995] 2015, p.90). Fato que levou o Departamento de Negócios Interiores do Japão a destinar a quantia de 220 mil ienes para custear campanha publicitária para incentivar a emigração para terras brasileiras (LEÃO NETO, 1989, p. 30-1). Naquele ano, o Governo japonês passou a dar uma subvenção de 200 ienes por emigrante (a título de auxílio a flagelado), cuja prática evoluiu a partir de 1924, como uma solução para a depressão e a superpopulação, quando os Estados Unidos fecharam definitivamente as portas para os asiáticos (HANDA, 1987, p.75).

Além desse acidente sísmico, pode-se inferir que houve três fatores exógenos, que levaram o Parlamento japonês a aprovar uma lei, em 1924, autorizando o Governo a conceder um subsídio integral de passagem marítima para os trabalhadores que se destinavam ao Brasil: 1) o rompimento da aliança Anglo-Japonesa, em 1923, o que significava restrição ao comércio internacional na Ásia; 2) a suspensão definitiva das subvenções concedidas pelo Governo de São Paulo; e 3) a exclusão dos asiáticos no pacote da *Quota Immigration Law* norte-americana de 1924¹⁹, que vedava o acesso do emigrante japonês ao território norte-americano, cuja consequência dessa lei evoluiu para o fechamento dos portos para os japoneses nos países de domínio britânico.

A xenofobia dos políticos brasileiros contra o “perigo amarelo”

Críticas às dificuldades de aculturação do japonês existiam com frequência na imprensa brasileira e estrangeira, mas dois personagens exerceram poderosa influência na política antinipônica no cenário nacional: os deputados Fidélis Gonçalves dos Reis e Miguel de Oliveira Couto. Basta lembrar que, em 1920,

¹⁹ Daniels (1977) interpreta que as reais motivações, que levaram os Estados Unidos a fechar definitivamente as portas para os asiáticos, decorreram de preconceitos raciais - da xenofobia dominante do “perigo amarelo”. Uma nota de protesto da Embaixada japonesa ao Governo americano aborda igualmente esse tratamento discriminatório dado aos japoneses, que resultou na Lei de Imigração de 1924, aprovada em 26.05.1924 (O Jornal (RJ), Ed. 01667, p.2, de 7 jun.1924).

o então deputado estadual Fidélis Reis atacava a etnia japonesa no Congresso Legislativo de Minas Gerais argumentando a inassimilação como um dilema insolúvel. Ele dizia: “se o japonês se cruza com o nacional, vamos ter um mal irremediável – o mestiço, se não se cruza, teremos outro inconveniente de ficar constituindo uma ameaça perigosa para o futuro” (REIS; FARIAS, 1924, p.88).

Em outubro de 1923, Fidélis Reis, agora como deputado federal, apresentou à Câmara o projeto de lei propondo normas disciplinadoras à imigração, vedando a entrada no País de colonos de raça negra e limitando o da raça amarela a 3% do total já estabelecido no país, cuja percentagem seria elevado para 5% em dezembro daquele ano. Encaminhado à Comissão de Agricultura, o projeto de Fidélis Reis foi distribuído ao deputado João de Farias, que emitiu parecer favorável à limitação do quantitativo (REIS; FARIAS, 1924, p. 22-36).

Na Academia Nacional de Medicina, então presidida pelo médico Miguel Couto, o projeto de Reis foi aplaudido (O JORNAL (RJ), Ed. 01630, p.1, de 25 abr.1924), visto que o médico já era um dos principais interlocutores da eugenia no Brasil, a ponto de incentivar a realização do I Congresso Brasileiro de Eugenia, que aconteceu em 1929 na cidade do Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 1993). Para ele, a superioridade de algumas raças em relação a outras afetaria a cultura e a prosperidade de um povo, sob o argumento de que “o progresso das sociedades, sua riqueza e cultura são criação de seus elementos eugênicos” e que somente os brancos indo-europeus seriam desejáveis. Logo, como professor e político, Miguel Couto criticava frequentemente a presença dos asiáticos, afirmando que estes não poderiam contribuir para o “branqueamento” da população brasileira (GERALDO, 2009, p. 183).

Entretanto, esses movimentos contrários à imigração de asiáticos eram pouco debatidos na Região Norte do País, pois era evidente a recessão após a queda do comércio da borracha, inclusive com redução da população. Nesse panorama de monotonia do vazio demográfico, o discurso político era de povoamento da Amazônia. Portanto, diferentemente do Sudeste, a vinda dos japoneses para a Amazônia decorreu da convergência de interesses dos governos do Pará e Amazonas e do Japão atrelada à oferta de grandes extensões de terras devolutas para a colonização agrícola.

Tudo leva a crer que o interesse pelos nipônicos partiu do lado brasileiro, pois consta nos anais da história da imigração japonesa que o Governador do Estado Pará, Antônio Emiliano de Sousa Castro, enviou, em 1923, correspondência ao Embaixador Shichita Tatsuke, manifestando interesse em receber imigrantes japoneses no Pará, dada a boa fama dos colonos nipônicos de São Paulo (APANB, 2001, p. 43). O governador do Amazonas, Efigênio Salles, ao tomar conhecimento das negociações com o Governo do Pará, também solicitou a

visita do Embaixador Tatsuke e sua comitiva a Manaus. Da visita, que ocorreu em maio de 1926 com grandiosa recepção, resultou a promessa de concessão de um milhão de hectares pelo Governo de Amazonas, nas mesmas condições oferecidas pelo Governo paraense (CASTRO, 1979; HOMMA, 2007).

A partir de 1925, o Brasil passa a ser visto pelos empresários japoneses não apenas como destino para trabalhadores, mas também como mercado para investimento. As empresas japonesas passaram a investir em loteamento e colonização, reunindo os novos imigrantes e aqueles já residentes no País. Por isso esse período ficou caracterizado pela formação de colônias com caráter empreendedor. Como resultado desses investimentos, pode-se citar as colônias de Tietê (hoje Pereira Barreto), Bastos e Alianças, além de Três Barras (atual Assaí) no norte do Paraná (KODAMA, SAKURAI, 2008).

Fora do Congresso, as opiniões também divergiam bastante sobre a questão da eugenia. Em 1926, foi lançada uma ampla pesquisa de opinião sobre a imigração em geral pela Sociedade Nacional de Agricultura²⁰. Apesar de a amostra ser pouco representativa, a pesquisa revelava a existência de uma corrente de opinião favorável à imigração, mas deixava transparecer sentimentos de desconfiança em relação aos japoneses.

As inquietações sobre a formação de quistos no território nacional se acentuaram em 1928, quando se formalizavam no Japão os planos para a implantação das colônias na Região Norte do Brasil. Alertado pelo Itamaraty sobre os acordos que vinham sendo negociado com os estados do Pará e Amazonas, o Diretor Geral do Serviço de Povoamento, Dulphe Pinheiro Machado, expressou fortes reservas, inclusive argumentou que o Presidente Washington Luiz (1926-1930) entendia necessário considerar o problema da imigração, não apenas sob aspecto material do trabalho, mas também “sob o delicado ponto de vista de nossa nacionalidade” e que o assunto merecia exame mais amplo e profundo. E, desde logo, julgava cabível a sugestão da Embaixada do Brasil, em Tóquio, de pôr “embaraços à emigração japonesa promovida com intuito lucrativo” (LEÃO NETO, 1989, p. 39).

Não havia como negar esse “intuito lucrativo”, visto que, a fim de operar os interesses japoneses no Brasil, foi criada a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. (Bratac), visando à produção de seda em São Paulo, cujo início das

20 Imigração: inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura, Rio de Janeiro, Villani & Barbero, 1926. Dos seis mil questionários distribuídos entre associações rurais e comerciais, governos do Estado, prefeituras, órgãos públicos e figura de destaque nos meios científicos, apenas 166 foram recebidos de volta. Desses 166, 161 manifestaram-se favoráveis à imigração. No tocante à imigração amarelo em particular, 75 manifestaram-se a favor, 79 contra e 7 sem opinião (LEÃO NETO, 1989, p. 37-8).

atividades se deu em abril de 1929. A Bratac implantou núcleos de colonização nos municípios de Bastos e Tietê (atual Pereira Barreto) em São Paulo e um núcleo de colonização no município de Três Barras (atual Assaí) em Paraná, os quais eram denominados “as três colônias da Bratac”. Além da aquisição de terras, a Bratac se ocupava da divisão de lotes a serem vendidos aos imigrantes, financiava a construção de estradas, pontes, escolas e hospitais nas colônias, construção de fábricas de implementos agrícolas, empréstimos para os produtores e outras atividades que poderiam contribuir para a ascensão econômica e bem-estar dos imigrantes (NDL, Capítulo 4). Consequentemente o *boom* da diáspora japonesa para o Brasil ocorreu entre 1926 e 1935, quando ingressaram 132.729 imigrantes dessa etnia (IBGE, 1951. p. 55).

A entrada de grande quantidade de japoneses, conjugada com a aquisição de grandes áreas em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas nas décadas de 1920 e 30 geraram temor de muitos políticos que passaram a ocupar manchetes na imprensa (KODAMA; SAKURAI, 2008). O que se percebe claramente na imprensa é que as discussões sobre a presença japonesa continuaram acirradas nos meios políticos e intelectuais que se estenderam na Constituinte de 1933-1934. Logo, o “perigo amarelo” era apontado pelo movimento eugênico como uma ameaça à soberania nacional e não apenas o tipo racial indesejável para o País.

O militarismo e a constituinte de 1933-1934

A década de trinta é reconhecidamente um período de grandes mudanças no panorama mundial. Ao eclodir a crise americana com a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, o Japão que já era dependente do comércio exterior se viu numa situação mais crítica para suportar a recessão econômica. Foi então no plano militar que os japoneses buscaram alternativas para compensar o sentimento de insatisfação, sobretudo entre os jovens oficiais, que pregavam a restauração de valores éticos tradicionais de lealdade ao imperador e de combate ao capitalismo, tido como regime corruptor. Assim, no início dos anos de 1930, o país adotou uma radical mudança na política externa partindo para uma escalada militar no continente asiático, movido pela doutrina de cunho nacionalista e fascista vigente na Europa. Ao pôr em marcha sua ação expansionista com a invasão da Manchúria em 1931, o Japão legitimou os sentimentos de apreensão e suspeita dos países americanos, particularmente do Brasil, que estava recebendo os japoneses em grande monta.

O Brasil também enfrentava a crise política do nacionalismo com a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório. A súbita concentração de poder na esfera federal eliminou a autonomia dos estados com a substituição de vários governadores. Foi um período de grandes mudanças em face de o Estado ter assumido o corporativismo autoritário na busca de maior coesão interna. Na nova ordem, o Governo Provisório de Vargas embalado pela ideologia do nacionalismo não tardou em adotar medidas disciplinadoras, ainda que moderadas, em relação ao trabalhador estrangeiro, com a Lei da Nacionalização do Trabalho ou “Lei dos Dois Terços” (Decreto nº 19.482, de 1930). Ademais, moldado na doutrina nacionalista, com predomínio de política intervencionista em matéria de imigração e educação, pregava-se a intolerância e a exclusão. Em nome da identidade nacional, buscava-se inclusive a homogeneização ético-racial do povo brasileiro.

Para piorar a crise que se desenrolou em torno da imigração japonesa após a invasão da Manchúria, o foco de ação dos políticos foi a Constituinte de 1933-1934, através de emendas ao projeto elaborado pela subcomissão do Itamaraty. Ao longo de todo o processo, a questão imigratória foi objeto de vários projetos de emendas ao Anteprojeto de Constituição. Enquanto iniciavam os debates na Constituinte, os jornais alimentavam o fogo da xenofobia antinipônica, a exemplo do que consta no *A Nação* (Ed. 00075 e 00076, de abril de 1933).

Na defesa das emendas de caráter restritivo à imigração de japoneses, ocuparam a tribuna da Assembleia Constituinte, em diferentes ocasiões, os deputados Miguel Couto, Xavier de Oliveira, Arthur Neiva; Theotônio Monteiro de Barros e Pacheco e Silva. De outro lado, em oposição àquelas emendas, defenderam Moraes de Andrade, Arruda Falcão, Fernando de Abreu e Adolfo Konder. As de maior relevância foram as propostas do deputado Miguel Couto, eleito pelo Distrito Federal (RJ), pelo prestígio intelectual de que desfrutava como presidente da Academia Brasileira de Medicina, catedrático da Universidade do Brasil e membro da Academia Brasileira de Letras. Seus discípulos, seguidores e mesmo adversários tratavam-no de mestre por reverência (LEÃO NETO, 1989, p. 87 e 91; MIKI, 2015).

Na Assembleia Constituinte de 1933-1934, Miguel Couto tinha a força de quem combatia a imigração japonesa por mais de dez anos. No discurso apresentado em 30 de novembro de 1933, ele expôs o relatório do I Congresso Brasileiro de Eugenia aprovado unanimemente. Entre vários itens, vale destacar a essência do item VI que afirma: “[...] os indivíduos que gravitam para o pauperismo atestam com esse próprio fato a sua inferioridade mental e moral, condena todas as formas de imigração subvencionada, que apenas podem concorrer para a entrada em nosso país de elementos indesejáveis

(BRASIL, Annaes...1933-1934, v.4, p. 492). Na discussão voltada à questão da Amazônia, a comissão do deputado Arthur Neiva apresentou a seguinte emenda na sessão de 19 de dezembro de 1933.

Art. 127, § 1º - Redija-se assim: a União organizará e custeará um serviço permanente de defesa contra a sêca e um de colonização e exploração econômica das regiões da Amazônia, principalmente com elementos nacionais. (BRASIL, Annaes...1933-1934, v.4, p. 210).

Art. 128, § 2º - Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa em qualquer ponto do país. (BRASIL, Annaes...1933-1934, v.4, p. 211).

Após a longa discussão da etnografia do elemento negro no Brasil, Haiti, Cuba, Estados Unidos, entre outros países, Arthur Neiva²¹, em sua justificação (em 19 dez.1933), colocou maior ênfase na concorrência desvantajosa que a chegada de negros e asiáticos viria trazer ao trabalhador nacional. O alvo, porém, era obviamente a imigração japonesa, pois ele falou sobre o caso da Coreia e Manchúria para exemplificar os riscos do expansionismo nipônico levantado por Miguel Couto.

Poucos dias depois, em 22 de dezembro de 1933, o deputado pelo Ceará, Xavier de Oliveira, professor de medicina, apresentou projeto de emenda mais radical, pelo qual proibia a imigração de negros e amarelos e instituiu a obrigatoriedade de exame de sanidade física e mental para qualquer imigrante. Na sua longa justificativa argumentava a necessidade de assegurar a sanidade mental da população, diante da elevada percentagem de psicopatas estrangeiros e a manutenção da raça branca (BRASIL, Annaes...1933-1934, v.4, p. 548-9). Aprofundando sua argumentação psiquiátrica e de inassimilação do japonês, Xavier de Oliveira declarava em outra oportunidade:

Acrescento eu que se é ele, o japonês, inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia, propriamente dita, mais ainda o é, de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isto como uma característica de seu normotipo racial e, mais, até por sua constituição intrapsíquica, sem esquecer, nem por de lado, as razões mais profundas, ainda, de seu misticismo patriótico, que é uma das mais notáveis de suas qualidades intrínsecas. (BRASIL, Annaes...1933-1934, v.7, p.328-54).

21 Vide também as críticas do médico Arthur Neiva sobre o trabalhador nipônico em: O Jornal (RJ), Ed.04386, de 4 fev.1934, p.2 e 4; A Nação(RJ), Ed. 00330, p.3, de 7 fev.1934.

O Jornal (RJ) (Ed. 04369, p.3, de 16 jan.1934) republicou as declarações do deputado Theotonio Monteiro de Barros sobre a emenda da Constituinte, na qual detalhava as diferentes etnias que compõe a sociedade brasileira. No mesmo jornal de 19 de janeiro, consta outro texto de deputado Theotonio, que fala com ironia sobre um pedido de autorização dos japoneses para trazer médicos, enfermeiros, parteiras, professores e até de veterinários para a colônia, que provocaram risos na Assembleia Constituinte.

Os japoneses pretendem ainda trazer veterinários nas mesmas condições, mas o secretário da Agricultura não consentiu, alegando que os burros que aqui se encontravam eram brasileiros e não japoneses [...] (O JORNAL (RJ), ed. 04372, p. 2, de 19.jan.1934,).

Outro jornal que veio alinhar-se à campanha antinipônica foi o Correio da Manhã, que publicou um artigo de Fidélis Reis de 1923, e instava os Constituintes dizendo: “O que está em jogo é o destino da raça. Não há pois que ladear-se e nem podem tergiversar os senhores constituintes ante a atitude de assumir de lídimo patriotismo e crystalina brasilidade” (CORREIO DA MANHÃ (RJ), Ed.12022, p.2, de 6 fev.1934). Apesar das críticas da bancada eugenista, algumas pessoas reconheciam o trabalho dos japoneses na agricultura, mesmo fora de São Paulo. Basta citar um pequeno trecho do mesmo jornal, que aborda o problema de abastecimento do mercado com gênero de primeira necessidade na cidade de Belo Horizonte.

Para tanto, o titular da Agricultura pretende transformar o Instituto João Pinheiro em centro de produção, para o qual importará colonos japoneses que orientarão as varias cultura de grande e pequena lavoura para abastecimento da cidade. (O JORNAL (RJ), Ed. 04374, p.16, de 21 jan.1934).

A favor da imigração japonesa defendeu longamente na tribuna, em 22 de janeiro de 1934, o deputado Moraes de Andrade, de São Paulo, que, desde logo, declinou da sua condição de advogado da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. - Bratac, proprietária das fazendas Bastos, Aliança e Tietê. Ele procurou rebater o que considerava duas principais objeções: a questão eugênica e o problema de assimilação. No tocante à primeira, amparou-se na respeitabilidade de Roquette Pinto, que afirmava que poderia haver “motivos que desaconselhem a livre recepção dos japoneses sadios e educados neste país. Serão motivos de ordem social, religiosa, estética... esotérica. Razões eugênicas e antropológicas – científicas – não” (BRASIL, Annaes...1933-1934. v.6 p.336-61).

Em outro momento, Miguel Couto voltou novamente à tribuna, em 16 e 27 de fevereiro de 1934, para falar sobre o expansionismo japonês e os riscos de suas ramificações. Alertava para o perigo da “japonização do Brasil” e da transformação da Amazônia na “Nova Manchúria” (BRASIL, Annaes...1933-1934, v. 8, p. 79-82 e 488). Depois de várias discussões entre seus pares, Miguel Couto foi contundente em suas considerações finais.

Eu proponho o seguinte: que se faça, primeiro, a restrição, computada como se julgar mais conveniente [...], segundo, regular a distribuição desses imigrantes e a aquisição de terras brasileiras [...] terceiro, preparar a nossa defesa. Ninguém entrega sua segurança a mãos alheias. Haja vista o que está acontecendo, neste momento, na Manchúria e na Mongólia. A Liga das Nações e muitas nações estavam empenhadas em conservar o respeito aos tratados e todos se encolheram – a China teve de ser vencida. Devemos preparar nossa defesa. Eles vêm de lá com quatro encouraçados, dois porta-aviões e destroem num lapso as nossas cidades do litoral” (BRASIL, Annaes...1933-1934, v.8, p.496-497)

Aliou-se por fim ao movimento antinipônico o Jornal do Comércio, que tinha como diretor Felix Pacheco, publicando um pronunciamento de Miguel Couto na Constituinte, sob o título “O câncer japonês caminhando para devorar o organismo do Brasil” (JORNAL DO COMÉRCIO (RJ), Ed.00124, p.6, de 25 fev.1934). Em complemento ao mesmo tema, foi publicado um segundo discurso de Couto, com aparte do deputado paulista Pacheco e Silva (JORNAL DO COMÉRCIO, Ed.00130, p.4, de 04 mar.1934).

Em contrapartida, foi publicada uma matéria do Consulado Japonês em São Paulo sob o título “A contribuição dos japoneses à produção agrícola do paiz” (ANAÇÃO (RJ), Ed. 00337, p.5, de 17 fev.1934) em que traz um balanço dos 25 anos no País com os dados da produção agrícola e de animais. Tal artigo mostrava os números de imigrantes das principais etnias que entraram no mesmo período (1908 a 1932) e o percentual de fixação no País, sendo a dos japoneses de 92%, enquanto os portugueses e espanhóis eram de 42% e os italianos de apenas 12% de permanência.

À medida que avançavam os trabalhos da Constituinte, saíam os prós e contras à imigração nipônica. Em 21 de março de 1934, saiu publicada uma matéria em favor da imigração japonesa, de autoria do professor Bruno Lobo, da Universidade de Rio de Janeiro, insistindo no argumento de que a única imigração desejável para o Brasil era o que se destinava ao trabalho agrícola

e que o imigrante japonês seria adequado para a colonização da Amazônia. Questionava: “qual a raça cor-de-rosa capaz de colonizar, insistimos, a abandonada Amazônia?” Referindo-se a Miguel Couto, como o mais apaixonado, violento e intransigente polemista, o autor ironizava os argumentos de Couto, de que a imigração nipônica repousava no argumento de que era “boa demais” (LOBO, O Jornal, Ed.04423, p.4).

A Nação (RJ) também se engajou na campanha a favor da imigração japonesa, abrindo espaço para entrevistas com personalidades públicas simpatizantes dessa opinião. Merece destaque as posições do Ministro de Guerra, General Góes Monteiro²², e do Ministro da Viação, José Américo de Almeida. O Ministro da Guerra insistia na premissa da imigração para a agricultura dizendo: “não podemos abrir mão do colono japonês, cujos resultados como trabalhador rural têm sido extraordinários e imediatos” (A NAÇÃO (RJ), Ed.00368, p.5, de 25 mar.1934). O Ministro José Américo, tecendo considerações positivas a respeito do povo japonês em sua entrevista, afirmava: “Acho que o japonês é um dos mais preciosos elementos da imigração com que podemos contar para a organização do trabalho no Brasil” (A NAÇÃO (RJ), Ed.00372, p. 3, de 30 mar.1934).

Finalmente, a Constituição de 1934 (promulgada em 16 de julho de 1934) manteve a restrição à corrente imigratória e à concessão de terras nos artigos 121 e 130:

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.

²² A entrevista do General Góes Monteiro ao *A Nação* foi reproduzida no *O Globo* na edição de 26 de março de 1934, que acabou por repercutir na imprensa japonesa de grande circulação, visto que o jornal *Tokyo Asahi Shinbun* reproduziu a matéria em 3 de abril de 1934, com o título “O Ministro de Guerra do Brasil é contrário à rejeição dos japoneses” (LEÃO NETO, 1989, p. 97).

Art 130 - Nenhuma concessão de terras de superfície, superior a dez mil hectares poderá ser feita sem que, para cada caso, preceda autorização do Senado Federal.

Certamente o parágrafo sétimo do artigo 121, combinado com o artigo 130, visava evitar a formação de quistos de estrangeiros no território nacional, enquanto a restrição dos 2% imposta pelo parágrafo sexto projetava uma redução drástica na entrada de imigrantes de países que começaram o fluxo migratório tardio, como foi o caso do Japão. Nessa projeção, enquanto as quotas permitidas para os italianos e portugueses, para o ano de 1936, eram de 27.474 e 22.990 pessoas, respectivamente; o quantitativo autorizado para os japoneses era de apenas 3.480 pessoas (IBGE, 1936, p.73).

As consequências da constituição de 1934

Diante do novo cenário pós-Constituição de 1934, as preocupações dos japoneses aumentaram, visto que surgiram frequentes contestações na mídia internacional em face da geopolítica japonesa, pela ocupação da Coreia, Taiwan, Kwantung, Karafuto e Manchúria, que influenciaram a Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. Por conta desses movimentos, Uyetsuka veio ao Brasil (em maio de 1936) para enfrentar os duros embates jurídicos, diante da proposta de revogação dos direitos concedidos pela Lei nº 1.309, de 26 de outubro de 1926, que autorizou a concessão de terras devolutas no Estado do Amazonas.

Na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a bancada do deputado Vivaldo Lima defendia a colonização dos japoneses na Amazônia em prol do desenvolvimento e do soerguimento do Estado do Amazonas, enquanto o deputado Antóvilva Vieira abria intensa campanha contra a concessão de terras amazonenses aos nipônicos. Em um de seus discursos, Vieira dizia: “O que discuto como impróprio para o Brasil é a colônia japonesa e a ação politico-social dela sobre nós, e não o colono japonês; o indivíduo isolado” (VIEIRA, 1942, p.114)²³. Em vários momentos, Vieira argumentou que os japoneses representavam uma ameaça à nacionalidade brasileira e à soberania do País, citando inclusive o conflito bélico dos japoneses na Rússia, Coreia e Manchúria.

O argumento de maior importância está no discurso pronunciado pelo deputado amazonense, na sessão de 3 de julho de 1936, que foi extremamente

²³ O seu livro “O perigo amarelo na Amazônia Brasileira” (VIEIRA, 1942) consta os discursos pronunciados em 1936, na extinta Assembleia Legislativa do Amazonas, precedido do trabalho do Interventor Álvaro Maia, autor do estudo “O Povoamento do Vale Amazônico”.

desfavorável a Tsukasa Uyetsuka. Grosso modo, Antóvilva Vieira interpretou que, pela Lei nº 1.309, de 26 de outubro de 1926, o Governador Ephigênio Salles não tinha poderes para dar a plena propriedade das terras devolutas, mas que estava apenas autorizado a conceder a posse do domínio útil, mediante contrato de arrendamento, e que, diante do novo contrato firmado com o Estado em junho de 1935 (pela transferência da concessão de Genzaburo Yamanishi e Kinroku Awazu para Tsukasa Uyetsuka), seria indeclinável a competência do Senado para a autorização da concessão, exigida pelo artigo 130 da nova Constituição de 1934 (VIEIRA, 1942).

Debalde as apelações do “direito adquirido” feitas ao Interventor Álvaro Maia e no Senado Federal, na tentativa de manter a posse dessa concessão pelos investimentos já realizados, a transferência da concessão foi negada pelo Senado Federal, na Sessão de 24 de agosto de 1936, de modo que Uyetsuka perdeu o direito de exploração de terras devolutas na Amazônia. Sem o atrativo principal para cooptar colonos para Amazônia, a Escola Superior de Colonização foi fechada em 1937 e o projeto dos *koutakusseis* ficou à deriva. Para completar o desatino dos japoneses de Parintins, além da perda das terras, o imóvel e toda a infraestrutura da Vila Amazônia (Parintins/AM), adquiridos com recursos próprios de Uyetsuka e de outros investidores japoneses, foram confiscados como espólio de guerra em 1942 (Decreto-lei nº 4.166/1942), enquanto os imigrantes da Vila Amazônia eram presos e encaminhados para o campo de concentração de Tomé-Açu no Pará.

As outras concessões menores da região de Maués também não prosperaram em face da epidemia de malária e do fracasso econômico da atividade agrícola, de modo que o pequeno contingente de imigrantes veio juntar-se posteriormente ao que restou do projeto dos *koutakusseis*. Esses imigrantes que permaneceram na região se dispersaram nas várzeas do rio Amazonas e de seus afluentes para plantação de juta, junto com os caboclos da região.

Considerações finais

Pela análise de extensas discussões registradas nos anais da Assembleia Constituinte de 1933-1934, em jornais da época, textos de correspondências trocadas entre os membros do Itamaraty nos bastidores da diplomacia brasileira e reportagens da imprensa japonesa e brasileira pesquisadas por Leão Neto (1989), bem como trabalhos de diferentes pesquisadores que discutem os preconceitos raciais e o imaginário do japonês, não resta dúvida de que a xenofobia dominante do “perigo amarelo” foi o ponto mais contundente de

oposição à imigração dos japoneses, que atingiu diretamente os projetos da Amazônia.

Na arena política não faltaram argumentos de cunho racista dos parlamentares, especialmente de Miguel Couto, um dos principais opositores da imigração japonesa na Assembleia Constituinte de 1933-1934, cujo desfecho se consolidou nos artigos 121 e 130 da Constituição de 1934. No Estado do Amazonas, as posições da bancada do deputado estadual Antóvila Vieira foram extremamente desfavoráveis ao projeto de colonização dos *koutakusseis*. Consequentemente, em face das interpretações políticas, a concessão de um milhão de hectares de terras do baixo Amazonas transferida para Tsukasa Uyetsuka foi anulada em 1936. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, todos os investimentos realizados por mais de uma década no Projeto *Koutaku* de Parintins foram confiscados.

Portanto, conclui-se que os percalços que enfrentaram os japoneses na década de trinta decorreram da conjugação de fatores geopolíticos, ambientais e sociais da época, que foram de várias ordens, destacadamente: a) a questão racial no seu aspecto eugênico, que influenciou muitos cientistas, médicos e políticos no início do século XX a adotar “medidas saneadoras” em busca de uma pretensa raça superior; b) a questão da inassimilação – ou demora na aculturação dos japoneses pela dificuldade da língua, no que poderia implicar a formação de quistos no território nacional; c) a xenofobia ao expansionismo japonês veiculada pela mídia internacional, principalmente dos Estados Unidos, que levou alguns políticos ao alarde do pseudoperigo da “japonização do Brasil” pela transformação da Amazônia em uma “Nova Manchúria”. Este último fator foi o que mais afetou o Projeto *Koutaku*, pela perda das terras devolutas anteriormente concedidas pelo Governo do Amazonas.

De resto é amplamente conhecido que os *koutakusseis* que permaneceram na Amazônia superaram as tremendas dificuldades inerentes à imigração em locais tão diferentes, seja de natureza ambiental, étnico-cultural e socioeconômica. A persistência deles na disseminação da juta com os ribeirinhos foi fundamental para a melhoria das condições de vida de suas famílias e parcela significativa da população cabocla, bem como para o assentamento de milhares de imigrantes de pós-guerra e fixação dessa etnia na Amazônia. A presença desses imigrantes na Região Norte impulsionou a economia dos estados do Amazonas e do Pará na década de cinquenta a setenta, com a produção da juta e da pimenta-do-reino em larga escala, estendendo-se posteriormente para fruticultura e outras atividades.

Fazendo um paralelo entre as relevantes contribuições dos japoneses do Sudeste para a sociedade brasileira, com as dos patrícios da Amazônia, pode-

se argumentar que, caso houvesse ingressado maior número de imigrantes dessa etnia, o destino desta região e de sua população cabocla poderia ter sido bem diferente, pois eles nunca se identificaram com o desflorestamento. Os japoneses, pelos valores culturais – de respeito que eles têm pela natureza e pela educação – em geral são preservadores do meio ambiente, sendo raro encontrar algum imigrante japonês que tenha exercido ou exerça a atividade de extração de madeira, de serraria, ou de mineração na Amazônia. Pelo contrário, a história tem revelado que, ao longo de sua trajetória de quase 90 anos na região, o desmatamento restringiu-se à plantação de novas culturas com viabilidade econômica, cujas tecnologias sempre foram repassadas para a população local. Ademais, derrubando definitivamente o mito da inassimilação, os descendentes dessa etnia estão totalmente integrados em todos os segmentos da sociedade brasileira, e profundamente miscigenados com várias etnias, formando o grande caldeirão (*melting pot*) da sociedade brasileira.

Referências

AMAZONAS. Lei nº 97, de 20 de outubro de 2011. DECLARA o dia 21 de outubro de 1930 como data histórica comemorativa da colonização agrária dos *Koutakusseis* precursora do Ciclo Econômico da Juta no Amazonas e dá outras providências.

A NAÇÃO (RJ). Jornal. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acessos diversos em 2016 e 2017

APANB – Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia**. Baseado no livro comemorativo aos 60 anos da Imigração japonesa na Amazônia, editada em 1994. Maruoka, Y. (Org.). Tradução s/d (publicada em 2001). São Paulo: Topan Press. 283 p.

ARAGÓN, Luis E. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, p. 71-102, 2011.

ARAGÓN, Luis E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**: cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013. 324 p.

ARAÚJO, Carlos. **Histórico da imigração japonesa no Estado do Amazonas**. Manaus: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. 1995. 37 p.

ASSOCIAÇÃO KOUTAKU DO AMAZONAS. **A saga dos koutakusseis no Amazonas:** Uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e Sucesso. Manaus, 2011, 206 p.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; e BASSANEZI, Maria Silva Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 22 n. 2, jul/dez.2005. p. 339-350. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a09.pdf>. Acesso em 02 jul.2016.

BASSANEZI, M Silvia C. Beozzo; TRUZZI, Osvaldo Mario Serra. Plantadores do futuro: japoneses em São Paulo na primeira metade do Século XX. In SAKURAI e COELHO (Org.). **Resistência & integração:** 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

BRASIL. **Annaes da Assembléia Nacional Constituinte**, 1933-1934, v.4, 6, 7 e 8. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/8227>.

CASTRO, Fernando Moreira de. **50 anos da imigração japonesa na Amazônia.** Falangola Offset. Belém, Pará 1979, 121 p.

CORREIO DA MANHÃ (RJ). **A imigração e a raça.** Ed.12022, p. 2, 6 de fev.1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 05.jul.2016

COSTA, Iraci Del Nero. Demografia histórica: algumas observações. s/Éculum – **Revista de História [24]**; UFPB, João Pessoa, jan./ jun. 2011. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/12443/7205>. Acesso em 02 jul 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre, Artmed, 2007, 248 p.

DANIELS, Roger. **The Politics of Prejudice:** The Anti-Japanese Movement in California and the Struggle for Japanese Exclusion. Berkley and others: University of California Press, 1977.

DEL CONT, Valdeir. **Francis Galton:** eugenia e hereditariedade. Sci. stud. v. 6 n. 2. São Paulo Apr./June 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000200004>. Acesso em 20 out.2017.

EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira** (1850-1950). Belém: NAEA, 2013. 251 p.

GERALDO, Endrica. A “**Lei de Cotas**” de 1934: controle de Estrangeiros no Brasil. Cadernos AEL v. 15, n.27. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2009.

HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês**: História de sua vida no Brasil. São Paulo. T.A. Queiroz Editor: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987. 828 p.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Companhia das Letras, 1995. 53ª reimpressão em 2015. 598 p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Belém-PA: Embrapa Am. Oriental: Fiepa, 2007. 217 p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A agricultura Nikkei e o desenvolvimento da agricultura na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo et. al. (Org.). **A imigração na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. EDUA: Manaus, 2011. p. 339-376.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1936**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936. 436 p. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1936.pdf>. Acesso em 03.fev.2016

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil de 1951**. 705 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1951.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

IRIE, Toraji; HIMEL, William. History of Japanese Migration to Peru – Part 1. **The Hispanic American Historical Review**, v. 31, n. 3,1951. p. 437-452

JORNAL DO COMMÉRCIO (RJ). Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso diversos em 2017

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração. Balanço de 100 anos. In **Resistência & Integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil.

(Org.) Célia Sakurai e Magda Prates Coelho. Rio de Janeiro. IBGE. 2008.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934): Contornos Diplomáticos**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LOBO, Bruno. **Imigração Japonesa**. O JORNAL (RJ), Ed. 04423, p.4, de 21 mar.1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso 5 ago.2017

MIKI, Bianca Sayuri. **Os inassimiláveis: o antiniponismo na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). PUC Rio de Janeiro. 2015. 118 f.

NDL - *National Diet Library*. **100 anos de Imigração japonesa no Brasil**. Japan. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/index.html>>. Acesso em: 12 jun.2014.

O JORNAL (RJ). Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso diversos em 2016 e 2017.

REIS, Fidélis; FARIAS, João de. **O problema imigratório e seus aspectos étnicos: na câmara e fora da câmara**. Revista dos Tribunais, 1924.
SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. Vozes: São Paulo, 1973.

SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (Org.). **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: 2008. 212 p.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói, 2008. 257p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. Companhia das Letras. São Paulo, 1993. 373 p.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In CASTRO, M. **Migrações internacionais: contribuições para políticas**, Brasil 2000. Brasília. CNPD, 2001.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996. p. 41-58.

SILVA NETO, Francisco Rodrigues. **Um estudo sobre a migração de japoneses para a Amazônia peruana e sua continuação para Amazônia brasileira**. 2014. Tese de doutorado (Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido). Belém; Universidade Federal do Pará, 2014.

STEPAN, Nancy L. **A hora da eugenia**. Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

UYETSUKA, Tsukasa. **História da plantação de juta e imigração japonesa no vale do Amazonas**. Tokyo, [1954] 2011, 37 p.

VIEIRA, Antóvilá R.M. **O Perigo Amarelo na Amazônia**. Discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em 1936. Interventoria do Estado do Amazonas, 1942, 135 p.

UM PENSAMENTO, UMA REGIÃO: O LEGADO TEÓRICO MILTONIANO E A COMPREENSÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

*Gabriel Carvalho da Silva Leite*²⁴

*Helbert Michel Pampolha de Oliveira*²⁵

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior*²⁶

Introdução

Milton Santos (1926-2001) foi um geógrafo cuja obra se voltou principalmente para a leitura do território, entendido como uma importante expressão material da vida social. Por meio dessa preocupação, contribuiu para a renovação da Geografia brasileira e legou às ciências humanas e sociais um pensamento universal que, partindo do Sul, abarca também escalas geográficas mais amplas em um esforço de compreensão dos processos globais do mundo atual.

A sua sólida formação humanista, assentada nas bases da ciência moderna e associada à consciência da condição periférica de seu próprio país, permitiu-lhe o desenvolvimento de reflexões cuja preocupação com a totalidade não implicou o esmaecimento das particularidades e das singularidades socioespaciais, especialmente daquelas manifestas nas realidades subdesenvolvidas (ELIAS, 2002).

Amplamente reconhecido como um importante intérprete do Brasil, da América Latina e dos países subdesenvolvidos, não tem sido comum, entretanto, identificá-lo a partir de suas preocupações com as formações regionais

24 Geógrafo, mestrando em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: gabrielcarvalholeite16@gmail.com

25 Geógrafo, mestrando em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: helbertmichel93@gmail.com

26 Geógrafo e Bacharel em Direito, Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: stclair@ufpa.br

infranacionais. Sendo estas últimas partes importantes para a compreensão das formações socioespaciais mais amplas, cumpre também mostrar o papel reservado a elas no conjunto de sua obra.

Para efeitos da presente discussão²⁷, buscaremos mostrar a atenção que o autor dispensou à Região Amazônica²⁸, partindo-se do pressuposto de que as particularidades amazônicas não lhe escaparam o olhar analítico, tal como já chamaram atenção Oliveira e Trindade Jr. (2016) e Trindade Jr. (2017).

Para além dos trabalhos em que Milton Santos se reportou diretamente à Amazônia, a interpretação do autor sobre essa região não se esgotou em sua própria obra, mas se difunde e repercute nas produções intelectuais de outros pesquisadores. É nesse conjunto de influências que também reside o porte de sua contribuição e de sua produção científica. Assim, a pertinência do pensamento miltoniano para a interpretação da realidade amazônica pode ser apreciada por meio daqueles trabalhos que, fundamentados em suas teorias, dedicam-se ao estudo e à compreensão de questões e problemas dessa mesma região.

Baseado em um levantamento realizado no âmbito de quatro programas brasileiros de Pós-Graduação em Geografia²⁹, o presente artigo apresenta a análise de conteúdo de dezesseis trabalhos cujas interpretações sobre a Amazônia se fazem à luz de contribuições teórico-conceituais e metodológicas deixadas por

27 Este trabalho sistematiza resultados parciais do projeto de pesquisa “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social”, coordenado pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico.

28 Para os propósitos deste artigo, trata-se da Amazônia Legal, e não daquela definida por Santos e Silveira (2012 [2001]). A opção pelo recorte regional oficial ocorreu em função da íntima associação das dinâmicas socioespaciais do Mato Grosso e de Tocantins com a expansão de fronteiras econômicas para outros estados da Amazônia; e do fato de que, sendo uma delimitação oficial voltada ao planejamento, a Amazônia Legal serve de base ao direcionamento de políticas públicas, planos e programas comuns aos Estados integrantes.

29 Considerando a importante atuação do mencionado geógrafo na Universidade de São Paulo (USP) e o potencial de nucleação, por meio de seus ex-orientandos, na produção geográfica do Estado de São Paulo, elegemos inicialmente quatro programas de pós-graduação para a realização de levantamento de teses e dissertações, a saber: a) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP); b) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, de Presidente Prudente (PPGG/UNESP-PP); c) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, de Rio Claro (PPGG/UNESP-RC); e d) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Campinas (PPGEO/UNICAMP). A continuidade do projeto de pesquisa também prevê a extensão do levantamento em outros Programas de Pós-Graduação do Brasil, inclusive os da própria Região Amazônica, a fim de subsidiar uma apreciação crítica dos desdobramentos do pensamento de Milton Santos nos estudos realizados por diversos pesquisadores sobre a Amazônia.

Milton Santos.

Apesar da variedade temática, da diversidade dos referenciais empíricos e também dos múltiplos campos subdisciplinares nos quais se inserem, os trabalhos inventariados foram agrupados em três eixos de interpretação analítica, quais sejam: a) o espaço como instância social e como condição de cidadania; b) cidades, circuitos da economia e os nexos verticais e horizontais da urbanização; e c) globalização, meio técnico-científico informacional e os usos corporativos do território.

Nesse sentido, este artigo se encontra estruturado em tópicos correspondentes aos eixos acima mencionados, cada qual portador de uma breve análise introdutória sobre a respectiva contribuição miltoniana, seguida de uma apresentação dos trabalhos inventariados, no âmbito da qual se procurou explicitar a relevância do pensamento desse importante intelectual brasileiro para a compreensão da Amazônia.

O espaço como instância social e como condição de cidadania

As investigações de Milton Santos a respeito da natureza e do estatuto ontológico do espaço geográfico lhe permitiram concebê-lo, simultaneamente, como fato, fator e instância social. Em original contribuição ao pensamento social crítico, o geógrafo baiano propôs que, além da instância econômica, jurídico-política e ideológico-cultural, o espaço fosse reconhecido também como instância social (SANTOS, 2012b [1978]).

Em uma região como a amazônica, na qual o enfoque economicista é francamente insuficiente para dar conta da complexidade espacial que lhe é particular, a teoria do espaço como instância social também pode oferecer importantes subsídios para a análise e a compreensão do espaço regional, sem necessariamente atribuir a uma das instâncias a primazia sobre as demais. Baseados neste aporte teórico, os trabalhos de Novo (2012), Cunha (2012) e Silva (2015) sugerem pensar o espaço amazônico como instância da sociedade, atribuindo-lhe a complexidade que lhe é devida.

Na dissertação de Novo (2012), a teoria do espaço como instância social serve de fundamento à caracterização e análise crítica do turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (RMM), no Estado do Amazonas. Com base na perspectiva teórica adotada, a autora argumenta que as diferenças entre o turismo convencional – conduzido por agências de turismo, hotéis de selva e guias turísticos nas comunidades da Amazônia – e o turismo de base comunitária não se restringem apenas aos aspectos econômicos, mas incluem também uma importante dimensão espacial, uma vez que as experiências de

turismo de base comunitária constituem modos diferenciados de organização e gestão espacial das comunidades, resultando no protagonismo das populações tradicionais tanto no planejamento quanto na execução e nos benefícios sociais decorrentes das atividades turísticas.

Cunha (2012), por sua vez, apropria-se da teoria do espaço como instância social e de sua definição enquanto conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 2014a [1996]) para analisar em sua tese as inter-relações entre educação, espaço e gênero, buscando evidenciar como este último é um fator relevante na produção do espaço intraescolar. A partir da realidade de vinte e sete escolas públicas estaduais de Manaus (AM), demonstra as implicações do gênero no exercício da docência e a maneira pela qual a organização do referido espaço reforça as desigualdades de gênero existentes na totalidade social. Assim, corroborando o que afirmou Milton Santos a respeito da reprodução do padrão espacial, Cunha (2012) assinala que o espaço escolar, pelos objetos e pelas ações que lhe são próprios, pode ser tanto o *locus* de uma reprodução ampliada dos seus traços já dominantes quanto de uma ação transformadora.

Outro trabalho que se apropria da teoria do espaço como instância social – também a partir de sua definição enquanto conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações – e da discussão a respeito dos “grandes objetos” é a dissertação de Silva (2015), na qual são analisadas as repercussões e as resistências à intrusão da rodovia Perimetral Norte (BR-210) no território indígena dos Yawaripë Yanomami, no Estado de Roraima. Para a autora, a materialidade técnica representada por essa rodovia e o contato com híbridos portadores de intencionalidades forâneas e com uma sociabilidade mediada pelo valor de troca, assim como a degradação do meio ecológico que possibilitava suas atividades básicas, contribuíram, conjuntamente, para a desestruturação socioespacial dos Yawaripë Yanomami.

Não obstante a perda de vários dos traços culturais que caracterizavam a organização do espaço e a sociabilidade dos Yawaripë Yanomami, Silva (2015) também identifica processos de resistência, dos quais o IV Encontro de Xamãs Yanomami, realizado no ano de 2013, constitui o mais representativo exemplo. Sendo o xamanismo uma prática das mais importantes no universo sociocosmológico desse grupo indígena, a tentativa de resgatá-lo em uma das comunidades mais diretamente afetadas pelas dinâmicas que acompanharam a rodovia, constitui um processo de resistência que se afirma, ele mesmo, como um híbrido de uma materialidade perdida – a exemplo do hábito de construção de moradias multifamiliares – e de um sistema de ações também marginalizado, como é o caso do ritual xamânico de interpretação dos espíritos *xapiripë*.

Conforme demonstrado nos trabalhos supramencionados, a consideração

do espaço enquanto instância social permite escapar aos debates centrados exclusivamente na economia como variável dinâmica. É nesse sentido que, contrapondo-se à hegemonia de um modelo econômico que subordina a si os modelos cívico e político e reduz a multidimensionalidade da vida social a apenas um de seus aspectos, o referido geógrafo postula a necessidade de construção de um modelo cívico-territorial, com base no qual a instrumentação, a organização e a gestão do espaço possam ser instrumentais a uma política redistributivista balizada por princípios de justiça social, capaz de atribuir a cada indivíduo aqueles bens e serviços indispensáveis à plenitude da existência cidadã (SANTOS, 2012a [1987], p. 17-18).

Um esforço no sentido de pensar a importância de um modelo cívico-territorial para o ordenamento espacial na Amazônia é realizado na dissertação de Venceslau (2017), dedicada ao estudo do serviço de encomenda expressa no Brasil. Diante das propostas de quebra do monopólio estatal do serviço postal brasileiro e de entrada de multinacionais do setor no mercado nacional, o autor defende que a atuação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, enquanto empresa pública, constitui condição para a construção de um modelo cívico-territorial no país.

Incorporando a distinção que Santos (2012a [1987]) estabeleceu entre os fixos privados e os fixos públicos – estes últimos podendo também ser tomados como *fixos sociais* – o autor reconhece, na atividade da empresa pública, um sistema de ações capaz de dotar a totalidade dos municípios brasileiros de agências e unidades de atendimento em cidades, vilas e áreas rurais, verdadeiros fixos sociais cujas instalações independem dos lucros auferidos, o que por si só afastaria as empresas privadas de tais localizações.

Mediante a consideração da situação dos espaços da lentidão, particularmente as cidades ribeirinhas da Amazônia³⁰, o autor conclui pela necessidade de um serviço postal público, acessível mesmo para lugares cujas condições materiais impõem aos fluxos postais as maiores viscosidades do território nacional. É principalmente em face das particularidades regionais de cada um dos “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, 2012 [2001]), mais particularmente da Amazônia, que o autor estabelece um paralelo entre a topologia dos Correios e o modelo cívico-territorial (VENCESLAU, 2017).

A vinculação entre território e cidadania, explicitada por Milton Santos,

30 Caracterizadas na dissertação como aquelas “cujas temporalidades peculiares dos fluxos e a viscosidade do território só permitem entregas a partir do sétimo dia útil. Nesses espaços da lentidão, o barco se torna a única alternativa viável de transporte para conduzir os objetos postais” (VENCESLAU, 2017, p. 197-198).

também exerce notável influência sobre a tese de Costa (2013). Ao investigar os efeitos das novas normativas previdenciárias relativas aos benefícios sociais e à aposentadoria rural e da instituição do sistema financeiro creditício para idosos na cidade amazonense de Lábrea, a autora reconhece a mudança do papel da pessoa idosa na família e na economia urbana, especialmente em pequenas cidades amazônicas. De indivíduo considerado dependente e marginalizado em relação à sociedade de consumo, a pessoa idosa passa a constituir importante agente nas economias das pequenas cidades, dinamizando-as por meio do valor dos benefícios sociais e do empréstimo consignado, tomado nas instituições financeiras. É assim que mais um segmento populacional é incorporado às novas formas modernas de consumo.

No entanto, a efetiva difusão de modernos nexos de consumo não implica necessariamente o aprofundamento da cidadania, pois a difusão de uma tecnosfera³¹ composta por tecnologias “domiciliares” da informação e da comunicação e de uma psicofera consumista criam as condições necessárias ao atual aumento dos crimes de estelionato praticados contra esse segmento populacional. Nesse sentido, a autora assinala que a ampliação da cidadania dos idosos, particularmente em pequenas cidades amazônicas, passa necessariamente pela dotação territorial de sistemas de monitoramento dos montantes emprestados e pela ampliação da rede de cobertura de agências da previdência social, fixos sociais aptos a oferecer à população idosa mais do que apenas a possibilidade de tornarem-se consumidores, mas também a oferta de um suporte territorial mínimo à existência cidadã.

Cidades, circuitos da economia e os nexos verticais e horizontais da urbanização

Apresentada inicialmente na década de 1970, a teoria dos circuitos da economia urbana propôs que “a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco” (SANTOS, 2008 [1979], p.38). Reconheceu, assim, a segmentação do sistema urbano em dois subsistemas ou circuitos, resultado do impacto desigual das modernizações tecnológicas e das exacerbadas desigualdades de renda que caracterizam os países subdesenvolvidos.

Precisamente por possuírem sua gênese associada ao mesmo conjunto de 31 A tecnosfera – mundo dos objetos aderidos como próteses aos lugares – e a psicofera – domínio das ideias, das crenças, das paixões e lugar da produção de um sentido – constituem, conjuntamente, um entorno de vida local que, no entanto, é produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar (SANTOS, 2014a [1996], p.256).

processos – as modernizações tecnológicas e seus desdobramentos –, os circuitos, o superior (“puro” e marginal) e o inferior, originados da segmentação da economia urbana, não podem ser tratados em termos de dualismo, mas sim como constituindo pares dialeticamente interdependentes (SANTOS, 2008 [1979]). Diferenciados quanto a uma série de características próprias a cada um³², os dois circuitos da economia urbana permitem compreender as cidades dos países subdesenvolvidos como espaços nos quais coexistem atividades e formas de consumo extremamente desiguais entre si.

Tendo isso em consideração, argumenta-se que a teoria dos circuitos da economia urbana, pensada e elaborada a partir dos parâmetros próprios às realidades subdesenvolvidas, possui também validade interpretativa e analítica quando confrontada com a urbanodiversidade³³ da Amazônia brasileira (TRINDADE JR., 2013).

A tese de Montenegro (2012) parece reafirmar esse argumento ao desvelar importantes aspectos da realidade nacional por meio do estudo dos circuitos da economia urbana em metrópoles brasileiras, considerando a reconfiguração imposta, notadamente ao circuito inferior, em face das variáveis-chave da globalização – ciência, técnica, informação, consumo e finanças – e das feições regionais que assume quando mediatizado pelas particularidades de cada região do país.

Elegendo Belém (PA) como metrópole representativa da Região Amazônica, Montenegro (2012) estuda os dinamismos de seu circuito inferior a partir de portos, feiras e bairros periféricos da cidade, como o Guamá. Verdadeiros pontos de encontro entre os “mundos” urbano e ribeirinho, tais espaços permitem apreender a maneira pela qual, através de circuitos espaciais produtivos regionais, os produtos hortifrutigranjeiros e o pescado das ilhas de Belém e de outros municípios de sua hinterlândia se inserem na cidade e revelam uma particular manifestação do circuito inferior, capaz de oferecer ocupação, renda e produtos básicos de alimentação à população belenense, principalmente àquela de baixa renda. Ademais, a análise do bairro do Guamá permite à autora a identificação de um denso circuito inferior periférico – doméstico e de rua – apoiado em um meio construído precário e na íntima vinculação com os produtos oriundos de circuitos espaciais de produção de âmbito regional.

Em todo caso, uma extrema divisão do trabalho e um intenso fracionamento do dinheiro e dos preços garantem a existência de uma multiplicidade de peque-

32 Os critérios de diferenciação identificados por Santos (2008 [1979]) são: a tecnologia, a organização, os capitais, o emprego, os estoques, os preços, o crédito, a margem de lucro, as relações com a clientela, a fixidez dos custos, a publicidade, a reutilização dos bens, o *overhead capital*, a ajuda governamental e a dependência direta do exterior.

33 A urbanodiversidade diz respeito tanto à multiplicidade de formas de cidades e de tipos de urbanização quanto às complexas hibridizações dos espaços urbanos, produtos de resistências e contatos entre processos endógenos e exógenos (TRINDADE JR., 2013).

nas ocupações³⁴ nos lugares analisados, produzindo o que a autora denominou “economia dos centavos”, fundada na escassez de capital. Embora estes traços característicos do circuito inferior tendam a se confirmar em Belém, isso não significa afirmar que tenha se mantido imutável ou indiferente às novas variáveis-chave da globalização, tais como apontados nos rearranjos das atividades do circuito espacial produtivo do açaí, decorrentes do interesse crescente dos mercados externo e interno pelo produto e da conseqüente imposição de novos nexos normativos, organizacionais e financeiros (MONTENEGRO, 2012).

É nesse sentido que Montenegro (2012) demonstra que, mesmo onde o circuito inferior mais parece indiferente às atualizações do período da globalização, encontram-se repercussões mais ou menos intensas das variáveis-chave atuais. Além do alargamento dos circuitos espaciais produtivos de artigos regionalmente produzidos, como o açaí, a autora também identifica a incorporação de objetos mais densos em técnica, ciência e informação em algumas atividades do circuito inferior belenense, a exemplo dos pequenos estabelecimentos de fotocópia, *lanhouses*, cartuchos e reparos diversos, existentes no bairro do Guamá. Suas características essenciais, aquelas que os fazem pertencer ao circuito inferior, ainda persistem, embora reconfigurações significativas também se imponham.

Na tese de Tozi (2013), por seu turno, a inventividade e a capacidade de adaptação à conjuntura, típicas do circuito inferior, são analisadas através de outra noção miltoniana: a flexibilidade tropical³⁵. A despeito da rigidez normativa³⁶ incidente sobre as tecnologias da informação e da comunicação, uma ampla gama de agentes marginalizados delas se apropria e enseja, no processo, um novo nicho do circuito inferior da economia da cidade de Belém. É assim que centenas de pessoas, de outra forma subempregadas ou desempregadas, encontram fontes de renda em algum ponto do circuito do tecnobrega, seja na produ-

34 Mesmo em face das metamorfoses impostas pelo período da globalização, ressalta a autora que este circuito ainda mantém sua característica autoinflacionária e o extremo fracionamento do trabalho, os quais lhe permitem assumir a insubstituível função de abrigo para significativa parcela da população brasileira.

35 A noção de flexibilidade tropical, desenvolvida por Milton Santos, refere-se às metamorfoses do trabalho assumidas pela pobreza urbana, às proteiformes divisões do trabalho nas cidades dos países subdesenvolvidos e à capacidade de que dispõe seu meio ambiente construído para abrigar todos os tipos de capital e todos os tipos de trabalho (SANTOS, 2013b [1994]; 2014a [1996]). Defendemos aqui que esta noção está na base do entendimento da variedade de ofícios e da capacidade de adaptação à conjuntura apresentada pelo circuito inferior.

36 Termo pelo qual o autor denomina a incidência das legislações relativas aos direitos de propriedade intelectual, responsáveis pelo cerceamento das possibilidades de uso das técnicas.

ção musical, na distribuição e comercialização ou nas festas de aparelhagens³⁷.

Longe das grandes gravadoras da indústria fonográfica nacional, carente de apoio governamental (em verdade, há uma criminalização) e de crédito, interagindo profundamente com o meio geográfico local e regional e comportando uma variedade de ofícios extremamente flexíveis, conforma-se na cidade uma atividade que consubstancia plenamente as características do circuito inferior da economia urbana. A pirataria adaptativa, termo pelo qual Tozi (2013) denomina a pirataria típica do circuito inferior, incorpora também a dependência para com o circuito superior, tantas vezes apontada por Milton Santos, pois tanto as técnicas de reprodução como os objetos reproduzidos são partes da tecnosfera e da psicosfera de uma racionalidade que lhe é alheia.

A copresença contraditória de atividades pertencentes aos circuitos superior e inferior nos espaços urbanos é responsável por atribuí-los uma dupla vocação, assentada simultaneamente em nexos horizontais e verticais. A proposição teórica de Milton Santos a respeito da existência contemporânea de dois arranjos e duas segmentações espaciais – as verticalidades e as horizontalidades geográficas³⁸ – contribui para a compreensão desses nexos que ora fortalecem a integração das cidades com seu entorno, ora as inserem em contextos longínquos, sendo que é nas cidades, em especial naquelas que assumem papel intermediário na rede urbana, que o entrecruzamento de verticalidades e horizontalidades é mais intenso, fazendo delas verdadeiras encruzilhadas, pontos de interseção e superposição entre os dois arranjos espaciais³⁹.

A potencialidade desse aporte teórico para pensar os novos recortes territoriais impostos *aos* e/ou engendrados *nos* diferentes subespaços, em tempos de globalização, têm inspirado trabalhos que buscam desvelar a complexidade das dialéticas endógenas e das lógicas exógenas que atualmente caracterizam a região amazônica, em especial a partir da dinamicidade de suas cidades intermediárias.

Estudando a centralidade assumida pela cidade de Marabá (PA) no contexto da reestruturação da rede urbana amazônica, a partir da análise de sua

37 As aparelhagens são empresas, geralmente familiares, de sonorização e iluminação, fundamentais às festas do tecnobrega (TOZI, 2013).

38 Para Santos (2014a [1996]), enquanto a noção de horizontalidade corresponde a relações espaciais que se dão através da interação entre pontos contíguos no território, a de verticalidade, por seu turno, diz respeito a relações entre pontos distantes no território, que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia globalizadas. Ademais, vale ressaltar que qualquer interpretação dualista deve ser afastada no trato das referidas noções, pois um mesmo lugar pode inserir-se simultaneamente em nexos horizontais e verticais.

39 A concepção das cidades como pontos de interseção entre verticalidades e horizontalidades, verdadeiras pontes entre o local e o global, aparece já em “A natureza do espaço” (SANTOS, 2014a [1996]), e é retomada e detalhada por Santos e Silveira (2012 [2001]) em “O Brasil”, com ênfase no papel assumido pelas cidades médias.

dinâmica industrial, Ribeiro (2010) lança mão das noções de horizontalidade e verticalidade como forma de diferenciar qualitativamente os diferentes setores da indústria no tocante aos nexos produtivos e consumptivos estabelecidos. É nesse afã que a autora caracteriza como uma verticalidade a atuação das indústrias siderúrgicas no município, em função da parca articulação com o mercado local ou regional e da destinação de sua produção para os mercados internacionais, e reconhece a emergência de setores industriais cujos nexos estabelecidos tendem a ser mais horizontalizados, como é o caso das indústrias de construção civil, moveleira, frigorífica e leiteira, caracterizadas pela composição local de capitais menos vultosos e pela conformação de mercados consumidores regionais ou nacionais.

Queiroz (2015), por sua vez, contribui para pensar a centralidade – por ele qualificada como periférica – de Tefé (AM), por meio da natureza dos fluxos nos quais a cidade participa. A noção de horizontalidade é mobilizada pelo autor para compreender aquilo que qualificou como fluxos virtuosos, isto é, tendentes a fortalecer a integração regional e a solidariedade orgânica entre Tefé e os municípios de sua área de influência. Por meio da investigação das funcionalidades da centralidade tefeense, Queiroz (2015) identificou o componente institucional, o comercial e o demográfico como aqueles responsáveis por conferir à cidade um papel de atendimento de demandas diversas, emanadas dos municípios do entorno. Configura-se, assim, um centripetismo cujas forças motrizes são as funções administrativas ofertadas, as infraestruturas e serviços institucionais disponibilizados, a dinamicidade de seu comércio e a densidade dos fluxos humanos que possuem em Tefé um ponto nodal.

Não obstante, o autor também assinala a existência de fluxos fragmentadores e verticalidades no Médio Solimões, cujas ações tendem a relativizar a centralidade tefeense e impor solidariedades organizacionais como novos nexos fundantes das relações socioespaciais. É o caso das atividades de extração petrolífera e gasífera da Petrobras e da HRT nos municípios de Coari e Carauari, respectivamente, responsáveis pelo estabelecimento de nexos verticais com o mercado global e caracterizadas pelo baixo nível de integração com o entorno.

A partir da consideração de Tefé como uma encruzilhada de verticalidades e horizontalidades, atuantes tanto no sentido da integração sub-regional quanto da seleta unificação de pontos luminosos ao mercado mundial, Queiroz (2015) propõe as noções de centralidade periférica e integração relativizada para dar conta da contraditória e dinâmica realidade vivida pelas cidades intermediárias amazônicas.

Globalização, meio técnico-científico informacional e usos corporativos do território

Longamente gestada, é somente na atualidade que a globalização desponta como fenômeno verdadeiramente irrecusável, capaz de empiricizar o tradicional conceito metafísico da universalidade (SANTOS, 2014a [1996]). Assentada na unicidade técnica, na convergência dos momentos, na cognoscibilidade do planeta e na ação de um motor único (SANTOS, 2014a [1996]), a globalização contemporânea impõe novas realidades às formações socioespaciais, às regiões e aos lugares, em um processo dialético do qual emerge não uma homogeneização, mas sim um aprofundamento das particularidades e das singularidades.

Expressão geográfica da globalização, o meio técnico-científico informacional corresponde a uma configuração espacial cuja produção se dá com um conteúdo crescente de técnica, ciência e informação. Tal como ocorreu com os meios geográficos que lhe antecederam⁴⁰, sua difusão não é homogênea nem contínua; pelo contrário, irradia-se em determinados pontos e manchas, dotando-os da capacidade de incorporação aos circuitos mundiais e qualificando-os, por conseguinte, como espaços da globalização (SANTOS, 2013b [1994]).

Não obstante, a materialidade técnica que caracteriza os espaços da globalização é frequentemente destinada a instrumentalizar somente uma pequena parcela dos múltiplos usos que o território abriga. Tal situação geográfica – reconhecida pelo autor como a constituição de espaços corporativos ou de usos eminentemente corporativos do território nacional – diz respeito ao processo pelo qual os sistemas de engenharia e os regulamentos normativos do território são estruturados de tal forma a facilitarem e possibilitarem as ações de atores hegemônicos da economia e da política, em detrimento de todos os outros sujeitos, considerados residuais e desimportantes à economia competitiva e modernizada.

As contribuições de Milton Santos acerca do período da globalização, do meio técnico-científico informacional, da sua expressão geográfica, e da viabilização de usos corporativos do território nacional têm inspirado um conjunto

40 Trata-se da sucessão do meio natural para os meios técnicos, e destes para o meio técnico-científico informacional (SANTOS, 2014a [1996]). O qualificativo “natural” para o meio geográfico não implica necessariamente na subordinação da sociedade à natureza, pois “as transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a Natureza, impondo-lhe leis. A isso também se chama técnica” (SANTOS, 2014a [1996], p. 235). Daí que, reconhecendo a inseparabilidade das noções de meio geográfico e de técnica, Santos e Silveira (2012 [2001]) atentam para o relativismo de denominações como “natural” e “pré-técnico” para qualificar o meio geográfico.

de autores a interpretar a realidade amazônica à luz dos processos socioespaciais típicos da atualidade. É assim que, a partir da realidade regional amazônica tomada em conjunto ou a partir dos lugares que a constituem, os trabalhos de Medeiros (1996), Rodrigues (2010), Azevedo Filho (2013) e Campos (2011) analisaram as novas dinâmicas espaciais na Amazônia diante do fenômeno da globalização, mobilizando para isso importantes contribuições teórico-metodológicas oferecidas pelo referido geógrafo.

Nesse sentido, a dissertação de Medeiros (1996) analisa a globalização dos lugares a partir do processo de verticalização de Manaus (AM). Invariavelmente recentes e construídas a partir de moderna engenharia civil, as formas espaciais verticais – intimamente vinculadas às funções de adensamento do número de unidades imobiliárias, valorização e multiplicação do solo construído – são portadoras de um tempo diferente daquele das palafitas que tão caracteristicamente também deixam suas marcas na paisagem manauara. A estrutura que valoriza ou desvaloriza desigualmente as formas e funções do espaço da capital amazonense – atribuindo-lhes novos valores e usos – é, atualmente, mais ampla que os limites territoriais da cidade, pois o período da globalização representa a consolidação de uma estrutura em bases mundiais, por via da qual as formas verticais impõem-se – não sem mistificação – como mais modernas, racionais e viáveis, a despeito das inadequações às condições locais (MEDEIROS, 1996).

Não obstante, é só quando incorporada a dimensão temporal – e a mudança que necessariamente a acompanha – que a autora chega ao processo através do qual a atual estrutura foi alcançada e as atuais funções foram atribuídas às suas respectivas formas. É nesse sentido que o processo de verticalização, intensificado com a implantação da Zona Franca de Manaus e difundido a partir de meados da década de 1980, conduziu do passado ao presente, momento no qual convivem formas espaciais de datações e conteúdos temporais díspares, algumas tradicionalmente estabelecidas e outras representativas da globalização dos lugares que atinge o espaço amazônico naquele final de século XX.

Já a tese de Rodrigues (2010) utiliza-se da noção de evento (SANTOS, 2014a [1996]) como fundamento para a interpretação das maneiras pelas quais as determinações da ordem global, emanadas de agências internacionais multilaterais, incidem e impõem normatizações sobre o aproveitamento dos recursos hídricos amazônicos, regulando as formas de uso possíveis e atribuindo valor de troca a este bem essencial. O Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – alcunhados pelo autor de *trindade financeira da globalização* – impõem regulações, sugerem políticas setoriais e modelos de desenvolvimento e condicionam empréstimos à adoção de normas

e políticas favoráveis à privatização e uso corporativo dos recursos hídricos regionais, constringendo a soberania nacional e a autonomia das unidades federadas. Assim, incide sobre a região um feixe de eventos privatizantes e com pretensões à produção de um território regido por normas (SANTOS, 2014a [1996]).

Os eventos globalitários, tais como denominados por Rodrigues (2010), são todos aqueles que, eivados das intencionalidades de corporações da água e da energia e de organismos financeiros multilaterais, aportam no espaço amazônico e operam no sentido da mercantilização de seus recursos hídricos. No entanto, reconhecendo que entre as intencionalidades dos agentes hegemônicos e a concretização do evento interpõe-se o lugar como inércia dinâmica, como condição de possibilidade de todo e qualquer evento, o autor atribui aos movimentos de resistência e aos embargos judiciais – todos representativos de obstáculos à realização plena de um evento pretendido – papéis essenciais na visibilidade de usos contra-hegemônicos do território, capazes de impor – à tentativa de estabelecimento de um território normado – o território como norma (SANTOS, 2014a [1996]).

É necessário ressaltar que, embora as formulações de Milton Santos acerca do espaço geográfico e do território contribuam sobretudo no sentido de desvelar os sistemas de ações e os sistemas de objetos de agentes hegemônicos, os conceitos, noções e categorias legadas por sua obra têm também inspirado estudos que revelam usos do território por agentes não hegemônicos, sinalizando para resistências e dinâmicas outras que não aquelas conformadas mediante as redes globais corporativas.

Desses estudos são exemplos a tese de Rodrigues (2010), na qual é evidenciada a renovação da força do lugar mediante o recrudescimento de horizontalidades e solidariedades orgânicas que representam manifestações não apenas não-hegemônicas, como também contra-hegemônicas à instalação de eventos de mercantilização dos recursos hídricos e de constringimento à soberania na Amazônia; a tese de Novaes (2012) que, a partir da experiência do Congresso da Cidade em Belém (PA), evidencia a importância de formas alternativas e participativas de planejamento urbano que estejam assentadas no espaço banal mediante um modelo cívico de ordenamento do território; e a dissertação de Costa (2013), cujo estudo da relevância assumida pelos idosos nas economias urbanas das pequenas cidades amazônicas demonstra a importância de pensar a cidadania a partir da realidade territorial dos sujeitos que compartilham uma mesma base geográfica.

Ademais, a preocupação com o alargamento dos contextos⁴¹ experimentado por cidades amazônicas que passam a inserir-se em circuitos globalizados inspira Azevedo Filho (2013) a analisar a produção e a percepção do turismo em Parintins (AM), conferindo especial destaque àqueles eventos turísticos que a conectam a escalas nacionais e internacionais, a exemplo do Festival Folclórico dos Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso e do ecoturismo de transatlânticos na sede municipal e nas comunidades da região da Valéria. Em ambos os casos, ordem global e ordem local chocam-se e interpenetram-se mutuamente (SANTOS, 2014a [1996]).

A tese de Campos (2011), por sua vez, também se propõe a analisar o alargamento dos contextos pelo qual passam diversas comunidades dispersas em municípios do Amazonas a partir de sua inserção em um programa estadual de educação a distância (EaD). Em face do elevado *déficit* educacional nos municípios do interior amazonense, das dificuldades de mobilidade dos alunos para as sedes municipais e também dos obstáculos à implantação de novas escolas em comunidades nas quais a demanda é considerada insuficiente, o governo do Estado do Amazonas deu início, a partir de 2007, a um programa de educação a distância que conecta as comunidades amazonenses a lugares longínquos, via tecnologias de informação e de comunicação (TICs). Tal iniciativa enseja, por sua vez, uma descontinuidade territorial entre os espaços de produção das videoaulas e das políticas educacionais (Manaus-AM), os espaços que prestam o serviço de transmissão do sinal de satélite (Barueri-SP) e, finalmente, os espaços receptores das aulas e das políticas (as comunidades dispersas nos municípios do Amazonas). Delineia-se aí uma evidente hierarquia territorial, sustentada sob novas bases.

No entanto, é preciso afastar qualquer interpretação maniqueísta ou essencialista da globalização e da materialidade técnica que a acompanha, pois, como ressaltou Santos (2001 [2000]), os sistemas técnicos atuais são flexíveis o bastante para permitir usos alternativos mais solidários. É nesse sentido que, a despeito das novas hierarquias territoriais, a materialidade técnica da globalização, quando apropriada criativamente e com vistas a outros fins possíveis, pode ensejar benefícios sociais e fortalecimentos da ordem local, evidenciados nas possibilidades de acesso à educação e de ampliação dos horizontes aberta às comunidades amazonenses participantes da educação a distância (CAMPOS, 2011).

41 Dado importante da atualidade, o alargamento dos contextos, resultado do aprofundamento da divisão do trabalho, corresponde à multiplicação dos intercâmbios, à ampliação dos circuitos produtivos e à emergência de uma cooperação socialmente expandida em bases planetárias (SANTOS, 2014a [1996]).

Ademais, a contribuição teórica de Milton Santos a respeito do meio técnico-científico informacional e da fluidez territorial que lhe é intrínseca tem fundamentado relevantes análises acerca da Amazônia, aptas a compreender a inserção da região em uma Divisão Territorial do Trabalho globalmente delineada e capazes de desvelar a particular hibridez do espaço amazônico, expressa na coexistência frequentemente conflitante de tempos rápidos e tempos lentos.

Interessado nas atuais condições da fluidez territorial na fronteira econômica amazônica, Huertas (2007) reconhece um particular arranjo de fixos e fluxos estruturadores que configuram aquilo que denominou “quadrilátero” Manaus - Belém - DF/Goiânia - Porto Velho. Os *fronts* modernos tendentes à penetração na Região Amazônica constituem, na leitura do autor, diversas frentes pioneiras cujo conjunto delinea uma mancha pioneira, localizada no interior do “quadrilátero”.

Nesse sentido, Huertas (2007) reconhece, acertadamente, que a difusão das variáveis do meio técnico-científico informacional impõe fixos e fluxos que definem novos recortes territoriais e novas sub-regiões, subvertendo as antigas coesões e as divisões político-administrativas tradicionais. Sob essa perspectiva, o “quadrilátero” identificado corresponde a uma rede geográfica cuja configuração territorial é composta por quatro troncos e quatro nodais centrais, entrelaçados com outras linhas de circulação e com nodais secundários e terciários, alterando, assim, os limites regionais convencionais.

O transporte rodoviário de cargas, estudado na tese de Huertas (2013), é um tipo de fluxo que dinamiza o “quadrilátero” e, como tudo o mais, não permaneceu alheio às transformações impostas pelo período técnico-científico informacional e sua correspondente espacial. Nesse contexto, a renovada dinamicidade da Zona Franca de Manaus (ZFM) e de seu polo industrial reforça um importante eixo nacional do fluxo rodoviário de cargas – o eixo Manaus-Belém – e densifica este tronco do “quadrilátero” como forma de integrar a produção industrial da capital amazonense aos grandes centros consumidores do país.

Ainda que refletindo as novas realidades do mundo e da formação socioespacial brasileira, a Região Amazônica comparece como entidade mediadora entre estas totalidades maiores e os lugares, conferindo a particularidade reconhecida por Huertas (2013) no sistema *roll-on/roll-off* (ro-ro caboclo), uma adaptação de sistemas de transporte às particularidades da Região Amazônica, em que o fluxo do transporte rodoviário de cargas acontece parcialmente pelo modal hidroviário (o rio Amazonas).

Ademais, a associação da discussão a respeito da irradiação do meio técnico-científico informacional com o processo de conformação de espaços corporativos na Amazônia destaca-se no trabalho de Nonato (2005), a respeito da

criação de novos estados no *front* agrícola brasileiro como expressão de um vigoroso uso corporativo do território pelos agentes do agronegócio globalizado.

Ao discutir as propostas de criação das novas unidades federativas⁴² situadas no *front* agrícola brasileiro, Nonato (2005) defende que esses projetos têm como foco facilitar a atuação de agentes hegemônicos ligados à moderna agricultura, que requerem uma nova regulação política a fim de viabilizar a expansão de suas atividades. Ademais, assinala que a criação dessas novas unidades político-administrativas também se caracteriza por canalizar recursos e tornar o território mais funcional à lógica do mercado, conferindo fluidez às atividades agrícolas e atendendo a interesses corporativos.

Nesse sentido, a autora aponta o estabelecimento de um federalismo corporativo, tendo em vista que esta forma de pacto federativo – que substitui os princípios de cooperação pelos de competitividade entre os entes federados – aliena tanto as pessoas como o próprio território, sobretudo por representar a expansão de uma racionalidade que é técnica, normatizada pelo Estado e que atende aos interesses do mercado (NONATO, 2005). Subjacente às propostas de criação de novos estados no *front* agrícola brasileiro, Nonato (2005) constata também o estabelecimento de novos pactos territoriais funcionais, em detrimento de verdadeiros pactos estruturais (SANTOS, 2012a [1987], p. 133).

Ainda a respeito da dinâmica territorial do agronegócio nos novos *fronts* da Amazônia, a tese de Silva (2010) analisa as repercussões espaciais da expansão do meio técnico-científico informacional no sul de Rondônia, expressa na conformação de acontecimentos solidários ao agronegócio dos grãos, especialmente da soja. Argumenta o autor que a inserção da porção meridional de Rondônia no circuito mundializado da produção de soja engendra simultaneamente homologias, complementaridades e hierarquias (SANTOS, 2014a [1996]).

Enquanto a solidariedade via homologia corresponde, sobretudo, à especialização produtiva do campo modernizado, a complementaridade se expressa na conformação de um eixo urbano funcional composto por nove cidades, dispostas ao longo da BR-364, cujas infraestruturas oferecem os serviços, as plantas agroindustriais, o crédito e a gestão indispensáveis à moderna atividade agrícola. O acontecer hierárquico, por sua vez, expressa como o incremento técnico nem sempre acompanha o ganho de autonomia política, uma vez que os motores das atividades ali desenvolvidas são eminentemente extralocais.

42 A análise de Nonato (2005) compreende as propostas de criação dos estados do Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e Rio São Francisco. Destacam-se os dois primeiros – no Norte do Mato Grosso e no Sul do Maranhão, respectivamente – como propostas que atingem diretamente municípios pertencentes à Amazônia Legal.

Considerações finais

A análise de conteúdo dos trabalhos selecionados pôde nos evidenciar a importância das teorias miltonianas no trato de questões ligadas à configuração do espaço regional amazônico no período da globalização, momento no qual cada lugar é crescentemente um resultado da dialética entre a ordem global e a ordem local (SANTOS, 2014a [1996]). Ao se fundamentarem em contribuições teóricas e categorias analíticas renovadas à luz das realidades do presente, os autores evitam análises imobilistas e essencialistas da Amazônia, atentando para a ampla ressignificação a qual estão submetidos todos os subespaços na atualidade.

A teoria do espaço como instância social prestou importante contribuição para a superação de uma visão economicista incapaz de apreender a miríade de dimensões de que é composta a realidade amazônica. Destarte, valorizando o espaço geográfico enquanto instância definida pela indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações, a teoria aponta para a importância da dimensão espacial na compreensão da Amazônia.

Isso porque o espaço adquire papel central na plena realização da cidadania, razão pela qual a teoria do espaço como condição de cidadania tenha também inspirado trabalhos preocupados com as repercussões regionais de um modelo econômico e de um modelo político que se pretendem absolutos e suficientes para o equacionamento de todas as questões amazônicas. A construção teórica de Milton Santos a respeito da necessidade de um modelo cívico-territorial constituiu, nesse sentido, um fundamento que demonstra que a condição cidadã é, também, uma condição territorial.

Por sua vez, a teoria dos circuitos da economia urbana mostrou-se pertinente para a compreensão da configuração espacial das cidades amazônicas, bem como para o desvelamento da multiplicidade de formas de trabalho e de capital abrigados no meio construído dos núcleos urbanos da região. Ademais, a aplicação da teoria à metrópole de Belém (PA) permitiu revelar feições regionais assumidas pelo circuito inferior, assim como contribuiu para a análise das atualizações históricas pelas quais passam ambos os circuitos, resultantes do contato com as variáveis-chave da globalização.

A complexidade dos novos recortes territoriais e arranjos espaciais que configuram o espaço amazônico também não escaparam à análise de alguns dos trabalhos levantados, sobretudo aqueles interessados nas horizontalidades e nas verticalidades nas quais se inserem, frequentemente de forma simultânea, os subespaços amazônicos. A partir do estudo de cidades intermediárias da região, tais teses e dissertações evidenciam as dialéticas endógenas e lógicas exógenas

que dinamizam o espaço regional, dissolvem as solidariedades orgânicas de outrora e, mediante o estabelecimento de emergentes solidariedades organizacionais, promovem “curtos-circuitos” nas tradicionais hierarquias urbanas amazônicas.

Outrossim, os trabalhos que abordaram questões relativas à globalização e à difusão do meio técnico-científico informacional e da fluidez que o acompanha permitiram compreender a seletiva modernização e densificação do espaço regional, usualmente funcional a interesses exógenos e alheios às particularidades amazônicas, assim como evidenciaram o alargamento dos contextos vivenciado pelos lugares submetidos a circuitos espaciais produtivos e a círculos de cooperação cada vez mais abrangentes. Em todo caso, embora o período técnico-científico informacional e o meio geográfico que lhe é correspondente venham demonstrando um perverso potencial desestruturador, os trabalhos apontam um simultâneo recrudescimento da razão local e assinalam a possibilidade de pensar usos contra-hegemônicos para os novos objetos técnicos que atualmente aportam na Amazônia.

As redes que conectam os pontos e manchas do meio técnico-científico informacional não são todo o espaço nem o espaço de todos, como evidenciado naqueles trabalhos dedicados aos usos do território na Região Amazônica. O território usado, revelador do espaço banal, evidencia um verdadeiro mosaico no qual coexistem usos corporativos verticalizados e usos contra-hegemônicos horizontalizados na Amazônia. No conjunto dos trabalhos inventariados, destaca-se a importância daqueles cujas análises denunciam a conformação de espaços corporativos, nos quais o essencial da instrumentação do território interessa a poucos agentes hegemônicos, relegando todos os outros sujeitos a usos residuais.

Diante do exposto, as considerações iniciais acerca da potencialidade da obra de Milton Santos para uma leitura crítica das questões e problemáticas da Amazônia parecem obter uma confirmação pela importante influência exercida por seu pensamento nos trabalhos daqueles que, fundamentados em suas contribuições teóricas, buscam caminhos para a interpretação dessa região em sua totalidade e atualidade.

Referências

AZEVEDO FILHO, J. D. M. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas**. 2013. 212f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAMPOS, I. A. M. **Territórios conectados pela educação a distância no Amazonas**. 2011. 217f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSTA, D. P. **A economia da cidade somos nós. Envelhecimento populacional e gestão previdenciária no Brasil: o Amazonas em foco**. 2013. 207f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CUNHA, A. S. **Geografia e educação: implicações do gênero no exercício da docência e na construção do espaço das escolas públicas estaduais de Manaus/AM**. 2012. 272f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ELIAS, D. Milton Santos: a construção da Geografia cidadã, *Scripta Nova*, Barcelona, vol. VI, num. 124, 2002, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-124/.htm>>. Acesso em: 17 Jun. 2016.

HUERTAS, D. M. **Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**, 2007. 315f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil**. 2013. 443f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MEDEIROS, I. A. **Globalização dos lugares: a verticalização em Manaus**. 1996. 106f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília**,

Fortaleza e Belém. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NONATO, R. C. **Crise da federação e federalismo corporativo**: propostas de criação de novos estados no *front* agrícola brasileiro. 2005. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NOVAES, J. S. **Território e lugar**: a construção democrática da metrópole – o Congresso da Cidade de Belém do Pará. 2012. 420f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOVO, C. B. M. C. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus**: caracterização e análise crítica. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, H. M. P.; TRINDADE JR., S-C. C. A Amazônia em Milton Santos: região, globalização e meio técnico-científico-informacional. In: PEZZUTTI, J.; AZEVEDO-RAMOS, C. B. **Desafios amazônicos**. Belém: NAEA/UFPA, 2016. p. 193-224.

QUEIROZ, K. O. **Centralidade periférica e integração relativizada**: uma leitura de Tefé no Amazonas. 2015. 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, R. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica**: a experiência de Marabá no sudeste paraense. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, E. B. **Território e soberania na globalização**: Amazônia, jardim de águas sedento. 2010. 404f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, jul.-dez. 2000.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001 [2000]. 174 p.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979]. 440 p. (Coleção Milton Santos, 4).

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009 [1990]. 136 p. (Coleção Milton Santos, 17).

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012a [1987]. 176 p. (Coleção Milton Santos, 8).

_____. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012b [1978]. 2008 p. (Coleção Milton Santos, 2).

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013a [1993]. 176 p. (Coleção Milton Santos, 6).

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013b [1994]. 176 p. (Coleção Milton Santos, 11).

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014a [1996]. 392 p. (Coleção Milton Santos, 1).

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014b [2005]. 176 p. (Coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2001]. 475 p.

SILVA, C.S.P. **Os Yawaripë Yanomami**: da intrusão da rodovia Perimetral Norte aos processos de resistência dos povos da floresta. 2006. 121f. Disserta-

ção (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, R. G. C. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010. 2011. 222f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOZI, F. **Rigidez normativa e flexibilidade tropical**: investigando os objetos técnicos no período da globalização. 2012. 262f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TRINDADE JR., S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, v. 321, n. 12, p. 1-22, 2013.

_____. Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, XVI, 2017, La Paz, **Anales electrónicos...** La Paz, Universidade Mayor de San Andrés, 2017, v. 1, p. 1-1. Disponível em: <<https://admin.egal2017.bo/ponencia/1654/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

VENCESLAU, I. **Correios, logística e uso do território**: o serviço de encomenda expressa no Brasil. 2017. 250f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MARABÁ: CIDADE, ORLA FLUVIAL E VIDA URBANA EM TRANSFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA⁴³

Michel de Melo Lima⁴⁴

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior⁴⁵

Introdução

Em razão da lógica inicial de colonização da Amazônia através dos rios, é indiscutível a importância destes últimos para o entendimento da configuração urbana de muitas cidades amazônicas, mesmo diante dos processos de transformação que esses mesmos núcleos urbanos hoje vivenciam.

É nesse contexto que Marabá, uma cidade média⁴⁶ que exerce importante centralidade econômico-política na sub-região do Sudeste Paraense (TRINDA-

43 Este trabalho resulta dos projetos de pesquisa intitulados “Cidades médias e reordenamento territorial na Amazônia: da centralidade econômica à centralidade política sub-regional” e “Cidades da/na floresta: horizontalidades e verticalidades na produção social do espaço e nas políticas de desenvolvimento urbano e regional na Amazônia”, coordenados pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – uma entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico – e que resultou também na dissertação de mestrado “A ribeira & a orla: espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação” (LIMA, 2013).

44 Geógrafo (bacharel e licenciado) pela Universidade Federal do Pará, mestre em geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA) e doutorando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: mmlgeo@hotmail.com

45 Geógrafo (bacharel e licenciado) e bacharel em direito pela Universidade Federal do Pará, mestre em planejamento do desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA) e doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo (PPGGH/USP). É professor titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: stclair@ufpa.br

46 Considera-se cidade média aquela que assume o papel de centro urbano sub-regional na rede urbana. São cidades capazes de polarizar um número significativo de centros urbanos menores e de articular relações de toda ordem, como anteparo e suporte das metrópoles regionais, não compondo com estas uma unidade funcional contínua ou contígua (SPOSITO, 2001). Ademais, é importante destacar que a cidade média de Marabá, que desenvolve uma forte centralidade econômica em seu contexto sub-regional (o sudeste paraense), também desempenha um importante papel político nesse espaço (TRINDADE JR., 2011).

DE JR., 2011), se insere. Sua dinâmica socioespacial está vinculada ao aproveitamento capitalista recente da Amazônia, e sua orla fluvial está ligada ao correspondente processo de modernização em curso; este que se faz presente por meio de projetos (infraestruturais, industriais, turísticos, etc.) pensados e implantados nesse espaço. Por outro lado, a sua dinâmica socioespacial também se associa aos rios (Tocantins e Itacaiúnas) e a uma temporalidade ribeirinha do passado. Por conta disso, os rios, a cidade e a orla configuram importantes recortes analíticos de estudo, pois permitem entender a articulação dos diferentes tempos sociais existentes (o moderno e o tradicional), bem como as territorialidades⁴⁷ deles decorrentes e os seus rebatimentos na Amazônia brasileira.

Assim, o presente trabalho analisa a produção social do espaço (LEFÈBVRE, 1974, 2006 e 2008) mediante as territorialidades existentes na orla fluvial de Marabá em face da dinâmica regional recente da Amazônia, levando em conta as especificidades locais da relação multidimensional (econômica, funcional e simbólico-cultural) dos diferentes agentes com o rio.

A primeira parte do artigo está centrada na análise de elementos mais gerais que possibilitam o entendimento da importância histórica de Marabá e a sua atual condição de cidade média, configurada, em grande parte, pela centralidade econômico-política que possui no contexto da sub-região do sudeste paraense. Tal situação, inclusive, relativiza os seus laços mais íntimos e menos predatórios para com os rios e a floresta; elementos estes que foram essenciais para a sua formação socioespacial.

A segunda seção trata da relação cidade-rio, na qual se procura apresentar, de forma mais detalhada, tanto o recorte empírico de estudo, a orla fluvial de Marabá, como os elementos teóricos centrais que subsidiaram a análise do processo modernizante que ocorre nesse espaço.

Na terceira parte, busca-se destacar os principais elementos histórico-geográficos da formação socioespacial da cidade, possibilitando entender como se desenvolveu a relação cidade-rio, assim como a reconstrução de descontinuidades que revelam as suas diferentes temporalidades e territorialidades urbanas locais.

A quarta seção trata da apresentação e análise, tanto das intervenções urbanas realizadas na orla de Marabá como das propostas de desenvolvimento e planejamento pensadas para esse espaço. O objetivo é analisar criticamente como está sendo pensada e produzida a orla pelo poder público, em suas di-

47 Neste trabalho, faz-se uso da categoria analítica território em sua perspectiva geográfica integradora, que vê a territorialização dos diferentes agentes como um processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) dos espaços pelos grupos humanos (HAESBAERT, 1995, 2009).

ferentes esferas (municipal, estadual e federal), levando em conta também as dinâmicas mais gerais da apropriação capitalista pelo qual passa o urbano na Amazônia brasileira.

Ao atentar para a diversidade de expressão da vida nas orlas fluviais das cidades amazônicas, busca-se dar subsídios à elaboração de políticas públicas mais alinhadas às especificidades urbanas da região, o que significa entender também a forma complexa, diversificada e desigual com a qual se desenvolve as relações existentes entre a cidade e o rio, elemento este que define ritmos, signos, saberes e dinâmicas socioespaciais urbanas no contexto regional.

Marabá: a cidade e a região

A cidade de Marabá definiu, desde a segunda metade da década de 1960, uma centralidade econômica em grande parte atribuída aos papéis que lhes foram conferidos com a expansão da fronteira econômica na Amazônia oriental. Importante por sua condição de entroncamento rododiferroviário e aéreo, começou a se destacar em razão de sua base produtiva assentada na agropecuária, na indústria minerometalúrgica e no extrativismo vegetal e mineral (TAVARES, 1999).

Além da centralidade econômica assumida, Marabá passou a ter configurada também uma espécie de centralidade de natureza política, pois nela estão sediadas diferentes associações, sindicatos de classe e movimentos políticos que a projetam em nível regional e nacional, a exemplo do que acontece com o movimento pela criação do estado do Carajás, que colocou⁴⁸ essa mesma cidade como possível capital do novo estado pleiteado.

Concorreram para essas novas centralidades as redes de integração implantadas desde a segunda metade do século XX, com destaque para a BR-230 (Transamazônica), a PA-150, a BR-222 e a Estrada de Ferro Carajás, que passaram a articular de forma mais intensa Marabá a diversos municípios considerados espaços de novas oportunidades econômicas e de investimentos capitalistas e que hoje integram a proposta de configuração territorial do postulado estado de Carajás.

Tal projeção de Marabá se deve à sua formação socioeconômica e aos investimentos realizados no sul e sudeste do Pará (Quadro 1), uma das principais sub-regiões da Amazônia oriental e cujos investimentos realizados pressupõem dinamismo decorrente de novas atividades produtivas, comerciais e de servi-

⁴⁸ Os referidos movimentos políticos regionais levaram à realização, no ano de 2011, de um plebiscito que objetivou a divisão do Estado do Pará em Estado do Tapajós, Carajás e Pará. O resultado culminou na rejeição da referida proposta de emancipação.

ços, que lhe deram um novo ritmo de urbanização e a tornaram uma das mais expressivas sub-regiões do ponto de vista econômico e político no estado do Pará.

Quadro 1 - Marabá: contextualização sub-regional

Sub-região	Sudeste do Pará
Cidade – pop. urbana	Marabá (186.270 habitantes).
Localização	Sul e sudeste do estado do Pará, vales do rio Araguaia e do Tocantins e afluentes.
Principais elementos da formação socio-espacial	<p>Ocupada inicialmente a partir da exploração das drogas do sertão, teve sua dinâmica reforçada posteriormente com a exploração do caucho e da castanha, que contribuíram para desterritorializar populações tradicionais e formar uma forte oligarquia da castanha, que perdurou até a primeira metade da década de 1970.</p> <p>Com a expansão de frentes econômicas diversas (madeireiras, agrícolas pecuaristas, minerais, etc.) novos agentes se fizeram presentes a partir da década de 1960, formando uma região dinâmica do ponto de vista econômico e de intensos conflitos pela apropriação do território e de seus recursos.</p> <p>Grande presença do Estado através da implantação de infra-estrutura, políticas migratórias e incentivos fiscais.</p>
Papel na divisão territorial do trabalho	A importância do caucho, do diamante e da castanha no passado cede lugar nos dias atuais à forte presença de atividades mais modernas, como a agricultura, a pecuária leiteira e de corte, e a exploração/transformação mineral, especialmente o ferro; atividades estas praticadas por agentes de pequeno, médio e grande porte.
Agentes econômico-políticos e territorialidades	Grande disputa pelo espaço, com conflitos de territorialidade de caráter pontual ou ao longo de linhas e manchas, decorrentes da expansão capitalista. Movimento de criação do Estado de Carajás, comandado especialmente por novos agentes econômicos que referendam uma nova identidade política, econômica e cultural em consolidação e que vem sendo utilizada pelos diversos atores como demarcatória de uma nova unidade territorial com intenções separatistas.

Fontes: Magnano (1989), Guerra (2009) e IBGE (2017).

Elaboração: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.

A ocupação da região onde o núcleo urbano está localizado relaciona-se às

frentes pioneiras ligadas à agropecuária, sucedidas pelo incremento de atividades extrativistas (minerais e vegetais) que configuraram a presença de oligarquias tradicionais associadas à exploração do caucho e da castanha-do-pará (EMMI, 1999).

A gênese da centralidade urbana de Marabá decorreu em grande parte do extrativismo da goma elástica da seringueira (*Hevea brasiliensis*). O crescimento econômico e demográfico proporcionado pela atividade extrativista demandou a expansão da produção agrícola e da pecuária para atender às necessidades alimentares da capital do Estado, Belém. É nesse contexto que na sub-região do sudeste paraense se deu a fundação, por Carlos Gomes Leitão, no ano de 1895, do Burgo Agrícola do Itacaiúnas, a 8 quilômetros da foz do rio Itacaiúnas (VELHO, 1972).

A criação do burgo teve como consequência o incremento do povoamento no sudeste paraense, uma vez que se estabeleceram famílias, casas e, aos poucos, desenvolveram-se povoados à margem esquerda do Tocantins. No entanto, as dificuldades pelas quais passaram o burgo (insalubridade do sítio) e a descoberta do caucho, um tipo de goma elástica provinda da castanheira (*Bertholletia excelsa*), consistiram em fatores que contribuíram decisivamente para o seu despovoamento e para a sua desagregação (EMMI, 1999).

Nesse contexto, por conta de fatores associados às vantagens locais, como a facilidade na circulação e comunicação por meio das vias fluviais, os caucheiros e comerciantes (responsáveis por fornecer, através do sistema de aviação, as mercadorias necessárias ao internato na mata) concentraram-se na ponta de terra situada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas (EMMI, 1999). É neste espaço que se forma, em 1898, o aglomerado que daria origem à cidade de Marabá (VELHO, 1972). Foi assim também que se iniciou, efetivamente, a ocupação de sua orla através da formação do Cabelo Seco, o atual bairro Francisco Coelho.

Descrições da época mostravam a Marabá desse período com aspecto urbano miserável, característica que contrastava com a riqueza e esplendor da borracha (VELHO, 1972). Entretanto, a mesma fonte mostra como sua importância econômica crescente fez com que, posteriormente, mais afastadas da beira-rio, surgissem casas melhores e aos poucos se configurasse uma pequena cidade⁴⁹.

Mesmo com o declínio da produção da borracha na região durante a primeira metade do século XX, o seu dinamismo inicial não foi completamente abalado; isso principalmente pela continuidade econômica proporcionada por produtos como a castanha-do-pará, na sub-região na qual Marabá se localiza.

49 No ano de 1913, foi criado o município de Marabá. Posteriormente, em 1922, o município de São João do Araguaia foi extinto e teve seu território anexado ao de Marabá, cuja sede, no ano seguinte (27 de outubro de 1923), foi elevada à categoria de cidade, tal a importância comercial que havia adquirido (DIAS, 1958).

A queda da demanda da borracha no mercado europeu e a consequente estagnação econômica regional, processo que tem início na década de 1920 (CORRÊA, 1987), fez com que as atividades ligadas à exploração da castanha ganhassem destaque. Por conta disso, a cidade de Marabá tornou-se um dos principais pontos de comercialização desse produto, assim como um importante entreposto comercial no médio Tocantins (VELHO, 1972; DIAS, 1958).

Conforme Dias (1958), o crescimento da cidade se fez no sentido da montante dos rios Tocantins e Itacaiúnas. A acomodação do traçado das ruas principais se deu acompanhando os cursos fluviais, pelas facilidades e vantagens econômicas apresentadas pela topografia do sítio. Ademais, a margem do Tocantins ganhou importância pelo estabelecimento das mais importantes casas comerciais e armazéns de depósito de castanha na época.

Além disso, no final de década de 1930, começou a se desenvolver, no vale do médio curso do rio Tocantins, uma frente mineradora ligada à extração de cristal de rocha e diamantes; atividade cuja coleta era feita no fundo dos rios durante o período de seca amazônica (DIAS, 1958). Essa frente mineradora acabou por se tornar complementar à castanha e levou à fixação permanente da população na cidade (VELHO, 1972).

Ao longo do tempo o seu papel como importante centro urbano de natureza sub-regional se reafirmou; papel esse que foi impulsionado em decorrência do processo de integração da Amazônia ao restante do território nacional, especialmente a partir dos anos 60 do século XX, culminando com a sua condição hoje de principal centro urbano do sul e sudeste paraense.

Durante o processo de colonização agrária, na década de 1970, Marabá tornou-se estratégica, por sua própria localização, para a concretização das políticas territoriais do governo federal, chegando, inclusive, a assumir, no planejamento do Estado, a condição de “*rurópolis*”, o mais importante nível de cidade da hierarquia da rede urbana pensada como parte do processo de colonização agrária oficial ao longo da Rodovia Transamazônica.

Sua força de polarização hoje, em face do conjunto de cidades menores, é responsável por um volume significativo de fluxos que a tornam uma das principais cidades não apenas de sua sub-região, mas, igualmente, da Amazônia como um todo, colocando-a numa posição de destaque, logo após as metrópoles regionais.

No contexto de novas redes de circulação na qual Marabá está inserida, os rios Tocantins e Itacaiúnas, historicamente fundamentais para a configuração da sub-região e para a formação da cidade, passaram a ter os seus papéis econômicos e funcionais relativizados. Isso acontece em razão das novas estratégias de ordenamento territorial, cujo modelo de ocupação está em grande parte assentado no tripé que Porto-Gonçalves (2001) identificou como “*rodovia-terra-*

-firme-subsolo”.

A nova configuração sub-regional define certa tendência de “negação dos rios”, no interior da cidade, diante das novas frentes de expansão econômica. Assim, de “cidade da floresta”, de forte articulação com os valores e ecossistema florestal de seu entorno, passa a configurar-se pouco a pouco como uma “cidade na floresta” (TRINDADE JR., 2013), visto que assimila mais e mais atividades e fluxos advindos de demandas de seu entorno que são responsáveis, em grande proporção, por negar o potencial diverso da floresta, com sério comprometimento da cobertura vegetal outrora existente. Isso tudo por sua inserção a circuitos econômicos globais, a exemplo dos agronegócios, dos econegócios e do extrativismo mineral e vegetal. Tais circuitos e suas demandas definem uma forte pressão sobre a floresta e suas riquezas que, reforçados pela “cultura da estrada” (tempos sociais ligados aos fluxos rápidos da circulação de capital e do eixo rodoviário), implicam difusão de valores pouco associados à “cultura dos rios e da floresta”, que têm em seus recursos algo muito mais que valores econômicos a serem comercializados nos mercados globais.

O espaço socialmente produzido e a relação cidade-rio na orla de Marabá

Ao se refletir sobre uma realidade urbana amazônica como Marabá, cujo espaço de orla fluvial condensa uma multiplicidade de usos e formas de apropriação ligadas ao aproveitamento moderno capitalista e aos usos associados aos rios e à floresta (LIMA, 2013, 2016), é importante destacar que a cidade, enquanto dimensão material da sociedade, configura a realidade imediata, sendo um dado prático-sensível e arquitetônico que só pode ser compreendida se articulada ao urbano, às relações com a sociedade em seu conjunto e seu funcionamento; o que pressupõe levar em consideração todos os seus componentes sociais e históricos (LEFÈBVRE, 2006).

Assim, uma cidade média como Marabá, cuja origem guarda íntima relação com as águas dos rios Tocantins e Itacaiúnas, tem a produção de seu espaço diretamente relacionada à complexidade dos processos recentes que se deram na Amazônia.

O espaço socialmente produzido, categoria central e base da análise desenvolvida neste trabalho, pressupõe a compreensão dos grupos, dos homens, enquanto seres sociais que produzem a sua vida, a sua história, a sua consciência, o seu mundo e, junto com eles, uma dada espacialidade. Insere-se na ideia de produção em sentido amplo (CARLOS, 2001), que abrange obras múltiplas que não estão necessariamente circunscritas à lógica capitalista da mercadoria, e

que se expressam por meio de formas (materiais e imateriais) diversas. Ele não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos, pois engloba as coisas produzidas e compreende as suas relações em sua (co)existência e simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa) (LEFÈBVRE, 1974). Todavia, tal espaço não tem nada de ficção, de uma irrealidade ou idealidade apenas, pois está vinculado à prática social. Por conta disso, apresenta um conteúdo sensível, material, vivido e prático (LEFÈBVRE, 1974, 2006, 2008).

O conceito do espaço socialmente produzido ajuda a entender a orla fluvial como o espaço imediato de interação entre terra e água, seja considerando os rios de maiores ou de menores dimensões (TRINDADE JR.; SANTOS; RAVENA, 2005). No caso em estudo, a orla diz respeito àquela faixa que margeia os principais corpos hídricos da cidade, os rios Tocantins e Itacaiúnas (mapa 1). Isso porque os usos e práticas socioespaciais ali desenvolvidas, em geral, apresentam contato, dependência e interação, material e/ou simbólico(a), mais intenso e com maior regularidade em relação a esses rios (LIMA, 2013, 2016).

A orla, delimitada para fins de análise, abrange parte dos mais importantes núcleos urbanos que compõem a cidade⁵⁰. Além disso, é importante destacar que se incluiu no estudo a comunidade de pescadores da vila Espírito Santo (mapa 1), uma localidade que não faz parte direta do tecido urbano, mas que será impactada pela possível construção da Usina Hidrelétrica de Marabá.

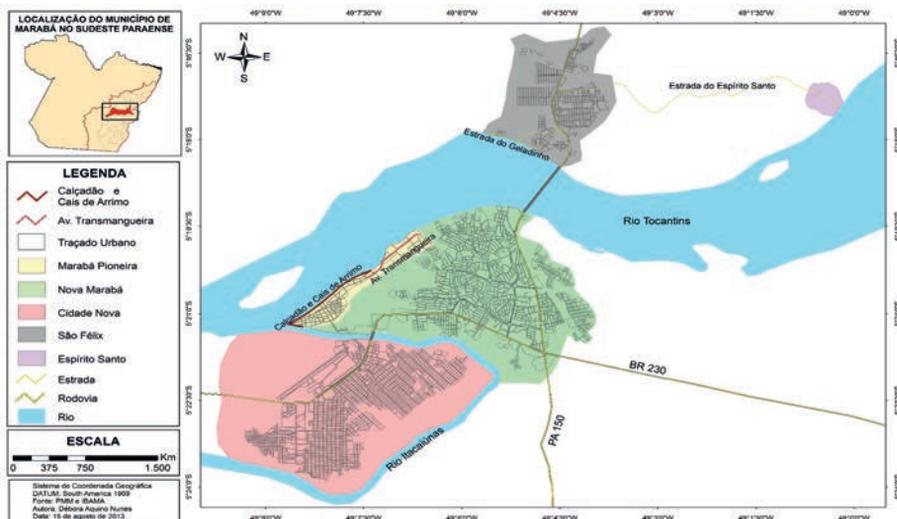
Com relação à morfologia material, em parte da orla foram realizadas obras de infraestrutura, como a construção de calçadão, de cais de arrimo (mapa 1), de trapiches e de diversas rampas que servem de atracadouro para pequenas embarcações (principalmente no núcleo Marabá Pioneira). Também foram pavimentadas ruas imediatamente paralelas aos rios, como o caso da Avenida Transmangueira, e foi melhorado o sistema de iluminação pública.

Sua paisagem é marcada pela existência de formas-conteúdo, tais como: praças, quadras de esporte, balneários, antigas rampas de concreto de acesso aos rios, galpões de embarcações, antigos depósitos de castanha, estaleiros artesanais de pequeno porte, um residencial, comércios, bares, casas de show e restaurantes de maior porte, e atracadouros improvisados para barcos, canoas, rabetas, modernos jet skis e casas flutuantes.

Ademais, também existem espaços onde predomina um ambiente mais próximo das formas naturais e que se aproxima da paisagem ribeirinha de outrora. São eles: o espaço de orla ao longo do rio Tocantins, no qual se destaca o

50 Atualmente três núcleos principais (Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova) e dois secundários (São Félix e Morada Nova) formam a estrutura urbana de Marabá, revelando uma cidade média multinucleada e, em alguns casos (Morada Nova), descontínua; uma configuração pouco comum às cidades médias brasileiras (TRINDADE JR.; LIMA; NUNES, 2013).

bairro Santa Rita, situado no núcleo Marabá Pioneira; o Amapazinho, o Porto do Tacho e o Balneário Vavazão, no núcleo Cidade Nova; a comunidade do Geladinho e a vila Espírito Santo, no núcleo São Félix; e, na orla no rio Itacaiúnas, ao Porto das Canoinhas, também situado no núcleo Pioneiro.



Mapa 1 - Marabá: núcleos urbanos beira-rio e vila Espírito Santo

No que diz respeito à morfologia social, a orla também apresenta uma diversidade de usos e relações que definem diferentes formas de apropriação do espaço, com demarcação de territórios e territorialidades diversas. Assim, de um lado, os diversos grupos sociais usam os rios e a orla para obtenção de recursos (peixe e água), para a circulação (fluvial e terrestre), para o lazer, para a realização de atividades físicas (caminhadas matinais, corridas, passeios de bicicleta), para o trabalho, etc. (LIMA, 2010). Por outro lado, há formas de utilização do espaço da orla que ganham força atualmente e que estão relacionadas ao desenvolvimento de atividades econômicas em maior escala. Correspondem a atividades voltadas para o entretenimento, para o turismo (construção do calçadão e cais de arrimo), para a geração de energia hidrelétrica, para o desenvolvimento de atividades industriais e para o transporte fluvial em maior escala (portos, zona de processamento de exportação, hidrovias, etc.).

O processo que ocorre nas frentes marítimas e fluviais, principalmente de cidades de importância regional (como Marabá), nacional e internacional, está ligado, em diferentes escalas e intensidades, ao que Harvey (2005) denominou tendência ao amoldamento/adequação dos espaços às necessidades do merca-

do e do capital no atual contexto de globalização. Trata-se de um modelo de urbanização de cidades, como destaca Vainer (2002), que se baseia na lógica da competitividade e do mercado e cuja ideologia dominante ressalta que as modernas cidades “necessitam”, para “sobreviver” na selvageria de um mundo globalizado, competir pelo investimento de capital, de tecnologia e de competência gerencial; atrair novas indústrias e negócios (a exemplo do turismo); ser competitivas no preço e na qualidade dos serviços; atrair força de trabalho adequadamente qualificada, etc.

Em Marabá, essa lógica ganha particularidades que dizem respeito ao processo mais recente de ocupação do espaço regional. Assim, considerando as devidas exceções, não é através da presença de megaestruturas modernas – grandiosos armazéns, complexos de exposições e de grandes feiras, loteamentos de luxo, condomínios ecológicos e exclusivos, edifícios empresariais inteligentes, hotéis sofisticados e franquias de marcas internacionais – que se pode constatar uma tendência de apropriação do espaço de orla voltada principalmente para o seu uso econômico (LIMA, 2013).

A referida tendência se faz presente mais pela difusão de ideais e de uma urbanização empreendedora e com apelos menos chamativos e arrojados do ponto de vista arquitetônico moderno. De qualquer forma, reproduz, *mutatis mutandis*, ações empreendedoras por parte do poder público, adequadas à sua escala de inserção, que buscam aproveitar o potencial da orla e do rio para o turismo, para o transporte fluvial de maior porte, para o desenvolvimento de atividades industriais e para a geração de energia hidrelétrica (LIMA, 2013).

O levantamento empírico realizado também demonstrou que a coalizão de forças empreendedoras locais (comerciantes, proprietários fundiários, promotores imobiliários, grandes empresas) e o governo municipal objetivam tornar esse espaço da cidade mais visível e competitivo na escala regional, nacional, e, atualmente, até mesmo internacional, caso venha se concretizar a instalação da Zona de Processamento de Exportação na orla, um empreendimento que busca conectá-la diretamente ao mercado externo.

Os elementos apresentados e que dão corpo à análise ajudam a entender as transformações espaciais que (re)configuraram a relação cidade-rio na orla de Marabá, mostrando como nesta se territorializam não apenas os grupos que desenvolvem práticas associadas ao modo de vida ribeirinho, mas diversos outros que veem nesse espaço a possibilidade de crescimento econômico de suas atividades e empreendimentos.

Mudanças, permanências e (co)existências na relação cidade-rio

Até o final da década de 1950, o crescimento de Marabá ainda se dava predominantemente acompanhando os rios Tocantins e Itacaiúnas. Tal contexto, somado ao uso e a interação multidimensional dos grupos sociais com estes corpos hídricos, confirma a existência de uma temporalidade e territorialidade ribeirinha na cidade.

Por outro lado, conforme já mencionado, após a década de 1960 inicia-se o processo de intensificação da incorporação da Amazônia brasileira à economia nacional e global, notadamente por meio da ação do Estado e de empresas que exploram os recursos naturais da região. Esse período se destaca principalmente pela presença de uma racionalidade capitalista, perpetuada pelo Estado Nacional através de incentivos fiscais e pela criação da infraestrutura necessária para as empresas desenvolverem suas atividades em face da diversidade de recursos naturais existentes (florestais, minerais, energéticos, hídricos, etc.). Destaca-se também a inserção das rodovias como novos eixos de circulação regional (CORRÊA, 1987; ROCHA, 2008).

É nesse momento que a cidade de Marabá, que era conhecida pelas atividades do entorno relacionadas ao extrativismo da castanha, do cristal de rocha e diamantes, bem como pela ligação forte que mantinha com os rios, sofre transformações significativas em sua configuração territorial e sua dinâmica social.

A abertura de estradas e rodovias acentuou a ocupação e o adensamento populacional do sudeste paraense (MATTOS, 1996), repercutindo na forma intraurbana de Marabá. Além disso, outros processos também impactaram na estrutura interna da cidade, dado o movimento migratório provocado, com destaque para a descoberta do potencial mineral da área e da Serra dos Carajás⁵¹, cujo minério era explorado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que veio acompanhada da inauguração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no ano de 1984, com o objetivo de dar suporte energético à implantação do pró-

51 As prospecções realizadas por iniciativa governamental e por subsidiárias de empresas estrangeiras permitiram um levantamento dos recursos minerais, culminando com a descoberta das reservas de minério de ferro da Serra dos Carajás, no Sul do Pará (ALMEIDA, 2008). Para o transporte do minério da Serra dos Carajás até o litoral, onde é embarcado para outros países, a Companhia Vale do Rio Doce construiu a Estrada de Ferro Carajás. Essa estrada entrou em funcionamento em 1984, com transporte de minério de ferro e cargas, com 85 quilômetros de extensão. Em seu trajeto, a ferrovia atravessa o rio Tocantins, na altura de São Félix (um núcleo de Marabá), onde foi construída uma ponte rodoferroviária (MATTOS, 1996). Além disso, na cidade de Marabá, no ano de 1993, também foi construída uma estação de embarque e desembarque de passageiros que, de acordo com levantamento em campo, funciona até os dias atuais.

prio projeto Carajás, e de outros mais, como o complexo Albras/Alunorte (ROCHA, 2008).

Somou-se a isso a política de assentamento oficial do Incra⁵², que objetivava disponibilizar terras a colonos, sobretudo do Nordeste, às margens das rodovias federais em fase de implantação, inclusive na Transamazônica (ALMEIDA, 2008), e a criação de um novo núcleo “planejado” denominado Nova Marabá. O referido núcleo tinha como modelo urbanístico o traçado em forma de uma castanheira. Por meio dele se visava edificar uma nova área para as pessoas atingidas pelas enchentes anuais, muito embora diversos autores afirmem que seu real objetivo fosse o de criar moradias para abrigar grande parte da corrente migratória gerada pela exploração do ouro do garimpo de Serra Pelada, bem como o de desempenhar o papel de centro de apoio aos grandes projetos que estavam em desenvolvimento (YOSHIOKA, 1986; ALMEIDA, 2008).

Todos esses elementos trouxeram, de alguma forma, mudanças na relação cidade-rio até então existente, uma vez que outro dinamismo foi imposto à cidade e à sua estrutura interna, por meio de obras diversas. Nesse sentido, fatores como a diversificação produtiva da cidade, a centralidade econômico-política e regional adquirida e a chegada de grandes agentes/grupos econômicos à cidade (a exemplo da Vale) fazem com que o espaço de orla desponte como local “estratégico” e de grande potencial para a geração de riquezas para o poder público e para os demais agentes/grupos que nele têm um referencial predominantemente econômico.

É nesse contexto que ocorreram melhorias na orla da cidade, tais como: construção de um muro de arrimo para conter as águas das enchentes, pavimentação de ruas, dotação de infraestrutura para fins habitacionais (esgoto sanitário, abastecimento de água, regularização fundiária, área de lazer e 80 novos imóveis para beneficiar famílias que moram na área de maior vulnerabilidade às enchentes) (MARIN; TRINDADE, 2009).

Os locais onde foram realizadas essas obras tornaram-se disputados por visitantes e pela população de toda a cidade, principalmente pela vista que

52 O poder centralizador do Estado Nacional, nesse período, criou áreas de prioridade ao longo da rodovia Transamazônica voltadas para fins de reforma agrária e incluídas no Programa de Integração Nacional (EMMI, 1999). Por conta disso, o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabeleceu o Projeto Integrado de Colonização de Marabá (PIC-Marabá), e posteriormente promulgou o decreto-lei nº 1164, de 01 de abril de 1971, que declarava indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional terras devolutas situadas na faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado dos eixos rodoviários. Isso levou à federalização de boa parte das terras de Marabá, que era “cortada” pela rodovia Transamazônica (EMMI, 1999). Também foi nesse momento que se consolidou o Núcleo Cidade Nova, em Marabá.

oferecem do rio e pela concentração de usos ligados ao entretenimento. Além disso, estão previstas e/ou são incentivadas diversas intervenções para essa mesma área, como: a) a construção de um porto que dará suporte às atividades siderúrgicas do empreendimento Aços Laminados do Pará (ALPA), o que transformará a orla de Marabá em espaço de escoamento de diversos produtos, inclusive industrializados; b) a edificação da Hidrelétrica de Marabá, nas proximidades da Vila Espírito Santo (mapa 1), que consiste num empreendimento que tem por objetivo atender às demandas locais e regionais de energia; c) construção de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na margem esquerda do rio Tocantins, um distrito industrial, conectado ao mercado externo, que levaria à criação de toda uma infraestrutura logística e portuária na orla, escoando sua produção por via fluvial; d) a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, empreendimento logístico e infraestrutural que abrange os Estados do Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará – neste caso, contemplando, entre as cidades paraenses, Marabá, que está localizada no médio curso do rio Tocantins –, e visa ao surgimento de um novo eixo de transporte modal fluvial regional, com ênfase na circulação das mais variadas cargas, principalmente *commodities*.

Tais obras e/ou intervenções que são reivindicadas pela administração pública municipal de Marabá e por grande parte dos agentes/grupos empreendedores locais e regionais, estão associadas ao processo de aproveitamento capitalista do espaço da orla, desconsiderando, em grande medida, outros usos e formas espaciais assentadas na territorialidade ribeirinha que ali se faz presente.

É nesse contexto de territorialidades múltiplas, (co)existentes e conflitantes⁵³ que se desenvolve hoje a relação cidade-rio em Marabá e na sua orla; espaço que foi alvo de diferentes formas de dominação, apropriação e uso ao longo do tempo, que estão associadas tanto ao início da circulação regional e à utilização dos rios e da floresta, principalmente como recurso e referencial de vida, quanto ao processo de modernização capitalista do espaço da Amazônia no período recente.

53 O processo de aproveitamento capitalista da orla de Marabá acabou, em grande parte, por privilegiar a inserção de formas mais modernas e a intensificação dos fluxos de capitais mais dinâmicos nesse espaço e por negar características próprias do lugar, como a sua ligação/interação multidimensional (econômica em diversas escalas, funcional e simbólico-cultural) com os rios Tocantins e Itacaiúnas e com a floresta. Uma negação que gera conflitos de territorialidade, barulhentos e silenciosos, associados à transformação dos principais espaços de contato imediato entre a terra e a água – os referenciais de vida de grande parte da população que mora na orla – em locais de realização de negócios. Isto é, do “novo” (moderno e capitalista) que exclui o “velho” (a dimensão ribeirinha existente) (LIMA, 2013).

Modernização capitalista e dimensão ribeirinha da orla fluvial

Inserida no contexto de potencialização econômica e de modernização da Amazônia brasileira, Marabá, que tem grande destaque regional, e o seu espaço de orla fluvial, o principal ponto turístico da cidade, estão cada vez mais integrados, direta ou indiretamente e em diferentes escalas, na lógica de acumulação capitalista.

A referida situação está ligada, de forma geral, às mudanças que se dão nos espaços citadinos da Amazônia. É nesse sentido que se destaca que o aparecimento de novas urbes ou mesmo as mudanças em antigos espaços urbanos se intensificaram a partir das políticas de “desenvolvimento” capitalistas postas para o espaço regional (OLIVEIRA, 1999) e pela inserção de novos e modernos objetos espaciais e territoriais na Amazônia brasileira, quais sejam: as plantas industriais, o novo sistema de circulação (rodovias e ferrovias), os novos sistemas portuários, a expansão da rede de energia elétrica apoiada na instalação de modernas hidrelétricas, a presença de grandes projetos econômicos e de infraestrutura e suas modernas cidades (TRINDADE JR., 2010).

Por conta disso, a última seção deste trabalho busca desenvolver uma análise das principais intervenções e transformações associadas ao processo de modernização que se rebete na orla fluvial de Marabá. Para tanto, será apresentado e analisado um quadro com as principais e mais recentes obras realizadas e projetadas para esse espaço.

O quadro 2 apresenta, de forma geral, as principais intervenções e obras pensadas e desenvolvidas em Marabá e que tiveram e/ou podem ter repercussões mais diretas em seu espaço de orla fluvial. Elas iniciaram no período recente com o objetivo de intensificar os mais diversos tipos de fluxos e, com isso, dinamizar economicamente a cidade e a região.

É neste contexto que se destaca a construção de duas pontes, estas que sinalizaram a mudança de orientação no eixo de circulação, de eminentemente fluvial para o eixo rodoviário. A primeira é a ponte rodoviária sobre o rio Itacaiúnas, que foi edificada no ano de 1981, com o objetivo principal de facilitar o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos, criando uma ligação direta via rodovia entre dois dos principais núcleos de Marabá, a Cidade Nova e a Nova Marabá, por intermédio da Rodovia Transamazônica.

A segunda foi construída alguns anos depois (1984) e se trata da ponte mista rodoferroviária de Marabá, também realizada com o objetivo de melhorar os mais diversos fluxos (pessoas e mercadorias). A ponte possibilitou fazer o cruzamento ferroviário e rodoviário sobre o rio Tocantins, na altura da cidade, permitindo o transporte de cargas do minério ferro de Carajás e, posteriormente, de pessoas, no ano de 1993.

A construção dessas duas pontes⁵⁴ – a primeira de iniciativa do Governo Federal, a segunda em parceria do Governo Federal com a Vale – contribuiu para o redirecionamento dos fluxos de mercadorias, de pessoas e de sociabilidades, que antes se desenvolviam principalmente pelos rios.

Quadro 2 - Marabá: principais intervenções/obras realizadas e projetadas para a orla da cidade

Obra	Descrição da obra	Situação e ano de conclusão	Principais funções e usos	Iniciativa
Ponte rodoviária sobre o rio Itacaiúnas	Ponte de concreto sobre o rio Itacaiúnas que liga o núcleo da Cidade Nova à Nova Marabá, facilitando o fluxo de pessoas e veículos na cidade. Recentemente essa ponte foi duplicada devido ao grande fluxo de caminhões, carros e motocicletas e pela importância que a Transamazônica vem ganhando no contexto regional e nacional.	1981	Facilitar o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos na cidade de Marabá, criando uma ligação direta, via rodovia, entre o núcleo Cidade Nova e Nova Marabá. Além disso, essa é uma ponte fundamental para o fluxo regional e nacional de produtos e matérias-primas produzidos e destinados à Amazônia oriental. Os principais usos são os relacionados ao transporte, pois o fluxo de veículos é intenso nesse espaço.	Governo Federal
Ponte mista (rodoferroviária) de Marabá	Ponte de concreto e ferro sobre o rio Tocantins que liga o núcleo de São Félix à Nova Marabá. Pela ponte passam, cotidianamente, diversos veículos automotores, além do trem de ferro de Carajás, que segue transportando minério rumo ao porto de Itaquí, no Maranhão.	1984	A função da ponte rodoferroviária é fazer o cruzamento ferroviário e rodoviário sobre o rio Tocantins na altura de Marabá, permitindo o transporte de cargas de minério de ferro de <u>Carajás</u> , que segue pela Ferrovia até o <u>porto de Itaquí</u> , no Maranhão. Possibilita também o fluxo contínuo de veículos automotores na BR 222, que liga Marabá à costa Brasileira e à rodovia Belém-Brasília.	Governo Federal, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (atual DNIT), e <u>Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)</u> .

54 A ponte sobre o rio Itacaiúnas foi duplicada para facilitar o fluxo pela rodovia Transamazônica, e a ponte sobre o rio Tocantins está com previsão de alterações em função da duplicação da Estrada de Ferro de Carajás.

<p>Orla Sebastião Miranda</p>	<p>Obra de proteção das margens do rio Tocantins, com a construção do calçadão e do cais de arrimo. A estrutura da obra está sustentada por oito metros de estacas cravadas em concreto, avançando em direção ao rio, sobre as quais estão assentados pilares de altura média de 4,5 metros, que servem de base a uma laje de 20 centímetros de espessura.</p>	<p>2004</p>	<p>Na orla Sebastião Miranda estão concentrados os serviços e o comércio ligados principalmente ao turismo, entretenimento e ao lazer. Os trapiches e portos proporcionam a continuidade do uso do rio para a população que lá reside. Assim, o turismo e o consumo da/na orla (co)existem com o uso do rio enquanto fonte de recursos, para uso doméstico, para uso lúdico e como referencial simbólico-cultural.</p>	<p>Governo Federal, através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), em parceria com o Governo Municipal.</p>
<p>Avenida Transmangueira</p>	<p>Aterramento e pavimentação da Avenida Transmangueira, criando um novo eixo de ligação entre a Nova Marabá e a Marabá Pioneira.</p>	<p>2007</p>	<p>Facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias na cidade de Marabá, criando uma nova via de circulação na cidade. Os principais usos que se pode observar é o destinado ao transporte, pois o fluxo de veículos e pessoas é intenso nesse espaço.</p>	<p>Governo Federal, em parceria com o Governo Municipal.</p>
<p>PAC “Cabelo Seco”</p>	<p>Construção do muro de contenção, terraplanagem, drenagem das águas pluviais, regulamentação fundiária, pavimentação com revestimento em concreto, construção de um playground e quadra de esportes, e edificação de 80 unidades habitacionais que sejam assistidas com rede de água e esgoto, amenizando o efeito das cheias no bairro Francisco Coelho.</p>	<p>Construções iniciadas em 2008 e concluídas nos anos de 2013 (1ª fase) e 2014 (2ª fase)</p>	<p>Beneficiar a população ribeirinha residente no Bairro Francisco Coelho, melhorando as suas unidades habitacionais, gerando renda e protegendo-as das cheias dos Rios Tocantins e Itacaiúnas. O uso principal que prevê o projeto é o habitacional, depois vem o da geração de renda, atendendo para as práticas sociais já presentes e a íntima relação da população desse bairro com o rio.</p>	<p>Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em parceria com o Governo Municipal.</p>

<p>Porto da ALPA</p>	<p>Está ligado ao projeto ALPA, que prevê a implantação de uma infraestrutura para entrada de insumos e escoamento de produtos. Consiste num terminal portuário com capacidade para receber cargas de granéis sólidos, minério de ferro e derivados, e carga em geral. O porto será construído na margem esquerda do rio Tocantins, na altura do Km 14 da BR-230, próximo à área da ALPA. Deverá ocupar uma área estimada de 370 mil m², incluindo o pátio multimodal que será integrado pela rodovia e um ramal ferroviário.</p>	<p>Iniciativa estimulada principalmente a partir do final da década de 2000</p>	<p>Porto privado que visa a atender o objetivo logístico do projeto ALPA, por meio de uma parceria público-privada estabelecida entre a Vale e o grupo empresarial Cevital, sendo utilizado para a entrada de insumos e para o escoamento de produtos (aço e derivados), tanto para o mercado nacional (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), quanto para o internacional.</p>	<p>Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, em parceria com o Governo Estadual, através de incentivos fiscais, e com o grupo Argelino Cevital (que recebeu do Governo a área e as licenças já obtidas para instalação do projeto, e, da Vale, obteve o compromisso do fornecimento do minério de ferro com preços competitivos), que retomará as atividades de construção do empreendimento siderúrgico ALPA.</p>
<p>Zona de Processamento de Exportação de Marabá</p>	<p>Construção e instalação de uma Zona de Processamento de Exportação, de um distrito industrial (aproveitando a área do empreendimento ALPA), e de portos para o escoamento da produção siderúrgica das empresas instaladas no distrito.</p>	<p>Em fase de análise do projeto pelo Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação (CZPE).</p>	<p>Criação de uma infraestrutura industrial e portuária, na margem esquerda do rio Tocantins, para o escoamento da produção do polo metalomecânico (trilhos, derivados de aço, etc.) que se instalará em Marabá. As ZPEs são áreas de livre comércio com o exterior voltadas à instalação de empresas cuja produção seria destinada ao mercado externo (obrigatoriedade de exportar no mínimo 85% do que produzir), gozando da isenção do pagamento de impostos (IPI, IOF etc.), da não necessidade de obtenção de licenças de órgãos federais (exceto as relativas a controle sanitário, proteção do meio ambiente e de segurança nacional), etc.</p>	<p>Secretaria do Estado do Pará de Desenvolvimento Econômico, Comércio, Mineração e Energia (Sedeme), Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM), Governo Municipal, Conselho Nacional de Zonas de Processamento e Exportação (CZPE) e Grupo Argelino Cevital.</p>

<p>Hidrelétrica de Marabá</p>	<p>Construção de mais uma hidrelétrica na região Norte, no rio Tocantins, que está planejada para ser edificada a cerca de 4 km a montante da ponte rodoferroviária da cidade. O barramento do rio Tocantins aconteceria onde atualmente está situada a vila do Espírito Santo, local onde foi instalado, pela Eletronorte, o marco da futura Hidrelétrica de Marabá.</p>	<p>Formulado ainda no âmbito do Programa Grande Carajás, com estudos de viabilidade retomados na década de 2000.</p>	<p>O empreendimento hidrelétrico em Marabá faz parte dos projetos hidroelétricos a serem viabilizados até 2020, visa a gerar energia (2.160 MW) e dar suporte/estímulo principalmente às atividades industriais desenvolvidas na cidade, a exemplo da implantação da ALPA e da ZPE. Além disso, com vistas à sua ampla difusão e aceitação, é disseminada a ideia de que, com o estabelecimento da hidrelétrica, não haveria mais enchentes na orla da cidade de Marabá. Atualmente sua construção está em suspenso em função da queda na demanda de energia para o atendimento da indústria local, e da necessidade de revisão do projeto para inclusão de eclusas.</p>	<p>Ministério de Minas e Energia, Governo Federal, Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.</p>
<p>Hidrovia Araguaia-Tocantins</p>	<p>Abrange a bacia do Araguaia-Tocantins, que faz parte dos Estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Goiás. Um empreendimento combina transporte e navegabilidade na bacia fluvial do Araguaia-Tocantins. No trecho de Marabá até a foz do rio Tocantins, com 494 km, previa ações como a construção das eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (já em funcionamento), de derrocamento de pedrais, de dragagem do rio, de balizamento e de sinalização desta bacia.</p>	<p>Iniciativa estimulada principalmente a partir da década de 1990</p>	<p>O estabelecimento pleno da navegação comercial no trecho da bacia Araguaia-Tocantins, com vistas a maximizar o dinamismo econômico através da criação de um novo eixo de transporte modal fluvial regional, com ênfase na circulação das mais variadas cargas. A hidrovia está voltada principalmente para o escoamento das <i>commodities</i> (agrícolas e minerais: placas metálicas, soja, carvão mineral, manganês, fertilizantes, ferro gusa e milho) mais representativas, principalmente as provenientes da região Centro-Oeste do Brasil com destino à exportação.</p>	<p>Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).</p>

Fonte: Pará (2007), Marabá (2008), Marin e Trindade (2009), Brasil (2011), Aços e Laminados do Pará (2012), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (2012), O Diário do Pará (2013), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2013), levantamento em campo (2017).

Elaboração: Débora Aquino Nunes e Michel de Melo Lima.

Por outro lado, a partir da década de 1990, a orla de Marabá voltou a receber uma maior atenção, tanto por parte do Estado (em diferentes níveis) quanto por parte de agentes/grupos econômicos de maior porte. Esse processo ocorreu, principalmente, por conta do aumento das demandas relacionadas à necessidade de desenvolvimento do transporte fluvial em maior escala, da geração de energia e da potencialização das opções de turismo, de entretenimento e de lazer que este espaço proporciona.

Foi quando se iniciaram as obras de infraestrutura de proteção das margens do rio Tocantins, que tinham como objetivo “revitalizar” esse espaço, bem como amenizar o problema anual das enchentes. Dessa forma, através da realização dessas obras de infraestrutura, a cidade poderia oferecer um ambiente de maior sintonia com os “tempos modernos” que lhe impulsionavam. Com efeito, na passagem do ano de 2003 para o ano de 2004, foi inaugurada a nova “Orla Sebastião Miranda” (nome do prefeito da cidade na época). Esta foi fruto da parceria dos governos federal e estadual, que realizaram construções como cais de arrimo, calçadão, trapiches, rampas de acesso ao rio Tocantins, praça e quadra de esporte; assim como promoveram melhorias diversas (iluminação pública, instalação de um ponto de internet de acesso público, e obras de paisagismo e pavimentação de vias paralelas ao rio).

O espaço que sofreu essas melhorias infraestruturais acabou por concentrar grande parte dos serviços e do comércio ligados principalmente ao turismo e ao lazer na cidade. Isso tornou parte da orla uma área mais atrativa e muito visitada por turistas e moradores devido às amenidades naturais que oferece e as possibilidades de entretenimento em razão da concentração de casas de show, bares, boates, restaurantes mais modernos e de maior porte, academias para a realização de atividades físicas, lanchonetes, náuticas, etc.

Ainda nesse contexto e também através de uma iniciativa do Governo Federal em parceria com o Governo Municipal, ocorreu a pavimentação da Avenida Transmangueira, à beira-rio, no ano de 2007. Com isso, criou-se um novo eixo de ligação entre dois núcleos da cidade (Marabá Pioneira e Nova Marabá), para melhorar o fluxo de pessoas e veículos.

Inserida nesse momento de valorização estratégica e econômica das beiras de rio, essa via possibilita um acesso mais rápido ao mais importante ponto turístico de Marabá, que é a sua orla fluvial. A sua construção fez com que o bairro Santa Rita, que margeia a via e é uma área de ocupação irregular recente da cidade, começasse a intensificar o processo de substituição de sua população e a vivenciar especulação imobiliária (LIMA, 2013). Assim, nesse espaço são conservados, por proprietários fundiários, grandes terrenos vazios à espera de

valorização e as modestas habitações de palha, madeira e alvenaria existentes, aos poucos, são substituídas por modernas náuticas; isso quando não são colocadas à venda por alguma imobiliária.

Por sua vez, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cabelo Seco foi uma iniciativa do Governo Federal e com apoio do Governo Municipal. Iniciado em 2008, o PAC Cabelo Seco teve por objetivo desenvolver ações de melhoria habitacional (construção de 80 casas para famílias que moram na orla, no Residencial Itacaiúnas) e de cunho social, com vistas à redução das desigualdades e estímulo ao desenvolvimento econômico compatível com a preservação ambiental e cultural. Tudo isso aliado a tentativas de efetivação da participação popular (PARÁ, 2007).

Porém, visitas a campo durante o período de realização das obras nos mostraram que o seu atraso – devido a terem sido entregues somente nos anos de 2013/2014 – acabou prejudicando a vida dos moradores. Além disso, constatou-se, após a entrega do residencial, que sua construção não levou em consideração certas especificidades da dimensão vivida ribeirinha local (casas bem ventiladas, com quintais e espaços de reuniões para os moradores, etc.), e, atualmente, a infraestrutura do playground e da quadra de esportes já necessita de reparos.

O porto da ALPA – obra do grupo Argelino Cevital, em parceria com a Vale, o Governo Estadual e o Governo Federal – busca atender aos interesses particulares das grandes empresas envolvidas, principalmente, aqueles referentes ao empreendimento siderúrgico Aços e Laminados do Pará. Um porto privado será utilizado para a entrada de insumos e para o escoamento de produtos em barcaças e navios de maior porte, tanto para o mercado nacional quanto para o internacional. Para o mercado nacional, seriam destinados produtos como bobinas e chapas laminadas; para o internacional, placas de aço.

Tal iniciativa visa potencializar o desenvolvimento econômico da região e da cidade, por meio do estabelecimento de um grande empreendimento siderúrgico. Este geraria mais emprego e renda para Marabá através do uso dos rios e do espaço de orla fluvial. Por outro lado, as reais consequências desse empreendimento (circulação de navios de maior porte e de grandes barcaças) para os agentes/grupos que cotidianamente usam os rios das mais variadas formas ainda não foram amplamente elucidadas.

A Zona de Processamento de Exportação de Marabá visa dar um novo fôlego ao setor industrial, notadamente ao da siderurgia, a partir de desenvolvimento de atividades voltadas ao abastecimento do mercado externo. A ideia é aproveitar o minério de ferro fornecido por um bom preço pela Vale, a isenção de impostos e a integração aos fluxos globais mais dinâmicos para verticali-

zar a produção através da comercialização do aço e seus derivados, agregando empresas cujas atividades podem ser associadas ao setor, criando, com isso, sinergias e competitividade em nível global. Por outro lado, tal empreendimento, que se localizará na margem esquerda do rio Tocantins, necessitará de toda uma infraestrutura logística e portuária para dar suporte ao escoamento da produção das empresas localizadas na ZPE, e, por isso, possivelmente produzirá impactos diretos e indiretos para os grupos que têm nos rios e na orla referencial de reprodução econômica simples, de moradia, de cultura e de sobrevivência.

A hidrelétrica de Marabá, por seu turno, é um empreendimento do Governo Federal em parceria com a Eletronorte e busca gerar energia para estimular e dar suporte aos diversos empreendimentos instalados ou que pretendem se instalar na região. Sua difusão se dá através de um discurso pautado na “ideologia de benefícios” (MARIN; TRINDADE, 2009), que ressalta a importância desse empreendimento hidrelétrico como algo que possibilitaria um maior dinamismo econômico (transformar o minério de ferro de Carajás em renda, geração de emprego e qualidade de vida) e um melhor controle/contenção das enchentes que assolam a cidade.

Atualmente o projeto é debatido por representantes do Estado, da Eletronorte e da sociedade civil, muito embora tenha perdido ritmo em função da queda nas atividades industriais em Marabá (siderurgia) e da necessidade de adequação infraestrutural do projeto, que não previa a construção de eclusas, tidas como fundamentais para não inviabilizar novamente a navegação no rio Tocantins e, conseqüentemente, impossibilitar a realização de outro grande empreendimento, a Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Com efeito, por conta da possibilidade de realização desse empreendimento hidrelétrico, sobretudo se a instalação da ZPE se confirmar, inseguranças, incertezas e o temor de perder o seu espaço de vida tomam conta de diversos agentes/grupos sociais como pescadores, indígenas, assentados, agricultores, ribeirinhos, etc. (LIMA, 2013).

Por fim, tem-se a Hidrovia Araguaia-Tocantins, uma iniciativa do Governo Federal que ganhou mais força a partir da década de 1990, devido às grandes vantagens da inserção de um sistema multimodal de transportes para viabilizar a circulação de produtos (principalmente *commodities*) no corredor Centro-Norte do Brasil. Nesse sentido, este empreendimento busca o estabelecimento pleno da navegação comercial no trecho da bacia Araguaia-Tocantins com vistas a maximizar o dinamismo econômico através da criação de um novo eixo de transporte modal fluvial regional, conforme dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

A conclusão desse projeto, que foi viabilizado após a inauguração das Eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, é fundamental para o aproveitamento econômico do grande potencial agropecuário, florestal e mineral já identificado no vale do Tocantins-Araguaia, tendo em vista a vinculação a modais de baixo custo e em razão do pequeno valor unitário das cargas a serem geradas e das grandes distâncias a serem percorridas.

Todos os grandes empreendimentos e intervenções citadas, que se dão por meio de incentivos e ações do governo em diferentes esferas (federal, estadual e municipal) e por coalizões de forças empreendedoras locais e regionais, reafirmam a centralidade econômico-política regional de Marabá e têm por objetivo geral aumentar a geração de riqueza regional e local utilizando o espaço de orla da cidade, seja através de ações com vistas a aumentar os fluxos de pessoas, insumos e mercadorias (como as duas pontes, a ZPE, o porto da ALPA e a hidrovía Araguaia-Tocantins), seja por meio da geração de energia (hidrelétrica de Marabá) para atender, principalmente, à demanda das grandes empresas, seja, ainda, através de melhorias urbanas (Orla Sebastião Miranda, PAC Cabelo Seco e a Avenida Transmangueira).

Por outro lado, reafirmando as desigualdades socioespaciais engendradas pelo processo de modernização do espaço da orla, notadamente os impactos à população local, é importante destacar que as referidas ações e/ou intervenções também produzem, em última instância: o aumento da especulação imobiliária, a intensificação da violência urbana, dos casos de prostituição e de vandalismo, a poluição dos rios e a substituição da população original, ligada ao vivido ribeirinho, por segmentos sociais de maior poder aquisitivo (MARABÁ, 2006; LIMA, 2013).

Dessa forma, as resistências e os conflitos de territorialidades gerados em razão deste tipo de processo mostram a forma desigual como os interesses do grande capital se dão sobre a orla e como esta é entendida, sobretudo como um espaço de grande potencial para geração e/ou circulação de riquezas. Trata-se de tipo de aproveitamento econômico do espaço que se desenvolve, mesmo que para isso seja necessário negar a existência de uma territorialidade ribeirinha e de usos “menos importantes” do ponto de vista econômico moderno. E isso ocorre tanto no âmbito das ações (em diferentes escalas) do Estado empreendedor quanto no âmbito das ações da iniciativa privada e das parcerias com ela estabelecida.

Considerações finais

Ao analisar a produção social do espaço da orla de Marabá e os confron-

tos de territorialidade existentes por conta da dinâmica urbana e modernizante recente da Amazônia, é possível perceber como as orlas da região estão cada vez mais sendo inseridas, desigual e conflituosamente, no contexto de acumulação de capital regional, nacional e internacional, principalmente por meio da assimilação de modelos de urbanização estranhos ao potencial e às vivências locais.

As ações estabelecidas e analisadas, e a urbanização empreendedora que se desenvolve na orla da cidade de Marabá, no geral, levam ao aumento dos impostos cobrados, ao assédio da população local para a venda de suas moradias para grupos econômicos mais capitalizados, ao “inevitável” processo de “remoção” da população original pelo poder público para o estabelecimento de algum outro tipo de infraestrutura ou atividade (calçadão, cais de arrimo, porto de grande porte, hidroelétrica, etc.) mais condizente com o atual contexto global e, por fim, à negação das demandas (habitação, saúde, educação, segurança, etc.) e do reconhecimento do protagonismo social dessas populações.

Em face disso, destaca-se a necessidade de se considerar a dimensão ribeirinha existente em locais como Marabá, um espaço extremamente modificado pela sua atual dinâmica de cidade média e pelos processos modernizantes que ali se desenvolvem. Tal necessidade está ligada, nesse sentido, ao reconhecimento das diferentes temporalidades e territorialidades que definem os seus ritmos, a sua alteridade e a sua diferença no contexto urbano amazônico.

Referências

AÇOS E LAMINADOS DO PARÁ. Projetos siderúrgicos da Vale. **Visão Geral do projeto**. Marabá, 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Relatório executivo**: Hidrovia Tocantins-Araguaia. Brasília, 2012.

ALMEIDA, J. J. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Programa de Pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano decenal de expansão de energia 2020**. Brasília: MME-EPE, 2011.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 49, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

DIAS, C. V. Marabá: centro comercial da castanha. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 4, p. 383-425, 1958.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Hidrovia do Tocantins**. Disponível em < <http://www.dnit.gov.br/hidrovias/hidrovias-interiores/hidrovia-do-tocantins>> Acesso em: 05 de jan. de 2013.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

HAESBAERT. R. Desterritorialização: entre redes e aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. ET AL. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-206.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

IBGE. Cidades. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=150420&idtema=79> > Acesso em 14 de agosto de 2017.

GUERRA, G. A. D. Apropriação, uso da terra e desenvolvimento territorial na Amazônia. In: ROCHA, G. M.; MAGALHÃES, S. B; TELSSERENC, P. **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: Edufpa, 2009. p. 185-205.

HAESBAERT. R. Desterritorialização: entre redes e aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. ET AL. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

_____. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008a.

LIMA, M. M. **Interfaces da cidade com o rio no Sudeste Paraense**: estudo sobre a orla fluvial de Marabá. 2010 [s.n]. Relatório de pesquisa (Programa Institucional de Bolsistas da Iniciação Científica) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

_____. **A ribeira & a orla: espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação**. 2013. 256 f. Dissertação (mestrado em geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

_____. **A produção social do espaço e a relação cidade-rio na ribeira de Marabá-PA: modernização, conflitos e resistências**. **GEOUSP: espaço e tempo**. São Paulo, v. 20, p. 267-280, 2016.

MAGNANO, A. A estrutura do espaço regional. In: IBGE. **Geografia do Brasil: região norte**. Rio de Janeiro, 1989. p.275-307. v.3.

MARABÁ. Secretaria do Município de Marabá. **Diagnóstico do plano diretor urbano de Marabá**. Marabá, 2006.

MARABÁ. Prefeitura Municipal. **Relatório ambiental urbano integrado**. Marabá, 2008.

MARIN, R. E. A.; TRINDADE, J. Wakymãhã mekto kônhito-nxàkaka: Projeto da Hidrelétrica de Marabá - Pará. In: ALMEIDA, A. W. B. (Org.). **Conflitos sociais no Complexo Madeira**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009. p. 367-389.

MATTOS, M. V. B. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996.

OLIVEIRA, J. A. As cidades da Amazônia: novas territorialidades e velhas exclusões reencontradas. **Caderno Prudentino de Geografia**. São Paulo, v. 21, p. 53-70, 1999.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional. **Cabelo Seco**: projeto de melhoria urbana do bairro do “Cabelo seco” – Marabá-PA. Pará, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROCHA, G. M. Todos convergem para o lago! Hidrelétrica de Tucuruí: municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFGPA, 2008.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.) **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. São Paulo: UNESP, 2001. p. 609-643.

TAVARES, M. G. **A dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará (1960-1996)**. 1999. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

TRINDADE JR., S-C. C.; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P. (Orgs.). **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005. p. 12-43.

TRINDADE JR., S-C. C.; AMARAL, M. D. B.; SILVA, M. A. P. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., S-C. C.; TAVARES, M. G. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27-47.

TRINDADE JR., S-C. C.; LIMA; M. M.; NUNES, D. A. Velha Marabá: mudanças e permanências no centro histórico de uma cidade média da Amazônia brasileira. In: SPOSITO, M. E. B; FERNANDES, J. A. V. R. (Orgs.). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Porto: CEGOT, 2013. p. 255-270.

TRINDADE JR. S-C. C. **A cidade e o rio na Amazônia**: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. Projeto de pesquisa submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Belém, 2008.

_____. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

_____. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação dos territórios. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, Rio de Janeiro, 2011. **Anais do XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. CD-Rom, p. 135-151.

_____. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 75-103.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

YOSCHIOKA, H. **Avaliação de implantação de um núcleo urbano em área na Amazônia**: o exemplo de Nova Marabá, Pará. 1986. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.



TECNOLOGIAS DO PODER: SOBERANIA CLÁSSICA, BIOPODER E RACISMO NO CONTROLE DAS CLASSES POPULARES EM BELÉM

*Alexandre Sócrates Araújo de Almeida Lins*⁵⁵

*Fábio Fonseca de Castro*⁵⁶

Introdução

Este artigo reflete sobre a relação entre intersubjetividade e trabalho, identificando a duração e a sobreposição de dois paradigmas que, segundo Foucault (1988 e 1995), regeram historicamente o mundo do trabalho: o primeiro baseado em um modelo tradicional de regulamentação e gestão, centrado no uso de tecnologias disciplinares sobre o corpo máquina, e um segundo, moderno, baseado no controle massivo e na compreensão do corpo espécie, ao qual Foucault (1988) denomina biopolítica. Entretanto, há de se considerar a especificidade na aplicação das tecnologias do poder nos trabalhadores do contexto amazônico desde a colonização, em comparação com aquelas impostas ao cenário europeu, ou mesmo aos colonos brancos na Amazônia. Por conta disso, desenvolver-se-á a teoria das tecnologias do poder de Foucault a partir da mediação de Quijano (2005), que demonstra como o controle da força de trabalho é um dos pilares do colonialismo do poder. Sem esses deslocamentos seria impossível compreender como esses dois modelos se fizeram presentes na história amazônica, já que a forma como o poder tem agido sobre o corpo útil do branco europeu é bem diversa da aplicada aos corpos dos índios, negros e mestiços amazônidas. Assim, parte-se do pressuposto de que esses paradigmas, tais como toda experiência histórica, não se esgotam em limites temporais precisos. Particularmente, desejamos perceber como, intersubjetivamente, esses modelos produzem sedimentos, formas e práticas culturais, que conformam

55 Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Imagem e Sociedade pela Universidade Federal do Pará. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFPA.

56 Graduado em Comunicação Social pela UFPA, mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, mestre em Estudo das Sociedades Latino-Americanas pela Universidade de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (2000), doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V (Sorbonne-Descartes), pós-doutor em Comunicação, com ênfase em etnométodos e estudos sobre interação social pela Universidade de Montréal. Professor associado da Universidade Federal do Pará.

práticas e contrapráticas na experiência de trabalho dos camelôs do centro de Belém.

Quem são os camelôs de Belém?

A palavra camelô vem do francês *camelot*, e significa “vendedor que comercia bugigangas, miudezas ou qualquer artigo vendável, expondo-os nas calçadas, ou em tabuleiros, comumente de forma clandestina, sem autorização legal, apregoando essas mercadorias em voz alta e, às vezes, de forma pitoresca”⁵⁷. No contexto brasileiro, os camelôs são trabalhadores que desenvolvem atividade comercial ou prestação de serviços diretamente ao consumidor, de caráter permanente ou eventual, de maneira fixa ou itinerante em vias ou logradouros públicos. Em Belém atuam em barracas fixas, carrinhos ou bicicletas com uma ampla gama de produtos⁵⁸. Eles fazem parte do Setor Informal⁵⁹ da economia, caracterizado pela não garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como pouca ou nenhuma regulamentação de órgãos oficiais. No senso comum, os camelôs são identificados como agentes contrários ao modelo de cidade burguesa, na medida em que interrompem o fluxo de pessoas e mercadorias, causam desarmonia estética e risco à salubridade, como se verá adiante. Além disso, são acusados de evasão de divisas e de lesar o consumidor porque vendem produtos muitas vezes contrabandeados, sem nota fiscal ou garantia de qualidade.

Sobre essa venda livre de produtos nas ruas pelas classes populares em Belém, pode-se dizer que começou a dar os primeiros passos nos últimos anos da escravidão no Brasil, quando mestiços pobres, negros recém-libertos e até mesmo os escravos urbanos passaram a desfrutar de alguma liberdade de trânsito na cidade e começaram a vender seus produtos nas ruas. Como nos mostra Pantoja (2009), fotografias da virada do século XIX para o XX já indicam a presença de trabalhadores ambulantes no centro comercial de Belém, sensivelmente no então chamado Largo da Pólvora, posteriormente chamado Praça da República, coração do terceiro distrito. Nesse mesmo período, soma-se a presença de imigrantes estrangeiros que chegaram à capital paraense nos últimos

57 ³Michaels. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/camel%C3%B4>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

58 Para conhecer melhor os produtos que os camelôs podem vender em Belém, consultar a Lei Ordinária N.º 7862, de 30 de dezembro 1997, que dispõe sobre o comércio ambulante em Belém e dá outras providências.

59 Sobre Setor Informal, ver SENA (2002).

anos, e mesmo após o auge do ciclo da borracha, e os migrantes do interior do Estado, libertos das condições adversas do sistema de aviação. A prática de vender produtos nas ruas chega a incomodar tanto o poder público de Belém que passou a ser prevista e combatida pelos sucessivos Códigos de postura da capital paraense nos séculos XIX e XX, como se verá adiante. Em relação aos camelôs contemporâneos do centro comercial de Belém, pode-se dizer que são, em sua maioria, oriundos de famílias que possuem trajetória tecnológica camponesa T2⁶⁰, que tem por base:

(...) o extrativismo não madeireiro em combinação com agricultura diversa, de culturas temporárias e permanentes
(...) Os resultados são sistemas agroflorestais, expressão de um paradigma tecnológico, no qual os processos produtivos pressupõem, em algum nível, a preservação da natureza originária (COSTA, 1998, apud COSTA, 2009a, p. 248).

Infere-se, assim, que os camelôs trazem esse *habitus* camponês-caboclo, descrito por Costa (2012) para o ambiente urbano. Por conta disso, eles apresentam desafios semelhantes aos dos camponeses no capitalismo, como a incorporação do sobretrabalho, a necessidade do contínuo investimento na própria produção, bem como a incorporação de novas técnicas. Isso se deve ao fato de a empresa camponesa (assim como a do camelô) ser, ao mesmo tempo, esfera de produção e consumo, como aponta Costa (1994).

Esta pesquisa identifica o caboclo com o camelô, por uma questão heurística, mas reconhece que o termo caboclo é problemático, na medida em que esta expressão é símbolo da ação das classes dominantes amazônicas sobre as populações mestiças. É que, como pondera Lima (1999), “a própria nomenclatura não é destituída de poder, pois passa a influir no curso da formação do grupo nomeado, como argumentou Bourdieu (1990)”.

No caso de uma palavra com sentido de exclusão como *caboclo* (em muitos aspectos o *pária* da sociedade colonial amazônica), o nome atribui uma identidade que prende o grupo e os sujeitos a uma imobilidade social. A permanência do nome restringe as possibilidades de emancipação. Não é à toa que nos movimentos políticos atuais, notadamente os ligados à problemática ambiental, apresentam-se com novas identidades sociais, seja como

60 Essa trajetória será descrita com maior detalhamento em tese de Doutorado do autor deste artigo, a ser defendida em 2018, no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

Povos da Floresta, Populações Tradicionais, Pescadores Artesanais, ou Mulheres da Floresta, mas não como caboclos (LIMA, 1999, p. 27 e 28)

Por conta do espaço reduzido, este artigo não pretende demonstrar com dados de pesquisa empírica como as formas e práticas dos camelôs atuais expressam essas tecnologias do poder na contemporaneidade (isso será feito detalhadamente em pesquisa desenvolvida junto ao PPGDSTU do NAEA/UFGA). Cabe aqui, apenas apontar as fontes históricas desses sedimentos, formas e práticas culturais. Assim, partimos das seguintes questões: quais as diferentes tecnologias do poder utilizadas ao longo da história para controlar e disciplinar a mão de obra das classes populares no Pará? Quais os aspectos ideológicos e que dinâmicas intersubjetivas conferem positividade a essas formas do poder? O que se pode aprender sobre o mundo do trabalho na Amazônia a partir dessas estratégias? E partimos também de uma observação central: a de que o problema do trabalho, compreendido ora como um problema de carência de mão de obra, ora como uma questão de qualificação, ora, mesmo, como uma questão étnica ou cultural, está no próprio centro do debate sobre o desenvolvimento amazônico – entendendo-se a questão do desenvolvimento, aqui, em seu léxico histórico, enquanto estratégia econômico-político-social de organização da vida social e de ocupação do espaço.

Efetivamente, se, como sugere Roberto Santos (1989), o *genius* da economia amazônica consiste na longa orientação exógena de seus processos econômicos e, dizendo além, em nossa percepção, no próprio confronto entre a coerência endógena extrativista e a fronteira produtivista agrícola, sempre a ela interposta, podemos acrescentar que, em tal contexto, o problema da força de trabalho se torna central – e, enquanto embate político, seja como disputa de projetos, seja como estratégia de política pública, verdadeiramente existencial. Trata-se da velha questão que ressurge a cada momento da história amazônica com novas roupagens: qual a competência, ou a possibilidade de adaptação, dessa ou daquela parcela da população, para o projeto dado?

Assim é que, desde o início da colonização portuguesa na Amazônia, uma questão fundamental se colocou para todos os administradores públicos: como usar, racionalmente, os abundantes recursos naturais tendo mão de obra e conhecimento insuficientes para agir sobre o meio ambiente? Desde muito cedo, o colonizador percebeu que somente mobilizando, pela ideologia ou pela força, frações significativas da população local isso seria possível. Por conta disso, trataram de estabelecer técnicas de poder centradas em dominar o corpo dos trabalhadores indígenas, negros e mestiços em geral. Na Amazônia dos séculos XVII, XVIII e XIX se pôde ver aquilo que Foucault (2005) tratou como as

tecnologias disciplinares do trabalho, marcados por um sistema de vigilância, de hierarquia, de inspeções e relatórios. Assim, foram criadas as estratégias das missões⁶¹, pelos grupos religiosos, e, posteriormente, o Regime do Diretório⁶², bem como a instituição dos Corpos de Trabalhadores⁶³. Ali, ainda, tratava-se de exercer uma noção clássica de soberania, que consistia em vigiar, treinar, utilizar e eventualmente punir e, mesmo, matar, os súditos. Tratava-se, de um direito de fazer morrer.

Mais tarde, a partir do ciclo da borracha, dissemina-se no Grão-Pará um outro tipo de direito de soberania, que consiste no direito de fazer viver, que terá na medicina social e na higiene pública suas formas de saber e poder. Estas surgem no contexto do que Foucault (2005) chama de biopolítica, que lida com a população “como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”. Essa nova estratégia surge na era da urbanização, das massas:

Pois aí não se trata, diferentemente das disciplinas, de um treinamento individual realizado por um trabalho no próprio corpo. Não se trata absolutamente de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-

61 Segundo Bezerra Neto (2001, p. 23 e 24), as missões ou aldeamentos foram uma estratégia do sistema colonial português na Amazônia dos séculos XVII e XVIII onde ordens religiosas modificavam as formas tradicionais de vida indígenas, transformando-os em cristãos. Enquanto isso, “desenvolviavam diversas atividades, tais como: remeiros, carregadores, guerreiros, guias e intérpretes das expedições portuguesas; empregados domésticos; artistas; operários; e, particularmente, coletores das drogas do sertão”.

62 Foi uma política indigenista formulada pelo Marquês de Pombal, em 1755, que visava transformar o índio em colono. Segundo Souza Júnior (2001), o Diretório retirou os indígenas da tutela missionária, proibiu qualquer forma de escravização indígena, reinstalou a eles a obrigatoriedade do pagamento de salários, tornou obrigatório o ensino da língua portuguesa nas aldeias e reconheceu a propriedade das terras aos indígenas.

63 Segundo Lopes (2012, p. 11), “Criada no Grão-Pará em 1838, por meio da Lei nº 2 de 25 de abril, a instituição provincial Corpos de Trabalhadores auxiliária no combate à Cabanagem (1835-1840), disciplinando a população e restabelecendo a economia da região. A legislação determinava que o Corpo de Trabalhadores seria dividido e identificado por várias companhias estabelecidas nos distritos da província. A instituição seria composta por índios, mestiços e pretos livres que não tivessem qualquer atividade em propriedades ou estabelecimentos. Após recrutados seriam empregados em quaisquer atividades de lavoura comércio ou obras públicas”.

espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 2005, p. 294)

A sociedade do século XIX passa a ser, gradativamente, menos a sociedade da disciplinarização do corpo, e mais a da norma para a população como um todo, daí a importância da reforma urbana em Belém inspirada na Paris de Haussmann e dos Códigos de Postura, como aqueles impostos por Antônio Lemos, intendente da capital paraense, em seu impulso de modernização, à cidade⁶⁴. Evidentemente não é sem contradições que se usa, aqui, o termo biopoder. Afinal, se a sociedade do biopoder é a que vem para defender a vida, como indicam Dreyfus e Rabinow (1995), como se pode utilizar a compreensão foucauldiana num contexto histórico marcado pela intensa exploração da força de trabalho e pela exclusão social de populações indígenas, ribeirinhas e nordestinas, como ocorreu durante o ciclo da Borracha? O que se observou na Amazônia da Belle Époque foi a permanência do racismo típico das tecnologias disciplinares, nas políticas e práticas do controle massivo produzidas como biopolítica. Prova disso é que após a abolição da escravidão, em 1888, o governo local passou a importar mão de obra branca para dar cabo a seu projeto modernizador⁶⁵. Tudo isso é uma herança do processo de colonização, em que o poder tratou o corpo útil do indígena, do africano e do mestiço, em geral, como algo descartável. O corpo útil da fábrica, na Europa, portanto, sempre teve um valor diferente dos corpos dos povos colonizados. O recrutamento da força de trabalho nas colônias sempre intencionou à escravidão ou à servidão, como mostrou Quijano (2005). Assim, é necessário pensar a especificidade das tecnologias de poder na Amazônia, pois o eurocentrismo do colonialismo do poder e sua concepção da inferioridade racial dos colonizados implicou considerar que estes não eram dignos do pagamento de salário. Essa construção trouxe para os dias atuais a distinção do menor salário às raças “inferiores” pelo mesmo trabalho dos brancos.

Mas além da permanência do racismo clássico colonial, originado na crença das diferenças fenotípicas e das estruturas biológicas, surge ainda, segundo Foucault (2005), uma outra forma de racismo, que vai justificar o poder de morte, mesmo em uma sociedade regida pelo biopoder:

Em linhas gerais, o racismo [...] assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva. [...] aí estamos, no fundo, muito

64 Sobre este tema, ler: SARGES (2010) e DAOU (2000).

65 Sobre este tema, ler: Oliveira Filho (1979) e Lima (1999).

longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras. Também estamos muito longe de um racismo que seria uma espécie de operação ideológica pela qual os Estados, ou uma classe, tentaria desviar para um adversário mítico hostilidades que estariam voltadas para [eles] ou agitariam o corpo social (FOUCAULT, 2005, p. 308)

Tratar-se-ia, afinal, de um racismo consoante às demandas e condições do Estado moderno:

[...] A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano (FOUCAULT, 2005, p. 309).

Vale dizer que a própria concepção de biopoder se sofisticava com o tempo. Foucault (1988) libertou-se de certa representação do poder jurídico-discursiva, que comandou tanto a temática da repressão quanto a teoria da lei, enquanto constitutiva do desejo. Em uma nova análise da lei do desejo, o autor mudou a maneira de conceber a natureza e a dinâmica das pulsões. Ele explica que foi somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder se tornou tolerável. Assim, seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar entre seus mecanismos, pois sugere uma parte intacta de liberdade. Talvez isso explique como a sociedade da norma pôde ser consentida, mesmo diante da exclusão. E é a partir daí que se pode ver estratégias de resistência por parte das classes dominadas. Como aponta Foucault (1988), a história dos últimos séculos nas sociedades ocidentais não mostrou a atuação de um poder essencialmente repressivo. Tomando analogias do trabalho psicanalítico, este autor articulou poder e desejo de modo mais complexo e original. “É a lei que é constitutiva do desejo e da falha que o instaura. A correlação de poder já estaria lá onde está o desejo: ilusão, portanto, denunciá-lo numa repressão exercida a posteriori: vão, também, partir à cata de um desejo exterior ao poder”.

Essa duração do racismo nas mentalidades sociais, justamente, nos indica a importância desse processo ao qual chamamos intersubjetividade e por meio do qual pretendemos compreender como as formas de subjetivação do trabalho,

na contemporaneidade, reproduzem formas sociais de longa duração histórica.

Classes populares e mundo do trabalho no Pará

Durante a colonização portuguesa na Amazônia, várias foram as estratégias para arrematar mão de obra. Desde a chegada da expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco a Belém, em 1616, vários foram os desafios: desconhecimento do meio ambiente em geral; a escassez de colonos brancos; a disputa com as ordens religiosas pelo controle da mão de obra indígena e o alto preço do escravo negro no mercado. Assim, após vencidas as primeiras disputas militares com os índios que ali habitavam, foi necessário empreender uma conquista ideológica, já que outros europeus cobiçavam a região e, particularmente os franceses, se empenhavam em formar alianças comerciais e militares com as populações tupinambás presentes no novo território. Nesse sentido, foi incentivada a vinda de ordens missionárias como os franciscanos, mercedários, carmelitas e jesuítas. A invenção da língua geral, o *nheengatu*, foi importante nesse processo de adesão aos interesses lusos. Desde cedo os portugueses perceberam que, na colonização da Amazônia, não seria possível implementar o tradicional sistema de *plantation* utilizado no restante da colônia, o que justifica o investimento na catequese como estratégia de aproveitamento da mão de obra indígena em atividades extrativistas – mesmo porque a escravização dos povos indígenas, senão pelo instrumento das “guerras justas”, havia sido interdita, pela Coroa, desde 1570.

Nesse contexto, assinala-se o instrumento dos descimentos,

[...] expedições que subiam os rios para convencer os índios a descenderem de suas aldeias nos rumos das missões [...] Para essa tarefa, os missionários contavam com a ajuda de índios da própria tribo abordada. Esses índios que já haviam sido “trabalhados” nas missões funcionavam como propagandistas das “vantagens” da vida nos aldeamentos missionários [...] Muitas vezes os índios migravam para as missões como forma de se proteger do ataques dos colonos. Neste caso, as missões era uma questão de sobrevivência (ALVES FILHO, 2000, p. 28 e 29)

Um instrumento que, colocando o poder de controle sobre a força de trabalho nas mãos dos religiosos, não tardou a motivar intrigas com os colonos, sempre sedentos de mais trabalhadores para suas lavouras. Ademais, se a catequese foi importante para fazer os indígenas aderirem à colonização, ela acabou se tornando perigosa aos interesses da metrópole, já que eram os padres que estabeleciam as diretrizes para arrematamento e que se beneficiavam, em

primeiro, dessa força de trabalho. A longa disputa entre colonos e religiosos pelo controle da mão de obra cumulária na expulsão dos jesuítas, em 1759, e num reordenamento da paisagem do trabalho, no Grão-Pará, através das reformas pombalinas. Nesse cenário, o mecanismo propulsor da economia passava a ser a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, instrumento de gestão de trocas que, por um lado, procurava abastecer a região com mão de obra africana, escravizada e, por outro, procurava estimular a produção. Em relação às populações indígenas, a solução pombalina foi a da relativa integração, por meio de sua adaptação ao trabalho assalariado:

Transformar o índio em colono implicava em reconhecê-lo à condição de pessoa, logo vê-lo como portador de direitos naturais, situação esta incompatível com a condição de escravo. Por isso, o primeiro passo seria transformá-lo em homem livre estabelecendo proibições legais à sua escravização pelos colonos [...] reconhecendo-lhes os direitos pertinentes a cidadãos portugueses, transformando-os em trabalhadores assalariados e colonos, e desenvolvendo estratégias para levá-los a interiorizar os interesses portugueses, no sentido de vê-los como os seus próprios interesses [...] uma dessas estratégias foi [...] tornar obrigatório o ensino da língua portuguesa nas aldeias (SOUZA JUNIOR, 2001, p. 38)

Curiosamente, a partir dessa época, o Estado português passou a promover uma distinção dentro das classes subalternas. Souza Junior (2001) relata que o Estatuto do Diretório determinava que os diretores proibissem que se chamasse de negros os índios⁶⁶. A denominação até então era utilizada para índios forros, índios escravos, homem brancos pobres e mestiços. Além disso, pela escassez de mulheres brancas, Reis (1978) conta que o Alvará de 4 de abril de 1755 passou a incentivar o casamento entre colonos e índias, mas interditava-se a união com mulheres negras. Apesar dessa política de integração, percebe-se a duração dos laços de solidariedade entre as populações subalternas e, como diz

66 Segundo Marcocci (2011, p. 62), no processo da expansão colonial portuguesa desde meados do século XV, “os negros africanos foram logo [...] reduzidos à escravidão [...] segundo o que foi estabelecido pela bula Dum diversas (1452), retomada três anos depois pela Romanus Pontifex. [...] Ao contrário, no caso dos ameríndios, a Igreja assumiu uma posição oficial oposta, mediante a bula Veritas ipsa (1537), que proclamava sua plena humanidade (veri homines) e condenava sua redução à escravidão”. Assim, chamar de “negro da terra” os indígenas era uma forma de poder escravizá-los. Por conta disso, Schwartz (2003, p. 16) conta que “em 1757, quando as missões indígenas da Amazônia foram secularizadas pelo sistema do Diretório, a injusta e escandalosa prática de chamar índios de negros seria especificamente proibida”.

Souza Junior (2001), o processo de “construção de uma identidade de interesses”: as estratégias de arregimentação de mão de obra não conseguiram acabar com os laços de solidariedade entre os mestiços.

Contraditoriamente, a destribalização dos indígenas, iniciada pelos missionários com os descimentos e intensificada pelo Regime do Diretório, contribuiu para aproximar as tribos indígenas existentes na Amazônia, pois os aldeamentos, reuniam indivíduos de grupos diversos. O convívio nas fortalezas e nos mocambos com outros elementos sobre quem recaia a pecha de “vadios” transformou tais lugares em espaços de socialização e trocas de experiências descobertas como comuns, possibilitando a construção de uma identidade de interesses que inúmeras vezes se exteriorizou em ações de resistência coletiva (SOUZA JUNIOR, 2001, p. 51)

Reservando-se aos indígenas aldeados o novo status social de assalariados dos Diretórios, procurou-se constituir uma massa servil centrada na escravidão africana. Segundo Vergolino-Henry e Figueiredo (1990), foram introduzidos 12.587 escravos na região entre 1755 e 1778, ou seja, pela Companhia Geral de Comércio e outros 38.323 posteriormente a ela, enquanto foi permitido, ou possível, o tráfico negreiro.

Outra legislação importante que trata do controle da mão de obra na Amazônia foi a Carta Régia de 12 de maio de 1798, implementada pelo governador da província do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho (1790-1803). O documento previa, além da extinção dos Diretórios e da elevação dos indígenas à condição de súditos livres do Reino, também a instituição de um corpo militar efetivo de indígenas. Lopes (2012) esclarece que o quadro tardivo dos Diretórios, após a destituição de Pombal, em função da exploração da força de trabalho por seus dirigentes, era caótico:

Muitos diretores estavam sequestrando a produção comunal para seu próprio benefício. Índios estavam em controle de várias vilas, como Vila Franca, Alter do Chão, no Baixo Amazonas, e outros no Marajó. Os africanos fugiam com frequência e facilidade e formavam mocambos. O poder do Estado, mesmo estabelecido em toda a região vasta, era frágil e ameaçado por diversos interesses (LOPES, 2012, p. 60).

Um quadro que, aparentemente, explica muito do estado de espírito das populações subalternizadas do Grão-Pará nas décadas posteriores, e que esclarece

as razões pelas quais mestiços, tapuias, caboclos e índios se mantinham vigilantes e imensamente desconfiados de toda legislação, ainda que, nominalmente, essa lhes garantissem direitos e condições de igualdade. Efetivamente, as medidas legais, as ordens régias e, algumas vezes, a boa vontade dos gestores da colônia nunca eram suficientes para garantir os direitos averbados.

Esse contexto amazônico, a partir do século XVII, aliás, estava longe de ter como horizonte a formação de uma mão de obra assalariada local. É que, como mostra Quijano (2005), a colonização europeia do continente americano inicia três elementos centrais que afetariam para sempre a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. Esses elementos se entrelaçam na medida em que a colonialidade do poder é a imposição da ideia de raça (uma suposta distinta estrutura biológica que situaria uns em situação natural de inferioridade em relação a outros) como instrumento de dominação. Nessa colonialidade do poder, a América tem papel central, pois só a partir da colonização deste continente é que pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial. Como a colonização americana foi promovida por povos europeus, Quijano (2005) explica que se gerou ali o eurocentrismo, que é a perspectiva hegemônica de conhecimento baseada em dois mitos fundacionais: o primeiro, evolucionista, traz a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. O segundo, dualista, outorga às diferenças entre Europa e não Europa como de natureza (racial) e não de história do poder. Quijano (2005) afirma que nem as políticas indigenistas ao longo do projeto colonizador foram suficientes para mudar essencialmente a perspectiva eurocêntrica da colonialidade do poder:

[...] nem por isso os índios foram daí em diante trabalhadores livres e assalariados. Daí em diante foram adscritos à servidão não remunerada. A servidão dos índios na América não pode ser, por outro lado, simplesmente equiparada à servidão no feudalismo europeu, já que não incluía a suposta proteção de nenhum senhor feudal, nem sempre, nem necessariamente, a posse de uma porção de terra para cultivar, no lugar de salário. Sobretudo antes da Independência, a reprodução da força de trabalho do servo índio se fazia nas comunidades. Mas mesmo mais de cem anos depois da Independência, uma parte ampla da servidão indígena era obrigada a reproduzir sua força de trabalho por sua própria conta. E a outra forma de trabalho não-assalariado, o não pago simplesmente, o trabalho escravo, foi restrita, exclusivamente, à população trazida

da futura África e chamada de negra. (QUIJANO, 2005, p. 120)

Foi nesse quadro mental que se formaram as revoltas e sedições que eclodiram, em 1835, na Canabagem. Segundo Monteiro (2001), mais de 500 negros participaram ativamente desse movimento e, entre eles, surgiram algumas lideranças, como Manoel Barbeiro e Patriota. Ainda segundo o autor, o saldo da revolução foi a morte de pelo menos 30 mil pessoas, de uma população de quase 120 mil. As consequências da Cabanagem seriam desastrosas para a economia local, já que quase tudo que era produzido contava com a mão de obra mestiça. Procurando remediar o problema da mão de obra após a guerra, o presidente da província, Soares d'Andréa, instituiu o Corpo de Trabalhadores, instituição que, segundo Lopes (2012), recrutava índios, mestiços e pretos livres que não tivessem atividade, para atuar na lavoura, comércio ou obras públicas. Segundo a autora, uma das principais mudanças introduzidas pelo Corpos de Trabalhadores foi retirar o recrutamento de trabalhadores das mãos dos juizes de paz. Até então, estes podiam ceder ou alugar homens que estivessem em sua jurisdição. A partir daquele momento, o domínio sobre o homem livre passou a ficar nas mãos dos comandantes militares⁶⁷. A mão de obra dos Corpos de Trabalhadores era arregimentada de forma violenta, sendo obrigada a abandonar seus lares e a trabalhar em regime semelhante ao da escravidão.

Lopes (2012) observa que esse recrutamento permitia um mapa e cadastro dos trabalhadores, com informações pessoais como filiação, moradia, descrição étnica, bem como sua conduta ou situação. Esses trabalhadores possuíam liberdade relativa, tendo limitado seu direito de ir e vir, pois viviam em acampamentos militares, numa sociedade marcada pelo controle e disciplina. Como se pode ver, desde o início da colonização do Grão-Pará, o controle da mão de obra foi fundamental para o funcionamento da economia. No entanto, com a abertura da economia amazônica para os mercados internacionais, haveria um desmantelamento de tentativas de arregimentação da força de trabalho para interesses locais ou mesmo do império brasileiro. Com a demanda crescente pela borracha, insumo fundamental para os parques industriais que surgiram na Europa e na América do Norte, novos atores internacionais passaram a influenciar nas regras do mercado de trabalho local. Setores de uma elite mais tradicional, associada à produção rural, extrativista ou agrícola, perderam espaço, a partir de certo momento, para novas elites, associadas à exploração

⁶⁷ Segundo Lopes (2012), o presidente Soares d'Andréa promoveu mudanças profundas até mesmo na organização militar da época. Suspendeu a Guarda Nacional e a substituiu por uma Guarda Policial, com seus escalões altos e médios recrutados em outras províncias, medida tomada porque muitos homens da Guarda Nacional haviam se envolvido no movimento Cabano.

da borracha e comprometidas tanto com o paradigma da monocultura como com a prática do aviamento – atividade de transferência de crédito por meio da qual o controle do fluxo de crédito restava, em última instância, nas mãos dos interesses internacionais sobre a produção. Esse conflito entre camadas da elite paraense fez com que se produzisse um impasse e imenso debate intelectual a respeito da importação de mão de obra para a região. E, com a crescente hegemonia das novas elites, associadas à monocultura da borracha, um deslocamento da mão de obra existente para o controle destas. Pacheco de Oliveira Filho (1979) observa que

(...) as condições excepcionalmente favoráveis apresentadas pela produção de borracha fazem com que um setor das classes dirigentes – precisamente os setores que ainda durante a década de 1840 mantinham um forte controle sobre a força de trabalho – tornem-se incapazes de evitar o deslocamento de mão de obra para aquelas atividades, o que torna difícil sua própria sobrevivência econômica e acarreta uma perda de poder no plano político. (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 119)

Efetivamente, com o domínio de aviadores e das casas importadoras, um novo ciclo de dominação da mão de obra se constitui. Efetivamente, seringueiros se tornavam reféns de seringalistas, que, por sua vez, também repetiam, muitas vezes, a mesma situação de dívida creditícia em relação aos aviadores. Como informam Silva, Leandro e Marcondes (2014), na década de 1870, até os seringalistas chegavam a ficar submetidos ao regime de servidão do aviamento, já que, para manter os gêneros essenciais aos trabalhadores, recorriam ao recurso da hipoteca nas casas comerciais exportadoras das grandes cidades. Os autores afirmam que dentro do sistema de aviamento, no ciclo da borracha, havia uma divisão de funções. Eram os agentes europeus e norte-americanos quem realmente lucravam ficando responsáveis pela exportação do látex. Surgiu ali, portanto, uma grande controvérsia sobre o caráter nocivo da produção de borracha, já que polarizou recursos e mão de obras, gerando escassez de gêneros agrícolas e concentração de moeda nas captais Belém e Manaus, e um incentivo a uma migração para os seringais.

Pacheco de Oliveira Filho (1979) explica que essa crítica ao extrativismo voltado pra exportação da borracha não era, necessariamente, uma defesa do fim dessa atividade, mas uma queixa ao abandono dos padrões presentes nas demais atividades extrativas. O debate em torno do desafio de aumentar a escala da produção de borracha para a exportação gerou dois projetos concorrentes de desenvolvimento para a Amazônia: um grupo adepto de uma colonização

agrícola, baseada na pequena propriedade e na imigração de estrangeiros; outro grupo defensor da grande propriedade como forma de promover a expansão econômica através da atividade extrativa.

Num primeiro momento, que vai da proclamação da República, em 1889, ao início da hegemonia de Antônio Lemos na política local, em 1896, o primeiro desses projetos teve dominância no ambiente político e, por meio dele, o governo do Pará promoveu a criação de colônias agrícolas, povoando-as com nordestinos e com imigrantes europeus. Porém, entre aquele ano e pelo menos 1912, ocorre um predomínio do segundo projeto de desenvolvimento e observou-se um processo de atração da mão de obra nordestina em direção aos seringais. Segundo Oliveira Filho (1979), o controle dos meios de comercialização e de financiamento à produção foi um fator determinante para a substituição do seringal tradicional, que Pacheco de Oliveira Filho (1979) denomina “caboclo”, pelo que ele chama de seringal “de apogeu”.

Medicina social, urbanização e trabalho na Amazônia

Apesar de, efetivamente, ter sido um momento de disputa de projetos econômicos e de enfraquecimento e crise em culturas tradicionais, como demonstra Cordeiro (1920), o chamado Ciclo da Borracha perdura no imaginário social como um período de opulência econômica, principalmente em Belém, já que a riqueza obtida com a exportação foi utilizada na urbanização da capital⁶⁸. Desde então, preocupações com questões estéticas, sanitárias e de saúde pública passaram a ser cada vez mais severas.

A maneira de gerir os centros urbanos que chega a Belém no fim do século XIX tem raízes na Europa Ocidental, no século XVIII, como uma forma de conhecimento que começou a acumular informações sobre o funcionamento geral do Estado e de seu aparelho político para melhorar seu funcionamento. De acordo com Foucault (1979), naquele momento “sentiu-se necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado” (FOUCAULT, 1979, p.86). Numa experiência crescente, as sociedades foram acumulando camadas modernas, algumas delas revistas pelas modernidades periféricas e tardias com a de Belém. Como esclarece Castro (2010),

As modernidades tardias produziram fenômenos urbanos contíguos às modernidades periféricas: plenos de uma alegorese que, sorrateiramente, dissimulava as condições

68 Sobre este tema ler Castro (2010)

de distância, cópia e simulacro em relação a, num primeiro plano, as cidades centrais da modernidade urbano-industrial oitocentista e, num segundo plano, à cidade daimoniaca prototípica da modernidade em geral. Não obstante, a modernidade tardia é menos envergonhada que a modernidade periférica – porque ela, normalmente, mostra-se determinada a percorrer, mais rapidamente o caminho necessário a fim de recuperar seu “atraso” em relação as modernidades que conformam a proto-história do moderno. (CASTRO, 2010, p. 134)

Assim, o autor afirma que, a partir de 1870, Belém repetiu o itinerário moderno de várias cidades europeias de modernidade periférica, como São Petersburgo, e tardia, como Berlim. O fluxo de crédito que se tornou disponível na capital paraense atraiu um contingente populacional expressivo para os padrões da época. Belém vivenciou um crescimento urbano com as típicas vicissitudes desse processo, notadamente os riscos epidêmicos, recorrentes, na verdade, desde meados do século XIX e que se ampliaram, demandando medidas mais eficientes de controle.

Para dominar esses desafios, os gestores da capital paraense buscaram inspiração em modelos médico-políticos que surgiram na Europa com a modernidade. Como nos explica Foucault (1979), o primeiro desses modelos foi o da quarentena, efetivamente um modelo pré-moderno, mas que antecipa a modernidade em sua disposição de assepsia, que tratava de excluir ou exilar o doente para purificar a cidade, numa perspectiva de inspiração religiosa. Em seguida, tratou-se de estabelecer, de forma permanente, e minuciosa, um registro e análise individual da circulação da água e do ar, para evitar doenças e outros modelos se sucederam.

A partir dessas contribuições de Foucault (1979), é possível compreender o poder crescente do saber médico nas cidades ocidentais, que chegaria a Belém do século XIX. O autor chama a atenção para o fato de que esta não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência. Em decorrência da trajetória da medicina social, Foucault (1979) identificou o surgimento, no final do século XIX, de um conceito fundamental para este trabalho: a noção de salubridade, entendendo-a como:

o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde

possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio. (FOUCAULT, 1979, p. 93)

Mas, para perseguir esses ideais de salubridade, Foucault (1979) explica que a medicina social teve ainda que esbarrar nas péssimas condições de vida da classe operária do segundo terço do século XIX. Por conta disso, surgiu na Inglaterra uma legislação que comportava um controle médico da pessoa pobre. O objetivo era controlar o perigo que este passou a constituir para a saúde da população como um todo da cidade. Assim:

Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre (FOUCAULT, 1979, p. 95-97)

É nesse contexto de ideias que passou a ser adotado em Belém o Código de Posturas Municipais, legislação produzida periodicamente pela Câmara Municipal, mas posta em vigor pelo governo da província. Segundo Cruz (1973), o mais antigo de que se tem notícia data de 1830, mas eles se tornaram mais detalhados e completos durante o Ciclo da Borracha. O Código de Posturas de 1880, por exemplo, passou a regular a movimentação dos escravos domésticos, interditando que vagassem pelas ruas após as dez horas da noite “sem bilhetes de seus senhores”. Bezerra Neto (2009) informa que esse mesmo Código também proibia as pessoas de comprarem objetos de qualquer escravo sem autorização escrita de seus senhores. De modo geral, as transgressões às normas alarmavam a autoridade municipal que utilizava as “posturas” como forma de tentar manter a hierarquia social no cenário urbano. Foi esse contexto que levou o então intendente Antonio Lemos a recomendar reformas no Código de Postura da capital, em relatório ao Conselho Municipal de Belém, em 1898. Assim, em 3 de julho de 1900, foi aprovada a Lei n. 276, instituindo o Código de Polícia Municipal, tendo este entrado em vigor no dia 1º de janeiro de 1901. Vale a pena citar aqui um trecho do relatório apresentado ao Conselho Muni-

cial na sessão de 15 de novembro de 1902. Neste o senador Lemos explica porque criou a legislação.

[...] empreguei todo o esforço no intuito de restabelecer a verdade na observância das leis municipaes que entendem com o bem-estar publico, a hygiene e outros requisitos imprescindíveis n'uma cidade cuja civilização accentuava-se progressivamente. A falta de habito na applicação de severa e prudente fiscalisação gerara no espirito de uma parte da população a idéa de que o policiamento municipal não era coisa a que lhe cumpria submeter-se. D'ahi não só a multiplicação de abusos, insupportaveis uns e até desmoralisadores outros, como também a extranheza ante a applicação das penas que o antigo Código de Posturas, hoje revogado, comminava. Triste, realmente, o espectáculo que a cada passo se deparava nos pontos mais concorridos de Belém, onde os mercadores ambulantes de grande numero de objectos e géneros estacionavam e até armavam tendas, semeando de immundicies os locaes que impunemente occupavam, convencidos de exercerem ou estarem á sombra de um direito. Não foi pequena a lucta, não só para convencer do erro os recalcitrantes, como para instruir convenientemente uma parte dos agentes da fiscalisação no cumprimento de seus deveres (BELÉM, 1902, p. 32).

No trecho citado acima, percebe-se algo muito importante para este trabalho: o fato de que, em sua formação histórica e certamente ainda na passagem do século XIX para XX, era comum a presença de vendedores ambulantes, expondo seus produtos na via pública e alguns atuando em barracas. No título II do Código de Polícia, dedicado à higiene e saúde públicas, o documento tratava da venda de produtos na rua. O artigo 10º, por exemplo, proibia a venda de gêneros destinados à alimentação pública fora dos lugares designados pela municipalidade ou nos particulares que para isso não tivessem licença. O documento estabelecia ainda que nos passeios era proibido “colocar ou conservar permanentemente estrados, salvo no ato de fazer passagens de carga; assentar-se para mercadejar; conduzir carrinhos de mão, carregados ou não, (...) ou transitar carregando ou conduzindo volumes; colocar cadeiras, ou conservar-se parado de maneira a impedir o trânsito” (BELÉM, 1900, p. 38 e 39). Para todas essas infrações estavam previstas multas de 50 Mil Reis, retirada imediata dos objetos e obrigação de reparar o dano ou alteração feita na via pública, passeio ou objeto de uso público, ou pagar despesa que com isso fosse feita. Ainda sobre este tema, o artigo 56º afirmava que quando fosse concedida licença para

qualquer trabalho nas vias públicas, deveria o licenciado ter em vista que as obras não poderiam ser feitas de modo a perturbar o trânsito. Nas ruas e lugares públicos, o código também proibia limpar vasilhas ou secá-las, peneirar e secar gêneros, partir lenha, cozinhar, torrar café, acender fogareiros, sacudir tapetes, esteiras ou coisas semelhantes e urinar fora dos mictórios públicos. Todos com pena de 30 Mil Reis. Sobre compra e venda de produtos de rua, o código proibia a aquisição de gêneros sem que o vendedor provasse seu legítimo direito a eles, com multa de 50 Mil Reis. Outro aspecto que chama a atenção é que o código, em seu artigo 136, proibia o estacionamento de mascates na via pública, prevendo multa de 100 Mil Reis e apreensão dos produtos comprados pelo atravessador a fim de serem vendidos no mercado pelo preço da compra. Com a crise econômica da borracha, em 1912, muito desse modelo se dissipou. A modernização dos equipamentos urbanos – a forma central do biopoder – tinha um custo elevado, tornando-se impossível continuar a sustentar um modelo que só tinha sentido diante dos auspícios de uma modernidade prometida. Vale dizer, porém, que Belém não deixou de atrair imigrantes de fora do país: espanhóis, portugueses, italianos e sírio-libaneses continuaram a vir para a capital e, como afirma Aragón (2013), esses novos migrantes junto com os que permaneceram, instalaram pequenas fábricas e estabelecimentos comerciais para abastecer o mercado local substituindo produtos que deixaram de ser importados do mercado europeu. Em complemento, a cidade também recebeu, nas décadas seguintes, forte contingente de populações vindas do interior, libertos das condições adversas do sistema de aviamento e também desterrados da crise do velho modelo extrativista. Por fim, vale lembrar que desde o fim da escravidão, muitos negros e mestiços se viram abandonados à própria sorte, sem nenhum tipo de ocupação regular. Amaral Filho (2006) afirma que no fim do século XIX a classe dos libertos – negros alforriados no Pará – estavam “concentrados em Belém, ao lado dos índios com eles marginalizados, residiam nas piores casas, em terrenos baldios e insalubres, resignados com cachaça e mulheres”.

A duração das formas de dominação: os processos intersubjetivos que regem o mundo do trabalho na Amazônia

A figura do sujeito não asseptizado, baderneiro, desempregado, ou pobre, assombrou o imaginário burguês do século XIX, constituindo-se como uma imagem onipresente nessas notícias de jornais e nesses códigos de postura. Tratava-se do *homem da rua*, figura totêmica das modernidades periféricas e tardias, nelas importante como o *homem da multidão* (BENJAMIN, 1994) das

modernidades centrais. Tratava-se, à época, da representação corrente e atualizada, no caso do imaginário social urbano de Belém, do índio⁶⁹, do tapuio⁷⁰, do caboclo⁷¹, do negro africano⁷², do brabo nordestino⁷³, do mendigo, mas também do trabalhador de rua.

Com efeito, a imagem de Belém como empório comercial, repleta de tipos humanos ocupando a rua e negociando produtos diversos, entre corriqueiros e exótico, perdura nas figurações que a cidade recebeu, ao longo da história, de viajantes, jornalistas, escritores e artistas visuais. Percebe-se um duradouro foco narrativo centrado no ambiente confuso e repleto da feira, inclusive com suas representações negativadas da falta de higiene, da promiscuidade, da doença, da pobreza e da disputa. Esse imaginário contrasta, por certo, com outra tradição narrativa, que representa Belém como um espaço asséptico de riqueza, poder, luxo e ostentação, mas, assim como são narrativas concorrentes, elas são também complementares, porque se provocam eternamente e, em o fazendo, forçam sua ativação.

69 O termo índio é uma criação eurocêntrica por ocasião da colonização das Américas. Foi o nome dado aos habitantes do Novo Continente em função da semelhança com os povos da Índia. Segundo Bezerra Neto (2001, p 12), “Na Amazônia brasileira havia um total de dois milhões de índios, eles eram, na verdade, formados por diversas etnias, conforme a família linguística a que pertenciam: os Aruak; os Karib; os Tupi; os Jê; os Katukina; os Pano; os Tukuna; os Xiriana e os Tikuna”.

70 Segundo Lima (1999, p. 9-10), tapuia é um “termo genérico de desprezo que os povos indígenas usavam quando se referiam a indivíduos de outros grupos (...) Após a colonização, o termo foi usado para designar o ameríndio assentado e trazia as mesmas conotações de desprezo que tinha quando usado entre os índios (...)”.

71 Ainda segundo Lima (1999), caboclo é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe. Na dimensão geográfica, que leva em consideração a geografia, a história da colonização e as origens étnicas da população, caboclo é reconhecido como o tipo humano característico da população rural da Amazônia. Além disso, em contraste com outros tipos regionais, o nome *caboclo* também é usado como categoria de classificação social. É um termo usado pela classe superior amazônica, enquanto se faz referência à classe baixa rural como *cabocla*. O *caboclo* é também uma categoria de “mistura racial” e refere-se ao filho do branco e do índio.

72 Assim como o termo índio, a palavra negro também se produziu com a colonização americana. Segundo Quijano (2005, p. 117-118), ali “os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante. Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos.”

73 Segundo Lima (1999, p. 17), o nordestino que chegava à Amazônia no início do século XX “era chamado pela população nativa por termos como arigós, nordestinos, colonos, cearenses e brabos. Em associação com esses termos, a população autóctone mantinha seus próprios estereótipos negativos dos migrantes. O nordestino era “Representado como um homem firme e violento, ignorante das formas de vida da floresta e não habituado à abundância de água”.

O preconceito social conformado durante os anos que o regime do trabalho foi disciplinado por meio do controle hierárquico centrado em perspectivas étnicas perdurou, assim, por meio do racismo, como esclarece Foucault (1995), engendrando uma duração intersubjetiva que, na prática, conforma a própria mentalidade social, a própria cultura.

Ao explicar o fenômeno social da intersubjetividade, Schutz (1998) diz que ela deve ser compreendida não simplesmente como o processo de comunicação que envolve dois ou mais sujeitos – ou duas ou mais subjetividades –, mas sim como o padrão de referências, de saberes e de formas de sentir ou perceber que estão disponíveis aos indivíduos de um determinado grupo social, como estoques de conhecimento, ou melhor, como experiências sociais sedimentadas pelo uso comum. Assim é que a experiência social produzida pelo modelo tradicional de regulamentação e gestão do trabalho centrado do uso de tecnologias disciplinares perdurou, como preconceito, como exclusão, nas políticas e práticas do controle massivo produzidas como biopolítica. Assim é também que ambos os modelos perduram na experiência biopolítica da contemporaneidade.

Através de uma observação genealógica, dir-se-ia que, no início do século XIX, emergiu um discurso higienista, produtivista e disciplinador, nascido nas reformas urbanas europeias. Tratava-se então de expulsar do ambiente urbano tudo aquilo que parecia remeter ao mestiço, ao rural e ao atraso. Nessa percepção, o trabalho de rua, realizado em plena rua, tão comum nas cidades do antigo regime e característicos mesmos das cidades latino-americanas em sua formação histórica, passava a ser percebido como uma espécie de disfunção, no novo organismo social. E que, por essa razão, deveria ser expurgado. Essas noções tiveram um impacto duradouro nas mentalidades ocidentais e legou ao presente uma percepção coletiva de que os trabalhadores que atuam nas ruas – no caso em questão os camelôs – provocam uma desarmonia estética e sanitária no centro de Belém.

Além da falta de formação profissional e do acesso à educação formal, ou justamente por isso, a atuação desses trabalhadores ainda é possível nas ruas, hoje, porque reflete disposições culturais mais amplas da sociedade local. Suspeita-se que o trabalho desenvolvido sobre as calçadas reflete um traço da cultura popular local, a saber, uma disposição para um comportamento à margem daquilo que é institucionalizado, formalizado, controlado. Esse comportamento revela uma atitude de revolta contra condições de trabalho historicamente desumanas e que durante muito tempo sequer se revertiam em remuneração. Ao lado dessa revolta com as condições de trabalho, outro motivo que poderia explicar a força do trabalho informal no presente são as disposições culturais.

No presente, diante de uma situação de precariedade em relação ao seu status de trabalhadores, eles se utilizam de condutas táticas, que negociam com as

normas instituídas historicamente pelo poder municipal e pela sociedade para se manterem nas calçadas. Essas táticas têm demonstrado uma espécie de poder não jurídico, forçando um alargamento dos limites daquilo que é permitido no espaço público porque as práticas dos camelôs dialogam com aspectos da cultura popular local. A atividade dos camelôs de Belém é regida atualmente pelo Código de Posturas do Município, lei 7.055, de 30 de dezembro de 1977. Em relação às anteriores, essa legislação apresentou uma flexibilização bem maior para o uso do espaço público, permitindo-a, conquanto a atividade obtivesse um Alvará de Licença. Para conceder o documento, a prefeitura verifica “a oportunidade e a conveniência da localização do estabelecimento e do exercício da atividade a ele atinentes, bem como as implicações relativas ao trânsito, estética e tráfego urbanos”. O interessado também precisa pagar taxa nos termos da legislação tributária e afixar o documento em lugar visível. O artigo 18, inclusive, já prevê entre as atividades em logradouros públicos o comércio e a prestação de serviços ambulantes. Para emissão do alvará, o código de 1977 leva ainda em consideração o que chama de proteção estética, paisagística e histórica da cidade. Nesse sentido, os artigos buscam regulamentar o uso de anúncios que possam prejudicar a paisagem e o livre trânsito, bem como proteger os conjuntos arquitetônicos tombados. O documento também proíbe que se dificulte ou impeça a passagem de pedestres nas calçadas com diversos elementos, inclusive, tabuleiros. Em linhas gerais, o que se percebe neste código é que o ambulante já é tratado como trabalhador e pode ficar no espaço público mediante autorização do poder público. Ele paga impostos e tem direitos. Situação muito diferente das posturas do século XIX e início do século XX.

Além dessa legislação, há também uma regulamentação específica, através da lei 7.862, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o comércio ambulante em Belém. Por meio dela, os camelôs podem obter um Termo de Permissão na Secretaria Municipal de Economia (Secon), mediante cadastro e pagamento de taxas. A permissão tem validade de um ano, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública Municipal. Os equipamentos são padronizados pela própria Secon.

Esses conjuntos de normas atualizam as formas do biopoder e, por que não dizer, o próprio colonialismo do poder. Assim, se essas normas são baseadas no princípio do controle massivo da população através da higiene e da harmonização do espaço público, elas também mantêm formas de controle do período anterior, na medida em que esses trabalhadores são permanentemente vigiados e eventualmente expulsos de forma violenta como no caso da retirada de camelôs da avenida Presidente Vargas no início de 2008. Porém, como afirma Foucault (1988), “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor,

por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Assim têm se fortalecido desde os anos 2000 entidades como a Associação dos Trabalhadores do Comércio Informal do Centro Histórico de Belém, o Sindicato dos Trabalhadores do Mercado Informal de Belém e a Associação dos Ambulantes do Centro Comercial. Percebe-se, no entanto, ainda segundo o autor, que se não existe um único ponto irradiador do poder, o mesmo se diz sobre a resistência ao poder. Essas existem no plural, distribuídas de modo irregular, com efeitos diversos, podendo causar grandes rupturas ou mesmo resistências táticas, efêmeras.

O processo intersubjetivo da vida social, na verdade, é o mecanismo que permite, e que, talvez, demande, a duração, a permanência, dessas estruturas de poder e de controle. Não é sem diálogo com experiências sociais anteriores, portanto, que a atividade dos camelôs se produz. O longo processo de sedimentação de práticas disciplinares, tantas vezes apoiadas por práticas de racismo, preconceito e delimitações étnicas, perdura, assim, na conformação da experiência social. Dessa maneira, as tecnologias do poder estabelecidas ao longo da história vão se manifestar na contemporaneidade articulando os dois modelos que agem ora sobre o corpo máquina, ora sobre o corpo espécie. Mas só é possível ter uma compreensão adequada dessa articulação ao se perceber as especificidades da trajetória da força de trabalho latino-americana, como aponta Quijano (2005). Como indica este autor, os elementos raça e divisão do trabalho foram estruturalmente associados e reforçaram-se mutuamente, resultando em uma sistemática divisão racial do trabalho, fazendo com que os descendentes dos caboclos sejam os camelôs de hoje.

Referências

ALVES FILHO, Armando. O Trabalho Forçado na Amazônia colonial. In: ALVES FILHO, Armando et al. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

AMARAL FILHO, Nemézio. Caminhos negros, desígnios brancos – negramarginalidade em Belém. In: CASTRO, Edna (org). Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006.

ARAGÓN, Luis E. Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate, São Paulo: Hucitec, 2013.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BELÉM. Código de Polícia Municipal (Lei n. 276, de 03 de julho de 1900). In: BELÉM, Conselho Municipal. *Leis e Resoluções Municipaes (1900) - Codificadas na Administração Municipal do Senador Antonio José de Lemos*. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Ca., 1901.

BELÉM, Código de Posturas do Município de Belém (Lei Ordinária n 7.055, de 30.12.1977). Diário Oficial do Município nº 3732, de 30.12.1977.

BELÉM. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902, referente aos anos de 1897-1902, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire. **Um lírico no auge do capitalismo**. Obras Escolhidas III, **3. ed.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA NETO, José Maia. A conquista portuguesa da Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando et al. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2001. p. 11-25.

_____. Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana e, Belém (1860-1888). **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia (41): 267-298, jul.dez.2009.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **A Cidade Sebastiana. Era da borracha, Memória e Melancolia numa Capital da Periferia da Modernidade**. Belém: Edições do autor, 2010.

CORDEIRO, Luiz. **O Estado do Pará: seu commercio e industrias**. De 1719 a 1920. Belém: Tavares Cardoso & Cia, 1920.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**, Belém: NAEA, 2012.

_____. Racionalidade Camponesa e sustentabilidade. **Papers do NAEA** nº 029. Belém, novembro de 1994.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,

2000.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Em defesa da sociedade**. 2005. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

Lei 7.862, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o comércio ambulante em Belém.

LIMA, Deborah de Magalhães Lima. A Construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2 – dez. 1999.

LOPES, Patricia Raiol Castro de Melo. **Os Corpos de Trabalhadores na província do Grão-Pará**: outros significados para uma política de arrematação de mão de obra (1835-1840). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012.

MARCOCCI, Giuseppe. **Escravos ameríndios e negros africanos**: uma história conectada Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650) *Tempo*, v. 15, jan.-jun., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v16n30/a03v16n30.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MONTEIRO, Benedicto. **História do Pará**. Belém: Delta /Liberal, 2001.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org.). **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101-140. (n. 11).

PANTOJA, Letícia Souto. **Iusão de Ótica**: fotografia e cidade na Amazônia (1890-1910). *História e-história*, v. único, p-1-2. 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

SANTOS, Roberto. O Genius de uma Economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. In: Aragon, L. E. e Imbiriba, M. N. O. (Org.). **Populações humanas e desenvolvimento amazônico**. Belém: UFPA/ARNI/CELA, 1989, p. 13-92.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SENA, Ana Laura. **O trabalho informal nas ruas e praças de Belém: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios**. Belém: NAEA, 2002.

SCHUTZ, Alfred. *Éléments de sociologie phénoménologique*. Paris: L'Harmattan, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. **Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas**. Afro-Ásia [en línea] 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003001>>. Acesso em: 16 de mar. 2018.

SILVA, Fábio Carlos da; LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; MARCONDES, Renato Leite. Crédito Privado na economia da borracha: o mercado hipotecário em Belém (1870-1874). In: **3º Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável**, Cuiabá-MT, 2014.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. O Projeto Pombalino para a Amazônia e a “Doutrina do Índio-cidadão”. In: ALVES FILHO, Armando et al. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2001. p. 25-52.

WATIER, Patrick. **Une introduction à la sociologie compréhensive**. Paris: Circé, 2002.



COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NA AMAZÔNIA: O JORNAL PESSOAL (JP)

*Ruthane Saraiva da Silva*⁷⁴

*Rosa Elizabeth de Acevedo Marin*⁷⁵

Introdução

A informação na Amazônia é marcada pela forte influência de grupos oligárquicos que detêm o poder, e principalmente os veículos da imprensa tradicional que, às vezes, camuflam, escondem a verdade e influenciam a sociedade local. A subversão e as insurgências contra esse poder na comunicação têm sido realizadas pela denominada imprensa alternativa, que produz no sentido de contrainformação, ruptura da hegemonia e formação de opinião, o que nem sempre tem sido fácil e colimado pela continuidade e reconhecimento. A chamada imprensa alternativa tem como fio condutor a produção de notícias diferentes da imprensa hegemônica, entretanto não deixa de produzir discursos, de estabelecer “verdades”, de produzir efeitos de sentidos no campo jornalístico em suas relações com o campo político e social, mostrando muitas vezes o que a grande imprensa deixa de noticiar. Essa imprensa é fonte relevante e recorrente para a compreensão e interpretação de conjunturas históricas, sociais, políticas e econômicas.

O Jornal Pessoal (JP), como jornal alternativo, permite o conhecimento de acontecimentos amazônicos sejam eles políticos ou/e ambientais, ocupando um lugar nos meios de comunicação, que também se insere no campo de produção de discursos de fatos, acontecimentos, representando um meio de luta pelas causas públicas e vem, ao longo de 30 anos, sendo um instrumento de comunicação alternativa para a sociedade amazônica. Em sua trajetória, o JP tem sido destacado como um dos mais influentes veículos na discussão e audição de

74 Bibliotecária, doutoranda em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: tianesaraiva@gmail.com

75 Socióloga, Professora Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA/UFPA. Colabora no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: ream30@hotmail.com

questões amazônicas; na formação de opinião; recebendo prêmios, honrarias nacionais e internacionais, evidenciando-se numa voz que ecoa um saber especializado perpassado pela veracidade, tenacidade e crítica, produzindo assim conhecimentos e análises sobre a Amazônia.

O JP resiste à grande imprensa e é reconhecido nacional e internacionalmente. Veloso (2012, p.11) aponta que, sendo este realizado por uma pessoa só, se ampara na força e qualidade da argumentação do editor, uma vez que é um “produto intelectual na esfera pública paraense”. O que o próprio Lúcio Flávio diz ser “uma pedra no sapato”, ou seja, assuntos que não são tratados na grande imprensa vão aparecer no JP, e se houver algo errado, virá à tona, e assim caminha com seriedade na apuração dos fatos.

Difícilmente há quem passe por ele sem se inquietar com a exposição dos fatos, de temas, muitas vezes veiculados na imprensa tradicional, no entanto sem maiores aprofundamentos, ou de forma camuflada e/ou deturpada. Logo, discorrer acerca do JP implica um desafio de compreender as lutas de posição que ocorrem no campo do jornalismo. Essa fonte é tão simples na sua forma de apresentação, no seu formato, sem ilustrações coloridas, porém tão intensa na sua forma de discorrer e discutir fatos tão emblemáticos, profundos na análise acerca de questões da Amazônia.

O presente artigo tem como objetivo mostrar a trajetória do JP, uma vez que tal periódico é considerado uma fonte de comunicação alternativa quanto às discussões sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais e antropológicas na Região Amazônica. Para a construção de tal trajetória, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, utilizando as próprias edições do Jornal e entrevista com Editor, o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio de Farias Pinto, com a finalidade de obter mais informações e esclarecimentos sobre o periódico⁷⁶.

A pesquisa se valeu do método da análise do discurso. Enquanto técnica de pesquisa, a análise do discurso objetiva, segundo Orlandi (2009, p. 66-67), “compreender como um objeto simbólico produz sentidos. A transformação da superfície linguística em um objeto discursivo é o primeiro passo para essa compreensão [...] retomando conceitos e noções [...]”. Dessa forma, a análise do discurso considera que o analista se debruce na superfície linguística (material - linguagem bruta) para que essa superfície se materialize e se torne objeto discursivo por meio de marcas deixadas no fio do discurso. A escolha pela análise do discurso como instrumento metodológico deu-se em virtude de

76 Trabalho de dissertação com título original “Jornalismo alternativo na Amazônia: o discurso do desmatamento no Jornal Pessoal (1987-2012)”, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

a mesma ser bastante utilizada nos estudos de linguística e comunicação, à medida que visa verificar construções ideológicas, formações discursivas de textos principalmente no campo jornalístico. Os conceitos teóricos da AD tais como sujeito, sentido, legitimidade da fala, estratégia discursiva de interpelação, entre outros, colaboraram para localizar nos textos as pistas ou marcas “deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos”, assim como as condições de produções desses discursos. Pela natureza da pesquisa, utilizamos para a coleta de dados, além de edições do JP, uma entrevista semiestruturada realizada com o editor do periódico, Lúcio Flávio Pinto; a entrevista obedeceu a um roteiro formulado antecipadamente pelo pesquisador, conforme os objetivos da pesquisa. O universo das edições do JP correspondeu a 551 números.

O intelectual sob a ótica de Gramsci e Bourdieu

Na concepção gramsciana, os agentes sociais que praticam atividades intelectuais como também o militante político, os jornalistas, os professores desempenham papel fundamental na transformação social. Esses agentes tanto podem contribuir para transformar a sociedade quanto podem reproduzi-la. Gramsci (1982) enfatizou a categoria social do intelectual, a função deste na história e nas diversas instâncias da vida social. Questões que, segundo Beired (1998), foram latentes nos estudos de Gramsci nas décadas de 20 e 30. Ele, como nenhum outro grande teórico deu relevância para o debate dos intelectuais como elemento indispensável à conjuntura sociopolítica.

A respeito do intelectual, Gramsci (1982) propõe duas concepções, uma em que se tem o intelectual tradicional, envolvido no plano das ideias sem interação com a sociedade; ele a estuda, porém não cria relações sociais, não se torna um ser público, não se coloca na linha de frente. Enquanto a outra concepção se refere ao intelectual orgânico, cuja função se faz presente na sociedade; é um ser público, um líder que consegue articular os indivíduos para enfrentar, defender os problemas, causas sociais, tornando-se não só agente que pensa a sociedade, mas um ser que age, muda realidades.

Gramsci (1982) frisa que todo grupo social tem seu intelectual orgânico, seja um grupo de operários, seja um grupo de alto nível acadêmico. Ele defendia que os intelectuais têm o poder de mudar ou manter a superestrutura, ou seja, transformar ou reproduzir contextos sociopolíticos, culturais numa sociedade, e que não existem organizações sem intelectuais, dirigentes e organizadores. Deve haver articulação política e cultural das classes sociais com os intelectuais, principalmente do que denominou classes subalternas.

Por sua vez, o debate gramsciano apresenta o intelectual como transformador ou conservador, que articula a sociedade com o aparelho estatal, organiza a cultura, tornam-se agentes históricos à medida que produzem uma ideologia, e esta incute às classes representadas consciência e “homogeneidade”.

Gramsci foi um dos teóricos dedicado à interpretação original das funções dos intelectuais, centrando seus estudos em relação a essa temática em que considerava diversos tipos de intelectuais, tais como artistas, jornalistas, industriais, empresários entre outros. Essa ideia de intelectual divergia da concepção da época, que considerava os intelectuais a partir de suas qualificações interiores.

As atividades intelectuais, na concepção de Gramsci (1982), deveriam estar atreladas ao sistema de relações sociais e aos grupos a ele vinculados. Os intelectuais não seriam abstratos, estariam inseridos num grupo social, numa classe, dentro de um modo de produção, junto com os aspectos políticos e sociais que a dinâmica sociopolítica contém.

Na tentativa de discutir a função do editor do JP na imprensa amazônica, reconhecemos nele um intelectual militante, que rompe com as fronteiras do conhecimento em diversas áreas, seja na economia, sociologia, história ou na política. Ele faz do campo do jornalismo um projeto socializador, estendendo por estes seus atos e ações conhecimentos, experiências, visão crítica do mundo, propostas sociais e políticas.

O editor, por meio da imprensa alternativa, busca incessantemente inserir na vida dos cidadãos temas provocativos nos quais toma partido de causas públicas, fazendo, conforme Habermas (2006, não paginado), “[...] um uso público do seu saber profissional além dos limites da sua profissão”, sem pertencer a nenhum partido, o que ele pretende é suscitar, acalorar a “a opinião pública” ou constituir uma instância crítica, considerada por Habermas (2003) atribuição de significados diferentes aos da “publicidade” divulgada de forma manipuladora e coercitiva, recorrentemente vinculada ao âmbito do poder político, econômico e social num eixo normatizado exigido.

Nessa “publicidade crítica”, o editor faz do JP sua arena de combate no qual as lutas são travadas, em que sua prática jornalística se configura numa interferência social na esfera pública, tornando-se um intelectual militante cuja postura na audição dos acontecimentos caracteriza um viés de poder de reflexão e discussão crítica e política voltada para a opinião pública, constituindo-se em um “formador de opiniões”.

Nesse sentido, cabe situar os dois conceitos de opinião pública apresentados por Habermas (2003); um voltado para publicidade relacionada à crítica e outro direcionado para a publicidade manipulativa. Habermas (2003, p.

284; 287) pontua que a opinião pública abrange “dois setores de comunicação politicamente relevantes: o sistema das opiniões informais, pessoais, não públicas; e as opiniões formais, institucionalmente autorizadas”, sendo que, para este autor, “uma opinião rigorosamente pública” só é estabelecida quando os “dois setores da comunicação” são intermediados pela “publicidade crítica”; o filósofo assevera que a liberdade de expressão é direito assegurado pelo poder público e a opinião pública é o mecanismo para legitimar o poder político, por meio de uma comunicação crítica.

Retornando à análise a respeito do editor do JP, longe de ele proclamar-se o “dono da verdade”, insiste em realizar as análises de fatos que ocorrem na Amazônia a partir de um conhecimento específico, instaurando uma ação de comunicação crítica, com domínio específico dos assuntos e notícias veiculadas nesse periódico alternativo. Portanto, o jornalista segue uma linha de tradição de intelectuais engajados, e, a partir de seu ofício, consegue dar voz àqueles que estão à margem do processo histórico da Amazônia; sendo esse ofício pautado num campo científico, no campo do jornalismo no qual as notícias se inserem.

Bourdieu (2004, p. 23), no livro *Os usos sociais da ciência*, analisa o campo científico, o qual se configura como um campo de forças, de luta, cuja finalidade é transformar ou manter esse campo, em que as relações de dominação entre os agentes são confrontadas numa relação de forças. O autor dá exemplo de agente (empresa) no campo econômico, em que esse agente “deforma todo um espaço econômico em torno de si conferindo-lhe uma certa estrutura”; então esse espaço criado só existe porque há relações objetivas entre os agentes.

A televisão e o jornalismo se inscrevem nessa teoria sociológica conformando o campo jornalístico. Sobre a televisão, é ressaltado o seu domínio comercial e sublinha que se constitui como força dominante sobre outros campos, notadamente o político. Ainda pontua os intelectuais jornalistas e jornalistas, que se posicionam no campo dominante com o poder de publicizar e dominar o campo de produção simbólica.

A propósito das contribuições de Bourdieu (2004) ao campo acadêmico da comunicação, Ferreira (2005, p. 36) lança três perspectivas críticas, uma referente aos conceitos de cultura de massa; outra voltada para o jornalismo “como espaço estratégico de ação vulgarizadora dos campos político e acadêmico”, e, por fim, a crítica direcionada ao jornalístico como campo de autonomia incompleta, que se submete às estratégias do campo econômico.

Ferreira (2005) destaca as relações entre campo das mídias e outros campos sociais, a exemplo do campo acadêmico e político, mediadas por meio das atividades jornalísticas. Essa relação dos campos é um processo relevante no debate que Bourdieu (2004) realiza nos estudos da mídia e no jornalismo,

pois contribui para entender os capitais midiáticos em correlação com os capitais econômicos, políticos, culturais dos agentes institucionais e individuais de acordo com as classes sociais em movimento no campo político que distingue o acesso ao capital midiático. E na esfera do jornalismo, conforme Ferreira (2005), isso ocorre porque a autonomia de um jornalista particular está entrelaçada com a posição que o jornal ocupa nessa estrutura e não da individualidade do jornalista. Todavia, a compreensão dessa estrutura, no campo do capital científico, conforme Bourdieu (2004), corresponde a duas formas de poder: o poder temporal ou político, o poder institucional ou institucionalizado, relacionado às posições ocupadas nas instituições científicas e o poder sobre os meios de produção; e no campo jornalístico, deveria ter uma perspectiva de ser serviço público, mas é sobrepujado pela lógica do mercado.

Ao se referir ao campo científico, Bourdieu (2004, p. 23) explica que quem dirige as intervenções científicas, os temas selecionados, os interesses dos objetos estudados, os pontos de vista, “é a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer”, mais especificamente são as posições ocupadas dentro dessa estrutura. O trabalho do sociólogo sobre o campo da comunicação desperta debates entre aqueles que consideram que em *Sobre a Televisão* é desmerecido o campo das ciências contemporâneas da informação, além de escrever noções generalizadas, embora reconheça que o tema encerra “surpreendentes particularidades” (TRINTA, 2001/2002) e aqueles que sublinham seu apelo para a transformação dos meios de comunicação de massas de maneira a atender às necessidades e questões urgentes da democracia, da autonomia do jornalismo.

Ferreira (2005) retoma a discussão de Bourdieu sobre a autonomia do jornalismo relativa à criação de regras de produção que protejam contra os desvios e fortifique o campo jornalístico em relação à ética, à veracidade e à autonomia, principalmente pelos jornalistas que não seguem a lógica do mercado. Nessa afirmação está o cerne da visão que tentamos desenvolver em relação ao JP.

Desvendando a trajetória do JP

O periódico JP é uma das mais longevas publicações alternativas da imprensa brasileira e do jornalismo amazônico; surgiu em 1987 e até o momento circula entre os diversos meios de comunicação, expressando visões alternativas, diferentes, acerca dos temas amazônicos e assuntos em geral, que muitas vezes são ocultados pela mídia tradicional.

Tal característica fornece ao jornal a classificação de alternativo, consti-

tuindo-se fiel à terminologia que, para Dutra (2013), materializa “o alterum”, quando apresenta conteúdos cujo teor de gravidade não permite ou não pode ser divulgado em função de interesses de grupos de poder regionais, coligados com os possuidores do capital nacional e estrangeiro, que ao longo dos anos vêm explorando de forma irracional as riquezas naturais da região, sem trazer benefícios aos povos e às comunidades tradicionais, e sim, cada vez mais, a devastação, o esgotamento dos recursos naturais.

O JP, publicado em Belém/PA, está na 637ª edição⁷⁷; sua periodicidade é quinzenal, não aceita anúncios publicitários, seu formato é em tamanho ofício, impresso em papel linha d'água; possui 16 páginas, antes, circulava com 12, sem cores, tiragem de dois mil exemplares. Até o momento, cada exemplar custa R\$ 5,00.

gerente do complexo residencial das empresas estabelecidas na margem de R\$ 300⁷⁸, no distrito do Fátima com o Marajó, como declarou num inquérito policial. Já, numa glêria chamada Cidário, com terreno sobre um lago do município de vias, empresas como a Agropastoral Grópica, Comercial do Pará, Comopar e Propar, tendo como chefe de Bona Fina, do Investimentos (no qual o ex-presidente Juscelino Kubitschek esteve ligado). Não tem judicialmente com o Estado – que considerava as terras devolutas – a, no dia a dia, com quase 10 mil famílias de posseiros com ocupação antiga no área.

Muitos conflitos e vários mortos ocorreram durante os confrontos ferozes debaixo das cortinas de Vila Lages. Andando às vezes com 50 homens, sempre fortemente armado (com fuzil 7,62 ou metralhadora), usando motocicletas ou helicóptero, trajando uniforme de camuflagem, não ficava para eles passar o ser traído como capangas James. Terça estabelecida seu domínio no área se não surgisse em seu caminho outro bando com propósitos conflitantes.

Quintino do Silva Lira, um caboclo da região, também queria ser o dono do local, mas através de outro cliente, o doutor lavador, para os quais passou o ser uma espécie de Robin Hood, que tirava dos ricos para dar aos pobres, embora com uma abordagem moderna cobrando comissão. O “capal” James e o “go-falhar” Quintino tentaram sucessivamente suas forças nos atómos do mata, mas quem pôs fim à contenda foi um tenente paragonista, o Polício Miller, não sem a orientação de dois contendedores. Quintino foi morto em 4 de janeiro de 1985 com um tiro de fuzil pelos cotas, depois de cor numa esmalhada.

Mas James não poderia comemorar pessoalmente sua vitória. Preocupado com o grau de independência que ele havia conferido à empresa, passando a prestar serviços para outros empresários ou agindo por conta própria, o “Prepar” – que teve vários “presídios governamentais”, segundo o próprio James – despenhou os serviços do seu chefe de segurança e ele voltou para São Paulo. No retorno ele deu a que os sombrios chamam de “volta por cima”.

James foi de empresa para o Fátima, o único hotel cinco estrelas de Belém, de onde se saiu algum tempo depois para um bom apartamento de apartamento. Mas era um assíduo, gostador e generoso frequentador do hotel, que transformou rumo de sua ponta de encor-

to. Ali almooçava e jantava periodicamente, recebeu um cartão de cliente especial e passou a associar ao Top Bar, um clube de ginástica, musculação e sauna.

Um Crime Perfeito?

O Hilão foi escolhido para os contatos especiais, refletindo uma das faces de James. Desde janeiro ele organizava uma firma própria, o J.V. “Agenciamento Privado”, e por isso também podia ser encontrado no seu escritório, localizado no bairro de Belém. Mas também ia muito ao Hotel Milena, onde o bom café e o ambiente para trocar informações com muitos outros pessoas que ali vão para saber de negócios da terra, plantações ou negócios, em muitos outros assuntos que conferiam hoje ao lugar a mesma função que o Café Avenida, mais antigo, desempenhou até alguns anos atrás.

Em duas dessas visitas, James pagou as despesas de “Bela” e “Marquinhos”, os homens de cobertura do plano. Mas voltou qualquer ligação com Antônio e “Ovídio”, que seriam os executores. Os dois, depois de meterem Fonteles dentro do posto de gasolina Maranhão IV, na saída do colégio, voltaram ao hotel pagando o corte e saíram, dizendo que iam para São Paulo. Já “Bela” e “Marquinhos” se encontraram no sede do J.V., enquanto James viajava horas atrás para São Paulo. A presença era de que o crime, execução conforme o planejamento, jamais seria executado.

Dois meses depois o delegado Otávio Malta, 52 anos, amarelo e reconhecido integral do atentado, verificando uma barra de calcimão ou desmenço que surgiu na cena da investigação. Disparado de apenas três investigadores e um escrivão, o chefe da Delegacia de Crimes Contra o Fisco conseguiu identificar os homens que meteram Fonteles e o organizador do atentado.

Malta obteve o mandado de prisão para o rei, concedido pelo juiz Mário de Nazareno Souza do Sá, mas que agora está diante de uma tarefa mais: chegar aos criminosos. Todos estão forçados, embora o mais importante delas, o capangas James, tenha recebido uma carta de São Paulo. Pode ser desmascarado, mas o delegado – que agir com rapidez e eficiência se quiser chegar aos encarcerados antes de ir a delegacia – “basta de arguição”, que enfuagaram os dois de ligação com o intermediário e impediu a concretização do que permanece sendo uma hipótese: o completo alucido, pelo primeiro vez em muitos anos, de um crime político.

O CASO FONTELES



O agente de segurança especial

No dia 2 de junho James Silva de Vila Lages, advogado, divorciado, 43 anos, filho do R\$ 300 da Região de Investimentos, que cuida de informações e continua ser chamado de serviço secreto. Quarenta e dois de ter sido roubado entre as ilas 28 e 29 de Pará. Descobriu o roubo em um fuzil, calibre 5,6, de fabricação norte-



O CASO FONTELES Um crime bem planejado Um mundo pouco conhecido, com subterfúgos invisíveis e uma face escura das vezes ilustre, está por trás do morte do esculpado Paulo Fonteles. O Jornal Pessoal levou dois meses para levantar o tapete desse mistério.



Não foi apenas uma fuga de desaparecido. Foi o caso de Paulo Cesar Fonteles de Lima perdeu ao final do ano passado derrotado na eleição de novembro, um tempo tentou a sua candidatura de deputado estadual, insistiu oficialmente sua vinculação ao Partido Comunista do Brasil, deixando o “grupo-chuvis” do PMDB, e retornou à atividade fundidora, como defensor de pessoas, articulado que se formou a Assembleia como o mais combativo dos representantes da empresa.

Paul, deixando o “grupo-chuvis” do PMDB, e retornou à atividade fundidora, como defensor de pessoas, articulado que se formou a Assembleia como o mais combativo dos representantes da empresa.

Para um grupo de proprietários de terras, era a oportunidade de ajuste de contas: sem o proteção do mandato político, Fonteles, 38 anos, se tornou um alvo menos complicado. Ela poderia aproveitar a oportunidade, antes que a dedicou exclusiva às lutas do campo: poderia refazer seu suporte e novamente transformá-la num inimigo perigoso.

Provavelmente o assassinato de Paulo Fonteles começou a ser preparado em março. Entre o final desse mês e o início da abril dois homens, ambos sapateiros-

do 30 anos, um deles alto, forte, barbudo, o outro magro e baixinho, se hospedaram no Hotel Milena, um hotel de segunda categoria que encorpou num ponto estratégico do avenida Presidente Vargas, a mais importante das ruas da cidade.

José Roberto Mucacelca, o “Bela”, e Marcos Antônio Nagreiro, o “Marquinhos”, não poderiam ficar em neither local para desempenhar sua missão. Eles deveriam observar Paulo Fonteles e “cheque um plano de ação para dois outros homens, que só seriam despi-“.

“Bela” e “Marquinhos” sobreviveram no Milena mais duas vezes: entre 17 e 19 de maio e de 3 e 11 de julho, dia do assassinato. As duas primeiras vezes foram para pelo chefe de sala. Na última, foram da hotel sem qualquer a conta, de pressa. O chefe também detestou Bela: aparentemente suspeita dele, embora num site regular de Brasília, que saiu às 4:20 da madrugada para São Paulo.

Não são dois que antecederam o atentado. “Bela” e “Marquinhos” foram no hotel o companhia de mais dois integrantes do plano: Antonio Pereira Sobrinho, um paulista de 38 anos, muito forte e parecido com “Bela”; que disse três vezes presenças na cabana de Fonteles, e Ovídio R. Pereira, 44 anos, que se hospedou regularmente como militar, mistério da zona usada no crime.

A Missão Especial

Para que eles pudessem estar em condições de executar o advogado comunista no manhã de 11 de junho foi necessário preparar uma articulação demorada. Ela pode ter começado em junho de 1986, quando James Silva de Vila Lages retornou a Belém, depois de um ano e meio de exílio na São Paulo. Em São Paulo, onde nasceu em 1947 e fez um curso jurídico em 1981, quando deixou de ser o advogado – seu habilitação formal – para se transformar em agente de segurança. James foi contratado e acabou trabalhando para o grupo James. Nenhum a Belém para evitar “os representantes: resolver problemas de terras entregadas por proprietários”.

O crime feroz de James decidido e executado somente depois mais de três anos em que situação con-

Figura 1 - Edição n. 1 do JP - Assassinato de Paulo Fonteles (1987). Fonte: University of Florida Digital Collection (2017).

Conforme Veloso (2012), o nome do periódico mostra a atividade quase solitária na produção do jornal, com exceção de Luiz Pinto, diagramador e ilustrador do JP, que é irmão do jornalista. A origem do título da publicação vem

77 Informação até agosto de 2017.

de uma coluna que Lúcio Flávio escrevia para jornais paraenses na década de 1970. Primeiramente, publicava no jornal a Província do Pará, mais adiante, em 1973, no O Liberal, pois na Província estava recebendo cortes em seus textos, daí o aceite em publicar no O Liberal.

O título “JP” demonstra um projeto de vida pautado na “individualidade”, daí uma condição para ser imprensa alternativa como pontua Veloso (2012, p. 8). Os conhecimentos e a experiência do jornalista passam a credibilidade construída com o leitor, em que os longos anos de jornalismo transmitem confiança e responsabilidade na análise dos fatos. Em 2017, o JP completou 30 anos de existência, marcado por lutas, grandes análises, alegrias e também 33 processos judiciais movidos por pessoas, grupo de telecomunicações, políticos, juristas e pessoas que veem seus atos e ações virem a público pelas páginas do periódico alternativo que não deixa de denunciar as ilegalidades praticadas.

Lúcio Flávio Pinto, editor do JP, é defensor ferrenho de uma Amazônia desvinculada da condição colonial, além de advogar por investimentos em pesquisas e tecnologias como forma de desvencilhar de heranças históricas, dar voz à problemática amazônica e ao desenvolvimento, com maestria, desenvoltura, sagacidade.

Como jornalista, trabalhou no Estado de São Paulo, O Liberal (Pará), na década de 1970, entre outros. O jornalista possui uma trajetória do jornalismo alternativo, pois resolveu sair da imprensa tradicional, hegemônica para adentrar no caminho do jornalismo alternativo, com integridade e compromisso com a Amazônia na busca constante de apresentar uma realidade complexa com transparência e veemência, democratizando o acesso à informação de forma crítica e séria, com os leitores, na apuração legítima dos acontecimentos.

A agenda⁷⁸ do JP aborda variados assuntos, como política, imprensa, conjuntura amazônica, sociedade, grandes projetos - empreendimentos, questões ambientais amazônicas, entre outros. A reflexão envolvendo problemas da Amazônia de natureza política, econômica, social, ambiental é realizada com veracidade e rigor, baseada numa formação teórica densa e baseada em fontes oficiais, científicas. Revela-se nele o conhecimento acumulado ao longo dos 52 anos de jornalismo do editor do periódico, além das andanças deste pelo interior da Amazônia, quando testemunhou, identificou diversos acontecimentos, quando esteve naquele local, no momento que ocorriam os fatos, a exemplo da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

O JP notadamente pratica um jornalismo crítico e independente, fugindo aos padrões da imprensa tradicional, hegemônica. Seu editor, segundo Veloso (2011), passou da condição de “mediador da informação” para exercer a função de “voz

⁷⁸ O termo relaciona-se à cobertura das notícias, aos assuntos veiculados num jornal (McCOMBS, 2008).

especializada” da Amazônia, o que comprova em seu estudo de tese, quando da leitura integral de 401 edições do periódico. Desse modo, o JP, constituindo-se numa “voz especializada da Amazônia”, levanta o debate acerca do desmatamento que vem ocorrendo ao longo dos anos na Amazônia, velando de certa forma uma disputa de terras e a exploração irracional dos recursos naturais, a exemplo dos minérios que cada vez mais vão sendo depredados, exportados para outros países sem um racionamento nem a preocupação de conservação desses recursos, uma vez que não há um plano e/ou política governamental de preservação destes⁷⁹.

Nesse contexto, reside também a função da imprensa alternativa que assume, no caso do JP, a posição de “auditor” dos agentes políticos, econômicos, grandes corporações quanto à prevenção, controle, fiscalização das ações e ocorrências de atos que favoreçam ao grande capital, isenção de incentivos fiscais em detrimento das normas ambientais, dos direitos sociais e da exploração irracional e duradoura dos recursos minerais, aquáticos e desmatamento no solo amazônico. Esse desmatamento há anos vem crescendo em função do afrouxamento de uma regulação ambiental mais rigorosa, e da abertura de entrada de capital estrangeiro e nacional em que a agenda ambiental prevaleça em relação à agenda política e econômica.

De acordo com as análises de Pinto (1988), sem a retaguarda e experiências sólidas de manejo de florestas, os grupos ecológicos temem que as empresas e os setores madeireiros internacionais entrem de vez no solo amazônico, mas estes “vão encontrar entre os nativos um estado de perplexidade próprio de quem tem sido forçado a escolher entre o nada e o coisa alguma, que é o sobra dessa vasta pilhagem feita na Amazônia para satélite registrar e cientista lamentar” (PINTO, 1988, p. 5); desse modo, o autor faz severas críticas ao capital internacional e à política de incentivos fiscais que o Estado disponibiliza para os investimentos e exploração dos recursos naturais.

Em várias edições do JP, o debate acerca da exploração dos minérios pela Vale vem à tona⁸⁰. Conforme Pinto (2017), a empresa explora há 50 anos a Serra dos Carajás⁸¹, a maior província mineral do planeta, a qual tem como seu

79 Essa reflexão também é conduzida nos 21 livros publicados individualmente. No prefácio da publicação *O Fim da Amazônia: Desmatamento e Grilagem* ressalta-se a persistência nas argumentações que se encontra “em artigo já publicados, a maioria no Jornal Pessoal, sobre desmatamento e grilagem na Amazônia, temas que em diversos discursos e ações enunciados pela tecnocracia, políticos profissionais e intelectuais torna-os a tragédia anunciada, também magistralmente consumada, ela é seguida, quase dramaticamente, por um coro de vozes que buscam os louros da salvação da Amazônia...” (ACEVEDO MARIN, 2014, 7).

80 “O jornal dele [de Lúcio] é uma grande referência. Se você quiser ter um histórico do que a Vale fez nos últimos 30 anos no Pará, você tem que ler o ‘Jornal Pessoal’, não tem em lugar nenhum. É um patrimônio do Brasil argumentou o também jornalista Lucas Figueiredo”. (REVERBEL, 2017, não paginado).

81 Localizada no sudeste do estado do Pará, Brasil.

maior cliente a China, que compra cerca de 60% da produção de Carajás, o que coloca o município Canaã dos Carajás como um dos maiores arrecadadores de *royalty* do Brasil.

Conforme Veloso (2011, p. 15), a experiência do editor, tanto na imprensa tradicional quanto na imprensa alternativa na década de 1970 e 1980, concomitante com a “formação de uma consciência do ‘ser amazônida’, estão na raiz” da relevante e longínqua prática do jornalismo alternativo. O JP, que resiste ao longo da história da imprensa paraense, apesar dos percalços que enfrenta no decorrer de sua trajetória, não deixou de combater, mas segue modificando o cenário amazônico por meio de seu compromisso com a veiculação das notícias acerca dos problemas que afligem a região, fornecendo um entendimento privilegiado dessa realidade.

Essa experiência alternativa, de acordo com Veloso (2011, p. 2), não se deve só pelo formato, e por não aceitar anúncios, sendo uma produção independente de financiamentos comerciais, empresariais, mas pela forma como são propostos os temas, “cuja abordagem e profundidade se contrapõem frontalmente ao agendamento proposto pela imprensa de massa do Pará”. Desse modo, o JP caracteriza-se num formato único e ímpar no jornalismo paraense em plena época de democracia e liberdade de expressão.

O JP foi inspirado na experiência do *I. F. Stone's Weekly* (IFW), semanário norte-americano, de autoria do jornalista Isidore Feinstein Stone⁸². *O I. F. Stone's Weekly* circulou nos Estados Unidos por cerca de 18 anos, compreendendo o período de 1953 a 1971. O periódico tornou-se um ícone na imprensa Americana, fazendo de Stone um exímio combatente dessa imprensa.

A primeira edição do JP foi lançada na primeira quinzena de setembro de 1987, com a manchete: “Caso Fonteles: um crime bem planejado”, fazendo referência ao assassinato de Paulo Fonteles, ex-deputado estadual na época, um dos maiores crimes ocorridos no Pará; o periódico levou três meses para desvendar esse enigma. A reportagem deveria ser publicada no *O Liberal*, jornal no qual Lúcio Flávio Pinto trabalhava. Ele solicitou à diretora do periódico que publicasse a investigação, no entanto a reportagem trazia dois nomes de anunciantes do jornal, por isso a publicação foi vetada. Todavia, a tipografia do jornal acabou imprimindo a primeira edição do JP.

A partir dessa data, surgiu na imprensa paraense um dos veículos de comunicação mais instigante da história do jornalismo na Amazônia. Destaca-se na divulgação de acontecimentos que a imprensa oficial deixa de veicular, o que foi um dos motivos para que Lúcio Flávio Pinto criasse o JP, pois não encon-

⁸² Conhecido também como *Izzy Stone*. Publicou IFW aos 45 anos de idade e tinha 26 de jornalismo (PINTO, 2012).

trava nesses veículos as notícias que considerava mais importantes. Segundo o próprio jornalista, ele não faz reportagens, artigos, notícias, o que ele faz são análises, auditagem dos fatos:

[...] Eu quero os fatos, enquanto eu não tiver, eu vou atrás. Durante anos e anos eu fui atrás de quanto custou a PA 150, umas das estradas mais caras do Brasil de tanta corrupção. Depois de vários anos eu tive a forma. Porque a Andrade Gutierrez que construiu entrou com uma ação contra o governo pra ter o valor exato do que ela tinha gasto lá. E aí ela cedeu tudo, mas só que tudo eram seis volumes, 1800 páginas. Eu li as 1800 páginas durante uma semana, indo ao cartório do Tribunal onde estava o processo e escrevi um artigo na primeira página do JP. A PA 150 custou um bilhão e meio de milhões de dólares. Aí eu provei. Enquanto eu não tinha esse fato, eu nunca disse quanto custou a PA 150.

Para situar a emergência do JP, é preciso ler sua genealogia na década de 1970 quando surge o *Bandeira 3*, publicado em meados de 1975. Este jornal alternativo circulou no período do regime militar, era dirigido por Lúcio Flávio Pinto e por alguns jornalistas paraenses. Era inspirado no *O Pasquim*, do Rio de Janeiro. Tinha 24 páginas, impressão em *offset*, tiragem de dois mil exemplares.

O projeto do *Bandeira 3* ocorreu concomitante com a implantação da sucursal de O Estado de São Paulo na Região Amazônica. Conforme Veloso (2011), o alternativo, assim como *O Pasquim*, trazia humor, críticas, entrevistas, além de ser o primeiro alternativo da imprensa paraense durante a ditadura militar. Infelizmente, sua duração foi curta, publicou apenas sete números. A ausência de publicidade foi um dos fatores para esse período curto. Apesar de ter sido efêmero, o *Bandeira 3* foi laboratório para os iniciantes na carreira jornalística paraense.

Reportagens publicadas no Estado de São Paulo na década de 1970 produzidas pela sucursal em Belém abordavam temas da construção da Transamazônica, Projeto Grande Carajás (PGC), Garimpos e conflitos na Serra Pelada, Projeto Jari. Essas reportagens e o acervo do Estado de São Paulo devem fazer parte de consulta para quaisquer pesquisadores que estejam estudando a história da Amazônia nesse período.

Um dos processos enfrentados pelo jornalista refere-se às denúncias de apropriação e fraude de posse de terra pelo empresário Cecílio do Rego Almeida, que moveu outro processo contra o editor do Jornal, que o havia intitulado de “pirata fundiário”. Tal processo condenou Lúcio Flávio ao pagamento de R\$ 8 mil ao empresário, logo depois a Polícia Federal comprovou a grilagem, entretanto o processo já havia prescrito.

Conforme comentário de Fraga (2012) em *Journalism in the Americas*, outro processo relaciona-se à reportagem publicada no JP em 2005, cujo título chamou-se o “O rei da quitanda”, que relatava parte da história de uma das maiores empresas de meio de comunicações da região Norte brasileira e acusa o proprietário de utilizar empresas para pressionar os anunciantes. Esse processo resultou no pagamento de R\$ 410 mil ao dono da empresa de comunicação e à Delta publicidade. Além desse processo, há mais 19 ações criminais e cíveis contra o jornalista pelos herdeiros das Organizações Rômulo Maiorana.

Entretanto, o jornal alternativo resiste à grande imprensa, é reconhecido nacional e internacionalmente. Veloso (2012, p.11) aponta que o JP, sendo realizado por uma pessoa só, se ampara na força e na qualidade da argumentação do editor, uma vez que o JP é um “produto intelectual na esfera pública paraense”. O que o próprio Lúcio Flávio diz ser “uma pedra no sapato”, ou seja, assuntos que não são tratados na grande imprensa vão aparecer no JP, e, se houver algo errado, virá à tona; assim, o JP caminha com seriedade na apuração dos fatos.

O JP não possui assinatura, é vendido em bancas de revista na cidade de Belém. No entanto, o periódico mantém cortesias, com destino a lugares fora de Belém e para outros estados. Segundo o editor do Jornal, as pessoas que recebem as cortesias já solicitaram a substituição da cortesia para a assinatura, porém o periódico não tem como oferecer tal serviço.

No percurso intelectual do editor do JP, elementos das três formas de capital cultural são expostos, representados em forma de conhecimento com propriedade e profundidade em que os fatos são provados, baseados numa densa investigação, constituindo-se num saber, conhecimento que exerce um resultado libertador, transparente.

O jornalista insere-se num cerne do capital intelectual e capital simbólico acumulado e *habitus*. Em entrevista ouvimos suas reflexões a respeito:

Eu acho que tive a sorte de começar no jornalismo em 1966. Foi o ano que foi criada a SUDAM, o Banco da Amazônia, a política de incentivos fiscais, o ano do centenário do Museu Goeldi, que teve encontro da biota amazônica, sou um dos poucos sobreviventes desses acontecimentos.

Eu pude contactar com cientistas do mundo inteiro aqui em Belém que estudavam a Amazônia. Eu pude desde os primeiros dias como jornalista viajar. Então meu grande capital foi o que eu vi o que tava acontecendo na Amazônia nesse período, e conversei com os personagens.

Então, por ter trabalhado num Jornal, tão importante, com tantos recursos, como naquela época, era o Estado de São Paulo, eu viajei muito. E todos os acontecimentos da Amazônia até pelos anos de 1990, com mais de 30 anos, eu vi com meus próprios olhos, fui lá testemunhar, conversar com as pessoas, criar fontes (Informação verbal)⁸³.

Partindo da concepção bourdieusiana de “habitus”, o jornalista desenvolveu esse “habitus” na formação de jornalista, e conseqüentemente aparece em sua carreira, à medida que a acumulação desse capital pede árduo trabalho de assimilação, exige tempo investido pela própria pessoa que, para Bourdieu (1979, p. 12), “El trabajo personal, el trabajo de adquisición, es un trabajo del ‘sujeto’ sobre sí mismo (se habla de *cultivarse*). El capital cultural es un tener transformador en ser, una propiedad hecha cuerpo que se convierte en una parte integrante de la ‘persona’, un hábito”. E assim, o “habitus”, no campo jornalístico, se constituiu num “capital simbólico”, se constrói e se apresenta na veiculação das notícias, na apuração dos fatos com seriedade e compromisso social do jornalista para com a Amazônia.

Por outro lado, o jornalista, na sua formação acadêmica, teve influência de diversos intelectuais tanto da sociologia quanto da antropologia, ciência política; esses intelectuais são tantos brasileiros quanto estrangeiros, tais como Antonio Gramsci, Carlos Heitor Cony, Curt Nimuendaju, Antonio Callado, Herbert Baldus, José J. Veiga, Gilberto Freire, Euclides da Cunha, Gondin da Fonseca, Agripino Grieco, Darcy Ribeiro, Nunes Pereira, entre outros.

Portanto, o percurso biográfico, intelectual e profissional do sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto é marcado por uma série de acontecimentos em que seu capital cultural permeia toda sua obra e vida, e isso aparece nos debates e análises de questões amazônicas, configurando-se num capital simbólico transmitido, sobretudo, em seus discursos e investigações dos fatos, deixando para gerações do jornalismo e da ciência um legado cultural e social principalmente no que se refere à discussão de problemas da Amazônia Legal.

Considerações finais

No âmbito da comunicação, os jornais se destacam como fontes históricas de informação. Ao analisar retrospectivamente as publicações, pode-se conhecer o contexto da época, os comportamentos, as temáticas propostas, construindo um retrato pretensamente completo. Na visão de Teixeira (2008), destaca-se a relevância que os jornais tiveram e têm não apenas como um elemento impor-

83 Dados concedidos em entrevista.

tante na reconstrução da história, mas no acompanhamento dos fatos relatados no contexto histórico, político, social daquele local e de sua circulação enquanto uma imagem histórica daquele momento.

Destarte, os jornalistas têm responsabilidade com a apuração dos fatos, dos acontecimentos de forma séria, com compromisso da verossimilhança. Os fatos não podem ser inventados, criados, como na ficção, eles devem mostrar a realidade, elucidando os elementos, os aspectos cruciais que compõem a produção das notícias.

Nesses termos, o tema da questão ambiental está imerso numa discussão de gestão de recursos naturais, levando a uma reflexão da função que a informação e a comunicação possuem nesse contexto com formação de opinião acerca dessa realidade, inculcando o respeito a esses recursos, inserindo debate público voltado para a conscientização ambiental e a utilização racional da natureza.

Os meios de comunicação têm o desafio, enquanto instrumento de informação produtores de conhecimentos e possuidores de capacidades e valores direcionados, de contribuir com o entendimento e a solução de problemas nos quais estão inseridos. Um dos problemas nos dias atuais é a degradação do meio ambiente, e o jornalismo como mecanismo de formação de opinião tem o desafio de informar e noticiar de maneira crítica, séria, objetivando a conscientização dos indivíduos, divulgando alternativas mais práticas capazes de edificar coletivamente uma sustentabilidade futura.

A sustentabilidade envolve um debate em que as ciências estão interessadas em propor melhoras na gestão de recursos naturais, visando ao bem da comunidade e garantindo os avanços econômicos pautados no respeito aos valores culturais do amazônida, como também rever o cerne do desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Desse modo, a cobertura jornalística do JP se entrelaça numa prática social voltada para ampliar e aprofundar a integridade dos fatos, numa identificação de contextos econômico-sociais e ambientais, pautada no compromisso com a veracidade das notícias. Neste sentido, o JP, sendo imprensa alternativa, talvez uma experiência única na Amazônia, tem o compromisso, a contribuição de informar, formar opinião, instigar o leitor, alertar para a tomada de consciência de responsabilidade das elites, formadores de opinião, governantes quando do debate acerca de questões complexas da Região Amazônica.

Entretanto, as questões, as opiniões veiculadas pelo JP atingem segmentos dominantes do mundo empresarial, políticos, instituições, entre outras entidades; neste sentido, o exercício da liberdade de informação e opinião do jornalista é muito visto como algo perigoso para tais atores. O JP de certo modo exerce uma função contra-hegemônica frente à grande imprensa, dentro de um processo de resistência ao poder midiático.

Entender o JP significa refletir sobre Lúcio Flávio Pinto como jornalista e sociólogo, que é quem o formula e recria como seu projeto, dando as condições de existência do jornal, cotidianamente. O jornalista situado no plano da mediação e racionalidade jornalística obedece a objetivos e a parâmetros específicos (informação, conhecimento e verdade), pois neles afirma o rigor do método jornalístico e, neste caso, a recusa do consenso. O dissenso constante tem a exigência do reconhecimento dos resultados e ampliam-se as críticas por seus pontos de vista. Sobre o sociólogo, a reflexão levaria em conta a observação instigante de Bourdieu: “O sociólogo não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista” (BOURDIEU, 1999; 713) e para tanto é indagado e exigido sobre todos os pontos de vista possíveis.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Prefácio. O campo de forças do desmatamento e da grilagem na Amazônia. In: PINTO, Lúcio Flávio. O fim da Amazônia: desmatamento e grilagem. Manaus. UEA. Edições, 2014.

BEIRED, José Luis Bedito. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: UNESP, 1998. p. 121-131.

BOURDIEU, Pierre. Los três estados Del capital cultural, **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Azcapotzalco, México, n. 5, p. 11- 17, 1979.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

_____. **A miséria do mundo**. 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DUTRA, Manuel José Sena. **A redescoberta midiática da Amazônia: sedutoras reiterações dos discursos sobre a natureza**. 2003.381 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

FERREIRA, Jairo. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 35 - 44, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ombusman Folha. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/cargo.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

FRAGA, Isabela. Blog jornalismo nas Américas. **O caso do jornalista Lúcio Flávio Pinto:** emblema do assédio judicial no Brasil. 2012. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-12731-censura-togada-o-caso-do-jornalista-lucio-flavio-pinto-e-o-assedio-judicial-no-brasil>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

GOLDSTEIN, Ilana. Hierarquias da cultura: a sociologia da arte de Bourdieu procurou evidenciar a estreita ligação entre a política e preferências estéticas. **Cult**, ano 11, n. 128, p. 59-61, 2000.

TRINTA, Aluizio R. Lendo sobre a Televisão de Pierre Bourdieu. *Lumina – Juiz de Fora – Facom/UFJF* – v.4, n.2, p. 1-18, jul./dez. 2001 v. 5, n. 1, jan./jun. 2002 ISSN 1516-0785 – www.facom.ufjf.br

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: _____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. [Rio de Janeiro]: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Perspectivas do Homem, v.48. Série Filosofia). p. 3-23.

HABERMAS, Jürgen. Para o conceito de opinião pública. In: _____. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003. p. 274-290.

_____. O caos na esfera pública. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1308200605.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

McCOMBS, Maxwell. **Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/698/69830990011.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

PINTO, Lúcio. Ecologia: maior fogo da terra: o maior desmatamento da história... **JP**, Belém, ano 1, n. 21, 2 quinz., p. 3-5, jul. 1988.

_____. **JP**: uma voz amazônica há 25 anos. Belém: JP, 2012. 72 p. (Dossiê, n. 4).

_____. Carajás: meio século. **JP**, Belém, ano 31, n. 637, 1 quinz., p. 1-2, ago. 2017.

REVERBEL, Paula. **Um jornal a serviço do Brasil**. Disponível em: <<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2016/12/03/folha-de-s-paulo-e-o-jornal-pessoal/>>. Acesso em: 12 ago.2017.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. Lúcio Flávio Pinto e a consciência do “ser amazônida”. In: SEMINÁRIO REGIONAL DA ALAIC - Bacia Amazônica, 1., 2011, Belém. **Anais...** Belém: ALAIC, 2011. p. 1-16.

_____. 25 anos do JP (1987-2012): um estudo sobre as condições de funcionamento do alternativo amazônico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO JORNALISMO, 10., 2012, Curitiba. [**Anais...**] SBPJor, 2012.

TEIXEIRA, Nisio. Jornais. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.p. 67-88. (Coleção Ciência da Informação, v. 1).

UNIVERSITY OF FLORIDA DIGITAL COLLECTION. **JP**. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00005008/00133>>. Acesso em: 2 jul. 2017.



SABERES TRADICIONAIS E USO DE PLANTAS MEDICINAIS ENTRE OS QUILOMBOLAS DE SANTA RITA DE BARREIRA, ESTADO DO PARÁ

Ana Célia Barbosa Guedes⁸⁴

Hisakhana Corbin⁸⁵

Introdução

Ao longo da história social brasileira, o Estado e a sociedade têm resistido a reconhecer a luta e a participação dos povos tradicionais, em diversos setores, em especial, quando se trata dos povos indígenas e afrodescendentes, haja vista que a colonização da América portuguesa e os projetos de formação da nação brasileira, negaram os valores culturais destes povos. Contudo, alguns povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros, resistiram e construíram várias estratégias de sobrevivência, principalmente, na Amazônia Legal, a partir do uso dos recursos naturais existentes na região, os quais são usados tanto para subsistência quanto para prevenção e/ou tratamento de enfermidades.

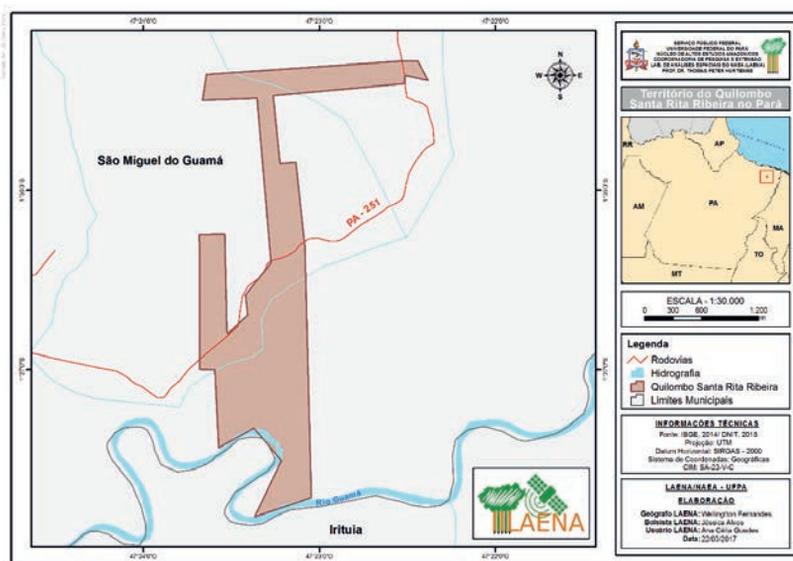
No cotidiano das pessoas pertencentes ao grupo social do quilombo de Santa Rita de Barreira, o uso terapêutico de plantas medicinais está muito presente.

Os debates sobre a importância dos conhecimentos relacionados ao uso de plantas medicinais pelos povos tradicionais são recentes, especialmente na Amazônia brasileira, visto que a maioria dos debates e projetos de desenvolvimento implementados nessa região negaram ou rejeitaram os saberes desses povos. Somente a partir do final do século XX e início do XXI, houve uma mudança nas discussões sobre essa temática. Deste modo, alguns pesquisadores como Acevedo e Castro (1998), Simonian (2001), Almeida (2011), Diniz (2011) e Escobar (2010) têm discutido as experiências históricas e as relações sociais de povos quilombolas em comunidades tradicionais na Amazônia, destacando o uso comum do território e as diferentes estratégias desses grupos sociais para conservar seu modo de vida ao longo dos anos. No

84 Historiadora, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Email: anacbgedes@hotmail.com
85 Ambientalista, Professor Adjunto II do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), E-mail: hisacorbin@hotmail.com

entanto, mesmo com um aumento significativo de trabalhos científicos sobre essa temática, ainda são poucas as bibliografias relacionadas ao uso de plantas medicinais para o tratamento de certas doenças em comunidades quilombolas no Pará que demonstrem as estratégias de resistência desses povos.

Os conhecimentos resultantes da história social e da relação sociedade/natureza dos povos tradicionais, ligadas ao manejo dos recursos naturais e ao cultivo e manipulação de plantas medicinais para o tratamento de algumas doenças são fundamentais para compreender os grupos quilombolas existentes no município de São Miguel do Guamá⁸⁶, em especial, a comunidade Santa Rita de Barreira, localizada no km 12 da PA-251, na zona rural do município, distante 134 km de Belém, capital do estado (Mapa 1).



Mapa 1 - Localização da comunidade de Santa Rita da Barreira

Esta pesquisa assume caráter qualitativo por causa da teoria e da metodologia adotadas. Trata-se de um estudo de caso porque envolve um exame

⁸⁶ O artigo faz parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida durante o curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Busca apresentar algumas práticas de cura a partir do uso de plantas medicinais no quilombo de Santa Rita de Barreira na perspectiva de contribuir com o debate sobre o uso de plantas medicinais para o tratamento da saúde coletiva.

profundo de temas restritos vinculados a um único grupo social (GIL, 1999), ou seja, as práticas de cura e a relação sociedade/natureza da comunidade quilombola estudada. O trabalho é baseado numa pesquisa bibliográfica e na coleta de dados a partir da história oral, na qual realizou-se entrevistas semiestruturadas com alguns/algumas moradores(as) da comunidade, no sentido de compreender o cotidiano da comunidade quilombola.

Este artigo faz breves considerações sobre desenvolvimento, memória e doenças em comunidades tradicionais na Amazônia brasileira, destacando os impactos socioculturais dos projetos de desenvolvimentos nos territórios desse povos. Além de mostrar as lutas deles para assegurar sua subsistência e seu modo de vida. Em seguida, traz uma discussão sobre o cotidiano da comunidade de Santa Rita de Barreira, enfatizando os aspectos socioculturais desse grupo social. E, logo após, aborda doenças e práticas de cura na referida comunidade quilombola mostrando o uso de plantas medicinais para o tratamento de algumas doenças que assolam as pessoas que ali vivem.

Desenvolvimento, memória e doenças em comunidades tradicionais na Amazônia brasileira

A ideia de progresso se faz presente em várias povos e nações no mundo em diferentes épocas e geralmente é um dos fatores que influenciam o comportamento dos indivíduos e sua relação com o meio ambiente. A partir de meados do século XX, esse termo foi substituído pela ideia de “desenvolvimento” pelos grupos que discutiam algumas diretrizes que os países no mundo deveriam seguir, contudo, este permaneceu influenciado pela noção de progresso e ligado a crescimento econômico e acúmulo de bens materiais (RIBEIRO, 1991).

Nesse período, os discursos de desenvolvimento no Brasil, continuavam ligados à ciência moderna, aos valores europeus e à ideia de modernidade ocidental, o que estruturou os projetos tanto para Amazônia Legal quanto para o resto do país e, ao mesmo tempo, hierarquizou os conhecimentos. Assim, o conhecimento científico passou a ser reconhecido pelos intelectuais brasileiros como único conhecimento verdadeiro e os conhecimentos e saberes dos povos indígenas e dos afro-brasileiros passaram a ser questionados por aqueles e até mesmo perseguidos pelas autoridades policiais (NEPOMUCENO, 2012).

Essa ideia de desenvolvimento pautada nos valores eurocêntricos e na noção de progresso se tornou um obstáculo para o conhecimento tradicional, pois a ideia de progresso é cumulativa e linear e não considera os saberes e cultura de cada região (MORIN, 2005).

Vale ressaltar que a construção do imaginário social sobre a Amazônia pela sociedade brasileira, em geral, foi influenciada pelos valores eurocêntricos, dessa forma, essa região e os povos que nela viviam passaram a ser vistos como primitivos e bárbaros, por isso era necessário transformá-la em um local “civilizado”, o que implicava que aqueles povos abandonassem seu modo de vida e suas práticas culturais e adotassem a cultura europeia (ALMEIDA, 2008).

Esse imaginário criado sobre a região amazônica e sobre os diferentes povos que vivem nela, a exemplo dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros, criou uma imagem negativa tanto da região quanto desses povos, o que contribuiu para que eles fossem vistos como “atrasados” e impossibilitados de desenvolver a região, porém, tal ideia ignorava a habilidade desses povos de criarem e recriarem diferentes estratégias de sobrevivência e autonomia.

Somente a partir do final do século XX e início do século XXI, a noção de desenvolvimento ligada a progresso e a modernidade entrou em crise e, nesse período surgiram diversos pensadores que criticavam tal paradigma e procuravam novos modelos para o terceiro mundo (VIOLA, 2000). Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento vem se ampliando, surgindo assim, outras concepções como a de etnodesenvolvimento, ou seja, a capacidade de uma determinada sociedade construir seu futuro a partir de suas experiências históricas (VIOLA, 2000).

No entanto, na Amazônia brasileira ainda persistem projetos de desenvolvimento que não consideram os povos tradicionais e gerando pressão pela posse da terra e manejo dos recursos naturais, contribuindo para aumentar ainda mais os conflitos socioambientais na região (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Dessa forma, se faz necessário a criação e implementação de projetos que possam assegurar a titulação e/ou demarcação das terras dos povos tradicionais da Amazônia brasileira porque isso pode contribuir significativamente para continuidade deles no territórios, para autonomia e ao tratamento da saúde coletiva de povos como de Santa Rita de Barreira. A pesquisa de campo revelou que várias pessoas da referida comunidade quando estão com algum tipo de enfermidade são tratadas com remédios à base de plantas medicinais e dos conhecimentos que são passados de geração a geração, sendo que é graças à memória das pessoas mais velhas que ali residem, que esses conhecimentos tem se perpetuado.

É importante destacar, que a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual, o que ocasiona uma reprodução seletiva do passado, um passado que não é apenas daquele indivíduo que lembra, mas de um sujeito inserido num contexto familiar, cultural e social (ROUSSO, 2006). Uma das características da memória é garantir a continuidade do tempo social e permitir resistir às

adversidades enquanto coletividade, ela também é um elemento fundamental da identidade, da percepção de si e dos outros, porém, essa percepção não é a mesma na escala individual e na escala de um grupo social e/ou de uma nação, ou seja, não existe uma representação do passado que seja compartilhado da mesma forma por toda uma sociedade (ROUSSO, 2006).

A maioria dos povos indígenas, quilombolas, entre outros, tanto do passado quanto do presente, não possuem registros escritos. Assim, a história desses povos geralmente é contada pela oralidade, por meio de narrativas que foram guardadas na memória dos mais velhos, que se encarregam de transmiti-las a diversas gerações (BOSI, 1994). Em Santa Rita de Barreira, por exemplo, são as pessoas mais idosas que contam as histórias de seus antepassados para os mais jovens, também transmitem aos seus filhos, sobrinhos, netos etc., os saberes relacionados ao manejo e manipulação de plantas medicinais. Nesse sentido, na ocasião em que o homem maduro deixa de ser um membro economicamente ativo na sociedade em que vive e passa a viver a velhice social, ele assume funções como, por exemplo, a de lembrar os acontecimentos vividos pelo grupo social no qual está inserido, ou seja, passa a ser uma das memórias de seu povo (BOSI, 1994).

A memória social é o elemento ativo que dá sentido às feições do lugar, dota a sociabilidade miúda do dia a dia de uma história mais densa e, enfim, manifesta a energia pulsante do senso comum. Na comunidade quilombola de Santa Rita de Barreira, ela é constituída de camadas variadas experiências e conhecimentos, tanto pessoais como coletivos, testados nas contingências e entremeados nas rotinas, compartilhados pelo discurso e pelas práticas adotadas, as quais são alvo de contínuos reexames e emoções que suscitam novas reassociações e significados sobre o mundo e o sujeito no mundo. A memória social vincula, assim, o visível e o invisível da vida cotidiana do local.

De acordo com Del Priore (2013), durante muito tempo, as doenças foram vistas como fruto de uma ação sobrenatural, pois o corpo era tido como algo mágico, o que contribuiu para a construção de saberes sobre plantas, minerais e animais, já que os povos indígenas faziam remédios para prevenção e/ou tratamento de certas doenças, os conhecimentos desses povos se juntaram aos dos africanos escravizados e passaram a fazer parte da medicina popular na Amazônia brasileira.

Foi nesse contexto que curandeiras(os) e benzedeiros(as), com suas ervas, conseguiram afastar alguns males do corpo (DEL PRIORE, 2013). A concepção de doença se fundamentava na visão de mundo que coexistiam o natural e o sobrenatural, fundamentada na experiência e na crença dos indígenas, europeus e dos povos africanos (FERREIRA, 2003).

Vale ressaltar que a noção de doença sofreu várias alterações ao longo da história ocidental e, desde o período moderno, alguns intelectuais procuram explicá-la em termos fisiológicos (HEGENBERG, 1998). No final do século XIX e início do XX, doenças passaram a ser entendidas como decorrência da invasão do organismo por agentes estranhos que provocava lesões nos órgãos e tecidos. Assim, as doenças passaram a ser vistas por intelectuais como resultado de infecções (do Latim, *'infiire'*, que significa “envenenar”) provocadas pelos micro-organismos (HEGENBERG, 1998). A partir desta concepção, os médicos seriam os principais responsáveis pela prevenção e tratamento de doenças no mundo ocidental.

No entanto, até as primeiras décadas do século XX, no Brasil, a medicina praticada por pessoas credenciadas, como médicos, não se diferenciava muito das práticas de cura populares, uma vez que a noção de doença se baseava em uma visão de mundo que coexistia o natural e o sobrenatural. Além de muitos médicos receitarem os mesmos remédios dos curandeiros, à base de plantas medicinais, contavam também com a resistência das pessoas à Medicina médica, visto que várias delas continuavam procurando curandeiros para tratar certas doenças (FERREIRA, 2003). Assim, para assegurar a legitimidade da medicina médica, as autoridades públicas passaram a perseguir tanto as pessoas que possuíam conhecimentos sobre o uso terapêutico de plantas quanto as que buscavam tratamento como curandeiros(as) (DEL PRIORE, 2013).

Neste sentido, o conhecimento sobre plantas medicinais situa-se no campo das práticas dos povos tradicionais e na relação destes com as autoridades e com a biodiversidade existente na região. Essas práticas são utilizadas para prevenção e tratamento de doenças e esses povos possuem seus próprios conceitos de saúde, doença, diagnóstico e prevenção, bem como conhecem uma variedade de espécies (SIMONIAN et al., 2012).

O cotidiano da comunidade de Santa Rita de Barreira

A comunidade quilombola de Santa Rita de Barreira pertence ao município de São Miguel do Guamá, no Pará, e representa para as pessoas que nela vivem o lugar, ou seja, é um espaço social de territorialidade, com forte vinculação identitária e moldado por um tempo histórico consideravelmente longo, uma vez que, para muitas delas, remontam a várias gerações. Este quilombo foi reconhecido pelo Estado brasileiro no dia 22 de setembro de 2002 (DINIZ, 2011) e possui uma área total de 371,3032 ha, distribuídos, atualmente, entre 80 famílias que se declaram quilombolas. O título de reconhecimento de domí-

nio coletivo de terra foi concedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) à Associação dos Moradores da referida comunidade, no ano de 2002, o que foi fundamental para fortalecer a identidade quilombola desses povos e assegurar a perpetuação dos saberes tradicionais relacionados as práticas de cura e a produção/reprodução de vida, em última instância.

O território da comunidade quilombola é cortado por estreitas estradas em curvas e sem pavimentação, que o liga com a sede do município. Nessas estradas trafegam vários veículos, desde pequenos carros de passeio até grandes caçambas que transportam argila (matéria-prima das indústrias ceramistas existentes na região). Esses veículos causam transtornos, pois as estradas também são as principais ruas para o tráfego dos moradores locais e estão ladeada pelas residências. O tamanho e o excesso de cargas das caçambas provocam muita poeira em época de poucas chuvas na região e causam problemas socioambientais e de saúde como, por exemplo, problemas respiratórios em crianças e em pessoas mais velhas.

Em termos da arquitetura local, o povoado se compõe de um mosaico de construções antigas e também novas, que possuem em seus quintais pequenas plantas ornamentais e medicinais, além de algumas árvores frutíferas, como mangueira, ameixeira, açazeiro, entre outras. As plantas medicinais geralmente são cultivadas atrás das casas, as de pequeno porte, como o hortelãzinho (*Mentha villosa*) são cultivadas em vasos e outras como erva-cidreira (*Melissa officinalis*) no quintal, em época de pouca chuva na região, essas plantas são regadas pelos membros das famílias locais. Já plantas, como a andiroba (*Carapa guianensis*), o barbatimão (*Stryphnodendron*) são encontradas apenas na floresta, que fica um pouco afastada do povoado. Os povos da comunidade estudada retiram dessas plantas apenas o necessário para as práticas terapêuticas de saúde e procuram preservá-las, pois sabem da sua importância para tratamentos diversos.

Alguns homens procuram trabalho distante de sua moradia, por isso partem pela manhã da comunidade e só retornam à tarde, a maioria sai para trabalhar nas cerâmicas próximas ou na sede do município, e recebem rendas médias que variam entre R\$ 900 e R\$ 1.500 por mês.

As trajetórias de trabalho dos moradores que residem na comunidade quilombola estudada revelam a inserção em atividades que não exigem elevado grau de qualificação escolar, mas demandam conhecimentos tradicionais bastante especializados, exercidos na agricultura familiar, no extrativismo, horticultura e pesca.

O território no qual se encontra a referida comunidade apresenta uma paisagem visivelmente modificada devido à ação e domínios anteriores, primeira-

mente, de grupos sociais como indígenas, portugueses e africanos, que ali se estabeleceram e retiraram seu sustento a partir da disponibilidade dos recursos naturais existentes na região (DINIZ, 2011). Segundo, a partir do momento que fazendeiros e empresários passaram a praticar atividades extrativas em larga escala, como a extração de argila para a indústria ceramista existente no município, isso provocou muitos impactos socioambientais no local (DINIZ, 2011).

O trabalho na comunidade é marcado por tempos muito distintos: o tempo do plantio e da colheita no qual se pratica agricultura familiar e o extrativismo (frutas, como açaí, tucumã, entre outras) e os tempos sociais da vida dos quilombolas, com datas comemorativas, como as festas de celebração da titulação da terra e da consciência negra, do padroeiro etc. No período menos chuvoso, o trabalho na agricultura começa bem cedo – geralmente ao sol nascer – e vai até às dez horas da manhã para as mulheres e 11h30 para os homens, quando o calor já se torna insuportável. Deste horário até às 17 horas, algumas mulheres preparam e fazem as refeições, cuidam da casa, descansam ou trabalham em outros lugares como nas hortas. Outras mulheres e, geralmente, os homens retornam às roças após o almoço e voltam para suas casas ao pôr-do-sol.

A agricultura é realizada nos roçados onde se planta milho, feijão, melancia, maxixe, jerimum, quiabo, entre outros. Nos quintais das casas encontram-se também algumas árvores frutíferas, como cupuaçuzeiro, açaizeiro, laranjeira etc.

Na comunidade estudada, as tradições mantidas podem ser percebidas nas práticas de trabalho, nas relações sociais, nas festas religiosas, da consciência negra e nas Festas Juninas, que ocorrem no mês de junho, contudo, a modernidade também está presente ali e sua influência é percebida, por exemplo, pelas transformações em curso na exploração da floresta, no crescente volume de carros que cortam a estrada, pelos telefones celulares cada vez mais sofisticados, pela proliferação das antenas parabólicas para televisão, entre outras. Esses são os indicativos de um cotidiano que também está conectado com o mundo globalizado e denunciam as fissuras existentes na aparente homogeneidade dos modos de vida quilombola.

Essas fissuras não eliminam as tradições e conhecimentos tradicionais, pois esses povos sabem que esses conhecimentos são fundamentais para assegurar a identidade e o bem-estar de seu grupo étnico, por isso, buscam transmiti-los para seus filhos, netos, sobrinhos, entre outros.

Doenças e práticas de cura em Santa Rita da Barreira

O uso de plantas medicinais é uma prática muito antiga e se construiu a partir da sabedoria de diversos povos, o saber relacionado à manipulação foi difundido de geração a geração entre diferentes povos e se tornou uma prática comum na saúde humana, em especial, entre os povos tradicionais (VANINI, 2010).

A maneira como cada povo utiliza esses recursos naturais presentes em seu território para a saúde coletiva, é uma particularidade adquirida ao longo dos anos e acaba se tornando parte de sua identidade (VANINI, 2010). O uso terapêutico de plantas se dá devido à herança cultural desses povos, mas também pela precariedade dos serviços oficial gratuito de saúde, no Brasil, que não consegue atender as demandas das pessoas que necessitam de tratamento de saúde. A maioria dos medicamentos industrializados não é disponibilizado gratuitamente às pessoas, além dos altos custos. Assim, as pessoas carentes acabam improvisando e criando estratégias para sobreviver, entre elas, o uso de ervas medicinais para o tratamento de enfermidade (VANINI, 2010).

Para a maioria das pessoas, com menos recursos econômicos e que possui uma forte herança cultural, que vivem na Amazônia brasileira, as plantas medicinais são o principal recurso para o tratamento de doenças tanto as consideradas menos graves quanto as mais graves, como câncer, entre outras (FREITAS; FERNANDES, 2006).

No cotidiano da comunidade de Santa Rita de Barreira, assim como na maioria das comunidades tradicionais da Amazônia legal, é comum o uso de plantas medicinais para o tratamento de certas doenças como, por exemplo, o Acidente Vascular Cerebral (AVC), popularmente conhecido como Derrame. Durante as entrevistas realizadas na referida comunidade, a maioria dos moradores relatou que aquela é uma doença que médico não consegue curar, pois as pessoas que contraíram ela e procuraram médico não tiveram êxito, enquanto as que foram tratadas com remédios feitos de plantas medicinais indicados pelos/as curandeiros(as) da comunidade conseguiram restabelecer sua saúde, portanto, os moradores dessa comunidade preferem buscar os ensinamentos e saberes relacionados ao uso terapêutico de plantas com os mais velhos para tratar essa doença e outras doenças, pois:

eu faço remédio caseiro para mim e pros meus filhos [...], porque no caso uma diarreia, no caso, assim, algumas pessoas acreditam mais no hospital de na própria medicina sendo que é a mesma coisa. Eu acredito mais no remédio

caseiro porque eu foi criada com esses remédios, vendo minha mãe fazendo banho, tomando banho, então eu foi criada tomando remédio caseiro e sempre fico boa [...]. Eu mesmo vô e faço chá pra mim, às vezes, eu faço quando minha barriga tá muito duída, assim aí eu pego faço o chá pra mim de casca de babatião, verônica eu junto um bocado de mato e camapu, um monte de remédio mesmo, o camapu, a gente come a frutinha aquela bolinha, mas também a raiz dele é remédio pra pobrema no estômago, negócio de gastrite, fígado inflamado é muito bom, a raiz dele pode ferver o chá e tomar, aí pega a raiz dele lava e coloca coloca um pouco de água e ferve só um pouquinho depois deixa esfriar e toma várias vezes no dia [...]cura muita coisa.(Ana Lúcia Braga, 47 anos, Santa Rita de Barreira, 2017).

O relato acima de dona Ana Lúcia Braga revela a persistência da herança cultural entre os moradores da comunidade e a transmissão dos conhecimentos relacionados às práticas de cura de geração a geração, além dos conhecimentos que ela tem sobre as diferentes espécies de plantas e do preparo dos remédios.

Outra prática comum nesse quilombo é uso de xarope feito de mel de abelha, andiroba (*Carapaguianensis*) e algumas plantas, como mastruz (*Dysphaniaambrosioides*) e gengibre (*Zingiberofficinale*), entre outras, para o tratamento de inflamação na garganta. Segundo dona Antônia Almeida (65 anos), moradora desse local, esse medicamento é muito bom para o tratamento dessa doença tanto para crianças quanto para adultos. Dessa maneira, muitas mães da região a procuram para que ela produza esse medicamento porque acreditam que o tratamento com medicamento de farmácia não surte efeito. Dona Antônia Almeida relatou que aprendeu a manipular plantas para fins medicinais observando sua avó, mãe e o curandeiro da comunidade fazerem remédios para pessoas que se encontravam enfermas e, depois começou a fazer para seus filhos, quando seus vizinhos descobriram que ela sabia fazer alguns remédios à base de plantas e que surtiam efeitos passando a procurá-la quando se encontram doentes.

Vale ressaltar, que a maioria das pessoas de Santa Rita de Barreira conhecem as plantas que utilizam para o tratamento de doenças, sabem quais tipos que devem ser usadas para cada enfermidade. Sendo que as mais citadas para fins medicinais por algumas mulheres e homens, durante as entrevistas, o barbatimão (*Stryphnodendron*), da qual é retirada a casca para fazer chá e garrafadas para o tratamento de inflamação no útero e para cicatrização, o hortelã da folha miúda (*Menthapiperita L.*) da qual é retirada a folha para fazer chá para

o tratamento de cólica; a andiroba (*Carapa guianensis*), cuja a semente serve para retirar o óleo para tratar de problema de garganta e para cicatrização; o quebra-pedra (*Phyllanthusniruri*), retirada a raiz para fazer chás e garrafadas para tratar de problemas nos rins, entre outras plantas.

Assim, as partes do vegetal utilizadas para prevenção ou tratamento de doenças pelos moradores da comunidade quilombola em questão são a raiz, folha e casca, estas são usadas para fazer chás, xaropes e banhos para os enfermos. A maior partes desses recursos naturais são retirados da floresta ou dos quintais, visto que a maioria dos moradores da comunidade cultivam, pelos menos, um tipo de planta medicinal em seu quintal e conserva na floresta outras plantas.

As plantas medicinais mais utilizadas pelos moradores da comunidade são as nativas, por isso eles têm um cuidado de plantar e conservá-las. Neste sentido, esses povos acabaram contribuindo para a conservação de muitas espécies de plantas da região, ao contrário do que ocorre em vários locais, inclusive na Amazônia brasileira, pois em vários projetos de desenvolvimento implementados pelos governos, muitas espécies foram extintas ou estão ameaçadas de extinção, o que gera perda da biodiversidade, fundamental para assegurar a subsistência e a saúde coletiva.

Os habitantes de Santa Rita de Barreira que têm acesso à medicina erudita, não abandonaram o hábito de tomar chá ou fazer banho quando sentem algum problema de saúde. Segundo alguns moradores desta comunidade, só é procurado um médico quando a doença não dá para ser curada com remédio feito de planta indicado por curandeiro(a).

Alguns moradores justificam que usam plantas medicinais porque os remédios das farmácias são feitos a partir de plantas e que a única diferença é que os remédios de farmácia possuem algumas substância a mais. Relataram também que seus avós e pais sempre usaram plantas medicinais e conseguiram restabelecer a saúde, portanto estas são mais confiáveis e mais fáceis de serem adquiridas que os remédios de farmácia.

O uso de plantas medicinais é um recurso tradicional entre as famílias em Santa Rita de Barreira, a maioria aprendeu a usar essas plantas, para o tratamento de algum tipo de doença, com os primeiros habitantes do quilombo. Neste sentido, a maneira como cultivam as plantas, preparam os remédios, tratam os doentes e as estratégias que possuem para conhecer os cipós e as árvores que podem ser utilizadas como remédios obedecem aos ditames de outrora. Esses recursos naturais tem contribuído para a permanência do grupo étnico no território e para a manutenção dos saberes tradicionais desse povo.

De acordo com dona Raimunda Rufino (89 anos), moradora da comunidade, o uso de recursos naturais é de longa data, uma vez que era utilizado

pelos antepassados dos habitantes do quilombo desde que chegaram à região, onde plantaram e favoreceram o crescimento de plantas que lhes eram úteis, domesticaram outras, praticaram o extrativismo de algumas, coletaram frutos e sementes, mas numa escala que normalmente é possível a reposição desses recursos naturais.

Nesses aspectos, o modo de vida dos quilombolas do presente assemelha-se muito ao do seus ancestrais. Dessa forma, a floresta é fundamental para a sobrevivência das pessoas que vivem na comunidade, já que dela retiraram e tiram parte do necessário para sua subsistência e para a prevenção e tratamento de enfermidades. Assim, desenvolveram estratégias de uso e manipulação de plantas medicinais, além da transmissão dos saberes tradicionais importantes para a sobrevivência do grupo social em questão.

Considerações finais

Este trabalho buscou compreender as práticas de cura no cotidiano da comunidade quilombola de Santa Rita de Barreira, focando, especialmente, o uso de plantas medicinais por várias pessoas desta comunidade para o tratamento de algumas doenças. Para tanto, foi feita uma breve discussão sobre a noção de desenvolvimento buscando mostrar que os projetos de desenvolvimentos implementados na Amazônia priorizaram valores europeus em detrimentos dos locais, destruindo os modos de vida de vários povos tradicionais que existiam na região. Alguns desses povos, como quilombolas, indígenas e ribeirinhos, que sobreviveram a esses projetos tiveram que enfrentar vários conflitos pela posse da terra. Diante disso, construíram saberes de manejo dos recursos naturais existentes na região e práticas de cura a partir de plantas medicinais retiradas da floresta ou cultivadas em seus quintais.

Por isso, a partir do uso dos recursos naturais pelos povos quilombolas de Santa Rita de Barreira, destacado pelos saberes tradicionais para o seu manejo é possível depreender a importância de plantas medicinais para prevenção e tratamento da saúde coletiva nessa comunidade, isto se deu porque as pessoas que ali viviam tinham pouco acesso à Medicina médica e também porque na comunidade ainda persistem valores culturais de seus antepassados, esses valores foram se perpetuando por várias gerações e está muito presente no imaginário social da comunidade.

Os conhecimentos tradicionais e práticas de cura com plantas medicinais são de suma importância aos povos quilombolas, por isso se faz necessário que seja registrado e valorizado, e sobretudo que sejam considerados nas políticas

públicas de saúde dirigidas aos povos quilombolas tanto do município de São Miguel do Guamá quanto do estado do Pará.

Contudo, o Estado (Governo, Prefeitura, entre outros), ainda não intervém de maneira significativa, de modo a corroborar para a visibilidade e garantia destes recursos aos povos tradicionais, implementando projetos de desenvolvimento sem a participação dos povos tradicionais que vivem na floresta amazônica.

Referências

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros dos Trombetas: guardiões de matas e rios**: Belém: NAEA/UFPa, 1993.

ALMEIDA, A.W.B. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DEL PRIORE, M.(Org.). **Minha história das mulheres no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2013.

DINIZ, R. E. S. **Territorialidade e uso comum entre os quilombolas de Santa Rita da Barreira em contradição com “políticas de etnodesenvolvimento”**.2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2011.

ESCOBAR, A. Comunidades negras de Colombia: en defensa de biodiversidad, territorio y cultura. **Biodiversidad**. 1999.

_____. **Una minga para el post desarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociale sem las transformaciones globales**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2010. p. 57-94.

FERREIRA, L. O. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, S. et al. (Org.). **Arte e Ofício de Curar no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

FREITAS, J. C.; FERNANDES, M.E.B. Uso de plantas medicinais pela comunidade de Enfarrusca, Bragança, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Naturais**, Belém, v. 1, n. 3, p. 11-26, 2006.

HEGENBERG, L. Evolução histórica do conceito de doença. In: **Doença: um estudo filosófico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.137 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

NEPONUCEMO, B. Mulheres Negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MORIN. E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PINTO, B.C.M. **Nas veredas da sobrevivência**: memória, gênero e símbolo de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

RIBEIRO, G.L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia /utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 34, 1991.

RUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: **Usos e abusos da história oral**. AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SIMONIAN, L.T.L. **Mulheres da Amazônia brasileira**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

_____. et al. Biodiversidade, plantas medicinais e produção de medicamentos fitoterápicos no contexto da PDSA/Amapá. In: SIMONIAN, L. T.L.et al. (Orgs.). **Estudo Guianês, biodiversidade, conservação dos recursos naturais e cultura**. Belém: NAEA; GSF, 2012.

VANINI, M. **Uso de plantas medicinais em um território quilombola do município de Mostardas - Rio Grande do Sul**, 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

VIOLA, A. La crisis do desarrollismo y el surgimento da la antropologia del desarrollo. In: VIOLA, A.(Org.). **Antropologia del desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000.

PACTO PELA SAÚDE E VIOLAÇÃO DO ÓTIMO SOCIAL

*Silvia Ferreira Nunes*⁸⁷

*Tamara Lima Martins Faria*⁸⁸

*Durbens Martins Nascimento*⁸⁹

Introdução

A partir do final dos anos de 1980, o Sistema de Proteção Social passou por transformações significativas. A Constituição Federal de 1988 iniciou essas mudanças no setor da saúde, orientadas por um conjunto de leis e portarias que definiu as competências de cada esfera de governo e condições necessárias para que estados e municípios pudessem assumir novas posições no processo de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1990; BRASIL, 1993; BRASIL, 1996; BRASIL, 2006). Esse foi e é o esforço do Governo Federal para compor um sistema universal, equânime e integral à população brasileira.

Nos anos 1990, priorizou-se a descentralização do SUS e, nesse processo, as relações verticais, focando nas transferências de responsabilidades gestoras e recursos financeiros da União para os estados e, especialmente, para os municípios. Mesmo em meio aos movimentos de centralização legislativa e fiscal da função estatal, o período foi marcado pela implantação de um modelo em que os governos municipais adquiriram atuação abrangente no campo da saúde. Essas estratégias apresentaram-se frágeis tanto por conta de um contexto de restrição fiscal, de desigualdade econômica e social, como também por desarticulação das estratégias de descentralização do SUS no planejamento regional,

87 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4113195098351965>. E-mail: silvnunes@yahoo.com.br

88 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2753189460469479>. E-mail: tam_lima@hotmail.com

89 Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e Diretor Geral do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4086120226722277>. E-mail: durbens.naea@gmail.com

fator que comprometeu a adequação às múltiplas realidades brasileiras, impossibilitando a diversificação de políticas que relacionassem à área da saúde a dinâmica territorial.

A partir de 2001, ganhou importância, no cenário nacional, o processo de regionalização, inicialmente estabelecido pela Norma Operacional de Assistência à Saúde em 2001, reformulada em 2002 (BRASIL, 2001, 2002) e destacou como estratégia fundamental a ampliação do acesso aos serviços de saúde; considerou, sobretudo, sua organização e distribuição no território. Apesar de não ter apresentado avanços significativos, a NOAS destacou o incentivo ao Planejamento Regional, com a instituição do Plano Diretor de Regionalização (PDR), Plano Diretor de Investimento (PDI) e a Programação Pactuada Integrada (PPI).

Documentos do Ministério da Saúde (MS) já apontavam, em 2003, para a revisão dessa política de regionalização do SUS e para a necessidade de se estabelecer relações mais solidárias e cooperativas entre os entes governamentais. Neste contexto de debate e reconhecimento de limitações do arranjo institucional anterior, o Pacto pela Saúde implementado em 2006 (BRASIL, 2006) trouxe novas diretrizes para o processo de regionalização do sistema de saúde, baseado no fortalecimento da pactuação política entre os federados, sobretudo no âmbito municipal, diversidades econômicas, culturais e sociais das regiões.

O Pacto pela Saúde buscou, entre outros objetivos, fortalecer a regionalização por meio da negociação e a pactuação intergovernamental com valorização das esferas estaduais e municipais, e a criação de novas instâncias de gestão regional (Comissão Intergestores Regionais) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009). Objetivou também trazer as diversidades dos territórios para dentro da lógica do sistema de descentralização, fator de maior desafio, pois os resultados dos diversos processos de descentralização da saúde no Brasil caracterizam-se por serem contraditórios e altamente dependentes das condições prévias locais e são, portanto, um sistema de saúde completamente heterogêneo que reflete diferentes capacidades financeiras e organizacionais para a prestação da atenção à saúde e distintas disposições políticas de governadores e prefeitos.

O Pacto de gestão manteve os principais instrumentos utilizados pela NOAS 01/2002 (BRASIL, 2002) e reconheceu a necessidade de montar os complexos reguladores para regular o acesso à assistência, bem como flexibilizou o desenho da regionalização, criou os Colegiados Intergestores Regionais (CIRs) como espaço decisório, extinguiu as habilitações de estados e municípios e delegou ao Estado a responsabilidade pela regulação das referências intermunicipais. Esses são elementos importantes nas regras do pacto.

No contexto Amazônico, em termos de análise setorial da Saúde, Oliveira

(2008) observou que as estratégias usadas pelo Ministério da Saúde, até antes de 2002, caracterizaram-se por serem pontuais e não se constituíram em política de saúde adaptada à realidade regional, resultando em fragmentação e concentração da oferta de serviços de saúde.

Somente a partir da NOAS nº 01/02 (BRASIL, 2002), os estados da região passaram a se adequar a uma estrutura de pactuação, a partir da formação dos desenhos regionais: a conformação dos pactos se deu nos Polos Regionais, Região de Saúde e Módulo de Assistência. Essa regionalização, que perdurou até 2011, considerou fatores como a capacidade instalada e operacional dos sistemas de saúde municipais, as referências regionais e a estadual, assim como o acesso a serviços.

Em 2012, a Resolução nº 237 (PARÁ, 2012a) repactuou o desenho da rede de saúde estatal para atender aos pressupostos do Pacto de Gestão. O estado do Pará passou a contar com treze regiões de saúde⁹⁰, cada uma representando seu sistema de pactos realizados na Comissão Intergestores Regionais e coordenados pela Secretaria de Saúde do Estado.

Dentro do contexto de iniquidade de saúde estabelecida a partir de interferências históricas pontuais do Ministério da Saúde e de tentativas de desfragmentação do acesso conformado pela NAOS (BRASIL, 2001/2002) e reconfigurado pelo Pacto da Saúde em 2006 (BRASIL, 2006), tem-se como questão saber em que medida houve violações do ótimo social, mesmo em um contexto de pacto de saúde, que objetiva ser mais cooperativo e solidário. Assim, o objetivo do estudo é analisar as regiões de saúde a fim de identificar possíveis violações desse ótimo social. Este, por sua vez, refere-se aos atributos estabelecidos pela Constituição de 1988 e ratificado pela Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 de 1990, que sintetiza três princípios: a universalidade, a igualdade e a integralidade; tratar da violação do ótimo social é analisar as infrações desses atributos.

Concorrência e/ou cooperação municipal

Em um país onde são flagrantes as desigualdades de renda, sociais e culturais, é importante que o sistema federativo seja um instrumento de preservação da unidade política nacional sob um regime de liberdades democráticas. Contudo, Abrucio (2005) afirma que essa nova institucionalidade federativa e o desenho que se apresentam têm caráter mais compartimentalizados, nos quais os modelos de relações intergovernamentais das unidades se tornaram mais

⁹⁰ Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Lago de Tucuruí, Marajó I e II, Metropolitana I, II e III, Rio Caeté, Tapajós, Tocantins, Xingu.

autárquicos e menos entrelaçados, terrenos férteis para o processo de descentralização. Esse padrão autárquico de municipalismo, para Daniel (2001), construído pelo processo de descentralização, transformou prefeitos em atores importantes da dinâmica local e intergovernamental, tornando assim, mais difícil o estabelecimento de processos de coordenação e cooperação entre os níveis de governo (ABRUCIO, 2005, 2011). Esse autor descreve que, em boa parte dos casos, a tendência à prefeiturização do poder, o pouco controle da sociedade sobre as ações do poder público, sobretudo nas áreas mais pobres e em pequenas municipalidades, além da baixa qualidade da burocracia municipal, reduzem o potencial transformador da descentralização (ABRUCIO, 2005)

Abre-se assim um espaço, pós-redemocratização, para comportamentos predatórios ou problemas de coordenação intergovernamental que são de quando em vez observados. Arretche (2009) e Abrucio (2005; 2011) sinalizaram para o fato de que comportamentos predatórios e não cooperativos das relações entre os entes federados são frequentes e comentam que esse fator se constitui em uma das marcas do Federalismo emergente e da nova ordem constitucional brasileira, especialmente porque as estruturas federativas tornaram mais complexos os problemas de coordenação governamental, favorecendo a superposição de competências e competição. O conflito é a marca da diversidade do federalismo, e passa a ser um dos maiores desafios dos estados federais para adequar uma proposta que garanta a coordenação, cooperação e um controle mútuo e não predatório entre os níveis de governo.

Federalismo e Política Pública de Saúde

Arretche (2009), Franzese e Abrucio (2009), e Lima (2012) apontam para o fato de que as principais características do federalismo impactaram na implementação do Estado do Bem-Estar Social e conseqüentemente nas políticas públicas nacionais de saúde em vários continentes, além de limitarem a dinâmica de expansão dessas e alterarem suas características principais nas décadas de 1980 e 1990, e marcadas, portanto, pela expansão da ideologia neoliberal. Assim, ofertar serviço público e atender a princípios constitucionais exigem estabelecer relações intergovernamentais mais cooperativas.

No instante em que princípios constitucionais, de universalidade, igualdade e integralidade passam a nortear a oferta de serviços de saúde, faz-se necessário que as políticas públicas possibilitem a remoção de barreiras de qualquer natureza de acesso ao serviço em favor da universalidade; que estabeleçam uma relação de equivalência entre todos diante das garantias concedidas pelo Estado

quanto à saúde; e que propiciem coordenação entre as ações em suas dimensões individuais e coletivas, preventivas e curativas, programáveis e de urgência, a integralidade. Para alcançar esses princípios constitucionais, faz-se necessário que o sistema de saúde brasileiro prescreva o rompimento do padrão anterior de políticas públicas segmentadas e se realize como uma política inclusiva; reduzindo as iniquidades sistemáticas nos determinantes da saúde, usando estratégias diferentes de abordagem em diferentes grupos sociais; e disponibilizando variedade de serviços, que atendam tanto às necessidades gerais quanto às específicas da população, com um artifício que permite adequação dos serviços às demandas populacionais (STARFIELD, 2002; PINHEIRO et al., 2007).

Nesse contexto, Mendes (2007 p. 54) destaca:

[...] a regionalização é importante porque permite a conjunção do espaço subestadual com o espaço supramunicipal e cria a possibilidade de uma cooperação mais próxima e mais concreta entre a Secretaria Estadual e as Secretarias Municipais de Saúde.

Em documentos do Ministério da Saúde em 2005, percebeu-se a convergência quanto a esse tema, e foi, por sua vez, incorporado à Portaria nº 399/2006 (BRASIL, 2006), que instituiu o Pacto de Gestão. O termo *solidário* aparece muitas vezes nesta Portaria e foi também utilizado e formalizado pelas representações dos secretários estaduais, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), e pelos municipais, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). Destaca a Portaria, em seu anexo p. 67, as Responsabilidades na Regionalização: “Todo município deve (...) contribuir para a constituição e o fortalecimento do processo de regionalização solidária e cooperativa assumindo assim os compromissos pactuados”.

O Pacto pela Saúde objetiva maior coerência e aproximação entre o território (a regionalização) e as diretrizes da política de saúde, desta forma busca fortalecer a negociação e a pactuação intergovernamental nos processos de organização político-territorial do SUS.

Os principais componentes organizacionais, deste novo ciclo, apontam para esse fortalecimento territorial, entre os quais destacam-se: (I) o reforço da regionalização; (II) a extinção do processo de habilitação para os estados e municípios (III) a instituição do “Termo de Compromisso de Gestão, Federal, Estadual, do DF e Municipal, como documento de formalização deste Pacto nas suas dimensões Pela Vida e de Gestão”; (IV) a instituição dos Colegiados de Gestão Regional (CGR); (V) a manutenção do Plano Diretor de Regio-

nalização (PDR), do Plano Diretor de Investimento (PDI) e da Programação Pactuada Integrada (PPI), Trevisan e Junqueira (2007) e Silva, Gomes (2013).

A organização do SUS estabelecida em Regiões de Saúde pelo Decreto nº 7.508/11 (BRASIL, 2011) destaca que estas devem ser instituídas pelo Estado em articulação com os seus municípios e que, portanto, devem representar um espaço privilegiado de gestão compartilhada da rede de ações e serviços de saúde, tendo como objetivos: garantir o acesso resolutivo e de qualidade à rede de saúde; constituir-se de ações e serviços de atenção primária; vigilância à saúde; atenção psicossocial; urgência e emergência; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; efetivar o processo de descentralização com responsabilização compartilhada, favorecendo a ação solidária e cooperativa entre os entes federados e reduzir as desigualdades loco-regionais por meio da conjugação interfederativa de recursos. Para tanto, é importante que neste novo ciclo os municípios busquem superar as contradições entre integralidade da atenção à saúde e a autonomia dos entes federativos.

Santos (2011) comenta que essa superação dar-se-á a partir da transformação do SUS em um sistema interfederativo e, para tanto, é necessário alinhar um conjunto de instrumentos do novo ciclo por mais que a rede interfederativa se caracterize pela necessidade de haver, no SUS, a “gestão” intergovernamental, a gestão compartilhada, o planejamento integrado e o financiamento tripartite.

Aponta-se para ajuste da oferta a partir da utilização de instrumentos de distribuição de serviços (GUERREIRO; BRANCO, 2011); e a importância da regulação para o consenso (IBANHES et al., 2007; SILVA; GOMES, 2013); bem como o fortalecimento do contexto territorial (LIMA, 2012). A fragilidade desses instrumentos abrem precedentes para que comportamentos individualizados tornem contexto de negociação e permitam a violação dos princípios do SUS.

Método e Procedimento

A pesquisa usada é a qualitativa. A coleta de dados deu-se a partir de acesso às 36 (trinta e seis) atas de reuniões das Comissões Intergestores Regionais, recolhidas nas Secretarias de Saúde dos Municípios de Sta. Izabel, Castanhal e Belém, e 12 (doze) atas da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), conseguidas na sede desta em Belém; todas referentes ao ano de 2015. Nem todas estão citadas. Essas atas são consideradas documentos de registro histórico que expressam uma intencionalidade de discurso, carregados de aspectos informativos e expressão de um pensamento coletivo (MINAYO, 2006).

As instâncias de negociação e pactuação entre gestores e destes com o con-

trole social são as Comissões Intergestores Tripartite (CITs) - esfera da União, nas Bipartite (CIBs) - esfera estadual, e as Comissões Intergestores Regional (CIRs) em âmbito regional. Esta última instância é uma arena de pactuação das políticas de saúde, não apenas considerando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, mas também como ambiente de planejamento regional; por isso é necessário, além dos instrumentos de planejamento municipais bem construídos, inclusive com representação popular, representantes desses municípios. Nesse contexto, este trabalho apresenta a análise das Atas das Regiões Metropolitanas I, II e III. A análise das atas permitirá a compreensão do conteúdo e o contexto dos discursos. Isso dar-se-á a partir das fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2011).

O Contexto

Sobre a Amazônia, alguns autores debruçaram-se sobre políticas públicas na área da saúde para entender a estrutura dessa política para a região.

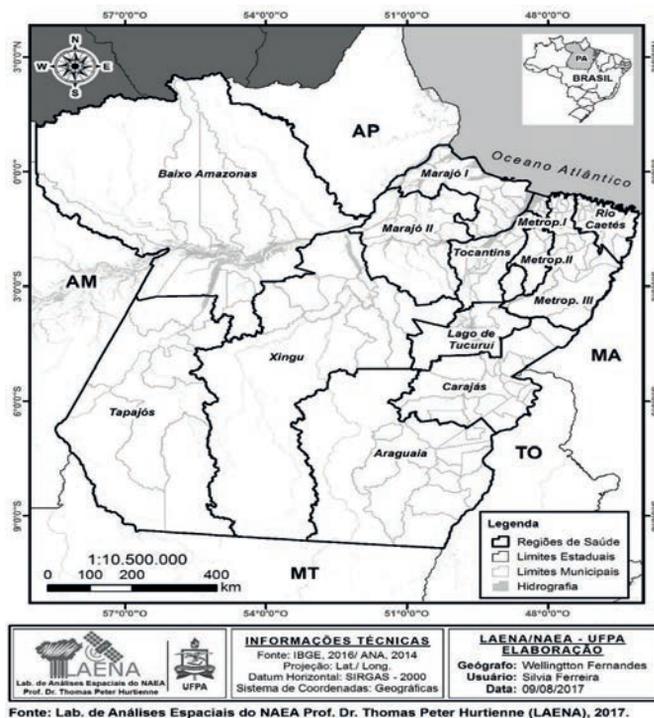
Para Oliveira (2008 p.104), os estados que compõem a Região Amazônica apresentam um conjunto fragmentado de políticas de saúde, pois não foram constituídas de forma articulada no tempo nem se desenvolveram a partir de um processo de pactuação com as demandas regionais. O autor destaca um conjunto de políticas pontuais desenvolvidas para a área de saúde na região induzidas pelo governo federal, que acabou criando uma estrutura de iniquidade na saúde da Região.

Nesse mesmo sentido, Viana et al. (2007) analisam o esforço do Ministério da Saúde para construir uma política regional para a Amazônia Legal, especialmente pelo projeto do Governo Lula, iniciado em 2003, cujo compromisso era com a estruturação de uma política de desenvolvimento sustentável para a região e com a redução das desigualdades sociais no país. Os autores observaram também o esforço da política de saúde para acompanhar a agenda de prioridades do Governo Federal, expressa em documentos e iniciativas do Ministério da Saúde, assim como a proposição de estratégias inovadoras de políticas de saúde para a região. Lima et al. (2012) apresentaram fatores que tensionaram a conformação da regionalização no Brasil e na Amazônia durante o período de 2006 a 2010. Eles apontam para situações vinculadas à concentração de recursos e tecnologias em regiões, principalmente em regiões metropolitanas ou sede de capitais, a dinâmicas próprias de alguns territórios e às desigualdades socioeconômicas dessas regiões.

A partir do Pacto pela Saúde em 2006, os dados do Ministério da Saúde, DATASUS, apontam para o fato de que os 9 (nove) Estados da Amazônia Legal

passaram a conformar um total de 78 regiões de Saúde, somente solidificadas em 2012. Essas Regiões agrupam um total de 772 municípios, e abrigam 26.827.350 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta) habitantes. A Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária/IBGE, 2008 indica que esses municípios apresentam diferentes estruturas, instituições, instâncias, atores públicos e privados que participam do processo de constituição, planejamento, organização, gestão e regulação da saúde, constituem o que se denomina complexo regional da saúde.

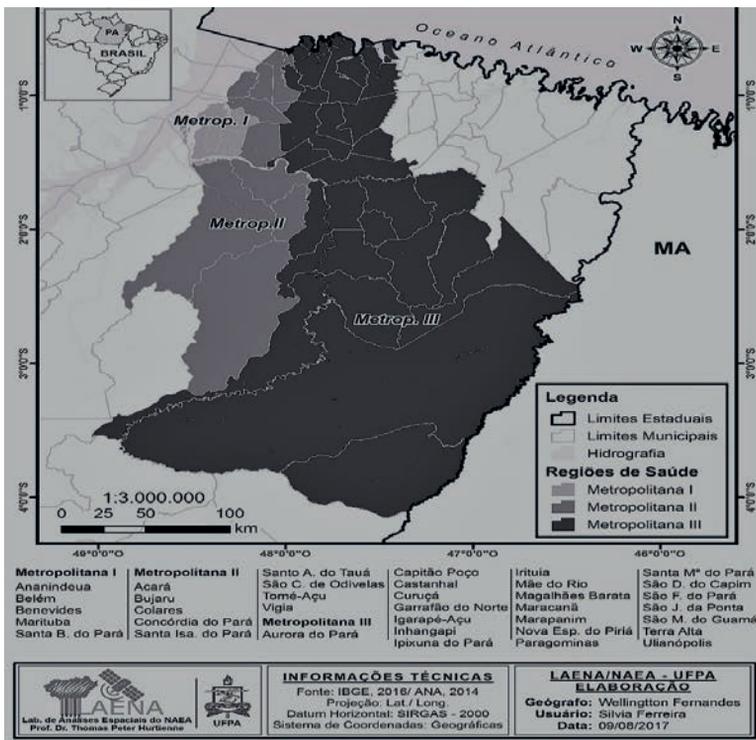
No Estado do Pará, somente em 2012, a partir da Resolução nº 237 (PARÁ, 2012a), foi deliberada pela Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde a repactuação do desenho de Regionalização do Pará para atender aos pressupostos do pacto de gestão. Os módulos de gestão, anteriores, foram transformados em 13 Regiões de Saúde, mapa 1, com Comissão Intergestores Regionais: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Lago de Tucuruí, Marajó I e II, Metropolitana I, II e III, Rio Caeté, Tapajós, Tocantins e Xingu.



Mapa 1. Regiões de Saúde do Estado do Pará

O Decreto nº 7.508/2011 (BRASIL, 2011) estabeleceu as condicionantes para a formação das Regiões de Saúde, as quais devem contar com, no mínimo, ações e serviços de: Atenção Primária, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar e Vigilância em Saúde.

Segundo estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o estado do Pará possui um total de 8.305.359 habitantes, ocupando 144 municípios, dos quais 128 destes possuem população inferior a 100 mil habitantes, 14 possuem entre 101 mil a 300 mil habitantes e somente 2 possuem mais de 500 mil habitantes; em termos de Região de Saúde, mais de 41% da população, portanto 3.418.805 habitantes, vivem nas Regiões de Saúde Metropolitana I, Metropolitana II e Metropolitana III, mapa 2 abaixo. Esse fator de concentração populacional reflete também a concentração de oferta de serviços de saúde e acentua a pressão sobre a oferta e a possibilidade de violar o ótimo social.



Mapa 2. Regiões de Saúde Objeto da Análise

Fonte: Lab. de Análise Espacial do NAEA Prof. Thomas P. Hurtienne (LAENA), 2017.⁹¹

91 Os mapas deste artigo foram elaborados por Wellington Augusto Andrade Fernandes – LAENA/NAEA.

Resultados

O Pacto da Saúde a partir de 2006 é uma nova tentativa do SUS de reduzir a fragmentação da oferta de serviço no território e conferir a racionalidade econômica, a produção dos serviços e a organização das regras e acesso, buscando especialmente restabelecer o ótimo social: universalidade, equidade e integralidade. Então é importante estabelecer arranjos intergovernamentais que possam reduzir as lacunas existentes no sistema, consequências de um processo e descentralização que desconsiderou as realidades locais e criou, segundo Machado (2006 p. 99), “(...) Incongruências entre escolhas coletivas e comportamentos governamentais”.

Conforme exposto, um sistema universal pressupõe a não existência de barreiras ao acesso, ou seja, todos têm acesso aos bens públicos de saúde ofertados pelo Estado. Contudo, alguns tópicos extraídos das atas e portarias das reuniões das Comissões Intergestores Regionais apontam para a existência de barreiras nos municípios. Ou seja, há um conjunto normativo que ampara a oferta e a demanda por serviço entre municípios e, uma vez pactuado, o município de referência do serviço recebe recursos para o atendimento entre os municípios referenciados.

Teoricamente não deve haver barreiras ao atendimento do cidadão, mas, se as ofertas não forem devidamente ajustadas (GUERREIRO; BRANCO, 2011) e o sistema de regulação não for eficiente entre os municípios, pode ocorrer de o município referenciado enviar mais pacientes que o estabelecido no pacto. Ibanhes et al. (2007), Silva e Gomes (2013) corroboram com essa visão quando apontam a importância da regulação para contemplar a garantia da universalidade e da equidade. Não obstante, nas reuniões das CIRs, os municípios de referência apresentam denúncias de comportamento predatório dos demais municípios concorrentes.

Esse é o exemplo apresentado, na reunião de abril de 2015 da Comissão Intergestores Regionais da Região Metropolitana I, pelo representante da diretoria Emergência do Hospital Augusto Chaves, que, após reforma, aumentou a possibilidade de receber mais pacientes, e, como consequência, teve seu serviço preconizado novamente por excesso de municípios demandantes:

(...) A representante da diretoria do Hospital Augusto Chaves tomou a palavra dizendo que após a reforma realizada no hospital houve uma melhora no atendimento ao paciente de urgência, possibilitando um diagnóstico rápido, devido ao apoio laboratorial e de imagens. Porém,

esta melhora observada pela população acarretou um grande aumento no fluxo de demanda, voltando a precarizar o atendimento, pois o hospital não encontra retaguarda para absorver esta grande demanda de pacientes que necessitam de internamentos. Falou ainda que as ambulâncias de outros municípios estão abandonando os pacientes no estacionamento ou nas proximidades, causando um outro problema para o hospital, que é o retorno destes para o seu lugar de origem, após o atendimento, pois tratam-se de pessoas carentes (Ata de abril de 2015)

Outro exemplo e situação de barreira é o relatado pelo município de Castanhal, que compõe a Região Metropolitana III, na reunião de março de 2015, entre UPA e Hospitais.

A dirigente de UPA de Castanhal falou que os pacientes estão vindos de forma desumana, sem regulação, e em ambulância tipo que não é da UPA; falou que os hospitais estão mandando de volta para a UPA, pois o correto seria que a mesma encaminhasse o paciente para o hospital. Disse ainda que pacientes que estão esperando leito foram a óbito, falou que precisa de garantia de devolução do paciente. (Ata março de 2015)

A base de todo e qualquer sistema de pactuação entre municípios é a Programação Pactuada e Integrada (PPI), estabelecida desde a NOAs 2001/2002 para organizar fluxos físicos e financeiros entre os municípios. A partir destes fluxos, visualizam-se também os municípios referenciados e a oferta de serviços àqueles que não foram pactuados.

Por meio das articulações das PPIs, a rede de oferta e serviço regional é organizada e, desta forma, ela serve de suporte para o complexo regulador e a outros arranjos e/ou a outros processos de pactuação (GUERREIRO; BRANCO, 2011). A base da formação da PPI em termos de quantidade de equipamentos e leitos distribuídos é a construção do mapa da rede. Muitos são os exemplos de utilização desse instrumento para alargar o Teto do financiamento da média e alta complexidade dos municípios de referência e para expor e/ou visualizar os conflitos vividos na organização e pactuações regionais no estado.

A Reunião extraordinária da Região Metropolitana I, ocorrida em março de 2015, expõe essa situação quando o responsável pela Gestão e Financiamento da Secretaria de Saúde do Município de Marituba apresentou a Programação Pactuada Integrada (PPI), destacando os atendimentos prestados a pacientes de municípios pactuados e não pactuados com ele. E, nesse demonstrativo, apon-

tou o excedente de atendimento da Alta Complexidade de Trauma-Ortopedia e Obstetrícia, o alto índice de atendimento aos pacientes procedentes de municípios não pactuados. Após a apresentação, solicitou a inclusão na pauta da próxima reunião o remanejamento de recurso para seu município.

Em situação contrária do pequeno município de Santa Bárbara, que apresenta limitações de oferta, reconheceu, contudo, em reunião da CIR da Região Metropolitana III, que realiza encaminhamentos indesejados:

A representante da gestão da Secretaria municipal de Saúde de Santa Barbara tomou a palavra dizendo da precariedade de seu município, não existe se quer raio x para apoio diagnostico de traumatismo e, por isso, acaba realizando encaminhamentos indesejados. (Ata março de 2015)

Esses conflitos não estão restritos apenas ao processo e ao planejamento, mas também ao processo e à articulação dos entes federados. Destaca-se aqui a importância do controle sobre os pactos estabelecidos e que a regulação desenvolve um importante papel neste contexto, bem como as constantes reavaliações das PPIs. É dentro de um contexto de regulação dos serviços que se estabelece o princípio finalístico do acesso igualitário. Para Machado (2009), a regulação assistencial pode atuar positivamente, fortalecendo o controle sobre prestadores de serviços e sobre a execução dos limites físicos e/ou financeiros programados para a população própria e para a referenciada. Ibanhes et al. (2007) e Silva e Gomes (2013) veem a regulação como instrumento de melhoria do funcionamento das instituições inseridas no setor da saúde, devido ao seu papel de minimizar oportunismos dos agentes e as dificuldades inerentes à sua racionalidade acerca do funcionamento do sistema de saúde.

A Central de Regulação do estado tem responsabilidade em regular os serviços cuja gestão é de responsabilidade do governo estadual e cabe aos municípios executar a mesma função com os serviços sob sua responsabilidade. Neste caso, torna-se importante a relação entre os sistemas de comunicação das centrais de regulação, caso contrário haverá falta de controle sobre a oferta e os serviços.

A reunião da CIB de dezembro de 2015 relata claramente a tentativa e a dificuldade de regular a oferta de serviço de saúde nas regiões analisadas.

O representante da gestão da Secretaria de São Sebastião da Boa Vista expôs sobre dificuldade de conseguir leitos. Disse que quando se conseguia leito era com muito esforço, porque havia grande dificuldade na liberação dos mesmos. A Servidora da DDASS/SESPA explicou que o Estado regulava os leitos do Hospital Metropolitano e do

Galileu e quem regulava os outros hospitais estaduais era o município de Belém. O Servidor do Sistema e Saúde Municipal de Belém relatou que, em relação ao Hospital do Pronto Socorro, a regulação municipal nunca havia negado acesso. Quanto aos leitos dos hospitais, disse que, apesar de Belém ter a regulação, o município não conseguia regular. Segundo ele, nem o Estado conseguia regular leitos em alguns hospitais, como Ophir Loyola e Gaspar Viana. Pelo exposto, disse que a culpa não era do município de Belém. Assegurou que Belém já havia chamado os hospitais para conversar e resolver o problema. A Servidora DDASS/SESPA falou que a transferência de paciente precisa ser feita com responsabilidade, ou seja, com a garantia de que há o leito necessário para pacientes. (Ata da reunião de dezembro de 2015)

Esses são exemplos claros de violação da igualdade de acesso, pois, não obstante esses servidores possam saber que os pactos são violados quanto à igualdade de acesso, os governos municipais apresentam poucas informações sobre as diferentes possibilidades de acesso, o que, de certa forma, reduz a capacidade de intervenção dos municípios, criando zonas de baixa visibilidade e de difícil intervenção, e fácil utilização política do serviço de saúde. Tanto os casos dos municípios de Santa Bárbara, que encaminha seus pacientes de uma forma irregular, quanto o caso do município de São Sebastião da Boa Vista relatam que cidadãos de municípios pequenos têm maior possibilidade de verem seus direitos violados, fator apontado por Medeiros e Gerhardt (2015).

Torna-se relevante a produção e informação de base e o controle e, mais ainda, o controle ao acesso tanto à assistência quanto ao financiamento. Desta forma, é importante que cada município conheça sua capacidade física para então estruturar o mapa da região e ofertar exatamente o que pode. Esse conhecimento exige minimamente o conhecimento da base de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Ministério da Saúde.

Existe uma cultura de se estabelecer pactos sem saber quanto e o que se tem de fato no território.

Um representante da gestão do 3º Centro Regional de Saúde - 3º CRS pontuou que os municípios 3º CRS fazem pactuação de indicadores da mamografia, mas não conseguem ser atendidos porque só tem um mamógrafo na região para dar suporte aos municípios e não consegue atender toda a demanda. A mesma falou que fez levantamento da questão do mamógrafo da região pelo

CNES e disse que tem mamógrafo no CNES e encontrou seis mamógrafos cadastrados para SUS, pediu que revissem o CNES e retirem do CNES os equipamentos que não existem. (Ata da reunião de dezembro de 2015)

Sobre a PPI, ainda em dezembro de 2015, o debate na CIB girava em torno da atualização desta e as limitações que o próprio sistema e informação impõem, levando a projeções erradas dos municípios, ao subdimensionamento dos limites financeiros, e à dificuldade de se conseguir recursos no Ministério da Saúde:

[...] A necessidade de ajustar a PPI, que estava engessada desde 2009 (dois mil e nove), com alguns ajustes pontuais, que estavam aquém dos ajustes necessários para corrigir as incongruências existentes na PPI. O expositor apresentou a justificativa para que houvesse citados ajustes, quais sejam: atraso no PGAS (Planejamento Geral das Ações e Serviços de Saúde) por parte do Ministério da Saúde; defasagem na própria PPI, aprovada em 2009 (dois mil e nove) e até o momento não foi revista e a Reserva Técnica, que precisava passar para a programação para que, posteriormente, ela pudesse ser usada. Na sequência, o expositor explicou a proposta, que consistia em: “análise e ajuste dos tetos municipais de MAC (Média e Alta Complexidade); ajuste do componente hospitalar; ajuste do componente ambulatorial; ajuste do próprio MAC (Média e Alta Complexidade); ajuste na reserva técnica e por último, discussão sobre o PCEP (Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos)” Finalizando, o expositor propôs as oficinas de pactuação, onde seriam pactuados os encaminhamentos de média complexidade hospitalar e ambulatorial. (Ata da Reunião de dezembro de 2015)

Assessor do (COSEMS) disse que comungava da opinião das outras pessoas contrárias ao processo da PPI, em relação aos prazos e da forma que foram apresentados e explicou que um dos motivos era o fato de que o atual sistema podia não dar conta de algumas questões fundamentais. Sugeriu que fossem discutidos logo no início do ano alguns pontos como SIA (Sistema de Informação Ambulatorial) e SIH (Sistema de Informação Hospitalar) e assim fortalecer sistemas como o TABWIN. (Ata da Reunião de dezembro de 2015)

O representante da gestão da SES-Pará informou que cerca de 98 (noventa e oito) municípios estavam apresentando utilização de teto menor que 75% (setenta e cinco por cento). Situação que impedia que o Estado pudesse fazer qualquer pedido ao Ministério da Saúde. Pelo exposto, sugeriu que fosse realizada uma reunião extraordinária da CIB em janeiro, especificamente para discutir os parâmetros da PPI. (Ata da Reunião de dezembro de 2015)

Sobre a Integralidade, também definida como princípio finalístico do SUS, entende-se que, a partir da existência de barreiras no atendimento de cidadãos de outros municípios, mas especialmente a partir da violação do princípio finalístico da igualdade, necessariamente viola-se o princípio da integralidade do acesso à assistência. Uma forma simples que representa esta situação é o quanto os municípios investem entre a própria população e a população e municípios referenciados.

A integralidade depende do funcionamento e coordenados dos pactos firmados entre os municípios de referência e os municípios referenciados, ou seja, para que o SUS tenha a integralidade de suas funções é vital que haja a cooperação entre os entes federativos e que esta esteja assentada em base jurídica sólida, com o papel de cada ente muito bem estabelecido e que cada um desses entes possa potencializar seus recursos financeiros, de planejamento, de coordenação e avaliação. Lima (2012) aponta a importância de fortalecer o contexto territorial no planejamento governamental e na integração de políticas setoriais de desenvolvimento regional de médio e longo prazo como condição fundamental para ampliar e assegurar o acesso da população aos serviços de saúde de diversos tipos, de acordo com as diretrizes do SUS de universalidade e integralidade.

Conclusão

O trabalho se propôs a analisar a violação do ótimo social, no setor da saúde, a partir do Pacto pela Saúde em 2006, em três regiões do Estado do Pará, estabelecidas como Região Metropolitana I, II e III que agregam um total de 36 municípios. Nessas Regiões, a partir da análise das atas dessas CIRs e CIBs, pode-se constatar violação dos três princípios estabelecidos a partir da Constituição de 88 em relação à Universalidade, à Igualdade e à Integralidade.

No caso do princípio da Universalidade, percebeu-se a existência de barreiras entre os municípios de referência e referenciados, bem como comportamento predatório destes. Vários são os relatos, neste sentido, tanto de secretá-

rios dos municípios quanto dos servidores da área de saúde. Boa parte alega a dificuldade de atendimento dessas demandas, bem como o impacto desta na precarização dos serviços ofertados; outros, o desconhecimento dos fatos ocorridos. De fato, todas as alegações reforçam a manutenção dessas atitudes nas três regiões de saúde analisadas.

O princípio da igualdade é claramente violado quando se observa que a estrutura de regulação é ineficiente e com baixa capacidade de comunicação e controle tanto por parte dos municípios quanto do Estado, e, ainda, como o estado é complementar na oferta de serviços de saúde, a falta de comunicação entre as centrais torna o controle desarmônico, reduzindo a possibilidade de igual acesso.

Nesse sentido, violar a integralidade é consequência dos dois primeiros princípios anteriores frontalmente atacados, especialmente a partir da existência de barreiras, bem como da incapacidade de ofertar serviços que garantam o acesso igual ao cidadão.

Nesse contexto, vale lembrar a importância dos instrumentos necessários no processo do planejamento, o Mapa da Saúde e a Programação Pactuada Integrada. O Primeiro é um importante instrumento de visualização da distribuição da estrutura física no território, cuja base deve ser primária e/ou da base de dados do Ministério da Saúde CNES. Essa perspectiva de distribuição territorial permite a construção de uma PPI mais próxima da realidade, tornando de imediato uma fonte importante de oferta e serviço e ajuste financeiro, traduzindo as responsabilidades de cada município com garantia e acesso, por intermédio das relações entre gestores municipais e, a partir dela, definirem a quantidade de ações e de saúde a serem realizadas. Este fator por si só não garante a estabilidade das negociações, tampouco a inexistência da violação do ótimo social, mas pode garantir transparência e maior controle do fluxo feito pela regulação. Os dois associados podem evitar transferência de responsabilidade e propiciar o acesso ótimo ao serviço e à saúde.

A violação dos princípios constitucionais do SUS fortalece a lógica da desigualdade econômica e produtiva especialmente porque a distribuição da rede assistencial do SUS seguiu esses critérios e seus instrumentos legais. Apesar de buscarem outras perspectivas de distribuição de poder entre municípios, tem reforçado a desigualdade inter e intrarregionais. A realidade heterogênea da Amazônia, e por consequência do estado do Pará, exige estratégias que permitam a equalização dos desequilíbrios e da forma como se expressam as desigualdades em termos macro, inter e intrarregionais.

Referências

ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, v.24, p. 31-67, Curitiba, jun., 2005.

ABRUCIO, F. L. A experiência de cooperação interestadual no Brasil: formas de atuação e seus desafios. **Cadernos Adenauer**, v. XII, n. 4: 91-110, 2011.

ARRETICHE, M. Federalism and Place-Equality Policies: a case study of Policy design and outputs. **EUI Working Papers**, v. 19, p. 1-25, 2009.

AFONSO, J. R. Las relaciones intergubernamentales dentro de Brasil. **In Revista de La Cepal**. Santiago do Chile, v. 84, p. 135-157, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei Orgânica nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 13 jun.2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993**. Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica - SUS 01/93. Diário Oficial [da] União: 1993. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prt0545_20_05_1993.html>. Acesso em: 12 nov.2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria nº 2.203, de 5 de novembro de 1996**. Aprova, nos termos do texto anexo a esta Portaria, a NOB 1/96, a qual redefine o modelo de gestão do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial [da] União: 1996. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203_05_11_1996.html>. Acesso em: 13 nov.2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria nº 95, de 26 de janeiro de 2001**. Anexo: Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS: NOAS-SUS 01/2001.

Diário Oficial [da] União: 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0095_26_01_2001.html>. Acesso em: 12 nov.2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria nº 373, de 27 de fevereiro de 2002**. Anexo: Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS: NOAS-SUS 01/2002. Diário Oficial [da] União: 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0373_27_02_2002.html>. Acesso em: 12 nov.2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006**. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Diário Oficial [da] União: 2006b. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html>. Acesso em: 12 nov.2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Decreto nº 7.508/2011**. Regulamenta a Lei 8.080 de setembro de 1990, Brasília: MS: 2011.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 962-969, Rio de Janeiro, set/out. 2003.

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA CIR METROPOLITANA III, São Miguel do Guamá, Auditório do 5 CRS/SEAPA, Ata da Reunião Realizada dia 18 março de 2015.

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA CIR METROPOLITANA II, Sto. Antônio do Tauá, Auditório do 2 CRS/SEAPA, Ata da Reunião Realizada dia 06 de agosto de 2015.

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA CIR METROPOLITANA I, Marituba, Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Marituba, Ata da Reunião Realizada dia 01 abril de 2015.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPATITE, Belém, Auditório Hotel Regente, Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 15 de dezembro de 2015.

DANIEL, C. Autonomia municipal e as relações entre os estados e a União. In: OFMEISTER, W.; CARNEIRO, J.M.B. (org.). **Federalismo na Alemanha e**

no Brasil. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

ELAZAR, D. J. **Exploring Federalism.** Alabama: The University of Alabama Press, 1987.

FARIAS FILHO, M.C.; ARRUDA FILHO, E.J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica.** São Paulo: Atlas, 2013.

FRANZESE, C.; ABRUCIO, F. L. A combinação entre federalismo e políticas públicas no Brasil pós-1988: os resultados nas áreas de saúde, assistência social e educação. **ENAP – Caderno EIAPP – Reflexões para Ibero América: Avaliação de Programas Sociais.** Brasília, 2009, p. 25-42.

GUERREIRO, J.V.; BRANCO, M. A. F. Dos pactos políticos à política dos pactos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1689-98, Rio de Janeiro, 2011.

IBANHES, L. C. et al. Governança e regulação na saúde: desafios para a gestão metropolitana de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 575-584, 2007.

LIMA, L.D., et al. Regionalização e acesso à saúde nos estados brasileiros: condicionantes histórias e político-institucional e Políticas Institucionais, 2012. **In: Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro 17 (11) 2881-2892, 2012

MACHADO, J. A. Gestão de Políticas Públicas no Estado Federativo: apostas e armadilhas. **Revista de Ciências Sociais**, v.51, n.2, p. 33-457, Rio de Janeiro, 2008.

MENDES, E. V. **As Redes de Atenção à Saúde.** Organização Pan-Americana da Saúde –Representação Brasil; Brasília, DF. 2007.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MEDEIROS, C. R. G e GERHARDT, T. E. Avaliação da Rede de Atenção à Saúde de pequenos municípios na ótica das equipes gestoras. **Saúde Debate**, 2015; 39 (n. spe): 160- 170.

OLIVEIRA, P. de T. R. de. **O Sistema Único de Saúde, Descentralização e Desigualdade Regional:** Um Enfoque sobre a Região da Amazônia Legal.

2005. Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Departamento de Ciências Sociais. Linha de Pesquisa de Políticas Públicas em Saúde, Rio de Janeiro, 2005.

PARÁ, Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA). **Resolução nº. 237 de 09 de agosto de 2012.** Aprovação da Regionalização do Estado do Pará. Belém 2012.

PINHEIRO, R. et al. Integrality in the population's health care programs. **In: Ciência & Saúde Coletiva.** 12 (2). 343 – 349. 2007.

SILVA, E.C., GOMES, M. H. A. Impasses no processo de regionalização do SUS: tramas locais. **Saúde Soc.** 2013; 22(4):1106-1116. São Paulo – SP

SANTOS, L.; ANDRADE, O. M. **O Espaço da Gestão Inovadora e dos Consensos Interfederativos:** aspectos jurídicos, administrativos e financeiros. Campinas: Instituto de Direito Sanitário, 2011.

STARFIELD, B. Atenção Primária: **equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia.** Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

TREVISAN, L. N.; JUNQUEIRA, L. A. P. Construindo o “pacto de gestão” no SUS: da descentralização tutelada à gestão em rede. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n.4, p. 893-902, Rio de Janeiro, ago. 2007.

VIANA, A.L.D. et al. Sistema de saúde universal e território: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, supl. 2, Rio de Janeiro, 2007.

PARTE 2

ECONOMIA POLÍTICA AMAZÔNICA:
GOVERNANDO RECURSOS PARA UM
DESENVOLVIMENTO OUTRO



THE EXPANSION OF THE OIL PALM CHAIN AND ITS EFFECTS ON THE PRODUCTION OF FAMILY FARMERS IN THE MICRO REGION OF TOMÉ-AÇU, PARÁ, BRAZIL

Susane Ferreira⁹²

Claudia Azevedo-Ramos⁹³

Introduction

Overall, 12 countries in Latin America grow commercial oil palm, contributing nearly 6% of global production per annum (RSPO, 2015)⁹⁴. However, if oil palm cultivation is to be an economical alternative to a local development, it must come via a path that reconciles economic growth with the conservation of natural resources and the urgent challenge of social inclusion in these countries.

In Brazil, the federal government tried to do so when creating public policies to guarantee energy security using biodiesel as an alternative source of energy. It also included guidelines to maximize social inclusion and environmental sustainability. These were the cases of the National Program for the Production and Use of Biodiesel (PNPB, in Portuguese acronym) and the National Program for the Sustainable Production of Oil Palm (PSOP), created in 2004 and 2010 respectively. In the Northern region, the priority was oil palm cultivation - also locally known as dendê oil (*Elaeis guineensis*).

The official discourse is linked to studies from governmental research institutes (such as Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), which guarantees that oil palm is ideal for a perfect soil cover, a forest environment and a low negative impact on the environment (EMBRAPA,

92 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). susane_cristini@hotmail.com

93 Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. claudia.azevedoramos@gmail.com

94 Roundtable on Sustainable Oil palm. Available on <http://www.rspo.org/about/palm-oil-debate/blog/deforestation-and-palm-oil-cultivation-in-latin-america>. Access august 2017.

2010). Its culture requires intensive use of manpower, presumably allowing the fixation of the man in the country side and ensuring a profitable work for the family farmer for 25 years. Embrapa also delimited the suitable areas for oil palm cultivation from the point of view of edaphoclimatic conditions elaborating the Agroecological Zoning of Oil palm (ZAE). The ZAE was published in 2010 highlighting in its basic arguments the recovery of degraded areas and the integration of family farming to the agroindustry chain. According to Cunha (2004), oil palm expansion in deforested and degraded Amazonian lands could bring environmental and socioeconomic benefits, such as reduction of diesel imports, job creation and income, restoration of deforested and degraded land, biodiversity increase and improvement of energy security.

However, oil palm cultivation and its effects are controversial and surrounded by positive and negative social and environmental impacts around the world. On the negative side, it is possible to mention, for instance, deforestation, loss of biodiversity, reduced carbon stock, and land conflicts in Indonesia between 1990 to 2010 (MARGONO et al., 2012). On the positive side, some authors argue that contracts between enterprises and small farmers for oil palm cultivation improve livelihoods in rural areas in Indonesia and Brazilian Amazon (CAHYADI; WAIBEL, 2013; GATTO et al., 2017; LANGEVIN, 2011; FEINTRENIE et al., 2010).

In the Amazon is no different. Oil palm cultivation is at the core of several controversies and has resulted in many conflicts and socio-environmental problems. Because oil palm is a culture that receives strong government incentives associated to specific federal programs, a periodic evaluation of its impacts is necessary, especially on the family farming, originally present in the regions where the plantation is advancing. The Amazon represents 91.2% of the Brazilian areas suitable for oil palm cultivation (DROUVOT; DROUVOT, 2012). The state of Pará, especially in the northeast region, has stood out in the implantation of oil palm plantation, with the respective areas harvested of 85,942 and 77,190 hectares for 2015 (IBGE/ SIDRA/PAM, 2015).

The present study aims to evaluate, through a literature review, the effects of oil palm cultivation on family farming and the environment in northeast Pará. The review included studies carried out in the region in the last 10 years, in addition to the analyses of the legal framework and public policies that encourage oil palm cultivation in the Amazon. We used the worldwide computer network to search for the studies, in particular using Google Academic and CAPES Periodicals. We also used quantitative data on production provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Particularly, we sought to analyze studies focusing on the socioenvironmental impacts of oil

palm cultivation in the northeast of the state of Pará. Although it is Brazil's main oil palm producing area, it is a relatively new crop in the region, therefore the review revealed 19 scientific articles and 8 publications distributed among reports, bulletins and papers published in events particularly in this region. We also evaluated all the current regulations and public policies regarding the incentive of the oil palm plantation in the Brazilian Amazon.

Political programs and economic incentives for oil palm cultivation in the Amazon

The production of oil palm grew under a strong influence of the Biofuels and the belief that expanding its planting area would bring economic, social, political and environmental gains to society (MONTEIRO, 2013). In this sense, the Brazilian Government encouraged the intensification of oil palm cultivation through legal measures, especially in the Amazon, transforming it into the “agricultural frontier of bioenergy”, which has transformed eastern Pará (NAHUM and BASTOS, 2014). The main measures were Law 11,097/2005, which established the National Program for the Production and Use of Biodiesel (PNPB); and the Program of Sustainable Production of Oil palm (PSOP) in 2010. In the same year, Decree No. 7,172/2010 was issued, which established the agroecological zoning of oil palm; And in 2012, , the New Brazilian Forest Code (Law no. 12.651/2012), contributing in an indirect way.

The PNPB was formulated to replace diesel imports; deepen the national portfolio of renewable energy; strengthen Brazil's negotiations on international climate change deliberations, as well as trade negotiations in the Doha Round of the World Trade Organization; and finally incorporating family farmers in a high added value and environmentally sustainable production chain (LANGEVIN, 2011). This program was committed to organizing the production chain of the new fuel, defining the financing lines, structuring the technological base and editing the regulatory framework for biodiesel (IOS, 2013). The regulatory framework for biodiesel (which is nothing more than a way of creating a market niche) established the limit of mixing 2% of biodiesel with the diesel oil sold to the final consumer at the fuel stations. However, this limit increased to 8% with the enactment of the Federal Law 13,263/2016, with a major impact on the promotion of biodiesel production and commercialization. In 2018, it is predicted an increase of 9% and in 2019, an increase of 10%. The law also released voluntary addition, in a volume higher than the mandatory percentage, for the fuel mixture used in public transport, rail, inland navigation, as well as in

equipment and vehicles used for mineral extraction, electric power generation and agricultural activities.

Among the several oilseeds contemplated by the PNPB and cultivated according to soil conditions in the five biomes of Brazil, the oil palm gained prominence and greater visibility of the program. According to Langevin (2011), it has unique characteristics (e.g. superior oil yield per hectare, associated with low production costs) that makes oil palm the only vegetable capable of competing with petroleum-based diesel in Brazil.

The PNPB creates an identification component for the biodiesel producer granted by the Ministry of Agrarian Development (MDA), which meets the criteria described in Ordinance No. 337/2015 and called the Social Fuel Seal. The Seal confers on its possessor the character of promoter of social inclusion of the family farmers included in small producers' credit program (National Program for Strengthening Family Agriculture - PRONAF). The granting of the right to use the Social Fuel Seal allows the biodiesel producer to have access to differentiated rates of social contributions payable by companies (Social Integration Program – PIS; Program of Formation of the Patrimony of the Public Server – PASEP; and Contribution to Social Security Financing - COFINS), which varies according to the raw material purchased, region of acquisition (best benefits for the northern region) and commercial and financing incentives. The PNPB has also established that contracts must be signed by family farmers or their agricultural cooperatives and negotiated with at least one representative entity of family farmers (trade unions, federations and other institutions accredited by the MDA), defining deadlines, purchase values, readjustment of prices and the delivery conditions of the raw material. The seal is also used for commercial promotion of the producer in auctions promoted by the National Petroleum Agency (ANP), responsible for the regulation and inspection of the new product. This agency guarantees that 80% of the volume sold in these auctions is reserved to the producers holding the seal.

In addition, the Brazilian National Economic and Social Development Bank (BNDES) presented the Financial and Investment Support Program for Biodiesel. This program finances up to 90% of loans to projects that have the Social Fuel Seal of biodiesel and 80% for all others.

As for the percentage of tax reductions, Decree no. 5,297/2004 and no. 5,298/2004 (amended many times later), established a 32% reduction for biodiesel produced from palm and castor bean oil (“mamona”) - labor intensive crops - produced in the North and Northeastern and Semi-Arid regions; 68% for biodiesel produced with family farming raw materials in any region of the country and 100% for palm and castor bean oil biodiesel produced by family farming in the North, Northeast and Semi-Arid regions (CASTRO, 2011).

On the other hand, Oliveira and Abreu (2012) analyzed the Social Fuel Seal between 2005 and 2012 and concluded that the Seal does not fulfill its role of propeller of rural development, as proposed. Following the same rationale, Schaffer et al. (2012) point out that achieving sustainable development in the poor regions of Brazil would rely on broader development strategies for small producers rather than on standards and certification.

In 2010, MDA introduced the National Program for the Sustainable Production of Oil Palm (PSOP) to complement PNPB and assist palm and biodiesel oil producers in the Amazon in specific degraded forest lands identified in the Agroecological Zoning of Oil palm (ZAE-dendê).

When the PSOP was launched in 2010, the North region of Brazil had only one organized biodiesel pole of oil palm production in the municipality of Tomé-Açu, northeast of Pará (IOS, 2013). Encouraged by the PSOP, several companies started the production of oil palm for biodiesel in Pará, targeting the national and European markets. Belém Bioenergia (a joint venture between Brazilian oil company Petrobras and Portuguese energy company Galp) and Biopalma, owned by Vale mining company, expected to produce oil palm biodiesel to reduce its purchases of regular diesel to its own industrial operations (FRAYSSINET, 2013).

Other multinational companies, such as the American Archer Daniels Midland, also established oil palm plantations in the region to produce biodiesel (SELFA et al., 2015). This process was preceded by a land market warming up in the northeastern region of Pará in search of anthropized areas (NAHUM and SANTOS, 2016). This occurred because of article 4 of the Program which prohibited the suppression of native vegetation for the expansion of oil palm plantations throughout the national territory and determined the exclusion of all conservation areas, indigenous reserves and *quilombola* areas (descendants of former slaves) for this crop (BRAZIL, 2010). The areas prioritized by the program are degraded areas in the Amazon and the areas used for sugarcane in the Northeast region (DROUVOT; DROUVOT, 2012).

The PSOP has as its guidelines the preservation of native forest and vegetation and the expansion of integrated production with family farming. The areas suitable for oil palm cultivation based on soil and climate were delimited by the ZAE in anthropized regions without environmental restrictions and cover 31.8 million hectares, of which 29 million in the Brazilian Amazon and 2.8 million in southeast and northeast region of the country (DROUVOT; DROUVOT, 2012).

As instruments for financing production, the program established three lines of credit under the BNDES: the PRONAF-Eco (Program to Strengthen

Family Farming-Eco) to finance family farming up to R\$ 80,000⁹⁵ with 2% interest rates for 14-year loans; PRODUSA (Stimulus Program for Sustainable Agricultural Production) and PROFLOA (Commercial Planting and Forest Recovery Program) to finance producer cooperatives with 6.75% interest rates for 12-year loans.

At the state level, a collaboration agreement was signed between state agencies and financial agencies to stimulate the oil palm production chain in the state of Pará in 2014, which shows public support for this segment of production⁹⁶.

Lameira, Vieira and Toledo (2015) also emphasized others promising, although indirect, factors for the expansion of forestry in Pará: the Forest Code (Law no. 12.651 / 2012), which regulates the use of forested and agricultural areas; and the state Normative Instruction 02/2014, which assigns new guidelines for the use and suppression of secondary forest areas in the early stages of succession.

This set of government incentives created a very attractive scenario for oil palm in northeastern Pará, with an increase of almost 162% of harvested area from 2010 to 2015 (Figure 1). As a result, an expansion of up to 3,300 km² of oil palm plantations by 2020 is being planned by producers and the state of Pará to increase biodiesel production (GLASS, 2013).

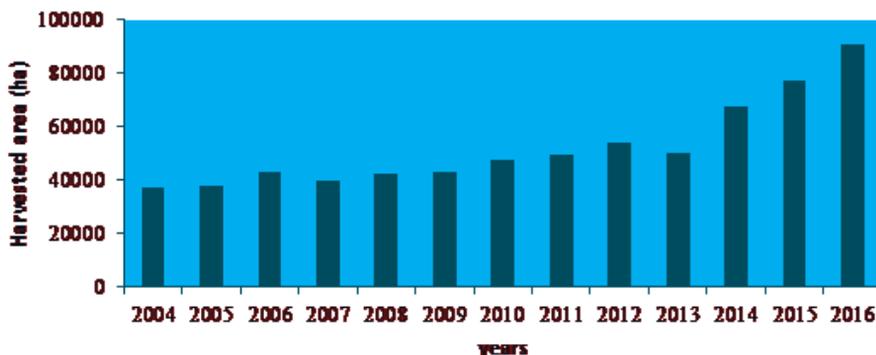


Figure 1- Oil palm harvested area in northeastern Pará and its relevant growth after public policy incentives in 2010.

Source: IBGE/SIDRA/PAM (2016).

95 one American dollar = 3.2 reais (15 August 2017)

96 Available at <http://www.abrapalma.org/downloads/Protocolo_Palma.pdf>. Access July 2017.

These actions have a direct impact on the livelihood of the family farmer, although in an opposite direction from what was postulated in the PNPB and the PSOP, as discussed below.

Social and environmental impacts of oil palm in northeast Pará

In 2010, the “Biodiesel Poles” were created in the State of Pará, encompassing 37 priority municipalities for investments in oil palm plantation (CARDOSO et al., 2014). The main municipality producers located in northeast Pará and reaching 90% of the national production were: Tailândia, Acará, Moju, Bonito, Castanhal, Igarapé-Açu, Tomé-Açu, Santa Izabel do Pará and Santo Antônio do Tauá (IOS, 2013). These municipalities have different development patterns, with little economic diversification and accentuated socio-environmental problems (LAMEIRA; VIERA; TOLEDO, 2015). It was verified, especially after the ZAE, a movement of companies towards the northeast Pará, from the municipalities of Salgado Paraense region to the microregion of Tomé-Açu and finally reaching the region of Baixo Tocantins (SILVA; MAGALHÃES; FARIAS, 2016).

Glass (2013) points out that 140,000 hectares of oil palm were planted by several companies (Agropalma, Biopalma, Yossan, Denpasa, Marborges, Dentauá, Petrobrás/Galp, ADM, Palmasa, among others) in northeast Pará in 2013. This large area is partly the result of the efforts of regionally known politicians, businessmen and traders who have promoted a real land survey, mapping potentially qualified rural areas for oil palm cultivation (NAHUM; SANTOS, 2013). According to these same authors, the amount of speculative capital increased when the land was resold to the new entrepreneurs of oil palm plantation. Silva, Magalhães e Farias (2016) highlighted that the expansion of oil palm monocultures resulted in the consequent overvaluation and “foreignization” of the lands that were incorporated into the assets of large transnational companies, dictating the rhythm of production and the form of land use based on the dynamics of the international market of commodities. Therefore, land speculation, with progressive price increase, was one of the effects of oil palm plantation in the region.

According to Silva (2015), the advance of “agribusiness” in the Brazilian Amazon is related to the logic of globalization, which generates significant socioeconomic and environmental transformations where it is installed and, consequently, produces fragmentations in local territorial coherences and imposes the global logic of large companies.

Some authors argued that large companies have been considering traditional populations as obstacles to the advancement of the agribusiness frontier (ALMEIDA; ACEVEDO MARÍN, 2010). The agro-strategies of the capital are systematically organized to remove legal, institutional, technical and normative obstacles to ensure the restructuring of the land market and the consequent conversion of areas in large-scale monocultures (ALMEIDA, 2011).

It is postulated that this large-scale advance in the municipalities of northeast Pará has been promoting the isolation of territories traditionally occupied by *quilombolas* and peasants through various mechanisms of land appropriation used by large companies (ACEVEDO MARÍN; BACKHOUSE, 2014). As peasants become dependent on the agribusiness of oil palm, whether through the sale or rent of their properties or via contracts with agroindustry companies, they lose their autonomy over the main mean to their cultural and social reproduction: the land (SILVA; MAGALHÃES; FARIAS, 2016).

In order to establish a contract with the companies, the farmer must own 10 hectares for oil palm cultivation, land ownership and be within at maximum 50 km from the mills. The contracts may last 25 years (average productive life of oil palm) and allow the producer to have access to credit (PRONAF-Eco under the PSOP of up to R\$ 80 thousand) (DROUVOT; DROUVOT, 2012; IOS, 2013).

In the study of Mota et al. (2015), there was a great variation in the size of the family properties integrated to the agroindustry (from 25 to 186 ha) and the areas used to annual crops (from 0.2 to 8 ha) and to the palm (≤ 10 to 30 ha). Different arrangements for the organization of work are then driven by the relationship between such crops (MOTA et al., 2015).

According to Nahum and Bastos (2014), family units are attracted to oil palm cultivation due to company's support to credit management and by providing technical assistance, training, monitoring and guarantee of purchase. However, Ferreira et al. (2016) analyzed contracts signed between small producers and Agropalma company from 2002 to 2014, and found noncompliance with contractual clauses (lack of transparency in the weighing, the product value delivered to the agroindustry and the value charged for agricultural inputs and equipment, which are fully discounted from the amounts owed to farmers) and non-compliance with the demands of farmers (poor local transport, health services, security, basic sanitation, among others). Characterized by an asymmetric and of subordinate relationship of the farmer to the company, it becomes a dependency relation through unfavorable contracts to the farmers (FERREIRA et al., 2016). Vieira (2015) also identified that the oil palm agroindustries use the rhetoric of income increase to attract peasants to the system. However, deducting the discounts for the payment of the financing

installments, agricultural inputs, equipment and often the labor to help during the harvest advanced by the company, the balance resulting from this operation is derisory. With the increase in debts contracted with the companies, families are kept in a kind of imprisonment (VIEIRA, 2015).

Langevin (2011), who also analyzed agreements between Agropalma company and small producers, found that when oil palm trees reach productivity, usually after three years of cultivation, sales are distributed among creditors and producers, with 25% deducted for the bank loan, another 25% from fertilizer costs provided by Agropalma, and 50% for family income. Since the debt is paid in full to the bank (average term of 14 years), the family income rises to 75% of sales. Under these conditions, Nahum and Bastos (2014) argue that, in fact, it is not the oil palm that attracts them, but the absence of state policy for rural areas, especially for rural peasant communities, redirecting the peasant to the reproduction of a way of life that is not yours.

Contrary to these authors, Homma et al. (2014) evaluated the economic effects of oil palm monoculture on small producers integrated to Agropalma company system, mainly regarding the improvement of quality of life and considered that the income from oil palm is satisfactory and an opportunity to guarantee the well-being of the peasant families and, therefore, a relevant strategy of development for the Amazon rural environment. However, while recognizing the increase in quality of life through the mechanization of work, the acquisition of home appliances and cell phones, the authors revealed the precariousness of the health services, basic sanitation, transportation and education in which the producers live.

Improvements in livelihoods, access to more goods and public service (schools, basic health care and improvement in transportation infrastructure) were cited in Oliveira Neto (2017). Nahum and Bastos (2014), in turn, have argued that there is a process of loss of peasants, where workers are co-opted by the capital, whether as employees of the companies or even associating to companies' family farming projects. On the other hand, Oliveira Neto (2017) affirms that the peasantry resists in the territory in small properties through the polyculture, flour production and small animal breeding. In this sense, the author states that the subordination of the peasant territory did not mean the extinction of the peasantry, but its re-creation (OLIVEIRA NETO, 2017).

Table 1 summarizes the five studies mentioned in the text that investigated the contracts signed between companies and family farmers in northeast Pará.

Table 1- Evaluation of contracts signed between companies and family farmers in northeast Pará.

Source	Company	Contract terms (years)	Financing PRONA-F-Eco (R\$)	Payment term (years)	Issues	Benefits	Estimate income from oil palm (R\$)*
Drouvot & Drouvot (2012)	-	25	up to 80 thousand	14 (6-year grace period)	Lack of basic education of farmers generates asymmetrical information and contractual relationship in favor of companies; transformation of oil palm cultivation into monoculture.	Long-term economic alternative; Significant improvement in farmers' income.	2.000/month
Ferreira et al. (2016)	Agropalma	-	-	-	Non-compliance with contractual clauses by the company; farmers' demands not attended; subordination of the farmers to the company; low economic performance.	Progress with regard to credit policies, technical assistance, training and guarantee of purchase.	-
Homma et al. (2014)	Agropalma	-	4 - 50 thousand	-	Precarious health services, basic sanitation, transportation and education.	High level of satisfaction of small producers; access to durable goods; increased income and access to electricity.	Net annual income: 8 to ≥ 50 thousand.

Source	Company	Contract terms (years)	Financing PRONA-F-Eco (R\$)	Payment term (years)	Issues	Benefits	Estimate income from oil palm (R\$)*
IOS (2013)	Bio-palma	15	57 - 74 thousand	-	Dissatisfaction with financial gain; difficult work that leads to specialization and monoculture; asymmetry in contractual relationship in favor of companies; delay for the payment to farmers (2 months).	Technical assistance by the company; hope for better income.	Gross monthly income: 2000 Net monthly income: 1000
Vieira (2015)	Agro-palma	25	ca. 22 thousand	12 (5-year grace period)	Indebtedness of the farmer with the company and bank; asymmetry in the contractual relationship; extra contractual agreements with promises of good income and labor.	-	532/month or 823/month (extra contract to obtain agricultural inputs financed by the company.

*one American dollar = 3.2 reais (15 August 2017)

Other indirect form of land appropriation consist of land leases and land transfer from agrarian reform to monoculture of oil palm. Thus, in the perspective of Silva, Magalhães, Farias (2016), the control over land use for the next three decades will be exercised by oil palm agribusiness, in a relationship of asymmetry, disguised coercion and total transfer of the risks of economic activity to the detriment of family farmers.

A further consequence of efforts to expand the oil palm monoculture system in “degraded” areas is the threat to local farming systems and food security as local farmers move from their land (SELFA et al., 2015).

Additionally, labor-intensive oil palm cultivation prevents farmers from engaging in other traditional crops, such as cassava (IOS, 2013). Monteiro (2013) pointed out that the recent rise in food prices is one of those impacts, arguing that, in the long run, rising food prices due to increased bioenergy production would aggravate food insecurity. However, this aspect is still

controversial and deserves to be better analyzed, since other elements, such as climatic factors, the production cycle and national prices can affect local and regional prices (SILVA; MAGALHÃES; FARIAS, 2016).

Mota et al. (2015) have identified obstacles to the annual crops that discourage family farmers associated to companies: obtaining financing; large volume of work dedicated to the cultivation of palm; dependence on the authorization of the contracting company; and dissemination of phytosanitary problems in cassava (root rot).

The fact is that the transfer of land to the monoculture of oil palm accentuates the problems previously existing in these rural areas, such as the crisis in family food production, aging of the family farmer, dependence and subordination to companies, and the weakening of social movements and agrarian reform (NAHUM; BASTOS, 2014). The co-optation of the sons of farmers to work as wage laborers in the plantation also implies in the reduction of the working capacity of the peasant families, which reduces the profit of the activity (MONTEIRO, 2013).

It is worth remembering that the planting of the oil palm requires a larger labor dedication, which occurs in modules of 10 hectares, very different from the 1 ha area needed for cassava/beans/rice cultivated on average by these farmers (SILVA, 2015). Thus, the economic and family subsistence pattern is undergoing a socio-economic reordering, now governed essentially by the logic of the market economy, with broad reflections in the productive base, land use, labor and cultural relations with the territory (FERREIRA et al., 2016).

It is important to consider that because oil palm is a commodity, its price varies according to the international market, leaving the peasants vulnerable (VIEIRA, 2015). However, in the study of Oliveira Neto (2017), none of the subjects interviewed was against the mechanism created by the company (Agropalma) or was dissatisfied with the increase in income that the project represents.

Regarding environmental sustainability, Embrapa (2010) concluded that oil palm has the potential to generate income through ecologically clean sustainable cultivation, as well as to protect soils against erosion, to avoid land degradation, to provide a high level of carbon sequestration and be an attractive option for reforestation in areas at advanced stage of degradation. The return of nearly extinct species is also presented as evidence that oil palm cultivation on degraded lands can help restore the biological balance of degraded forest (FRAYSSINET, 2013). However, this environmental sustainability vision is challenged by other studies (e.g. PACHECO, 2012; KOH; GHAZOUL, 2008; FARGIONE et al., 2008).

The term “degraded area”, mentioned as suitable to oil palm cultivation in the public policies already described, deserves special attention. Within

this classification, lands that are not suitable for agricultural use are mapped and classified as abandoned pasture (MAPA, 2014). However, while these lands are not of economic value to large-scale agriculture, they can provide basic resources for local communities. Therefore, it is of extreme importance to find an operational definition for degraded lands, as well as to analyze the characteristics of degraded lands available in terms of location, extension and socioeconomic conditions (CARVALHO et al., 2015).

Ferreira et al. (2016) verified that there was a real concern of the families with the maintenance of adequate socioenvironmental conditions to guarantee a better quality of life in the region. In their study, most farmers pointed out as problems the increase in temperature, the reduction of water level in rivers and streams, as well as the reduction of rainfall (as a consequence of deforestation) in recent years in the municipality of Moju.

In the same region, Nahum and Santos (2013) pointed out important environmental impacts due to oil palm monoculture, such as soil structure change, intensive use of fertilizers and other chemicals, water contamination of rivers; health problems and loss of biodiversity. In the same way, Glass (2013) defended that the large volume of agrochemicals in areas previously unreached by these products may become a risk for human, plant and animal communities, including losses to other crops (DROUVOT; DROUVOT, 2012).

In this sense, it would be necessary to consider the original intentions of the policy makers and their concreteness in the field. Despite the initiatives of the federal government, granting incentives to biodiesel producers who purchased raw material from family farmers, the objective of social inclusion with improvement in the rural income does not seem to have been reached so far, at least at the desired level by PNPB (IOS, 2013). In general, it is perceived that both the change in land use patterns and the business model adopted (partnerships between small producers and large companies) have the potential to generate negative social impacts (SELFA et al., 2015). In this sense, although beneficial effects from oil palm plantations can also be listed, especially in other parts of the world (GATTO et al., 2017), public policies designed to promote biofuels need to be monitored and revisited to address the original social and environmental concerns.

Final remarks

According to what was presented, it is verified that the PNPB and PSOP while targeting biofuels were policies designed to also generate regional

sustainable development. However, existing studies pointed in the opposite direction so far. These evidences suggest that family farmers gradually become dependent on the transnational capital chain through contracts with large companies. Most the contracts is not read by the producer, since the largest part of the rural population of northeast Pará is illiterate or functional illiterate. Another issue to be raised is the lack of follow-up by government agencies regarding the compliance with the contracts and the financing received by the small producers, leaving them at the mercy of the companies. The family farmer is therefore the weakest link in this relationship. However, it is noteworthy that there is no consensus among the studies on the impacts on the peasant's livelihood.

Issues such as the impact on local food security and environmental sustainability deserve a close monitoring of public agents. A more rigorous environmental inspection is required regarding the use of fertilizers, agrochemicals, herbicides and poisons against pests in general. It is worth remembering that the Amazon region has a large concentration of streams and rivers that are part of the way of life, survival and cultural identity of traditional populations and the uncontrolled use of such chemical compounds can compromise health, income (through fishing) and the leisure of these communities. Deforestation must also be very well monitored as its advance influences rainfall and temperature.

It is important to emphasize the need of empirical data in the northeast Pará to present a clearer picture of the impacts of oil palm cultivation. In this sense, research agencies should have funding lines that encourage a greater and constant production of information in this area.

In short, monitoring measure and economic and social environmental studies in areas on the advance of oil palm cultivation in northeast Pará must be carried out periodically, producing a time series data and, thus, verifying whether the incentives with public resources are truly guaranteeing the regional sustainable development.

References

OLIVEIRA, J. E. C. L.; ABREU, Y. V. de. Agricultura familiar, Selo Combustível Social e Leilões. In: ABREU, Y. V. de. **Biodiesel no Brasil em Três Hiatos: Selo Combustível Social, Empresas e Leilões 2005 a 2012**. Málaga, Espanha: Eumed. Net, Universidad de Málaga, 2012. 214 p.

ACEVEDO MARÍN, R; BACKHOUSE, M. (Org.). Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Belém, **Boletim Informativo**, n. 9, 2014.

ALMEIDA, A.W.B. de. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S; ALMEIDA, W (Org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 27-44. 2011.

ALMEIDA, A.W.B. de; ACEVEDO MARÍN, R. A. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, W; CASTRO, E.C; V JMELKA, M. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, p. 141-159, 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Programa de Produção Sustentável de óleo de Palma no Brasil**. Brasília, DF: MAPA, 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/fle/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/1_reuniao/Programa.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

_____. Decreto nº 7.172/2010. **Zoneamento agroecológico do dendê para as áreas desmatadas da Amazônia Legal (ZAE – Dendê)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/>. Acesso em: jul. 2017.

_____. Lei 12.651/2012. **Código Florestal Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: jul. 2017.

_____. Lei nº 11.097/2005. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm>. Acesso em: jul. 2017.

_____. Decreto-lei nº 756 de 1969. **Programa de valorização econômica da Amazônia**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0756.htm>. Acesso em: jul. 2017

_____. Decreto-lei nº 1.376 de 1974. **Criação de fundos de investimento para a Amazônia**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1376.htm>. Acesso em: jul. 2017.

_____. Portaria MDA nº 337 de 2015. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/>>

files/user_arquivos_627/Portaria%20337%2C%20de%2018%20de%20setembro%20de%202015._1.pdf> Acesso em: jul. 2017.

CAHYADI, E. R; WAIBEL, H. Is contract farming in the Indonesian oil palm industry pro-poor? **Journal of Southeast Asian Economies**, v. 30, n.1, p. 62-76, 2013.

CARDOSO; A. S.; TOLEDO, P. M. de; VIEIRA, I. C. G. **Dimensão institucional da sustentabilidade e gestão ambiental no município de Moju, Pará: uma aplicação do Barômetro da Sustentabilidade**. Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 5, n. 1, jan./abr., p. 117-135, 2014.

CARLSON, K. M; CURRAN, L. M; RATNASARI, D; PITTMAN, A. M; SOARESFILHO, B. S; ASNER, G. P; RODRIGUES, H. O. Committed carbon emissions, deforestation, and community land conversion from oil palm plantation expansion in West Kalimantan, Indonesia. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 109(19), 7559-7564.2012.

CARVALHO, C.M; SEMIDA, S; B, LA ROVERE, E.L; IWAMA, A.Y. Deforested and degraded land available for the expansion of oil palm for biodiesel in the state of Pará in the Brazilian Amazon. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 44, p. 867-876. 2015

CASTRO, C. N. **O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e a Produção de Matéria-Prima de Óleo Vegetal no Norte e no Nordeste**. 1613. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2011.

CUNHA, C.R. Potential for producing bio-fuel in the Amazon deforested areas. **Biomass Bioenergy**, v. 26, p. 405-15. 2004. <<http://dx.doi.org/10.1016/j.biombioe.2003.08.011>> Acesso em: jul. 2017.

DROUVOT, C. M.; DROUVOT, H. O Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma: a questão da participação dos atores locais em favor do desenvolvimento territorial. In: **Anais do 2 Congrès Transformare**. Paris,19-20 de mar. 2012.

EMBRAPA, Centro Nacional de Pesquisa de Solos, “Zoneamento Agroecológico de Dendezeiro para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal”, 2010, <http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_dende/ZonDende.pdf> Acesso em: jul. 2017.

FARGIONE, J; HILL, J; TILMAN, D; POLASKY, S; HAWTHORNE, P. Land clearing and the biofuel carbon debt. **Science**, v. 319, p.1235-1238. 2008.

FEINTRENIE, L., CHONG, W. K., & LEVANG, P. Why do farmers prefer oil palm? Lessons learnt from Bungo district, Indonesia. **Small-Scale Forestry**, v.9, n.3, p. 379-396. 2010.

FERREIRA, V.A; SANTANA, A.C; RAVENA, N; OLIVEIRA, C.O. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 39, p. 173-188, 2016.

FRAYSSINET, F. Oil Palm Expands on Deforested Land in Brazil's Rainforest. **Inter Press Service News Agency**, 2013. <http://www.ipsnews.net/2013/11/oil-palm-expands-on-deforested-land-in-brazilsrainforest/>. Acesso em: jul. 2017.

GATTO, M; WOLLNI, M; ASNAWI, R; QAIM, M. Oil Palm Boom, Contract Farming, and Rural Economic Development: Village-Level Evidence from Indonesia. **World Development**, v. 95, p. 127-140, 2017.

GLASS, V. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil. (2013). Disponível em: <[http://www.commercialpressuresonland.org/researchpapers/expans%C3%A3ododend%C3%AA-na-amaz%C3%B4nia-brasileira-elementos-para-umaan%C3%A1lise dos impactos](http://www.commercialpressuresonland.org/researchpapers/expans%C3%A3ododend%C3%AA-na-amaz%C3%B4nia-brasileira-elementos-para-umaan%C3%A1lise%20dos%20impactos)>. Acesso em: jul. 2017.

HOMMA, A. K. O; MENEZES, A. J. E. A; SANTOS, J. C. dos; SENA, A. L. dos S; MONTEIRO, K. F. G. Integração grande empresa e pequenos produtores de dendeeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará. **Embrapa Amazônia Oriental**, 2014.

IOS - Instituto Observatório Social. **O comportamento sócio-trabalhista na produção de óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobrás Combustíveis**. São Paulo: IOS, 2013. Disponível em:<http://www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/05-07-2013_11-palma_dende-para_0.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

KOH, L.P, GHAZOUL, J. Biofuels, biodiversity, and people: understanding the conflicts and finding opportunities. **Biol Conserv**, v. 141, p. 2450-2460. 2008.

LAMEIRA, W. J. M; VIEIRA, I. C.G; TOLEDO, P.M. Panorama da Sustentabilidade na Fronteira Agrícola de Bioenergia na Amazônia. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 6, n. 2, p. 193-210, mai/ago 2015.

LANGEVIN, M, S. Social Inclusion, Environmental Sustainability, and Brazil's National Biodiesel Production and Use Policy: The Critical Case of Agropalma. **Renewable Energy Law and Policy Review**. v. 3, p. 223-232. 2011.

MAPA. Recuperação de Áreas Degradadas; 2014. Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/recuperacao-areas-degradadas>> Acesso em: jul. 2017.

MARGONO, B. A; TURUBANOVA, S; ZHURAVLEVA, I; POTAPOV, P; TYUKAVINA, A; BACCINI, A; HANSEN, M. C. Mapping and monitoring deforestation and forest degradation in Sumatra (Indonesia) using Landsat time series data sets from 1990 to 2010. **Environmental Research Letters**, v. 7, n. 3, 2012.

MONTEIRO, K. F. G. **Análise de indicadores de sustentabilidade em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará**. Belém, Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – UFRA, 2013.

MOTA, D. M da.; SILVA, E. M. da.; SCHMITZ, H.; ALVES, L. N.; FERREIRA, M. do S. G. Produção de culturas alimentares e dendê nos estabelecimentos familiares no Nordeste paraense. In: Seminário Internacional América Latina: Política e Conflitos Contemporâneos, 2015, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: GETTAM: NAEA: UFPA, 2015. p. 119-125.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 63-80. 2013.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geosp** – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>. Acesso em: jul. 2017.

OLIVEIRA NETO, A. da C. **Territórios subordinados: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em**

assentamentos de reforma agrária no Pará. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, 2017.

PACHECO, P. Soybean and oil palm expansion in South America: a review of main trends and implications. **CIFOR Working Paper**, n. 90. 2012. http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Wpapers/WP90Pacheco.pdf. Acesso em: jul, 2017.

RIST, L; FEINTRENIE, L; LEVANG, P. The livelihood impacts of oil palm: Smallholders in Indonesia. **Biodiversity and Conservation**, v. 19, n.4, p.1009-1024, 2010.

SCHAFFER, S.; HERRERA, S.; OBERMAIER, M.; LÈBRE LA ROVERE, E. Can family farmers benefit from biofuel sustainability standards? Evidence from the Brazilian social fuel certificate. **Biofuels**, v.3, 725-736 p., 2012.

SILVA, E.P; MAGALHÃES, B.; FARIAS, A.L.A. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 165-195, 2016.

SILVA, E.P. **Agroestratégias e monocultivos de dendê**: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2015.

SELFA, T; BAIN, C; MORENO, R; EASTMOND, A; SWEITZ, S; BAILEY, C; PEREIRA, G.S; SOUZA, T; MEDEIROS, R. Interrogating Social Sustainability in the Biofuels Sector in Latin America: Tensions Between Global Standards and Local Experiences in Mexico, Brazil, and Colombia. **Environmental Management**, v.56, p.1315-1329. 2015.

VIEIRA, A. C. C. **A integração camponesa ao monocultivo de dendê**: subordinação e transformação do campesinato amazônico. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2015.



A SOCIOECONOMIA DO AÇAÍ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSOCIADAS NO ESTADO DO PARÁ, BRASIL

*Erick Silva dos Santos*⁹⁷

*Claudia Azevedo-Ramos*⁹⁸

Introdução

A vocação do estado do Pará para atividades agropecuárias e florestais é refletida no seu PIB, sendo seus principais geradores de divisas concentrados nos setores da mineração, madeireira, pecuária e fruticultura (SAGRI, 2013). Em 2011, o mercado das superfrutas movimentou, aproximadamente, US\$ 10 bilhões, promovendo a criação de inúmeros produtos com alta tecnologia empregada e aumento do número de agroindústrias do setor. Entre essas superfrutas, destaca-se o fruto açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) por apresentar alto crescimento de produção e exportações nos últimos anos. Considerando apenas os Estados Unidos da América, as vendas cresceram 31% de 2004 (US\$ 3,8 milhões) a 2010 (US\$ 121,7 milhões) (SEICOM, 2013).

Estima-se que o mercado mundial de frutas tropicais movimente US\$ 5 bilhões e o estado do Pará é um dos maiores produtores do Brasil, cabendo destaque para o açaí, abacaxi e cupuaçu (maior produtor), cacau (2º), coco (4º), laranja (5º), banana e maracujá (6º) (SEICOM, 2013). Considerando o açaí, o mercado encontra-se em franca expansão para seus diversos produtos, demonstrado pelos valores movimentados. O Pará, nos anos de 2002 e 2014, exportou 1.136.506 kg e 5.462.534 kg de polpa de açaí, gerando receitas de US\$ 1.037.740 e US\$ 22.523.801, respectivamente (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012; TAVARES; HOMMA, 2015).

Alinhado ao cenário atual, o estado do Pará tem investido em ações que visem ao aumento da produção do fruto açaí em ambientes de várzea e terra firme, concessão de incentivos fiscais para a atração de agroindústrias que beneficiem e agreguem valor aos produtos derivados do açaí, criação de instrumentos

97 Discente de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA da Universidade Federal do Pará. Belém. Pará. Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). ericks_santos@hotmail.com

98 Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA da Universidade Federal do Pará. Belém, Pará. Brasil. claudia.azevedoramos@gmail.com

legais para regularização fundiária, controle higiênico e fitossanitário da cadeia produtiva e eficiência de processos técnicos, parcerias com universidades e institutos de pesquisas visando ao melhoramento genético da espécie, maior inserção tecnológica e criação de produtos (SAGRI, 2013; SEDAP, 2016).

Todavia, a intensificação da inserção da atividade produtiva do açaí no mercado global incide preocupações por parte do poder público, notadamente na promoção de impactos negativos na forma como a espécie é coletada e manejada, tanto pelos extrativistas tradicionais (ribeirinhos) quanto por agricultores/empresários, assim como na geração de renda e subsistência das famílias extrativistas. Estas, como mecanismo relacional com o mercado, estão transformando a paisagem vegetal e seus modos de vida para se beneficiarem economicamente da valorização do fruto açaí, comprometendo a capacidade de suporte da espécie e as riquezas florísticas local e regional (JARDIM; ANDERSON, 1987; NOGUEIRA, 1997). O aumento progressivo da produção deste fruto na Amazônia tem levado a impactos significativos na diminuição de espécies de árvores, na criação de áreas de monocultivo do açaizeiro e no decréscimo em espécies de árvores pioneiras (FREITAS et al., 2015).

O fomento público à maior participação dos ambientes de terra firme na produção do fruto açaí e inserção de processos mecanicistas na atividade podem ser indicativos do processo que a cultura tende atravessar. A complexidade que o tema engloba revela inquietações quanto aos parâmetros utilizados para priorização e condução de políticas que podem surtir efeito reverso, acentuando as disparidades socioeconômicas locais e regionais, especialmente entre extrativistas ribeirinhos e agricultores capitalizados.

O processo de domesticação da espécie *E. Oleracea* em voga pode indicar que a inserção da atividade no mercado global está acelerando a sua monoculturização, tendenciosamente rompendo com o modelo econômico de culturas extrativistas, e se alinhando ao chamado modelo macroeconômico ilustrado por Homma (2007), em que em sua terceira e última fase há o predomínio do plantio domesticado em detrimento do extrativismo da espécie.

Dessa forma, para uma melhor compreensão do panorama que envolve esse importante produto e os atores envolvidos, este estudo primeiramente detalha o cenário socioeconômico da produção de açaí no Pará e as principais iniciativas do poder público estadual para o fortalecimento desta atividade produtiva. Este detalhamento foi realizado em face de uma revisão de literatura dos aspectos econômicos, políticos e sociais da atividade produtiva do açaí, compreendendo os programas, planos, ações e dados socioeconômicos relacionados ao açaí coletados em sites oficiais dos órgãos estaduais do Pará, bem como artigos científicos e estatísticas nacionais disponibilizadas, no mínimo, nos últimos 20 anos.

Em seguida, discutimos oportunidades e desafios associados à cadeia produtiva do açaí baseado neste cenário.

Aspectos gerais da economia do açaí no Pará

O fruto e o palmito do açaí sempre fizeram parte da alimentação da população da Amazônia, mas na última década experimentaram um rápido crescimento na produção devido à demanda de outras regiões. A palmeira açazeiro passou a ser uma das principais espécies de importância econômica, social e ambiental para a Amazônia, sendo considerado o principal produto extrativista da Amazônia legal e, ainda, um dos componentes mais relevantes da dieta alimentar das populações ribeirinhas (JARDIM; ANDERSON, 1987).

A inserção dos produtos do açazeiro no mercado nacional ocorreu a partir da década de 1960, devido à escassez de palmito de outra palmeira da região sudeste (*Euterpe edulis* Mart.), até então maior fornecedora. O declínio e quase extinção dessa palmeira, promoveu o deslocamento da maioria das indústrias de palmito para o estado do Pará, em busca do produto, condições favoráveis (incentivo fiscal, baixo preço de venda do produto pelos ribeirinhos) e atraídos pelas características genéticas do açazeiro, como alta taxa de perfilhamento e regeneração (JARDIM; ANDERSON, 1987; STEWARD, 2013; NOGUEIRA; HOMMA, 2014).

A espécie *E. oleracea* ocorre em diversos países, como Brasil, Equador, Suriname, Venezuela e Colômbia. No Brasil, a maior ocorrência é nos estados do Amapá, Pará e Maranhão, apesar de ter registro em Tocantins, Amazonas, Acre e Mato Grosso. É uma palmeira abundante em rios, córregos e matas ciliares (NOGUEIRA; HOMMA, 2014). A principal forma de obtenção dos produtos do açazeiro é pelo extrativismo de populações nativas e manejadas, as quais empregam boa parte da mão de obra familiar ribeirinha (MENDES et al., 2012).

O produto açaí se inseriu no mercado internacional no início dos anos 2000, algo já consolidado no mercado nacional. Não obstante, esses mercados se diferem, uma vez que as exportações para os países desenvolvidos são basicamente de produtos pasteurizados ou polpas, enquanto para os estados do Brasil são polpas de açaí ou mix de polpa (HOMMA, 2012; 2104). Estima-se que em torno de 70% da produção do Pará é consumida no próprio estado, sendo parte majoritária na capital Belém (BANCO DO BRASIL, 2010; TAVARES; HOMMA, 2015).

Até o início de 2000, parte majoritária da produção do fruto açaí no Pará provinha do extrativismo, principalmente em áreas de açazeiro de várzea. Embora haja plantação em terra firme, o abastecimento do mercado continua majoritariamente oriundo de ambientes de várzea, principalmente de áreas

ribeirinhas. Entretanto, a produção nessas áreas não supre a demanda do mercado, notadamente na entressafra. Estima-se que apenas 20% da produção deste fruto provenham de açazais manejados, demonstrando o caráter extrativista da atividade e dificuldades de inserção de tecnologias nos seus processos produtivos (SANTOS et al., 2014; HOMMA et al., 2006).

A relevância do mercado de frutas do Pará ganhou destaque a partir dos anos 1990, devido à necessidade de alavancar o mercado, até então quarta maior atividade econômica exportadora do estado (atrás de mineração, madeireira e pecuária), assim como por apresentar condições favoráveis para seu crescimento, desde a diversidade de frutas até às condições edafoclimáticas locais (SAGRI, 2013). Entre as frutas regionais nativas, o açaí é o maior destaque, com as maiores áreas plantadas e colhidas. Em 2010, as exportações de frutas do Pará geraram US\$ 26,7 milhões, sendo 88% para os Estados Unidos, apesar de uma redução de 24,1% em relação a 2009, devido à crise econômica norte-americana. As exportações de suco e frutas representam o 6º maior volume de produtos do agronegócio do estado, com tendências reais de crescimento (SAGRI, 2013).

Em 2010, o Pará produziu 706 mil toneladas de frutos açaí, gerando R\$ 1.030 milhões de receita, respondendo por 88% da produção nacional. Apenas para o mercado de polpas de açaí, as vendas atingiram US\$ 18,6 milhões, correspondendo a 65% do total de sucos exportados do estado. No mercado nacional, destacam-se os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais consumiram 650 toneladas/mês de polpa e 1.000 toneladas/mês na forma mix (guaraná e granola), respectivamente. O mercado local (apenas a Região Metropolitana de Belém) consome aproximadamente 471 mil litros de açaí por dia, vendidos por inúmeras bateadeiras (SAGRI, 2013).

Em 2013, a produção nacional de açaí foi de 202 mil toneladas, crescendo apenas 1,6% em relação ao ano anterior. No mesmo ano, a produção primária florestal foi de R\$ 18,7 bilhões, sendo 76,1% (R\$ 14,1 bilhões) e 23,9% (R\$ 4,5 bilhões) correspondentes à silvicultura e à extração vegetal, respectivamente. Desta, os produtos não madeireiros contribuíram com R\$ 1,3 bilhão (28,88%), sendo a produção total do açaí a que apresentou o maior valor (R\$ 409,7 milhões), superando o valor da produção da erva-mate nativa (R\$ 400,0 milhões) (IBGE, 2014).

Em 2010, o valor de mercado do açaí nos E.U.A. foi de US\$ 121,7 milhões, demonstrando um abismo entre os valores exportados do produto *in natura* pelo estado do Pará e os valores desses produtos após processo de agregação de valor pelos países importadores desenvolvidos, indicando o efeito do emprego de alta tecnologia na geração de produtos com excelente qualidade fitossanitária e acei-

tabilidade comercial (SILVA; SANTANA; REIS, 2012; SEICOM, 2013; TAVARES; HOMMA, 2015).

Apesar desses números expressivos, apenas 10% da produção nacional de açaí é destinada para o exterior, sendo basicamente consumida nos mercados nacional (30%) e local (60%). Desses 10% das exportações, os Estados Unidos da América é o maior destino (77%), demonstrando que há mercado para se expandir, principalmente para a União Europeia e a Ásia, como China e Japão (SEBRAE, 2015a).

A distribuição espacial do mercado de açaí é classificada como regional, nacional e internacional. A primeira se caracteriza pela demanda do mercado ao produto *in natura*, vide região metropolitana de Belém, essencialmente, sendo subdividida em 3 níveis: 1) pelas relações comerciais entre produtores e compradores no local de produção do fruto; 2) pelos atacadistas detentores de grande volume de frutos para negociar com os compradores locais; e 3) pela comercialização da bebida açaí (vinho e polpas) e derivados no varejo. Os agentes-chave da cadeia produtiva, como atacadistas, supermercados e microempresários (“batedores” de açaí) são responsáveis pelos preços iniciais do produto no mercado regional, desde as batedeiras aos supermercados (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012).

De uma venda simples em “batedeiras” às prateleiras de supermercados, a atividade econômica do açaí vem se transformando, adaptando e reorientando diante das conformações do mercado. Em 2002, 53% do mercado varejista de açaí em Belém era abastecido pelas “batedeiras” de açaí, localizadas em residências, comércios, esquinas, com questionáveis padrões de segurança higiênico-sanitária. Logo, um nicho de 23% passou a ser representado por grandes redes de supermercados e shoppings, atingindo um mercado com alto poder aquisitivo e maiores exigências sanitárias (SANTANA; GOMES, 2005; SANTANA; COSTA, 2008; SANTANA; PESSOA, SANTANA, 2012; SANTANA et al., 2014). Sousa et al. (2014) verificaram que domicílios com renda de 2 a 6 salários mínimos foram os que mais consumiram açaí, embora tenha havido uma redução na aquisição domiciliar de açaí na região metropolitana de Belém no período 2003 a 2009.

Santana, Pessoa e Santana (2012) previram a oferta de fruto do açaí até 2020, considerando as variáveis preço real do açaí, produção defasada de um período e salário rural no ano (custo da produção). As correlações foram negativas com o salário rural e positivas com os preços, de modo que a elasticidade-custo de -0,459 indicou que um aumento no valor do custo pode ocasionar uma queda de 4,5% na oferta de açaí. Ao passo que a elasticidade-preço de 1,269 sugeriu que, a cada variação de 10% nos preços, a quantidade ofertada de

açai tende a aumentar em 12,7%, demonstrando que a oferta de açai é elástica a preço, considerando o período analisado (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012).

Apesar do forte consumo interno, o açai vem se tornando cada vez mais relevante para a economia paraense, sendo responsável por 84% das exportações de sucos do estado em 2014, gerando US\$ 22,5 milhões em polpas de açai, a partir de transações comerciais com 31 países. Para polpas de mix de açai, o destino são as exportações (94,8%), sendo 87,2% para outros países e o restante para os estados de São Paulo (4,9%) e Santa Catarina (2,7%) (TAVARES; HOMMA, 2015). Em 2015, as exportações de açai geraram US\$ 22,7 milhões, 90% para os Estados Unidos e Japão, representado por 6,2 mil toneladas (ANUÁRIO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA, 2017). O valor total gerado pelas exportações de mix de açai por 15 municípios do Pará foi de R\$ 225.794.483,94 no ano de 2014. Apenas a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) gerou R\$ 20.148.380,00 e R\$ 2.184.099,00 com exportações de polpas de açai e mix, respectivamente, sendo voltadas essencialmente para o Japão (TAVARES; HOMMA, 2015).

As exportações de polpa de açai do Pará representam 40% da demanda, sendo 10% voltadas para os compradores internacionais EUA, Europa (Holanda, principalmente) e Japão, e 30% para os nacionais, estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A complexidade de configuração desse mercado ocasiona mudanças significativas em diversos aspectos, citam-se: produtivos; organizacionais; técnicos; logísticos; legais. A inserção de diferentes agentes na cadeia produtiva, principalmente grandes agroindústrias, promove a reorganização da atividade econômica, tendendo à criação de produtos com alta tecnologia e segurança fitossanitária (SOUSA, 2011; FARIAS FILHO; SOUSA, 2013).

Não obstante, apesar da inserção cada vez mais ativa dos mercados nacional e internacional, Costa (2012) apontou que os mercados local e regional ainda seriam os principais responsáveis pela demanda do fruto açai. O aumento da demanda mundial por este fruto, aliado a uma estabilização da produção deste, gerou um cenário de crescente aumento de preço do produto (SANTANA; GOMES, 2005), algo que também atua de forma associada com a inserção de processos tecnológicos na cadeia produtiva do açai para o crescimento da produção, mas fortemente em ambiente de terra firme (SANTANA; COSTA, 2008). Segundo Nogueira, Santana e Garcia (2013), apesar dos sucessivos aumentos de preço, principalmente na entressafra, a demanda pelo fruto açai é crescente, atingindo um aumento de 26,7% no período 2001-2009, enquadrando-o na categoria “produto de luxo”. Essa valorização comercial incide na ca-

deia produtiva do açaí no Pará, a qual gera 150 mil empregos, tem crescimento médio anual de 7,3% e movimentou R\$ 391 milhões no estado apenas em 2015 (ANUÁRIO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA, 2017).

Em virtude do atual cenário da cadeia produtiva do açaí, o estado do Pará vem executando inúmeras ações para o desenvolvimento da atividade, destacando-se as de planejamento, gestão, legislação, segurança fitossanitária e melhoramento genético. O estabelecimento de metas e integração das instituições públicas, privadas e de pesquisas seria, assim, condição *sine qua non* para o estado figurar como maior produtor do fruto, considerando o crescimento e a complexidade do mercado.

Políticas para o desenvolvimento da fruticultura paraense: ações para o açaí

Programas de melhoramento genético do açaizeiro

A produção de açaí do Pará está concentrada notadamente em áreas de várzea e no período de safra de julho a dezembro. Fora desse período, a produção cai vertiginosamente, afetando as indústrias e os consumidores. Com vistas à solução desse problema, a Embrapa Amazônia Oriental realiza pesquisas desde os anos de 1990 para lançar cultivares que possam ser plantados em terra firme e apresentem produtividade semelhante ou superior ao de várzea. As pesquisas visam ao melhoramento genético, irrigação e adubação, de maneira a uniformizar algumas características genéticas como rendimento de polpa, produtividade, diversidade de coloração e tamanho de fruto e cachos (NOGUEIRA; HOMMA, 1998). Em 2004, como resultado da parceria entre a Secretaria de Estado da Agricultura (SAGRI) do Pará e a Embrapa, o cultivar BRS Pará tornou-se o primeiro desenvolvido para a produção de frutos em terra firme, apresentando relevantes níveis de produtividade de frutos e rendimento de polpa da ordem de 10 t/ha/ano e 15% a 25%, respectivamente (OLIVEIRA; FARIAS NETO, 2004).

Estima-se que de 2008 a 2014 foram produzidas aproximadamente 10,7 milhões de mudas da cultivar BRS Pará, a partir de 22,7 toneladas de sementes doadas pela SAGRI e Embrapa Amazônia Oriental (TAVARES; HOMMA, 2015), com produtividade média das áreas manejadas estimada em 15 a 20 t/ha (IBGE, 2006). Em 2016, a Embrapa Amazônia Oriental desenvolveu a cultivar BRS Ver-O-peso, sendo programada a distribuição de 8.000 mil mudas para os produtores cadastrados do Pará.

Estima-se que os plantios em terra firme nos anos de 2006 e 2011 foram de

2.001 ha e 7.000 ha, respectivamente. O primeiro apresentou produtividade de 4.386 kg/ha em uma área colhida de 1.033 ha, abaixo dos 8 a 12 t/ha de produtividade média. Dados indicam que, dos 64.786 ha de plantio da espécie nesse ambiente, 86,71% são monocultivo, ou seja, possuem baixíssima diversidade vegetal (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012). Tal constatação suscita preocupações, prioritariamente quanto ao surgimento/agravamento de pragas, uso de agrotóxicos e adubos químicos, políticas de controle de preço e planejamento da produção. É, portanto, defendido que o estado deveria criar políticas claras quanto aos benefícios, custos, limitantes e potencialidades do plantio em terra firme, para que o efeito da promoção dessa atividade não desvele externalidades negativas ambientais e socioeconômicas para o estado e a população, principalmente os ribeirinhos (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012; TAVARES; HOMMA, 2015).

Plano Pará 2030

Em 2016, o governo do estado do Pará lançou um plano de ação para suas principais cadeias produtivas, visando ao alcance de mercados e atendimento da demanda mundial por produtos agropecuários. O governo estimou que, nos próximos 10 anos, 40% da demanda de alimentos do mundo serão supridas pelo Brasil, tendo o Pará destaque no mercado de frutas, especialmente o açaí (SEDAP, 2016).

Para a cadeia produtiva do açaí, o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará (Pró-Açaí) previu investimentos financeiros e fiscais para atração de indústrias (para o desenvolvimento de produtos com alto valor agregado) e empresas do setor, maior integração com os órgãos de pesquisa e universidades, alcance de outros mercados, aumento da produção, da área plantada e da produtividade. A estimativa é que até 2024 sejam acrescidos 360 mil toneladas de frutos no mercado, mantendo o estado como maior produtor (SEDAP, 2016).

Para as áreas de terra firme, de 2016 a 2020 foi previsto implantar e manejar 10.000 ha de açaizeiro, prioritariamente em áreas degradadas, em consórcio com outras espécies ou em monocultivo. Considerando os indicadores econômicos por ha/ano, o governo estima que a relação custo/benefício será de R\$ 2,52, ao passo que o retorno econômico do investimento no 12º ano será de R\$ 7,00 sendo atrativo a investidores (SEDAP, 2016). Já para as áreas de várzea, o objetivo é manejar e enriquecer 40.000 ha de açaizeiro nativo nas principais áreas produtoras do estado (Regiões de Integração do Marajó e Tocan-

tins) até 2020, sendo selecionadas 10.000 unidades familiares. Analisando seus indicadores econômicos por ha/ano, estima-se que a relação custo/benefício é de R\$ 3,90, ao passo que o retorno econômico do investimento no 12º ano será de R\$ 5,00 (SEDAP, 2016).

Para os indicadores socioambientais, o governo do Pará ainda estimou que com essas ações nos ambientes de terra firme e várzea com o açazeiro gerarão 3.000 e 12.000 empregos diretos e capturarão 1.200.000 toneladas e 4.800.000 toneladas de dióxido de carbono, respectivamente, até 2020 no estado (SEDAP, 2016).

Incentivos à atração de agroindústrias

Embora tenha avançado em algumas políticas públicas, o Pará apresenta diversos gargalos que coíbem a concretização do potencial da atividade, como na geração de riqueza, renda, impostos, empregos e desenvolvimento socioambiental. Do total produzido, 99% são destinados à produção de polpas, sem agregação de valor, com participação incipiente de agroindústrias. Como exemplo, duas empresas do estado do Ceará foram as que mais criaram produtos a partir do açaí do Pará. Por mais que este tenha a maior produção do fruto, aquele gera maior volume de recursos comercializados (GAZETA DE SANTARÉM, 2015). Na região metropolitana de Belém, o crescimento foi de oito indústrias em 2000 para 40 em 2004, no entanto com concentração na polpa de açaí pasteurizado e/ou congelado como produto industrial (SANTANA; CARVALHO; MENDES, 2010).

Considerado como um dos pontos-chave para a agregação de valor aos produtos do açaí e frutas em geral, a Assembleia Legislativa do Pará promulgou a Lei nº 6.915/2006, regulamentado pelo Decreto Estadual 2492/2006, com o objetivo de atrair agroindústrias para o estado a partir da concessão de incentivos fiscais. Ainda no que tange aos aspectos fundiários, a Assembleia Legislativa do Pará promulgou o Projeto de Emenda Constitucional que incumbe o Instituto de Terras do Pará à regularização fundiária de propriedades com até 2.000 ha (anteriormente era limitado a 500 ha). Na visão governamental, isso tenderia a facilitar a aquisição de créditos bancários por pequenos produtores de açaí, visto que o título da propriedade é um dos principais requisitos para seu acesso. Não obstante, o lote desses produtores, via de regra, não passa de 100 ha.

Outras políticas de incentivo

Incentivos financeiros e fiscais públicos para produtos não madeireiros eram incipientes até a década de 1990, principalmente para a cadeia produtiva do açaí. Este fato ensejou a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX) em 1996, uma linha do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Os resultados foram imediatos no aumento da área manejada de açazeiro em várzea: de 9.223 ha para 18.816 ha entre 1996 e 2002 (SANTANA; CARVALHO; MENDES, 2010).

A atuação do Banco da Amazônia (BASA) foi também preponderante para o financiamento de projetos de manejo de açazais voltados para a produção de frutos e/ou palmito, tendo alcançado R\$ 40.891.273,28 em 29.421 ha de 1990 a 2005. A média do estado do Pará foi de 518 ha/açaí/ano no período de 16 anos, cujo valor total foi de R\$ 31.177.245,18 distribuídos em 67 municípios, no mesmo período, para implantação e/ou manejo de açazal. A área total financiada no estado foi de 23.681 ha, indicando valor médio de R\$ 1.316,58/ha (SANTANA; CARVALHO; MENDES, 2010). Entre 2000 e 2005, o BASA financiou 14.115 ha, sendo que, apenas no último, 76,6% do total dos recursos foram para 17 municípios do estado do Pará. Nota-se, entretanto, que o capital privado, oriundo em sua maioria de produtores de outras regiões, financiou 55,6% da área colhida de açaí na Amazônia (SANTANA; CARVALHO; MENDES, 2010).

A socioeconomia futura do açaí: manejar a várzea e plantar em terra firme

A contribuição do financiamento público e/ou investimento privado em manejo de açazal na várzea e terra firme para o aumento da produção de frutos é relevante. Todavia, quais os benefícios socioeconômicos que a adoção de tecnologias em áreas de açazais trouxe para consumidores, produtores e empresários do estado do Pará?

Estima-se que 86,7% dos 64.786 ha de área plantada no estado do Pará seja monocultivo e os restantes 13,3% sejam de combinações diversas. Esta área é distribuída em 2.035 estabelecimentos que possuem até 50 pés de açaí e 26.496 estabelecimentos com mais de 50 pés (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012), assistidos por famílias ribeirinhas e pequenos produtores que têm no açaí a principal atividade provedora de alimentos e renda. A partir da aplicação correta e acompanhada das técnicas de manejo, as produções do fruto

açaí e palmito podem aumentar 100% e 60%, respectivamente (NOGUEIRA, 1997). O emprego e a renda também podem ser beneficiados com o aumento da produtividade, incluindo as plantações em terra firme.

Em 2011, a produção oriunda de plantios irrigados em terra firme no Pará foi estimada em 7.000 ha (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012), uma área relativamente pequena em comparação com a área ocupada pelos açazais nativos. A produtividade média estimada para esses açazais varia entre 8 e 12 t/ha (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012). Santana, Lopes e Homma (2002) apontaram que 1000 ha manejados com emprego de máquinas geraram ocupação direta de 273 pessoas, o que de forma tradicional geraria 153 empregos diretos e necessitaria de 46 d/h por ha de mão de obra. Nogueira (1997) verificou um aumento de 127,8% na absorção de mão de obra a partir do 4º ano em áreas de açazais de várzea manejados intensamente em comparação a áreas de açazais de várzea sem manejo na microrregião homogênea do município de Cametá (PA). As etapas coleta de cachos, debulha dos cachos, transporte dos frutos para venda, extração do palmito (desbaste) e roçagem semestral em áreas manejadas intensamente absorvem o dobro (d/h) de mão de obra em relação as não manejadas.

No período de 1994 a 2009, a partir da inserção de tecnologia no manejo e plantio de açazeiro em terra firme, Nogueira e Santana (2016) revelaram que os benefícios anuais para a população, consumidores e produtores foram de R\$ 25.763,79 mil, R\$ 18.515,46 mil e R\$ 7.248,33 mil, respectivamente, ao passo que, sem a adoção de processos tecnológicos, os benefícios gerados foram R\$ 13.195,50, R\$ 6.848,55 e R\$ 6.346,95, respectivamente.

Nogueira e Santana (2016), ao analisar a expansão do consumo de açaí no Pará entre 2001 e 2009, a partir da adoção de tecnologias na produção de fruto do açazeiro, constataram a geração total de R\$ 64.644,48 em benefícios socioeconômicos à população paraense, sendo 51,6% desse montante apropriado pelos consumidores. Para os autores, o aumento da produção do fruto açaí no estado foi impulsionado pelo aumento do consumo deste, proporcionado pela inserção de ciência e tecnologia nos processos produtivos (NOGUEIRA; SANTANA, 2016). Contudo, a difusão deste conhecimento ainda não ocorre de forma ampla e equitativa ao longo de sua cadeia (NOGUEIRA, 2011) para superação de entraves produtivos, fitossanitários, comerciais, legais, entre outros, os quais inflacionam os preços e interferem no padrão de consumo (BANCO DO BRASIL, 2010; SOUSA et al., 2014).

Uma das externalidades positivas da adoção de técnicas de manejo florestal em açazais de várzea e/ou terra firme parece ser o aumento da oferta de emprego no meio rural, podendo melhorar o nível de renda e condições de

vida, assim como reduzir o êxodo rural (LOPES, 2001). Por outro lado, alguns impactos negativos foram observados com a crescente implantação de empresas de palmito na Região Amazônica, como: uni aproveitamento do açazeiro; transformação da paisagem ambiental pelo aumento do monocultivo de açazeiro; pressão aos ribeirinhos e produtores para oferta de palmito; influência na segurança alimentar e geração de renda dos ribeirinhos, uma vez que priorizavam o palmito; diminuição da produção do fruto açáí; reduzida rotação de corte do açazeiro para extração do palmito; introdução de técnicas para o manejo dos açazeiros sem prévios estudos e acompanhamento dos órgãos de pesquisa e meio ambiente (JARDIM; ANDERSON, 1987; SCHROTH et al., 2000; WEINSTEIN; MOEGENBURG, 2004; BRONDÍZIO, 2008).

Oportunidades e desafios

O cenário descrito nas seções anteriores permitiu refletir sobre os aspectos positivos e aqueles que ainda representam desafios ao fortalecimento da cadeia produtiva do açáí no Pará.

Conforme visto, o manejo florestal de açazeiros, seja em várzea ou em terra firme, pode ser uma alternativa promissora tanto para o aumento da oferta de emprego quanto para o aumento da produtividade e produção do fruto e retornos socioeconômicos para a sociedade (LOPES, 2001; NOGUEIRA; SANTANA, 2016). O estado do Pará tem, de fato, apresentado políticas de incentivo que contribuem para a consolidação do produto açáí no mercado. No entanto, a passagem de um produto extrativista para produtos diversificados e com agregação de valor ainda parece distante. Homma (2012; 2014) sugere que para escapar de eterno produtor de matéria-prima, a industrialização do setor seria a única forma de agregar valor a um produto ainda eminentemente extrativista e consolidar a presença no mercado nacional e global. A agregação de valor e criação de empregos são fatores primordiais para a consolidação de produtos como o açáí, devendo ser foco do processo de industrialização da cultura. Todavia, ainda não está claro como se dará a inserção dos produtores extrativistas nas políticas públicas recentes de fortalecimento da cadeia produtiva nem como minimizar os impactos sobre suas formas de vida tradicionais. Estudos sobre essa temática seriam, portanto, oportunos.

Há a necessidade, ainda, de integração de ações e realinhamento de metas em um cenário competitivo crescente com os estados amazônicos vizinhos, principalmente o Amazonas (aumentou em 4.454,8% sua produção entre 2009 e 2013) (IBGE, 2010; 2014). Dessa forma, as ações públicas e privadas deveriam visar ao fomento da atividade de maneira planejada e integrada, buscando corrigir

deficiências ainda presentes ao longo da cadeia do produto e melhorar os processos produtivos. A integração dos atores envolvidos na cadeia produtiva do açaí deveria minimizar as assimetrias, uma vez que a falta de conformidade com as exigências legais nacionais e internacionais são, ainda, fatores limitantes do desenvolvimento da cadeia produtiva.

Investimentos em ciência, tecnologia e inovação são determinantes para a criação de produtos, alcance de novos mercados e consolidação da marca. Nota-se, contudo, que as agroindústrias desses produtos investem pouco em ciência e tecnologia e desenvolvimento de produtos inovadores (BANCO DO BRASIL, 2010; SEBRAE, 2015b; SEBRAE, 2015a), e mesmo preenchendo estes critérios, estão distantes dos polos de matéria-prima e concessionários dos incentivos fiscais. Adicionalmente, os fatores mão de obra desqualificada, políticas públicas fragmentadas e desconexas e baixo avanço tecnológico observadas no passado (PASTORE JÚNIOR; BORGES, 1998) parecem ainda ser limitantes do crescimento do setor de frutas (SANTANA; CARVALHO; MENDES, 2010). Como pressão na direção inversa, mercados compradores como os Estados Unidos da América, Europa e Japão possuem regras fitossanitárias e higiênicas rígidas, as quais pressionam as agroindústrias a empregarem cada vez mais tecnologia e inovação no produto, controle das ações ao longo da cadeia produtiva e produtos com alta qualidade (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012). Desta forma, a maior aceitação do produto no mercado internacional, pressiona por uma melhoria nas condições de produção e industrialização domésticas, o que é uma oportunidade que deve ser aproveitada em sua íntegra.

A inserção de processos tecnológicos em toda a cadeia parece, portanto, urgente e inevitável, não significando a eliminação de processos tradicionais de plantio, manejo, coleta e uso (SANTOS et al., 2014). Nesse sentido, é preciso considerar que, conforme discutido por Farias Filho, Sousa e Silva (2015), o campo das agroindústrias de açaí no Pará está em desenvolvimento, caracterizado por entradas, saídas e fusões de empresas no mercado, prevalecendo um campo plural de instituições, interações interempresas, transformações de estratégias comerciais e induzindo reorganização e renovação de plantas industriais. Há, portanto, espaço para fomentos direcionados e redirecionamento de rotas. Contudo, a inclusão e inovação tecnológica precisam estar inseridas em condições favoráveis ao seu desenvolvimento. O estado do Pará ainda apresenta limitantes para o crescimento da atividade econômica do açaí, notadamente os da ordem produtiva, logística-infraestrutural, fitossanitária e tecnológica, os quais ensejam a criação de mecanismos legais, técnicos e econômicos a fim de se adequar a nova configuração global inserida, gerar divisas e se manter como maior produtor de fruto da espécie.

Como uma das iniciativas para o aumento da produção do fruto açaí e, assim, suprir a demanda pelo fruto, o estado tem, entre outros, apoiado pesquisas de manejo florestal, melhoramento genético e o plantio em terra firme. Em contrapartida, se faz necessário o aprimoramento dos instrumentos de gestão pública, informacional e planejamento do setor, investimentos em assistência técnica de qualidade e aumento ao acesso a créditos bancários (BANCO DO BRASIL, 2010; SANTOS et al., 2014; SEBRAE, 2015b; SEBRAE, 2015a). Para Homma (2012; 2014), a superação de entraves no setor depende do aperfeiçoamento constante de toda a cadeia produtiva do açaí e investimentos na domesticação do açazeiro, de maneira que a atividade rompa com o chamado ciclo econômico extrativista, uma vez que os estoques naturais de açazeiro são insuficientes para a consolidação da atividade no mercado global. Nessa direção, plantações de cultivares geneticamente melhorados em terra firme têm sido apresentadas como uma alternativa, embora ainda careçam de estudos sobre seus impactos ambientais (ex.: nos recursos hídricos) e sociais. A expansão do cultivo da espécie em terra firme deveria privilegiar áreas degradadas e sem uso destinado pelo produtor, pois a promoção pública da atividade pode influenciar o desmatamento desordenado em áreas para a agricultura, ímpares para a biodiversidade e o bem-estar social, repetindo prejuízos socioambientais promovidos por políticas do passado (FEARNSIDE, 2005; HOMMA, 2006; 2012; 2014; SOARES-FILHO et al., 2010; TOURNEAU E BURZTYN, 2010; BOWMAN et al., 2012; BARBER et al., 2014; NEPSTAD et al., 2014; SOARES-FILHO et al., 2014; ALENCAR et al., 2015; AZEVEDO-RAMOS; SILVA; MERRY, 2015; SILVÉRIO et al., 2015). Não obstante, dada a relevância socioeconômica do açaí para as populações ribeirinhas, o manejo deste em várzea não deve ser minimizado e as políticas públicas devem integrá-los na cadeia produtiva. A orientação exclusiva para a diminuição da demanda reprimida do mercado pode ocasionar externalidades negativas para as economias locais e regionais, mas principalmente para a subsistência de famílias extrativistas da Amazônia que têm o fruto como sua base alimentar e econômica.

Políticas de promoção da cadeia produtiva do açaí não deveriam focar apenas no produto principal, e sim em uma análise sistêmica, atualizada e eficiente do mercado de frutas regional, nacional e internacional, uma vez que, como indicam Nogueira e Santana (2009), os índices sazonais de preços do açaí e da bacaba no varejo do estado do Pará se mostraram simétricos, de maneira que a entressafra de um coincidiu com a safra do outro, sendo considerados produtos substitutos para os consumidores. O comportamento do mercado do açaí assevera constantes análises, principalmente o regional, considerado o mais suscetível a mudanças, visto que o aumento da demanda internacional pelo

fruto gera um direcionamento da produção para tal mercado, em detrimento do regional (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012). Nesse sentido, a população brasileira pode ser afetada pela escassez e pelo alto valor do produto. O fomento para o aumento do plantio em várzea ou terra firme deveria preceder análises completas do mercado, já que a demanda pelo fruto ou polpa do açaí se modifica de acordo com inúmeras variáveis, sendo reflexo da dinâmica dos mercados, preço do produto, quantidade produzida, qualidade do produto, inflação, poder aquisitivo do consumidor, aspectos socioculturais e alimentar do consumidor, nível tecnológico das empresas produtoras, incentivos fiscais e financeiros, preço de outras frutas, entre outras (NOGUEIRA; SANTANA, 2009; SANTANA; CARVALHO; MENDES, 2010; SANTANA; SANTANA; SANTANA, 2015).

Por fim, se faz necessário que o poder público estadual priorize a atividade econômica e promova seu desenvolvimento em um contexto de inclusão social, da integração das instituições públicas e privadas, da pesquisa e da promoção de condições de manutenção e crescimento da produção, com agregação de valor (SANTOS et al., 2014; HOMMA, 2014). Considerando a importância socioeconômica e ambiental que o açaí possui para o Pará, principalmente para os ribeirinhos, as políticas públicas do estado deveriam priorizar a sinergia entre o aumento da produção de fruto açaí e a manutenção da capacidade socioeconômica das famílias extrativistas do fruto de coletarem, se alimentarem e reproduzirem frente ao cenário competitivo, integrando-as gradativamente a processos tecnológicos na produção, armazenamento, transporte e comercialização, de forma que os benefícios possam ser maiores que as externalidades negativas.

Referências

ALENCAR, A.; PEREIRA, C.; CASTRO, I.; CARDOSO, A.; SOUZA, L.; et al. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades**. Brasília, DF: IPAM, 2015. 93p.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz. 2017. 88 p. ISSN 1808-4931. Disponível em: < https://www.editoragazeta.com.br/wp-content/uploads/2017/03/PDF_Fruticultura_2017.pdf >. Acesso em: 20 mar. 2017.

AZEVEDO-RAMOS, C.; SILVA, J. N. M.; MERRY, F. The evolution of Brazilian forest concessions. **Elem Sci Anth**, 3: 000048, 2015. doi: 10.12952/journal.elementa.000048.

BANCO DO BRASIL. **Fruticultura açaí**. In: Desenvolvimento regional sustentável - Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas. Brasília, v.2, 2010.

BARBER, C.P.; COCHRANE, M.A.; SOUZA JR, C.M.; LAURANCE, W. F. Roads, deforestation, and the mitigating effect of protected areas in the Amazon. **Biol. Conserv.**, 177, 203-209, 2014.

BOWMAN, M. S.; SOARES-FILHO, B. S.; MERRY, F. D.; NEPSTAD, D. C.; RODRIGUES, H.; et al. Persistence of cattle ranching in the Brazilian Amazon: A spatial analysis of the rationale for beef production. **Land Use Policy**, 29: 558-568, 2012.

BRONDÍZIO, E. S. **The amazon caboclo and the açaí palm: forest farmers in the global market**. Advances in Economic Botany, v. 16, 2008. 403p.

COSTA, F. A. **Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012. v.1. 299p.

FARIAS FILHO, M. C.; SOUSA, J. W. Structuring of the açaí pulp exporting agribusiness' organizational field. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, vol. 15, n. 47, p. 169-185, 2013.

FARIAS FILHO, M. C.; SOUSA, J. W.; SILVA, S. F. Dinâmica do campo organizacional das agroindústrias de exportação de açaí. **Revista Desenvolvimento em questão**, n. 31, p. 198-227, 2015.

FREITAS, M. A. B.; VIEIRA, I. C. G.; ALBERNAZ, A. L. K. M.; MAGALHÃES, J. L. L.; LESS, A. C. Floristic impoverishment of Amazonian floodplain forest managed for açaí fruit production. **Forest Ecology and Management**, 351, p.20-27, 2015.

GAZETA DE SANTARÉM. Pará quer verticalizar a indústria de açaí. 2015. p.2. < <http://www.gazetadesantarem.com.br/regional/paraquerverticalizaraindustriadoacai/>>. Acesso: 07 dez. 2016.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação: In HOMMA, A. K. O. (Org.). **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? **Estudos Avançados**, v.26, n.74, 2012.

HOMMA, K. O. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria: como produzir benefícios para a Amazônia**. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, 2007.

HOMMA, K. O.; NOGUEIRA, O. L.; MENEZES, A. J. E. A.; CARVALHO, J. E. U.; NICOLI, C. M. L.; MATOS, G. B. M. Açaí: novos desafios e tendências. **Rev. Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 1, n. 2, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. 2006. Disponível em: <http://http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=45>. Acesso: 23 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. 2014. Disponível em: <http://http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=45>. Acesso: 23 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso: 20 fev. 2017.

JARDIM, M. A. G.; ANDERSON, A. B. Manejo de populações nativas de açazeiro no estuário amazônico: resultados preliminares. **Boletim de Pesquisa Florestal**, n. 15, p.1-18, dez. 1987.

LOPES, M. L. B. **Mercado e Distribuição dos Retornos Sociais do Manejo do Açaí para Produção de Fruto**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade da Amazônia, 2001.

MENDES, A. M.; LOPES, M. L. B.; FALESÍ, L. A.; FILGUEIRAS, G. C. O mercado do açaí no estado do Pará: uma análise recente. **Revista Amazônia: Ci. & Desenv.**, v. 8, n. 15, 2012.

NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; STICKLER, C.; ALENCAR, A.; AZEVEDO, A.; et al. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. **Science**, 344(6188): 1118–1123, 2014. doi: 10.1126/science.1248525.

NOGUEIRA, A. K. M. **As tecnologias utilizadas na produção de açaí e seus benefícios socioeconômicos no estado do Pará.** 2011. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural da Amazônia, 2011.

NOGUEIRA, A. K. M.; SANTANA, A. C. Análise de sazonalidade de preços de varejo de açaí, cupuaçu e bacaba no estado do Pará. **Revista de Estudos Sociais**, ano 11, n. 21, v.1, 2009.

NOGUEIRA, A. K. M; SANTANA, A. C; GARCIA, W. S. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. **Revista Ceres**, v. 60, n.3, p. 324-331, 2013.

NOGUEIRA, A. K.; SANTANA, A. C. Benefícios da adoção de novas tecnologias no cultivo do açaí no Estado do Pará. **Rev. Ceres**, v. 63, n.1, p. 001-007, 2016.

NOGUEIRA, O. L. **Estratégias de regeneração, manejo e exploração dos açaiuais nativos de várzea do estuário amazônico.** 1997. 157 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Pará, 1997.

NOGUEIRA, O. L.; HOMMA, A. K. O. **Análise econômica de sistemas de manejo de açaiuais nativos no estuário amazônico.** Belém: Embrapa-CPATU, 1998. 38p. (Embrapa-CPATU. Documentos, 128).

NOGUEIRA, O. L.; HOMMA, A. K. O. Importância do manejo de recursos extrativos em aumentar a capacidade de suporte: o caso dos açaizeiros (*Euterpe oleraceae* Mart.) no estuário amazônico. In HOMMA, A. K. O. (Org.). **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação.** Brasília, DF: Embrapa, 2014.

OLIVEIRA, M. S. P.; FARIAS NETO, J. T. **Cultivar BRS-Pará: Açazeiro para Produção de Frutos em Terra Firme.** EMBRAPA, Comunicado técnico 114, 2004. ISSN 1517-2244.

PASTORE JÚNIOR, F.; BORGES, V. **Produtos florestais não madeireiros: processamento, coleta e comercialização.** Brasília: ITTO/ FUNATURA /UnB /IBAMA, 1998.

SANTANA, A. C.; CARVALHO, D. F.; MENDES, F. A. T. **Organização e competitividade das empresas de frutas do Pará: 1995 a 2004**. Belém: Unama, 2010. 176 p. ISBN 978-85-7691-094-7.

SANTANA, A. C.; COSTA, F. A. Mudanças recentes na oferta e demanda do açaí no Estado do Pará. In: SANTANA, A. C.; CARVALHO, D. F.; MENDES, F. A. T. (Orgs.). **Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial**. Belém: Banco da Amazônia, 2008. p. 205-226.

SANTANA, A. C.; GOMES, S. C. Mercado, comercialização e ciclo de vida do mix de produtos do açaí no Estado do Pará. In: CARVALHO, D. F. (Org.). **Ensaio selecionados sobre a economia da Amazônia nos anos 90**. Belém: Unama, 2005. v. 2, p. 85-115.

SANTANA, A. C.; LOPES, M. L. B.; HOMMA, A. K. O. Benefícios sociais do açaí manejado no Estado do Pará. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2002, Passo Fundo - RS. Anais... Brasília: SOBER, 2002. v. 40, p. 1-12.

SANTANA, A. C.; PESSOA, J. D. C.; SANTANA, A. L. O Mercado de açaí e os desafios tecnológicos da Amazônia. In: PESSOA, J. D. C.; TEIXEIRA, G. H. A. **Tecnologias para inovação nas cadeias euterge**. Brasília, DF: Embrapa, 2012. p. 21-39.

SANTANA, A. C.; SANTANA, A. L.; SANTANA, A. L. Açaí pulp demand in the retail market of Belém, state of Pará. **Rev. Bras. Frutic.**, v. 39, n. 1: (e-102), 2015.

SANTANA, A. C.; SANTANA, ÁDAMO L.; SANTANA, ÁDINA, L.; SANTOS, M. A. S.; OLIVEIRA, C. M. análise discriminante múltipla do mercado varejista de açaí em Belém do Pará. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v.36, p.532-541, 2014.

SANTOS, J. C.; ROCHA, C. I. L.; SANTOS, A. P.; SENA, A. L. S.; MATTIETTO, R. A.; ELLERES, A. S. Descrição da cadeia produtiva do açaí na Amazônia. In: SANTANA, A. C. (Org.). **Mercado, cadeia produtiva e desenvolvimento rural na Amazônia**. Belém, Universidade Federal Rural da Amazônia, 2014. 471p.
SCHROTH, G.; KRAUSS, U.; GASPAROTTO, L.; DUARTE AGUILAR, J. A.; VOHLAND, K. Pests and diseases in agroforestry systems of the humid tropics. **Agroforestry Systems**, v. 50, n. 3, p. 199-241, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP. **2030 Pará: um mundo de oportunidades**. Relatório, Governo do Pará, Belém, 2016. p. 30. Disponível em: <<https://www.sedap.pa.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO -SEICOM. **Pará, terra do açaí: oportunidade de investimentos**. Relatório, Governo do Pará, Belém. 2013. 37 p. Disponível em: <<https://www.sagri.pa.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA – SAGRI. **A fruticultura no Estado do Pará**. Relatório, Governo do Pará, Belém. 2013. 16p. Disponível em: <<https://www.sagri.pa.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS -SEBRAE. **Boletim: produção nacional do açaí**. Brasília, 2015b. 16p. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/64153228c3c444bcdb587b6b501fa076/\\$File/5827.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/64153228c3c444bcdb587b6b501fa076/$File/5827.pdf)>. Acesso em: 09 ago. 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Açaí: estudo das barreiras sanitárias e fitossanitárias do mercado norte-americano**. Brasília, 2015a. 56 p. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4c8b714c-dd0f43020e46b0a065b8a8ce/\\$File/5831.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4c8b714c-dd0f43020e46b0a065b8a8ce/$File/5831.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2016.

SILVA, I. M.; SANTANA, A. C.; REIS, M. S. Análise dos retornos sociais oriundos de adoção tecnológica na cultura do açaí no estado do Pará. **Revista Amazônia: Ci. & Desenv.**, v. 8, n. 15, 2012.

SILVÉRIO, D. V.; BRANDO, P. M.; MACEDO, M. N.; BECK, P. S. A.; BUSTAMANTE, M.; et al. Agricultural expansion dominates climate changes in southeastern Amazonia: The overlooked non-GHG forcing. **Environ Res Lett**, 10: 1-8, 2015.

SOARES-FILHO, B. S.; RAJÃO, R.; MACEDO, M.; CARNEIRO, A.; COSTA, W.; et al. Cracking Brazil's forest code. **Science**, 344: 363-364, 2014.

SOARES-FILHO, B.; MOUTINHO, P.; NEPSTAD, D.; ANDERSON, A.; RODRIGUES, H.; GARCIA, R.; DIETZSCH, L.; MERRY, F.; BOWMAN, M.;

HISSA, L.; SILVESTRINI, R.; MARETTI, C.; Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation. **Proc. Natl. Acad. Sci. U. S. A.**, 107 (24), 10821-10826, 2010.

SOUSA, C. N.; FERNANDES, D. A.; CARDOSO, A. S.; KATO, É. S. Dinâmica urbana e reprodução agroextrativista: uma análise sobre a informalidade do trabalho e da economia do açaí na RMB. **Cadernos CEPEC**, v.3, n.12, 2014.

STEWART, A. Reconfiguring agrobiodiversity in the Amazon Estuary: Market integration, the acai trade and smallholders' management practices in Amapá, Brazil. **Human Ecology**, v. 41, p. 827-840, 2013.

TAVARES, G. S.; HOMMA, A. K. O. Comercialização do açaí no estado do Pará: alguns comentários. **Observatório de la Economía Latinoamericana**. Brasil, septiembre, n. 221, p. 13, 2015. ISSN: 1696-8352. Disponível em: <<http://eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/acai-para.html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

TOURNEAU, F. M.; BURZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: Contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente e Sociedade**, 8(1): 111–130, 2010.

WEINSTEIN, S; MOEGENBURG, S. Açaí palm management in the Amazon Estuary: course for conservation or passage to plantations? **Conservation & Society**, v. 2, n. 2, p. 315-346, 2004.



DINÂMICAS DA ATIVIDADE ECONÔMICA PESQUEIRA CAMPESSINA RIBEIRINHA EM ABAETETUBA (PA)

Mayany Soares Salgado⁹⁹

Antônio Cordeiro de Santana¹⁰⁰

Introdução

De acordo com o relatório sobre o estado da Pesca e Aquicultura em nível mundial (SOFIA, 2018), o consumo de pescado aumentou, alcançando 90,9 milhões de toneladas em 2016. No entanto, houve uma redução de captura de peixe em águas marinhas, que apresentou 79,3 milhões de toneladas em 2016, uma diminuição de 2 milhões se comparado com as 81,2 milhões de toneladas registradas em 2015. Porém, o produto pesqueiro continua sendo um dos alimentos mais comercializados no mundo, considerando que 35 % da produção mundial entrou no comércio internacional de diversas formas para o consumo humano.

A área correspondente à região do Baixo Tocantins é considerada de colonização antiga que possui influência do rio Tocantins e se apresenta como uma tradição ribeirinha, considerando o uso do rio como recurso. O consumo de peixe é elevado, chegando a um consumo per capita de meio quilo por dia (FURTADO; BARRA, 2004). No entanto, a partir da implantação da Hidrelétrica de Tucuruí, construída no rio Tocantins, houve o declínio da captura pelos pescadores a jusante da barragem que, em 1981, alcançou 1.188 toneladas de peixe comercializado. Em 2001, a captura alcançou apenas 700 toneladas, em função da barragem.

O município de Abaetetuba pertence à região do Baixo Tocantins, portanto está inserido no contexto apresentado sobre a região, possui característica econômica relacionada a atividades extrativistas sobretudo na área denominada

99 Geógrafa, doutoranda em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). E-mail: mayany_salgado@yahoo.com.br

100 Agrônomo, Doutor em economia aplicada, Professor Titular da Universidade Federal Rural da Amazônia. Professor permanente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). E-mail: acsufra@gmail.com

“beira”, localizada às margens do rio Jarumã com confluência do rio Tabatinga, é considerada a principal ligação entre a porção terrestre e insular do município, lugar de entrada e saída de pessoas, mercadorias, seja por via terrestre ou aquática.

Essa característica de elo entre o rural e o urbano se manifesta a partir da diversidade de produtos encontrados para fins comerciais neste espaço, entre eles destacam-se caças de paca, jacaré, tatu, preguiça; produtos como ervas medicinais, carne bovina, frango, porco, entre outros, bem como produtos de origem extrativista como miriti, açáí, castanha-do-pará, pupunha, cupuaçu, bacuri e murici. Tendo destaque o peixe, sobretudo o capturado de forma artesanal, proveniente de vários lugares, tais como Baixo Tocantins, Baixo Amazonas, Sudeste do estado do Pará, bem como do Amazonas e Amapá. Assim, o objetivo do estudo foi analisar o papel dos sujeitos camponeses ribeirinhos na configuração da cadeia de valor do peixe de Abaetetuba - PA, considerando que a atividade destina-se tanto para o autoconsumo quanto para os mercados local, regional, nacional e internacional.

O estudo foi estruturado em seis sessões, incluindo esta introdução. Na segunda, faz-se a revisão de literatura sobre a cadeia de valor do peixe do estado do Pará. Na terceira seção, apresentam-se a área de estudo, os procedimentos empregados no levantamento dos dados. Na quarta, apresenta-se a visão conceitual acerca de camponês ribeirinho e sua inserção na cadeia de valor. Na quinta, trata-se dos resultados referentes à dinâmica pesqueira abaetetubense e na sexta apresentam-se as considerações finais.

Revisão bibliográfica

Em relação à estruturação das atividades econômicas existentes na Amazônia atreladas à pesca, Santana e Santana (2014) descrevem os APLs de pesca configurados em Bragança e Santarém, informando que tais APLs ainda se encontram pouco estruturados, principalmente em função da baixa utilização de tecnologias e inovações, tendo como vantagens competitivas o baixo custo da mão de obra, a proximidade do mercado e a abundância em matéria-prima. Contudo, esses fatores não são considerados sustentáveis em longo prazo, pois as relações estabelecidas das empresas dos APLs com fornecedores de matéria-prima e os clientes são informais e de pequeno porte, devido aos grandes mercados atacadistas e varejistas apresentarem um elevado grau de exigência em qualidade, regularidade na entrega e volume.

Outro trabalho que também destacou os polos pesqueiros de Bragança e

Santarém foi realizado por Ximenes e Emmi (2010), que analisaram os aglomerados produtivos relacionados à atividade pesqueira, destacando como impasses a baixa integração de ações cooperativas, a acessibilidade reduzida a certos bens e serviços, a difusão precária das novas tecnologias, pontos considerados como principais para se analisar do ponto de vista da sustentabilidade dos empreendimentos pesqueiros nas unidades espaciais pesquisadas.

Metodologia

Área de estudo

A área de referência do estudo é o município de Abaetetuba, localizado na Região de Integração do Baixo-Tocantins, composta pelos seguintes municípios: Acará, Abaetetuba, Cametá, Igarapé-Miri, Barcarena, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Baião, Tailândia, tendo como coordenadas extremo sul: 01° 43' 24" e extremo oeste: 48°52'54". O município está a 62 km de distância da capital (rodofluviais – via Arapari e Cafezal) e 110 km (rodoviário – via Alça Viária), possui uma área de 1.610,743 km², apresentando os seguintes limites territoriais: Ao Norte – Rio Pará e Município de Barcarena, a Leste – Município de Moju, ao Sul – Municípios de Igarapé-Miri e Moju, a Oeste – Municípios de Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Muaná no estado do Pará. Considera-se que a região está inserida na área de abrangência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, pois os municípios estão localizados na foz do rio tocantins e próximo ao projeto Albras/Alunorte.

Dentro da região de integração, o município de Abaetetuba, com 153.380 habitantes (IBGE, 2017), é o que possui maior contingente populacional se comparado aos demais. A explicação dessa característica está relacionada à proximidade com o município de Barcarena onde fica localizado o Projeto Albras/Alunorte (considerado como um empreendimento com elevado peso atrativo populacional), à proximidade com a capital do estado, além da presença da Alça Viária, principal via de acesso ao sul do Pará e que contribui com o intenso fluxo de pessoas na região.

dários, foram obtidos por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As entrevistas semiestruturadas foram direcionadas para os balanceiros (sujeito responsável em repassar o peixe dos camponeses ribeirinhos para os demais segmentos que compõem a cadeia do peixe) e os peixeiros (sujeitos responsáveis pela comercialização do peixe para os consumidores finais), considerando a amostragem pequena; a partir desses dados foi possível a obtenção da seção qualitativa da pesquisa.

Considerando a concentração populacional de 153.380 habitantes segundo estimativa do IBGE 2017, foi definida uma amostra aleatória simples da população que faz parte do tipo da amostra considerada probabilística representativa, tendo em vista que, de acordo com Richardson et al. (1985), a população acima de 10.000 é considerada infinita, por isso visando assegurar um número maior de dados pesquisados e para possibilitar a generalização dos resultados obtidos foi necessário realizar o ajuste no cálculo na amostra, que possibilitou o tratamento da população de maneira finita. Segundo Pinheiro et al. (2006) e Fonseca e Martins (1996), a amostra aleatória simples é considerada viável devido apresentar vantagens de baixo custo, rapidez na obtenção dos dados, viabilidade e qualidade. Além disso, a única restrição da escolha foi a necessidade de o entrevistado fazer parte de algum elo das cadeias do peixe do município.

O aspecto quantitativo da pesquisa foi realizado por meio da aplicação de trinta e um questionários destinados aos camponeses ribeirinhos responsáveis pela produção pesqueira, considerando que também são responsáveis pelo funcionamento de outras cadeias de produtos agroextrativistas, bem como cinquenta e três questionários destinados aos consumidores finais, que são as pessoas frequentadoras da feira e buscam comprar o pescado disponibilizado no mercado de peixe do município.

Caracterização conceitual de camponês ribeirinho e cadeia de valor

O camponês amazônico é diverso, pois é compreendido como categoria que agrega os povos da Amazônia, dispendo de um modo de vida que varia de acordo com a relação estabelecida por cada grupo que dependerá de critérios escolhidos por eles próprios. Diante disso, Moreira (2008) aponta o campesinato como categoria aglutinadora e que deve ser compreendido a partir da diversidade identitária que cada grupo assume. Sua complexidade também está relacionada à construção histórica que este sujeito passou ao longo do período histórico que a região percorreu, que resultou na presença de sujeitos de origem africana,

européia e indígena. A partir da presença desses três representantes sociais, o entrelaçamento e os conflitos entre eles se tornaram comuns. Nesse sentido, Lima (1999) identifica as categorias populares de raça mista no Brasil, tais como o **mulato** (o filho do branco com o negro), o **cafuzo** (filho do índio com o negro), bem como o **caboclo** (que é o filho do branco com o índio).

No aspecto do campesinato amazônico, Nuget (2002, 2006), Moreira e Hé-bette (2008) e Schmink e Wood (1992) decrevem o modo de viver, consumir, produzir específico e coadunado com uso dos recursos naturais. Nesse caso, compreende-se como modo de vida que engloba uma variedade de atividades.

O campesinato, portanto, é aqui caracterizado também como grupo que marca suas diferenças e delinea suas fronteiras com critérios de base étnica, ou seja, uma forma de organização social cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, devido a critérios elegidos por eles mesmos, dentre aqueles que conformam sua etnicidade. (BARTH, 2000, p.56)

O camponês deve ser compreendido pelas atividades relacionadas com o uso dos recursos naturais que não dispõe apenas de uma perspectiva econômica. No entanto, é válido destacar que eles não podem ser compreendidos como autossuficientes em virtude de compor a sociedade que apresenta as relações capitalistas como dominantes. Shanin (s/d) destaca essa questão:

A autossuficiência da aldeia é rompida no geral em duas formas: sempre existem algumas relações entre distintas aldeias nos quais voltam aparecer uma interação social mais ampla, por exemplo, os lugares de mercado, as redes de parentesco; existem as redes mais ou menos centralizadas de dominação que penetram o campo, unindo a hegemonia política e cultural com a exploração por parte dos fazendeiros, o estado e a cidade. (SHANIN, s/d, p.15)

O camponês encontra-se inserido na rede de relações que a sociedade capitalista dispõe, interagindo com esta através da comercialização de sua produção e algumas vezes da venda da força de trabalho. No entanto, paralelamente a essa inter-relação escalar com o capital, o camponês dispõe de autonomia que prevê sua existência e, ao mesmo tempo que apresenta uma diversidade de denominações (quilombola, ribeirinho, assentado, indígena), essa autonomia está relacionada às relações primárias de compadrio, parentesco, na escolha de como trabalhar a partir do modo de vida que ele carrega que atende à face econômica, mas que também busca a face simbólica responsável pela relação de pertencimento com essas relações primárias e de identidade. Essas

características estruturam a lógica própria da economia camponesa, que, apesar de compor a sociedade capitalista por meio de sua inserção nas redes de relações internacionais, é regida por uma lógica diferente da capitalista.

Ainda que atividades exploratórias de recursos naturais, como a extração de látex e exploração madeireira, revistam-se de um mercado onipresente e coercitivo, muitas comunidades, que há décadas depois se identificariam como tiradores de açaí, consolidaram um modo de vida baseado nas relações de parentesco, amizade e compadrio. Através de suas narrativas, é possível, hoje, identificá-los com características próprias da economia camponesa, regida por uma lógica própria, diferente do capitalista. Essa diferença possibilitaria a sua existência, e seria, ao mesmo tempo tão necessária quanto a relação direta dos produtores com os mercados local e regional, que sustentam seu modo de viver, produzir e consumir. (SALES, 2014, p. 230)

Ante a lógica camponesa apresentar uma base estrutural complexa que ora se apresenta a partir de relações capitalistas, mas que prioriza as relações não capitalistas, tendo em vista a busca da manutenção que tais relações proporcionam para sua existência, dado que a presença das relações capitalistas nas atividades é considerada como uma estratégia de sobrevivência que o camponês busca, mas que não é considerada a forma principal do modo de viver ribeirinho. Essa relação com o capital apresenta um comportamento sazonal, já as relações não capitalistas são estruturantes no cotidiano camponês amazônico, que se diluem ao longo do ano e atenua o efeito da sazonalidade.

O conceito utilizado na presente pesquisa é o de camponês ribeirinho, usado por Cruz (2007), que considera o ribeirinho amazônico também um camponês, pois manifesta territorialidade aquática, agropastoril e florestal, com o objetivo de manter a permanência e a reprodução no espaço Amazônico. Cruz (2007) afirma que

O rio e o camponês-ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o camponês-ribeirinho oferece sua proteção, por meio de suas representações (seus mitos), como a mãe-d'água, a cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta relação dialética da humanização da natureza e naturalização do homem. (CRUZ, 2007, p. 8)

Nesse sentido, entende-se a inter-relação entre essas categorias como essencial para a existência tanto do rio enquanto elemento fundamental para a vida na várzea amazônica quanto do ribeirão, compreendido como camponês também, que atua no espaço ribeirão a fim de garantir o uso do recurso para o presente e para as gerações futuras.

Na realidade ribeirinha de Abaetetuba, entende-se que é o camponês ribeirão responsável pela existência do primeiro elo das cadeias de produtos extrativistas. Dentro dessa discussão de cadeias, Porter (1990) apresenta a noção de cadeia produtiva, considerada um modelo que descreve as etapas desde quando o produto encontra-se no estágio de matéria-prima até chegar ao consumidor final, agregando valor ao produto em cada elo da cadeia.

No entanto, para a análise da realidade ribeirinha de Abaetetuba, foi adotado o conceito de cadeia de valor inclusiva, que, no aspecto relacionado ao valor das cadeias, pode ser definida como o conjunto de atividades específicas necessárias, criadoras de valor, desde as fontes das matérias-primas básicas, passando por fornecedores de componentes, fabricação do produto final e distribuição deste produto para o mercado consumidor (SANTANA, 2002). É válido destacar que o objetivo do modelo de cadeia de valor é a identificação dos principais fluxos de processos dentro de um conjunto de atividades.

No caso do aspecto relacionado à inclusão, houve a necessidade de incorporar as atividades consideradas inclusivas relacionadas às atividades extrativistas realizadas pelos camponeses ribeirinhos, que podem ser efetivadas de forma isolada e coletiva, priorizando a dinâmica local da cadeia de valor desses produtos e contribuindo para a formação da concepção de desenvolvimento local sustentável.

Além disso, segundo o manual GTZ (2007), o desenvolvimento inclusivo ocorre quando a renda dos mais pobres cresce relativamente mais rápida e/ou quanto maior contingente de pessoas pobres sai da linha de pobreza por se engajarem nas dinâmicas produtivas dos elos das cadeias de valor, ou seja, essa concepção de cadeia de valor está relacionada ao benefício direto para os sujeitos que historicamente estiveram na condição de exploração de sua mão de obra, mas que são considerados fundamentais para o desencadeamento das atividades.

De acordo com Santana et al. (2010), a abordagem de Porter não demonstra a realidade da dinâmica local, pois foca numa realidade voltada para o mercado em larga escala; além disso, não considera as atividades inclusivas que estão para dentro das cadeias de valor dos produtos extraídos pelos camponeses ribeirinhos, considerando que, mesmo que de forma dispersa, há necessidade de considerar as organizações de cadeias na região que se encontram em um mesmo território e vinculado a uma atividade ou setor econômico, apresentando-se articulados, mesmo que seja de uma forma incipiente.

Na Amazônia, predomina uma desuniforme dispersão de micro e pequenas empresas no imenso espaço geográfico regional, que dificulta a coesão necessária das relações cooperativas intra-indústria e interempresas para a formação de aglomerações produtivas. Em muitos casos, há pequenos produtos sendo gerados e comercializados na forma in natura ou parcialmente processados em indústrias rurais, com baixo conhecimento empresarial. Este por exemplo, é o caso da mandioca e da pesca, não obstante a sua capacidade real de integrar e formar aglomerações produtivas locais. Isto significa que as vinculações das empresas com a rede de fornecedores e clientes, bem assim com as instituições correlatas que apresentam ligações tênues. Mesmo assim, os arranjos que se formam no entorno dos produtos cabem dentro do conceito de APL de subsistência. (SANTANA, 2004, p. 3)

Considerando a presença do camponês ribeirinho em relações capitalistas e não capitalistas, diante da realidade apontada pelo autor, observa-se que a inserção do camponês na rede de relações capitalistas se dá de forma pouco estruturada, de acordo com o modelo de cadeia produtiva de valor que a economia apresenta, em virtude de aspectos como pouco processamento industrial induzindo a comercialização do produto em grande parte in natura, dispersão de micro e pequenas empresas caracterizando pouca coesão entre elas, baixo conhecimento industrial empresarial por parte do camponês ribeirinho, tênue vinculação das empresas com a rede de fornecedores e clientes.

Nesse sentido, o autor destaca que, embora o nível de vinculações de empresas sejam configuradas como tênues, os arranjos que são consolidados em torno da cadeia de valor inclusiva da pesca podem ser considerados como a configuração de um APL de subsistência

A dinâmica da cadeia de valor do peixe em Abaetetuba (PA)

Durante a realização da atividade pesqueira pelo pescador considerado camponês ribeirinho, colocam-se em prática os saberes repassados entre gerações para garantir sua subsistência, mas que também estão inseridos no mercado, como forma de obter renda para a manutenção de sua existência no espaço amazônico, garantindo a manifestação das práticas relacionadas ao modo de vida camponês ribeirinho. Nesta perspectiva, a dinâmica de pesca envolve a utilização e práticas rudimentares de captura de peixe mediante uso de apetrechos

de fabricação própria como caniço, manué, espinhel, tarrafa, pequenas redes, os quais são utilizados de forma coletiva pelos pescadores e que pertencem a uma complexidade de conhecimentos que são repassados a partir de uma relação intergeracional.

O conhecimento do ambiente em que vivem essas populações e a sua habilidade no manuseio dos recursos naturais, medida que são transmitidos e absorvidos pelas gerações, transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos. São interações advindas do contato íntimo com natureza, sejam pelas águas, florestas, terras, seja com o próprio homem (MORAES, 2007, p. 74).

Essa atribuição enfatizada pelo autor está presente no que vem a ser o cotidiano ribeirinho das ilhas de Abaetetuba em virtude de existir um tipo de conhecimento relacionado à percepção da natureza, capaz de inserir na realidade do ribeirinho com o objetivo de perpetuar as estratégias e os modos de apropriação dos recursos que a natureza tem a oferecer.

Nesse sentido, observa-se que, além de ocorrer o desempenho de prática de atividades vinculadas à pesca, em períodos em que o peixe se torna escasso, o ribeirinho busca outras estratégias de sobrevivência desempenhando outras atividades como o extrativismo do açaí, do miriti, da castanha-do-pará; calafetagem de embarcações, entre outras, garantindo a manifestação camponesa relacionada aos sujeitos ribeirinhos da presente realidade. Essa característica de estratégia de manutenção de vida é considerada por Furtado (1993) como polivalente, pois realizam um conjunto de atividades diferenciadas para garantir o suprimento de suas necessidades mais elementares. Portanto, sua sobrevivência depende

de uma multiplicidade de atividades, que configuram o que tenho chamado de pescadores polivalentes. Adaptaram-se as condições de sazonalidade nas quais estão envolvidas todas as atividades por eles praticadas, tais como a pesca de subsistência e comercial, a coleta de produtos silvestres, a agricultura de roçados, o cultivo de juta e alguma caça. (FURTADO, 1997, p. 340).

Dentro da realidade da presente pesquisa, espaço da feira de Abaetetuba, mais conhecido como “beira”, é possível identificar atividades camponesas vinculadas tanto ao pescado quanto ao extrativismo, a escolha depende da organização criada pelo sujeito camponês ribeirinho, de acordo com a disponibilidade de determinado recurso.

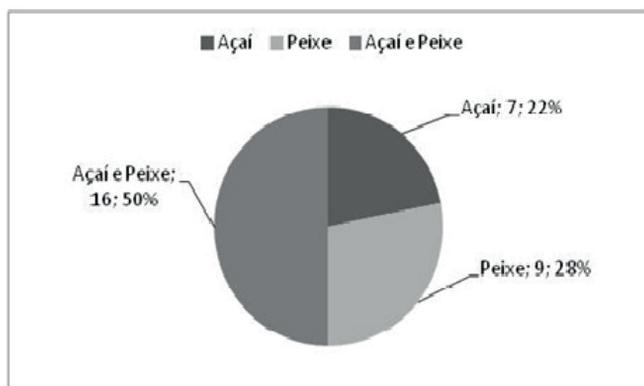


Figura 2: Gráfico de produtos camponeses
Fonte: Mayany Salgado (2018)

Diante disso, a pesquisa constatou que 50% dos camponeses ribeirinhos entrevistados desempenham atividades relacionadas ao açai e ao peixe, ou seja, suas estratégias territoriais de resistência estão relacionadas ao funcionamento das duas cadeias de valor inclusivo, que dependerá do período do ano em que um dos dois produtos dispuser de maior oferta. Além disso, 28% desempenham atividades relacionadas à pesca e 22% preferem atuar como pertencentes ao primeiro elo somente da cadeia do açai.

Em relação aos que desempenham somente a atividade da pesca e os que desempenham a pesca juntamente com a atividade relacionada ao açai, foi perguntado sobre a frequência do desempenho da atividade pesqueira. Assim, quando o camponês ribeirinho escolhe estabelecer relações no ambiente da feira de Abaetetuba, prioriza a estruturação econômica de sua vida, mas, para que essa seja garantida, depende dos saberes ribeirinhos e também da disponibilidade do recurso natural no meio ambiente, do período do ano e ciclos da natureza. Por isso, observou-se que, nesse primeiro elo da cadeia de valor inclusiva do peixe, há a coexistência das atividades relacionadas à cadeia do açai, considerando um caráter de complementaridade, pois os dois produtos compõem a dieta da população dos municípios pertencentes ao Baixo Tocantins

A venda do açai e do peixe é muito importante para nós daqui do interior, porque muita gente depende disso aqui. Todo dia a gente tem que se organizar pra ir pescar o peixe e ir vender lá na beira, quando tá no inverno, mas, quando tá no verão, a gente já vai trabalhar com açai, porque é a

época que dá bastante, aí a gente vai atrás de apanhar o nosso açai para vender na feira do açai, e assim a gente vai vivendo durante o ano todo; tem hora que é uma coisa e tem hora que é outra coisa, até porque a gente já é acostumado a comer os dois todo dia e as pessoas que vão comprar lá na beira também comem os dois, o peixe junto com açai. (Entrevista com camponês ribeirinho realizada no dia 17/03/2018)

Nesse sentido, compreende-se que o camponês ribeirinho dispõe de uma série de estratégias que visam à garantia de sua resistência e existência no espaço amazônico, por isso cria estratégias para que esteja presente na constituição de seu território. No caso de Abaetetuba, foi possível identificar a presença de vários elementos considerados de resistência que visam à garantia da territorialidade camponesa ribeirinha e que contribuem com a configuração dos mercados locais.

Outro sujeito que compõe a configuração da cadeia de valor inclusiva do peixe é o balanceiro, que é aquele que é conhecido em outras cadeias como atravessador. É também denominado daquela forma pelo fato de o peixe ser pesado na hora em que ele compra e depois novamente na hora da venda.

Aqui tem muito trabalho, todo dia a gente vem pra cá, os barcos começam a chegar aqui umas 3, 4 da manhã; a gente escolhe o pescado com os barqueiros, nós todos somos daqui de Abaeté mesmo e a gente paga uma taxa de R\$ 6,00 para a prefeitura todos os dias. Então a gente que é responsável pelo peixe, a gente não pode pegar peixe pequeno porque o IBAMA fica em cima de nós, nem pode aceitar peixe moído, porque vem gente de todo lugar comprar aqui com a gente, é gente de Igarapé-Miri, Moju, Tailândia, Barcarena, Mocajuba, Acará. Eles vêm comprar pra vender nas feiras deles. Aqui é tudo regulado pela prefeitura, a gente paga e os barqueiros também têm que pagar para a prefeitura uma faixa de R\$40,00 a R\$80,00, vai depender do tamanho do barco; aqui tudo é direitinho. (Entrevista realizada com Balanceiro em 10/04/18)

Esse sujeito que é responsável pelo repasse da mercadoria pode ser compreendido como pertencente ao segundo elo da cadeia, além de desempenhar o papel de gerar um padrão de qualidade do produto. É válido destacar que as atividades relacionadas ao funcionamento da cadeia do peixe geram receitas para

os agentes que atuam no município. Embora a arrecadação de impostos seja baixa, o benefício para a sociedade é elevado por permitir preços compatíveis com o poder de compra dos consumidores locais. O outro elo compreendido na presente cadeia são os peixeiros, responsáveis pela comercialização a varejo no mercado de peixe do município.

Aqui no mercado a gente tem uma organização da Associação dos Peixeiros, que sou eu o atual presidente, com um mandato de dois anos. Cada associado tem que pagar R\$ 30,00 de mensalidade para a infraestrutura da entidade. Nós somos 136 associados, temos que pagar também para a prefeitura R\$ 6,00 todo dia, só no domingo que a gente não paga. Cada um tem um ponto e o mercado gera em torno de 4 a 5 toneladas de peixe por dia e 1 tonelada no período do defeso, porque o mercado de peixe é o único que tem autorização para vender o peixe no município; quem estiver vendendo em outros lugares é clandestino, porque para vender aqui é preciso pagar o imposto pra ter direito de vender. Então é errado os outros que não participam da nossa Associação e não pagam imposto para prefeitura ir vender. Outra coisa que é bom é o controle de qualidade que o balanceiro já faz na hora que ele pega o peixe, porque o IBAMA fica em cima da gente fiscalizando pra não deixar passar peixe pequeno. (Entrevista com seu Nazareno, presidente da Associação dos peixeiros de Abaetetuba, realizada em 17/03/18)

Nesse caso, o elo correspondente ao peixeiro contribui para a circulação de renda no município, ao repassar o produto para o consumidor final todos dias e manter um elevado fluxo de pessoas ao longo da semana, sendo mais intenso nos finais de semana.

Outro elo importante das duas cadeias de valor inclusivas são os consumidores, que são responsáveis pela consolidação do circuito inferior da economia. Portanto, os consumidores asseguram a vida cotidiana da família (SANTOS, 2008) ao viabilizar a demanda de peixe e açaí em equilíbrio com a oferta de tais produtos gerada pelos camponeses ribeirinhos.

O perfil dos consumidores da feira de Abaeté é diversificado. É constituído por pessoas com diferentes níveis de renda, que varia entre meio e dois salários mínimos, são autônomos, aposentados, donas de casa, funcionários públicos, os próprios feirantes, entre outros.



Figura 3 e 4: Mercado de peixe
Fonte: Mayany Salgado (2018)

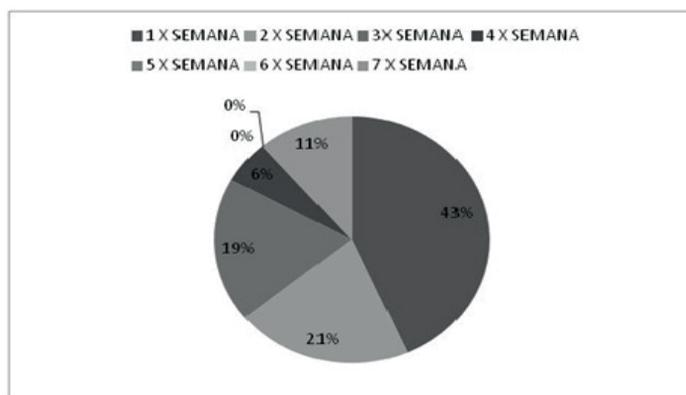


Figura 5: Gráfico frequência que vai à feira
Fonte: Mayany Salgado (2018)

Observa-se que a frequência dos consumidores em ir à feira prevalece uma vez por semana para 43% dos entrevistados; já com frequência de duas vezes na semana, são 21% dos consumidores. A frequência diminui com a distância da feira, levando-se em consideração a presença de pessoas que moram em outros municípios.

Os que apresentaram frequência maior – três, quatro e sete vezes na semana – moram no município e, além disso, alguns desempenham alguma atividade comercial na feira, tendo essa atividade como principal fonte de renda.

O fluxo diário de consumidores é em função da grande variedade de produtos que a feira oferece, entre eles o açaí e o peixe. Os consumidores de outros municípios buscam de maneira mais acentuada os produtos da caça e da pesca,

pois são os que apresentam maior dificuldade para serem adquiridos nos outros municípios. O açaí é mais consumido pela população local, pois as outras cidades também dispõem deste produto, além do fato de o açaí de Abaetetuba ser considerado “fino” em relação à concentração de polpa que a população dessas outras cidades costuma consumir.

Quando foi perguntado aos entrevistados sobre o preço dos produtos em relação à qualidade, identificou-se que há um nível elevado de satisfação, pois 83% acreditam que o preço está de acordo com a qualidade do produto. Ou seja, os preços são considerados bons, devido à proximidade da feira com os produtores camponeses ribeirinhos, que realizam as atividades a um custo considerado baixo. Além disso, os peixes comercializados, na maioria das vezes, são *in natura*, ou seja, não são beneficiados. O fruto do açaí, por sua vez, apresenta duas situações de venda, uma no inverno e outra no verão amazônico.

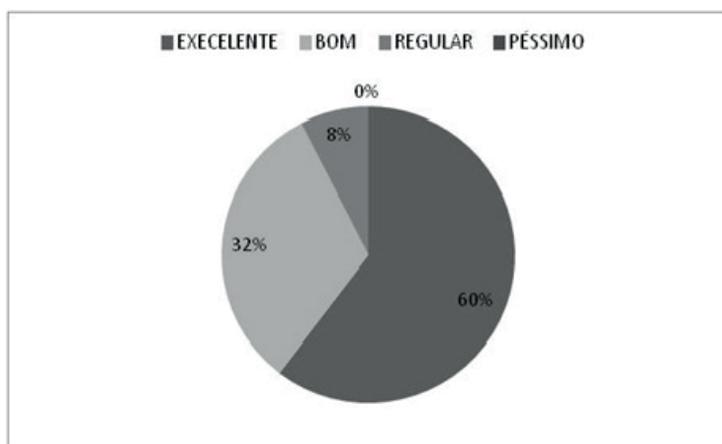


Figura 6: Gráfico qualidade do produto
Fonte: Mayany Salgado (2018)

No caso da avaliação relacionada à qualidade dos produtos, observou-se que 60% dos entrevistados consideram esses produtos de excelente qualidade por serem “frescos”, ou seja, vendidos após pouco tempo de coleta. Por isso apresentam alta qualidade e sabor característico, sendo que 32% dos entrevistados consideram os produtos bons e apenas 8% os consideram regulares.

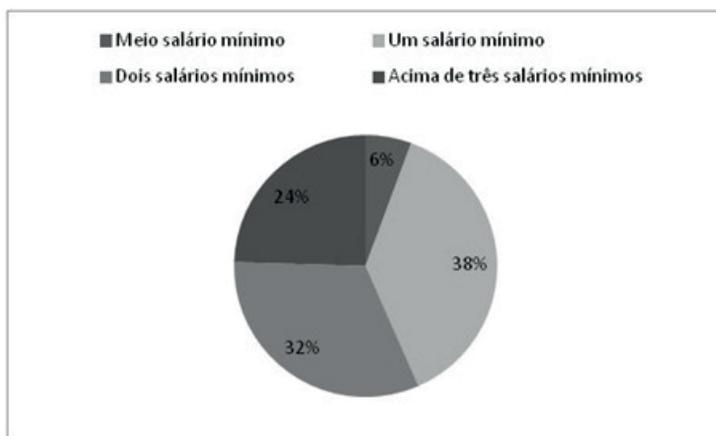


Figura 7: gráfico renda dos consumidores
Fonte: mayany salgado (2018)

Em relação à renda dos consumidores, foi possível identificar que 38% dos entrevistados possuem renda familiar de um salário mínimo; 32% dos entrevistados dispõem de uma renda superior a dois salários mínimos; e 24% dos entrevistados têm renda de três salários mínimos. Estes apresentam condição financeira maior do que os demais e, geralmente, são funcionários públicos, aposentados. Foram identificados 3% que apresentam menos de meio salário mínimo; são pessoas que têm como fonte de renda principal o benefício social bolsa família.

Considerações finais

A cadeia de valor do peixe de Abaetetuba é considerada inclusiva porque incorpora famílias de pescadores artesanais e de extrativistas do açai e, por meio de sua atuação no elo de produção, gera oportunidade de ocupação de mão de obra e renda sem impactar na destruição do estoque desses recursos naturais, contribuindo para potencializar a integração das atividades do APL de subsistência (SANTANA, 2010), dado que apresenta relações capitalistas pouco estruturadas, baixo grau de especialização e baixa agregação de valor.

Essas cadeias de valor operam com estabilidade em virtude das práticas e técnicas desempenhadas pelos camponeses ribeirinhos, visando suprir as necessidades de consumo das famílias e atender à demanda do mercado de peixe e de açai.

Conclui-se que o camponês ribeirinho define as cadeias de valor de peixe e de açaí como inclusiva, dada a integração de importante contingente de pequenos extrativistas que constituem e viabilizam a trajetória de desenvolvimento local por meio da utilização sustentável desses recursos naturais.

Referências

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In Barth, F. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

FAO. Relatório do estado mundial da pesca e aquicultura. Roma. 2018.

FURTADO, G. D.; BARRA, J. D. F. Pescadores Artesanais de Cameté: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos. *Coleção novo tempo cabano* - v. v, Cameté: Novo tempo, 2004.

FURTADO, L. F. G. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia. In: _____. *Amazônia: desenvolvimento, socioeconômico, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém. UFPA/NUMA. 1997. P. 146-165.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem populacional de 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatística/>. Acesso em: jun. 2018.

MORAES, S. C. *Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste*. Belém: EDUFPA, 2007. 178 p.

MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. V. I. GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009, p. 187-208

NUGET, S. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Amablume, 2006.

PARÁ. Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAQ). Diagnóstico da pesca e da aquicultura do estado do Pará. Diagnóstico, tendência, potencial e política pública para o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal. V. 2 de 7. Belém: 2008.

PORTER, M. E. *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1990
PPDJUS. *Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região a jusante da UHE de Tucuruí*. Belém: Conselho Gestor do PPDJUS/ Eletronorte, 2003.

SALES, S. S.; PORRO, N.S.M. Campesinato, identidade e memória: os tiradores de açai ou como colocar-se no mundo. In: *Novos Cadernos do Naea*. V. 17, n. 1, p. 225-240, jun. 2014.

SANTANA, A. C. *Arranjos produtivos locais na Amazônia: metodologia para identificação e mapeamento*. Belém: ADA, 2004. 105p.

SANTANA, A. C. (Org.) *Mercado, cadeia produtiva e desenvolvimento rural na Amazônia*. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2014. p. 140-163.

SANTANA, A. C. *Diagnósticos das cadeias de valor sustentáveis e inclusivas do Marajó: açai, mandioca, pesca artesanal e mandioca*. Consultoria técnica. Belém. 2011.

SANTANA, A. C.; CARVALHO, D. F.; MENDES, F. A.T.; FILGUEIRAS, G. C.; BOTELHO, M. N.; KITABAYASHI, R. T. *Identificação e caracterização de arranjos produtivos locais nos estados do Pará e Amapá, no período de 2000 a 2005: orientações para políticas de desenvolvimento local*. Belém: Unama, 2010.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. *Contested frontiers in Amazonia*. 2. ed. New York: Columbia University, 1992.

SHANIN, T. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Editora Anagrama, s/d.

A PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE SOBRE ASPECTOS AMBIENTAIS E ECOLÓGICOS DA FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS

*Antônio Cordeiro de Santana*¹⁰¹

*Gilmara Maureline Teles da Silva de Oliveira*¹⁰²

*Javan Lobato Quaresma*¹⁰³

Introdução

Na Floresta Nacional de Carajás (Flona de Carajás), estado do Pará, existe uma área de vegetação de savana metalófito, denominada canga, composta de gramíneas, espécies arbustivas e rupestres, capão de floresta, espécies de áreas inundáveis, jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Stapf ex Wardleworth), buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.) e espécies raras e/ou endêmicas como a flor de Carajás (*Ipomoea cavalcantei* D. Austin). A canga ocupa áreas nos platôs, onde a rocha com o minério de ferro aflora, que define os divisores de água e abriga um ecossistema diferenciado do bioma Amazônia com 4% a 5% dos 411.949 ha da Flona de Carajás (CAMPOS; CASTILHO, 2012; SANTANA, 2014). Nesta área, além da extração de minérios e da conservação da floresta, ocorre também a coleta dos ramos do jaborandi para fins comerciais e a prática do turismo ecológico de contemplação para que os visitantes cotejem o ambiente de contraste entre a canga e a floresta densa, no coração do bioma Amazônia. Ocorre que o ativo natural que cobre o solo da Flona de Carajás é retirado e indenizado para viabilizar a extração do minério de ferro pela empresa Vale do Rio Doce (VALE).

Em função da presença de espécies desconhecidas, raras e/ou endêmicas

101 Engenheiro Agrônomo, Doutor em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada (PPGEA) da Universidade Federal de Viçosa, Prof. do PPGDSTU do NAEA/UFPA. E-mail: acsufra@gmail.com

102 Engenheira Ambiental, doutoranda em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: jgilmarateles.eng@gmail.com

103 Engenheiro Ambiental, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) do NUMA/UFPA. E-mail: javanquaresma@hotmail.com

e que não têm preço de mercado, os métodos de valoração desses recursos naturais tornam-se mais complexos. Neste caso, além dos aspectos puramente econômicos, devem-se incorporar as componentes sociais e ambientais. Portanto, a valoração dos ativos naturais difere substancialmente da análise privada dos ativos, uma vez que não podem ser avaliados apenas como insumos, mas também como ativos que geram serviços ecossistêmicos ou serviços ambientais (CONSTANZA et al., 1997; SANTANA et al., 2017).

Nesse sentido, em qualquer análise de valoração desses serviços, é relevante conhecer a percepção da população beneficiada sobre a contribuição da natureza para a atividade econômica e o bem-estar da sociedade. A partir deste conhecimento, pode-se aproximar o valor dos serviços ecossistêmicos à realidade dos mercados de produtos e de serviços, por meio da sua valoração e inclusão dos resultados no patrimônio do imóvel rural e na contabilidade nacional. Assim, este estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre os benefícios produzidos pelos serviços ecossistêmicos para a qualidade de vida da humanidade e para o aprimoramento dos métodos de valoração contingente e para a gestão dos recursos naturais.

Na Flona de Carajás, quando a área a ser minerada pela Vale é coberta com espécies vegetais que não têm valor de mercado, espécies raras e/ou endêmicas, a metodologia de avaliação deve considerar, além do valor de uso direto e indireto do recurso, o valor de opção e de existência dessas espécies. Portanto, um dos desafios deste trabalho é gerar informação econômica sobre a importância das dimensões ambiental e ecológica dos serviços ecossistêmicos produzidos pela Flona de Carajás para a economia local e para o bem-estar humano, o que representa uma contribuição metodológica e científica para a valoração de ativos naturais. Assim, a questão central a ser respondida é como determinar sua participação no valor econômico total (valor de uso direto e indireto, valor de opção e valor de existência) da vegetação florestal e/ou da área de cana a ser minerada. Assim, como contemplar os atributos econômicos, sociodemográficos, ambientais e ecológicos desses serviços nos modelos de análise benefício-custo e de avaliação contingente, especificados pelas equações de disposição a pagar e disposição a receber?

As dimensões ambiental e ecológica são definidas por um conjunto de variáveis que representam seus efeitos e são, geralmente, definidas na forma qualitativa e, algumas delas, no formato zero e um (SANTANA, 2014). Esta prática tende a gerar problemas econométricos, por causa da alta multicolinearidade entre as variáveis explicativas, o que torna difícil isolar a contribuição de cada variável sobre o valor do ativo natural. Para superar esta questão, observada em quase todos os textos consultados, é necessário construir indicadores para re-

presentar o efeito conjunto das variáveis associadas a tais dimensões. Com isto, pode-se contribuir para corrigir as deficiências que, no geral, estão associadas às estimativas do valor por meio da disposição a pagar e da disposição a receber (HANEMANN, 1994; LOOMIS et al., 2000; SANTANA, 2014; SANTANA, 2015; SANTANA et al., 2017).

O objetivo do trabalho foi gerar informação, com base na percepção da população da região de Carajás, sobre a magnitude e importância dos efeitos de mudanças climáticas e do uso dos recursos naturais na qualidade de vida das pessoas e, em função disso, construir indicadores para representar seus efeitos sobre a disposição a pagar e a disposição a receber. Com isso, espera-se ainda validar o método integrado de avaliação contingente a ser utilizado na estimação do valor econômico total de ativos naturais da Flona de Carajás para fins de preservação e/ou de utilização, contemplando espécies raras, endêmicas e a importância dos serviços ecossistêmicos.

Referencial teórico

Os produtos e serviços ecossistêmicos resultam de complexas relações entre os seres vivos e não vivos, que determinam a capacidade da natureza de fornecer qualidade de vida e comodidade para todos (COSTANZA; DALY, 1992; COSTANZA et al., 1997; WALLACE, 2007; SANTANA et al., 2016). Portanto, estes serviços contribuem para o bem-estar humano e podem ser agrupados em quatro categorias, conforme Santana et al. (2016): (i) serviço de provisão, como alimentos e fibras, madeira, sementes, recursos genéticos, produtos bioquímicos, medicinais, farmacêuticos, ornamentais e água; (ii) serviço de regulação ambiental, como o controle do clima, intempéries, ventos, polinização, doenças e pragas, purificação da água e do ar e proteção do solo; (iii) o serviço cultural, como valores culturais e sociais, religiosos e espirituais, conhecimento da fauna e flora, valores paisagísticos, recreação e turismo; e (iv) serviço de suporte, que define a produção de outros serviços, como a formação e retenção do solo, fotossíntese, ciclagem de nutrientes, atividade biológica do solo, ciclagem da água e manutenção da dinâmica do habitat.

Os ecossistemas da Flona de Carajás produzem todos esses serviços e alguns de seus componentes como madeira, frutas, água, produtos medicinais, espécies raras e ameaçadas, paisagens, minérios e condições climáticas continuam sendo percebidos e consumidos pela população local ao longo dos últimos 40 anos. Ao mesmo tempo, os estoques de recursos naturais da área do entorno da Flona continuam sendo utilizados de forma insustentável e/ou des-

truídos por meio do desmatamento e queimadas para a implantação de agricultura e/ou de pecuária, abertura de estradas, extração de minérios e de madeira, urbanização, poluição dos rios e igarapés (SANTANA et al., 2011). Mesmo com estes cenários antagônicos de ambiente preservado e destruído, a sociedade ainda não consegue estimar a magnitude do valor da perda de bem-estar social causado pela diminuição dos produtos e serviços produzidos por este ativo natural (SANTANA et al., 2016; 2017).

Com efeito, a garantia desse fluxo de produtos e serviços depende do conhecimento por parte da população sobre a contribuição que geram para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (FISHER et al., 1972; HANEMANN, 1994; SUTTON; COSTANZA, 2002; TURNER et al., 2003; LIU et al., 2010; GROOT et al., 2012; COSTANZA et al., 2014; SANTANA et al., 2015, 2016). Assim, é defendido que para que a proteção e/ou exploração sustentável dos ativos naturais seja viabilizada, com vistas a alcançar e manter uma situação de máximo bem-estar social, a partir da combinação entre capital natural, capital humano e capital manufaturado, é necessário atribuir valor econômico com base no custo de oportunidade (FISHER et al., 1972; HOEN; RANDALL, 1989; CARSON; LOUVIERE, 2011; COSTANZA et al., 2014; BENTES et al., 2014; ROSA et al., 2016; SANTANA et al., 2015, 2016). Esta informação é um dos elementos a ser considerado na formulação de políticas e decisões com vistas a orientar a alocação dos recursos naturais.

Neste estudo, identificou-se o grau de percepção da população local sobre os impactos da exploração dos recursos naturais, desmatamento e queimadas, alterações do clima e do ecossistema da Flona de Carajás e área do entorno. Em seguida, estabeleceu-se o vínculo da degradação ambiental com a perda do bem-estar social e o valor da compensação equivalente a esta perda na qualidade de vida. Este vínculo é fundamental para o reconhecimento de que os ativos naturais compõem parcela significativa do valor econômico total da Terra (COSTANZA et al., 1997) e, desta forma, devem ser conservados e/ou explorados de forma sustentável para assegurar o desenvolvimento industrial e o bem-estar da população (BARAL et al., 2008; COSTANZA et al., 2014; SANTANA, 2015; ROSA et al., 2016; SANTANA et al., 2016, 2017).

Portanto, a especificidade das espécies vegetal e animal, desconhecidas, raras e/ou endêmicas da Flona de Carajás e cujo valor de uso e/ou de não uso ainda é uma incógnita, pode ser contemplada nos métodos integrados de avaliação contingente (LOOMIS et al., 1996; BARAL et al., 2008; ADAMS et al., 2008; GROOT et al., 2012; COSTANZA et al., 2014; SANTANA, 2014; SANTANA et al., 2016; 2017). Com efeito, foi possível identificar e avaliar o

efeito de um conjunto de variáveis ambientais e ecológicas na construção de indicadores para representar a contribuição destas dimensões no valor econômico total dos ativos naturais. Assim, estes indicadores tornam mais adequada a especificação dos modelos econométricos de avaliação contingente e tornam a estimação dos parâmetros das regressões incluídas em tais modelos adequada e os resultados estatisticamente significativos.

Material e métodos

A área de estudo abrangeu um raio de 150 km da área de influência direta e indireta da Flona de Carajás, contemplando a população dos municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Curionópolis, no estado do Pará. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de um questionário com perguntas fechadas e abertas durante os meses de maio e junho de 2014, abrangendo variáveis definidoras das dimensões sociodemográficas, ambientais, socioeconômicas e sobre a canga e seu potencial uso. Para este estudo específico, no entanto, apenas as variáveis das duas dimensões seguintes foram utilizadas:

a) Os aspectos ambientais definidores das condições do meio ambiente da área de pesquisa: variação na distribuição das chuvas (intensidade e periodicidade), conservação da floresta, utilização de queimadas, utilização de agrotóxico, utilização de técnicas agrônômicas para o desenvolvimento sustentável, desmatamento, caça e pesca predatória, potencialidade de uso sustentável e/ou preservação da flora e da fauna, qualidade da água dos rios e nascentes, belezas cênicas naturais. Estes aspectos foram contemplados nas seguintes 14 variáveis utilizadas no questionário: A1. Aumento na irregularidade das chuvas; A2. Aumento das cheias dos rios e das inundações; A3. Preservação da biodiversidade (fauna e flora); A4. Conscientização ambiental da população; A5. Poluição das águas dos rios e cursos d'água; A6. Diminuição da quantidade de peixe dos rios; A7. Diminuição de queimadas no preparo de roças; A8. Diminuição de queimadas em pastagens; A9. Conflitos pela posse e uso da terra; A10. Chegada de pessoas de outras áreas para o local; A11. Deslocamento de pessoas para outras áreas; A12. Redução da coleta de frutas, castanhas e plantas; A13. Redução na extração de madeira e lenha; A14. Aumento de turistas para ver as belezas naturais.

b) As características ambientais e as potencialidades socioeconômicas dos recursos disponíveis na Flona de Carajás: espécies florestais de valor comercial, animais selvagens para caça, espécies raras e/ou endêmicas, produtos florestais madeireiros e não madeireiros, recursos minerais, presença de nascentes, ca-

choeiras e paisagens com potencial para recreação e/ou turismo ecológico e de contemplação. Estas características foram contempladas nas nove seguintes variáveis incluídas no questionário: B1. Floresta é rica em madeira de valor comercial; B2. Produção de frutas, sementes e óleos vegetais; B3. Animais para a caça; B4. Terra com aptidão para pastagem; B5. Terra com aptidão para agricultura; B6. Nascentes e rios de água potável; B7. Áreas com belezas naturais para turístico; B8. Espécies desconhecidas, raras ou endêmicas; B9. Bacias hidrográficas reguladoras do clima.

A amostra da população foi definida pelo número de famílias residentes na área de estudo, distribuídas em vinte vilas do entorno da Flona de Carajás, considerando os atributos de proximidade, conhecimento, tempo de moradia e convivência com as dinâmicas do desenvolvimento local. A amostra incluiu os diversos perfis de entrevistados de áreas urbanas e rurais: empresários, professores de educação ambiental, professores de biologia, professores de história, professores de exatas, especialistas em gestão ambiental, agentes de saúde, produtores rurais, trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representantes de associação, trabalhadores de empresas, comerciantes, técnicos das secretarias de meio ambiente, de desenvolvimento rural, da extensão rural, agência de turismo, estudantes, entre outros. Sobre o conhecimento da canga, conforme Santana (2014), pelo menos 80% deles declararam que conhecem o ecossistema da canga e seus efeitos sobre o bem-estar humano e os 20% restantes, ao verem fotos da vegetação da canga, conseguiram espontaneamente associar a canga com a vegetação de áreas de cerrado.

O tamanho mínimo representativo da amostra probabilística com nível de confiança de 95% e erro amostral de 5% foi de 369 entrevistados da população de 8.956 famílias (SANTANA, 2014; SANTANA et al., 2016). O número total de questionários válidos deste estudo foi de 442, número 19,8% superior, o que amplia a margem de segurança da pesquisa.

A abordagem dos entrevistados foi realizada por sete profissionais com experiência em pesquisa de campo, que receberam orientação adicional para enfatizar o esclarecimento dos entrevistados sobre o objetivo da pesquisa e sobre as características dos ecossistemas da floresta e da savana metalófito da Flona de Carajás, por meio da apresentação de fotos com os diversos tipos de vegetação e suas potencialidades. Os dados sobre as variáveis definidoras das duas dimensões apresentadas foram submetidos à análise multivariada para a construção de indicadores que as representem de forma adequada.

As variáveis que explicam as dimensões ambiental e ecológica foram submetidas à análise fatorial para definir os fatores em sintonia com a multifuncionalidade dos produtos e serviços ecossistêmicos da Flona de Carajás, e

viabilizar a construção dos indicadores das dimensões ambiental e ecológica. Estes indicadores, conforme Santana (2014) e Santana et al. (2016), entram como variáveis explanatórias nas equações de disposição a pagar e disposição a receber da avaliação contingente. Assim, evitam-se os problemas de multicolinearidade causados pela utilização de grande número de variáveis qualitativas nas equações, como evidenciado nos trabalhos de Adams et al. (2008), Baral et al. (2008) e Veronesi et al. (2014).

Método da análise fatorial

A Análise Fatorial (AF) foi utilizada para identificar e caracterizar fatores latentes ou constructos subjacentes à análise de dados, que fundamentam as relações das variáveis observadas. A AF é compreendida como uma ferramenta que permite resumir as informações do fenômeno estudado em um número de fatores substancialmente menor do que o número total de variáveis total sem uma perda significativa de informação (JOHNSON; WICHERN, 2007). Assim, a AF foi utilizada para descrever as relações de covariância entre as variáveis que definem as dimensões ambiental e ecológica dos ecossistemas da Flona de Carajás e de seu entorno no desenvolvimento local e na qualidade de vida da população, para reduzi-las a poucos fatores e, a partir destes, construir os dois indicadores que representam seus comportamentos.

No modelo de AF, assume-se que cada variável observada é uma combinação linear dos fatores latentes extraídos, tal que cada variável aleatória i pertence a uma população homogênea com média μ_i (DILLON; GOLDSTEIN, 1984; SANTANA et al., 2014, 2016).

$$(i = 1, 2, \dots, N) \tag{1}$$

Em que ψ é a matriz de pesos fatoriais ($p \times q$), f_i é o vetor de fatores latentes ($q \times 1$) e e_i é o vetor de erros aleatórios ($p \times 1$). Assume-se a independência entre f_i e e_i , com $V(f_i) = \Sigma_f$ e $V(e_i) = \Sigma_e$ dando origem a matriz de covariância de y_i , dada por $V(y_i) = \psi \Sigma_f \psi' + \Sigma_e$ (DILLON; GOLDSTEIN, 1984; SANTANA, 2007). O primeiro termo do lado direito representa a parcela da covariância atribuída aos fatores comuns e o segundo termo a covariância atribuída ao erro. Assim, a comunalidade ou parcela da variância comum presente na variável é dada pelos elementos da diagonal principal de $\psi \Sigma_f \psi'$, enquanto a variância específica do erro é dada pelos elementos da diagonal principal de Σ_e .

Os erros são não correlacionados aos fatores latentes, ou seja, $Cov(e_i f'_i) = E(e_i f'_i) = 0$, de modo que as inter-relações entre as p variáveis são totalmente explicadas pelos q fatores latentes. Este resultado significa que os vetores e_i e f_i

representam duas fontes de variação distintas e, portanto, sem qualquer relacionamento entre si. Assim, com $\Sigma_f = I_q$, o modelo reduz-se a $V(y_i) = \psi \psi' + \Sigma_e$.

A adequação da amostra ao método de AF foi feita pelos testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de Bartlett (JOHNSON; WICHERN, 2007; HAIR JR et al., 2010). Estes testes são procedimentos estatísticos que permitem aferir a qualidade das correlações entre as variáveis de forma a seguir com a AF (SANTANA, 2014). Aplicou-se também, nos dois modelos, o método da rotação ortogonal *varimax* porque atinge um padrão teoricamente mais significativo e mais simples de interpretar os fatores.

Por fim, o número de fatores extraídos para descrever os dados foi determinado pelo método de Kaiser, que recomenda a escolha daqueles cuja variância explicada é superior a 1 (DILLON; GOLDSTEIN, 1984; JOHNSON; WICHERN, 2007). Além disso, o número de fatores extraídos deve explicar pelo menos 60% da variância total dos dados (DILLON; GOLDSTEIN, 1984; SANTANA et al., 2007). Outra condição necessária para a inclusão de variáveis no modelo de AF é que apresentem comunalidade igual ou superior a 0,50 (HAIR JR et al., 2010; FERREIRA et al., 2016), ou seja, pelo menos 50% de suas variâncias sejam explicadas pelos fatores comuns extraídos.

Os indicadores representam a percepção por parte dos entrevistados sobre a mudança nas chuvas e conservação do meio ambiente (*ICA*) e do potencial econômico e ecológico de uso da Flona de Carajás e seu entorno (*IPEE*), além da opção de realizar a exploração mineral. Tais indicadores foram definidos, conforme Santana (2007), como uma combinação linear dos escores fatoriais e a proporção da variância explicada por cada fator em relação à variância comum. A expressão matemática é dada por:

$$; (i = 1, \dots, N) \text{ e } (k = ICA, IPEE) \quad (2)$$

Em que λ é a variância explicada por cada fator e $\Sigma\lambda$ é a soma total da variância explicada pelo conjunto de fatores comuns. O escore fatorial foi padronizado (*FP*) para que os valores sejam todos positivos. A fórmula utilizada foi a seguinte:

$$; (i = 1, \dots, N) \quad (3)$$

em que $F_{m\acute{a}x}$ e $F_{m\acute{i}n}$ são os valores máximo e mínimo observados para os escores fatoriais associados às pessoas entrevistadas. Para facilitar a interpretação dos resultados, foram estabelecidos os seguintes intervalos de variação do *ICA* (e do *IPEE*): valores do *ICA* (e do *IPEE*) igual ou superior a 0,80 são considerados muito altos; valores entre 0,6 e 0,79 são considerados altos; valores situados entre 0,40 e 0,59 são intermediários; e valores inferiores a 0,40 são considerados baixos. Com base nestes resultados, pode-se avaliar o grau de compreensão dos entrevistados sobre as questões ambientais e ecológicas e a

avaliação potencial de a sociedade tomar as decisões de preservar e/ou explorar os recursos naturais dos ecossistemas da Flona de Carajás e de seu entorno.

Resultados e discussão

A amostra contemplou 50,9% de entrevistados do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino. Quanto à idade média do entrevistado, tem-se que 60,9% estavam com até 45 anos, 24,0% com 18 a 30 anos, 30,8% com 45 a 65 anos e 8,4% com mais de 65 anos. Entre estes, 2,8% são analfabetos e 45,5% estudaram até o ensino fundamental. No geral, 47,4% e 35,3% dos entrevistados, respectivamente com até 45 anos e com idade superior a 45 anos, têm o ensino médio completo. Com relação à renda, 63,6% dos entrevistados ganham até três salários mínimos por mês. Um percentual de 22,9% ganha entre três e cinco salários mínimos e 2,0% ganham entre 10 e 25 salários mínimos por mês, incluindo todas as fontes de renda. Quanto ao tempo em que residem na área, tem-se que 75,1% moram na região há pelo menos 10 anos e 34,8% residem no local há mais de 20 anos.

Resultados da dimensão ambiental

Os fatores ambientais que influenciam os serviços ecossistêmicos e foram percebidos diretamente pelos entrevistados contemplam: mudanças climáticas (irregularidades na distribuição e intensidade das chuvas, enchentes, alagamentos e secas prolongadas); queimadas acidentais e aquelas utilizadas na preparação de roça e no manejo de pastagens; poluição dos rios e nascentes; biodiversidade (fauna e flora); caça e pesca; extrativismo de produtos florestais madeireiros e não madeireiro; extração de minérios e garimpo; conflitos pela posse e uso da terra; aspectos da migração de pessoas.

Com relação às mudanças observadas na distribuição das chuvas e seus efeitos, mais de 90% dos entrevistados declararam que a distribuição das chuvas vem mudando ao longo do tempo e se tornando cada vez mais acentuada (Figura 1). O período das chuvas diminuiu e a intensidade destas passou a variar na direção dos extremos, com “fortes chuvas em curto espaço de tempo e com chuvas fracas e irregulares”. Isto foi indicado por 43,4% dos entrevistados como sendo uma mudança de alta irregularidade no padrão das chuvas em relação aos últimos 10 a 20 anos. Os demais enquadraram tais mudanças na distribuição das chuvas como de moderada a baixa. Apenas 9,4% não perceberam as mudanças, em função do pouco tempo na região, ou por não se preocuparem

com a influência do clima nas atividades rurais e urbanas. A implicação desta variável, conforme Veronesi et al. (2014) e relato dos entrevistados, tem implicação sistêmica porque a escassez prolongada das chuvas aumenta o risco das queimadas acidentais, compromete a produção e de produtividade das lavouras e pastagens, diminui o fluxo de água potável e compromete a criação de animais.

A segunda variável, que se traduz como reflexo da mudança na distribuição das chuvas e na temperatura, foi evidenciada por meio das cheias dos rios e igarapés, causando inundações nos centros urbanos, destruindo pontes e estradas vicinais e aumentando o risco de doenças. Cerca de 72,7% dos entrevistados perceberam que as cheias dos rios se tornaram mais frequentes e com maior gravidade, em função do desmatamento e do aumento rápido e desordenado da urbanização.

Observa-se que 69,3% perceberam que houve mudanças quanto à preservação da fauna e da flora, porque os órgãos ambientais intensificaram a fiscalização e a Vale segue a legislação ambiental. Como consequência dessa ação de proteção da Flona de Carajás e do ensino de educação ambiental em algumas escolas, 76,5% dos entrevistados informaram que houve aumento da conscientização ambiental, embora a prática ainda leve tempo para se tornar uma ação de parcela representativa da população. Não foi identificada a coleta regular e/ou seletiva do lixo doméstico produzido nas vilas e nas cidades. Foi declarada e constatada a ausência de saneamento básico nas vilas e nas cidades. Por outro lado, no que tange aos instrumentos de informação sobre as questões ambientais, muitas placas foram encontradas com alertas e orientações para os cuidados com os problemas ambientais. Contudo, os avisos desprovidos da execução efetiva dos projetos não estão produzindo mudanças significativas.

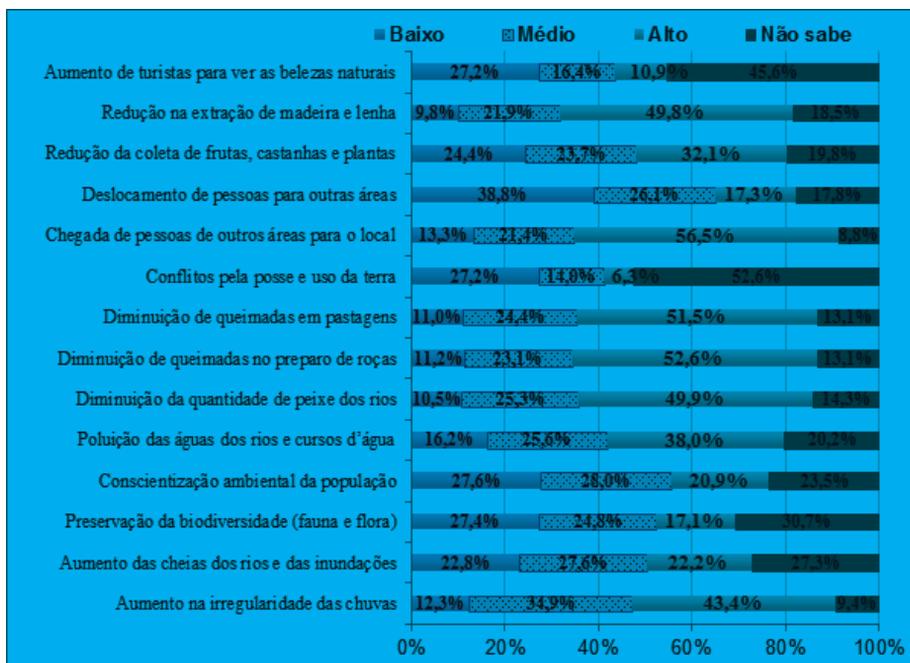


Figura 1 - Características das mudanças ambientais e de uso sustentável dos ativos ambientais na área da pesquisa segundo perspectiva dos entrevistados, estado do Pará, 2014.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com efeito, 79,8% dos entrevistados observaram que a poluição das águas dos rios aumentou e o exemplo de referência é atribuído ao rio Parauapebas, que “não tem mais peixes”, assim como outros rios e igarapés cuja “captura de peixes está cada vez mais difícil”. Em consequência dessa poluição e do aumento do esforço de pesca por parte de maior contingente de pessoas em determinados locais, 85,7% revelaram que houve acentuada queda da pesca extrativa. Os reflexos destas externalidades foram observados no aumento de projetos de pesca em cativeiro e considerados como de intermediária a elevada magnitude pela maior parte dos entrevistados (Figura 1).

No que tange às queimadas de mata nativa para a formação de roças e para a implantação e/ou manejo de pastagens, 86,9% declararam que houve redução dessa prática, em função da intensidade da fiscalização por parte dos órgãos ambientais. Também diminuiu a incidência de incêndio natural e/ou acidental na área de savana, por causa da proibição da caça e da extração de produtos florestais da Flona de Carajás. As queimadas, além de emitirem grande quantidade de CO₂, destroem a fauna e a flora e eliminam o valor econômico dos produtos e serviços produzidos pelos ecossistemas (SANTANA et al., 2011; SANTANA,

2015; SANTANA et al., 2016). Este efeito ocorreu em toda a região do entorno da Flona de Carajás, daí a importância da sua preservação e/ou exploração das áreas liberadas pelo ICMBio mediante a compensação equivalente à perda de valor do bioma e do bem-estar da população.

Com relação aos conflitos pela posse e uso da terra, 47,4% informaram que houve forte diminuição ao longo do tempo na área rural (Figura 1). Onde este movimento ainda está em curso, a avaliação é que a intensidade das ações foi considerada baixa. Este é um ponto importante de avanço dos projetos de assentamento da reforma agrária e das políticas de transferência de renda, que estão contribuindo com a redução do uso do fogo pela agricultura familiar praticada nas áreas do entorno da Flona de Carajás. No extrativismo vegetal de produtos madeireiros e não madeireiros, mais de 80% dos entrevistados observaram que a diminuição foi de intermediária a alta, indicando a perda de importância dessa atividade, em função do aumento da fiscalização.

O fluxo de migrantes de outras regiões que chegam ao local ocorre em função das oportunidades de trabalho nas empresas que prestam serviços à Vale. Pelas características da atividade de extração de minérios, a ocupação da mão de obra de baixa qualificação tem vida curta, perdurando apenas na primeira fase da exploração. Depois, muita gente é dispensada e a migração segue o caminho inverso para os locais de origem ou para outras áreas do entorno da Flona de Carajás, ampliando as favelas na periferia das cidades e/ou criando novas vilas.

No turismo, 54,4% dos entrevistados perceberam que houve aumento no fluxo de pessoas que visitam a região como turista, em busca das belezas cênicas que a Flona de Carajás e seu entorno oferece, como a fonte de “águas termais” no Garimpo das Pedras, produção de pedras semipreciosas, os balneários da Área de Proteção Ambiental do Gelado, a vegetação de savana contrastando com a floresta densa, cavernas, espécies raras e/ou endêmicas e os animais ameaçados de extinção do Parque Zoobotânico da Vale.

Resultados sobre a dimensão ecológica

Avaliou-se a percepção dos entrevistados sobre o fluxo dos serviços ecossistêmicos da Flona de Carajás em termos do valor de uso, valor de opção e valor de existência.

No caso dos produtos e serviços de uso direto, ou serviços de provisão, mais de 80% dos entrevistados revelaram que a Flona de Carajás é rica em espécies de madeira com alto valor comercial (cedro, copaíba, cumaru, freijó, ipê, jacarandá, jatobá, piquiá, virola), frutas e óleos vegetais (abiu, bacaba, bu-

riti, castanha-do-brasil, castanha de caju, cacau, copaíba, ingá), assim como animais para caça (aves, cutia, paca, porco do mato, tatu) e as belezas cênicas e relevos da área da Flona e de seu entorno (Figura 2). Observou-se, também, que as terras do entorno têm aptidão para o desenvolvimento de pastagens para a pecuária de corte e de leite e de lavouras temporárias e permanentes, uma vez que as áreas do entorno estão povoadas com agricultura e pecuária em diversos estágios de degradação, ou seja, o serviço de suporte do solo. Por último, os resultados da Figura 2 revelaram forte predominância das respostas indicando alto potencial econômico e ecológico da Flona de Carajás, o que estabelece uma relação direta do valor dessa unidade de conservação para o crescimento econômico e o bem-estar da população local.

Com relação aos serviços ambientais de uso indireto, envolvendo as funções culturais, mais de 87% dos entrevistados informaram que há muitas nascentes com água potável (Figura 2). No caso das belezas naturais como paisagens florísticas, cachoeiras e águas termais, que podem ser exploradas pelo turismo ecológico e de contemplação, 71,8% dos entrevistados declarou que elas existem e devem ser conservadas. As avaliações concentram-se na posição elevada, o que revela o reconhecimento do valor dos serviços ecossistêmicos da Flona de Carajás para o bem-estar humano.

As variáveis que refletem o valor de não uso dos recursos, em função de conhecimento genético e características de raridade e endemismo, encontram-se nas espécies como o gavião real e outros animais ameaçados de extinção que vivem na Flona de Carajás. Como espécie endêmica foi citada a flor de Carajás. Esta variável apresentou o maior percentual de pessoas que não fez avaliação, dada a falta de informação.

Por fim, os resultados mostram dois aspectos fundamentais para a compreensão do valor econômico dos ecossistemas da Flona de Carajás. O primeiro se refere à percepção dos entrevistados sobre os efeitos das mudanças nas dimensões ambiental e ecológica produzidos pela ação antrópica, o grau de importância para o crescimento da economia local e para a qualidade de vida das pessoas. O segundo é que a inclusão de todas estas variáveis qualitativas (14 sobre a dimensão ambiental e 9 sobre a dimensão ecológica) em uma equação torna inviável a estimação dos parâmetros por causa do alto grau de multicolinearidade. Portanto, uma solução para o problema sem perda significativa de informação e do poder explicativo do conjunto de variáveis é dada por meio da elaboração de indicadores por meio da técnica de análise fatorial.

É com este propósito que o trabalho contribui para a especificação dos modelos econométricos e sobretudo para os métodos utilizados na estimação dos parâmetros das regressões múltiplas.

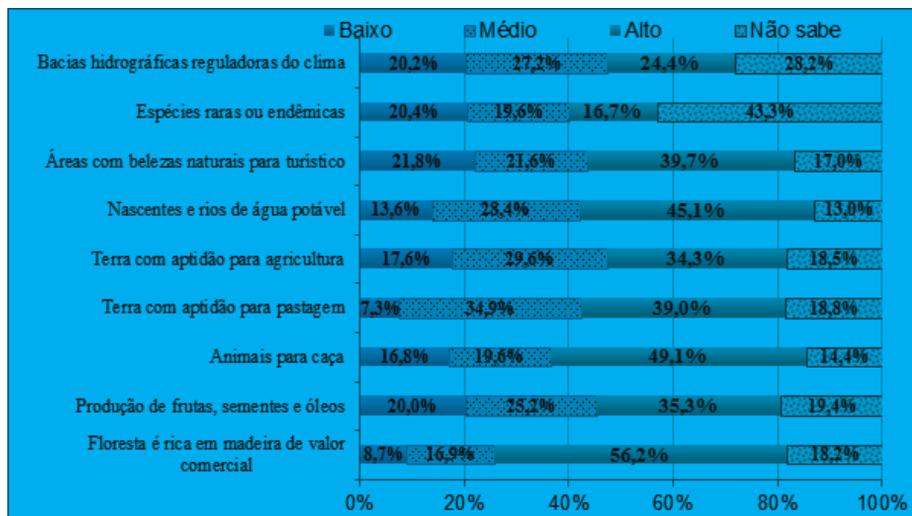


Figura 2 - Potencial da Flona e de seu entorno em relação ao valor de uso e de não uso, estado do Pará.

Fonte: Dados da pesquisa.

Indicadores ambiental e ecológico da Flona de Carajás

Os resultados da análise fatorial estão reunidos nas Tabelas 1 e 2. As duas matrizes de correlação apresentaram determinantes diferentes de zero, logo admitem inversa e a solução resultante, além de única, é a que melhor representa o fenômeno (DILLON; GOLDSTEIN, 1984; JOHNSON; WICHERN, 2007; SANTANA et al., 2014; FERREIRA et al., 2016). De acordo com os testes KMO de 0,588 e 0,76 (superior ao limite aceitável de 0,50) e os testes de esfericidade de Bartlett significativos a 1%, a amostra adequa-se à análise fatorial. As cargas fatoriais estimadas apresentaram significância a 1%, confirmando a adequação dos modelos. Todas as comunalidades situaram-se acima de 0,50, o que valida suas participações na definição dos fatores latentes (JOHNSON; WICHERN, 2007; HAIR JR et al., 2010). Por fim, os fatores extraídos nos dois modelos fatoriais explicaram mais de 60% da variância total dos dados (DILLON; GOLDSTEIN, 1984; SANTANA, 2007). Sendo assim, considera-se que o modelo foi bem especificado e os resultados revelam a realidade do fenômeno estudado.

Fatores definidores da dimensão ambiental

O modelo de análise fatorial especificado para refletir o comportamento da dimensão ambiental foi configurado por cinco fatores e explicou 71,88% da variância total dos dados (Tabela 1). O **primeiro fator** explicou 18,4% da variância e representa a força conjunta de duas variáveis que, na percepção dos entrevistados, refletem a redução do uso do fogo na implantação de atividades agrícolas e no manejo de pastagens. Por isso, pode ser nominada **queimadas**. Esta dimensão é a mais importante, dado que o fogo destrói a biodiversidade da área e compromete todas as funções dos serviços ecossistêmicos. Além disso, por estar localizada no espaço definido como “arco do desmatamento”, a área vem recebendo tratamento diferenciado quanto à eficácia da atuação dos órgãos ambientais, tendo em vista o controle preventivo do desmatamento e queimadas.

O **segundo fator** explicou 15,36% da variância comum e representa o efeito das variáveis conscientização ambiental e preservação da biodiversidade da Flona de Carajás. Em função da maior carga fatorial da segunda variável, a dimensão pode ser chamada de **biodiversidade**. Este fator está relacionado com a eficácia da política ambiental no combate aos efeitos produzidos pelo desmatamento, queimadas, extração mineral e pela atuação no processo de conscientização das pessoas para preservarem a biodiversidade.

Tabela 1 - Matriz de cargas fatoriais do modelo representativo das condições ambientais da Flona de Carajás, estado do Pará, 2014.

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Comunidade
Redução da queima em roça	0,937	0,143	0,050	0,089	0,006	0,909
Redução da queima em pasto	0,941	0,118	0,074	0,071	0,021	0,910
Preservação da biodiversidade	0,077	0,853	0,027	-0,054	0,076	0,743
Aumento da consciência ambiental	0,167	0,839	-0,006	0,081	-0,032	0,739
Aumento da poluição dos rios	0,011	-0,029	0,821	0,072	0,064	0,685
Redução de peixe dos rios	0,100	0,050	0,775	0,074	-0,137	0,637

Redução da extração de PFM	-0,021	-0,044	0,043	0,816	-0,094	0,679
Redução da extração de PFM	0,177	0,071	0,108	0,760	0,070	0,630
Aumento de irregularidade chuvas	-0,042	0,151	0,201	0,196	-0,695	0,587
Aumento de turistas na área	-0,015	0,194	0,107	0,147	0,773	0,669
Soma de quadrado das cargas	1,841	1,536	1,349	1,337	1,125	7,188
Percentual do traço (%)	18,407	15,364	13,492	13,368	11,252	71,883
Adequação da amostra: KMO = 0,588				Batlett's test = 899,577 (vp < 1%)		

Fonte: Dados da pesquisa.

O **terceiro fator**, que explicou 13,49% da variância dos dados, está associado às variáveis poluição das águas e redução do estoque de peixes dos rios e igarapés. Neste caso, o fator pode ser denominado **poluição das águas**. Esta poluição está associada ao desmatamento da floresta para a implantação das atividades agropecuárias e ao processo desordenado da urbanização das cidades e vilas, como reflexo dos projetos de extração do minério de ferro. Assim, a redução do estoque de peixes e da qualidade da água via assoreamento dos rios e poluição com produtos químicos, descargas de esgoto e lixo, foi captada neste fator, que influencia as pessoas nas decisões de preservar e/ou de utilizar racionalmente este recurso natural. Este fator tem efeito direto na alimentação e saúde da população local.

O **quarto fator** explicou 13,37% da variância dos dados e capta os efeitos das variáveis extração de produtos madeireiros e não madeireiros da Flona de Carajás e pode ser denominado **extrativismo vegetal**. Este fator representa o efeito da atuação dos órgãos ambientais no controle da extração predatória dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros. O **quinto fator** explicou 11,25% da variância total dos dados e representa as variáveis aumento na irregularidade das chuvas e da frequência de turistas na região. Estas variáveis apresentaram efeitos opostos na definição do fator, pois a diminuição da irregularidade do clima pode favorecer as belezas naturais da Flona de Carajás

e aumentar o turismo ecológico. Por outro lado, a irregularidade das chuvas, com secas prolongadas e temperaturas elevadas tem aumentado as queimadas espontâneas das áreas de savana e de pastagens, prejudicando o turismo ecológico e pondo em risco a biodiversidade. Esta dimensão pode ser denominada **potencial turístico**.

O efeito combinado desse conjunto de fatores configura a dimensão ambiental, cujo comportamento influencia diretamente o bem-estar da população local.

Fatores definidores da dimensão ecológica

A dimensão ecológica foi configurada por três fatores (Tabela 2). O **primeiro fator** explicou 25,6% da variância total dos dados e representa o efeito de quatro variáveis descritoras do potencial dos serviços ecossistêmicos: nascentes e rios com água potável; belezas naturais (fontes d'água, cachoeiras e paisagens florísticas); espécies raras e endêmicas (flor de Carajás, gavião real); e a bacia hidrográfica que contribui para manter o fluxo de água de rios e igarapés e para regular o clima local e regional. Este fator engloba as funções de provisão, cultural, espiritual e de conhecimento, que expressam o valor de uso e o valor de não uso desse ativo natural, podendo ser chamado de **serviço ambiental**.

O **segundo fator** explicou 23,4% da variância e capta os efeitos de três variáveis que indicam o potencial dos produtos madeireiros e não madeireiros e dos animais silvestres da Flona de Carajás. Assim, o fator representa a função provimento de produtos com valor comercial e pode ser denominado **potencial ecológico e econômico**. A madeira e os animais silvestres de caça têm valor monetário nos mercados formal e informal. Embora a caça seja proibida para fins comerciais, é praticada para o autoconsumo. O excedente é comercializado com preço acima do equilíbrio do mercado, para compensar o risco da apreensão do produto, juntamente com a aplicação de multas e demais sanções para o infrator.

O **terceiro fator**, que explicou 18,7% da variância total dos dados, está associado às variáveis que definem o potencial das terras para o desenvolvimento de pastagens em uso na pecuária e de atividades agrícolas. Neste caso, o fator representa a função de suporte do solo para o desenvolvimento sustentável de atividades econômicas e pode ser denominado **potencial agropecuário**. Este fator reflete o efeito do mercado de terras na área do entorno da Flona de Carajás, tanto em transações de compra e venda de terras para fins agropecuários quanto para efeito de indenização das áreas de abrangência dos projetos de mineração, de assentamento da reforma agrária, ou para efeito de preservação ambiental.

A interação desses fatores gera a dimensão ecológica e explica, na percepção do entrevistado, sua importância para o bem-estar da população.

Tabela 2 - Matriz de cargas fatoriais do modelo representativo do potencial multifuncional do ativo ambiental da Flona de Carajás, estado do Pará, 2014.

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Comunalidade
Fontes de água potável	0,730	0,198	0,003	0,573
Áreas de potencial turístico	0,706	0,247	0,059	0,563
Espécies raras e endêmicas	0,704	0,121	0,145	0,531
Bacia para regular clima	0,771	0,116	0,029	0,608
Flona rica em madeiras	0,103	0,864	0,172	0,787
Flona rica em produto não madeireiro	0,306	0,731	-0,038	0,629
Flona rica em animais silvestres	0,212	0,803	0,106	0,701
Terra com aptidão para pasto	-0,014	0,067	0,916	0,843
Terra com aptidão para agricultura	0,182	0,121	0,881	0,825
Soma de quadrado das cargas	2,304	2,074	1,683	6,061
Percentual do traço (%)	25,600	23,046	18,698	67,344
Adequação da amostra: KMO = 0,760		Batlett's test = 1245,153 (vp < 1%)		

Fonte: Dados da pesquisa.

Indicadores das dimensões ambiental e ecológica

O indicador do potencial ecológico da Flona de Carajás contemplou o conjunto da multifuncionalidade dos produtos e serviços ecossistêmicos e foi declarado por 52,0% dos entrevistados como de alta importância, sendo 18,6% classificados como de significância muito alta (Tabela 3). Uma parcela de 33,5% dos entrevistados declarou que esse potencial é intermediário e apenas 15,2% o considerou como baixo.

Esses resultados representam a interação dos fatores considerados nas análises da Economia Ambiental, que admite a combinação do uso do capital natural com o capital fabricado em proporção não fixas ao admitir graus

diferenciados de substituição na geração de outros produtos e serviços, com as análises da Economia Ecológica que consideram o uso dos ativos naturais e fabricados em proporção relativamente fixas, admitindo substituição apenas no limite (SANTANA, 2015; SANTANA et al., 2016). Esta premissa torna-se ainda mais definida à medida que o uso dos recursos naturais se aproxima dos níveis mínimos de seus estoques e/ou de suas capacidades de resiliência (SANTANA et al., 2016; 2017).

Tabela 3 - Indicadores de fluxo de recursos para uso direto e indireto e de não uso pela sociedade, da Flona de Carajás, estado do Pará.

Intervalo do indicador	Dimensão Ecológica	Percentual (%)	Dimensão Ambiental	Percentual (%)
Valor maior ou igual a 0,8	82	18,55%	62	14,03%
Valor de 0,6 a 0,79	148	33,48%	187	42,31%
Valor de 0,4 a 0,59	145	32,81%	141	31,90%
Valor inferior a 0,4	67	15,16%	52	11,76%
Amostra total	442	100	442	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Além disso, o indicador evidencia a percepção do entrevistado sobre a importância da Flona de Carajás pelo potencial econômico e ambiental do capital natural que conta com as espécies raras e/ou endêmicas e que não são destinadas ao uso. Este é um forte indicador do grau de percepção da população entre as mudanças nos serviços ecossistêmicos e sua influência no bem-estar social.

O indicador da dimensão ambiental, que incorpora os fatores representativos da sustentabilidade do capital natural da Flona de Carajás, foi classificado por 56,3% dos entrevistados como de alto grau, sendo que 14,0% o consideraram de importância muito alta. Outros 31,9% classificaram o indicador no valor intermediário e apenas 11,8% observaram que os efeitos ambientais são de baixa relevância. Este grau de reconhecimento permite afirmar que a dimensão ambiental é fundamental para determinar as condições de bem-estar da população e, por isso, deve compor o valor econômico total da Flona de Carajás. Dessa forma, a população pode decidir pela preservação, com base na disposição a pagar ou explorar o recurso, manifestando sua disposição a receber uma indenização para compensar a perda do ativo e viabilizar a extração do minério de ferro e de outras atividades econômicas.

Portanto, o grande número de variáveis categóricas deve ser substituído por estes indicadores das componentes ambiental e ecológica em modelos econômicos no âmbito da avaliação contingente (SANTANA, 2014; SANTANA

et al., 2017), juntamente com as demais variáveis econômicas e sociodemográficas. Desta forma, pode-se captar o efeito destes componentes no valor econômico total dos ativos naturais.

Considerações finais

A pesquisa de campo foi validada pelo amplo esclarecimento aos entrevistados sobre a importância dos serviços ambientais produzidos pela Flona de Carajás e sua contribuição para a qualidade de vida das pessoas e para compor o valor econômico total da Amazônia. Neste aspecto, 76,9% dos entrevistados afirmaram que conheciam os ecossistemas de floresta densa e de savana meta-lófito e mais de 80% afirmaram ter conhecimento sobre a importância econômica e ambiental da Flona de Carajás, dos efeitos das mudanças climáticas e da ação antrópica na região.

A revelação dos entrevistados sobre o valor do potencial econômico e ambiental dos produtos e serviços produzidos pelos ecossistemas de floresta e savana da Flona de Carajás situou-se acima de 80% para a maioria das variáveis descritoras da dimensão ecológica.

A importância dos indicadores dos componentes ambientais e ecológicas para definir um valor econômico para garantir a preservação ou compensar a supressão da Flona de Carajás foram considerados como de alta importância por mais de 52% dos entrevistados. Portanto, a população local indicou ter percepção sobre os efeitos das mudanças ambientais produzidas pela ação antrópica sobre os recursos naturais e as consequências sobre o desempenho da economia e a qualidade de vida das pessoas.

Referências

ADAMS, C.; MOTTA, R. S.; ORTIZ, R. A.; REID, J.; AZNAR, C. E.; SINISGALLI, P. A. A. The use of contingent valuation for evaluating protected areas in the developing world: economic valuation of Morro do Diabo State Park, Atlantic Rainforest, São Paulo State (Brazil). **Ecological Economics**, v.66, n.2, p.359-370, 2008.

BARAL, N.; STERN, M. J.; BHATTARAI, R. Contingent valuation of ecotourism in Annapurna conservation area, Nepal: implications for sustainable park finance and local development. **Ecological Economics**, v. 66, n. 2, p. 218-227, 2008.

BENTES, E. S.; SANTANA, A. C.; HOMMA, A. K. O.; GOMES, S. C.; Valorização econômica da jusante da barragem de Tucuruí. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 2, p. 102-110, 2014.

CAMPOS, J. C.; CASTILHO, A. F. Uma visão geográfica da região da Flona de Carajás. In: MARTINS, F. D. et al. (Org.). **Fauna da Floresta Nacional de Carajás: estudos sobre vertebrados terrestres**. São Paulo: Nitro Images, 2012. p. 16-63.

CARSON, R.T. Contingent valuation: a practical alternative when prices aren't available. **Journal of Economic Perspectives**, v. 26, n. 1, p. 27-42, 2012.

CARSON, R.T.; LOUVIERE, J. A common nomenclature for stated preference elicitation approaches. **Environmental and Resource Economics**, v.49, n.4, p.539-559, 2011.

COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; DE GROOT, R.; FARBER, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; LIMBURG, K.; NAEEM, S.; O'NEILL, R.V.; PARUEDO, J.; RASKIN, R.G.; SUTTON, P.; VAN DEN BELT, M. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, v. 15, n. 2, p. 253-260, 1997.

COSTANZA, R.; GROOT, R.; SUTTON, P.; PLOEG, S.; ANDERSON, S. J.; KUBISZEWSKI, I.; FARBER, S.; TURNER, R. K. Changes in the global value of ecosystem services. **Global Environmental Change**, v. 26, n. 1, p. 152-158, 2014.

COSTANZA, R.; DALY, H. E. Natural Capital and Sustainable Development. **Conservation Biology**, vol. 6, n.1, p.37-46, 1992.

DILLON, W. R.; GOLDSTEIN, M. **Multivariate analysis: methods and applications**. New York: John Wiley & Sons, 1984. 587p.

FERREIRA, V. A.; SANTANA, A. C.; RAVENA, N.; OLIVEIRA, C. M. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 39, p.173-188, 2016.

FISHER, A. C.; KRUTILLA, J. V.; CICHETH, C. J. The economics of environmental preservation: a theoretical and empirical analysis. **The American Economic Review**, v. 42, n. 4, p. 605-619, 1972.

GROOT, R.; BRANDER, L.; PLOEG, S.; COSTANZA, R.; BERNARD, F.; BRAAT, L. et al. Global estimates of the value of ecosystems and their services in monetary units. **Ecosystem Services**, v. 1, n. 1, p. 50-61, 2012.

HAIR JR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2010. 593p.

HANEMANN, W. M. Valuing the environment through contingent valuation. **Journal of Economic Perspectives**, v. 8, n. 1, p. 19-43, 1994.

HOEHN, J. P.; RANDALL, A. A satisfactory benefit cost indicator from contingent valuation. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 14, n. 2, p. 222-247, 1987.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. New Jersey: Prentice-Hall, 2007.

LIU, S.; COSTANZA, R.; FARBER, S.; TROY, A. Valuing ecosystem services: theory, practice, and the need for a transdisciplinary synthesis. **Ecological Economics Reviews**, v. 1185, n. 1, p. 54-78, 2010.

LOOMIS, J.; KENT, P.; STRANGE, L.; FAUSCH, K.; COVICH, A. Measuring the total economic value of restoring ecosystem services in an impaired river basin: results from a contingent valuation survey. **Ecological Economics**, v. 33, n. 1, p. 103-117, 2000.

ROSA, A. G.; SANTANA, A. C.; OLIVEIRA, C. M.; SANTANA, Á. L. Valoração contingente da reserva extrativista de marinha Caeté-Taperaçú, Bragança, estado do Pará-Brasil. **Espacios** (Caracas), v. 37, n. 9, p. 1-13, 2016.

SANTANA, A. C. Índice de desempenho competitivo das empresas de polpa de frutas do Estado do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 4, p. 749-775, 2007.

SANTANA, A. C.; SANTANA, Ádamo L.; SANTOS, M. A. S. Influência do desmatamento no mercado de madeira em tora da região Mamuru-Arapiuns, Sudoeste do Pará. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 54, n. 1, p. 44-53, 2011.

SANTANA, A.C. **Valoração ambiental da área de savana metalófito, ou canga, da Flona de Carajás para fins de indenização.** Belém: UFRA; FUNPEA; VALE, 2014. 89p.

SANTANA, A. C.; SANTANA, Ádamo L.; SANTANA, Ádina L.; COSTA, N. L.; NOGUEIRA, A.K. M. Planejamento Estratégico de uma Universidade Federal da Amazônia. **Revista de Estudos Sociais**, v. 32, n. 2, p. 183-204, 2014. SANTANA, A. C. **Valoração de produtos florestais não madeireiros da Amazônia: o caso da castanha-do-brasil.** Tese (Professor Titular) – Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém, 2015. 103p.

SANTANA, A. C.; SANTANA, A. L.; SANTANA, Ádina L.; GOMES, S. C.; SALOMÃO, R. P. Valoração dos danos ambientais causados por hidrelétricas para a produção de energia na bacia do Tapajós. **Reflexões Econômicas**, v. 1, n. 1, p. 31-48, 2015.

SANTANA, A. C.; SANTANA, Ádina L.; SALOMÃO, R. P.; SANTANA, Á. L.; COSTA, N. L.; SANTOS, M. A. S. O custo socioambiental da destruição de castanheiras (*Bertholletia excelsa*) no estado do Pará. **Revista de Estudos Sociais**, v. 37, n. 2, p. 3-21, 2016.

SANTANA, A.C.; SALOMÃO, R. P.; SANTANA, Ádamo L.; CASTILHO, A. O valor econômico total da área de savana metalófito, ou “canga”, da Floresta Nacional de Carajás, estado do Pará: uma contribuição teórica e metodológica da avaliação contingente. **Papers do NAEA**, n. 361, p. 1-48, 2016.

SANTANA, A. C.; SANTANA, Ádamo. L.; AMIN, M. M.; SALOMÃO, R. P.; COSTA, N. L.; SANTOS, M. A. S.; CASTILHO, A. F. Theoretical and methodological contributions to the contingent evaluation of the natural resources of the Carajás National Forest. **International Journal of Development Research**, v. 7, n. 4, p. 12468-12474, 2017.

SUTTON, P. C.; COSTANZA, R. Global estimates of market and non-market values derived from nighttime satellite imagery, land cover, and ecosystem service valuation. **Ecological Economics**, v. 41, n. 3, p. 509-527, 2002. TURNER, R. K.; PAAVOLA, J.; COOPER, P.; FARBER, S.; JESSAMY, V.; GEORGIU, S. Valuing nature: lessons learned and future research directions. **Ecological Economics**, v. 46, n. 2, p. 493-510, 2003.

VERONESI, M.; CHAWLA, F.; MAURER, M.; LIENERT, J. Climate change and the willingness to pay to reduce ecological and health risks from wastewater flooding in urban centers and the environment. **Ecological Economics**, v. 98, n. 1, p. 1-10, 2014.

WALLACE, K. J. Classification of ecosystem services: problems and solutions. **Biological Conservation**, v. 139, n. 3, p. 235-246, 2007.

CONTRIBUTION OF STATE FOREST CONCESSIONS TO THE GOVERNANCE OF CONFLICT AREAS IN PARÁ, BRAZIL

*Jime Rodrigues Ribeiro*¹⁰⁴

*Iranilda Silva Moraes*¹⁰⁵

*Claudia Azevedo-Ramos*¹⁰⁶

Introduction

In Brazil and in several parts of the world, forests form a significant part of natural capital. Each country has its own distinct form of management. In the case of public forests, which is under the management of governments, the chosen model directly impacts the stocks and the distribution of benefits of the public good. There are several timber concession contracts in the developed world, but they are a dominant form of governance in tropical forests in Southeast Asia, parts of the Amazon and especially in Central and West Africa (AGRAWAL et al., 2008). In the more advanced models, there is the predominant discourse of associating the economic use of the forest with better conservation and social benefits (AZEVEDO-RAMOS et al., 2015). In fact, the model of private concession in public forest governance appears as a frequent theme in national and international debates (CHAN, 2016; KARSENTY, 2016; GRETZINGER, 2016) and it is not free of criticism (FERNANDEZ AND SEROA DA MOTTA, 1998; GRAY, 2000; MERRY; AMACHER, 2005).

For more than a decade, public forest management in Brazil relies on the Public Forest Management Law (Law No. 11,284/2006) as the main legal framework for the forest concession. The adoption of this model in Brazil was not also exempt of criticisms, particularly because the areas designated for forest concessions are located in the Amazon, a region marked by land and social conflicts (ALBUQUERQUE, 2009; AZEVEDO-RAMOS et al., 2015).

104 Scholar of the National Council of Scientific and Technological Development (CNPq). Master student at the Sustainable Development of the Humid Tropics Program. Center for Higher Amazonian Studies (NAEA). Federal University of Para. Belém, Pará, Brazil. engenheirajime@gmail.com.

105 Ph.D student at the Sustainable Development of the Humid Tropics Program. Center for Higher Amazonian Studies (NAEA). Federal University of Para. Belém, Pará, Brazil. ira_geo4@yahoo.com.br.

106 Senior researcher. Center for Higher Amazonian Studies (NAEA). Federal University of Para. Belém, Pará, Brazil. claudia.azevedoramos@gmail.com.

Until 2011, there were only federal forest concessions in Brazil. This study focuses on the historical process of the territorial planning that preceded the designation of a public area for the first forest concessions in the state of Pará. According to Pará government, this process singularly had as main objective the territorial planning of a region marked by socio-environmental conflicts around natural resources, involving multiple stakeholders and within a previously undesignated public area. More specifically, this is not only the first state forest concessions but also the first outside a protected area (the “Glebas Mamuru-Arapiuns”). In this study, we used only secondary data (reports, Annual Forest Concession Plans of the State of Pará from 2008-2017, scientific articles and legal frameworks) that provided a historical rescue of the regional planning processes before the actual beginning of forest operation in 2012. Therefore, any possible local impact of forest concession itself is out of the scope of this study. In this way, to understand the global scenario of forest concessions as an instrument of forest governance, this study will first general describe the forest concessions worldwide, then in Brazil and, finally, evaluate the particular situation in Pará state located in the Brazilian Amazon.

Forest concession worldwide

A concession is defined as a formal legal agreement to a concessionaire for occupation and use of a territory (FAO, 2003). In these agreements, units are demarcated for specific ecosystem management for a fixed time (HARDIN, 2011). In exchange, revenues are paid to the government (AGRAWAL et al., 2008). According to the Food and Agriculture Organization of the United Nations (VAN HENSBERGEN, 2016), there are at least 122 million hectares of public forest concessions in tropical regions, corresponding to 14 % of world’s public forests (Table 1). In West and Central Africa and Southeast Asia, concessions occupy more than 20% of public forests. Latin America has a more modest number, with about 4% of public forests subjected to concessions. At the same time, it is believed that these figures are underestimated as there is no worldwide system responsible for controlling areas in concessions.

Table 1 - Summary of total forest areas, public forests and forest concessions areas (x 1,000 hectares) in selected tropical regions.

	Total forest cover	Public forest areas	Public working forests	Forest in public areas	Production land	Industrial Forest Concessions	Public forest in concession system
Latin America	718,820	425,368	43,582	59%	10%	18,597	4%
West and Central Africa	262,365	260,227	68,173	99%	26%	56,114	22%
Southeast Asia	222,694	180,909	114,920	81%	52%	48,122	27%
Total	1,203,879	866,503	226,675	72%	19%	122,833	14%

Source: Van Hensbergen, 2016.

In forest concession models, countries holding tropical forests have the potential to unleash their regional economies through timber processing industries. Thus, the forest concession has the assumption that local income and jobs will be boosted and social, economic and environmental investments foreseen in the contracts will improve local conditions (AZEVEDO-RAMOS, 2009). However, even considering that the use of globally recognized forest management techniques will preserve forest resources in concession contracts (KARSENTY et al., 2008), some studies still question the socioeconomic and environmental viability of this forest policy (CASTRO et al., 2010; FERREIRA, 2010; HARDIN, 2011). Even the viability of the business has encountered difficulties. Bolivia recorded a rapid decline from 4.8 million hectares to 3 million hectares of forest concession areas between 1996 and 2013, while in African countries (such as Cambodia, Liberia and Equatorial Guinea), some concessions were canceled due to mismanagement (KARSENTY, 2016).

In forest concessions, the concessionaire is contractually obliged to carry out a variety of additional tasks besides the logging itself (GÓMEZ & MENDEZ, 2005; AZEVEDO-RAMOS et al., 2015, GRETZINGER, 2016). The balance between state and concessionary responsibilities differs among countries and consequently the impacts are different. Some socio-economic impacts of forest concessions are highlighted below.

Impacts of forest concessions

Social benefits are related to forest concessions in various forms (Chart 1). Some of these gains are associated - to a greater or lesser extent - with

the presence of concession activities, corporate social responsibility programs or contractual obligations of the concessionaires (KARSENTY et al., 2008; AZEVEDO-RAMOS et al., 2015; VAN HENSBERGEN, 2016).

Chart 1 - Some social benefits usually related to forest concessions.

Parameters	Social benefits
Associated with concession operation	Employment Skills training Development and maintenance of highways and transport
Due to corporate social responsibility programs or contractual obligations	Better communication with stakeholders Educational facilities Medical facilities Business stores Local supply of goods and services

Source: Van Hensbergen, 2016 (adapted).

An assumption associated to the establishment of forest concessions is the increase of local jobs (KARSENTY et al., 2008, AZEVEDO-RAMOS, 2009; AZEVEDO-RAMOS et al., 2015). This appears to be very clear in the sparsely populated areas of Central African hinterland, where the timber industry is often the only significant economic activity and, therefore, synonymous of income opportunities for local populations (KARSENTY et al., 2008). It is argued that large concessions may be an appropriate model in low density areas where there is lack of adequate infrastructure to support local economy (AZEVEDO-RAMOS et al., 2015).

There are notable differences in performance among countries (Table 2). In Brazil, the price is low because most of the timber production of natural forests still has to compete with the cheaper timber from illegal logging (PEREIRA et al., 2010). A similar trend occurs with the countries of Southeast Asia (Indonesia and Thailand), but the limited enforcement of concession agreements has led to a market where “legal” timber has unsustainable levels of illegal logging (AGRAWAL et al., 2008, GRETZINGER, 2016).

Table 2 - Export timber volumes and sales in selected countries.

Country	Exported timber Production (m ³)	Total value Exported (US\$)	US\$/m ³
Myanmar	5,290,000	1,053,284	0.20
Thailand	8,700,000	658,663,000	75.71
Cambodia	275,000	61,416,000	223.33
Philippines	3,627,000	124,928,000	34.44

Malaysia	17,170,000	3,695,633,000	215.24
Indonesia	45,587,000	2,571,763,000	56.41
Brazil	13,500,000	437,000,000	32.37
Suriname	308,000	1,900,000	6.17
Guiana	299,000	48,100,000	160.87

Source: Van Hensbergen, 2016.

In general, it should be noted that successful cases of forest concessions are still rare, raising concerns about global forest concessions (Chart 2). Even in Canada, considered the most successful concession system in the world, it still receives criticism associated with lack of competition, overlapping of areas and low prices as a form of subsidy to Canadian forest companies (GRAY, 2003; VAN HENSBERGEN, 2016). In tropical forests, competition with illegal timber and impacts on local communities have also been described (ALBUQUERQUE, 2009; DRIGO, 2010; GUÉNEAU & DRIGO, 2013; REIS, 2014; NEPOMUCENO, 2017).

Chart 2 - Main concerns related to forest concessions.

Category	Type	Main difficulties
Concession design	Concession Granting	Bidding process based on political power; Excluding granting procedure for small and medium-sized entrepreneurs
	System incompatibility with sustainability	Very short concession periods or overly large logging areas
	Payment instruments	Inefficient collection mechanisms
Concession implementation	Regulation and monitoring	Poor monitoring and enforcement of penalties
	Law enforcement	Lack of institutional capacity Corruption
	Industrial structure and competition in the timber market	Demand for skilled labor and impact on local jobs
		Competition between large and small companies
		Competition with illegal timber

Source: Azevedo-Ramos et al., 2015 (adapted).

Public forest concessions in Brazil

In Brazil, regulatory frameworks have always protected the public good and the environment. For instance, the article 225 of the Brazilian Constitution of 1988, states that the Brazilian people has the right of a healthy environment. Its fourth paragraph also includes the Amazon forest, among other biomes, as a national patrimony, and its use must be in a way that preserves the environment. In the same way, the Brazilian forest code of 1965 (Law No. 4,771) considered the Brazilian forests a good of common interest. Moreover, forest concession lessons worldwide were used to keep the positive and avoid the negative aspects of the experiences when elaborating the Brazilian concession model. By law, forest concessions in Brazilian public areas should present a series of safeguards to ensure the forest integrity, its sustainable use and benefit sharing. The sustainable use of public forests in Brazil as an alternative to their conversion into another type of land use led the government to approve the forest concession legal instrument in 2006 (Law No. 11,284). The first federal concession contracts were signed in 2008 in the National Forest (Flona) of Jamari, in the state of Rondônia, Amazon region, totaling more than 95 thousand hectares (SFB, 2016). Currently, there were over one million hectares of federal concessions granted in Brazil, all in the Amazon (Table 5; SFB, 2017). That may be considered a timid result after more than 10 years of the forest concession law and may be explained by a complex legal framework and Amazon infrastructure and market.

Pará is still the only Federative Unit to have state forest concessions. Until 2017, Pará has already granted 544 thousand hectares distributed in eight forest concession contracts (Table 3; Ideflor-Bio, 2017). The first experiences of Pará's forest concession occurred in the Mamuru-Arapiuns region in 2011, a previously undesignated public forestland. Before the Pará case, all concessions occurred in National Forests, a category of protected area.

Table 3 - Current location of forest concessions in Brazil.

State	Location	Total of FMU ¹	FMU area (hectare)	Contract year
FEDERAL AREAS				
Rondônia	Flona ² Jamari	3	96,350	2008
Pará	Flona Saracá-Taquera	4	135,010	2010
Rondônia	Flona Jacundá	2	87,772	2013
Pará	Flona Crepori	2	194,012	2014

Pará	Flona Altamira	4	361,917	2015
Pará	Flona de Caxiuanã	3	176,600	2016

STATE AREAS

Pará	Glebas Mamuru-Arapiuns	3	150,957	2011
Pará	Flota ³ Paru	8	393,104	2012

Source: based on SFB (2010, 2016, 2017) and IDEFLOR-Bio (2017).

¹ Forest management unit; ² National forest, ³ State forest.

The first forest concessions in Pará and the land-use planning process

In Pará State, the management of public forests occurred after the enactment of State Law No. 6,963/2007, which created the Institute for Forest Development of the State of Pará - IDEFLOR, later modified to the Institute for Forest Development and Biodiversity of State of Pará - IDEFLOR-Bio (State Law No. 8,096/2015). The agency is responsible for forest management and policy in Pará. Still, the state forest concession is required to follow the provisions of federal Law No. 11,284/2006 to ensure transparency and security of the process. In this sense, the concession process includes the formulation of a public notice, public hearings and formal contracts, among others. Previously, the Annual Forest Concession Plan (PAOF, in Portuguese acronym) elaborated by IDEFLOR-Bio annually describes the public forests that are eligible for concessions.

The Law No. 11,284/2006, therefore, created an opportunity for the land-use planning of the Glebas Mamuru-Arapiuns, including the participation of traditional communities (PEIXOTO et al, 2012; ASSIS, 2010). This area is characterized by territorial conflicts, most related to land disputes and illegal exploitation of natural resources (MONTEIRO AND GAMA, 2012; PEIXOTO et al., 2012). For instance, spatial overlaps between Maró indigenous land and settlers originally from the municipality of São Feliz do Xingu (Pará) and transferred to the Glebas Mamuru-Arapiuns (gleba Nova Olinda I) by the government (PEIXOTO et al., 2012; IDEFLOR, 2009a). Additionally, the suspension of several irregular private forest management plans started a series of conflicts in the region (ASSIS, 2010). These conflicts also affected forest-dwelling communities and their livelihood and motivated discussions on land-use planning during the 90's, which were intensified after the regulation of the Law No. 11,284/2006 and the suspension (Decree No. 1,149) of any economic

activity at Glebas Mamuru-Arapuiuns in 2008 but those carried out by traditional communities (ASSIS, 2010).

Thus, the government of Pará implemented a participatory regional planning as the only instrument of governance capable of appeasing disputes, guaranteeing land tenure rights for traditional populations, creating new conservation units in areas of ecological sensitivity and identifying the economic viability of forest concession areas.

Selecting areas for forest concession in Pará

The selection of areas eligible for forest concession under the first PAOF of Pará State in 2009 used several exclusion filters supposedly designed to minimize conflicts and used as main source the data base of the State Cadaster of Public Forests of the State of Pará (Figure 1).

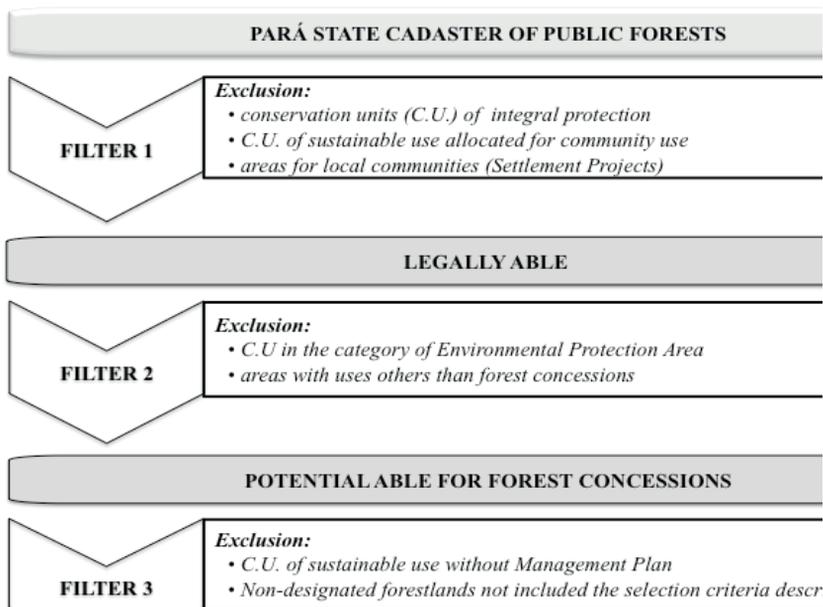


Figure 1 - Methodology for selecting areas for forest concession in Pará.

Source: IDEFLOR, 2008a (adapted).

In 2009, public forests eligible for forest concession, the case of State Forests (FLOTAs), haven't have mandatory management instruments yet (e.g. management plans), therefore they had to be discarded as an option. Therefore, undesignated forestlands became an opportunity, using criteria indicated in PAOF 2009 (BOX 1).

BOX 1 – Criteria for selection of forest management areas in undesignated forestlands in Pará

- Not being occupied or used by traditional communities;*
- *Potential for forest products and services under forest management system for commercial purposes;*
 - *Favorable access (by road or water) and logistics for integration with local markets;*
 - *Convergence with other public policies and local development strategies;*
 - *Area indicated by the Economic Ecological Macrozonning of Pará and by the Economic Ecological Zoning of BR-163 as favorable for the expansion of productive activities;*
 - *No serious land-use conflicts;*
 - *No existence of priority areas for biodiversity protection based on the study of the Ministry of the Environment (MMA).*

Source: IDEFLOR, 2009b (adapted).

The Glebas Mamuru-Arapiuns was then selected with the aim of increase governance on the largest complex of undesignated state lands, comprising 1,312,244 hectares. It is formed by five state public lands (Curumucuri, Nova Olinda I, Nova Olinda II, Nova Olinda III and Mamuru), within the limits of three municipalities (Santarém, Juruti and Aveiro) in western Pará (Figure 2). Those lands are part of the geo-economic complex called Sustainable Forest District of BR-163 created with the purpose of strengthening public policies that stimulate forest-based activities (MMA, 2006).

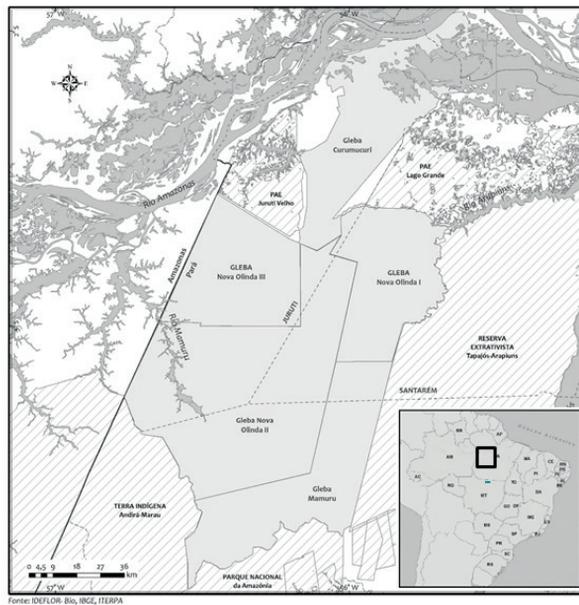


Figure 2 - Location of the Glebas Mamuru-Arapiuns, in Pará state, Brazil.
Source: IDEFLOR, 2009b.

Until 2008, there was a lack of studies on the Glebas Mamuru-Arapiuns region (PAOF-PA 2009). Thus, on the second half of 2008, studies resulting from partnerships among the State government, universities and non-governmental organizations produced much of the information that supported the Preliminary Environmental Report (RAP, in Portuguese acronym). It should be noted that RAP is mandatory by Law No. 11,284/2006 and necessary for the environmental license of concession areas. In this context, six studies were carried out and the results were essential to subsidize the elaboration of the RAP and the debates with the society: (1) Physical studies and plant typology (by IDEFLOR-Bio); (2) Socio-environmental research (Federal Rural University of Amazonia - UFRA); (3) Characterization of timber and non-timber forest products market (UFRA); (4) Sampling Forest Inventory (by a consultancy contracted by the Brazilian Forest Service- SFB); (5) Fauna study (Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG and the Federal University of Pará -UFPA); (6) Community Development Project (Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG).

Areas for forest management, biodiversity protection, community use and those for land tenure regularization could initially be identified by these studies. Monteiro and Gama (2012) stated that the process of forest management

and territorial planning carried out by Pará in the Mamuru-Arapiuns region created new mediation groups for conflict resolution, such as the State Forestry Commission (COMEF) as well as the development of a legal framework. Additionally, the territorial dimensions, socio-environmental complexity and the lack of scientific knowledge about these areas were an obstacle in the beginning of the territorial planning and required a shared management approach among the land (ITERPA), environment (SEMAS) and forest management (IDEFLOR-Bio) agencies (Joint Ordinance No. 001/2008). The three agencies proposed a mosaic of uses that would allow the protection of traditional communities, biodiversity, long-term planning of areas of economic potential and land tenure rights. The process also allowed the development of participatory diagnostic projects and the design of economic strategies with the communities.

The forest areas were disputed by small landholders and indigenous communities (Maró Indigenous Land), as well as for the creation of new protected areas (biodiversity protection), forest concessions and also for private purposes. By law, the land destination for local communities should be treated as a requirement for the implementation of the forest concession. In this way, the State has the duty to protect communities' land rights that can potentially be affected by other land uses. In order to prevent land invasions while the territorial planning process was not completed, the State Decree No. 1,149/2008 prohibited clear cutting activities or any other forms of forest degradation in an area called Temporary Administrative Limitation Area in the Glebas Mamuru-Arapiuns, encompassing Glebas Nova Olinda, Nova Olinda II, Curumucuri and Mamuru. Therefore, the territorial planning process pressured for the enforcement of state presence in the area.

The debates about the fate of more than one million hectares took place within the State Forestry Commission (COMEF) regarding 12 proposals from stakeholders (Table 4). These debates and the previous studies led to the elaboration of two state decrees. The first (Decree N° 2,240/2010) set aside about 630 thousand hectares for forest management, land tenure regularization and biodiversity protection; the second (Decree No. 2,239/2010) established 124 thousand hectares for land tenure regularization. A final proposal has not been defined yet.

Table 4 - Main territorial planning proposals (in hectares) for the Glebas Mamuru-Arapiuns, Pará, Brazil.

Stakeholders	Forest Concession	Conservation Units	Local communities	Small landholders	Indigenous land	Others
AIMEX ¹	413,072	97,058	495,843	72,030	-	5,971
Communities	73,749	265,081	606,343	72,030	-	66,760
COOEPA ²	58,892	228,626	476,425	94,141	-	227,721
Other Cooperatives	154,979	42,254	461,044	72,030	-	353,670
Maró indigenous people	150,000	318,592	476,596	51,466	51,829	66,760
Social grassroot movements	-	502,882	476,502	-	78,069	66,760
UNIFLOR ³	275,713	192,879	476,455	24,561	-	114,227
Aveiro	183,123	199,805	603,562	72,030	-	25,457
FIEPA ⁴	300,903	-	213,883	185,499	-	155,274
Social grassroot movements (2 ^a version)	-	503,074	679,533	-	61,610	-
1 ^a Proposal Ideflor-bio	276,961	140,813	285,168	45,448	-	490,758
2 ^a Proposal Ideflor-bio	-	709,153	52,625	45,448	-	431,921

Source: Ideflor, 2009b (adapted).

¹ Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará.

² Cooperativa do Oeste do Pará.

³ União das Entidades Florestais do Estado do Pará.

⁴ Federação das Indústrias do Estado do Pará.

Between 2009 and 2010, Settlement Projects were created for 2,277 families of traditional communities, comprising a total of 312 thousand hectares (Table 5). In order to accommodate different interests, new decrees were also published in 2010, modifying once again the spatial configuration of Mamuru-Arapiuns region (Table 6).

Table 5 - Areas allocated to traditional communities in the Mamuru-Arapiuns Glebas, Pará, Brazil.

Community	Category	Decree (No./year)	Area (ha)	Families
Aruã	PEAEX	1,738/2009	23,632	36
Curumucuri	PEAEX	2,347/2010	122,749	1,762
Mariazinha-Aracati	PEAEX	2,294/2010	10,317	22
Prudente-Monte Sinai	PEAEX	2,295/2010	5,646	51
Vista Alegre	PEAEX	1,740/2009	5,719	33
Mamuru ¹	PROA ²	2,252/2010	136,524	300
Repartimento	PEAS	2,296/2010	8,072	33
Total			312,659	2,237

Source: IDEFLOR, 2011.

¹ Currently, called PEAEX after Ordinance No. 334/2016 – ITERPA.

² PROA – Pró-Assentamento.

Table 6 - State decrees on territorial planning of the Glebas Mamuru-Arapiuns, Pará, Brazil.

Decree (No./year)	Land allocation	Area (ha)
2,560/2010	Protection of biodiversity and/or forest management	481,735
2,561/2010¹	Land tenure, prioritizing traditional communities and family farmers	119,826
2,562/2010²	Land tenure, prioritizing traditional communities and family farmers	136,524
2,658/2010³	Protection of biodiversity and/or forest management	312,433
2,670/2010	Authorizes the exchange of small holders areas between “Trairão settlement project” with areas in Gleba Nova Olinda II and Mamuru	undefined
105/2011	Training Center for Timber and non-timber products	33,909

Source: based on IDEFLOR (2008a, 2008b,2011).

¹ Repeals the State Decree No. 2,240/2010; ² Repeals the State Decree No. 2,239/2010;

³ Repeals the State Decree No. 2,560/2010.

After the discussion process with the society in 2011, the State of Pará launched its first forest concession bidding in the Glebas Mamuru-Arapiums and signed three contracts - a total area of 150,956.95 hectares, covering part of the municipalities of Santarém, Juruti and Aveiro (IDEFLOR, 2012). Subsequently, two more concessions, with a total area of 102,468.18 hectares were included in a bidding process still underway (Figure 3).

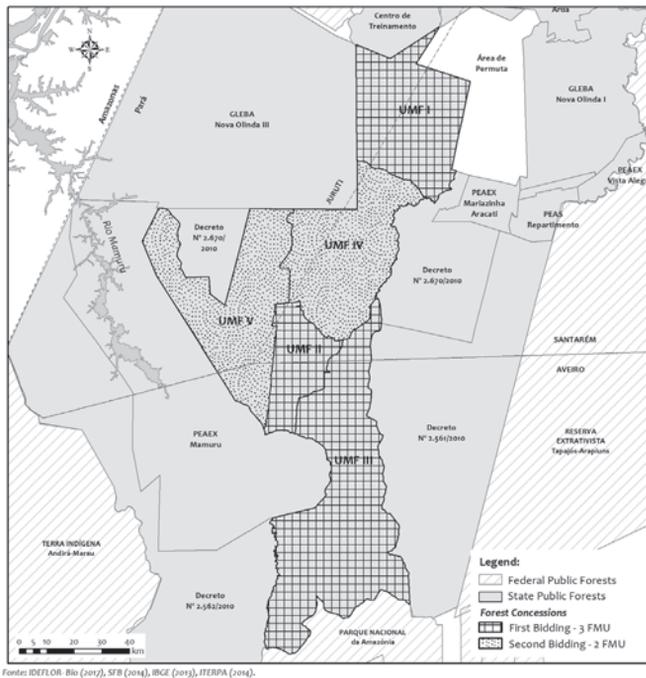


Figure 3 - Forest Management Units (UMF, in Portuguese acronym) for the Forest Concessions in the Glebas Mamuru-Arapiums, Pará, Brazil.
Source: Ideflor-bio, 2017

The multilateral effort undertaken by Pará to manage a forest area of one million hectares culminated in the establishment of areas for: i) traditional communities; ii) protection of biodiversity; iii) small landholders; iv) a Training Center; and v) forest concessions (Table 7; Fig.4.). Therefore, in this case, forest concession did work as the initial trigger for the land-use planning process.

Table 7 - Allocation of the state public forests of the Glebas Mamuru-Arapiums (Pará, Brazil) into different land categories after a process of local governance.

Categories	Area (ha)
Forest concessions	253,280
Training Center	33,998
Protection of biodiversity	127,477
Land tenure regularization for small landholders	181,123
Traditional communities	312,660

Source: IDEFLOR-Bio, 2017.

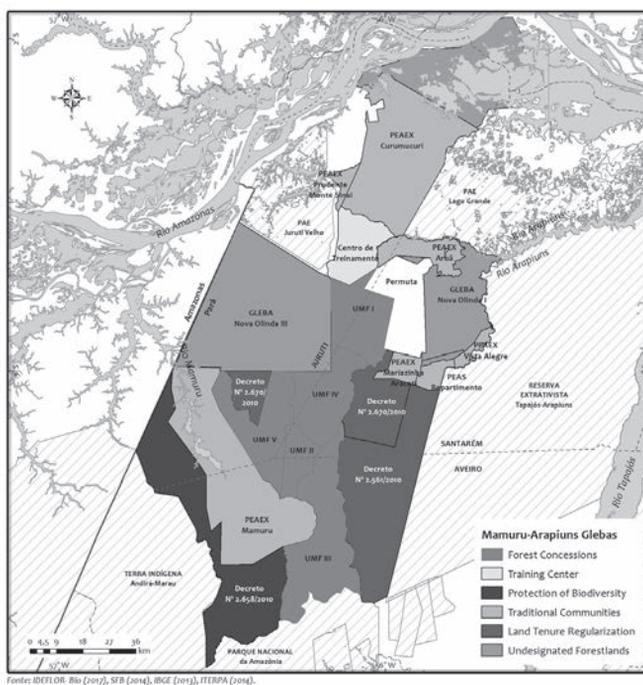


Figure 4 - Current spatial configuration of the Glebas Mamuru-Arapiuns, Pará, Brazil, after consensus with stakeholders.

Source: Ideflor-bio, 2017

Discussion and final remarks

In Pará, the timber industry has always been associated to a predatory image (NEPSTAD et al., 1999; VERÍSSIMO, 2010) and consequently the society developed a skeptical perception of the sector. Despite the economic importance, the forest sector also faces an unprecedented crisis caused by land tenure insecurity and scarcity of areas designated for sustainable forest production (MOUTINHO et al., 2016). On the top of that, several studies also revealed an invisible dispute on natural resources in regions with low governance with deep impact on local communities (FERREIRA, 2010; MONTEIRO & GAMA, 2012; MELO JR et al., 2013; TOURINHO et al., 2014). Moreover, before forest concession legal landmark, only a small proportion of the working forests in Brazil was related to the world-recognized sustainable forest management techniques (PEREIRA et al., 2010). Therefore, to overcome the obstacles, Brazil decided to adopt the forest concession model as a strategic to bring governance and a forest-based economy to economically stagnant areas. It is, of course, an assumption that still needs empirical evidences and constant monitoring, and even if true, it would not be a model free of concerns.

In this sense, this study contributed focusing on only one dimension of the process and the results are restricted to this limit. In this study case, the land-use planning process carried out by the state government before the implementation of a state forest concession in Pará seemed to be effective in minimizing conflicts by spatially redesigning the area of a previously undesignated public forest, protecting the territories of forest-dwelling communities and ensuring the stability of the granted forest concession. It also led to the creation of several conflict-resolution groups and the elaboration of new legal state regulations on land tenure. The strategy also encouraged the involvement of the parties in agreements on the use of natural resources and local governance. However, it was not possible to determine the quality of participation process due to lack of information on the relative number of stakeholders in each category and the conditions for effective participation. Nevertheless, different categories of stakeholders did participate and the new design of Glebas Mamuru-Arapiuns indicates that the governance increased in an area previously known by land disputes and illegal economic activities. Far from perfect, despite institutional efforts to seek better governance for the Mamuru-Arapiuns region, some conflicts remain. The recognition of the indigenous lands is still missing and urge for solution (e.g. Maró ethnic group;

PEIXOTO, FIGUEIREDO, 2016). Additionally, local impacts resulting from the actual forest concession operation in the region remain to be evaluated and encourage new studies.

References

AGRAWAL A, CHHATRE A, HARDIN R. Changing Governance of the World's Forests. *Science* 320, 1460. 2008. DOI: 10.1126/science.1155369

ALBUQUERQUE, G. P. Análise dos conflitos de sistema de concessões florestais no Brasil. 2009. 239p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Brasília. (2009).

AMACHER, G.S.; OLLIKAINEN, M.; KOSKELA, E. Corruption and forest concessions. *J. Environ. Econ. Manage.* 63:92-104. 2012.

ASSIS, W. F. T. Conflitos territoriais e disputas cartográficas: tramas sociopolíticas no ordenamento territorial do Oeste do Pará. In: ACSERALD, H. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2010.

AZEVEDO-RAMOS C., SILVA J.N.M., MERRY F. The evolution of Brazilian forest concessions. *Elem. Sci. Anth.* 3: 000048. 2015.

AZEVEDO-RAMOS, C. Desenvolvimento Sustentável sob a Ótica da Floresta. *Cadernos Adenauer*: 9-19. (2009). Disponível em <http://www.kas.de/wf/doc/9221-1442-5-30.pdf>

BRASIL. Lei 11.284, de 02 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Publicação DOU, de 03/03/2006

CASTRO, E.; NASCIMENTO, S.; CORRÊA, S. As limitações do processo de concessão florestal. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte 13 a 15 de setembro de 2010 – Belém. (2010).

CHAN, B. Current Status of Forest Concessions in Southeast Asia. Forestry Policy and Institutions Working Paper No. 33. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. (2016).

DRIGO, I. G. As barreiras para a implantação de concessões florestais na América do Sul: os casos de Bolívia e Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.90.2010.tde-25112010-095738. Acesso em: 2018-03-31.

FAO, 2003. Multilingual Thesaurus on Land Tenure. (English version). In: Ciparisse, G. (Ed.), FAO, Rome. (2003).

FERNANDEZ C. and SEROA DA MOTTA R. Economic Incentives and Forest Concessions in Brazil. Planning and Public Policies in 18:259 – 286 IPEA. (1998).

FERREIRA, F. do S. S. Políticas Públicas de Ordenamento Territorial no Baixo Amazonas (PA): uma análise a partir das políticas e programas dos governos federal e estadual na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Rio de Janeiro. (2010).

GÓMEZ, I.; MENDEZ, V. E. Association of Forest Communities of Petén, Guatemala: Context, Accomplishments and Challenges. Center for International Forestry Research. CIFOR, Indonesia. 2005.

GRAY, JA. 2000. Forest Concession Policies and Revenue Systems: Country Experience and Policy Changes for Sustainable Tropical Forestry. World Bank Technical Paper, Forest Series. Washington DC.

GRAY, J.A. 2003. Forest tenures and concession experience in Canada and selected other countries.

GRETZINGER, S. Latin American Experiences in Natural Forest Management Concessions, by, Steve. Forestry Policy and Institutions Working Paper No. 35. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. (2016).

HARDIN, R. Concessionary Politics Property, Patronage, and Political Rivalry. *Central African Forest Management Current Anthropology Volume 52, Supplement 3.* (2011).

IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará. Minuta de proposta metodológica para a construção do Cadastro Estadual de Florestas. Belém: 2008a. 7 p. (not published).

IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará. 1ª Expedição no Conjunto de Glebas Estaduais no Oeste do Estado do Pará. Projeto de Gestão de Florestas Públicas no Estado do Pará, Série Estudos Belém: 2008b. 52 p. (not published).

IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará. Projeto de Desenvolvimento Comunitário: fortalecimento da economia agroflorestal e extrativista das comunidades na Gleba Nova Olinda I. Belém, julho 2009a.

IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará. Plano Anual de Outorga Florestal do Estado do Pará. Belém: 2009b. 68p.

IDEFLOR- Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará. Plano Anual de Outorga Florestal do Estado do Pará. Belém: 2011. 59p.

IDEFLOR-BIO - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará. Plano Anual de Outorga Florestal do Estado do Pará. Belém: 2017. 44p.

KARSENTY, A. Overview of Industrial Forest Concessions and Concession-based Industry in Central and West Africa and Consideration of Alternatives, CIRAD for Rights and Resources Initiative. 2008.

KARSENTY, A. The contemporary forest concessions in West and Central Africa: chronicle of a foretold decline? by, Alain. *Forestry Policy and Institutions Working Paper No. 34.* FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. (2016)

GUÉNEAU S., DRIGO I. G. 2013. In: CARNEIRO M. S.; MARAL NETO, M.; CASTRO, E. M. R. C. (Ed.). *Sociedade, Florestas e Sustentabilidade.* Belém, Brazil, Instituto Internacional de Educação do Brasil. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil; NAEA, 2013. p. 17-41.

MELO JÚNIOR, L. C. M. et al. *Uso de recursos naturais por comunidades*

ribeirinhas amazônicas: bases para as políticas de concessões florestais. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 16, n. 1, set. 2013. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1067>>. Acesso em: 02 abr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i1.1067>.

MERRY, F. D.; AMACHER, G.S. Forest taxes, timber concessions, and policy choices in the Amazon. *J. Sustain. Fore.* 20:15-44. 2005.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Diagnóstico Socioeconômico, ZEE BR 163. Brasília – DF. 2006. 352 p.

MONTEIRO, R.; GAMA, J. R de V. Conflitos socioambientais e ordenamento territorial em contexto de gestão florestal no Pará. *Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais, UFPA.* (2012).

MOUTINHO, P; GUERRA, R; AZEVEDO-RAMOS, C. 2016. Achieving zero deforestation in the Brazilian Amazon: what is missing? *Elementa: Science of the Anthropocene.* DOI 10.12952/journal.elementa.000125

NEPOMUCENO I. R. Conflitos territoriais entre comunidades tradicionais e concessões florestais: um estudo de caso a partir da Floresta nacional de Saracá-Taquera. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia Universidade Federal do Oeste do Pará. UFOPA, Santarém. 2017.

NEPSTAD, D.C.; A. VERISSIMO; A. ALENCAR; C. NOBRE; E. LIMA; P. LEFEBVRE; P. SCHLESINGER; C. POTTER; P. MOUTINHO; E. MENDOZA; M. COCHRANE; V. BROOKS: Large-scale impoverishment of Amazonian forests by logging and fire. *Nature*, 398: 505-508. (1999).

PEREIRA, D.; SANTOS, D.; VEDOVETO, M.; GUIMARÃES, J.; VERÍSSIMO, A. *Fatos florestais da Amazônia 2010.* Belém: IMAZON, 122p. (2010).

PEIXOTO, R. C.; ARENZ, K.; FIGUEIREDO, K. O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 15, n. 2, mar. 2013. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/719>>. Acesso em: 02 abr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v15i2.719>.

PEIXOTO, R.; FIGUEIREDO, K. Luta, reconhecimento e conquista da Terra Indígena Maró (PA). Anais 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. João Pessoa, Paraíba. (2016).

SFB - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Plano Anual de Outorga Florestal 2010 (2009). Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/documentos/1450-plano-anual-de-outorga-florestal-paof-2010>.

SFB - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Plano Anual de Outorga Florestal 2017 (2016). Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/1459-plano-anual-de-outorga-florestal-paof-2017/file>.

SFB - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Seis florestas nacionais abrigam concessão florestal (2017). Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/florestas-sob-concessao>. Acesso em: 24 ago. 2017.

TOURINHO, M. M.; GAMA, J. R. V. PALHA, M. D. C.; SANTOS, S. R. M.; MATTAR, P. N. Mamuru-Arapiuns: uma região amazônica em disputa. Belém: UFRA, 2014. v. 1. 229p.

VAN HENSBERGEN, B. Forest Concessions - Past Present and Future? Forestry Policy and Institutions Working Paper No. 36. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. (2016).



A GOVERNANÇA DE MANGUEZAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL E DA ÍNDIA: UMA SÍNTESE DE PERCEPÇÕES

*Elysângela Sousa Pinheiro*¹⁰⁷

*Shaji Thomas*¹⁰⁸

*Oriana Trindade de Almeida*¹⁰⁹

Introdução

O ritmo acelerado de destruição de manguezais no mundo impacta negativamente milhões de vidas e têm resultado em prejuízos de bilhões de dólares. Um quinto dos manguezais do mundo foi destruído de 1980 até 2012. A destruição do ecossistema manguezal é quatro vezes mais rápida que em outras florestas porque o processo de urbanização em zonas costeiras é mais intenso. São necessárias ações dos países com maiores áreas de manguezais para diminuir a retração dessas áreas em 0,7 por cento ao ano ou cerca de 150 mil quilômetros quadrados de cobertura (LAVIEREN et al., 2012, p.12).

Estima-se que os serviços ecossistêmicos dos manguezais valem cerca de US\$ 33 a 57 mil anuais por hectare para as economias nacionais dos países em desenvolvimento (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA, 2014; VO et al., 2012).

O ecossistema manguezal é caracterizado como o tipo único de ecossistema interligado entre si e com outros ecossistemas, situado nas costas tropicais e

107 Bacharela em Direito, doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: elysangelapinheiro@gmail.com

108 Advogado, doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA) e pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará (PPGE/ICSA/UFPA). Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES). E-mail: shaji@outlook.com

109 Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade de Londres – Imperial College, Inglaterra. Professora associada da Universidade Federal do Pará. E-mail: orianaalmeida@yahoo.com

subtropicais, que se constitui como *habitat* para diversos animais, plantas e outros organismos em área de transição entre ambientes continentais e marinhos (AQUINO, 1987; SCHAEFFER-NOVELLI, 1995). As plantas de mangue adaptam-se para lidar com seu ambiente e protegem comunidades costeiras das forças destrutivas de tempestades tropicais e tsunamis. É conhecida na literatura a propriedade de os manguezais manterem a qualidade da água e regularem o clima pela absorção de poluentes dos ecossistemas associados (VANNUCCI, 2002; SPALDING et al., 2010; PNUMA, 2014).

O Brasil e a Índia são países que têm em sua população numerosas comunidades costeiras vivendo em regiões de manguezais. As comunidades costeiras tradicionais são responsáveis pela conservação desse ecossistema e também utilizam os recursos comuns para a sua subsistência (RADHEYSHYAM, 2001; VANNUCCI, 2002; BRASIL, 2007; VO et al., 2012; BATISTA, 2010; BATISTA; SIMONIAN, 2013; PINHEIRO, 2014).

Diante desse contexto, este estudo tem por objetivo apresentar uma análise das percepções de uma comunidade costeira do Brasil e uma da Índia, ambas situadas em áreas protegidas, quanto à participação de seus integrantes na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a governança do ecossistema manguezal nessas áreas.

Para fins deste estudo, foi utilizado o conceito de área protegida estabelecido pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), segundo o qual área protegida é “[...] uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação” (CDB, artigo 2º, 2017)¹¹⁰.

As áreas protegidas selecionadas para a pesquisa de campo foram: a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Brasil, e a Reserva da Comunidade

¹¹⁰ Os seguintes conceitos, estabelecidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica, são também adotados neste trabalho:

“[...] ‘Conservação ex situ’ significa a conservação de componentes da diversidade biológica fora de seus *habitats* naturais.

‘Conservação in situ’ significa a conservação de ecossistemas e *habitats* naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

‘Diversidade biológica’ significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. ‘Ecossistema’ significa um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microorganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional”.

Kadalundi Vallikkunnu, na Índia. As duas áreas protegidas situam-se no trópico úmido e foram escolhidas por apresentarem semelhanças quanto aos modos de vida das comunidades costeiras, pelas características de paisagem e recursos naturais e a relação desses modos de vida com essas paisagens e recursos.

O fato de as duas áreas protegidas terem sido criadas com o objetivo de promover a conservação dos manguezais mediante o desenvolvimento das comunidades costeiras foi considerado o marco normativo porque esse objetivo consta de duas Convenções Internacionais das quais o Brasil e a Índia são países signatários, sendo que ambas as convenções foram incorporadas aos ordenamentos jurídicos desses países: a Convenção Internacional para a Proteção de Zonas Úmidas – Ramsar e a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

Quanto à opção metodológica, adotou-se o estudo de caso múltiplo por apresentar “[...] os eventos de seus contextos da vida real” (YIN, 2001, p. 67-92). O estudo de caso múltiplo ocorreu mediante a observação participante e a formação de Grupos Focais (*Focal Groups*) durante a pesquisa de campo.

As questões respondidas pelos integrantes dos grupos focais revelaram a percepção desses grupos quanto à participação de comunidades costeiras tradicionais¹¹¹ em políticas públicas conexas aos objetivos da duas Convenções Internacionais: Ramsar e CDB. O recorte temporal para o levantamento de dados primários e secundários considerou o período de 10 anos (2007 a 2017). O período inicial coincide com a criação da reserva da comunidade Kadalundi Vallikkunnu e se aproxima do ano de criação da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, em 2002. A pesquisa de campo no Brasil ocorreu durante os anos de 2012 a 2014, e na Índia, durante os meses de abril a julho de 2017.

No que concerne ao suporte teórico, a análise se amparou nas construções de Ostrom (2009, 2012) quanto aos dilemas dos indivíduos que lidam com o acesso e uso dos recursos comuns, reconhecendo que esses indivíduos são também afetados por um conjunto mais amplo de variáveis contextuais relacionadas com os atributos do sistema social-ecológico (SES) em que eles estão interagindo.

É nesse passo que as convenções internacionais (Ramsar e CDB) se inseriram como variáveis contextuais mais amplas e comuns aos dois locais de campo, que foram interligadas às variáveis microcontextuais desses locais. Portanto, este trabalho não pretendeu apresentar todas as normas jurídicas que regem a participação das comunidades tradicionais no processo de governança dos manguezais nos dois países, mas se ancorou nos objetivos instituídos pelas

¹¹¹ Para fins deste estudo a definição de comunidade tradicional ou local refere-se a redes de interação social, ligadas ao lugar, história e identidade, nos termos propostos por Jentoft et al. (1998, p. 429).

convenções internacionais como referências normativas comuns entre o Brasil e a Índia.

A construção teórica de Ostrom (2012) não exclui a perspectiva de campo elaborada por Bourdieu (2002, 2003), com base no pensamento relacional. Este pensamento pressupõe o objeto científico conectado ao conjunto de relações das quais é retirado o essencial das suas propriedades.

O campo deste estudo é o socioambiental e a exposição dos caracteres comuns pertinentes de um conjunto de atores sociais e normas jurídicas nas duas áreas protegidas pesquisadas traduziu a forma de objetivação do conhecimento no campo científico mediante o corte epistemológico delineado neste estudo.

No que pertine ao conjunto de relações entre comunidades costeiras e outros atores sociais envolvidos na implementação de políticas públicas, a análise desenvolvida neste estudo dialogou com os objetivos das duas convenções (Ramsar e CDB) como marco normativo comum aos dois países como estratégia de objetivação do conhecimento para oferecer uma abordagem, entre as diversas possíveis, capaz de contribuir com os estudos sobre a percepção das comunidades costeiras quanto a sua participação na governança das áreas estudadas no que tange à conservação de manguezais.

A governança, conforme destacam Kooiman (2003), Jentoft et al. (2010) e Thomas (2014), é um processo complexo que envolve princípios, imagens e valores que norteiam as ações de uso, gestão e manejo de recursos e a organização das comunidades. Esse processo depende em grande parte da formação da imagem que os atores sociais têm do sistema a ser governado.

As imagens influenciam as decisões políticas (políticas públicas) sobre os recursos comuns. Se a imagem da governança é hierarquizada e centralizadora, a tendência é a governança operar de cima para baixo, ou seja, mediante a atuação impositiva do Estado. Se a imagem da governança revela uma simetria de poder entre os atores sociais que colaboram no processo e constroem a governança de forma coletiva, trata-se da governança interativa, na qual se busca assegurar a mais ampla participação das comunidades na gestão dos recursos. A participação, de acordo com Loureiro (2004, p. 71), é um processo que propicia interações entre diferentes e diversos atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo.

O arcabouço normativo que orienta as ações dos atores sociais no processo de governança dos recursos comuns em áreas protegidas assegura a mais ampla possível participação das comunidades tradicionais nesse processo.

As convenções Ramsar e CDB: interpretação integrada e sistemática

A Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional é conhecida como Convenção Ramsar porque foi adotada na cidade iraniana de Ramsar, em 2 de fevereiro de 1971. Essa norma jurídica de direito internacional tem 169 países como partes e foi negociada a partir da década de 1960. O seu vigor internacional iniciou em 21 de dezembro de 1975, “[...] quatro meses após sete Estados terem tornado-se Partes Contratantes [...]”, conforme determinação de seu artigo 10, item 1 (RAMSAR, 2017).

A Convenção Ramsar é a mais antiga norma jurídica internacional intergovernamental em matéria ambiental do mundo e resultou da ação de países e organizações não governamentais preocupados com a crescente perda e degradação de *habitat* das zonas úmidas para aves aquáticas¹¹² migratórias (RAMSAR, 2017). A Índia a ratificou¹¹³ em 1982; e o Brasil, em 1993. No Brasil, o Decreto Federal nº 1.905, de 16 de maio de 1996, promulgou essa convenção. A partir da ratificação da convenção, os dois países obrigaram-se internacionalmente a cumprir os seus termos.

De acordo com a Convenção Ramsar, a exploração das zonas úmidas em cada país-parte deve ser realizado de acordo com planos de conservação dessas zonas, observados os critérios estabelecidos na convenção.

O artigo 3º, item 1 da Convenção Ramsar determina que

1. As Partes Contratantes deverão elaborar e executar os seus planos de modo a promover a conservação das zonas úmidas incluídas na Lista e, na medida do possível, **a exploração racional daquelas zonas úmidas do seu território** (grifos nossos).

Os contratantes da convenção também comprometeram-se a assegurar que os responsáveis da gestão de zonas úmidas devem considerar as recomendações das conferências “[...] relativas à conservação, gestão e exploração racional de zonas úmidas e da sua flora e fauna” (RAMSAR, artigo 6º, item 3, 2017).

112 Para os efeitos da Convenção Ramsar, aves aquáticas são pássaros ecologicamente dependentes das zonas úmidas.

113 A ratificação é o ato administrativo unilateral por meio do qual o Poder Executivo de cada país, autorizado pelo órgão para isso designado (geralmente é o parlamento), confirma a assinatura de uma norma jurídica internacional e exprime, no plano internacional, a vontade do Estado em obrigar-se pelo tratado. Sem embargo das discussões sobre a natureza jurídica do ato da ratificação, é isto que importa dizer para os fins deste artigo. Para aprofundar o estudo sobre a processualística do direito internacional e as discussões sobre monismo e dualismo, vide a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados e Mazzuoli (2010).

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), por outro lado, foi aberta à assinatura em 5 de junho de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A CDB tem 160 países como partes e foi inspirada pelo reconhecimento da comunidade mundial quanto à necessidade de promover uma forma de desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade ambiental para as presentes e futuras gerações. Essa convenção permaneceu aberta à assinatura até 4 de junho de 1993, quando recebeu 168 assinaturas. Decorridos noventa dias após a trigésima ratificação, a CDB (2017) entrou em vigor internacional em 29 de dezembro de 1993 (CDB, 2017).

Em linhas gerais, a CDB é considerada uma das mais importantes convenções internacionais relacionadas ao meio ambiente (BRASIL, 2016) e tem por objetivo assegurar a conservação da diversidade biológica; o uso sustentável dos componentes da diversidade biológica e a partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos. Estes são os três pilares dessa norma jurídica internacional da Organização das Nações Unidas (ONU). Os níveis de sua proteção são: os ecossistemas, as espécies e os recursos genéticos.

A CDB reconhece, no plano internacional, que a humanidade se preocupa com a manutenção da diversidade biológica e de seus componentes, tendo em vista o seu valor intrínseco, bem como seus valores ecológicos, genéticos, sociais, econômicos, científicos, educacionais, culturais, recreativos e estéticos, e sua importância para a evolução e manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera. Essa norma jurídica internacional reafirma os direitos soberanos dos Estados sobre os seus recursos biológicos e suas responsabilidades pela conservação de sua diversidade biológica e pela utilização de seus recursos. A CDB foi ratificada pela Índia e pelo Brasil em 1994 (CBD, 2017).

Os países contratantes da CDB admitem o entrecimento de escalas entre a conservação da diversidade biológica e o desenvolvimento econômico e social, bem como a erradicação da pobreza como as prioridades primordiais dos países em desenvolvimento. Esses países também reconhecem que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica é de suma importância para atender às necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial. Finalmente, os países partes da CDB comprometeram-se a assegurar a participação pública nos procedimentos “[...] que exijam a avaliação de impacto ambiental de seus projetos propostos que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica, a fim de evitar ou minimizar tais efeitos” (CDB, artigo 14, 2017).

Sendo o Brasil e a Índia países signatários das duas convenções internacionais em comento, tem-se por certo que, independentemente do direito interno

desses países, é aplicável o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, que estabelece a força obrigatória do tratado (*pacta sunt servanda*).

A Convenção de Viena, conforme expõe Mazuoli (2010, p. 149), possui autoridade jurídica e, portanto, força obrigatória, mesmo para aqueles Estados que delas não sejam signatários. Isto porque a referida convenção é comumente aceita e expressa “o direito consuetudinário vigente, consubstanciado na prática reiterada dos Estados no que diz respeito à matéria nela contida”. Portanto, o processo de internacionalização dos tratados e convenções internacionais não são objeto deste estudo nem serão abordadas as diferentes orientações entre as perspectivas monistas e dualistas no direito internacional.

Quando se analisa a Convenção Ramsar sistematicamente com a CDB, conclui-se que a exploração racional das zonas úmidas depende da elaboração e implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades que integram essas zonas.

O Brasil e a Índia: breve contextualização geopolítica e histórica de relações institucionais

O Brasil e a Índia são países tropicais por possuírem extensas áreas de seus territórios entre os trópicos de câncer e capricórnio, circunstância que resulta em similaridades de paisagem natural e clima entre essas áreas.

Os dois países também foram colonizados por países europeus, tendo sido o Brasil colonizado por portugueses e a Índia, por ingleses. Guardadas as especificidades de cada forma e tempo de colonização, essa circunstância histórica teve como consequência a subjugação dos dois países aos padrões de crescimento europeu, permanecendo ambos como fonte de exploração de bens ambientais e impedidos de exercer a soberania sobre seus territórios e de se desenvolverem segundo seus próprios parâmetros.

Logo após a independência indiana, em 1948, os dois países passaram a estabelecer relações diplomáticas (BRASIL, MRE, 2016), sendo que ambos integram o grupo dos países megadiversos por abrigarem parte significativa da biodiversidade do planeta. Atualmente, 17 países integram o grupo dos países megadiversos: Brasil, Colômbia, Bolívia, África do Sul, Filipinas, Papua Nova Guiné, Malásia, República Democrática do Congo, Austrália, Indonésia, China, México, Venezuela, Equador, Peru, Índia, Madagascar. O grupo reúne-se periodicamente para negociar questões de interesse comum.

A Índia e o Brasil têm florestas tropicais em seus territórios, ricas em carbono e biodiversidade, e que têm os mais altos níveis de riqueza de espécies na

Terra. Isto dá às nações tropicais a oportunidade de realizar benefícios significativos à terra mantendo sua biodiversidade e contribuindo para a redução da perda de carbono (UNEP - WCMC, 2008).

Esses países têm ainda em comum a circunstância de integrarem o bloco econômico do G 20¹¹⁴. O objetivo do grupo é a cooperação internacional em temas econômicos e financeiros. Os países que integram o G20 representam 90% do PIB mundial, 80% do comércio internacional, 2/3 da população mundial e 84% da emissão de gases de efeito estufa. Entre os principais objetivos do G20 estão: coordenar políticas entre seus membros para promover o crescimento sustentável e a estabilidade econômica; promover regulação financeira que reduza o risco de futuras crises financeiras e reformar a arquitetura financeira internacional.

As entidades diplomáticas IBAS¹¹⁵, BRICS e BASIC também são integradas pelos países em comento. O IBAS é a sigla do agrupamento criado em 2003 e integrado por Índia, Brasil e África do Sul, que tem agenda “[...] mais focada em mecanismos de cooperação, entre os três países, em tópicos envolvendo transferência de tecnologia, intercâmbio de conhecimento e apoio na questão da segurança alimentar” (BALMANN et al., 2015, p. 29). O BRICS é a sigla em língua inglesa da reunião do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A primeira reunião formal do BRIC, ainda sem a África do Sul, ocorreu em 2009, tendo como temas a reforma das instituições financeiras internacionais e a atuação dos países do grupo no G20 como principal foco, em razão da crise mundial iniciada em 2008. Em 2012, a África do Sul passou a integrar o bloco, entre outras motivações, pela sua posição estratégica na economia do continente africano. Como se depreende de Balmann et al. (2015), BRICS (2016) e Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, MRE, 2016), a principal plataforma da entidade é buscar a coordenação de seus integrantes em reuniões e organismos internacionais; bem como construir uma agenda de cooperação multissetorial entre os países que a constituem

Em 2007, foi criado o BASIC para a coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China, sobre as negociações em curso no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. O BASIC é liderado pela Índia e, desde a sua criação, o Grupo vem desempenhando papel importante na construção de entendimento no regime

114 Em 1999, representantes de 20 entidades estatais reuniram-se para discutir as crises de balanço de pagamentos em economias emergentes. A partir de então as reuniões tornaram-se periódicas.

115 De 2006 a 2011, o IBAS reuniu-se em cinco cúpulas, mas a tendência é a expansão da pauta entre o BRICS em substituição ao IBAS.

de mudança do clima e na definição de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global. Segundo o Itamaraty (2017), “a atuação coordenada do BASIC tem estimulado nível maior de ambição no combate à mudança do clima e tem contribuído para o tratamento do apoio financeiro, tecnológico e técnico internacional para ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento”.

O Brasil e a Índia também integram a Aliança Solar Internacional, liderada pela Índia desde 2015. Esta aliança é uma coalisão de 121 países para a ampliação do uso de tecnologias para o fornecimento da energia solar.

Em 17 de outubro de 2016, foi realizada uma visita oficial presidencial à Índia, quando diversos compromissos bilaterais foram firmados pelos dois países e foram reafirmados os compromissos multilaterais assumidos por ambos no âmbito da ONU, entre estes a Agenda 2030¹¹⁶, que inclui entre seus objetivos a conservação de zonas úmidas (BRASIL, MRE, 2016):

Objetivo 15.

Vida Terrestre

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, **zonas úmidas**, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais (grifos nossos).

A conservação das zonas úmidas está articulada ao item 15.1, que apresenta os indicadores relacionados à vida terrestre. Esses indicadores informam o percentual de áreas de florestas do total de áreas da terra, o percentual de locais importantes para a biodiversidade de água doce que estão cobertos por áreas protegidas e o percentual de locais importantes para a biodiversidade terrestre que estão cobertos por áreas protegidas. Contudo, a Agenda 2030 não se refere aos percentuais relacionados às zonas úmidas nem às especificações quanto à relação dessas áreas terrestres com as zonas úmidas, circunstância que dificulta o alcance dos objetivos de conservação dessas zonas.

116 Mais informações sobre a Agenda 2030, disponíveis em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em 10 jul. 2017.

Manguezais na Índia e no Brasil: o contexto das comunidades costeiras e a síntese das percepções

No Brasil, dos 13.400 km² de manguezais brasileiros, 7.591 km² integram a Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia (CMMA). A CMMA representa a maior faixa de manguezais contínuos do planeta e está compreendida na costa nordeste do Pará e noroeste do Maranhão. Corresponde a 56,6% dos manguezais do Brasil (SOUZA FILHO, 2005) e está inserida no ecossistema costeiro amazônico. A CMMA é considerada de extrema prioridade para a conservação das zonas costeira e marinha do Brasil no contexto de sua biodiversidade. Essa prioridade é justificada por fatores como o incipiente conhecimento da biodiversidade do ecossistema manguezal e a intensidade das pressões sobre o uso dos seus recursos. Tais pressões são oriundas da ocupação humana (SOUZA FILHO, 2001). A costa nordeste do Pará possui em seu território 2.176,78 km² de área de manguezal e o município de Curuçá está situado nesta costa.

No Brasil, as áreas de manguezais estão inseridas em algum tipo de área protegida (BRASIL, 2000, 2013). As áreas protegidas constituem alternativas ao grave problema do êxodo rural em todo o continente latino-americano, no qual “famílias inteiras, atraídas pela esperança de elevar o nível de vida e conseguir um lugar no grande circo mágico da civilização urbana” migram para as cidades, onde encontram apenas miséria, exclusão e “miragens de riqueza, às quais jamais terão acesso (GALEANO, 2015, p. 329).

A RESEX MARINHA Mãe Grande de Curuçá (MGC) situa-se em área tropical do Norte do Brasil, na região costeira do estado do Pará, município de Curuçá, onde há comunidades tradicionais que vivem em áreas próximas de manguezais e sobrevivem dos recursos comuns ali encontrados. Em geral, as comunidades costeiras brasileiras desenvolvem a pesca como uma das mais antigas formas de utilização dos recursos naturais comuns (APRÁ; GARCIA, 2017). Furtado (2008, p. 310) assinala que essas comunidades desenvolvem predominantemente as atividades designadas como haliêuticas: pesca, coleta de caranguejo, ostras, mexilhões e outros, de forma integrada com a agricultura e a criação de pequenos animais.

A pesca é uma das atividades essenciais para grande parte da população que reside na RESEX MGC, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer. Seu território é propriedade da União, mas o uso coletivo é assegurado aos usuários nos termos do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU entregue aos representantes legais da Associação dos Usuários da RESEX, conforme publicação no Diário Oficial da União, nº 55, de 23 de

março de 2010, Seção 3, p. 116 (SANTOS; SANTOS, 2005; ALMEIDA et al., 2008; BATISTA, 2010; BATISTA; SIMONIAN, 2013; DIAS, 2014; PINHEIRO, 2014).

Segundo o ICMBIO, a RESEX MARINHA MGC tem 68 comunidades e aproximadamente 6.000 usuários, sendo gerida por um conselho deliberativo, em atenção ao disposto no artigo 18, § 2º, do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC)¹¹⁷. Esse conselho é formado por 27 instituições, conforme Portaria IBAMA nº 24, de 9 de março de 2006 e se reúne, em média, de três em três meses, para deliberar sobre os destinos da RESEX. A partir de 17 atas lavradas durante reuniões realizadas na RESEX MGC no período de 2008 a 2012, verificou-se que o ecossistema manguezal é um tema discutido em 35% das principais reuniões desse período. As discussões referiam-se à necessidade de implantação de um gerenciamento costeiro para proteção desse ecossistema, corte de mangue para madeira, pesca, queimada e desmatamentos à beira das nascentes. Por outro lado, temas relacionados ao extrativismo do caranguejo e ostra e à criação de camarão, ostra e outros mariscos estiveram presentes em 53% dessas discussões.

Embora os integrantes dos grupos focais tenham relatado que a gestão da resex pelo conselho não agrega a participação comunitária de forma adequada à proposta de gestão compartilhada da RESEX, todos reconheceram que a criação da reserva ampliou a participação das comunidades no processo de governança dos manguezais.

Os integrantes dos grupos focais em Mãe Grande de Curuçá, formado por pescadoras e pescadores artesanais e lideranças comunitárias, também destacaram a relevância de um projeto de educação infantil desenvolvido nas comunidades da RESEX para reforçar a importância dos manguezais para o meio ambiente. A pesquisa documental revelou que esse projeto está integrado ao Projeto Manguezais do Brasil, que objetiva dar concretude ao Objetivo 15 da Agenda 2030 para a vida terrestre e se articula à Convenção Ramsar. O projeto vem sendo implementado pelo Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade – ICMBIO, em parceria com instituições de ensino e pesquisa da Universidade Federal do Pará, organizações não governamentais e colaboradores voluntários com suporte do Comitê Nacional de Zonas Úmidas¹¹⁸. Esse comitê tem entre suas atribuições cumprir os objetivos do Projeto PNUD/BRA/07/G32 (Manguezais do Brasil).

117 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, com o objetivo de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

118 Ministério do Meio Ambiente: Portaria nº 185, de 31 de maio de 2011.

Apesar disso, a possibilidade da construção do Porto do Espadarte na área da reserva extrativista ameaçava uma extensa área da reserva que é berçário de diversas espécies da ictiofauna, bem como poderia comprometer a produtividade dos manguezais de toda a região da CMMA. O projeto de construção do porto foi suspenso em decorrência de ação judicial proposta pelo Ministério Público Federal. Os autos seguiram para o Tribunal Regional da 1ª Região, sob o número 0022691-94.2011.4.01.3900. Pendente de decisão pelos membros do tribunal, consta a manifestação do Ministério Público Federal recebida em 23 de maio de 2017 requerendo a manutenção da sentença que suspendeu os estudos ambientais para a construção do porto (BRASIL, TRF 1ª Região, 2017).

Na Índia, dados oficiais do Ministry of Environment e Forests (MoEF) informaram, em 2015, que a Índia tinha em seu território 4.740 km² de manguezais, dos quais a Reserva da Comunidade Kadalundi Vallikkunnu tem 1,5 km. As áreas de manguezais indianos não são regidas por normas específicas declarando-as como áreas protegidas. Algumas leis estabelecem proteções especiais para essas áreas, entre estas a Lei Florestal (1927), a Lei de Conservação da Floresta (1980) e o Regulamento da Zona Costeira (1991). Tais medidas servem para a proteção das florestas frágeis e vulneráveis, assim como dos ecossistemas costeiros, entre os quais, os manguezais (KATHIRESAN, 2010; HEMA; DEVI, 2012; PAVITHRAN et al., 2014). Todavia, nenhuma dessas normas asseguram às comunidades costeiras tradicionais a participação no processo de cogestão das áreas de manguezais. A estrutura da governança da Índia apresenta um viés extremamente hierarquizado, centralizado e baseia a proteção do ecossistema principalmente mediante ações fiscalizadoras.

Em 1987, o governo indiano publicou um relatório em que estimava a área total dos manguezais na Índia em cerca de 6.740 km², correspondentes a aproximadamente 7% dos manguezais mundiais e 8% da costa indiana. Entretanto, dados de sensores remotos indianos mostraram que a área total dos mangues diminuiu para 4.470 km². Os dados de satélite mostram uma diminuição na área de mangue, o que pode ser devido a várias razões, tais como pastoreio de gado doméstico e aproveitamento de manguezais para combustível e madeira, o movimento neotectônico dos cursos de rio, redução das descargas de água doce a montante devido à construção de barragens e reservatórios, tendência rápida de recuperação de florestas de mangue para habitações, poluentes de cidades e indústrias etc.¹¹⁹

Parte dos manguezais indianos estão situados no sul da Índia, Estado de Kerala, na Reserva de Kadalundi-Vallikkunnu, que foi a primeira que decla-

119 Disponível em: http://agritech.tnau.ac.in/forestry/forest_mangrove_index.html#mangroves. Acesso em 20 jan. 2017.

rou o mangue reserva da comunidade (HEMA; DEVI, 2012; PAVITHRAN et al., 2014). A Reserva de Kadalundi-Vallikkunnu é uma área protegida criada também em razão do reconhecimento pelo Estado Indiano da importância da população local para a conservação dos manguezais integrados ao território da reserva.

O Costal Regulation Zone (CRZ) foi instituído em 1991 e se propõe a identificar quais são as zonas costeiras, estabelecer limites, proibições e permissões de construção nessas zonas. O CRZ determina que uma autoridade estatal realize a gestão da zona costeira (SCZMA) em cada Estado ou são nomeadas autoridades de gestão de zona costeira nacional (NCZMA) para monitorar e gerenciar todos os ambientes costeiros dos Estados-Membros. Essas autoridades auxiliam na execução e acompanhamento de políticas públicas em Comissões distritais sob a Presidência do magistrado do distrito e representante de pelo menos três comunidades costeiras tradicionais.

No contexto do CRZ, um Comitê funciona como autoridade central para a inspeção de violação das normas e orientações descritas para o desenvolvimento de atividades nas zonas costeiras do território de cada Estado/União. A Suprema Corte da Índia tem autoridade legal para tomar medidas eficazes para o cumprimento das leis ambientais no país para salvaguarda dos direitos fundamentais das pessoas. Mas considerando o melhor entendimento dos problemas, os tribunais têm competência territorial sobre cada membro e frequentemente lidam com questões específicas (PANIGRAHI et al., 2012).

A CRZ institucionalizou o apoio legislativo, administrativo e processual e classificou os manguezais na Costal Regulation Zona 1 - Áreas ecologicamente sensíveis e importantes, tais como parques nacionais/Marinha, santuários, reserva de florestas, *habitats* dos animais selvagens, manguezais, recifes de corais/coral, áreas próximas à reprodução e desova de peixes e outra vida marinha, áreas de beleza/historicamente/patrimônio naturais excepcionais, áreas ricas em diversidade genética, áreas susceptíveis de serem inundadas devido ao aumento do nível do mar, resultantes de aquecimento global e outras áreas podem ser declaradas pelo Governo Central ou pelas autoridades em questão o nível do território do estado/União (ÍNDIA-ENVFOR, 1991).

Todavia, há insuficiência de monitoramento e deficiências jurídicas para a execução da Costal Regulation Zone - CRZ de 1991. O CZR foi emendado mais de 25 vezes entre 1991 e 2009, em razão da necessidade de ajustes para satisfazer interesses econômicos (PANIGRAHI et al., 2012).

Os grupos focais formados por integrantes das autoridades centrais e estaduais do Ministério do Meio Ambiente Indiano, bem como com lideranças comunitárias, relataram que o sistema de governança da Reserva da Comunidade

Kadalundi Vallikkunnu é extremamente centralizado e hierarquizado; embora exista um conselho da comunidade que congrega alguns atores do conselho gestor brasileiro, não há parcerias com universidades nem há uma periodicidade regular para as reuniões. Na reserva da comunidade estudada, uma parte do território é pública e a outra é privada. Os usuários da reserva não participam de nenhum programa voltado para a educação ambiental.

É esse o modelo de governança que tem sido adotado nas áreas de manguezais da Índia. As lideranças comunitárias declararam obedecer aos preceitos das normas ambientais para a conservação de manguezais apenas em decorrência do temor de punições e não por consciência da importância do ecossistema manguezal da Reserva da Comunidade Kadalundi Vallikkunnu.

No final de julho de 2017, um grupo de integrantes da Organização Não Governamental ambientalista Parishet, não integrante do conselho da comunidade da reserva da comunidade indiana, preparava uma cartilha contendo informações sobre a legislação ambiental para serem distribuídas em instituições não governamentais e para comunidades de áreas protegidas.

Na Índia, os integrantes dos grupos focais relataram que grande quantidade de lixo está sendo depositada nos manguezais. A pesquisa de campo confirmou a informação. Apesar de a reserva da comunidade estudada ser um local de pouso de aves migratórias, uma imensa ponte foi construída nas redondezas sem que as comunidades tenham sido consultadas sobre a decisão de construir.

Diante do que foi apurado nas comunidades locais dos dois países, constatou-se que o cumprimento das disposições da Convenções Ramsar e CDB sucumbem aos interesses econômicos de ampliação da infraestrutura viária e portuária.

Conclusão

A participação das comunidades locais no processo de governança de manguezais precisa ser ampliada nos dois países, para que as determinações das convenções Ramsar e CDB sejam cumpridas.

De qualquer forma, os esforços de entidades e grupos internacionais, nacionais e locais para assegurar que os integrantes de comunidades costeiras tradicionais participem das decisões no processo de governança das áreas protegidas possibilitaram maior integração dessas comunidades no processo de governança na Índia e no Brasil. Apesar de os marcos regulatórios serem de suma importância para viabilizar a governança interativa, as comunidades são capazes de perceber que, no jogo político entre interesses econômicos desvin-

culados dos objetivos de conservação e os alinhados a estes últimos, as comunidades costeiras tradicionais e o ecossistema manguezal sempre saem perdendo. A diminuição da área desse ecossistema em todo o mundo corrobora essas percepções.

A aliança entre comunidades costeiras tradicionais, instituições de pesquisa científica e entidades comprometidas com a conservação ambiental pode exercer importante papel para que as comunidades costeiras tradicionais se articulem para fortalecer a rede de relações conectadas com as realidades locais em áreas protegidas a fim de pautar políticas públicas voltadas à sustentabilidade do ecossistema manguezal mediante a ampliação das vias de participação e inclusão dessas comunidades no processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Agradecimentos

Esta pesquisa deve agradecimentos a muitas pessoas e instituições cujo apoio foi fundamental para sua execução. Agradecemos às comunidades tradicionais da microrregião do Salgado Paraense, ao Ministério Público da União, ao Ministério Público do Estado do Pará, à EMATER e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ao Department of Forest Management and Utilization – College of Forestry – Kerala Agricultural University – KAU. Às comunidades tradicionais do Sul Indiano e ao The Department of Environment and Climate Change of Kerala-Índia. Ao Kerala Environment Department. Gostaríamos de agradecer ainda à CAPES – Pró-Amazônia e ao CNPq, pelo apoio a esta pesquisa.

Referências

AQUINO, M. C. A importância biológica do mangue. **Apicultura no Brasil**, São Paulo: v. 4, 1987.

APRÁ, Alessandra Galli; GARCIA, Fernando Murilo Costa. Comunidades Tradicionais de Ribeirinhos: à margem das Águas e à Margem do Direito. In. **Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Arlindo Philippi Jr. Barueri (Coord.) São Paulo: Manole, 2017, p. 243-260.

BALMANN, Renato; DAMICO, FLÁVIO; ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara; COZENDEY, Carlos Márcio; FLORES JUNIOR, Renato G. **BRI-**

CS: estudos e documentos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

BATISTA, Iane Maria da Silva. **Participação, Organização Social e Desenvolvimento Sustentável no Contexto da RESEX Mãe Grande De Curuçá**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2010.

_____; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? **Novos Cadernos do NAEA**. v. 16, n.1, Suplemento, p. 203-220, jun. 2013, ISSN 1516-6481.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. (Tradução: Fernando Tomaz) 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **El Oficio del científico: ciencia de la ciencia e reflexividade**. Curso del College de France 2000-2001. Traducción: Joaquim Jordé. Barcelona: Anagrama, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. **Países e entes com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5238-republica-da-india>> Acesso em 2 nov. 2016.

_____. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. Consulta Processual. Autos nº 0022691-94.2011.4.01.3900. Disponível em: <<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=226919420114013900&secao=TRF1&nome=&mostrarBaixados=>>>. Acesso em 14 out. 2017.

BRICS. **BRICS Information**: sharing and exchanging platform. Disponível em: <<http://www.brics-info.org/>>. Acesso em: 29 out. 2016.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA – CBD. **List of Parties**. Disponível em: <<http://www.cbd.int/information/parties.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

DIAS, Danielle Rodrigues. **Espaço, Políticas Públicas e Mobilidade Populacional na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá**. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

FURTADO. Lourdes. Experiências de Desenvolvimento sustentável em comunidades Haliêuticas na Amazônia. In. TEISSERENC et al. (Org.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008, p. 310.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sérgio Faraco. 8ª Reimpressão. Porto Aletre, RS: L&PM, 2015.

HEMA, M; DEVI, Indira P. Socioeconomic Impacts of the Community-based Management of the Mangrove Reserve in Kerala, India, **Journal of Environmental Professionals Sri Lankan**. 2, v. 1, p. 30-34, 2012.

ÍNDIA. **The Constitution of India**. (1949). Updated upto (One Hundredth Amendment) Act, 2015. Disponível em: <<http://indiacode.nic.in/coiweb/welcome.html>>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. **Ministry of Environment & Forests** – ENVFOR. Department of Environment, Forests and Wildlife. Notification under section 3(1) and section 3(2) (v) of the environment (protection) act, 1986 and rule 5(3)(d) of the environment (protection) rules, 1986 declaring coastal stretches as coastal regulation zone (crz) and regulating activities in the CRZ. New Delhi, the 19th February, 1991. Disponível em <<http://envfor.nic.in/legis/crz/crznew.html>> Acesso em: 31 out. 2016.

_____. The Gazette of Índia. Extraordinary, Part 2, Section 1. Ministry of Law and Justice – Legislative Department. **The National Food Security Act**. Nº 20 of 2013. Disponível em: <<http://indiacode.nic.in/acts-in-pdf/202013.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Unidade de conservação. Marinho**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ITAMARATY. **Grupo de Países BASIC**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/grupo-de-paises-basic-brasil-africa-do-sul-india-e-china>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

IUCN/UNEP/WWF. **Caring for the earth. A strategy for sustainable living**. WWF, Gland, Switzerland, 1991. Disponível em: <<http://coombs.anu.edu.au/~vern/caring/caring.html>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

JENTOFT, Svein; McCAY, Bonnie J.; WUILSO, Douglas C. Social theory and fisheries com-management. **Marine Policy**, v. 22, n. 4-5, p. 423-436, 1998.

_____; CHUENPAGDEE, Ratana; BUNDY, Alida; MAHON, Robim. Pyramids and roses; alternative images for the governance of fisheries systems. **Marine Policy**, v. 34, p. 1315-1321.

KATHIRESAN, K. Importance of mangrove forests of India. **Journal of Coastal Environment**, n. 1, v. 1, p. 11-26, 2010.

KOOIMAN, Jan. **Governing as governance**. London: Sage, 2003.

LAVIEREN et al. **Securing the Future of Mangroves**. A Policy Brief. Okinawa: UNU-INWEH, UNESCO-MAB, ITTO, FAO, UNEP-WCMC e TNC, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p. 65-84.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

McCOMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 1992, Rio de Janeiro. **Declaração**, Rio de Janeiro, 1992.

_____. **El Futuro que queremos**: Documento final de la Conferencia. Rio de Janeiro: ONU, 2012. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/content/documents/778futurewewant_spanish.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2013.

OSTROM, Elinor. Collective Action and the Evolution of Social Norms. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, 2000, p. 137-158. American Economic Association. Disponível em :<<http://www.sinab.unal.edu.co:2065/stable/2646923>>. Acesso em: 20 out 2016.

_____. A General framework for analyzing sustainability of social-ecological system. **Science**, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

_____. Why do we need to protect institutional diversity? **European Political Science**, v.11, n.1, p.128-147, 2012.

PANIGRAHI, Jitendra K.; MOHANTY, Pratap K. Effectiveness of the Indian Coastal Regulation Zone Provisions for Coastal Zone Management and Its Avaluation Using SWOT Analysis. **Ocean & Coastal Management**. v. 65, p. 34-50, 2012.

PAVITHRAN, Sachin A. P.; MENON, N.R.; SANKARANARAYANAN, K.C.; ARUNACHALAM; P. Community Based Coastal Tourism: a case study of Kadalundi Vallikunnu Community Reserve. **International Journal of Economic Issues**. v. 7, n. 1, p. 101-121, January-June, 2014.

PINHEIRO, Elysângela Sousa. **Sustentabilidade, manguezais e reserva extrativista**: instituições e atores sociais nos municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/curuca_pa>. Acesso em: 14 jan. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **The importance of Mangrove to People: a call to action**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/intensa-degradacao-de-manguezais-causa-consequencias-mundiais-devastadoras-alerta-agencia-da-onu/>>. Acesso em: 30 set. 2014.

RADHEYSHYAM Naga, Community-Based Aquaculture in India – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats. **The ICLARM Quarterly**, n. 1 e 2, v. 24, p-8-12, jan-jun., 2001.

RAMSAR. **The Ramsar Convention and its mission**. Disponível em:<<http://www.ramsar.org/about/the-ramsar-convention-and-its-mission>>. Acesso em: 17 out. 2016.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal**: ecossistema entre a terra e o mar. Caribe Ecological Research. 1995.

SPALDING, M., Blasco, F., Field, C. **International Society for Mangrove Ecosystems, WCMC, National Council for Scientific Research**: Paris, 1997. Disponível em:<<http://www.archive.org/details/worldmangroveat197spalv>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____; BLASCO, F.; FIELD, C. **World mangrove atlas**. The International Society for Mangrove Ecosystems, Okinawa, Japan, 1997.

_____; KAINUMA, M.; COLLINS, L. **World Atlas of Mangroves**. Earthscan, UK and USA: 2010.

SOUZA FILHO, Pedro Martins. Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia: Cenários Morfológicos, Mapeamento e Quantificação de Áreas Usando Dados de Sensores Remotos. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 23, n. 4, São Paulo, out./dez. 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-261X2005000400006&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 out. 2010.

THOMAS, Shaji. **Impacto na Criação do Projeto Agroextrativista na Gestão Participativa dos Recursos Comuns na Várzea Amazônica**. 2014. 187 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – da Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

UNIT NATION ENVIROMENTAL PROGRAME; WORLD CONSERVATION MONITORING CENTRE(UNEP – WCMC). **Carbon and biodiversity: a demonstration atlas**. (Org.) Kapos V., Ravilious C., Campbell A., Dickson B., Gibbs H., Hansen M., Lysenko I., Miles L., Price J., Scharlemann J.P.W., Trumper K. UNEP-WCMC, Cambridge, UK. 26 f. 2008.

VANNUCCI, Marta. **Os Manguezais e nós**: uma síntese de percepções. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

VIENNA. **Vienna Convention on the law of treaties**. Concluded at Vienna on 23 May 1969.

VO, Quoc Tuan et al. Review of valuation methods for mangrove ecosystem services. **Ecological Indicators**, n. 23, p. 431-446, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, p. 79-130.



POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ARRANJO SOCIOPRODUTIVO COMO PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CURUÇÁ/PA

*Pablo Vitor Viana Pereira*¹²⁰

*Mirleide Chaar Bahia*¹²¹

Introdução

Este artigo traz uma reflexão sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC), tendo como perspectiva as técnicas e metodologias do arranjo socioprodutivo, baseado em contratos em longo prazo, alicerçado no respeito mútuo, e com ações voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural em prol do coletivo.

Percebe-se ser possível inovar, criando projetos que viabilizem esses empreendimentos comunitários, promovendo cursos de acesso ao mercado, capacitação tecnológica e gestão empresarial, porém deve-se privilegiar o saber tradicional, a valorização da cultura e da natureza com possibilidade de renda para a comunidade e a manutenção das práticas primárias.

O município de Curuçá, no nordeste do Estado do Pará, tem cerca de 51 associações catalogadas, segundo o inventário turístico realizado pela Secretaria de Turismo de Curuçá no ano de 2012. Destacam-se, nesse cenário, algumas atividades voltadas ao manejo dos recursos naturais; entre estas, evidencia-se o manejo da pesca, da agricultura e a produção extrativista. No entanto, pouco se observa em relação à produção associada, principalmente por Curuçá ter uma das mais importantes Unidades de Conservação (UC), localizada na costa amazônica: a Reserva Estrativista Marinha “Mãe Grande” de Curuçá.

Sendo assim, numa perspectiva socioeconômica de desenvolvimento local, o objetivo principal desta pesquisa foi pontuar algumas possibilidades e

120 Bacharel em Turismo, mestrando em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: pablo.viana28@gmail.com

121 Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Professora Adjunta do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade (GPLAS / UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com

desafios acerca do turismo comunitário, trazendo para o debate o arranjo socio-produtivo de base comunitária para um maior fortalecimento das comunidades curuçaenses. Para tanto, utilizou-se como trajetória metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo do tipo *survey*, realizada em novembro de 2014 e junho de 2017, por meio de entrevistas com atores sociais (comunitários) e com alguns gestores das secretarias municipais, além do prefeito do município. Nas etapas de campo, também foram utilizadas as técnicas do olhar, ouvir, escrever, que, segundo Oliveira (1996), possibilitou ao pesquisador, de posse de suas observações sistematicamente organizadas, iniciar o processo de textualização, destacando os aspectos teóricos pertinentes e empíricos da pesquisa.

Notas sobre Turismo de Base Comunitária (TBC)

As primeiras discussões sobre o turismo comunitário sucedem de meados de 1980, quando fatores de ordem econômica, social, cultural e política tomam maior visibilidade no mercado turístico, tendo a comunidade como foco dos debates. Maldonado (2009) apresenta quatro fatores que impulsionaram o desenvolvimento desse tipo de turismo: pressões mundiais do mercado turístico; necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades; o papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico e na diversificação da oferta turística; e as estratégias políticas do movimento indígena e rural.

As reflexões sobre o TBC no Brasil surgem a partir da década de 1990, principalmente com o I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), fórum de discussão que tem como objetivo ampliar as reflexões e a *práxis* sobre o turismo de base comunitária, além de outros debates acadêmicos, que possibilitaram a interação de grupos de pesquisa em várias partes do país (IRVING, 2009). O ENTBL é considerado um dos mais relevantes eventos acadêmicos do Brasil e da América do Sul, cuja temática é o turismo de base local.

O turismo de base comunitária, ou turismo comunitário, é considerado como um fenômeno, visto que nessa nova modalidade as comunidades, assim como os visitantes, desfrutam de trocas de saberes e experiências autênticas, promovidas pelo comércio justo.

No trabalho de Maldonado (2009), o turismo comunitário não se apresenta como panaceia, mas como fonte de emprego e de renda extra para as comunidades locais, tendo seu patrimônio natural e cultural valorizado por eles e pelos viajantes. Neste contexto, o turismo de base comunitária se apresenta como

uma possível ferramenta de desenvolvimento local.

O turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 31).

Destaca-se que as práticas de cooperação são um dos caminhos para o fortalecimento dessa atividade, em que os benefícios favorecem quem participa, além de sustentar e trazer benefícios a um conjunto maior de pessoas, diferente do turismo convencional, que é marcado pelo individualismo e pela competição insustentável. Coriolano (2009) evidencia que o turismo de base comunitária parte da premissa da associação, ou seja, essa prática busca, por meio do arranjo produtivo local¹²², fortalecer tal atividade adquirindo, por meio da relação de sociabilidade, a preservação de suas terras, de seus saberes e de suas histórias.

Dessa forma, o turismo de base comunitária torna-se uma possível resposta às formas convencionais do turismo, tendo como formato a troca de experiências e o envolvimento participativo dos atores comunitários.

No turismo comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, suas oportunidades para o lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista; daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam os encontros (CORIOLANO, 2009, p. 283).

Essas ações partem do pressuposto de que as comunidades são as principais responsáveis pela gestão das atividades, isto é, sem esse empoderamento,

¹²² Conceito inerente a essa discussão por se tratar de “uma rede integrada de setores e subsetores econômicos, que possibilitam a elaboração de um produto pela interação de processos e decisões harmônicos em relação ao objeto final. No campo do turismo, a cadeia produtiva está relacionada à estrutura que direta ou indiretamente participa da organização do produto (bem ou serviço)” (THOMAZI, 2006, p. 37).

as comunidades perdem seu poder sobre suas práticas, dando lugar às formas perversas do turismo desordenado. Vale destacar alguns dos princípios do turismo de base comunitária, entre eles: participação, cooperação, autossustentação e universalidade (CORIOLANO, 2009).

No entanto, tais práticas precisam de perspectivas mais críticas que ajudem a entender suas formas e desafios. Em primeiro lugar, a comunidade deve obter conhecimento em relação à atividade turística sustentável, alicerçada na autoidentificação, que possibilite maior preservação da natureza e valorização da cultura. Essa dinâmica pode ser aplicada pela teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, que significa

[...] uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que define o real em um dado momento, bem como as concepções e as práticas de seus atores. O conceito de sítio simbólico articula assim suas crenças, seus conhecimentos e seus comportamentos (ZAOUAL, 2009, p. 63).

Aplica-se essa teoria por meio da ação coletiva, uma vez que o saber cultural das localidades valoriza suas raízes e tende a fortalecer seu capital simbólico¹²³ e seu patrimônio coletivo. Desta forma, é de suma importância que a comunidade, a partir de atividades sustentáveis, a exemplo do TBC e outras, auxilie em suas *práxis* sociais, culturais e políticas.

Segundo Zaoual (2009), a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento aborda questões acerca dos fracassos do desenvolvimento, que, na grande maioria, não levam em consideração a diversidade, as complexidades e as eventualidades dos atores sociais. Segundo esse autor, a teoria em questão emana da economia do desenvolvimento que, atrelada ao turismo, permite amplo debate por associar natureza, cultura e uma economia que respeite a diversidade dos mundos.

Bartholo (2009) aborda as questões igualitárias por meio da teoria do sítio simbólico de pertencimento, e propõe uma proximidade relacional atribuída nas relações do tipo “Eu-Tu”, aspectos adquiridos por meio da obra do filósofo Martin Buber. Entretanto, na relação dialogal, “a pessoa da relação Eu-tu é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença, numa possibilidade relacional que se estende para além do campo do inter-humano” (BARTHULO, 2009, p. 47). Nessa perspectiva, as experiências coletivas, por meio da teoria do sítio simbólico de pertencimento, contribuem para o desenvolvi-

123 “O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 1996, p. 107).

mento do Turismo de Base Comunitária e apresentam, em particular, ações de reciprocidades, estabelecendo relações significativas.

Segundo Sansolo (2009), o TBC vem se tornando opção de desenvolvimento para várias localidades. Todavia, deve-se atentar para que essa atividade não se torne atração em grande escala, visto que o foco principal do TBC é tornar-se opção de renda extra, não afetando as outras atividades comuns da comunidade.

Por outro lado, o conceito de participação torna-se elemento de grande importância no processo do TBC. Mattos (2009) afirma que o envolvimento comunitário se caracteriza como alicerce principal das relações horizontais e do empoderamento das comunidades.

Bordenave (1994) explica que a participação advém da palavra “parte”, ou seja, a comunidade tem que fazer parte e tomar parte na construção de seus projetos. O autor destaca ainda a importância da atuação dos sujeitos em todas as etapas do processo participativo. Para se concretizar esse envolvimento, pode-se utilizar de instrumentos metodológicos que, de certa maneira, auxiliariam as comunidades nas suas diversas atividades, a começar pela “dinâmica de grupo, inicialmente, por meio de exposição de conhecimento preexistente dos participantes, suas dúvidas e questões que gostariam de saber” (FARIA, 2009, p. 262). Esta metodologia tem por finalidade impulsionar o envolvimento da comunidade nas questões coletivas, promovendo saltos para a autogestão. Assim sendo, participar consistiria em:

[...] dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo, que objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações (MENDONÇA, 2004, p. 17).

No TBC, essa participação ultrapassa algumas barreiras do capitalismo, proporcionando novas práticas em um modelo, efetivamente, de base comunitária. Em relação à perspectiva da cooperação, alguns conceitos têm colaborado na dinâmica do TBC, a exemplo do capital social, o qual é formado por valores partilhados, cultura, tradições, saber acumulado, redes de solidariedade e expectativas de comportamento recíproco (MENDONÇA, 2004). O termo capital social constitui-se como um recurso importante para construção de relações mais verdadeiras, uma vez que “as pessoas, as famílias, os grupos são capital social e cultural por essência” (KLIKSBERG, 2003, p. 11).

Portanto, os atores locais devem ser inseridos tanto no processo de planejamento quanto na execução e gerenciamento do turismo comunitário, assim como

de outras atividades por eles desenvolvidas. Em suma, pensar no desenvolvimento local centrado na comunidade é saber que os recursos como natureza, cultura e modos de vida estão vinculados à população local (MACEDO et al., 2011).

Logo, o turismo de base comunitária deve ser realizado de maneira associada, levando em consideração premissas essenciais como: participação, auto-gestão dos recursos patrimoniais comunitários, fortalecimento do capital social, autoidentificação e com base na economia solidária. O ponto crucial é pensar que enquanto o turismo comunitário potencializa os modos de vida tradicionais, o arranjo socioprodutivo de base comunitária oportuniza modos de produção artesanais e, ao mesmo tempo, favorece condições para a cooperação e solidariedade entre as comunidades.

Arranjo socioprodutivo de base comunitária e o turismo

Discutir arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.com) sob a perspectiva do turismo requer, em primeiro momento, entender que se trata de um complexo de atividades e serviços “relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento” (ANDRADE, 1998, p. 38).

Esse conjunto de fatores coloca o turismo como fenômeno capaz de estabelecer dois lados: o primeiro diz respeito ao aspecto negativo atribuído ao turismo de massa, o qual se firma no capitalismo, por meio das desigualdades socioespaciais; o segundo, por sua vez, busca na sustentabilidade seu diferencial, tanto por meio do planejamento quanto pelas práticas conscientes. Para atingir a sustentabilidade de um destino turístico, Dias (2008, p. 75) salienta que é

[...] necessário esforço integrado dos diversos atores do processo: residentes, turistas, governantes, empresários, operadores etc., que buscarão integrar os recursos naturais e culturais num processo de planejamento que estabeleça um desenvolvimento gradual e permanente diferente daquele tradicional, que sacrifica o futuro, privilegiando os ganhos econômicos e financeiros imediatos e sobre uma base tecnológica prejudicial ao meio ambiente. Um planejamento comprometido com a preservação ambiental, viável e economicamente e equitativo do ponto de vista social.

Em consonância com a ideia de turismo “sustentável” e de arranjo socioprodutivo de base comunitária, as responsabilidades em defesa do território se

concretizam por meio de novos horizontes de crescimento, que parte da cooperação e da eficiência em dar continuidade ao processo de desenvolvimento local¹²⁴.

Apesar da literatura resumida sobre arranjos socioprodutivos locais (APL.com), Sampaio, Alves e Falk (2008, p. 4) referendam uma nova metodologia a partir do enfoque da sustentabilidade territorial própria,

[...] que contribui para complexificar a problemática que trata de redes de organizações socioprodutivas locais, qualificadas como associativas, comunitárias, socioempreendedorismo compartilhado ou, mesmo, individual, prescindindo de responsabilidade socioambiental, articuladas em arranjos institucionais, e que se reconhecem como território e que valorizam o conhecimento tradicional-comunitário, caracterizado pela capacidade de gerar demandas e propostas que não se distanciam nem se desvinculam das nuances e peculiaridades do cotidiano, a partir do olhar das próprias pessoas.

Em se tratando de território e das vidas dessas comunidades, esses autores salientam a importância das redes organizacionais e do saber tradicional, como formas de empoderação, buscando uma nova visão associativa/cooperativa que tenham seu traço inicial nas individualidades de cada ator social, mas que sejam expressas a partir do coletivo, a exemplo de empreendimentos comunitários.

Associado às novas economias, o turismo pode ser um instrumento para as diferentes alternativas ao desenvolvimento, “resgatando-se valores de cooperação; solidariedade; compromisso com todas as formas de vida, com a paz e com a justiça” (SAMPAIO; ALVES; FALK, 2008, p. 6). Estas outras economias estão situadas no campo da socioeconomia, que também pode ser encontrada na economia social (SACHS, 1986), socioeconomia solidária (LISBOA, 2005), economia popular solidária (RAZETO, 1997) e economia solidária (SINGER, 2002).

Com ênfase nessas economias, o turismo tende a ser mais sustentável, pois poderá estabelecer alguns limites em relação ao território, onde a utilização indevida do meio ambiente, dos saberes tradicionais e das desigualdades sociais serão transformados em valorização do conhecimento tradicional-comunitário, autogestão e desenvolvimento local. Por isso, o APL.com pode ser um exemplo de organização social, que tem a comunidade como precursora e, no caso do

124 “Um modelo de desenvolvimento que permite a construção do poder endógeno para que uma dada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos” (CARESTIATO, 2000, CITADO EM MATTOS 2009, p.304).

turismo, isso pode estabelecer um diferencial. Sampaio, Alves e Falk (2008, p. 7) apresentam esse diferencial, chamando atenção que no APL.com

[...] privilegiam-se pequenos negócios, individuais ou associativos, de grupos organizados ou quase organizados/articulados, chamados de empreendimentos compartilhados, que buscam preservar as características comunitárias e, ainda, aumentar suas possibilidades de sobrevivência na economia de mercado. É também uma iniciativa na busca de agregar valor aos pequenos socioempreendimentos.

Coriolano (2009), em sua apresentação na “Conferência Brasileira de Arranjos produtivos locais”, salientou que o turismo é uma atividade intersetorial, integrada aos demais setores econômicos e possui ainda significativa capacidade de promover e agregar APLs como os de artesanato, agricultura, produtos regionais, confecções, bebidas, doces, tudo o que interessa ao turista. Associar o turismo ao APL.com promove integração, cooperação, além do que “fomenta redes de cadeias produtivas horizontais e verticais, nos quais visitantes contribuem para o sustento de setores de menor oportunidade” (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009, p. 7).

Vale destacar o papel da governança associado ao arranjo socioprodutivo de base comunitária, por se caracterizar como “modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão locais, dos diferentes agentes” (ALBAGLI; BRITO, 2003, p. 15).

Na atividade turística, o ponto crucial é o planejamento, visto que, para tornar uma atividade de cunho social e econômico, devem-se englobar todos os agentes locais no processo. Nessa perspectiva, Merigue (2003, p. 9) apresenta o conceito de planejamento do turismo, no qual

[...] a comunidade deixa de ser a parte consultada pelos técnicos e passa a ser o agente de seu próprio planejamento, ou seja, esta descobrindo suas potencialidades e colocando-as a favor de seu próprio destino. Ao invés de consultada pelos técnicos, a comunidade local passa a ser quem consulta os técnicos e dá o direcionamento de sua mudança é o que sugere o Desenvolvimento Local.

Neste modelo de planejamento, prima-se pela benfeitoria da população, ou seja, busca-se no APL.com um exemplo de unir forças a serviço do bem comum. Outro ponto crucial no desenvolvimento do turismo comunitário é a autogestão vinculada ao APL.com, que possibilita criar uma proposta a partir de outras formas de economia, melhor dizendo:

[...] a autogestão alimenta o cultivo de práticas associadas ao ideário do empreendedorismo coletivo, mediante o qual se procura garantir direitos iguais entre aqueles que se associam para financiar, produzir, comerciar ou consumir mercadorias. O princípio autogestionário desvela a possibilidade de se introduzir modificações estruturais nos sistemas de gestão empresarial, estimulando-se a descentralização de poder e o senso de responsabilidade compartilhada, aumentando-se as chances de lucratividade e bom posicionamento no mercado, remunerando-se a mão-de-obra acima da média do mercado, valorizando-se a capacitação contínua dos trabalhadores e, finalmente, expandindo-se os espaços de inclusão social e exercício da cidadania (SAMPAIO et al., 2008, p. 7).

Essa forma de crescimento social, econômico e cultural busca maneiras de englobar a sociedade marginalizada, a fim de torná-la parte desse processo; em outras palavras, o turismo consciente vinculado ao APL.com possibilita encarar/amenizar os problemas de inclusão social e outros, encontrados no turismo de massa.

Arranjo socioprodutivo como perspectiva de desenvolvimento local em Curuçá (PA)

O município de Curuçá situa-se na mesorregião do nordeste paraense, na microrregião do salgado e possui uma extensão territorial de 672, 67 km² (IBGE, 2017). Nessa região também estão outros municípios de grande importância histórica e geográfica da colonização do estado do Pará. A figura 1 mostra ao norte o oceano atlântico, ao leste Marapanim, ao sul Terra Alta, e a oeste São Caetano de Odivelas e São João da Ponta.

Segundo o inventário turístico realizado pela Secretaria de Turismo de Curuçá, no ano de 2012, foram catalogadas 51 associações, desenvolvendo as mais diversas atividades, com destaque para a pesca, o artesanato, a agricultura, etc. Neste sentido, demonstram-se aqui algumas evidências das possibilidades que o município tem em relação à produção associada.

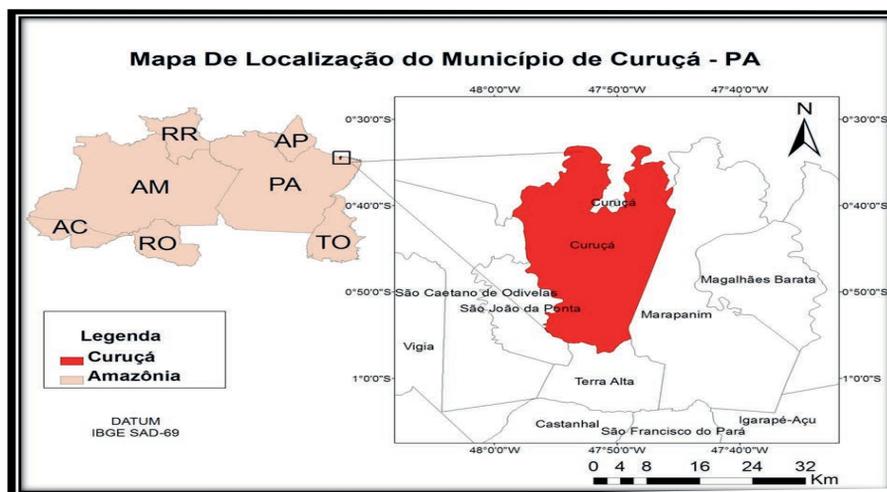


Figura 1 - Localização do município de Curuçá, estado do Pará
Fonte: Pereira (2013).

Em relação ao turismo, observam-se características interessantes quanto à sua potencialidade de desenvolvimento turístico sustentável, no entanto muito esporadicamente são realizadas ações voltadas às comunidades, mesmo porque não há continuidade nos projetos de governo. Em entrevista realizada com o atual prefeito de Curuçá, em junho de 2017, foi questionado quais as ações seriam adotadas para o desenvolvimento do município, sendo a atividade turística a primeira a ser pontuada. Entretanto, muitos dos discursos políticos visam ao turismo como a principal atividade econômica de desenvolvimento.

De acordo com Pereira (2013), foi desenvolvido um projeto de ecoturismo de base comunitária, que tinha como proponente o Instituto Tapiaim, que desenvolvia atividades voltadas ao turismo de base comunitária e educação ambiental. Contudo, as ações não tiveram tanto êxito, tendo como principal limite o insuficiente apoio do poder público. Para tanto, outras iniciativas estão surgindo como a experiência do Instituto “Lá no mangue”, em decorrência da necessidade de se desenvolver atividades socioambientais – educação ambiental e o turismo comunitário (OLIVEIRA et al., 2017).

Todavia, são grandes os desafios que envolvem o desenvolvimento do município. Um dos percalços está relacionado aos limites que circundam as atividades econômicas da localidade, visto que são poucas as políticas de promoção e de fomento, não levando em consideração os arranjos produtivos locais, como instrumento de desenvolvimento local.

Sobre o Turismo de Base Comunitária no Brasil, alguns desafios merecem destaque como a falta de políticas públicas, além da inserção de iniciativas de base comunitária no mercado turístico. Nesse sentido, os estudos de Silva, Ramiro e Teixeira (2009), Mielke (2011) e Bursztyn e Bartholo (2012) apontam alguns entraves e perspectivas sobretudo no processo de comercialização do TBC.

Em relação ao envolvimento do Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, deve-se destacar que, no Plano Nacional de Turismo (2013-2016), muito se desejava fomentar o turismo de base comunitária, porém percebe-se a pouca integração da produção associada na cadeia produtiva do turismo, dando atenção à geração de emprego e melhoria de vida para as comunidades.

Nos exemplos de turismo comunitário que tiveram recursos advindos do Ministério do Turismo, em 2008, Mielke (2011) salientou alguns entraves, como a falta de acesso ao mercado, a governança insipiente e a ausência de monitoramento. Quanto ao acesso ao mercado, o autor apontou o distanciamento entre comunidades e intermediários, impossibilitando o ingresso dos produtos e serviços, comprometendo a promoção e a competitividade.

Portanto, buscou-se neste trabalho indicar algumas possibilidades de fortalecimento das comunidades em prol do seu progresso, levando em consideração as técnicas e procedimentos dos arranjos socioprodutivos de base comunitária, atribuindo à atividade turística o elo principal dessa cadeia.

O APL.com sustenta-se em novos modelos de economia, baseada na economia solidária que permite a inclusão mais saudável dos agentes sociais às práticas de mercado. Sampaio (2008) apresenta uma pequena estrutura do que seria o APL.com e destaca cinco eixos dessa microestrutura, representada no quadro 1.

Quadro 1 - Microestrutura do Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.com)

	Encadeamento Produtivo Vertical (a montante)	
Encadeamento Produtivo Horizontal (Organização de apoio)	Microrrede Principal	Encadeamento Produtivo Horizontal (Terceirização não espúria)
	Encadeamento Produtivo Vertical (à jusante)	

Fonte: SAMPAIO (2008).

A Microrrede principal tem como função incubar outras microrredes, sendo que ela não é a mais importante, mas possui o papel de articuladora perante as demais. Para melhor entender, a microrrede se estabelece por meio de encadea-

mentos produtivos verticais e horizontais. Os encadeamentos produtivos verticais estão divididos em: a montante, que consiste na relação fornecedor–produtor; e a jusante, que caracteriza produtor e distribuidor. Os encadeamentos produtivos horizontais representam o apoio de organizações. A terceirização não espúria são aquelas organizações que contribuem para o processo produtivo e afastam as ações competitivas e desonestas (ZAMIGNAN, 2012).

Por meio dos resultados obtidos na pesquisa de campo, em novembro de 2014 e junho de 2017, a proposta poderá servir como base para o desenvolvimento do turismo comunitário e o fortalecimento das principais atividades desempenhadas pelas comunidades no município de Curuçá. O quadro 2 aponta as possíveis atividades que poderão compor o arranjo socioprodutivo, a partir do turismo comunitário.

Quadro 2 - Microestrutura do Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL. Com) associada ao turismo comunitário

	(Fornecedor–produtor) Agricultores familiares; Artesãos; Criadores de abelhas; Catadores de caranguejo.	
(Organização de apoio) Universidades; Institutos; Prefeitura Municipal de Curuçá; Secretaria Municipal de Turismo de Curuçá; Secretaria de Meio ambiente de Curuçá; Secretaria de Agricultura; A Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT/UNIVERSITEC/UFPA); ICMBio;SETUR.	Turismo comunitário em Curuçá	(Terceirização não espúria) Agricultura Colônia Andirá; Associação Comunitária Nossa Senhora do Livramento (Comunidade de Muriazinho); Associação Comunitária do Povoado de Pedras Grandes; Associação Socioambiental e Cultural de Curuçá Pretinhos do Manguê; Associação de Transporte Alternativo de Curuçá (ATAC); Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mão Grande de Curuçá (AUREMAG).
	(Produtor–distribuidor) ONGs; Hospedagem familiar; Agências de turismo; Lojas de artesanato; Universidades (estágios); Restaurantes.	

Fonte: PEREIRA (2017) apud SAMPAIO et al. (2008).

Mielke (2011, p. 22) aponta um dos instrumentos de grande relevância para o início da proposta, destacando o Plano de Negócios Participativos (PNPs), que consiste em uma

[...] metodologia básica do desenvolvimento de qualquer iniciativa turística ou de produção associada. Trata-se de um documento que permite uma visão mais realística do entorno. É altamente recomendável como pré-requisito para investimentos em TBC.

Sendo assim, considera-se fundamental o diálogo entre os eixos estruturantes do arranjo socioprodutivo de base comunitária, uma vez que eles instigam a cooperação, contribuem para a construção do capital social local e fortalecem uma gestão mais participativa. No caso de Curuçá, seria interessante também o apoio das políticas públicas de turismo, tanto do município quanto do estado, proporcionando o fomento do turismo sustentável na região e contribuindo para o crescimento social das comunidades.

Conclusão

Os estudos sobre o turismo comunitário, assim como o arranjo socioprodutivo de base comunitária, ainda são incipientes, haja vista que carecem de discussões mais criteriosas sobre a temática, relacionando o arcabouço teórico (teorias) com as experiências em curso (práticas). No entanto, observa-se a necessidade de aprofundamento tanto pelas teorias quanto pelo olhar de cada pesquisador na prática de campo. Na Amazônia, em especial na cidade de Curuçá, o grande desafio da proposta de TBC foi o acesso ao mercado, tornando-se a principal barreira para a comercialização das atividades e roteiros do TBC e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do projeto (PEREIRA, 2012).

Durante muito tempo, as reflexões sobre o turismo comunitário se limitavam a um sentido marginal, periférico e, até mesmo, romântico (IRVING, 2009). Em contrapartida, atualmente, o turismo comunitário tem grande chance de se tornar uma interessante alternativa no mercado, uma vez que pode se converter em uma empresa comunitária, partindo da economia social, mobilizando recursos próprios e valorizando o patrimônio comum, com a finalidade de gerar ocupação e melhorias para seus membros (MALDONADO, 2009).

Considerando-se neste estudo as experiências de TBC de Curuçá, identificamos algumas dificuldades, particularmente no antigo projeto de TBC desenvolvido pelo Instituto Tapiaim (ausências de políticas públicas, baixo acesso ao mercado, governança insipiente e o baixo processo de organização e coopera-

ção da iniciativa). Apesar de ter exercido um importante papel como facilitador nas ações de planejamento, não houve fortalecimento entre os membros no que tange aos objetivos coletivos. Por outro lado, o atual projeto *Instituto Lâno mangue* tem desenvolvido ações voltadas a valorizar a diversidade social e ambiental, porém as ações voltadas ao turismo de base comunitária vêm sendo desenvolvidas de forma esporádica.

Dessa forma, envolver as comunidades seria uma saída mais eficaz para que o desenvolvimento aconteça. Reforçar a necessidade de adotar novas formas de melhoria, seja pela economia solidária, seja pelo aparato social pode gerar caminhos transversais e harmoniosos, proporcionando oportunidades de sucesso e crescimento socioeconômico para a maioria.

Foi possível verificar que Curuçá tem condições de se tornar uma experiência palpável, a partir de caminhos voltados às práticas de sustentabilidade, em razão da dinâmica que a localidade apresenta, não apenas pelas diversas associações existentes, mas também pela proximidade de uso dos recursos naturais. Portanto, o turismo comunitário a partir dos arranjos socioprodutivos de base comunitária tem muito a contribuir tanto para o fortalecimento social, cultural e econômico das comunidades, quanto para o progresso do município.

Referências

ALBAGLI, S.; BRITO J. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: REDESIST, 2003.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius Editora, 1996.

BRASIL. Ministério do turismo. **Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil - 2013-2016**. Brasília, 2013.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo

de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Revista Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-116, jan/jun 2012.

CORIOLOANO, L. N. Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário. In: **CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS**. 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, I. F. Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KLIKSBERG, B. Capital Social e Cultura: claves esquecidas do desenvolvimento. In: **SEMINÁRIO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SÉCULO XXI**, Rio de Janeiro: Apostlia, 2003. 48p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2015, Cidades. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150290&search=para|curuca>> Acesso em: 10 Jun. 2017.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. In: **RAE**, v.45, n. 3, p. 109-115. 2005.

MACEDO, R. F.; MEDEIROS, V. C. F. A.; AZEVEDO, F. F.; ALVES, M. L. B.; Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 9, n. 2 p. 437-448. 2011.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Genesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZ-

TYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

MATTOS, F. F. Ecoturismo e inclusão social na Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo e participação comunitária: ‘Praia do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?’. 2004. 209f. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.

MERIGUE, G. L. A gestão do turismo para o desenvolvimento local. In: **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local**, 11, 2003. CAMPO GRANDE-MS: 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/geancarlo.pdf>>. Acesso em: 11 de jun. 2017.

MIELKE, E. Monitoramento dos Projetos de Turismo de Base Comunitária. **Relatório Final**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

OLIVEIRA, R. C. O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA B. E.; SILVA L. A.; PEREIRA, P. V. V.; OLIVEIRA S. D. R. Caracterização do Turismo de Base Comunitária em Polos Turísticos do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 1, 2017.

PEREIRA, P.V.V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária e capital social: contribuições para uma proposta de agência de turismo comunitária em Curuçá – Pará. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Faculdade de Turismo, ICSA, UFPA, Belém, 2013.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. In: **Proposta**, v. 75, p. 91-99, 1997.

RODRIGUES, A. B. Percalços do planejamento Turístico. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001. p. 164-194.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária: Interconectando o Turismo Comunitário com Redes de Comércio Justo. **Turismo-Visão e Ação**, v. 10, n. 2, p. 244-263, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do Turismo Comunitário e Solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; LEÓN, I. C.; DALLABRIDA, I. S.; PELLIN, V. AMAL, M. Arranjos Socioprodutivos de Base comunitária: Arranjos Produtivos locais pensados como arranjos institucionais. O caso da Mondragón Corporação Cooperativa. In: **Encontro Nacional de Pós-Graduação em administração**, Rio de Janeiro, 2008.

SANSOLO, D. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009.

SECRETARIA DE TURISMO DE CURUÇÁ. Inventário da oferta e infraestrutura turística do município de Curuçá/PA. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_curuca.pdf> . Acesso em: 15 jun. 2017.

SILVA, K. T. P., RAMIRO, R. C. e TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, R. M. **Conceito de “resiliência”**. Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2007.

THOMAZI, S. M. **Cluster de Turismo**: Introdução ao estudo de arranjo produtivo local. São Paulo: Aleph, 2006.

URRY, J. **O Olhar do Turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel SESC. 1996.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades.** São Paulo: Manole, 2001.

ZAMIGNAN, G.O olhar da comunidade sobre o arranjo socioprodutivo de turismo de base comunitária em Morretes (PR). 2012.154f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2012.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009.

ATIVIDADE TURÍSTICA VERSUS CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA PRAIA DO ATALAIA

*Ketellyn Suellen Teixeira Pinto*¹²⁵

*Silvio Lima Figueiredo*¹²⁶

Introdução

As áreas costeiras são altamente produtivas e diversas, e possuem elevado valor ecológico e econômico. Populações humanas se beneficiam dos recursos naturais dessas áreas e ocupam esses territórios (BEATLEY et al., 2002; BEL-FIORE, 2003). Para Pires et al. (2012), este fenômeno é observado pelo fato de as áreas costeiras proporcionarem maior proximidade com tais recursos, atraindo populações e atividades econômicas diversas, tornando essas áreas densamente povoadas. O aumento das atividades que aí se localizam, ou pretendem se instalar, pode provocar conflitos de uso a partir do momento em que várias atividades lutam pelo uso e apropriação do espaço, nem sempre com possibilidades de coabitar, como no caso da indústria e do turismo (PIRES et al., 2012). Um agravante é que o elevado crescimento populacional associado às inúmeras atividades econômicas desenvolvidas sem planejamento adequado está gerando sérios problemas socioambientais em diversas áreas costeiras ao longo do planeta (SMALL; NICHOLLS, 2003; LAU, 2005; STEFFY; KILHAM, 2006). A avaliação para o Milênio dos Ecossistemas concluiu que 2/3 dos ecossistemas mundiais, desde as áreas úmidas às regiões costeiras, florestas e solos, estão degradados ou foram geridos de forma insustentável (MEA, 2006).

Os setores econômicos que mais atuam nestes ambientes são: o setor imobiliário, comercial, turístico, pesqueiro, portuário, entre outros, que vêm

125 Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Biologia Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental do Instituto de Estudos Costeiros da Universidade Federal do Pará. Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (2010).

126 Doutor em comunicação (Universidade de São Paulo), realizou estágio pós-doutoral em sociologia na Université René Descartes – Paris V Sorbonne. Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Brasil (NAEA-UFPA). Pesquisador do CNPq.

gerando renda e atraindo populações que contribuem para as inúmeras transformações tanto ambientais quanto sociais (CICIN-SAIN; KNECHT, 1998, LINTON; WARNER, 2003; BURAK, 2004; IRTEM et al., 2005, TEN VOORDE et al., 2009). Atividades humanas podem comprometer a integridade desses ambientes, alterando a dinâmica natural do sistema e gerando problemas relacionados à contaminação das águas costeiras, erosão marinha, redução da biodiversidade, além de causarem riscos à saúde pública (BRETON et al., 1996; BARTLETT et al., 2000; PEREIRA et al., 2007; CRAWFORD, 2007).

Nesse cenário, encontra-se a praia do Atalaia, localizada na faixa Costeira da Ilha de mesmo nome, nordeste do Estado do Pará, que compreende um complexo formado por vários ecossistemas, como dunas, estuários, florestas de manguezais, apicuns, praias, entre outros, que, juntos, interagem para manter o equilíbrio ambiental. Ao longo das últimas décadas, apesar das receitas geradas para o município em virtude do turismo, os impactos negativos, tais como degradação de ecossistemas naturais, têm aumentado substancialmente no local. O turismo, os assentamentos urbanos, as indústrias, a exploração de recursos naturais, entre outras atividades, são vetores responsáveis pelo aceleração do processo de uso, ocupação e degradação da zona costeira e das praias (HARVEY; CATON, 2003).

Em virtude do exposto acima, este trabalho tem como objetivo estudar os principais problemas ambientais e sociais que podem estar associados ao processo de ocupação sem planejamento que vem ocorrendo na praia do Atalaia, a partir de variáveis e indicadores predeterminados, e, nesse caso, a percepção dos atores sociais imbricados no processo.

Como recorte de uma pesquisa maior, neste estudo não são detalhados o que chamamos de impactos sociais, ainda que inter-relacionados com os problemas ambientais. Da mesma forma, o amplo levantamento, quantificação e representação em estudos cartográficos de todos os estabelecimentos e de todos os pontos que apresentam problemas ambientais, emissários de esgotos, fossas etc. da praia do Atalaia são apresentados em estudos complementares (PINTO, 2018).

Metodologia

Delimitação da área de Estudo

A praia do Atalaia pertence ao município de Salinópolis, localizado na Mesorregião Nordeste do Estado do Pará, também denominado Região do Salgado Paraense. O município de Salinópolis (00°36'47" S e 47°21'30" W) está situado a 220 km da capital do Estado, Belém, com o acesso realizado por meio da

rodovia BR-316 e da PA-124.

Entre os diversos ecossistemas que constituem a paisagem costeira do município, a Praia do Atalaia se destaca por suas características naturais propícias ao banho e ao lazer, com uma extensa linha de costa banhada pelo oceano Atlântico (Figura 1) com orientação W-E com 12 km de linha de costa e uma largura que varia de 200 a 400 m (PINTO et al., 2011).

Este estudo foi realizado na linha de costa da praia compreendida entre o nível da maré baixa e o início do campo de dunas. A praia foi dividida em dois setores: o setor Este, que será chamado de SETOR 1, e o setor Oeste, que será chamado de setor 2. Os dois setores possuem diferenças substanciais tanto ambientalmente quanto ao tipo de ocupação. O Setor 1 possui extensos campos de dunas e lagos que se formam durante o período chuvoso e encontra-se ocupado por bares e restaurantes em construções de madeira (tipo palafita, chamados de barracas), erigidos sobre dunas e dentro da faixa de praia (região situada entre a linha da maré baixa e a linha da maré alta). Este setor será o objeto de estudo deste trabalho. Já o SETOR 2 é caracterizado por falésias ativas ocupadas por segundas residências sofisticadas, de alto valor imobiliário (Figura 1).



Figura 1: Localização da área de Estudo: (A) Localização do nordeste do Pará; (B) Praia do Atalaia, apresentando o setor 1 e o setor 2 e (C) imagem aérea da praia do Atalaia. (Fonte: Google Maps)

A área em estudo se insere na categoria de bens da União, por serem Terrenos de Marinha, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento. Existem propostas de transformação da área em Unidade de Conservação pelo Governo do Estado do Pará, mas essas propostas ainda não conseguiram ser implementadas.

Métodos

A pesquisa de campo foi realizada no SETOR 1 da Praia do Atalaia por ser considerado o setor que, possivelmente, apresenta maiores problemas socioambientais resultantes da falta de infraestrutura das barracas existentes na praia.

As pesquisas foram realizadas em agosto de 2017, através da aplicação de 50 questionários, de forma amostral, direcionados aos donos de estabelecimentos comerciais (barracas) existentes na faixa de praia, buscando assim conhecer a percepção dos problemas socioambientais presentes no local e a participação da comunidade na tomada de decisões, no que diz respeito à gestão da zona costeira local. Observando a qualidade dos dados, foram aplicados 5 questionários por dia, sendo escolhidos os dias de menor pico de turistas. Os proprietários foram escolhidos de forma intencional, a partir de uma seleção aleatória inicial com um número maior do que o previsto, a fim de descartar os que foram selecionados, mas se recusaram a responder o questionário, pela impossibilidade de estes deixarem seus afazeres. Os principais problemas ambientais foram levantados durante a alta estação (mês de julho/17) e baixa estação (mês de maio/17), utilizando-se o método de *checklist* e registros fotográficos para registro das informações em campo e, ainda, pesquisa bibliográfica.

Esse tipo de levantamento de dados forneceu informações importantes em função da percepção da comunidade local (a maioria trabalha na área há mais de 10 anos) referente à qualidade ambiental da praia do Atalaia, associada ao crescimento imobiliário da região. A pesquisa então se caracteriza por ser quali-quantitativa, no sentido de organizar indicadores de problemas ambientais, aliados às percepções coletadas em questionários aplicados.

Resultados e discussões

Fatores de pressão antrópica na Ilha do Atalaia

Para facilitar a compreensão do processo de ocupação da praia do Atalaia, faz-se necessário uma breve abordagem do contexto que envolve este processo. As primeiras ações de urbanização da zona costeira de Salinópolis buscavam beneficiar empreendimentos que vêm se instalando na região desde a década de 30 (RANIERI; EL-ROBRINI, 2015). Na década de 70, as ações implementadas pelo Estado (produção de infraestrutura e o projeto AGRISAL¹²⁷) podem ser

127 Agrisal, empresa atualmente em falência, que teve no município um empreendimento financiado pelo Banco da Amazônia e pelo Banco da Bahia, com apoio da Sudam, para cultivo e beneficiamento de caju.

apontadas como elemento de atração da população, tanto do município de Salinópolis quanto de outros municípios próximos, devido à possibilidade de emprego. Desde então, a população urbana cresceu em ritmo acelerado, motivada pela possibilidade de oferta de emprego nos setores de construção civil, turismo e veraneio.

Com a facilidade de acesso a partir da construção de estradas e a ponte sobre o Rio Sampaio, motivada pelos recursos turísticos do local, aumentou a procura pela zona costeira da Ilha do Atalaia.

Atualmente, a estrada que recorta a ilha, PA 444, está sendo duplicada para facilitar o acesso à praia do Atalaia, pois, durante o mês de julho e o *réveillon*, o congestionamento pode chegar a 10 km de extensão. Existe transporte coletivo, porém privado (vans), e que trafegam com a periodicidade de 15 em 15 minutos todos os dias da semana. Para Silva et al. (2008), o acesso a partir de estradas até a praia é um dos principais fatores condicionantes do seu uso, favorecendo a ocupação das zonas costeiras e a atividade turística.

Os ecossistemas costeiros da ilha do Atalaia são complexos e diversos, constituídos por florestas de manguezais, dunas, estuários e praias que interagem, mantendo o equilíbrio ambiental. No entanto, estes ecossistemas vêm sendo pressionados pela expansão imobiliária ao longo das últimas décadas, impactados fortemente com o aumento da demanda de segundas residências e espaços para diversão e lazer. Os extensos campos de dunas com vegetação nativa estão sendo transformados em condomínios residenciais destinados a segundas residências, resorts, hotéis e pousadas, além da futura instalação do “maior parque aquático da região Norte do País”. Parte dos problemas ambientais e degradação dos recursos naturais da ilha do Atalaia, causado pela crescente ocupação da ilha, decorre das excelentes condições de oferta balnear e paisagística, além da sua proximidade e a boa acessibilidade à sede municipal de Salinópolis e à capital do estado, Belém.

Identificação dos problemas socioambientais

A comodidade e a necessidade dos banhistas e frequentadores de se apropriarem do ambiente de praia levaram à instalação de estabelecimentos comerciais na faixa de praia. O aumento e a diversidade das atividades econômicas tenderam a aumentar com a ascensão do turismo de sol e praia em Atalaia, trazendo consigo o aumento massivo de construções e alterações que foram introduzidas no uso do solo.

Atualmente, a praia do Atalaia apresenta 75 construções de madeira dentro da faixa de praia, com autorização do Superintendência do Patrimônio da União

no Pará (SPU/PA), órgão responsável pela gestão da Praia do Atalaia, além de inúmeros empreendimentos imobiliários nas áreas adjacentes.

Mesmo com a crescente expansão imobiliária e a ocupação do solo da praia do Atalaia, o alcance dos serviços de saneamento básico é proporcionalmente reduzido, como por exemplo a inexistência de uma rede coletora de esgoto, que faz com que ocorra o despejo direto na faixa de praia pelas barracas instaladas nessa região (Figura 2), com a presença também de emissários clandestinos de esgoto, provenientes de condomínios residenciais construídos sobre campos de dunas que limitam a linha de costa (Figura 3).



Figura 2: (A) A imagem mostra um ponto de contaminação bacteriológica decorrente do despejo de esgoto doméstico na faixa de praia. (B) Vista ampliada do ponto de contaminação, podendo ser observada a presença de resíduos sólidos lançados pelos usuários na praia.



Figura 3: (A) Emissário clandestino de esgoto de condomínios residenciais construídos sobre o campo de dunas. (B) Imagem ampliada do local de despejo. É possível observar crianças brincando próximas ao emissário.

O estudo mostra que os extensos campos de dunas estáveis já perderam parte das suas áreas para a construção de hotéis, pousadas, resorts, condomínios residenciais, segundas residências, construção de estradas de acesso à praia e estacionamentos (Figura 4). Durante a pesquisa, foram identificados vários acessos irregulares à praia. Todos eles feitos sobre as dunas, por meio da remoção dos sedimentos e da vegetação. Nos casos das vias abertas pela prefeitura (uma principal e quatro secundárias), elas se encontram com uma parte asfalta-

da e outras aterradas se estendendo até o início da praia (Figura 4). O calçadão construído na lateral da via (Figura 4A), por estar localizado logo atrás das barracas, contribui para o aumento dos acessos irregulares tanto por parte dos pedestres quanto dos donos de bares, que, em alguns casos, constroem pontes que ligam as barracas até o calçadão.



Figura 4: (A) Estrada construída, onde antes existiam dunas, para dar acesso a vários pontos da praia. (B) Entrada de veículos na praia por um dos acessos criados pela prefeitura ao lado de um emissário de esgoto.

O abastecimento de água não existe, portanto não há água potável no local. Os proprietários das barracas constroem poços artesanais próprios, porém a água é imprópria para o consumo, sendo utilizada, segundo eles, apenas para limpeza e higiene. Os poços são perfurados sem respeitar os limites sanitários estabelecidos, sendo comum encontrar fossas sépticas próximas aos poços artesanais, como mostra a figura 5:



Figura 5: Sistema de fossas na faixa de praia e dunas. É possível observar, logo atrás, a instalação de poços artesanais.

Com o avanço da maré e consequente recuo da linha de costa, as barracas são deslocadas em direção ao campo de dunas e tanto os poços artesianos quanto as fossas são inativadas nesse processo, e novas instalações são feitas, sendo comum encontrar fossas inativas na faixa de praia.

A coleta de lixo é realizada regularmente pela Prefeitura de Salinópolis (todos os dias da semana), porém 69% dos entrevistados reconhecem que existem depósitos irregulares de lixo no campo de dunas, sendo estes muitas vezes empurrados pela maré em direção ao continente. Algumas vezes esse lixo é queimado pelos moradores no local, de tal modo que 42% dos entrevistados responderam que as queimadas são realizadas tanto para queima de lixo como também para a limpeza de terrenos para futuras construções, havendo casos de pessoas que tiveram algum tipo de problema respiratório em decorrência da fumaça.

Outro problema constatado durante a pesquisa foi o comércio irregular na orla da praia, realizado por comerciantes e ambulantes, que durante o mês de julho podem chegar a mais de 2.000 vendedores, resultando em acúmulo de lixo (garrafas pets, plásticos, vidros, resíduos orgânicos e, principalmente, casca de coco), uma vez que não existem lixeiras nem pontos de coleta de lixo na praia, comprometendo a saúde do ambiente costeiro e dos seus respectivos usuários.

Um outro agravante é a livre circulação de veículos automotivos dentro da faixa de praia, principalmente nos meses de julho e dezembro, que, além de causarem imensos congestionamentos, ocupam grande parte do espaço que seria destinado aos banhistas para as atividades recreativas. Em um domingo do mês de junho, registraram-se 58 veículos por minutos entrando pela rampa principal da praia, em contrapartida, quando a maré começa a encher, este número é proporcional aos veículos que saem da praia. No entanto, devido à grande quantidade de veículos que entram na praia (uma via principal e quatro secundárias) e à rápida inundação da maré, muitos deles acabam “engolidos” pelas águas. Cena frequente durante a alta estação turística.

A presença desses veículos em um ambiente altamente vulnerável às ações do mar, do vento e do clima da região, que é o caso das praias, causa a compactação dos sedimentos, dificultando a permeabilidade do solo, além de causar perdas substanciais da fauna que habita os interstícios sedimentares da praia. Por hora, os riscos de contaminação ambiental, devido aos vazamentos de líquidos e emissões inerentes ao atual estágio tecnológico dos veículos, são inevitáveis, além dos riscos de atropelamento dos próprios usuários da praia.

Percepção dos donos de bares quanto à qualidade ambiental e à vulnerabilidade ao risco

Para 78% dos entrevistados, as atividades antrópicas decorrentes da atividade turística são as principais causas de poluição da praia; com isso, percebe-se a contradição entre a comunidade local e a preservação do ambiente, pois, segundo eles, as atividades das barracas não causam impactos na praia, e ainda indicam que a consciência ambiental para a preservação tem que partir dos turistas, banhistas, usuários, enfim, com atuações mais eficazes do poder público, ausentando, maioritariamente, as suas próprias ações transformadoras geradas pela ocupação desordenada na praia do Atalaia.

Com relação à percepção da qualidade ambiental, a maioria não reconhece que está em área de risco (> 90%), apenas precisam se adequar, como eles dizem, lutando contra a força da natureza. A água costeira é considerada limpa por 93% dos entrevistados, pois não possui mau cheiro nem há presença de lixo. Com relação à areia da praia, 78% consideraram-na limpa, com algumas ressalvas para o mês de julho, devido à grande quantidade de lixo que é despejado na praia, mas, ainda assim, existem espaços naturais atrativos, fato que, segundo os entrevistados, justificaria a preferência e o retorno de muitos turistas ao local. A paisagem costeira foi apontada por 98% dos entrevistados como o principal fator atrativo para os turistas, contudo 82% responderam que utilizam a praia, prioritariamente, para fins econômicos, sendo este o principal fator que os fazem permanecer no local.

Discussão

Alterações ambientais decorrentes do uso inadequado do solo

Vários estudos (TUNSTALL; PENNING-ROUSELL, 1998, MORGAN, 1999, MAC LEOD et al., 2002) demonstram a preferência dos turistas por praias com as chamadas “facilidades”, associadas às barracas de praia (como sanitários, chuveiros, cadeiras, bebidas, etc.). Os resultados deste trabalho corroboram com Silva et al. (2008), no qual a presença das barracas dentro da praia, especialmente nos locais mais frequentados, em geral acarreta impactos ao ambiente praias, como a poluição das águas costeiras e subterrâneas, além dos sedimentos, da presença de lixo, da alteração da paisagem natural, das alterações no balanço local de sedimentos, os processos erosivos, a poluição sonora, alterando enfim o ecossistema como um todo.

A progressão das áreas ocupadas na praia do Atalaia é visível, contando com 75 barracas, que, como é possível observar nas imagens anteriores, não apresentam instalações adequadas de esgoto doméstico, o que provoca o descarte incorreto destes efluentes e conseqüente poluição do solo e dos recursos hídricos. Estudos anteriores sobre problemas ambientais decorrentes da ocupação desordenada em Atalaia mostram que depósitos inadequados de lixo orgânico e resíduos sólidos, presença de fossas sépticas irregulares e sistema de esgoto sem tratamento na faixa de praia, na maioria das vezes lançados *in natura*, contribuem para a contaminação das águas subterrâneas e costeiras, principalmente durante as marés equinociais de sizígia, que alcançam o nível das fossas sépticas e aumentam o índice de contaminação por coliformes termotolerantes¹²⁸, corroborando para os efeitos da pressão antropogênica e a falta de um sistema de saneamento público em Atalaia (PINTO et al., 2011, PEREIRA et al.; 2012, RANIERI; EL-ROBRINI, 2015).

A preocupação com o lixo merece toda atenção por parte do poder público em virtude da manutenção da qualidade da praia e a erradicação de possíveis focos de doenças, uma vez que não existe lixeiras nem pontos de coleta de lixo na praia, comprometendo a saúde do ambiente costeiro e dos seus usuários.

Um dos principais agravantes na praia do Atalaia, devido à ausência de fossas sépticas adequadas e visando economizar custos com limpezas dos tanques (a cada dois meses ou quando há necessidade, sob a responsabilidade dos proprietários), é a abertura, em alguns casos, das fossas que são lavadas pelas marés durante a preamar, aumentando o nível de coliformes termotolerantes e tornando a água imprópria para o banho em alguns períodos da maré (PINTO et al., 2011). De acordo com o mesmo autor, o índice de contaminação bacteriológica na área só não é maior devido à alta energia das águas costeiras (fortes ondas e correntes de maré) que logo dissipam os pontos de contaminação. O risco aumenta com o tráfego de veículos na praia que, para Speybroeck et al. (2006), gera perturbações diretas na fauna e na flora que habitam as zonas intersticiais do sedimento costeiro devido à compactação do solo pelos pneus.

Os problemas socioambientais em praias turísticas vêm crescendo de forma proporcional ao desenvolvimento urbano, principalmente para atender às atividades econômicas, entre elas o turismo, que se destaca com grande relevância. Por isso, estes ambientes têm se tornado foco de vários estudos (STEFFY; KILHAM, 2006, KLEIN; OSLEEB, 2010, OLIVEIRA; NICOLodi, 2012, PEREIRA et al., 2014), pois não é apenas um problema local, mas sim global. O caso da praia do Atalaia exige uma necessidade urgente de mudança

128 Grupos de bactérias indicadoras de contaminação, que toleram temperaturas acima de 40°C e reproduzem-se nessa temperatura em menos de 24 horas.

nas tomadas de decisões, não apenas por parte do poder público e órgãos competentes, mas de todos os atores sociais envolvidos.

O uso sustentável como equilíbrio entre o homem e a natureza

Segundo Teixeira e Oliveira (2015), com o crescimento das atividades turísticas em ambientes naturais, no caso deste estudo: a Praia do Atalaia, surge a necessidade de minimizar os impactos gerados pelo seu uso extremo e a busca por certa “sustentabilidade”. Seria esta então a estratégia a ser adotada para não degradar os recursos naturais e manter o desenvolvimento econômico de forma equilibrada?

De acordo com Taylor (1994) e Sachs (1995), a questão central da sustentabilidade é oferecer uma visão de desenvolvimento centrada na melhoria da condição humana e na conservação e manutenção da natureza. Essa composição será possível por meio da utilização dos recursos naturais sem causar poluição ao meio ambiente (SIRVINSKAS, 2005). Para que se atinjam as suas finalidades, de acordo com Gadott (1999, p.53), “[...] o desenvolvimento sustentável deve ser economicamente factível, ecologicamente apropriado, socialmente justo e culturalmente equitativo, sem discriminação”.

Não há dúvidas de que a praia do Atalaia produz uma parcela significativa de receitas para a economia do Estado e, imprescindivelmente, para o município de Salinópolis. Conservar, portanto, o principal fator responsável por esse desenvolvimento, a zona costeira local, é fundamental para o bem-estar da sociedade. Uma das formas de enfrentar e superar os problemas que atingem o meio ambiente natural está na incorporação da perspectiva da sustentabilidade no desenvolvimento, um desenvolvimento que seja ecologicamente equilibrado, que concilie o desenvolvimento da população com a preservação dos recursos ambientais, sendo necessária a utilização racional dos recursos naturais.

Será indispensável a conciliação entre a necessidade da preservação do meio ambiente, de um lado, e a necessidade de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, de outro. Para isso, faz-se necessário que se transforme o sistema econômico, político e práticas culturais na praia do Atalaia, não sendo possível haver uma mudança concreta sem a transformação das atitudes e dos comportamentos dos atores sociais envolvidos nesse cenário, principalmente quando a comunidade local não se reconhece como um agente transformador do ambiente natural, como constatado no presente estudo, o que se reflete na falta de conhecimento sobre o ambiente costeiro no qual estão inseridos, os processos naturais determinantes e as causas dos diversos problemas ambientais

existentes. A educação, portanto, será o meio para o alcance desses objetivos?

De acordo com Leff (2002),

Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento –, e também para a educação. Aprender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagens do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio (LEFF, 2002, p. 217).

O autor propõe, assim, o desenvolvimento de uma racionalidade ambiental, baseada em uma nova ética, embasada em princípios de uma vida democrática, com valores e identidades culturais que sejam capazes de mobilizar e reorganizar a sociedade como um todo, em busca da transformação das estruturas do poder e um efetivo desenvolvimento sustentável (LEFF, 2004). Explica ele que “os princípios de racionalidade ambiental reorientam as políticas científicas e tecnológicas para o aproveitamento sustentável dos recursos, visando à construção de um novo paradigma produtivo e de estilos alternativos de desenvolvimento” (LEFF, 2009, p. 30).

Isso só será possível por meio da educação para a formação de valores, habilidades e capacidades que possam orientar essa transição para a efetiva sustentabilidade, e a redução da degradação ambiental e do uso desenfreado dos recursos naturais, sem o efetivo cuidado com as consequências de cada ato. Conforme Leff (2002),

Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento –, e também para a educação. Aprender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagens do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio (LEFF, 2002, p. 217).

Nesse sentido,

A racionalidade ambiental não é a extensão da lógica do mercado à capitalização da natureza, mas a resultante de um conjunto de significações, normas, valores, interesses e

ações socioculturais; é a expressão do conflito entre o uso da lei (do mercado) por uma classe, a busca do bem comum com a intervenção do Estado e a participação da sociedade civil num processo de reapropriação da natureza, orientando seus valores e potenciais para um desenvolvimento sustentável e democrático (LEFF, 2004, p. 143).

Dessa forma, será através de uma nova percepção, com uma modificação profunda do modo de pensar e de agir desenvolvida a partir da educação ou saber ambiental, segundo Leff, de toda a sociedade, que se criarão novos valores, ou mesmo outros modos de vivenciar os valores existentes, desenvolvendo, a partir da razão, novos meios de utilização dos recursos naturais disponíveis.

Por fim, é necessário produzir um ambiente sustentável na praia do Atalaia, a partir de novas atitudes, com outros valores em termos de sustentabilidade e meio ambiente, participação nas tomadas de decisão, com uma visão voltada à conservação e a um melhor uso dos recursos naturais disponíveis, voltado não apenas para o consumo e seu uso indiscriminado.

A partir de posições concretas sobre como deve ser a ocupação da praia do Atalaia, do zoneamento ambiental, ordenamento territorial e do controle do uso turístico, é possível facultar às próximas gerações a possibilidade de usufruir não apenas da praia do Atalaia, mas dos ambientes costeiros brasileiros e mundiais, sendo eles um bem comum e direito de todos. Essas ações concretas dizem respeito à possibilidade de criação de área protegida, à urbanização (calçadas, saneamento) para estacionamento de veículos, evitando a entrada de veículos na praia, ordenamento das construções de barracas, vigilância sobre os condomínios construídos para a elite local e, principalmente, mudanças de atitudes de barraqueiros e turistas.

Conclusão

O processo de ocupação na praia do Atalaia ocorreu de forma desordenada e sem planejamento, mantendo-se até os dias atuais. O aumento da atividade turística e a busca por segundas residências ao longo dos últimos anos têm ocasionado perdas ambientais significativas, contribuindo para o aumento da erosão costeira e a contaminação do solo, água marinha e subterrânea, colocando em risco não só o equilíbrio ambiental, mas também a saúde dos moradores locais e usuários que utilizam essa praia para recreação.

Manter a recreação e o lazer, incentivando o crescimento turístico no local, se tornou imprescindível para a economia do município de Salinópolis, uma vez que esta é a principal fonte de renda local e áreas adjacentes, porém

é necessário que se tenha o ambiente costeiro em bom estado de conservação e atrativo para todos os que o frequentam ou pretendam visitá-lo. Deve-se ter sempre em vista, como advertem Polettee Raucci (2003), que muitos problemas resultantes do uso recreacional das praias podem não ser devido ao número de usuários, e sim ao seu comportamento, que, no caso da praia do Atalaia, contamina inclusive os proprietários de barracas que não se percebem como agentes poluidores. O desconhecimento sobre o ecossistema costeiro no qual estão inseridos, beneficiando-se tanto da oportunidade de lazer quanto da economia que eles proporcionam, corrobora para a falta de conscientização ambiental e consequente degradação dos recursos naturais. Somando-se a esses fatores, está a ineficiência da gestão pública.

Para que se alcance um equilíbrio entre o uso e a conservação de Atalaia, é imprescindível que, além de medidas preventivas emergenciais, por meio de políticas públicas adequadas e uma gestão eficiente da praia, se comece a retirar do papel o ordenamento do território e se desenvolva uma forma sustentável da atividade turística, de modo a envolver a participação de todos os atores sociais envolvidos.

Referências

BARTLETT, J.G.; MAGEEAN, D.M.; O'CONNOR, R.J. Residential expansion as a continental threat to U.S. Coastal Ecosystems. **Population and Environment: A Journal of Interdisciplinary Studies**. v.21, n.5, p. 429-468, 2000.
BEATLEY, T.; BROWER, D.J.; SCHWAB, A.K. **An Introduction to Coastal Zone Management**. Washington, D.C., USA: Island Press, 2002.

BELFIORE, S. The growth of integrated coastal management and the role of indicators in integrated coastal management: introduction to the special issue (Editorial). **Ocean & Coastal Management**, v. 46, n. 3-4, p. 225-234, 2003.

BRETON, F.; CLAPÈS, J.; MARQUÈS, A.; PRIESTLEY, K. The recreational use of beaches and consequences for the development of new trends in management: the case of the beaches of the Metropolitan Region of Barcelona (Catalonia, Spain). **Ocean & Coastal Management**, v.32, n.3, p.153-180, 1996.

BURAK, S.; DOGAN, E.; GAZIOGLU, C. Impact of urbanization and tourism on coastal environment. **Ocean & Coastal Management**, v. 47, n. 9-10, p. 515-527, 2004.

CICIN-SAIN, B.; KNECHT R.W. **Integrated coastal and ocean Management: Concepts and practices**. Washington, D.C., USA: Island Press, 1998.

CRAWFORD, T.W. Where does the coast sprawl the most? Trajectories of residential development and sprawl in coastal North Carolina. **Landscape and Urban Planning**, v.83, n. 1971-2000, p. 294-307, 2007.

GADOTT, M. **A terra é a casa do homem**. São Paulo: Segmento, 1999.

HARVEY, N.; CATON, B. **Coastal Management in Australia**. Melbourne, Australia: Oxford University Press, 2003.

IRTEM, E.; KABDASLI, S.; AZBAR, N. Coastal Zone Problems and Environmental Strategies to be Implemented at Edremit Bay, Turkey. **Environmental Management**, v.36, n.1, p.37-47, 2005.

KLEIN, Y.L.; OSLEEB, J. Determinants of coastal tourism: a case study of Florida beach counties. **Journal of Coastal Research**, v.26, n.6, p.1149-1156, 2010.

LAU, M. Integrated coastal zone management in the People's Republic of China. An assessment of structural impacts on decision-making processes. **Ocean and Coastal Management**, v. 48, p.115-159, 2005.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LINTON, D.M.; WARNER, G.F. Biological indicators in the Caribbean coastal zone and their role in integrated coastal management. **Ocean & Coastal Management**, v. 46, p.261-276, 2003.

MAC LEOD, M.; SILVA, C.P. DA; COOPER, J.A.G. A Comparative Study of the Perception and Value of Beaches in Rural Ireland and Portugal: Implications for Coastal Zone Management. **Journal of Coastal Research**, v.18, n.1, p.14-24, 2002.

MEA - UNEP in 2006. **Millenium Ecosystem Assessment**. Millenium Ecosystem Assessment, United Nations Environment Programme. Disponível em: http://www.unep.org/pdf/annualreport/UNEP_AR_2006_English.pdf

MORGAN, R. Preferences and Priorities of Recreational of Beach Users in Wales, UK. **Journal of Coastal Research**, v.15, n.3, p.653-667, 1999.

OLIVEIRA, M.R.L; NICOLODI, J.L. A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n. 1, p. 89-98, 2012.

PEREIRA, L.C.C.; GUIMARÃES, D.O.; COSTA, R.M. DA; SOUZA FILHO, P.W.M. Use and Occupation in Bragança Littoral, Brazilian Amazon. **Journal of Coastal Research**, Austrália, v. 50, p. 1116-1120, 2007.

PEREIRA, L.C.C.; PINTO, K.S.T.; COSTA, K.G., VILA-CONCEJO, A.; COSTA, R. M. DA. Oceanographic conditions and human factors on the water quality at an Amazon macrotidal beach. **Journal of Coastal Research**, v. 285, p. 1627-1637, 2012.

PEREIRA, L.C.C.; PINTO, K.S.T.; VILA-CONCEJO, A. Morphodynamic variations of a macrotidal beach (Atalaia) on the Brazilian Amazon Coast. **Journal of Coastal Research**, v. 70, p. 681-686, 2014.

PIRES, I.; CRAVEIRO, J.; ANTUNES, O. Artificialização do solo e Vulnerabilidade Humana em duas zonas sujeitas a processos de erosão costeira: casos de estudo da Costa da Caparica e Espinho (Portugal). **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n. 3, p. 277-290, 2012.

POLETTE, M.; RAUCCI, G.D. Methodological Proposal for Carrying Capacity Analysis in Sandy Beaches: A Case Study at the Central Beach of Balneário Camboriú (Santa Catarina, Brazil). **Journal of Coastal Research**, v. 35, p. 94-106, 2003.

RANIERI, L.A.; EL-ROBRINI, M. Evolução da linha de costa de Salinópolis, Nordeste do Pará, Brasil. **Pesquisas em Geociências**, v. 42, n. 3, p. 207-226, 2015.

SACHS, W. Global ecology and the shadow of “development”. In: SESSIONS, G. (Ed.). **Deep ecology for the 21st century**. Boston: Shambhala, 1995. p. 428-444.

SILVA, I.R.; BITTENCOURT, A.C.S.P.; MELLO E SILVA, S.B. DE; DOMINGUEZ, J.M.L.; SOUZA FILHO, J.R. Nível de Antropização X nível de uso das praias de Porto Seguro/BA: Subsídios para uma avaliação da capacidade de suporte. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 1, p. 81-92, 2008.

SIRVINSKAS, L.P. **Manual de Direito Ambiental**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

SMALL, C.; NICHOLLS, R. J. A Global analysis of human settlement in coastal zones. **Journal of Coastal Research**, v. 19, n. 3, p. 584-599, 2003.

SPEYBROECK, J.; BONTE, D.; COURTENS, W.; GHESKIERE, T.; GROOTAERT, P.; MAELFAIT, J.P.; MATHYS, M.; PROVOOST, S.; SABBE, K.; STEINEN, E.W.M.; VANLANCKER, V.; VINCX, M.; DEGRAER, S. Beach Nourishment: An ecologically sound coastal defence alternative? A review. **Aquatic conservation: Marine and Freshwater ecosystems**. v. 16, p. 419-435, 2006.

STEFFY, L.Y.; KILHAM, S.S. Effects of urbanization and land use on fish communities in Valley Creek watershed, Chester County, Pennsylvania. **Urban Ecosystem**, v. 9, p. 119-133, 2006.

TAYLOR, C. **Sources of the self: The making of the modern identity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

TEN VOORDE, M.; ANTUNES DO CARMO, J.S.; NEVES, M.G.; MENDONÇA, A. Physical and numerical study of “breaker types” over an artificial reef. **Journal of Coastal Research**, v. 56, p. 569-573, 2009.

TUNSTALL, S.M.; PENNING-ROUSELL, E.C. The English Beach: Experiences and values. **The Geographical Journal**, v. 164, n. 3, p. 319-332, 1998.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: REFLEXÃO SOBRE A CIDADE COMO PRODUTO TURÍSTICO

*Neila Cabral*¹²⁹

*Maria Lúcia Soares*¹³⁰

*Armin Mathis*¹³¹

Introdução

A interligação das economias em escala global produziu diversos efeitos, principalmente na forma como as cidades devem ser geridas. O aprofundamento dos problemas urbanos, aliado à criação de um ambiente de “crise” e associação de diversos atores, para Vainer (2002), produziu a emergência de um novo modelo de gestão de cidades, baseado na competitividade e eficiência empresarial: o estratégico.

O destaque do planejamento estratégico e das cidades na nova ordem mundial visa à consecução dos objetivos capitalistas de reorientação e acumulação de capital, de maneira a gerar oportunidades e ambiente favorável à iniciativa privada. Inúmeras são as técnicas utilizadas para convencimento da sociedade ao consumo, sobressaindo às políticas de *image-making* urbano (ARANTES, 2000). Para isso, o turismo, como atividade global, tem papel fundamental.

Neste sentido, o turismo surge como um típico produto da ideologia da globalização neoliberal (FAZITO, 2015, p. 117). Parafraseando Beni (2006), o turismo é a segunda atividade mais globalizada do mundo após a financeira, implicando impactos nas estruturas sociais, culturais e econômicas sobremaneira, nos quais, segundo Monforth e Munt (2009) apud Fazito (2015, p. 117), o fluxo turístico como fruto da rápida expansão das relações capitalistas transformou

129 Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil (2010). Professora do quadro permanente do Instituto Federal do Pará - IFPA.

130 Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília. Discente do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PGDSTU/Naea. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

131 Doutor em Ciências Políticas pela Freie Universität Berlin (1995). Professor adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. E-mail: armin.mathis@gmail.com

os lugares e a cultura em bens e serviços a serem consumidos por turistas, enquadrando-se perfeitamente na noção de empresariamento urbano de Vainer (2000), no âmbito do planejamento estratégico.

Nesse aspecto, o turismo aparece como instrumento de planejamento e gestão visando à promoção efetiva da cidade, influenciando as ações locais, principalmente, relacionadas à infraestrutura para que possibilite tornar a cidade um produto competitivo e efetivo.

Este artigo busca discutir a influência da globalização na gestão de cidades com a emergência do planejamento estratégico, fazendo uma reflexão do papel da atividade turística enquanto instrumento de competitividade no meio urbano.

O artigo utilizou a pesquisa bibliográfica como um conjunto ordenado de procedimentos: compilação, fichamento, análise e interpretação na busca por soluções, atento ao problema, não podendo ser, por isso, aleatório (LIMA; MIOTO, 2007), priorizando o recorte para o planejamento estratégico e o turismo no Brasil. Os autores foram selecionados com base no método dialético, por trabalhar com contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários (LIMA; MIOTO, 2007 apud IANNI, 1988); bem como pela relevância das contribuições à problemática em tela, encontradas nas análises de Borja e Forn (1996), Harvey (1996), Borja (1997), Fernandes (2001), Sánchez (2003), Irazábal (2005), Moura (2007), Vainer (2009), Coriolano e Sampaio (2012) e Fazito (2015).

As reflexões apontam para o direcionamento proposital do planejamento estratégico como a única solução para as cidades, evidenciando latentemente um jogo de forças, anseios, poder e omissões que culminam na associação de empresários, elites globais e locais, políticos e técnicos do planejamento urbano e no convencimento da sociedade, através da construção/reconstrução de uma imagem e projeto de cidade e utiliza o turismo como ferramenta de desenvolvimento nesse processo.

Os resultados dos investimentos desse modelo de planejamento, tendo o turismo como indutor, reafirmam seu potencial como parte de um amplo e complexo sistema de relações, que responde às metas e aos interesses do capital, promovendo e empoderando os lugares e grupos seletos, o que exige cautela em sua utilização, sob pena de favorecer uma mentalidade pouco crítica e ampliar desigualdades entre os cidadãos, entre outros graves problemas.

A globalização e a gestão de cidades: as bases para a emergência de um novo modelo de planejamento

Para entender essa nova forma de planejar o meio urbano, procura-se neste artigo responder às seguintes perguntas: como a globalização tem exercido influência na realidade urbana de caráter local? Como são delineadas as políticas urbanas nesse contexto? Para dar suporte a essa discussão, elegeram-se autores como Borja e Forn (1996), Borja (1997), Harvey (1996), Vainer (2009) e Fernandes (2001). Adota-se o conceito de cidade a partir do espaço urbano local onde a vida cotidiana acontece com suas tradições, cultura e personalidades próprias, vinculadas ao processo de desenvolvimento urbano e regional. (FERNANDES, 2001).

As transformações econômicas e tecnológicas provindas com a globalização geram continuamente diferentes formas de ocupação dos espaços, interferindo na sociedade local e no poder local. Esse processo interferiu e interfere na economia mundial produzindo novas tecnologias nas relações de produção e consumo e na comunicação, promovendo mudanças sociais, como o aumento das desigualdades, a pobreza, o desemprego e a insegurança social. As grandes cidades passam a ter diferentes necessidades e, por conseguinte, exigem novas formas de gerir-las, sendo impactadas pelos reflexos desse processo de mudanças, como o aumento da competitividade na economia mundial (BORJA, 1995). O autor indica que a tendência à globalização dos processos sociais, econômicos, culturais e populacionais requerem a integração das políticas. Assim, Borja (1995) ressalta as cidades como protagonistas de nossa época, previu o século XXI como urbano, em que a maioria das ações de desenvolvimento econômico, social e cultural ocorreria nele.

Sobre essa constatação, Castro (2015) corrobora salientando que o processo de transformação e os conflitos gerados pelo capitalismo impactam a formação e a produção do espaço urbano, atingindo diretamente a formulação das políticas urbanas, o planejamento governamental e as estratégias de desenvolvimento econômico e social.

O espaço urbano, portanto, reage à globalização de formas distintas, pelas suas características culturais e sociais próprias. Faz-se necessário, assim, compreender como essa nova concepção baseada no progresso técnico e tecnológico, na redução da regulação dos fluxos financeiros, no aumento da competitividade entre as empresas e entre as cidades podem impactar direta e indiretamente o poder local, seus agentes e a sociedade. A forma de o poder público local atuar na comunidade aparece como um produto do processo dessa nova

ordem econômica global, que dimensiona novas referências para o funcionamento das bases econômicas das cidades e dos interesses econômicos hegemônicos, sendo uma nova forma de atuar, mas com os mesmos objetivos de renda e lucro. Funciona como um “ajuste reativo e subordinado a esses interesses hegemônicos”. Assim, mudanças são fatores que necessitam de um novo olhar e, por conseguinte, de novas formas de planejar e gerir espaços, culturas, sociedades (FERNANDES, 2001, p. 27).

A adequação às necessidades de mercado torna-se evidente, promovendo tomada de decisões urgentes e direcionadas. Para Borja (1997), as pequenas e médias empresas possuem uma rápida capacidade de renovação e articulação com as empresas maiores em uma rede externa e com o poder político no interior que possibilita o que denomina “funções de informação e promoção”, permitindo, assim, o pronto atendimento no sistema da cidade. Em contraponto às vantagens proporcionadas por essa nova concepção de gestão estratégica, movida pela competição, Fernandes (2001) demonstra uma preocupação com as estratégias globais que, a seu ver, provocam mais impactos negativos às populações urbanas pela ausência de limites e regulações dos fluxos financeiros nacional e supranacional.

Tanto o poder local quanto as sociedades necessitam adaptar-se a essa nova realidade. Fernandes (2001, p. 27-28) chama atenção para essa nova necessidade dos governos locais em desenvolver políticas de prevenção e antecipação dos problemas sociais, gerados pela nova economia que intensifica a exploração do trabalho e o emprego das tecnologias “superiores”, e que se fazem urgentes, com atuação espacial local, entendendo o espaço como um importante fator de acumulação de capital, em vez de estadual e regional. Nesse aspecto, identifica os parâmetros para essas ações do poder local com base nessa nova proposta do capitalismo mundial com o aumento e a configuração da competitividade mundial.

Em virtude de um cenário globalizado, do qual os problemas das cidades são influenciados, criados e/ou transformados pelas economias mundiais, Borja e Forn (1996) defendem a ideia de um planejamento de cidade a partir do protagonismo privado, desde a discussão até a execução das políticas públicas. Seus princípios são baseados na integralização das ações públicas nos objetivos urbanísticos, sociais, econômicos, culturais, de racionalização administrativa e de participação dos cidadãos; na definição de um projeto de cidade mobilizador de recursos, energias e ilusões; e na geração de um patriotismo da cidade (BORJA; FORN, 1996).

Nesse contexto, configura-se o planejamento¹³² na vertente estratégico, como necessário para reestruturação do espaço e dos mecanismos de gestão, em que a visão estatal é baseada na visão empresarial. Borja está entre os pioneiros na sistematização teórica do planejamento estratégico de cidades; através de consultorias internacionais ajudou a difundir o modelo a partir da experiência bem-sucedida de Barcelona.

O planejamento estratégico, desta forma, constitui-se como um instrumento que viabiliza a ação de um conjunto de agentes político-econômicos que se voltam à execução de projetos através de parcerias.

Contrários a esse ideário, muitos autores têm criticado o modelo de planejamento estratégico de cidades. Coriolano e Sampaio (2012) reportam-se a estas novas estratégias como ações neoliberais e novas formas de colonizar com conivência do Estado, que se comporta convenientemente, ora dentro, ora fora da produção capitalista.

Sobre esses aspectos, Harvey (1996, p.48), quando analisa o papel da urbanização nas transformações capitalistas, propõe uma explicação sobre o vínculo das transformações na origem e natureza dos processos urbanos. Nesse sentido, evidencia a configuração dos conteúdos burocráticos/administrativos nas práticas espaciais, com a produção de novas estruturas e as formas de ação do poder, financeiro e político. Ressalta a necessidade de uma nova proposta de gestão que necessita ser analisada em diferentes escalas espaciais: bairro, comunidade, cidade principal e subúrbio, região metropolitana, região, estado nacional, etc., e que o poder da organização do espaço provém de um complexo de forças impulsionado pelos variados agentes sociais; uma formação de coalizões políticas e alianças de classe em grandes metrópoles.

Corroborando com esta ideia e olhando para o Brasil, temos a experiência de Curitiba onde estudos identificaram também as contradições que emergiram desse processo, no que se refere à segregação socioespacial e o respeito diferenciado aos direitos humanos, perceptíveis no interior do próprio município, e de forma mais evidente entre este e os municípios vizinhos componentes de sua aglomeração. Outra importante constatação destes estudos foi a compreensão social quanto à imagem urbana de Curitiba, reveladora de uma aceitação com pouca crítica e muito orgulho, inclusive por moradores dos municípios vizinhos (MOURA, 2007).

132 Planejamento deve ser entendido como um processo através do qual se pode dar maior eficiência à atividade humana para alcançar, em um prazo determinado, um conjunto de metas estabelecidas. Compreende-se planejamento, antes de tudo, como um processo lógico que auxilia o comportamento humano racional na consecução de atividades intencionais voltadas para o futuro. (MIRANDA NETO, 1981 p. 59).

Planejamento estratégico: a visão de empresa na gestão da cidade e o turismo como política

A partir das constantes crises do capitalismo, as grandes cidades obtiveram centralidade no novo cenário mundial, tanto através do afloramento dos problemas urbanos e a sua incapacidade de dirimi-los quanto pelo fato de que essas cidades seriam as causas dessa crise, assim como a solução. Borja e Forn (1997) assinalam que os pontos principais que condicionam as cidades residem nas carências estruturais, decadência industrial, aumento do desemprego, diminuição da qualidade de vida urbana, aumento do déficit habitacional, dificuldades de acessibilidade às áreas metropolitanas e deterioração do patrimônio arquitetônico e cultural urbanos.

Fernandes (2001) assenta que a transformação das cidades em protagonistas na era globalizada do capital é uma das alternativas principais do capitalismo para a criação de ambientes profícuos às empresas. Todavia, tais aspirações apenas seriam possíveis a partir da inserção dos governantes locais em seus anseios. A interferência desse novo projeto para o planejamento e gestão das cidades se torna visível quando agências multilaterais e financiadoras do capitalismo passam a direcionar com mais frequência as políticas urbanas e os investimentos públicos.

Em uma perspectiva mais positiva desta lógica, Borja e Forn (1997) ressaltam que os problemas urbanos das grandes cidades, por serem corroborados entre si, necessitariam da criação de um ambiente de competição e cooperação intercidades. Os objetivos seriam manter ou aumentar suas capacidades de inovação e difusão. Um dos elementos centrais dessa nova fase residiria na transformação da cidade em “mercadotecnia”, de maneira que os gestores locais “venderiam” às cidades no intuito de gerar parcerias público-privadas, um dos pilares do planejamento estratégico (BORJA; FORN, 1997).

Vainer (2002) critica a mercantilização da cidade a partir de objetivos estritamente capitalista-empresariais, em que a cidade vise ao mercado externo e à maximização das demandas de localização. A finalidade desse planejamento seletivo é a atração de visitantes e usuários com poder de compra, excluindo-se a população local, imigrantes e refugiados pobres. Portanto, os problemas urbanos passam a ser pensados de outra forma, não visando à sua solução, mas sim encarados como externalidades negativas que interferem na imagem da cidade, devendo-se o city marketing urbano intervir. Nesta categoria, temos a presença do turismo como um dos principais setores impulsionadores da competitividade econômica local e um intensificador das ações de desenvolvimento.

O caráter neoliberal do planejamento estratégico é vislumbrado na desregulamentação e/ou privatização de determinados setores, implementação de uma gestão empresarial na estrutura pública, planejamento flexível e implementação de parcerias público-privada. Seu elemento norteador é a eficiência econômica, a qual influencia o planejamento, elaboração, execução e monitoramento dos seus projetos e ações (BORJA; FORN, 1997).

O enfoque da cidade como mercadoria evidencia um modelo de gestão e planejamento direcionado e influenciado pelo mercado, de forma que as soluções e problemas urbanos adviriam das relações capitalistas. A diminuição do poder político, instituído pela sociedade local, nas ações da cidade e o fortalecimento e autonomia desse novo modelo empresarial de planejamento pode significar retrocessos sociais, como diminuição da participação social nas prioridades urbanas e a descaracterização do patrimônio histórico sociocultural da cidade, o que se contrapõe às discussões de turismo sustentável (VAINER, 2002).

[...] não deixa margem a dúvidas: a expressão privada, apesar de uma ambigüidade permanentemente acionada, não se refere a interesses, indivíduos ou grupos privados em geral; tampouco remete ao privado enquanto esfera da vida social, em que estaria associada à ideia de particular, íntimo, pessoal- em oposição ao público (VAINER, 2002 p. 88).

Para Borja (1997), a visão de cidade-empresa é necessária para modificar o atual momento de dificuldade por que passam grandes cidades e transformá-las em protagonistas do cenário econômico; contudo, para isso, dever-se-ia solucionar alguns entraves: infraestrutura urbana, governabilidade, inserção de uma nova base econômica, qualidade de vida, e integração social. Para consecução desses objetivos, os governos locais devem ser dotados de certa autonomia para a introdução de um modelo de gestão compartilhado com a iniciativa privada, a qual proporia um projeto de cidade, estabelecendo as prioridades e os pontos de intervenção imediata, como no planejamento urbano (revitalização/redirecionamento do patrimônio arquitetônico e cultural urbanos).

Apesar de não haver consenso entre os especialistas, tem-se claro que esse modelo de gestão de cidades, baseado na mercantilização, não se restringe apenas a ações no âmbito administrativo, mas sim na cidade como um todo. Para sua implementação, necessário se faz a inserção de novos conceitos e separação do poder público e gestão da cidade. Há a inversão da lógica atual, na qual o governo da cidade se revestiria de instrumentos e capacidade de modificação da realidade econômica, de maneira que empresas ou conglomerados de empresas

se apropriariam dos bens coletivos e direcionariam os investimentos públicos (VAINER, 2002).

Para consecução desses objetivos, os estados-nacionais são ajustados e orientados para o desenvolvimento de planos visando à acumulação de capital e reinserção na nova ordem mundial, tendo a construção/modificação de ideologias papel fundamental. Os reflexos são imediatos: minimização do poder político; descentralização do caráter decisório; desregulamentação de políticas sociais; menor interferência e participação pública nos processos sociais; alinhamento com as políticas econômicas globais (FERNANDES, 2001).

Em nosso olhar, são óbvias as limitações de tal modelo, partindo da premissa de que enquanto a iniciativa privada é regida por princípios mais relacionados à lucratividade e à eficiência, limitando-se ao atendimento de necessidades específicas de parcelas da população, a pública deve sempre primar pelo bem-estar da coletividade.

Contudo, segundo Borja (1997), a concretização do projeto-cidade e a modificação da realidade de crise se daria a partir do acordo dos atores públicos e privados, visando a três pontos: a) aplicação imediata de ações previstas no plano de futuro da cidade; b) construção/transformação da imagem da cidade no plano local e internacional, de forma que seus habitantes se conscientizem e se insiram no processo; e c) questionamento do governo local, através do plano estratégico.

Vainer (2002) questiona o fato de que, ao se transformar a cidade em empresa, todos os seus problemas serão encarados por uma lógica capitalista. Em outras palavras, equivale dizer que a resolução dos entraves do desenvolvimento de uma cidade não se limita a uma visão de planejamento regido pela competitividade e produtividade, ou seja, por interesses do mercado. As dinâmicas social e urbana não são suficientemente explicáveis e resolvíveis pelo planejamento estratégico. A complexidade de variáveis atuantes nos diversos âmbitos da gestão de uma cidade não se esgota pela lógica empresarial de gestão. No entanto, ao se condicionar a cidade como empresa, os mais qualificados para sua gestão parecem ser os empresários.

Ao adotar o turismo como estratégia de gestão na promoção da cidade visando a diferenciá-la e a promovê-la, o caráter empresarial apresenta-se como alternativa única de ação. É um fenômeno considerado por vários autores como fundamental no processo de desenvolvimento de uma cidade e muitos gestores públicos têm seguido esse receituário. Contudo, constitui-se como uma estratégia bastante perigosa, pois, segundo Fazito (2015), o papel do turismo nesse conceito de desenvolvimento é exatamente o de transformar em bens de consumo aquilo que não é desejável. Para este autor, a modernização turística vê o tu-

rismo como a indústria mais adequada para ocupar lugares não modernizados.

Fernandes (2001) aponta que a recriação da imagem das cidades e sua centralidade na reconfiguração do sistema capitalista e a cooptação das lideranças locais são as principais armas do grande capital para prevalência dos fundamentos empresariais nas políticas urbanas. Apesar da consciência de que as grandes empresas e transnacionais são uma das principais responsáveis pelos impactos urbanos, direta e indiretamente, cada vez mais a lógica empresarial ocupa espaço na gestão de cidades.

Como um dos pontos centrais do planejamento estratégico, os “problemas” urbanos devem ser priorizados, com a execução de grandes obras públicas: gestão de programas de habitação; descentralização de competência nas áreas afins ao meio ambiente urbano; centralização da gestão do subsolo por empresas mistas, holdings ou consórcios criados; revitalização de áreas deterioradas, dando-lhes novas funcionalidades. Na acepção de defesa do planejamento estratégico urbano, Borja (1997) entende que os blocos urbanísticos, infraestrutura de serviços, transportes, comunicações, meio ambiente, social e cultural devem ser de competência dos agentes privados, devendo planejar, elaborar, executar e monitorar planos e ações, embora haja a participação dos agentes públicos locais e nacionais nesse processo, principalmente no financiamento de tais obras (BORJA, 1997).

Percebe-se que a lógica do planejamento estratégico em cidades, além de reorientar as prioridades de gestão, minimiza a interferência do poder político e social no governo da cidade, legítima novos atores: os empresários. Torna-se temerário pensar que os que possuem protagonismo como causadores dos problemas urbanos sejam os mesmos que planejarão e executarão os planos e ações na cidade. A própria noção de mercado requer o entendimento de que os interesses privados serão priorizados, em detrimento dos cidadãos. Tal cenário pode criar planos seletivos, visando à diferenciação social e níveis de intervenção, reforçando a ideia de um planejamento de cidade de e para empresários (VAINER, 2002).

Nessa visão, os investimentos públicos são direcionados para a satisfação e crescimento das políticas econômicas empresariais, influenciando a revitalização de áreas urbanas, o foco de políticas habitacionais, a criação de leis para a regulação do meio ambiente e o ordenamento territorial, as funções de uso do solo e, de certa maneira, a noção de quais funções sociais a propriedade deve ter. No que tange às políticas urbanas, tem-se claro que a prevalência da lógica capital e diminuição drástica do poder público promoveram uma maior diferenciação social e seletividade nas ações, exemplificados na implementação de projetos de revitalização urbana, os quais normalmente acontecem à revelia dos

interesses das populações de baixa renda (FERNANDES, 2001).

A transformação das grandes cidades em catalisador e concentrador da acumulação de capital e norteador das políticas urbanas se deu, por um lado, através da construção de um cenário político, social e econômico de crise global (VAINER, 2002) e, por outro lado, no direcionamento dos investimentos, por meio das agências multilaterais, restringindo os financiamentos às políticas econômicas de caráter global e unificando seus objetivos aos das empresas transnacionais e elites locais (FERNANDES, 2001).

Dessa maneira, o apelo ideológico no discurso de projeto de cidade é tido como um dos pilares do sucesso do planejamento estratégico, revertido na criação/transformação de um patriotismo de cidade, sendo condição e resultado desse projeto (VAINER, 2002). A uniformidade e precariedade na discussão social das políticas urbanas desse modelo não coadunam com um ambiente urbano democrático construído ao longo do último século, principalmente, visto que suas ações, normalmente, investem recursos públicos na valorização imobiliária para benefício das classes hegemônicas, aumentando o abismo e diferenciação social, por mais que as classes de baixa renda tenham benefícios indiretos (FERNANDES, 2001). A atividade turística surge como uma forma inovadora nesse processo de planejamento com dimensionamento empresarial.

O turismo como ferramenta no processo de planejamento estratégico e gestão das cidades

O turismo praticado nas grandes cidades é resultante da revolução industrial e foi formatado a partir das próprias demandas sociais produzidas na modernidade industrial, o que proporcionou ao poder hegemônico o direito à permanente inovação. Ele caracteriza-se como uma destas inovações, associado à necessidade de lazer produzidas pela sociedade de consumo. O fenômeno turístico possui inúmeras definições e interpretações elaboradas por vários autores; nossa opção para este artigo está baseada na fenomenologia e na teoria crítica que o define como um fenômeno altamente dinâmico, desenvolvido no tempo e no espaço por um indivíduo ou um grupo. Fenômeno turístico, portanto, seria algo que se mostra a si mesmo, tal como é, do modo que é (PANOSSO NETTO, 2011).

Para Harvey (2011, p. 143), as características de acumulação flexível impostas pelo capitalismo moderno com a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo geram novos setores de produção, formas de serviços financeiros, mercados e, sobretudo, inovação comercial, tecnológica e organizacional. Reforça ainda os reflexos na

[...] qualidade de vida urbana que se tornou uma mercadoria para os possuidores de dinheiro, como à própria cidade, em que atividades como o turismo, o consumismo, o marketing de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, e a perpétua dependência em relação à economia do espetáculo, tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano. Com uma economia que agora depende mais e mais do consumismo e do sentimento do consumidor como força motriz (é responsável por 70% da economia dos EUA contemporâneos, em comparação com 20% no século XIX), a organização do consumo pela urbanização tornou-se absolutamente central à dinâmica do capitalismo (HARVEY, 2011, p. 143).

Há uma relação intrínseca do turismo no processo de acumulação e circulação do capital da sociedade industrial, pelos dispêndios que se convertem em mais valia, provocados pelo seu funcionamento nos meios de hospedagem, nos transportes, etc. O lazer também, segundo Harvey (2011), transforma-se em mercadoria a partir do turismo. Parte da poupança individual é revertida em ações de lazer, e, por conseguinte, transforma-se em capital circulante, movimentando o turismo, sendo, portanto, mais um produto na economia capitalista. O turismo é, portanto, um fenômeno econômico, social, considerado por Lopes et al. (2012, p.106) “um projeto de sociedade que se apropria de espaços e os transforma segundo normas e valores que lhe são próprios e que transcendem os limites espaciais”. Citando Duhamel e Violier (2009), ele indica a existência de um processo seletivo de escolhas dos espaços para a realização das ações turísticas, provenientes de intenções produzidas de forma coletiva. É uma atividade fortemente utilizada por gestores, sejam eles públicos ou privados, no processo de desenvolvimento de uma cidade pelo seu potencial em gerar emprego, renda e, principalmente, pelo seu caráter multiplicador. Contudo, esta estratégia divide opiniões e tem recebido muitas críticas em função das consequências apresentadas, particularmente no caso brasileiro.

Brasileiro (2012), relata que, em especial no Nordeste, o turismo tem se apresentado como uma estratégia operada pelo estado, em seus mais diversos níveis da federação, para a promoção do desenvolvimento de alguns territórios. É fato que ainda a “ênfase desta centralidade do turismo tem recaído predominantemente no paradigma econômico, principalmente quando se trata das agendas dos governos locais, regionais ou nacional”.

Curitiba, no Sul do Brasil, também é um exemplo no qual a mídia, fundamentada em um conjunto de articulações, tem sido amplamente empregada para consolidar a imagem da cidade. Estudos revelam que os mecanismos de constituição da imagem urbana produziram um cidadão passivo a determinações impostas por um projeto decidido como sendo o único e o melhor para a cidade (IRAZÁBAL, 2005; SÁNCHEZ, 2003).

Os resultados dos investimentos em Curitiba baseados no planejamento estratégico e tendo o turismo como ferramenta reafirmam seu potencial como parte de um amplo e complexo sistema de relações, e não apenas como um fenômeno isolado, como bem menciona Moura (2006). Da mesma maneira que reforça sua imagem de atividade eminentemente capitalista, necessitando cautela em sua adoção.

Fazendo uma inferência à relação do papel promotor do governo local no turismo, citamos Borja (1989, p. 89), que apresenta algumas características importantes:

- a promoção da cidade no exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada em uma oferta de infraestrutura e de serviços;
- a articulação com outras administrações públicas e a cooperação público-privada como meios de realizar tanto a promoção externa citada quanto aquelas obras e serviços que os déficits acumulados, as novas exigências urbanas e a mudança na condição de metrópole exigem;
- a promoção interna para dotar seus habitantes de “patriotismo cívico”, de sentimento de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e capacidade de sonhar com o futuro da urbe;
- a inovação político-administrativa, para gerar múltiplos mecanismos de cooperação social e de participação do cidadão. O papel promotor do governo local consiste, em grande parte, em estimular e orientar as energias da população para o bem-estar coletivo e a convivência cívica.

Nesse sentido, a gestão do espaço turístico pressupõe uma relação direta com o planejamento urbano estratégico, sendo a atividade turística instrumento inovador para enfrentar a competitividade global imposta pela mundialização do capital. (ARANTES, 2000 APUD MARICATO; FERREIRA, 2002).

No entanto, faz-se necessário, neste sentido, refletir o modelo de desenvolvimento hegemônico orientado pela modernização. Segundo Fazito (2015),

o conceito de modernização propõe que o principal objetivo do exercício de desenvolvimento é gerar uma sociedade de altos níveis de consumo. Ele propõe um entendimento de desenvolvimento como um processo linear que opõe aquilo que é tradicional (atrasado, subdesenvolvido) do que é moderno (avançado, desenvolvido). O papel do turismo nesse conceito de desenvolvimento é exatamente o de transformar em bens de consumo aquilo que não é desejável. Lugares que não foram completamente ‘modernizados’ são vistos como ‘atrasados’, ‘exóticos’, ‘distantes’, ‘desconhecidos’; lugares para ‘aventura’ e ‘descoberta’. Lugares com essas características são explorados como destinos turísticos. (FAZITO, 2015)

E assim se consomem lugares na época antropoceno¹³³, em que o turismo, parafraseando Fazito (2015), se transformou simplesmente em um agente da modernização, uma indústria, que possibilita expansão de riqueza e renda aonde a indústria convencional não conseguiu chegar.

Considerações finais

O protagonismo das cidades na nova ordem econômica mundial ocorreu não visando à solução de seus inúmeros problemas, e sim sua inserção mais intensificada no modelo capitalista, funcionando como ambientes profícuos ao crescimento, acumulação e concentração de capitais. As bases para a insurgência das novas funções das cidades nesse cenário foram engendradas a partir da criação/aprofundamento dos problemas urbanos, enquanto ações direta e indireta do próprio sistema e a interferência nas políticas econômicas, sociais, urbanas, ambientais das cidades, vinculando a liberação de empréstimos ao atendimento de suas diretrizes globais.

O turismo praticado nas grandes cidades é, sobretudo, o resultado das demandas sociais produzidas na modernidade industrial, com a diminuição da jornada de trabalho, a ocupação do tempo livre em lazer e a transformação inovadora dos espaços urbanos em destinos com configurações turísticas. Por meio da gestão desse espaço utilizando o planejamento estratégico, a atividade turística surge como uma ferramenta inovadora no enfrentamento da competitividade global imposta pela mundialização do capital.

133 Antropoceno refere-se à emergência do conceito de uma nova proposta de periodização geológica a suceder o Holoceno. O Antropoceno coloca o “humano” como referente causal das grandes mudanças ocorridas no planeta, seria a primeira grande fase da história da terra criada por uma única espécie atuando coletivamente. Este tema suscita múltiplos campos de problematização e debates. A este respeito, ver CRUTZEN; STOERMER (2010); DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO (2014); LATOUR, B. (2013).

A partir da criação de um ambiente de “crise”, os modelos de gestão das cidades foram sendo compelidos à ideia de fracasso, sob o argumento de não serem competitivos e eficientes e não resolverem os problemas urbanos, como desemprego, desigualdade social, etc. O planejamento estratégico surge, então, como “solução”, imprimindo os preceitos e valores empresariais na administração das cidades. Contudo, entende-se que tal modelo não visa ao atendimento das necessidades das maiorias das populações urbanas, mas sim a reprodução do capital e afloramento das tensões e dessemelhanças sociais. O próprio caráter empresarial-privado da gestão condiciona a participação e decisão de poucos na elaboração e execução das políticas públicas (empresários), fomentando um ambiente urbano seletivo e antidemocrático.

O direcionamento proposital do planejamento estratégico como a única solução para as cidades evidencia latentemente um jogo de forças, anseios, poder e omissões que culminam na associação de empresários, elites globais e locais, políticos e técnicos do planejamento urbano e no convencimento da sociedade, através da construção/reconstrução de uma imagem e projeto de cidade. E, neste contexto, o turismo tem aparecido como elemento focal na elaboração de estratégias e metas para competitividade. E, portanto, como parte do planejamento estratégico; neste sentido, também se constitui em um modelo excludente, privilegiando o econômico em detrimento do social.

Portanto, e para concluir, o que se tem visto como política para o desenvolvimento das cidades (na perspectiva de planejamento estratégico), a partir do turismo, é exatamente a reprodução do modelo hegemônico aqui tratado, embora, muitas vezes, cortinado de políticas públicas de inclusão social nos espaços locais que se apresentam com uso inapropriado e mera retórica, como turismo alternativo e sustentável.

Referências

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes.2000.

BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão Europeia e Latino-americana. In: FISHER, TANIA. (Org.). **Cidades contemporâneas, cidades estratégicas e organização local**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.1997. p.79-99.

_____; FORN, M. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. **Espaço & Debate**, São Paulo: NERU, Ano XVI, (39), 1996. p. 32-47.

CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. (Org.). **Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 225-246.

CORIOLOANO, L. N.; SAMPAIO, CAC. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In BRASILEIRO, MDS., MEDINA, J.C.C.; CORIOLOANO, L.N. (Org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 49-73.

CRUTZEN, P.; STOERMER, E. **Have we entered the “Anthropocene”?** 31 out. 2010. Disponível em: <<http://www.igbp.net/news/opinion/opinion/havewe-enteredtheanthropocene.5.d8b4c3c12bf3be638a8000578.html>>. Último acesso em: 28 ago. 2017.

DANOWSKI, D.; CASTRO, E.V. DE. L'arrêt de monde. In: HACHE, E. (Org.). **De l'univers clos au monde infini**. Paris: Editions Dehors, 2014. p. 221-339.

FAZITO, M. Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. R. M. (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p.108-126.

FERNANDES, A. C. “Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo”. **Espaço & Debate Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, Ano XVII, p. 41. 2001.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debate Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo: NERU, Ano XVI, (39), 48-64, 1996.

_____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. In: **David Harvey**; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.

IRAZÁBAL, C. **City Making and Urban Governance in the Americas**. Curitiba and Portland. Aschgate, University of Southern California, 2005.

LATOUR, B. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 57. p. 10-31. 2014.

LIMA, T., MIOTO, C. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. 10. p. 37-45. 2000.

LOPES, A. O. B.; TINOCO, D. S.; ARAÚJO, R. M. Turismo como vetor de desenvolvimento local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer. **Revista Turismo em Análise**. (23)1. 2012.

MIRANDA NETO, Manoel José de. **A crise do planejamento**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1981. 199p.

MOURA, R. O Turismo no Projeto de Internacionalização da Imagem de Curitiba. **Turismo - Visão e Ação**. Itajaí. v. 9 p. 341-357. 2007.

PANOSSO NETTO, A.; CASTILLO NECHAR, M. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 8(1), p. 120-144, 2014.

RUIZ, T., GÂNDARA, J. O Planejamento Urbano e a Competitividade de Destinos Turísticos: uma análise desde a perspectiva do Modelo de Dwyer e Kim. **Revista Turismo em Análise**, 25(3), p. 580-607.2014.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2003.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; E. MARICATO. (Org.). **A cidade do planejamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes. 5. ed., 2009. p. 75-103.

GESTÃO EMPRESARIAL E SUSTENTABILIDADE ENQUANTO MERCADORIA: O CASO DE PARAGOMINAS (PA)

*Adriana Nunes*¹³⁴

*Cesar Maurício de Abreu Mello*¹³⁵

*Rosa Elizabeth de Acevedo Marin*¹³⁶

Introdução

A literatura sobre o urbano na Amazônia examina com acuidade os processos de ordenamento territorial e as configurações das cidades ribeirinhas da colonização portuguesa, deslocadas pelo modelo da cidade de estrada (ferroviária, rodoviária) desde décadas finais do século XIX, processo que se intensifica nos anos sessenta do século passado (CORREA, 1987; PORTO GONÇALVEZ, 2001; TRINDADE JR., 2015a; 2015b).

A instalação do município de Paragominas está diretamente relacionada com as intervenções da colonização. Colonos pioneiros que chegaram antes da abertura da rodovia Belém-Brasília realizaram a ocupação de áreas de floresta. A intenção central da abertura da estrada era promover a ocupação e a integração da Amazônia com o restante do território brasileiro, através da abertura de grandes rodovias com vistas à exploração dos recursos naturais disponíveis que viabilizasse a integração da região à política de desenvolvimento nacional (COSTA, 1992); (OLIVEIRA, 2012). A construção da rodovia Belém-Brasília (BR 010), inaugurada em 1965, com o intuito de ligar a nova capital federal (Brasília) à capital do estado do Pará (Belém) está diretamente articulada ao Plano de Integração Nacional (PIN), do Governo Federal, o qual provocou novo ordenamento territorial ao longo do seu traçado, com o surgimento e o

134 Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (UFPA) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA)

135 Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (IFCH/UFPA) e doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA)

136 Socióloga, Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA)

crescimento de vários núcleos. Valverde e Dias (19) escrevem pormenorizada-mente sobre o adensamento às margens da Belém-Brasília.

Situado a cerca de 300km da capital do Pará, Paragominas, desde sua origem, experimentou várias concepções de desenvolvimento propostas e implementadas na Região Amazônica. Na história do município, registra-se uma economia com incidência forte sobre os recursos naturais, iniciada a partir de grandes incentivos governamentais para o desenvolvimento da pecuária.

Após o auge dessa atividade, iniciam-se a extração de madeira e a produção de carvão, e, por conseguinte, os alarmantes índices de desmatamento que marcam a história do município. Nesse interregno, a pecuária extensiva pressionou a pequena agricultura, somando-se às demandas por recursos madeireiros, no discurso de constituir-se como “Polo madeireiro”. A dinâmica econômica mais recente está baseada na mineração, na agricultura de soja para exportação e no denominado reflorestamento.

A partir dessa base econômica, o município cresceu de forma “desordenada”, com elevadas taxas de desmatamento e poluição ambiental, precários indicadores de desenvolvimento humano e com índices alarmantes de criminalidade que a fizeram ser conhecida nacionalmente por alcunhas depreciativas como “paragobala” e “paragolama”, entrando no século XXI com muito pouco a comemorar.

Com efeito, a partir do final da década de 1990, Paragominas passa a ser administrado com base em uma nova visão empresarial, na qual a produção de *commodities* agropecuárias voltadas ao mercado externo, uma vez associada ao paradigma da sustentabilidade (estendida ao seu ápice no que veio a conformar-se como “município verde”) contribuiu significativamente para revalorizar estes produtos – anteriormente desvalorizados pela imagem negativa do desmatamento – no mercado global, oxigenar a economia municipal e transformar a realidade local. Nesse sentido, é emblemática a especificidade que o município adquire no contexto de capitalismo periférico do qual o Brasil está englobado, em que se verifica a especialização das áreas produtoras de *commodities* voltadas à sua produção e comercialização.

A partir dessas primeiras constatações, percebeu-se uma correspondência entre o novo modelo de gestão de Paragominas e as ideias de Vainer (2009) ao tratar da estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano, haja vista os dois elementos principais articulados na abordagem do autor. O primeiro se refere ao discurso utilizado por tal modelo, o qual se estrutura basicamente sobre a paradoxal articulação de três analogias constitutivas que colocam a cidade como uma mercadoria, como uma empresa e como uma “pátria”, a fim de alcançar o objetivo final do consenso da população; e o último afirma que “este

projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (VAINER, 2009, p. 77-78).

Apesar de a dinâmica urbana de Paragominas estar intimamente relacionada com o desenvolvimento econômico e com as mudanças sociais ocorridas nas duas últimas décadas, entende-se que não ocorreu um planejamento estratégico urbano. Contudo, as estratégias empresariais e processos discursivos que se estruturam no percurso de gestão e marketing das cidades que implementam este tipo de planejamento muito se assemelham ao que ocorreu em Paragominas para promover o município sustentável. Contudo, no caso de Paragominas, o produto a ser “mercadejado” não diz respeito somente ao urbano, mas também à configuração de município como um todo, após estruturada a nova lógica da sustentabilidade.

Nessa trajetória questiona-se: de que maneira esse novo modelo de gestão municipal, baseado em estratégias de gestão empresarial e na promoção do paradigma da sustentabilidade, impactou Paragominas?

Desenvolvimento estribado nos recursos naturais

A história da fundação de Paragominas é também bastante díspar pela presença de um personagem central, o mineiro Célio Resende de Miranda. De acordo com registros do município, após ouvir falar das imensas riquezas paraenses e do clima propício à agropecuária e obter informações acerca dos planos de Juscelino Kubitschek de construir a BR-010, Célio sobrevoou, em 1958, o estado do Pará, estudou vários pontos e, literalmente, escolheu, entre os rios Gurupi e Capim, o lugar onde fundaria o município. Posteriormente, procurou o Presidente a fim de obter autorização para implantar seu projeto.

O presidente, por sua vez, motivado a evitar a invasão das terras por estrangeiros ou aventureiros e ocupar a fronteira amazônica, concedeu a autorização, que foi entregue ao governador do Pará, na época Jarbas Passarinho. Nesse documento, Juscelino solicitava ao governo paraense que fosse cedida a Célio Miranda a gleba de terra por ele escolhida. E, além de receber a concessão da terra, o mineiro foi presenteado com uma planta elaborada pelo urbanista Lúcio Costa, a qual havia concorrido, junto com outros, para o projeto de construção de Brasília, classificando-se em 4º lugar. Assim, por meio de recursos arrecadados com a venda das glebas que recebeu, Célio Miranda iniciou a construção da cidade (PREFEITURA PARAGOMINAS, 2014).

Planejada, portanto, com vistas à produção pecuária, a remoção da floresta foi condição necessária para a efetivação desse primeiro projeto de desenvolvimento de Paragominas, o que marcou em definitivo a história do município, que ficou conhecido como um dos maiores desmatadores da Amazônia.

Para Pinto et al. (2009), as condições locais para a construção do município de Paragominas exerceram papel de destaque na estruturação da economia e da sociedade local em formação, desde a sua origem. As políticas públicas de ocupação do território amazônico, entre 1960 e o final dos anos 1980, a localização do município às margens da rodovia Belém-Brasília (o mais importante eixo rodoviário da Amazônia oriental), a ampla oferta de terra, a migração de agentes “qualificado e/ou empreendedor” e, por fim, os grandes estoques de recursos naturais de alto valor comercial (madeira e minério), influenciaram a origem das atividades econômicas do município, bem como seu dinamismo e suas problemáticas ambientais.

Nesse ínterim, Paragominas tornou-se o maior produtor de bovinos do estado do Pará, condição que manteve entre 1983 e 1992 (VERÍSSIMO et al., 1996). Todavia, perdeu grande espaço para a agricultura monocultora nas últimas duas décadas. Em 2013, possuía apenas o décimo quinto maior rebanho do estado do Pará, o que também se justifica por essa atividade passar a dividir espaço com a cultura da soja.

O setor madeireiro em floresta nativa passa, da mesma forma, por evolução e queda na história de Paragominas. Esta se inicia efetivamente a partir de 1980, momento em que os generosos incentivos governamentais dados à pecuária começam a cessar e a fertilidade de grandes áreas de pastagem a se esgotar, apresentando-se como alternativa de geração de renda e de financiamento da própria pecuária (VERÍSSIMO et al., 1996; MATTOS; UHL, 1996).

Paragominas permaneceu, durante as décadas de 1980 e 1990, como o maior produtor de madeira em tora oriunda de floresta nativa do estado do Pará, com uma produção de cerca de 2,3 milhões de metros cúbicos no ano de 1990, o equivalente a 20% da produção do Pará, e era considerado também o maior polo de produção de madeira do Brasil. No início dos anos 1990, havia em Paragominas 137 serrarias explorando e serrando madeira nativa, o que correspondia a 15% da produção de madeira na Amazônia (VERÍSSIMO et al., 1996).

Por consequência, outra atividade econômica extremamente relevante no município até poucos anos atrás era a produção de carvão vegetal. Segundo Pinto et al. (2009), a produção de carvão vegetal em Paragominas foi uma atividade que se desenvolveu paralelamente à extração de madeira e sua demanda deve-se, sobretudo, à ação de siderúrgicas do polo de Marabá e do Maranhão para a produção de ferro gusa. O município era o maior produtor do Pará em

1990; posição que manteve até 2003, ano em que atingiu seu pico de produção, totalizando 506.888 toneladas de carvão vegetal, o equivalente a 64% da produção paraense. De 2005 a 2009, a produção foi supostamente inferior a 1 tonelada de carvão por ano, ficando abaixo da amostragem coberta pela IBGE.

A combinação das atividades econômicas mencionadas acima, como base econômica de Paragominas por mais de meio século, resultava em uma cidade constantemente enfumaçada, empobrecida, caracterizada por uma população doente, com níveis de violência altíssimos – próprios das disputas pela posse da terra, muito presentes nesse período.

Por vários motivos, incluindo a crise do padrão de financiamento do Estado, determinada pela falta de recursos internos e pela insuficiente capacidade de captação de recursos externos, as estratégias desenvolvimentistas não obtiveram os resultados esperados. Foi a partir dos anos 1990, com a política de abertura comercial e a prioridade dada à chamada “inserção competitiva” do país, que a globalização veio reforçar a tendência à “especialização” das regiões, orientando a dinâmica econômica nacional, integrando/desintegrando diferentes porções do território ao mercado-mundo, o que coloca a Região Amazônica novamente em foco (ASCERALD, 2004a).

Dessa feita, Paragominas evidencia sua forma de inserção no mercado globalizado, enquanto lócus de projetos econômicos próprios dos países que compõem o capitalismo periférico – estribados na exploração predatória de recursos naturais e no modelo exportador de matérias-primas – a exemplo da pioneira pecuária, ou, mais atualmente, como fornecedor de bauxita (com a terceira maior mina do mundo) e maior produtor de soja do estado do Pará.

Segundo Little (2006), tal contexto explica duas das mais importantes forças contemporâneas: a vertiginosa aceleração do processo da globalização e a crescente gravidade da crise ambiental no plano mundial.

Esses fatores atuam diariamente no crescimento e no desenvolvimento do município, haja vista que, nessa versão contemporânea de divisão internacional do trabalho, o papel de países exportadores de matéria-prima como o Brasil mostra-se acentuado.

O município ainda mantém a pecuária forte, mas se destaca, sobretudo, na agricultura, na mineração e no reflorestamento. São relevantes o cultivo do milho, do arroz, da mandioca e da pimenta-do-reino, mas o maior foco da produção agrícola atual é a soja.

O grão entra no município em 1996, mas seus registros no IBGE só aparecem a partir de 2004, com produção de 9.777 toneladas/ano. A partir de então, vem avançando de maneira acelerada na economia municipal, e a partir de 2013 ganhou ainda mais força, pois a produção dessa oleaginoso movimentou cerca

de R\$ 214 milhões, três quartos de toda a renda gerada pela agricultura no município, apresentando-se como o principal projeto econômico do município. (RAMOS, 2014).

O agronegócio, que constitui um importantíssimo setor da economia brasileira¹³⁷, é, por sua vez, o grande responsável pelo PIB do município. O PIB mais recente de Paragominas (2011) foi de 1.315.898 milhão de reais (a preços de mercado corrente), o que corresponde a 1,49% no PIB estadual, ficando na 11ª posição entre os 144 municípios do Estado. Nesse cenário, o setor de serviços (transporte, comunicação e comércio) foi o que mais contribuiu com a renda do município, sendo responsável por 557.032 mil reais, a indústria por 537.961 mil reais, a agropecuária com 116.405 mil reais e os impostos sobre produtos líquidos de subsídios completam o total, com 104.501 mil reais (IBGE, 2014).

No que se refere ao setor mineral, o município possui a terceira maior mina de bauxita do mundo e uma reserva estimada em 2 bilhões de toneladas. Essa reserva começou a ser explorada em 2007 e, em 2008, respondia por 10% da produção anual de bauxita do Pará (PINTO et al., 2009). O potencial de produção se mostra extremamente representativo, haja vista que Paragominas produz atualmente cerca de 9 milhões de toneladas de bauxita por ano, o que representa em torno de 27% do total de cerca de 33 milhões de toneladas produzidos pelo Brasil, e as reservas mundiais de bauxita somavam 25,8 bilhões de toneladas, em 2012 (DNPN, 2014).

Quanto ao reflorestamento, este é recente no município, tendo surgido como alternativa para a recomposição de Reserva Legal em algumas propriedades e/ou como mais uma atividade econômica de base florestal indicada para áreas totalmente abertas. Além de algumas iniciativas individuais, também existem no município grandes áreas e projetos de reflorestamento, entre eles: o Grupo Concrem; o Projeto Vale Florestar, da Companhia Vale; o Paragoflor, com predominância do reflorestamento com paricá e eucalipto. (PINTO et al., 2009).

Em 2014, Paragominas contabilizou 6.069 ha licenciados em planos de manejo florestal, com um volume de 157.538m³ de madeira produzida. Foram ainda licenciados outros empreendimentos ligados à produção de madeira, como a silvicultura (35.346ha); silvipastoril (1.949ha); agrossilvicultura (2.310ha) e agrossilvipastoril (2.076ha). A prefeitura municipal de Paragominas (2014) estima que já foram plantadas cerca de 50 milhões de árvores.

O eclodir e o enfraquecimento de diferentes atividades econômicas – sempre sustentadas na exploração dos recursos naturais foram determinantes nas

137 A agricultura e o agronegócio no Brasil contribuíram com 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2017, a maior participação em 13 anos, estimou a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/participacao-do-agronegocio-no-pib-e-a-maior-em-13-anos-estima-cna.ghtml> >

modificações pelas quais passou o município nos últimos anos, mas, diferentemente de outras unidades administrativas amazônicas, Paragominas vem evitando o colapso econômico.

Barbosa (2009, p. 4) chama atenção para o fato de que

A maioria dos municípios amazônicos e nordestinos, do Brasil, caracteriza-se por apresentar um desenvolvimento cíclico, ou seja, manifestam inicialmente um crescimento econômico, normalmente, como resultado da exploração dos seus recursos naturais, o qual se caracteriza por baixo nível tecnológico empregado nos sistemas produtivos; por uma dispersão dos novos investimentos, oriundos da acumulação de capital dessa produção; em seguida, ocorre um declínio das atividades economicamente produtivas; na terceira fase sucede uma estabilização, às vezes, com um leve crescimento da economia.

No entanto, o mesmo autor adverte que a cidade de Paragominas tem fugido a essa regra, pois conseguiu, ao longo dos anos, mesmo com altos e baixos, manter-se no cenário econômico nacional.

Todavia, essa espécie de salvamento ocorreu por estratégias políticas habilmente elaboradas. No decorrer das mudanças sofridas, Paragominas implementou um novo projeto de desenvolvimento que tem interferido diretamente no sucesso dos números da economia. Segundo Aviz e Albagli (2011, p. 1693), “Teve lugar, então, desde o início dos anos 2000, um movimento para novas alternativas de desenvolvimento “sustentável”¹³⁸.

Sob essa perspectiva, destacam-se neste artigo os argumentos sobre a gestão empresarial e constituição da cidade-mercadoria como proposta de política municipal, desenhada *pari passu* à construção da representação desta unidade administrativa como “município verde” do estado do Pará e as modificações por ela trazidas.

Uma visão “empresarial” da gestão municipal

A breve história de Paragominas sempre esteve associada a atividades econômicas baseadas na extração de recursos naturais, bem como em um dos

138 O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. No entanto, conforme nos alerta Aviz e Albagli (2011, p. 1693), vem sofrendo diversos questionamentos por supor um “consenso” sobre a questão ambiental e sobre o desenvolvimento.

mais representativos alicerces do capitalismo, seja no espaço rural ou urbano: o estabelecimento da propriedade privada. Essa característica permanece viva; contudo, enquanto outrora a criação da cidade e o primeiro projeto econômico foram executados por empreendedores privados com generosos incentivos do governo federal, atualmente, o que ocorre é a dominação de capital privado estrangeiro no que se refere a uma economia voltada para a exportação de *commodities* e a empresas e empreendimentos que se instalaram localmente em torno dessa atividade.

Trata-se de reflexo direto da globalização e de um modelo econômico que se apoia no “efeito China”¹³⁹, caracterizado pela grande demanda por *commodities* no mercado internacional e defendido na América Latina, o que acaba por direcionar todo o projeto de desenvolvimento econômico do município neste sentido.

No caso de Paragominas, o intenso movimento de investimentos externos e a instalação de empresas estrangeiras, relacionadas sobretudo à produção e à comercialização da soja, foi intensificado desde a execução do “Projeto: Paragominas Município Verde”. A partir daí o município, que até então sofria uma série de sanções devido aos altíssimos índices de desmatamento, passa a ser administrado com base em uma nova visão empresarial, estrategicamente elaborada para “mercadejar” a sustentabilidade.

No bojo dessa trajetória, dois momentos recentes de sua história tiveram grande influência e merecem destaque pela contribuição na aceleração, elaboração e execução de tal projeto. O primeiro, quando esteve na “lista dos maiores desmatadores da Amazônia” e passou pela operação Arco de fogo, entre 2008 e 2010. Com a Resolução 3.545/2008 do Conselho Monetário Nacional, o financiamento para propriedades rurais passou a exigir a regularização ambiental da propriedade. Assim, os municípios que compunham a lista do MMA ficaram sob o embargo do Governo Federal, sofrendo como principais consequências a negativa de crédito e a impossibilidade de escoar a produção do município até que apresentassem documentos que atestassem a condição ambiental da propriedade.

O segundo momento relevante ocorreu a partir da necessidade de resolver a situação engendrada, quando a gestão pública municipal empreendeu o “Pacto pelo Desmatamento Zero”, o “Pacto pelo Produto Legal e Sustentável”, e, em seguida, o “Projeto Paragominas Município Verde”.

Os pactos foram acordos realizados para resolver o desmatamento que causou grande prejuízo à imagem do município e foram celebrados entre a Prefei-

139 A China, representa 47% do mercado de soja de Paragominas, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2015).

tura e os empresários do setor agropecuário e florestal, ainda em 2008. Ao mesmo tempo, o projeto “Município Verde” se propôs a modificar as práticas agropecuárias do município, desenvolvendo-as de modo mais sustentável e a construir uma outra imagem para o município, o que ocorreu por meio de um discurso ambientalizado. Em 2009, entraram no projeto o Fundo Vale, as ONGs Imazon e TNC (parceiras da empresa) e a Universidade de São Paulo Esalq/USP.

Em relação aos principais elementos do “Programa Paragominas Município Verde”, podemos enumerar: 1) Criação de um código ambiental para o município; 2) Criação do Observatório Ambiental que realizava o monitoramento da qualidade ambiental do município; 3) Pacto entre o Fundo Vale, as ONGs Imazon e TNC e o Sindicato dos Produtores Rurais para a implantação do Projeto “Pecuária Verde”, voltado ao desenvolvimento de tecnologias “verdes” para a pecuária”. (IMAZON, 2011).

As principais vantagens de tornar-se um município verde são: a segurança jurídica: “o cumprimento das leis ambientais reduz a possibilidade de sanções como multas ou embargos econômicos”; a atração de investidores: “ser um Município Verde é um diferencial de mercado e torna atrativa a chegada e permanência de bons investidores”; incentivos creditícios: “a nova visão dos municípios em relação às questões ambientais e sociais poderia criar as condições necessárias para acesso ao crédito, fomento e assistência técnica rural”; desembargo e regularização: “articulação no Ministério do Meio Ambiente e IBAMA do desembargo e regularização das propriedades rurais”. (IMAZON, 2011, p. 4)

Segundo Costa e Fleury (2015), a questão fundamental no Projeto Municípios Verdes é a revalorização de áreas e atividades desvalorizadas pelo desmatamento, como a pecuária e a monocultura agrícola, recolocando as mesmas atividades econômicas do passado (agora acrescidas da silvicultura) no mercado como prática de “desenvolvimento sustentável”, valorizadas por métodos ditos “ambientalmente corretos”. Reconhecida a importância de se trabalhar conforme os padrões legais em termos ambientais, o discurso dos novos projetos para essa área aparece como solução para os problemas gerados pelas políticas de frentes pioneiras, e isso faz uma grande diferença em termos de legitimidade das atividades econômicas e políticas do período atual, em que esses critérios de “ambientalmente correto” fortalecem-se nas diversas escalas geográficas e legitimam a ação do capital.

Os autores acrescentam que convênios assinados com agentes financeiros especializados em negociação de capital derivado de projetos de “desenvolvimento sustentável”, o que ocorreu com o “Projeto Paragominas Município Verde” e o Banco da Amazônia, Bolsa Verde do Rio de Janeiro e do Programa Cidades Sustentáveis durante a Conferência Mundial da ONU no Rio de Janeiro.

ro, em 2012 – a RIO + 20, podem facilitar a negociação de produtos rurais dos “municípios verdes” no mercado de capitais, especialmente da soja, que é uma *commodity* de valorização no mercado.

Essa configuração do projeto em comento se aproxima bastante das características criticadas por Vainer (2009, p.78, 79, 80 e 81) acerca da cidade-mercadoria. O “município verde”, da mesma forma que a cidade-mercadoria dos planejamentos estratégicos urbanos, foi idealizado como uma alternativa para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais quando outras cidades também estão à venda, e na qual o atributo a ser vendido é o município das atividades econômicas sustentáveis, já que atualmente tais práticas se constituem “insumos valorizados pelo capital transnacional”. O “mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria”, o que, por sua vez, também ocorre com as exigências para aquisição de *commodities* e instalação de empresas que com elas trabalham em relação a não serem produtos de desmatamento, demandando, assim como a cidade mercadoria, a imagem de município justo e democrático.

No que se refere à segunda analogia, ver a cidade como empresa significa “concebê-la e instaurá-la como agente econômico, que atua no contexto de um mercado; agir estrategicamente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir de informações geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais seus sentidos abstratos que vêm do mundo empresarial”. No Projeto Município Verde fica bem evidente o foco no mercado da sustentabilidade, dos produtos verdes, nas práticas ecologicamente corretas.

Já as parcerias que se conformaram para a celebração dos pactos fazem lembrar outro aspecto apontado por Vainer (2009, p. 88 e 89): o “fim da separação rígida entre o setor privado e público”. Entretanto, o significado real dessa parceria trata da participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e à execução das políticas. “A analogia cidade-empresa desliza, suave e sutilmente, para uma analogia cidade-empresários”, exatamente como se empreenderam os pactos e o próprio projeto. A centralidade da cidade-empresa, bem como do município verde de Paragominas não está em uma proposta puramente administrativa, meramente gerencial ou operacional, na verdade é conjunto do município e do poder local que estão sendo redefinidos.

Entretanto, essa visão empresarial proporcionada pela necessidade de competição do município no mercado globalizado de produtos rurais sustentáveis e atração de investimentos não seriam suficientes para alcançar o consenso

da população nessa empreitada, sendo necessária, portanto, a disseminação de outras duas concepções abordadas por Vainer (2009): o sentimento de crise e o patriotismo, também materializados no “Projeto Paragominas Município Verde”.

De acordo com Aviz e Albagli (2011), o discurso disseminado é o de que essa mudança para atividades ecológicas melhoraria a imagem da cidade – muito comprometida pela lista de desmatadores do MMA e pelo embargo – atraindo assim novos investidores e dinamizando a economia local por meio do acesso ao mercado “verde”. As ações engendradas se voltam então para a construção de um discurso homogêneo sobre o desenvolvimento sustentável, escondendo os dissensos relacionados ao tema.

A partir de então, outras estratégias se edificaram no campo simbólico e concreto: foram feitas diversas incursões aos municípios por meio de palestras e reuniões a fim de mantê-los unidos em torno do projeto de sustentabilidade, e aos investidores no sentido de atraí-los à recente segurança e postura ecológica correta de Paragominas; os gestores se empenharam em fortalecer, diversificar e verticalizar as atividades produtivas agora “sustentáveis” do município; a construir uma estrutura industrial voltada às empresas que investissem no “município verde” e a obter benefícios legais e fiscais como forma de reconhecimento pelos resultados alcançados com o projeto;

O fortalecimento, diversificação e “verticalização” da produção, na agricultura, pecuária e reflorestamento, empreendido pela gestão pública, consiste em atrair investidores e empresas que trabalham a transformação dos grãos da agricultura em proteína animal ou realizam o beneficiamento da madeira produzida no próprio município (especialmente na produção de móveis de *Medium Density Fiberboard* (MDF) a partir do eucalipto e do Paricá), deixando de ser mero produtor de produtos primários. Esta estratégia também explica a instalação de várias empresas fabricantes de móveis e uma das maiores do Brasil (Macmóveis) no Polo Moveleiro de Paragominas, também planejado e construído na cidade, com vistas ao novo modelo empresarial de desenvolvimento econômico (NUNES et al., 2015).

Nesse sentido, alguns benefícios foram alcançados pelo município após o conjunto de medidas tomadas: a atenção e o reconhecimento do governo estadual e federal, sendo que o primeiro apoiou a aquisição de equipamentos e imagens de alta resolução para a secretaria de Meio Ambiente Municipal e projetos de ampliação da regularização ambiental do município através do ITERPA e do Programa Terra Legal; a visibilidade internacional demonstrada pelos prêmios recebidos; a exceção feita aos produtores rurais de Paragominas, pelo Conselho Monetário Nacional, ao permitir financiamentos utilizando apenas o protocolo de solicitação do CCIR²² e não o documento de registro do imóvel rural. Se-

gundo o prefeito de Paragominas¹⁴⁰, “Tivemos alguns benefícios, mas sempre buscamos tudo, nada veio até nós. Por isso acreditamos que a solução para os problemas está dentro do próprio município, não no governador do Estado ou no presidente do País” (NUNES et. al., 2015).

Todos esses fatores e elementos devem ser atentamente observados porque constituíram alavancas para ampliar o mercado dos produtos de Paragominas e para a chegada de investimentos externos que respondem pelos maiores empreendimentos na atualidade, bem como seus rebatimentos na qualidade de vida local. Ademais, estão na base dos mecanismos de feedback que ocorrem com a urbanização, uma vez que este processo não está separado ou é consequência do desenvolvimento econômico e da mudança social, conforme se observa em Harvey (2005, p.166), estando, portanto, inter-relacionados, como causa ou efeito.

Dessa feita, muito embora o projeto “município verde” e suas estratégias de implementação tenham sido implementados pela gestão pública local, a iniciativa privada representada pelos empresários de Paragominas teve papel fomentador, haja vista que se configuravam nos maiores prejudicados pela imagem negativa de grande desmatador da Amazônia associada a Paragominas. Da mesma forma, os resultados beneficiaram sobretudo este segmento social, uma vez que empresas, produção agropecuária e capital estão sempre concentrados nesse grupo.

As relações de poder se mostram, dessa maneira, elemento primordial para a validação e legitimação do discurso, já que o uso da informação não se mostra como uma abertura à discussão, à contestação, mas sim uma tentativa de imposição de subjetividades, da disseminação de certos tipos de informação e, por meio destes, de visões e valores daqueles que detêm o poder. O grupo dos pequenos agricultores, do seu lado, mostra uma forma diferente de adesão ao “Projeto Município Verde” quando comparado ao grande fazendeiro. Enquanto os grandes fazendeiros, em sua maioria, aderiram ao projeto devido à pressão econômica e por isso estão alterando sua forma produtiva, os pequenos concordaram com as ações do projeto apenas em parte, no sentido de regularizar sua propriedade, mas não de alterar seu processo produtivo (AVIZ; ALBAGLI, 2011).

De acordo com os autores, outros não aderiram de nenhuma forma. No setor madeireiro, por exemplo, enquanto uns adaptaram seus negócios para o manejo e o plantio de árvores, outros optaram por transferir seus empreendimentos para outro município onde ainda havia condições de manterem o mesmo processo produtivo. Os empresários da área urbana uniram-se ao projeto justamente por acreditarem que associar suas empresas ao tema da sustentabilidade seria

140 Paulo Pombo Tocantins, prefeito de Paragominas. Entrevista concedida à autora. Paragominas, set. 2014.

bom para a imagem de seus empreendimentos e do município como um todo, melhorando assim seus negócios. Desta forma, observa-se que aqueles que tradicionalmente detêm o poder na cidade são os que tomam a frente do projeto e se mantêm, assim, no poder. Apesar do discurso de mudança de paradigma, a lógica econômica é a mesma e os próprios atores da degradação são aqueles que agora se utilizam do discurso de ambientalização. Percebe-se que a retórica ambiental foi utilizada para buscar uma coesão no município e que a informação produzida nos discursos daqueles que detêm o poder na cidade vira fato para grande parte dos demais atores locais.

Trata-se de uma espécie de transfiguração do simbólico para o real, de projeto para a vida real, é “o ato da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão, uma nova divisão do mundo social: regere fines, reger sacra, consagrar um novo limite” (BOURDIEU, 1989, P. 116).

Sustentabilidade, uma mercadoria de “sucesso”

A redução do desmatamento e o cumprimento de outras condicionantes impostas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) permitiram que, em março de 2010, o município fosse o primeiro a deixar a lista dos desmatadores, o que, associado à construção simbólica do discurso sustentável, obteve grande reconhecimento público. Tal contexto motivou, inclusive, uma ampliação do projeto desenvolvido no município em nível estadual, originando o “Programa Municípios Verdes (PMV) do estado do Pará, em 2011.¹⁴¹

Após se tornar uma grande referência de município sustentável no País, os três dos maiores grupos do agronegócio do mundo (Cargill, ADM e Bunge) se instalaram no município para comprar soja, em 2013, o que explica a soja ter chegado a Paragominas em 1996, mas apenas em 2013 aparecer nas estatísticas. Apenas em 2013 a produção foi alavancada, sendo que, atualmente, dos 300 mil hectares de soja plantados no Pará, mais de 170 mil estão localizados em Paragominas e municípios vizinhos.

A crescente produção de soja contribuiu, posteriormente, para a escolha do município para a instalação do primeiro frigorífico de pequenos animais do estado do Pará. Com o frigorífico, Paragominas fecha o ciclo da verticalização da produção, uma cadeia que vai do plantio do grão de soja, passa pela ração que en-

141 Para mais informações a respeito do “Programa Municípios Verdes (PMV)”, consultar: <http://municipiosverdes.com.br/>.

gorda os animais, o abate e a produção de carnes e derivados, que serão destinados ao mercado nacional e à exportação, criando uma rede de empregos e renda.

Dessa feita, a malha industrial, comercial e de prestação de serviços do município também se alteraram substancialmente. Além das gigantes *trandings* de soja e milho Cargil, Bunge e ADM, atualmente a indústria é representada por empresas intermediárias para a comercialização da soja como a Juparanã; pela indústria moveleira; pelo frigorífico ForteFrigo; médias e pequenas beneficiadoras de ração; além da Hydra, grande empresa do setor mineral. O comércio e a prestação de serviços trabalham essencialmente com maquinários de grande e pequeno porte, equipamentos, suprimentos, defensivos, sementes, etc.; enquanto a assistência técnica se diversifica bastante em ramos que vão desde consultorias ofertadas por agrônomos, especialistas em melhoramento genético animal e vegetal, técnicos silviculturais e trabalhadores braçais que lidam com o manejo de animais e com o trato direto das lavouras agrícolas, até os profissionais especializados em geoprocessamento e recuperação de áreas degradadas que atuam na regularização ambiental.

A partir da diversificação das atividades econômicas e da verticalização da produção, a gestão de Paragominas conseguiu o aumento do PIB, e, por conseguinte, da arrecadação, diretamente relacionados à produção e exportação de matérias-primas agropecuária e mineral, que move toda a malha industrial, comercial e de serviços, formada e atraída por Paragominas, a melhora da quantidade e qualidade dos empregos e da renda, geração de receita oriunda dos impostos, além do controle do desmatamento, conforme os objetivos do planejamento estratégico que foi executado. Nas palavras do prefeito de Paragominas¹⁴², “Não podemos errar com a soja como erramos com a madeira no passado, estamos trabalhando para verticalizar essa produção (NUNES et. al., 2015, p. 33).

Por conseguinte, com a economia dinamizada, o município de Paragominas se modificou bastante, tanto no que se refere ao espaço urbano construído quanto aos indicadores de qualidade de vida. Verifica-se a olho nu a melhoria da condição das moradias, dos espaços públicos, como praças, parques, prédios públicos (prefeitura, secretarias, escolas, creches, postos de saúde) e a construção de grandes empreendimentos comerciais varejistas (concessionárias, máquinas agrícolas, hotéis, supermercados, móveis, decoração e outros). É importante destacar que a construção do shopping representa mais um investimento externo que, por sua vez, promoveu a valorização da região em que se localiza e fomentou o surgimento de condomínios privados de luxo em seus arredores, redirecionando o crescimento da cidade.

142 Paulo Pombo Tocantins, prefeito de Paragominas. Entrevista concedida à autora. Paragominas, set. 2014.

Quanto aos novos empreendimentos destinados à moradia, Machado et al. (2015, p.13) referem-se aos que favorecem a fragmentação urbana: “dois condomínios fechados previstos para serem implantados nos próximos anos. Um deles é de alta renda, com 1.657 lotes residenciais e 24 comerciais, caracterizado pelo empreendedor como um “grande e completo bairro planejado”, com quase 87 hectares, além de contar com um shopping center, que será o primeiro da cidade (MB PLAN, 2014). O outro empreendimento é um loteamento com 3.041 lotes (BURITI EMPREENDIMENTOS, 2013), podendo ser qualificado como um loteamento popular”.

Paragominas construiu, portanto, não só uma proposta para resolver o problema do desmatamento e servir como fator de confiança na negociação com multinacionais – que aceitaram a produção do município na época da operação arco de fogo –, mas um planejamento complexo para tornar o município uma “mercadoria verde”, que atores locais passaram a se empenhar para propagar, nacional e internacionalmente. O “Projeto Paragominas Município Verde” chamou a atenção do Brasil e do mundo, recebeu uma série de prêmios e se tornou atrativa economicamente.

Por sua vez, além de todas as modificações ocorridas após o novo modelo de gestão municipal, na economia e na infraestrutura urbana, acredita-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município contribua para reforçar tais resultados. Este índice, assim como sua medida, foi empregado pela primeira vez em 1990, no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e popularizaram-se imediatamente como indicador do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto, hegemônico à época como medida de desenvolvimento.

Com a proposta de avaliar o bem-estar da população de forma padronizada, de modo a permitir análises comparativas, o IDH “reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda” (PNUD, 2013, p. 25). O valor do IDH varia entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total).

Após a sua popularização, o IDH passou a ser utilizado em níveis subnacionais com adaptações da metodologia do IDH Global ao contexto nacional, surgindo, então, o IDH Municipal (IDHM) que adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

Dessa forma, parece adequado utilizar a evolução do IDHM do município de Paragominas para reforçar os impactos na realidade local, uma vez que o desenvolvimento econômico da cidade traz a reboque o aumento na qualidade de vida da população.

O município de Paragominas, com um IDHM no ano de 2010 de 0,645, situa-se na vigésima posição entre os 144 municípios paraenses. Esse valor é praticamente igual à média do estado do Pará (0,646) e inferior à média do Brasil (0,727) no mesmo ano (Figura 1). No entanto, percebe-se pelo gráfico que a cidade teve uma evolução mais acentuada que o Brasil, o estado do Pará e a própria capital, Belém. Ressalta-se, entretanto, que a despeito das inconsistências nos índices de crimes violentos que variam de acordo com a metodologia de cálculo utilizada, percebe-se que o município ainda é considerado um lugar violento. Entre os anos de 2007 e 2013, a população cresceu 14,26%. No mesmo período, os crimes contra pessoa cresceram 3,7%; os crimes violentos, 53,51%; e os crimes contra o patrimônio, 69,86%.

Ao analisar a figura 2, que descreve o comportamento do IDHM e seus componentes ao longo dos anos, nota-se o proeminente progresso do IDHM de Paragominas e a sua ascensão da 48ª posição entre os municípios paraenses no ano de 1991 para a sua última posição calculada, 20ª, em 2010.

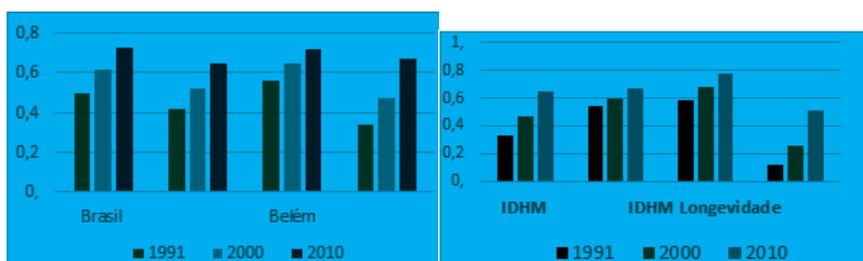


Figura 1 - Comparativo da evolução do IDHM. Figura 2 - Evolução do IDHM de Paragominas/PA e seus componentes

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), 2017.

Por sua vez, os elementos e os aspectos apresentados até aqui permitem afirmar que uma série de impactos ocorreram na trajetória percorrida pelo município durante as duas últimas décadas, os quais evidenciam o modelo de gestão empresarial e a utilização do paradigma da sustentabilidade como elementos decisivos dentro da estratégia de desenvolvimento engendrada, tendo rebatimento direto na qualidade da população.

Contudo, não é possível assegurar outros aspectos relevantes, acerca, por exemplo, da distribuição das riquezas geradas nos diferentes segmentos sociais, sobretudo se o modelo de gestão estabelecido direciona-se em sentido convergente com processos de participação e da integração de políticas setoriais, tais como habitação, saneamento, política fundiária, por princípios como a reforma

urbana, o direito à cidade, o rompimento da segregação socioterritorial, a inclusão social e a universalização dos serviços públicos, o que demandaria um outro estudo realizado, no sentido de verificar a qualidade dos impactos aferidos.

Já em relação à aproximação com as ideias de Vainer (2009), percebe-se a articulação das três analogias: os resultados alcançados por Paragominas tiveram grande influência com a disseminação do sentimento de crise ambiental e de perda de oportunidades, levando ao consenso que se constituiu no “Projeto município Verde”. Assim como o plano estratégico fala em nome de uma cidade unificada cuja construção pretende engendrar através da promoção do patriotismo, o “projeto município verde” fala em nome a sustentabilidade, que funcionou como panaceia do município e reengendrou sua trajetória de modo que as mesmas atividades econômicas puderam continuar e se fortalecer com a nova imagem do município, que foi mercadejada.

Marin e Castro (2006, p.12) observam que o pensamento hegemônico a respeito do desenvolvimento sustentável e da temática ambiental não alteram as estruturas econômicas e sociais do capitalismo e não conduzem “a um novo contrato social com base em novas relações entre sociedades e natureza”.

Por fim, não se pode deixar de alertar quanto às importantes controvérsias existentes entre os avanços verificados e as relações de poder, que demonstram que o modelo de gestão do município e seu novo paradigma de desenvolvimento resultam das visões e valores daqueles que detêm o poder. Estes atores impõem uma luta acirrada e desigual que pode excluir outros projetos e modos de vida.

O poder que observamos aqui não é apenas aquele do acesso aos recursos ou o poder de força, mas principalmente o das representações, o poder de se criar o discurso e fazê-lo ser ouvido. Foucault refere-se ao papel do poder das representações nas relações de poder, ressaltando que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 1971, p. 2 apud AVIZ; ALBAGLI, 2011).

Tomando por base as conclusões de Vainer (2009), o poder do discurso do “Projeto Paragominas Município Verde” é grande e de difícil enfrentamento. Para diluir o papel da sustentabilidade enquanto mercadoria, portanto objeto, emerge o conceito de competição, esta necessária no mercado de *commodities* e para atrair bons investidores ao município. Aqui a cidade se transfigura em sujeito. Todavia, para que a competição não soe friamente como aquela própria de uma empresa, o lema passa a ser o bem de todos se todos estiverem unidos, exatamente como “devem” ser os munícipes bem-intencionados em relação à resolução do problema ambiental e com sentimento patriótico em relação ao município, uma vez que o colapso econômico prejudicaria toda a população.

Paragominas Município Verde passa a ser o espaço do consenso e da união em torno de uma causa comum. Foi fazendo uso desse poderoso aparelho ideológico e gerando inúmeras e até contraditórias imagens e representações que o projeto “Município Verde” conseguiu operar todos os impactos apresentados.

Considerações finais

Os resultados e discussões apresentados no artigo evidenciam que o município de Paragominas/PA vem passando por uma significativa transformação, em grande parte causada por um novo tipo de gestão municipal baseado em estratégias empresariais que se constituem basicamente de práticas oriundas do ambiente corporativo, que, por sua vez, lançou mão do “selo da sustentabilidade” e do apelo à consciência de crise ambiental como forma de obter o consenso da população e de mercadejar o “município verde”.

As mudanças na malha industrial, comércio e serviços e na infraestrutura urbana construída, o aumento dos empregos e do PIB, a redução dos níveis de poluição, o acesso à saúde, à educação e ao saneamento básico consolidados no rápido e acelerado crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano do Município é prova cabal de que as estratégias vêm funcionando.

Entretanto, as forças da globalização e da crise ambiental destacadas por Little (2006) e o reforço à especialização da Amazônia como mera exportadora de commodities ficam explícitas na dinâmica paragominense, conforme verifica Ascerald (2004a).

Tais aspectos conformam, por fim, uma última consideração: é preciso que se considere mais relevante o modelo de gestão empreendido por Paragominas, já que este tem relação direta com o desenvolvimento econômico e com a mudança social. Uma vez que o desenvolvimento constitui o objetivo, e este possui significados e possibilidades tão diversas para cada ser humano, é necessário pensar mais profundamente que tipo de desenvolvimento queremos para a sociedade, e no imperativo de mantê-la independente e cidadã, respeitando o direito à liberdade e abrindo espaço para articular uma visão radicalmente distinta do sonhado desenvolvimento.

Referências

ACSELRAD, H. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento sustentável. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Santa

Cruz do Sul: EDUNISC, 2004b. Disponível em <[http://www.unisc.br/cursos/pos_ graduacao/mestrado/desreg/seminarios/anais_sidr2004/conferencias/02.pdf](http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/desreg/seminarios/anais_sidr2004/conferencias/02.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2017.

AVIZ, R.; ALBAGLI, S. **Desenvolvimento sustentável, informação e comunicação**: o caso Paragominas. 2011.

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. **Paragominas**: do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável. Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável (IPADES). 2009. Disponível em: <<http://www.ipades.com.br/publicacoes/DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-DE-PARAGOMINAS.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand, 1989.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSTA, F. de A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: NAEA, UFPA, 1992.

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. SIGMINE. Disponível em: <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>. Acesso em: 14 out. 2014.

COSTA, J. M.; FLEURY, M.F. **O programa municípios verdes**: estratégias de revalorização do espaço em municípios paraenses. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, 2015.

HARVEY, D. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Resultados Gerais da Amostra. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **Paragominas lança mão da ciência para avançar no processo de ordenamento territorial**. Disponível em: <http://www.paragominas.pa.gov.br/>. Acesso em maio de 2017.

LITTLE, P. H. *Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MACHADO, L. M. V., LOBO, M. A. A. TOURINHO, H. L. Z. Dispersão e fragmentação urbana em cidades intermediárias. O caso de Paragominas, Pará. In. Acta Geografica. Boa Vista. V. 9. N. 20. set./dez. 2015. (1-15)

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M.R. Prefácio 2a edição. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (org.). **Contradiscorso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p.15-20.

MATTOS, M.; UHL, C. Perspectivas econômicas e ecológicas da pecuária na Amazônia Oriental na década de 90: o caso Paragominas. In: ALMEIDA, O. (Org.). **Evolução da fronteira amazônica: oportunidades para um desenvolvimento Sustentável**. Belém: Imazon. 1996. p. 39-65.

NUNES, A., et al. **O Novo Código Florestal Brasileiro e a gestão pública municipal na Amazônia: o caso de Paragominas**. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 211. 2015.

OLIVEIRA, R. da S. **Dinâmica recente do desenvolvimento no município de Paragominas: análise dos indicadores de sustentabilidade referentes ao período de 2000 a 2010**. Dissertação de Mestrado. 2012. Disponível em: Acesso em: 25 JUL 2017.

PINTO et al. **Diagnóstico Socioeconômico e Florestal do Município de Paragominas**. Relatório Técnico. Belém/PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, 2009. 65 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA; Fundação João Pinheiro (FJP). **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, 2013. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013).

RAMOS, B. Pacto no Pará tenta barrar soja de áreas desmatadas. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 ago. 2014. Caderno Agronegócios. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

TRINDADE JR., Saint-Clair. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. 395 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. da. *Pensando sobre a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia*. Mercator, Fortaleza, vol. 14, n. 4, p. 93-106, dez. 2015.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. da. *Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa*. In: *Revista Cidades*. Vol. 12. N 21/2015. P. 305-334.

VAINER, C. B. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 75-103.

VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; MATTOS, M.; TARIFA, R.; UHL, C. *Impactos da atividade madeireira e perspectivas para o manejo sustentável da floresta numa velha fronteira da Amazônia: o caso de Paragominas*. In: ALMEIDA, O. (org.) **Evolução da fronteira amazônica: oportunidades para um desenvolvimento sustentável**. Belém: Imazon. 1996. p. 7-35.



Publicação diagramada e impressa na GTR Gráfica e Editora, em Belém-PA.

Composição na fonte Times New Roman e Geometr212 BkCn BT .

Miolo impresso em papel Apergaminhado
70 g/m² no miolo. Capa em Triplex 250 g/m².